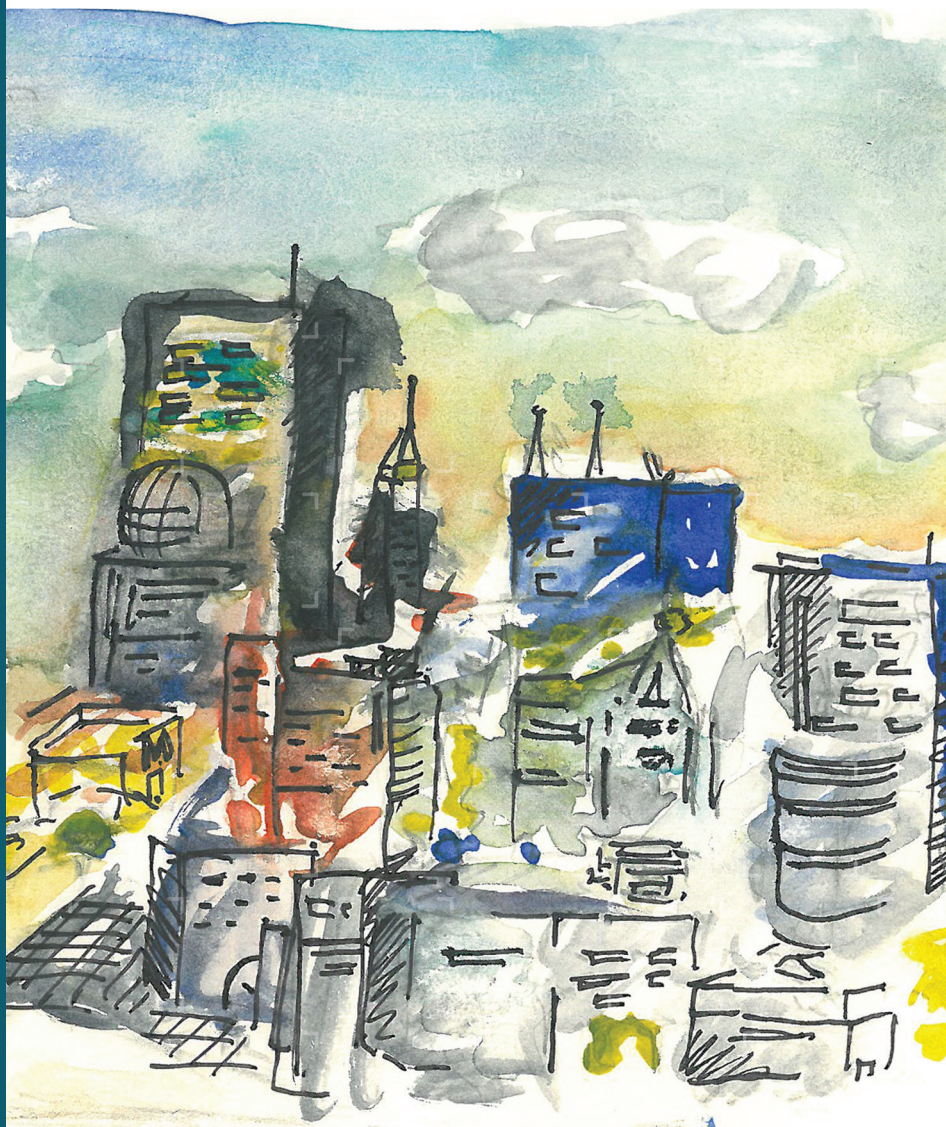


# UMA GEOGRAFA INQUIETA

# ISABEL ANDRÉ

TEXTOS  
ESCOLHIDOS



## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

Isabel André, uma Geógrafa  
Inquieta: Textos Escolhidos

### ORGANIZADORES

Ana Estevens e André Carmo

### TRADUÇÕES

Alexandre Abreu, Ana Estevens,  
André Carmo, Diogo Silva  
e Filipe Matos

### DESIGN

Susana Gama

### IMAGEM DA CAPA

Pedro Macedo

### EDIÇÃO

Centro de Estudos Geográficos,  
Instituto de Geografia e  
Ordenamento do Território,  
Universidade de Lisboa

ISBN: 8-972-636-266-1

### IMPRESSÃO

Jorge Fernandes, Lda  
Artes Gráficas,  
Rua Quinta Conde de  
Mascarenhas N9 Vale Fetal -  
Charneca da Caparica 2825-259  
Charneca da Caparica

1ª Edição

Lisboa, Maio de 2018

Este livro é publicado  
no âmbito do Encontro de  
Primavera Isabel André, uma  
geógrafa inquieta, organizado  
pelo grupo de investigação  
Zoe - Núcleo de Dinâmicas e  
Políticas Urbanas e Regionais,  
do Centro de Estudos  
Geográficos - Instituto  
de Geografia e Ordenamento  
do Território da Universidade  
de Lisboa.

### COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Estevens, André Carmo,  
Aquilino Machado, Filipe Matos,  
Leandro Gabriel e Patrícia Rêgo.

Este livro é financiado por  
fundos nacionais através da  
FCT – Fundação para a Ciência  
e a Tecnologia, I.P. (UID/  
GEO/00295/2013)

# ISABEL ANDRÉ GEÓGRAFA

TEXTOS ESCOLHIDOS **INQUIETA**





	<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>4</b>
	<b>INTRODUÇÃO ISABEL ANDRÉ, UMA GEÓGRAFA INQUIETA</b>	<b>8</b>
<b>1</b>	<b>TATEANDO EXPLORAÇÕES GEOGRÁFICAS</b>	<b>14</b>
	Fluxos Financeiros Regionais.	23
	Alguns Traços da Expressão Geográfica da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA).	27
	O Catolicismo em Portugal: Organização Eclesiástica e Práticas Religiosas. Análise regional.	35
	A Geografia das Instituições Bancárias em Portugal, 1974-1988.	57
	Internet - "Navegar é Preciso".	67
<b>2</b>	<b>GEOGRAFIA ELEITORAL</b>	<b>72</b>
	Os Resultados Eleitorais de 1980: Legislativas e Presidenciais.	79
	As Eleições para as Câmaras Municipais. Estudo de Geografia Eleitoral.	83
	As Eleições para a Assembleia da República 1979-1983. Estudo de Geografia Eleitoral.	101
	O Comportamento Eleitoral Urbano nas Eleições Legislativas.	133
	Portugal - Geografia Eleitoral: 1975-1987.	157
<b>3</b>	<b>ESTUDOS DE GÉNERO: FAMÍLIA, FECUNDIDADE E INFÂNCIA</b>	<b>180</b>
	O Género em Geografia: Introdução de um Novo Tema.	187
	Sombras e marcas: os maus tratos às crianças nas famílias.	205
	Igualdade de Oportunidades: um longo percurso até chegar ao mercado de trabalho.	231
	Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal.	241
	O país e a família através das crianças – ensaio exploratório.	275
	Filhos e filhas: uma diferente relação com a escola.	311
	Género e Inovação Social: o Papel das Políticas da União Europeia	331

<b>4</b>	<b>DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL</b>	<b>344</b>
	Coesão Espacial: A Inclusão dos Lugares nas Redes do Desenvolvimento.	351
	Redes e Desenvolvimento Local: a Importância do Capital Social e da Inovação.	363
	A Progressiva Aproximação das Duas Margens da Raia.	375
	Lisboa: tensões entre a cidade e a metrópole	387
<b>5</b>	<b>CULTURA, ARTES E INOVAÇÃO SOCIAL</b>	<b>406</b>
	Dimensões e Espaços da Inovação Social.	417
	O Circo Chegou à Cidade! Oportunidades de Inovação Sócio-territorial.	435
	Estratégias Sociais Criativas em Barcelona. O Caso do Walden-7.	449
	Inovação Social Através das Artes em Áreas Rurais: o Caso de Montemor-o-Novo	467
	Introdução do Atlas das Utopias	481
	Inspiração e emoções: Cultura e artes gerando novas urbanidades.	485
<b>6</b>	<b>EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS</b>	<b>492</b>
	Abandono Escolar Precoce: Olhares Cruzados em Tempo de Transição.	499
	Metodologias de Investigação em Geografia Humana.	511
	Caloiros da UL: um ano depois.	517
	Insucesso e Abandono Escolar no IGOT-UL: Contributos Para Informar a Ação.	525
	O Papel Futuro da Educação em Sistemas de Informação Geográfica na Criação de Pensadores Espaciais Críticos.	547
	<b>LISTA DE PUBLICAÇÕES</b>	<b>564</b>
	<b>PRESTAM HOMENAGEM</b>	<b>570</b>

# AGRADECIMENTOS

**O**s organizadores deste livro e a Comissão Organizadora do Encontro de Primavera: “Isabel André, uma geógrafa inquieta” gostariam de agradecer, às personalidades seguidamente identificadas, as autorizações concedidas para republicação, na íntegra ou parcialmente, dos seguintes materiais:

Ana Nunes de Almeida, coordenadora científica do Observatório dos Percursos dos Estudantes (OPEST), pela utilização de André, Isabel; Vieira, Maria; Alves, Natália (2010). *Caloiros da UL: um ano depois*. Lisboa: Observatório dos Percursos dos Estudantes (OPEST), Reitoria da Universidade de Lisboa e André, Isabel; Cachinho, Herculano (2013). Insucesso e Abandono Escolar no IGOT-UL: Contributos Para Informar a Ação. In Nunes de Almeida, Ana (eds.) *Sucesso, Insucesso e Abandono na Universidade de Lisboa: Cenários e Percursos*, Lisboa, EDUCA: 91-114.

Bruno Monteiro e Nuno Domingos, coordenadores das edições Outro Modo, pela utilização de André, Isabel (2016). Introdução. In André, Isa-

bel; Esteves, Ana; Gabriel, Leandro (Coords.) *Atlas das Utopias Reais: Criatividade, Cultura e Artes, Outro Modo*, Cooperativa Cultural, CRL e Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa: 8-9.

Fernando Ilharco, Presidente do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pela utilização de André, Isabel (1988). O Comportamento Eleitoral Urbano nas Eleições Legislativas. *Povos e Culturas*, 3: 199-222.

Instituto Nacional de Estatística (INE), pela utilização de Nunes de Almeida, Ana; André, Isabel (2004). O País e a Família Através das Crianças – Ensaio Exploratório. *Revista de Estudos Demográficos*, 35: 5-35.

José Alberto Rio Fernandes, Presidente da Associação Portuguesa de Geógrafos, pela utilização de André, Isabel (1996). Internet: “Navegar é Preciso”. *Inforgéo*, 11: 213-216.

José Luís Albuquerque, Diretor-Geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento, pela utilização de André, Isa-

bel (2000). Igualdade de Oportunidades: Um Longo Percorso até Chegar ao Mercado de Trabalho. *Sociedade e Trabalho*, 6: 89-99 e Ferrão, João; André, Isabel; Nunes de Almeida, Ana (2000). Abandono Escolar Precoce: Olhares Cruzados em Tempo de Transição. *Sociedade e Trabalho*, 10: 9-23.

José Machado Pais, Diretor da Imprensa de Ciências Sociais, pela utilização de Gaspar, Jorge & André, Isabel (1989). Portugal - Geografia Eleitoral: 1975-1987. In Coelho M. (coord.) *Portugal: O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais: 257-277 e Nunes de Almeida, Ana; André, Isabel & Cunha, Vanessa (2005). Filhos e Filhas: Uma Diferente Relação com a Escola. In Wall, Karin (ed.) *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 517-552.

José Manuel Sobral, Diretor da Análise Social, pela utilização de Nunes de Almeida, Ana; André, Isabel & Nunes Almeida, Helena (1999). Sombras e Marcas: Os Maus Tratos às Crianças nas Famílias. *Análise Social*, Vol.

XXXIV (150): 91-121; e Nunes de Almeida, Ana; André, Isabel & Laland, Piedade (2002). Novos Padrões e Outros Cenários para a Fecundidade em Portugal. *Análise Social*, Vol. XXXVII (163): 371-409.

Matthew Pitman, responsável editorial da Edward Elgar, pela utilização de André, Isabel (2013). Gender and social innovation: the role of EU policies. In Moulaert, Frank *et al.* (eds.) *International Handbook on Social Innovation. Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*, Edward Elgar, Aldershot, UK and Brookfield, US: 412-423, André, Isabel; Abreu, Alexandre; Carmo, André (2013). Social innovation through the arts in rural areas: the case of Montemor-o-Novo. In Moulaert, Frank *et al.* (eds.) *International Handbook on Social Innovation. Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*, Edward Elgar, Aldershot, UK and Brookfield, US: 242-255 e André, Isabel (2017). Inspiration and emotions: culture and arts engendering new urban places. In Moulaert, Frank *et al.* (eds.) *Thoughts*



for a better world. Social innovation as political transformation: 94-101.

Marcello Balbo, pela utilização de André, Isabel & Vale, Mário (2012). Lisboa: tensiones entre la ciudad y la metropolis. In Balbo, Marcello (coord.) *Europa: La ciudad central en el sistema urbano*, Quito (Equador): Olacchi: 209-239.

Margarida Queirós, Diretora da Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, pela utilização de André, Isabel & Honório, Fernando (1981). Os Resultados Eleitorais de 1980: Legislativas e Presidenciais. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XVI (31): 199-211; André, Isabel (1982). Fluxos Financeiros Regionais. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XVII (34): 199-211; de André, Isabel (1988). Alguns Traços da Expressão Geográfica da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA). *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XXIII (46): 271-326; André, Isabel & Patrício, Carlos (1988). O Catolicismo em Portugal: Organização Eclesiástica e Práticas Religiosas. Análise regional. *Finisterra – Revista*

*Portuguesa de Geografia*, Vol. XXIII (46): 225-249; André, Isabel, & Malheiros, Jorge (1990). A Geografia das Instituições Bancárias em Portugal Continental, 1974-1988. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XXV (49): 227-243; André, Isabel (1990). O Género em Geografia: Introdução de um Novo Tema. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XXV (50): 331-348; André, Isabel & Abreu, Alexandre (2006). Dimensões e Espaços da Inovação Social. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XLI (81): 121-141; André, Isabel & Reis, João (2009). O Circo Chegou à Cidade! Oportunidades de Inovação Sócio-territorial. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XLIV (88): 79-94; André, Isabel & Rousselle, Muriel (2010). Estratégias Sociais Criativas em Barcelona. O Caso do Walden-7. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XLV (90): 71-90.

Mário Vale, Diretor do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pela utilização de André, Isabel (2002). Coesão Espacial: A Inclusão dos Lugares nas Redes do Desen-

volvimento. In AA.VV. *Olhares sobre o Território e a Espacialidade*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional, 45: 43-56 e André, Isabel (2005) *Metodologias de Investigação em Geografia Humana*. Estudos de Geografia Humana e Regional, 47, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Patrícia Rêgo, pela utilização de Moreira, Fernando João & André, Isabel (2006). A Progressiva Aproximação das Duas Margens da Raia. In Rêgo, Patrícia (coord.) *Aproximar as margens. Cooperação Transfronteiriça e Desenvolvimento Local no Espaço Rural do Alentejo e da Extremadura*, Évora: Fundação Luís de Molina: 24-35 e André, Isabel & Rêgo, Patrícia (2003). Redes y Desarrollo Local: La Importancia del Capital Social y de la Innovación, *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 36: 117-127.

Secretaria-Geral da Presidência da República, atualmente responsável pelo arquivo do Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis, pela utilização de Gaspar, Jorge; André, Isabel & Ho-

nório, Fernando (1982). As Eleições para as Câmaras Municipais. Estudo de Geografia Eleitoral. Lisboa: Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis, 81 pp.; e Gaspar, Jorge; André, Isabel & Honório, Fernando (1984). *As Eleições para a Assembleia da República: 1979-1983. Estudo de Geografia Eleitoral*. Lisboa: Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis, 91 pp.

Taylor & Francis, pela utilização de Bearman, Bick; Jones, Nick; André, Isabel; Cachinho, Herculano; Demers, Michael (2016). The future role of GIS education in creating critical spatial thinkers. *Journal of Geography in Higher Education*, 40(3): 394-408.

# ISABEL ANDRÉ, UMA GEÓGRAFA INQUIETA

POR ANDRÉ CARMO & ANA ESTEVENS

**H**á dois tipos de geógrafos. Os especialistas, que o mundo acadêmico contemporâneo parece privilegiar, e os generalistas, que parecem ser cada vez mais raros e inusitados, criaturas de um tempo outro que não aquele em que hoje vivemos. Mergulhadores em apneia, os especialistas, deslocam-se com dificuldade por locais onde a luz penetra pouco e são muitas vezes, pela elevada exigência da função que desempenham, mais individualistas e autocentrados. Focados em parcelas infinitesimais da realidade, os especialistas parecem muitas vezes menosprezar a importância e o valor intrínseco que uma perspectiva integrada encerra. São os geógrafos do tempo rápido e dos riscos calculados e a lentidão é, para eles, potencialmente fatal. Os generalistas, por seu turno, são verdadeiros navegantes que com audácia percorrem longas distâncias em águas pouco profundas, mas nunca superficiais,

aproveitando as correntes e os ventos dominantes, sentindo-se mais realizados quando não se encontram confinados a espaços recônditos, exíguos e pouco ventilados. São os geógrafos do tempo lento, que saboreiam com deleite as luminosas paisagens que diante deles se vão sucedendo e constantemente buscam novos desafios, nunca se deixando vencer nem pela inércia nem pelo medo do desconhecido.

Sendo uma das mais brilhantes geógrafas da sua geração, alguém que deixou uma marca profunda e duradoura em todos aqueles que com ela tiveram o prazer de se encontrar e relacionar, a Isabel André foi, indiscutivelmente, uma generalista. Difícil seria, aliás, que não o tivesse sido. Dotada de uma invulgar inteligência e grande capacidade de trabalho, demonstrou sempre uma grande abertura relativamente àquilo que era novo. Sem nunca ter medo de arriscar, enfrentando com determinação a possibilidade do fra-

caso, Isabel acabaria por ser, mais do que uma vez, pioneira no que toca às suas abordagens metodológicas, interesses de investigação e temáticas privilegiadas.

Generosa, a Isabel mostrou-se, muitas vezes, disposta a confiar no trabalho dos mais jovens, apostando neles e responsabilizando-os, sem qualquer espécie de paternalismo ou subalternização. Pelo contrário, adotou sempre uma atitude construtiva e pedagógica, pautada por uma extrema atenção com o seu bem-estar e o seu desenvolvimento profissional e pessoal, sem abdicar de elevados níveis de exigência científica e ética. São disso exemplo os inúmeros trabalhos que desenvolveu com muitos de nós: o Alexandre Abreu, a Ana Esteves, o André Carmo, o Aquilino Machado, o Filipe Matos ou o Leandro Gabriel. Com efeito, a Isabel, apesar de todos os seus inúmeros afazeres, conseguia sempre encontrar um tempo e um espaço para trocar impressões, esclarecer dúvidas e lançar alguma luz sobre as questões que assolavam aquelas que a procuravam. Nesse sentido, era, efetivamente, uma fazedora de lugares e de espaços de encontro; espaços de conforto e intimidade, onde se podia dar largas à imaginação e ao experimentalismo científico e intelec-

tual. Quando não tinha uma resposta imediata, dizia: “Vou pensar. Amanhã digo-te!”. E dizia, em mais um almoço ou um café. Estava sempre disponível para partilhar esse encontro.

Empática, mesmo quando as discordâncias eram inultrapassáveis, a Isabel procurava sempre criar laços, estabelecer pontes e ligações, sendo, por isso, uma geógrafa que preferia trabalhar em equipa e ouvir o coletivo. Privilegiava o diálogo, embora nunca renunciasse ao conflito sempre que as circunstâncias o exigiam. Não foi seguramente por acaso que se encontrou, desde a primeira hora, entre o grupo de pessoas responsáveis por impulsionar a autonomização da ciência geográfica no quadro da Universidade de Lisboa e, concomitantemente, a criação do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT). Através da sua participação sempre empenhada e esclarecida nos seus diferentes órgãos, deu um contributo inestimável para a consolidação e o desenvolvimento da instituição. No entanto, seria sobretudo reconhecida pelo seu papel enquanto coordenadora de Grupos de Investigação do Centro de Estudos Geográficos (CEG). Numa primeira fase do NEST – Núcleo de Estratégias e Políticas Territoriais e, posteriormente, do Zoe



– Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais, cuja designação, aliás, havia sido por si proposta a partir de uma leitura da obra seminal de Italo Calvino: *As Cidades Invisíveis*. Zoe, “o lugar da existência indivisível”, tornou-se, pois, um espaço em busca de uma identidade comum, no qual dezenas de investigadores do CEG, na sua diversidade e pluralidade, partilharam as suas ideias, projetos e desejos.

Este livro, que foi concebido de modo a permitir uma grande flexibilidade na leitura, deve ser visto como se de uma antologia do pensamento e da obra da Isabel se tratasse. Os materiais nele contidos procuram oferecer uma visão de conjunto, que abranja toda a trajetória percorrida desde o início da década de 80 do século passado até 2017, ano em que partiu. São mais de três décadas de investigação, reflexão crítica e inovação científica e pedagógica que ficam agora à disposição da comunidade geográfica, dos jovens estudantes e de todos os leitores que considerem importante a preservação do legado intelectual da Isabel e que nele encontrem inspiração para o desenvolvimento do seu próprio trabalho.

Este livro é constituído por seis grandes blocos temáticos organizados, tanto quanto foi possível, em se-

quência cronológica. Evidentemente, devido ao perfil generalista a que atrás aludimos, há, ao longo do tempo, afloramentos de temáticas que pareciam já adormecidas e ultrapassadas. O percurso da Isabel não é linear, antes pelo contrário. Estende-se em várias direções e sentidos, de acordo com os desafios que, a cada momento, decide abraçar, mostrando muito do seu espírito inovador e da sua audácia. O conjunto de blocos temáticos em torno dos quais se estrutura esta obra demonstra-o de forma bastante clara. Para facilitar a tarefa do leitor, cada um desses blocos é antecedido de um brevíssimo enquadramento, elaborado por colegas e amigos que, no âmbito das temáticas escolhidas, colaboraram diretamente com a Isabel, possuindo, assim, um conhecimento privilegiado sobre o modo como ela articulava o seu pensamento e levava a cabo o seu trabalho de investigação.

O primeiro – *Tateando explorações geográficas* – cuja apresentação fica a cargo de Jorge Malheiros, colaborador próximo da Isabel ao longo de várias décadas, incide sobre as décadas de 80 e 90 do século passado e caracteriza-se por agrupar um conjunto bastante diversificado de temáticas, ilustrativas de um período em que o experimentalismo e a busca incessante por um

espaço próprio de afirmação científica, aliados a uma grande curiosidade intelectual, levaram a Isabel a experimentar novos caminhos enquanto investigadora. Temáticas tão diferentes como os fluxos financeiros, a SIDA, o catolicismo, as instituições bancárias e a Internet, dão corpo a este bloco temático e ilustram bem a amplitude do seu pensamento científico.

O segundo bloco temático – *Geografia eleitoral* – é enquadrado por aquele que é unanimemente considerado a maior figura da geografia portuguesa pós-Orlando Ribeiro, Jorge Gaspar, que, no quadro do desenvolvimento desta temática, desempenhou uma figura tutelar sobre a Isabel, colaborando com ela na maior parte dos trabalhos realizados. Trata-se de um conjunto de trabalhos de natureza eminentemente aplicada, produzidos nas décadas de 80 e 90, que incidem sobre a geografia eleitoral a partir de diferentes ângulos de abordagem, colocando o enfoque sobre os resultados de eleições autárquicas, legislativas e presidenciais, mas também examinando as especificidades do comportamento eleitoral urbano e ensaiando propostas de reconfiguração dos círculos eleitorais.

A apresentação de *Estudos de género: família, fecundidade e infância*,

terceiro bloco temático, cabe a Ana Nunes de Almeida, socióloga especializada nas questões da família, infância e escola, que colaborou com a Isabel em inúmeros trabalhos, ilustrando bem a sua capacidade para encetar fecundos diálogos de natureza interdisciplinar. Este conjunto de textos, levado a cabo entre 1991 e 2013, e que mostra já um esforço de internacionalização da sua produção científica, espelha a natureza multifacetada de uma temática – estudos de género – que constituiu sempre uma preocupação que ia para além de aspetos meramente científicos. Com efeito, esta problemática, perpassou toda a obra da Isabel e erigiu-se enquanto verdadeira causa ética e política.

O quarto bloco temático – *Desenvolvimento local e regional* – é apresentado por João Ferrão, orientador da tese de doutoramento da Isabel (“O falso neutro em Geografia Humana: género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico”, 1994) e um dos geógrafos pelos quais ela nutria maior simpatia e admiração. Trata-se de um conjunto de trabalhos que tem início na viragem do século e que, incidindo sobre duas escalas fundamentais da análise geográfica – local e regional – aborda problemáticas tão diversas como as políticas urba-

nas, a cooperação transfronteiriça em contexto rural, a coesão, a inovação e o capital social, a inclusão e as redes. Também aqui, a preocupação com a natureza aplicada do conhecimento geográfico, se revela com particular intensidade. A Isabel André, que nunca menosprezou a importância da reflexão teórica e conceptual, encontrou na problemática do desenvolvimento um espaço privilegiado para, numa fase bastante posterior à da geografia eleitoral, ensaiar uma aproximação à geografia aplicada.

Depois, o quinto bloco temático – *Cultura, artes e inovação social* – cuja apresentação fica a cargo de Frank Moulaert, figura cimeira do pensamento acerca da inovação social e, porventura, o investigador estrangeiro que trabalhou mais de perto com a Isabel, incide sobre um conjunto de trabalhos desenvolvidos ao longo das duas últimas décadas e em torno dos quais continuou a trabalhar até ao final da sua vida. Nunca renunciando às suas convicções, e afirmando plenamente a natureza normativa do conhecimento científico que produzia, a Isabel encontrou na inovação social um campo fértil para dar continuidade a um notável esforço intelectual, socialmente comprometido com a transformação social emancipatória

e progressista, que sempre a caracterizou.

Por fim, o sexto bloco temático – *Educação: percursos e desafios* – é apresentado por Herculano Cachinho, colega da Isabel que com ela partilhava um grande interesse pelas questões do ensino e da aprendizagem da geografia, bem como pelas metodologias de investigação em geografia humana, e engloba aqueles que, porventura, serão os trabalhos que desempenham um papel menos central no conjunto da sua obra, estando, contudo, sempre presentes no seu quotidiano. Não obstante, como professora empenhada que era, expressando muitas vezes uma grande preocupação com a qualidade da educação ao nível do ensino superior, a Isabel debruçou-se, aqui, fundamentalmente, sobre os percursos e as experiências escolares dos jovens universitários, a candente problemática do abandono escolar e até o papel desempenhado pelos sistemas de informação geográfica na construção do pensamento crítico. A este respeito, aliás, mesmo nunca tendo tido oportunidade de passar a papel as suas reflexões, importa colocar em evidência o facto da Isabel ser adepta de modelos alternativos de ensino-aprendizagem, pondo em prática na sua atividade letiva, com sucesso, a

aprendizagem baseada em problemas.

Bem ao jeito da figura que pretende homenagear, este livro é um empreendimento coletivo, fruto da cooperação e do esforço levado a cabo por pessoas que partilham uma grande admiração, respeito e amizade pela Isabel. São, pois, devidos agradecimentos à Patrícia Rêgo, amiga e confidente de sempre, que nos abriu as portas ao seu legado e à sua memória, ao Aquilino Machado, ao Filipe Matos e ao Leandro Gabriel, três doutorandos que desenvolveram uma parte muito significativa do seu trabalho com vista à obtenção do grau de doutor sob supervisão da Isabel André e que conosco discutiram a forma e os conteúdos deste trabalho; ao Alexandre Abreu e ao Diogo Silva, pela colaboração ao nível da tradução e, no caso deste último, da organização exaustiva e sistemática da produção científica da Isabel; ao Jorge Malheiros e ao Herculano Cachinho, atuais coordenadores do ZOE que, para além de terem contribuído com pequenos textos de enquadramento temático, desde a primeira hora apoiaram a produção deste livro; ao Jorge Gaspar, à Ana Nunes de Almeida, ao João Ferrão e ao Frank Moulaert que, à semelhança dos anteriores, também responderam afirmativamente ao repto que lhes foi

por nós endereçado para o envio de pequenos textos de enquadramento sobre as diferentes temáticas constitutivas do percurso científico e académico da Isabel.

Para além destes, importa ainda prestar um agradecimento a todos os colegas e amigos que aceitaram inscrever o seu nome na *tabula gratulatoria* com que encerramos esta obra, associando-se a esta homenagem e deixando, assim, gravado para a posteridade o laço que os unia à Isabel. Por último, como não podia deixar de ser, à sua família, particularmente ao Fernando João Moreira, companheiro da Isabel, que com ela partilhou muitas viagens e geografias, e que cujo contributo foi absolutamente decisivo para que esta modesta homenagem, que assume a forma de livro, tenha chegado a bom porto.



# TATEANDO EXPLORAÇÕES GEOGRÁFICAS

30

Fluxos Financeiros Regionais.

34

Alguns Traços da Expressão Geográfica da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA).

30

O Catolicismo em Portugal: Organização Eclesiástica e Práticas Religiosas. Análise regional.

34

A Geografia das Instituições Bancárias em Portugal, 1974-1988.

34

Internet - "Navegar é Preciso".

# TATEANDO EXPLORAÇÕES GEOGRÁFICAS

## OU OS CAMINHOS DIVERSAMENTE CONVERGENTES DE UM PERCURSO INICIAL...

POR JORGE MALHEIROS

*“É como se os tempos iniciais de Abril a alimentassem permanentemente: o seu trabalho era apaixonado, alegre, criativo, livre...”*

### C ONTEXTOS OU A ESPUMA DE UMA REVOLUÇÃO?

Isabel André era uma geógrafa apaixonante. Talvez o que mais deixe saudades são os projectos inovadores que ficaram por concluir, as interrogações desafiantes que não chegou a colocar ou os debates, críticos e alternativos em que já não participou...

Mas “as saudades de futuro” têm uma origem e é essa que este bloco temático pretende abordar... A viagem de Isabel André pela Geografia inicia-se logo após o Verão de 1975, quando começa a sua licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Se esse “Verão Quente” antecede o ocaso do Período Revolucionário em Curso (PREC), cujo

encerramento aconteceria uns meses mais tarde, já em Novembro, a construção de um Portugal Democrático e Livre vai continuar a ser marcada, nos anos subsequentes, pela riqueza e pelas contradições herdadas da Revolução. Do ponto de vista formal, os pilares formais do Estado Democrático vão emergir, progressivamente, a partir de 1976, com a aprovação da nova Constituição Democrática (que assumia o “rumo ao socialismo” e garantia a igualdade e o conjunto de direitos essenciais enquadrados pelo Estado Social), a eleição da Assembleia da República que daria origem ao 1º governo constitucional (1976) e, também, a votação dos órgãos das autarquias locais no mesmo ano, cujas atribuições e competências seriam

formalizadas em 1977 e o quadro financeiro estabelecido em 1979.

Este contexto de transição, caracterizado pela crise económica (também internacional) e por confrontos ideológicos profundos, traz também o “ar da oportunidade e da transgressão construtiva” a que tantas vezes se associam as revoluções, desejadas e livres. Nestes períodos, o défice de regulação que abre espaço para o abuso e a confusão social e política, tem como contrapartida, como afirmava a própria Isabel André, a geração de um clima propiciador ao experimentalismo audaz, à criatividade e à imaginação. Foi este clima que estimulou a fase inicial do seu percurso geográfico, quer durante a formação como licenciada na segunda metade dos anos 70 do século XX, quer na actividade de jovem investigadora da Linha de Acção nº1 (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano) do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, desenvolvida ao longo do decénio seguinte, período a que se reporta a maioria dos textos incluídos neste capítulo. Estes refletem uma preocupação com as diferenças e desigualdades geográficas, inicialmente em Portugal e posteriormente com um espectro mais vasto, que aparece ancorada numa conjugação entre a esfera política (que os estudos de geografia eleitoral publicados ao longo da década de 1980 e a

tese de mestrado sobre o poder local, concluída em 1984, bem evidenciam) e a esfera económica, cuja perspectiva de análise original parte do marxismo e do modo como as estruturas e as relações de produção capitalistas produzem desigualdades e funcionam como obstáculo ao desenvolvimento das regiões (André, 1982). Se a orientação teórica e as inquietações científicas já definem uma geógrafa que acredita numa ciência rigorosa, mas não neutra e socialmente comprometida, que procura explicar as dinâmicas sociais, políticas e económicas de Portugal e se preocupa com as desigualdades sociais e territoriais num país em profunda transformação, as metodologias adoptadas prolongam a tradição de rutura iniciada por Jorge Gaspar em finais dos anos 1960/inícios de 1970, que afirmam, num quadro estruturalista, os métodos quantitativos (e cartográficos). No fundo, trata-se de trabalhos inovadores que beneficiam da criatividade e das preocupações sociais e políticas de Isabel André, num contexto geral de Revolução e Pós-revolução, e específico, de debate intenso no âmbito do Centro de Estudos Geográficos, onde se misturam elementos de rutura epistemológica aparentemente contraditórios (trabalhos enquadrados pela Nova Geografia, racionalista e com objectivos de compreensão e promoção de uma organização espacial optimizada



versus pesquisas apoiadas no pensamento marxista, preocupadas com as desigualdades territoriais e os mecanismos condicionadores) que estabelecem o afastamento definitivo, em termos teóricos, metodológicos e de preocupação empírica, relativamente à tradição da Geografia Regional, dominante até este período. Mas fazemos um passo atrás, e vejamos, de modo um pouco mais específico, o que efetivamente nos dizem os textos incluídos neste capítulo...

#### UMA GEOGRAFIA CRÍTICA, SOCIALMENTE COMPROMETIDA QUE EXPLORA TEMAS INOVADORES

Um olhar para o conjunto de cinco textos originais de Isabel André (dois deles em co-autoria) que integram este capítulo aponta para uma diversidade temática que parece traduzir-se em alguma incoerência: dois textos de algum modo posicionados no âmbito da Geografia Económica, um sobre Fluxos Financeiros<sup>1</sup> e outro sobre a Implantação Territorial da Banca no território português (André, 1982 e André e Malheiros, 1990); um artigo sobre caracterização regional das práticas da população católica nas regiões portuguesas que também procura compreender as ligações entre a

<sup>1</sup> - Trata-se de uma breve síntese crítica sobre a obra de Barata, J.P. Martins (1981) – *Fluxos Financeiros Regionais: Obstáculos Estruturais às Acções de Desenvolvimento Regional*. Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

“ideologia católica” e expressões das “ideologias laicas” (André e Patrício, 1988) e uma nota sobre a Geografia da SIDA à escala global onde se conseguem identificar elementos simplificados da análise de difusão espacial (André, 1988), que se podem enquadrar no âmbito geral da Geografia Social e, ainda, um artigo mais tardio (o único neste capítulo publicado na década de 1990) sobre a internet e os seus usos, que inclui considerações sobre o significado do ciberespaço na Geografia (André, 1996).

Contudo, este interesse por problemáticas diversas tratadas numa perspectiva geográfica, não traduz diletantismo científico, nem propriamente dispersão de interesses. Possuidora de um espírito inquieto e atenta aos processos sociais “novos” que se vão manifestando, mais ainda numa fase precoce da carreira em que os caminhos estão mais abertos e se tende a “tatear” diversas temáticas (não obstante o forte interesse pela Geografia Eleitoral, como referimos), Isabel André evidencia uma perspicácia científica para os temas de vanguarda, introduzindo a análise geográfica destes em momentos em que a sua apropriação pela academia (e mesmo pela sociedade) ainda se encontra numa fase pouco consolidada. É assim com a questão da SIDA em 1988, cuja notificação de casos data do início da década e a identificação

do vírus de 1983. Também o trabalho de 1990 sobre a Geografia da Banca em Portugal reflecte esta preocupação com processos novos, uma vez que a segunda metade do decénio anterior tinha sido marcada pelo processo de privatizações e liberalização da economia, com a dinamização do sector bancário assente no ressurgimento da banca privada nacional, apoiada em inovações tecnológicas à época, como a introdução das caixas multibanco, cuja difusão também é analisada. Promover inovação temática também acontece no artigo de 1996 sobre a internet, uma vez que a explosão no uso desta acontece, precisamente, nesta década, sobretudo a partir de 1992 com a criação da World Wide Web. Mas estas “inovações temáticas em Geografia” não estão completamente desligadas entre si, uma vez que assumem, de modo mais ou menos explícito, uma abordagem que parte da ciência crítica, apoiada no pensamento marxista, sobretudo no que respeita aos textos iniciais. Por exemplo, na análise dos Fluxos Financeiros Regionais de 1982, há a afirmação de que as estruturas capitalistas impedem um desenvolvimento regional equilibrado – “... delinea-se uma diferenciação nítida entre as áreas urbano-industriais, onde o investimento público cria condições altamente favoráveis para o investimento privado e para o capital financeiro, e as áreas rurais, drenadas

de recursos financeiros na medida em que as tributações aí recolhidas, não são, na totalidade, reinvestidas localmente...” (p.391). O texto sobre a Geografia da Banca, mais centrado na descrição dos padrões geográficos, não incorpora um suporte teórico tão explícito, mas não deixa de frisar as diferenças entre as opções territoriais da Banca Pública, que após a implantação da democracia procuraram estender o serviço a todo o território e a então emergente Banca Comercial Privada, com opções territoriais mais concentradas. Embora assente numa análise que sai fora da Geografia Económica, o artigo sobre o catolicismo (André e Patrício, 1988) mantém a abordagem de inspiração marxista, evidenciando que o desenvolvimento do capitalismo enfraquece o catolicismo e a sua expressão – “o enfraquecimento do catolicismo faz-se sentir nas áreas onde o desenvolvimento capitalista é mais pronunciado” (p.247) -, ainda que estes sejam compatíveis. A evidência de correlações entre práticas mais intensas de catolicismo, campesinato e voto em partidos de direita prolonga a linha de abordagem apoiada no marxismo, neste caso estabelecendo ligações entre formações ideológicas laicas e católicas e, também, os interesses das diversas classes sociais.

Refira-se que os artigos sobre a difusão da SIDA e a internet, mantendo a perspectiva crítica, evidenciam um

afastamento face a uma abordagem mais apoiada, de forma explícita, no marxismo ou no neomarxismo mais tradicionais. Efetivamente, no primeiro caso, a nota datada de 1988 introduz uma preocupação com formas de subordinação que vão para além das estruturas de classe – “a valorização a que tem estado sujeita a SIDA não decorre só das características da doença, mas deriva também de ter constituído uma oportunidade privilegiada para os sectores mais conservadores das sociedades se manifestarem contra determinados comportamentos sociais, designadamente no que se refere ao consumo de estupefacientes ou à homossexualidade.” (p.276). Isto antecede aquela que seria a forma de subordinação mais trabalhada por Isabel André – o patriarcado –, explícita de modo inovador num artigo publicado na Finisterra em 1991 e trabalhada de forma profunda na sua tese de doutoramento, publicada em 1994. Em *Internet* – “navegar é preciso”, as preocupações com a desigualdade perpassam vários momentos do texto, como demonstra a afirmação de que “a maioria da humanidade não tem barco” (p.215) (para navegar na net) ou a aproximação ao ultraliberalismo que certos usos da internet por parte das grandes empresas proporcionam (mesmo que outras utilizações permitam um exercício mais livre da cidadania).

#### UMA FASE ESTRUTURALISTA MARCADA POR OPÇÕES METODOLÓGICAS QUANTITATIVAS E LEITURAS DINÂMICAS

Com exceção do texto sobre a internet, os métodos utilizados nos trabalhos em análise assentam em dados estatísticos provenientes de fontes diversas, sujeitos a um tratamento quantitativo que possibilita uma análise dinâmica enquadrada em abordagens estruturalistas, de resto inerentes à perspectiva crítica de inspiração marxista adotada.

Efetivamente, a compreensão do processo de transformação de componentes das estruturas económicas, sociais e políticas, entre a situação existente no momento da Revolução portuguesa ou mesmo antes (que remetem para a Ditadura ou a fase final da Primavera Marcelista) e o que ocorre nos 10-15 anos subsequentes, está bem patente nos trabalhos sobre os Fluxos Financeiros Regionais, o Catolicismo em Portugal ou a Geografia das Instituições Bancárias. Os métodos utilizados baseiam-se em estatísticas e no tratamento quantitativo e cartográfico, permitindo fazer uma leitura das situações observadas nas várias regiões portuguesas e das modificações observadas ao longo do tempo. As explicações avançadas assumem uma natureza estruturalista (formações capitalistas, concentração do capital, organização espacial das instituições, expressões ideológi-

cas...), deixando de lado componentes micro mais relacionadas com a ação dos sujeitos que só mais tarde, e com o apoio de métodos qualitativos, viriam a ser incorporadas nas análises de Isabel André. Nesta linha, o tratamento da informação recorre a técnicas “explicativas”, como a correlação, ou a processos inspirados na análise da difusão espacial de inovações com o recurso a sequências de mapas como acontece no texto sobre a Banca e, também, no trabalho sobre a SIDA. Nesta perspetiva, as desigualdades espaciais são algo dinâmico, emergindo enquanto processo associado a causas estruturais profundas inerentes às transformações do próprio sistema capitalista, nas suas dimensões, económicas, sociais e ideológicas.

#### CODA BREVE, AO RITMO D’“UNE VALSE A MILLE TEMPS”

Mesmo nesta fase inicial do seu percurso, marcada por aspetos que se alterarão com o tempo (o privilégio do quantitativo que cederá o lugar a princípios de triangulação metodológica; a valorização das relações de classe enquadradas por uma perspectiva marxista clássica transformada progressivamente numa abordagem mais interseccional, em que a orientação sexual e o género são também dimensões essenciais da desigualdade), fica a imagem da geógrafa livre e inquieta, que propõe interpretações

geográficas para temas inovadores e socialmente relevantes e acompanha as ruturas paradigmáticas e metodológicas. O legado de Isabel André, composto por estes e muitos outros textos, incita-nos a refletir e a questionar os processos sociogeográficos (não é por acaso que vários das suas obras levantam explicitamente questões, como se verifica com os trabalhos sobre a Internet e a SIDA, que assume como exploratórios) e a adotar uma atitude crítica perante o “real”, socialmente construído e marcado por injustiças espaciais. Porventura, mais do que tudo isto, talvez fique um certo “direito a sonhar”, título de uma exposição dedicada a Jaques Brel, compositor muito apreciado por Isabel André e que, como ela, evidenciava uma criatividade significativa....

*«Sais-tu qu'elle vole la coquille  
Les oasis du Sahara  
Les poissons dorés de la Chine  
Et les jardins de l'Alhambra  
Quand Isabelle dort plus rien ne bouge...»*

Jacques Brel, «Isabelle» (1959)

## FLUXOS FINANCEIROS REGIONAIS

A ideia base do estudo de MARTINS BARATA <sup>(1)</sup> reside na análise dos obstáculos ao desenvolvimento regional que, na sua opinião, «se encontram na própria estrutura capitalista, de tal modo que as intenções de promover o desenvolvimento regional (entendido como «progresso») pela própria estrutura capitalista, tanto como os de promover o progresso (entendido como «desenvolvimento») pelos que sustentam ideologias anticapitalistas, são, dentro desta estrutura, inatingíveis» (p. 9).

Para desenvolver esta ideia, o autor caracteriza a acção da classe burguesa em Portugal através da forte concentração do capital financeiro e da manutenção de grandes reservas de força de trabalho.

Considerando que «para a formação do lucro nas unidades manufactureras contribui não só a incorporação da mais-valia produzida pela força de trabalho, como o fruto do capital geral social em que essas actividades se inserem, e ainda a internalização das economias externas» (p. 10), procura definir a articulação entre o capital privado e o público bem como a diferente mobilidade de um e de outro. As vantagens para o investimento privado «de dispor de infra-estruturas, transportes, proximidade de mercados e de actividades complementares (...) correspondem a despesas públicas acrescidas na unidade urbana, que são cobertas, por um lado, por tributações impostas às próprias actividades locais e, por outro lado, por tributações impostas ao conjunto do país» (p. 10) — tais despesas irão ser recuperadas pelo capital privado através das rendas urbanas.

Nesta perspectiva, delineia-se uma diferenciação nítida entre as áreas urbano-industriais, onde o investimento público cria condições altamente favoráveis para o investimento privado e para o capital financeiro, e as áreas rurais, drenadas de recursos financeiros na medida em que as tributações aí recolhidas não são, na totalidade, reinvestidas localmente, onde permanecem as actividades agrícolas e de extracção de matérias-primas asseguradas por uma força de trabalho relativamente volumosa e consequentemente barata.

<sup>(1)</sup> BARATA, J. P. MARTINS — *Fluxos Financeiros Regionais: Obstáculos Estruturais às Acções de Desenvolvimento Regional*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisbon, 1981.



«Em termos agregados, o investidor só terá incentivo a investir em zonas deprimidas se aí obtiver uma taxa de lucro correspondente ou maior à que obterá noutras regiões. (...) No entanto não precisa de tomar deliberadamente essa decisão procurando o local e actividade em que deve investir; ou pelo menos não terá sempre que a tomar por si, a nível individual. O sistema encarrega-se disso, através da instituição de crédito. Os depósitos que faz na agência local da Banca, fundem-se imediatamente no bolo das disponibilidades onde obtiverem melhor remuneração» (p. 13). Se se entender a Banca no âmbito da empresa capitalista, justifica-se tal comportamento; ela constitui, de facto, um obstáculo estrutural ao desenvolvimento regional na medida em que determina a concentração territorial progressivamente mais acentuada dos recursos financeiros.

A forte mobilidade do investimento produtivo opõem-se, no entanto, as restrições à mobilidade geográfica do investimento público: «Nas zonas drenadas de recursos financeiros a favor das zonas ou centros de maior actividade, a vida não pára (...). É preciso continuar a administrar, policiar, abastecer, iluminar, manter acessos e transportes, escolas e serviços de saúde (...) Todo o país, através do Estado, acorre a manter viável a existência civil, nacional, de todas as partes do seu território» (p. 14).

Seria interessante neste ponto da análise distinguir as diferentes funções do Estado — por um lado, criar as condições que permitem o acréscimo das taxas de lucro do investimento privado, quer através da infra-estruturação das áreas urbano-industriais quer pela política creditícia; pelo outro, manter um mínimo de condições de vida em todo o território, através do acesso aos bens e serviços de consumo colectivo. As primeiras funções parecem constituir tarefa prioritária do Governo Central enquanto o segundo conjunto se exerce sobretudo através da acção dos «Governos Locais» — autarquias.

A segunda parte do trabalho incide na análise empírica dos pressupostos teóricos anteriormente expostos, baseando-se na evolução dos saldos distritais da conta corrente do Tesouro Público, publicados anualmente, desde 1887, pelo Banco de Portugal. «O saldo exprime a diferença entre a totalidade do esforço público para tornar viável ou proporcionar as 'condições' necessárias à vida colectiva numa unidade territorial (despesas do Estado) e a devolução à comunidade nacional dos recursos necessários à manutenção da vida do país, por parte daquela mesma unidade territorial (receitas do Estado)».

Nesta perspectiva, foram cartografados e analisados os saldos distritais acumulados em cada ano, desde 1891 até 1980, bem como as séries cronológicas dos saldos de cada distrito.

Embora o autor faça uma leitura muito breve da cartografia elaborada (p. 27), parece-nos importante salientar o seguinte:

a) Duma situação de saldo positivo para a grande maioria dos distritos, que se mantém com alterações pontuais e esporádicas até aos anos 30, passa-se, a partir daí e progressivamente, para uma situação inversa, onde os distritos com saldos positivos se apresentam em franca minoria e correspondem, grosso modo, às áreas mais industrializadas.

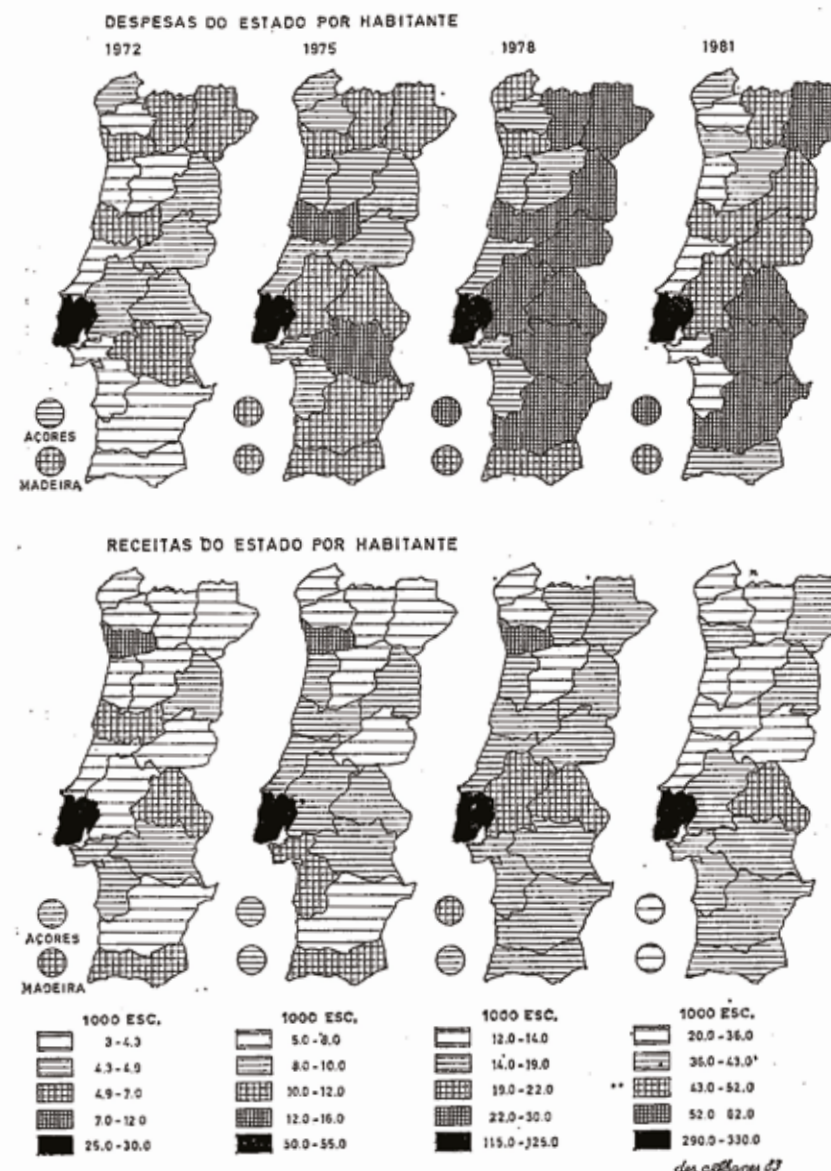


Fig. 1 — Despesas e receitas do Estado por habitante



b) O distrito de Lisboa mantém-se durante quase todo o período analisado com saldos negativos, situação que se deve, por certo, à sua função de capital do país.

Atendendo às características da informação disponível para esta análise — despesas e receitas anuais do Estado — parece-nos de certa forma criticável a análise elaborada.

A utilização do saldo acumulado em detrimento do saldo instantâneo suscita algumas dúvidas, na medida em que, se por um lado permite sobrevalorizar as alterações estruturais, subestimando as conjunturais, por outro dificulta a análise da relação entre o processo histórico e a contabilidade nacional, ou seja, na prática um distrito pode começar a ter um saldo negativo no ano A e esse facto só se reflectir no saldo acumulado no ano  $A + n$ , sendo  $n$  tanto mais elevado quanto maior for o montante do saldo no ano A. Por outro lado, a análise distinta das despesas e das receitas seria, na nossa opinião, mais correcta do que a agregação das duas variáveis (saldo), na medida em que permitiria uma maior aproximação dos objectivos expostos no trabalho — analisar, por um lado, a drenagem dos recursos gerados nas diferentes regiões do país (receitas do Estado) e, por outro, detectar o padrão do investimento público bem como a sua mobilidade (despesas do Estado).

Os mapas da fig. 1 exemplificam a análise que propomos e permitem distinguir o papel das despesas e das receitas na formação dos saldos distritais. Durante o período analisado (1972-1981), acentuou-se o saldo negativo da maioria dos distritos, o que se deveu sobretudo ao acréscimo das despesas públicas, já que as receitas sofreram igualmente um aumento ainda que a um ritmo menos intenso. A esta situação não terá sido estranho o esforço de distribuição dos equipamentos colectivos e infra-estruturas numa forma mais equilibrada, empreendido pelo Estado a partir de 1974. O mapa referente às despesas por habitante em 1978 permite detectar claramente uma política de valorização das áreas economicamente menos desenvolvidas.

Na última parte do trabalho, numa tentativa de sintetizar os mecanismos financeiros nacionais (p. 36), o autor distingue, no âmbito nacional, o Estado e a banca e, no local, os serviços públicos e as actividades produtivas, estabelecendo, de seguida, os fluxos financeiros que se geram entre todos estes agentes. Integrados neste esquema, os saldos distritais da conta corrente do tesouro público correspondem a um «contador» colocado nos fluxos que se operam entre o Estado e os Serviços Públicos locais, já que os movimentos financeiros entre a banca e as actividades produtivas, cuja análise seria extremamente importante, não são contabilizáveis, dada a dificuldade de obtenção da informação necessária.

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ

## NOTAS E RECENSÕES

### ALGUNS TRAÇOS DA EXPRESSÃO GEOGRÁFICA DA SÍNDROME DE IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (SIDA)

A SIDA foi detectada, pela primeira vez, nos Estados Unidos da América em 1979. Trata-se de uma virose cuja propagação se tem manifestado muito rápida: o número de casos detectados, à escala mundial, desde 1979 até à actualidade (Agosto de 1988), ultrapassa os 100 000, segundo informação da Organização Mundial de Saúde, divulgada pela comunicação social; em Setembro de 1987, data em que termina o período sobre o qual dispomos de informação detalhada <sup>(1)</sup>, tinham sido detectados 60 653 doentes, dos quais 41 825 nos EUA.

A patologia da SIDA é ainda pouco conhecida, sendo, designadamente, controversa a sua origem geográfica, que alguns investigadores situam nos EUA, admitindo a hipótese de a transmissão do vírus estar relacionada com experiências laboratoriais insuficientemente controladas; outros apontam a África como primeiro foco difusor.

O processo de difusão espacial da SIDA parece-nos ser um aspecto fundamental no conjunto de investigações em curso e, com esta nota, pretendemos, apenas, chamar a atenção para alguns problemas que se levantam nessa análise, bem como para os principais traços da expressão geográfica mundial da doença.

A detecção da SIDA está, obviamente, relacionada com o desenvolvimento dos serviços nacionais de saúde, encontrando-se, no entanto, ainda numa fase inicial em quase todos os países. Assim, a data em que surgem os primeiros casos detectados não deve ser entendida como o início da doença, mas apenas como o da sua detecção. Por outro lado, a existência ou não de campanhas preventivas e o seu grau de agressividade condicionam, certamente, o número de detecções. Outros aspectos limitam ainda a leitura comparativa da informação, nomeadamente o facto de a doença ser ou não de notificação obrigatória nos vários países.

<sup>(1)</sup> A informação, difundida pela Organização Mundial de Saúde, foi publicada pelo Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis — Instituto Nacional de Saúde — e foi obtida por ANA PAULA PIMENTEL, HÉLDER SANTOS e JACINTO RAPOSO, que desenvolveram um trabalho, na disciplina de Geografia Económica e Social (1987/1988), sobre a caracterização geográfica e social da SIDA.

QUADRO I

Número de casos de SIDA detectados em cada semestre, 1979-1987

Semestres	África	América	Ásia	Europa	Oceânia	Total
1979—I	0	4	0	0	0	4
1979—II	0	10	0	0	0	10
1980—I	0	23	0	0	0	23
1980—II	0	32	1	1	0	34
1981—I	0	89	0	1	0	90
1981—II	0	183	0	12	0	195
1982—I	0	376	0	11	0	387
1982—II	3	676	1	58	1	739
1983—I	2	1 433	0	52	1	1 488
1983—II	12	1 752	8	163	5	1 940
1984—I	6	2 584	0	212	6	2 808
1984—II	76	3 647	4	360	39	4 126
1985—I	5	4 777	11	555	68	5 416
1985—II	180	6 110	18	781	56	7 145
1986—I	986	7 162	10	1 009	98	9 265
1986—II	2 125	8 346	44	1 454	141	12 110
1987—I	2 328	8 639	75	2 268	184	13 494
Data desconhecida	0	172	0	14	0	186
Total acumulado em Junho de 1987	5 723	46 015	172	6 951	599	59 460

FONTE: Organização Mundial de Saúde/Instituto Nacional de Saúde.

Até 1982 o número de casos detectados era relativamente reduzido e limitava-se, quase exclusivamente, ao continente americano. A partir dessa data, as detecções semestrais têm aumentado consideravelmente, começando a salientar-se a Europa, a partir de 1983, e a África, a partir de 1985, com um ritmo de crescimento muito rápido. Na Ásia e na Oceânia, a SIDA apresentava, em Junho de 1987, uma expressão ainda insignificante.

Embora o gráfico da evolução mundial e por continentes corresponda nitidamente à progressão habitual dum processo de difusão, os valores observados decorrem, por certo, da combinação de dois aspectos: o contágio da SIDA e o funcionamento dos serviços de detecção.

A cartografia do número de casos de SIDA, por milhão de habitantes, detectados em cada país desde 1979 até Junho de 1987 (fig. 2 a 5),

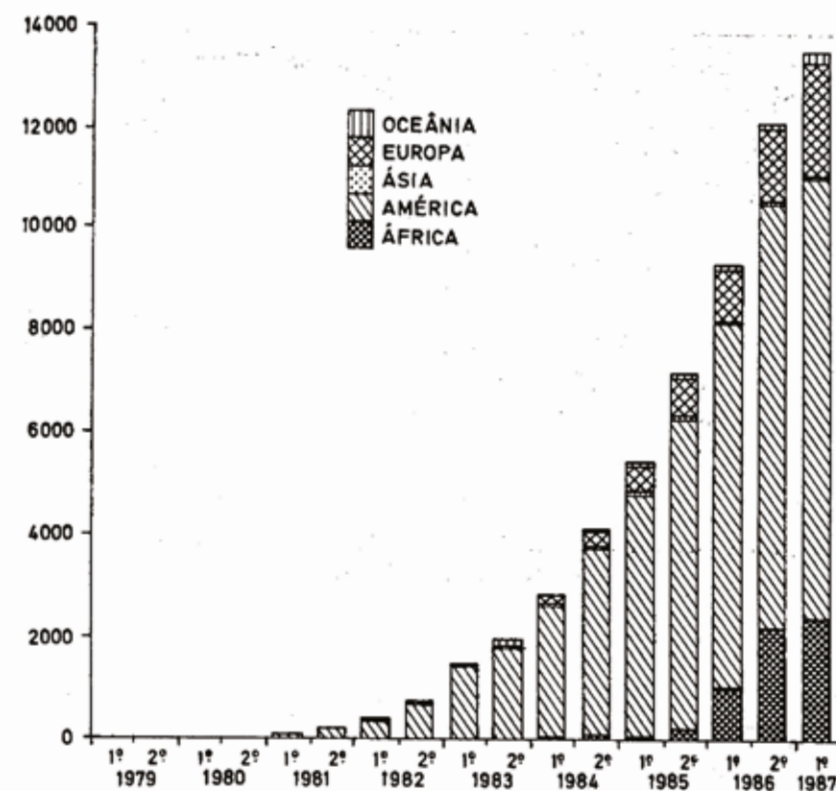


Fig. 1 — Evolução do número de casos de SIDA detectados em cada semestre, 1979 a 1987.

permite-nos avançar na análise dos dois aspectos referidos e, de alguma forma, distinguir o concurso de cada um deles na incidência da SIDA.

Em 1979, a estatística da SIDA limitava-se aos EUA, em 1981 (fig. 2) eram já conhecidos casos no Canadá, no México, na Dinamarca e em Israel. Embora desconheçamos quais os países onde, em 1981, se efectuava detecção da SIDA, este primeiro retrato evidencia a importância dos contactos, de vários âmbitos, com os EUA na progressão da doença.

Em 1983 (fig. 3), a SIDA atingia já um grande número de países, continuando a salientar-se a relação entre a ocorrência da doença e a frequência de contactos com os EUA, designadamente nos casos da América Latina, da Austrália e da África do Sul, já que a grande progressão geográfica registada na Europa deve traduzir também a actividade de novos focos difusores secundários e ainda a rápida criação de serviços de detecção na maioria dos países europeus.





Fig. 2 — Número de casos de SIDA detectados entre 1979 e 1981, por milhão de habitantes.

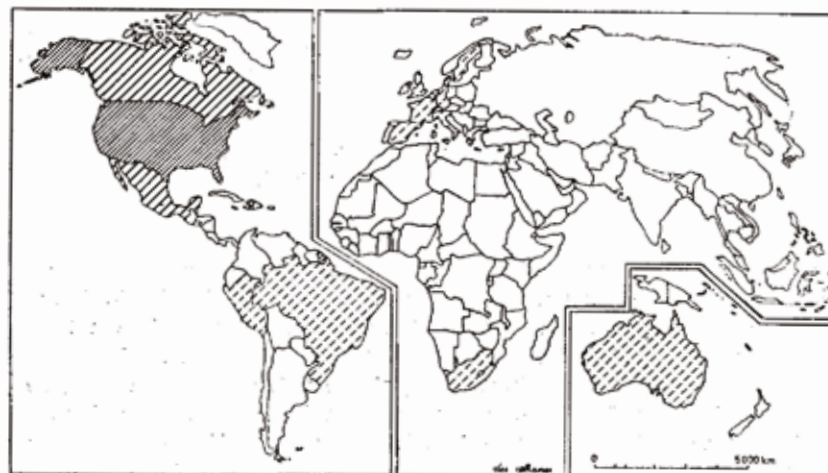


Fig. 3 — Número de casos de SIDA detectados entre 1979 e 1983, por milhão de habitantes.



Fig. 4 — Número de casos de SIDA detectados entre 1979 e 1985, por milhão de habitantes.

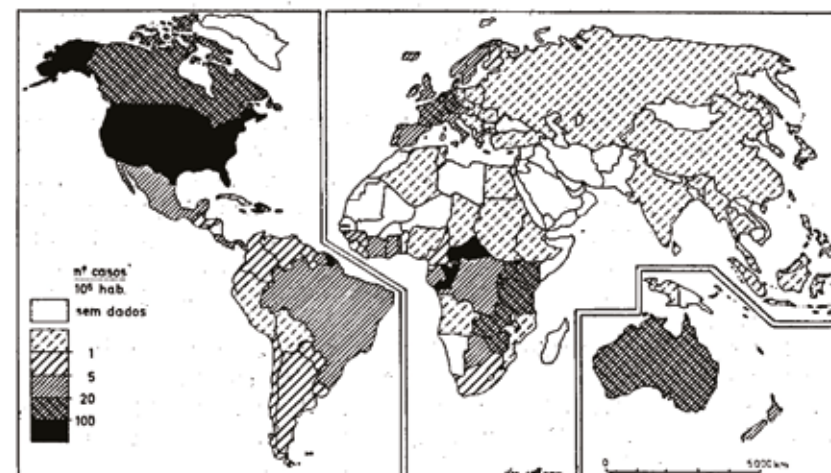


Fig. 5 — Número de casos de SIDA detectados entre 1979 e 1987, por milhão de habitantes.

Em 1985 (fig. 4), o padrão geográfico da SIDA manteve os traços antes delineados, observando-se um alastramento a partir das áreas identificadas no período anterior e um crescimento significativo do número de doentes em quase todos os países. Alguns pequenos estados americanos, cuja dimensão territorial impossibilita, na maioria dos casos, a sua representação cartográfica, apresentavam já taxas de incidência de SIDA superiores às dos EUA (59.4 por milhão de habitantes em Junho de 1985), nomeadamente as Bermudas e o Haiti; as funções turísticas desenvolvidas nestes países, entre as quais se inclui a prostituição, destinadas sobretudo aos cidadãos dos EUA que aí se deslocam frequentemente, explicam, por certo, a forte propagação da doença.

Em 1987 (fig. 5), a distribuição geográfica da SIDA alterou-se significativamente, já que a sua ocorrência em África aumentou de forma brutal. Países africanos apresentavam, em 1987, algumas das taxas mais elevadas do Mundo, designadamente a República Centro-Africana, o Congo e o Ruanda.

A situação detectada em 1987 suscita algumas questões pertinentes sobre o processo de difusão geográfica da SIDA. A emergência dos países africanos com um número muito elevado de casos é difícil de explicar através de contactos com os EUA; por outro lado, a sua contiguidade espacial sugere a existência de um foco difusor regional cuja actividade será, certamente, anterior a 1987. A situação observada na Ásia, suscita também algumas dúvidas, já que os intensos contactos que alguns países mantêm com os EUA, designadamente os do Sudeste asiático, parecem não se repercutir na incidência da SIDA, sugerindo a existência de uma qualquer barreira pouco permeável à difusão da doença.

A breve análise que elaborámos permite-nos apenas levantar algumas questões. Um estudo detalhado do processo de difusão da SIDA seria, sem dúvida, um contributo importante para a investigação médica e, por essa via, para o combate a uma doença que, apesar de ter, pelo menos na Europa, uma expressão numérica muito inferior aquelas que aí constituem as principais causas de morte, se tornou, pelas suas consequências, e sobretudo pelas características do seu contágio, um grave problema social.

Parece-nos, no entanto, importante chamar a atenção para que, na nossa opinião, a valorização a que tem estado sujeita a SIDA não decorre só das características da doença, mas deriva também de ter constituído uma oportunidade privilegiada para os sectores mais conservadores das sociedades se manifestarem contra determinados comportamentos sociais, designadamente no que se refere ao consumo de estupefacientes e à homossexualidade. Alguns discursos provenientes desses sectores chegam a identificar a SIDA como um «castigo divino».

Com esta observação, não pretendemos, de modo algum, subestimar a gravidade da propagação da SIDA. Os quadros I, II e III (\*) ilustram, claramente, a amplitude do problema.

#### QUADRO II

Repartição dos casos de SIDA, detectados na Europa, até Junho de 1987, por grupos etários e por sexos

Grupo etário	Homens	Mulheres	Total
0-11 meses	24	27	51
1-4 anos	38	41	79
5-9	18	6	24
10-14	25	3	28
15-19	53	11	64
20-29	1 515	367	1 882
30-39	2 379	164	2 543
40-49	1 409	49	1 458
50-59	461	33	494
60 e mais anos	162	29	191
Desconhecido	64	1	65

FONTE: O. M. S./I. N. S.

#### QUADRO III

Repartição dos casos de SIDA, detectados na Europa, até Junho de 1987, por grupos de risco

Grupo de risco	N.º de casos
Homo/Bissexuais	4 133
Toxicómanos	1 136
Heterossexuais	586
Hemofílicos	235
Receptores de transfusões de sangue	231
Homossexuais/Toxicómanos	179
Outros/desconhecido	200

FONTE: O. M. S./I. N. S.

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ

(\*) Nos quadros II e III não estão contabilizados, por falta de informação, todos os países que constam do grupo Europa no quadro I.



O CATOLICISMO EM PORTUGAL:  
ORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA E PRÁTICAS RELIGIOSAS  
ANALISE REGIONAL

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ  
CARLOS PATRÍCIO

1. INTRODUÇÃO

A organização da Igreja Católica em Portugal e o comportamento religioso da população parecem-nos temas da maior importância para a compreensão da realidade social portuguesa.

O estudo elaborado parte de dois pressupostos principais: encarámos as práticas católicas como comportamentos sociais e admitimos que a intensidade dessas práticas depende do grau de organização da Igreja Católica e também da realidade social, económica e política que caracteriza as várias parcelas do território nacional. Nesta base, a análise que elaborámos divide-se em duas partes relativamente distintas. A primeira respeita à evolução da estrutura da Igreja Católica nas várias regiões do País, nas últimas décadas, bem como ao dinamismo da instituição avaliado através da evolução dos seus principais meios de expressão. Na segunda, procedemos à caracterização regional das práticas católicas da população. Nesta parte, onde se configura o principal objectivo do trabalho, procurámos compreender os traços fundamentais da articulação entre a expressão da ideologia católica e a expressão de várias ideologias laicas, mais ou menos compatíveis com os valores do catolicismo.

A concretização deste objectivo deverá passar designadamente pela observação do impacte do 25 de Abril sobre as práticas católicas, bem como pela confirmação de um eventual



reforço dessas práticas nos últimos anos como resultado das sucessivas transformações que a sociedade portuguesa tem vindo a sofrer. Serão também objectos de particular atenção a relação entre o voto e as práticas católicas e a possível diferenciação entre comportamentos urbanos e rurais.

A informação relativa à organização da Igreja Católica em Portugal foi recolhida nos *Anuários Pontifícios* (1950 a 1985), publicados pelo Vaticano <sup>(1)</sup> e a que se refere às práticas católicas da população foi obtida nos *Recenseamentos Gerais da População* (I. N. E.), nas *Estatísticas Demográficas* (I. N. E.) e no livro de Luís DE FRANÇA (1981), *O Comportamento Religioso da População Portuguesa*, publicações que contêm os elementos essenciais.

## 2. A ESTRUTURA DA IGREJA CATÓLICA EM PORTUGAL

### 2.1. A organização territorial

A organização territorial da Igreja Católica em Portugal decompõe-se em cinco níveis hierárquicos (fig. 1): o Episcopado Português que abrange todo o território nacional; as Províncias Eclesiásticas, sediadas nas Arquidioceses de Évora e Braga e no Patriarcado de Lisboa; as Dioceses, em número de vinte, duas nas Regiões Autónomas e dezoito no Continente, sediadas todas nas capitais de distrito excepto a de Lamego; os Arciprestados <sup>(2)</sup> ou Vigararias (269) e as Paróquias (cerca de 4300).

Não se justifica, no âmbito deste artigo, desenvolver a história da organização territorial da Igreja Católica; no entanto, importa salientar alguns aspectos que nos despertaram particular atenção.

A data de fundação das Dioceses (quadro 1) coincide, em muitos casos, com períodos politicamente conturbados da história nacional: a formação da nacionalidade, as descobertas,

<sup>(1)</sup> Cabe aqui uma referência especial à disponibilidade que encontramos por parte da Nunciatura Apostólica e nomeadamente do Padre João Chaves, que de bom grado nos facilitou a consulta dos *Anuários*, cuja informação, sistemática e bem organizada, foi indispensável para este estudo.

<sup>(2)</sup> Os Arciprestados e as Vigararias são unidades territoriais do mesmo nível hierárquico.

a liderança do Marquês de Pombal, a Primeira República e o 25 de Abril. Tal coincidência, que não parece ser acidental, sugere que a organização territorial da Igreja Católica constituiu um meio privilegiado de consolidação nos momentos em que, por várias razões, foi ameaçada a sua influência ou, pelo contrário, naqueles em que a intervenção da instituição religiosa se mostrou indispensável <sup>(3)</sup>.

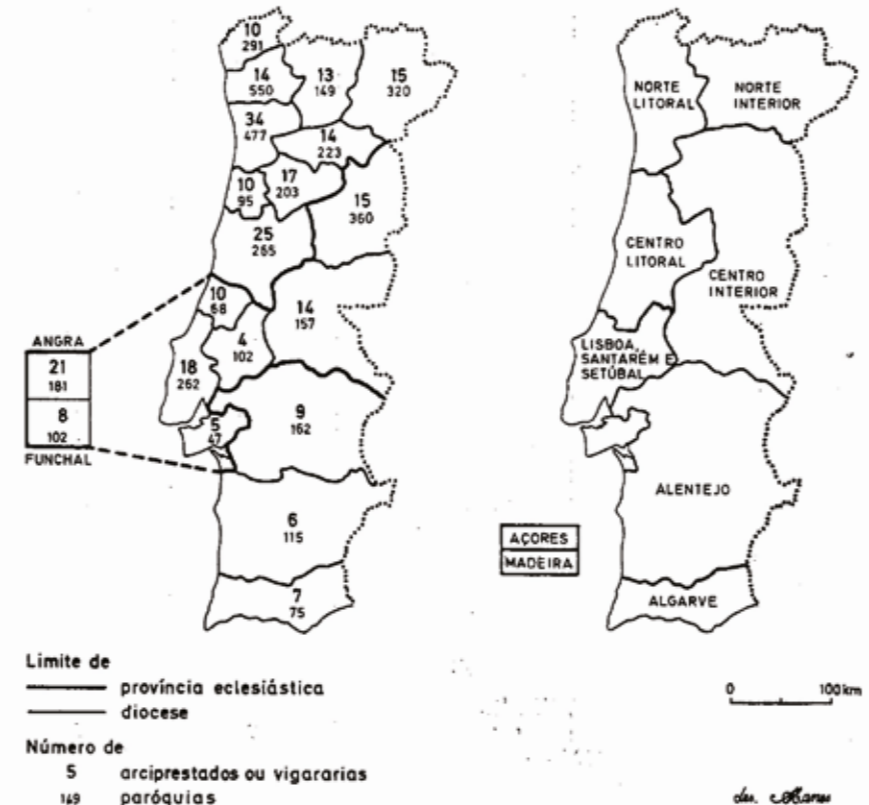


Fig. 1 — Organização territorial da Igreja Católica.

Fig. 2 — Unidades de análise.

<sup>(3)</sup> A extinção de 5 Dioceses em 1882 correspondeu apenas a uma nova circunscrição diocesana efectuada pelo Papa Leão XIII a pedido do Rei D. Luís e relacionada certamente com a reorganização político-administrativa então em curso.

# QUADRO I

Data de fundação, extinção e restauração das Dioceses portuguesas

	Fundação	Extinção	Restauração
Algarve (a)	ant. séc. IV (Ossobona)	?	1253
Angra	534	—	—
Aveiro	1774	1882	1938
Beja	531	754	1770
Braga	ant. séc. IV	?	1070
Bragança/Miranda	Miranda — 1545 Bragança — 1764 Brag./Mir. — 1780	—	—
Chaves	ant. séc. VI	?	—
Coimbra	séc. VI	?	1086
Dume	556	?	—
Elvas	1570	1882	—
Évora	ant. séc. IV	?	1166
Funchal	1514	—	—
Guarda	569 (Egitânia)	?	1199
Lamego	569	?	1147
Leiria/Fátima (b)	1545	1882	1918
Lisboa	ant. séc. IV	?	1148
Penafiel	1770	1778	—
Pinhel	1770	1882	—
Portalegre/ /Castelo Branco (c)	Port. — 1549 C. B. — 1771	C. B. — 1882	—
Porto	569	—	—
Santarém	1975	—	—
Setúbal	1975	—	—
Viana do Castelo	1977	—	—
Vila Real	1922	—	—
Viseu	séc. VI	?	1147

(a) A sede da Diocese deslocou-se de Silves para Faro em 1577.

(b) Designação actual da Diocese, em vigor a partir de 1954.

(c) Designação actual da Diocese, em vigor a partir de 1956.

Outro aspecto a realçar diz respeito ao paralelismo entre a divisão eclesiástica e a divisão político-administrativa, não restando grandes dúvidas sobre a sua interinfluência mas sendo, no entanto, de admitir que a organização eclesiástica terá sido a mais condicionante.

Um último aspecto relaciona-se com o dinamismo que se tem verificado recentemente ao nível da organização paroquial. Utilizando como referência o número de paróquias em 1950, em cada uma das 9 regiões que definimos, podemos verificar que, nos últimos trinta anos, os acréscimos mais significativos ocorreram nas Regiões Autónomas e nas regiões litorais do Continente, sendo aqui particularmente notável o aumento registado na Região de Lisboa (quadro II). As variações observadas nas regiões do Continente permitem comprovar que o dinamismo da organização paroquial acompanha claramente a evolução demográfica, antecipando-se mesmo, em numerosos casos, ao reordenamento político-administrativo.

## QUADRO II

Evolução do número de paróquias, 1950 a 1980 e números índice (1950 = 100)

	1950	1960	n. i.	1970	n. i.	1980	n. i.
Norte Litoral	1287	1288	100.1	1297	100.8	1395	108.4
Norte Interior	571	573	100.4	574	100.5	577	101.1
Centro Litoral	400	410	102.5	420	105.0	428	107.0
Centro Interior	928	937	101.0	940	101.3	946	101.9
Lisboa/Santarém/Setúbal	324	346	106.8	358	110.5	384	118.5
Alentejo	286	293	102.4	282	98.62	281	98.3
Algarve	67	68	101.5	71	106.0	71	106.0
Açores	132	168	127.3	151	114.4	152	115.2
Madeira	50	52	104.0	102	204.0	102	204.0
PAÍS — TOTAL	4045	4135	102.2	4195	103.7	4336	107.2

## 2.2. Evolução e distribuição do clero e dos membros dos institutos religiosos

### A evolução do clero

A evolução do número de sacerdotes registou, entre 1950 e 1985, uma estabilidade apreciável, sobretudo nítida se considerarmos o clero secular e o regular conjuntamente, já que o decréscimo observado no clero secular entre 1965 e 1985 foi, de certo modo, compensado por um aumento do número de sacerdotes regulares (fig. 3).



Embora não disponhamos de informação complementar suficiente, a evolução do clero permite supor que o incremento do clero regular obedece à necessidade de compensar a falta de sacerdotes seculares. Temos conhecimento que, dada a falta de párocos sentida nalgumas regiões a partir dos anos 60, os sacerdotes regulares passaram, nalguns casos, a exercer funções paroquiais.

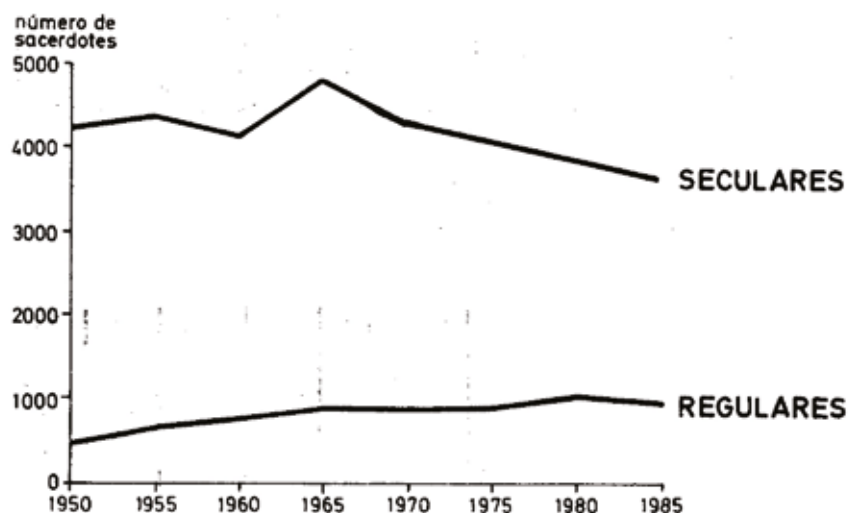


Fig. 3 — Evolução do clero secular e regular, País, 1950 a 1985.

No clero secular, podemos identificar alguns acréscimos e decréscimos relativamente pronunciados: entre 1960 e 1965 assistiu-se a um aumento significativo do número de sacerdotes, o que se pode eventualmente relacionar com a eclosão da Guerra Colonial que, de alguma forma, terá fomentado as ordenações, travando a tendência iniciada na segunda metade dos anos 50 de saída de seminaristas para o ensino laico; a ordenação permitia a esses indivíduos não participarem na guerra ou, pelo menos, não participarem activamente. Ao decréscimo iniciado em 1965, e que se mantém até à actualidade, não devem ter sido alheias as movimentações sociais e políticas que marcaram o fim dos anos 60 e, paralelamente, a flexibilidade introduzida pelo espírito do Concílio do Vaticano II, designadamente no que respeitou aos processos de

dispensa de sacerdotes. Curiosamente, e ao contrário do que por vezes é afirmado, o 25 de Abril não introduziu perturbações sensíveis na tendência decrescente então em curso.

#### A distribuição geográfica do clero

A distribuição geográfica do clero secular foi analisada em função do número de sacerdotes por paróquia. A figura 4 mostra sobretudo uma grande diferenciação entre o litoral e o interior do País.

Enquanto que no litoral e nas Regiões Autónomas o número de sacerdotes tem sido, desde 1950, sempre superior ao das paróquias, em todo o interior verifica-se uma insuficiência crescente de sacerdotes, sobretudo marcada em Trás-os-Montes e no Alentejo, o que deixa supor que a atracção demográfica exercida por determinadas áreas do País e, nomeadamente, pelos grandes centros urbanos, também se faz sentir entre os membros do clero. Embora a nomeação dos sacerdotes para as várias paróquias seja da responsabilidade da organização diocesana, a sua transferência para outras dioceses resulta, na maioria dos casos, da iniciativa individual, ainda que prévia e obrigatoriamente sancionada pela hierarquia competente.

O padrão regional do clero secular deve traduzir também a utilização por parte da Igreja de critérios de «rendibilidade» para a colocação do pessoal eclesiástico, baseados na densidade populacional e, por outro lado, não deixará de reflectir ainda a necessidade que a instituição católica deve sentir de reforçar a sua acção em áreas que se lhe poderão tornar cada vez mais adversas.

Se as carências da organização paroquial que se observam no interior do País decorrem do insuficiente número de sacerdotes seculares, elas não deixam de indiciar também a relutância da Igreja Católica em extinguir paróquias, mesmo nos casos em que a redução drástica da população ao longo das últimas décadas deixou de justificar a sua existência.

#### A evolução do número de seminaristas

O número de seminaristas sofreu grandes alterações desde 1950 a 1985 (fig. 5). Nos primeiros cinco anos do período em análise, regista-se um aumento acentuado de frequência



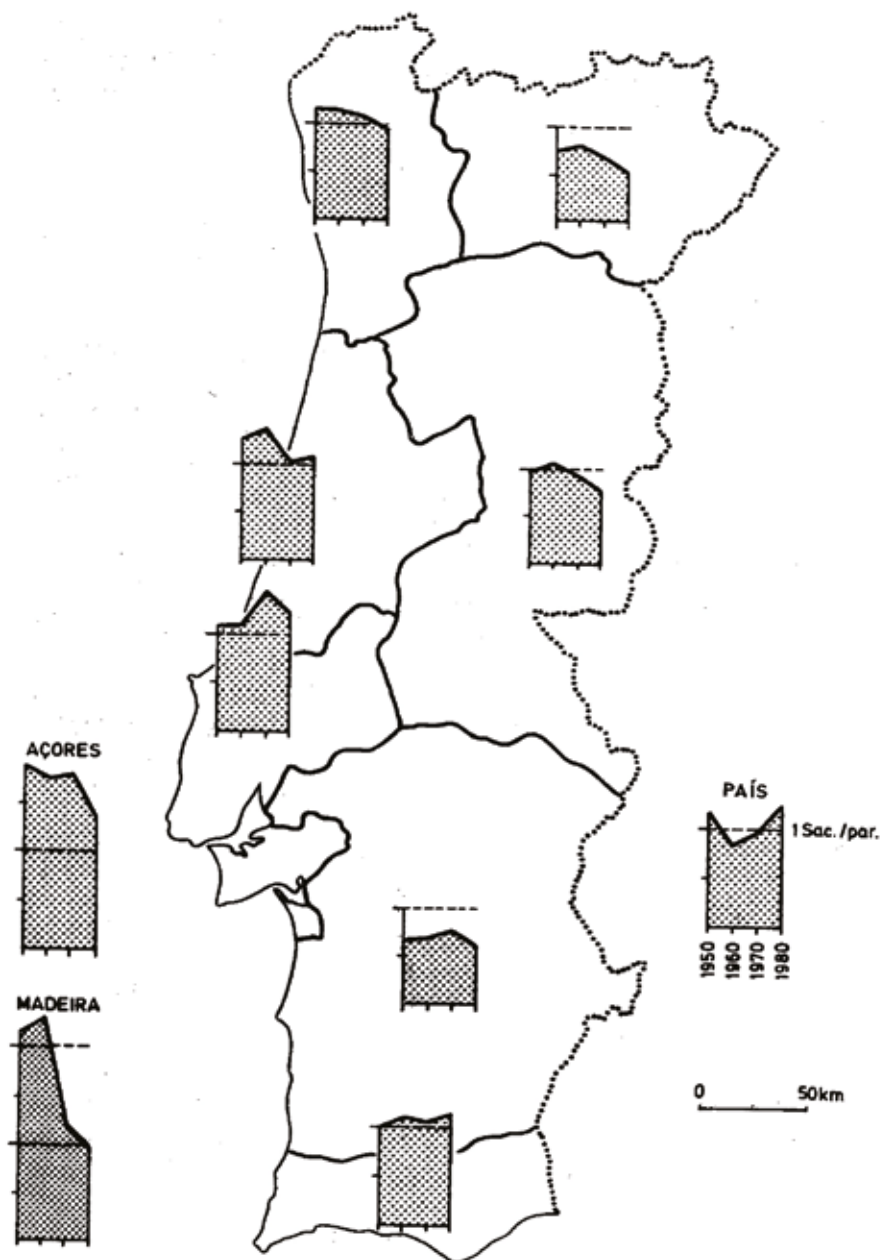


Fig. 4 — Evolução do número de sacerdotes seculares por paróquia, 1950 a 1980.

de seminários, o que pode corresponder à crescente procura do ensino básico e secundário em áreas onde o Estado tardou a criar as estruturas necessárias ao incremento da frequência escolar indispensável aos novos rumos de desenvolvimento económico do País. Os seminários terão assim constituído, durante alguns anos, a única via de escolarização na maior parte das áreas rurais.

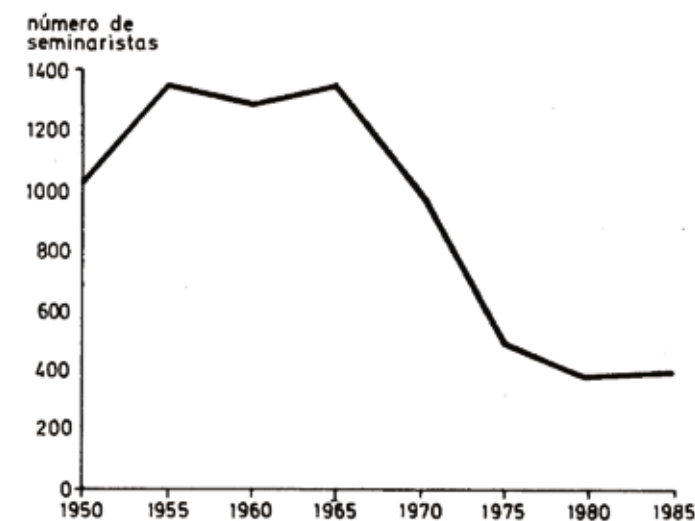


Fig. 5 — Evolução do número de seminaristas, País, 1950 a 1985.

Reconhecendo certamente a importante função dos seminários, o Estado promoveu, a partir da segunda metade dos anos 50, a progressiva equiparação oficial entre o ensino laico e o ensino religioso, o que terá originado, desde o início do processo, a transferência de alguns seminaristas para o ensino secundário oficial.

Na primeira metade dos anos 60 ter-se-á invertido essa tendência, observando-se um pequeno acréscimo da frequência dos seminários; esse aumento pode, eventualmente, ter correspondido mais a uma retracção nas saídas dos alunos mais velhos do que a um aumento do ingresso, já que essa saída, dada a idade dos alunos, corresponderia, em muitos casos, à imediata mobilização para a Guerra Colonial então iniciada.

Entre 1965 e 1975, a frequência dos seminários reduziu-se a menos de metade. Tal decréscimo foi certamente o resultado de múltiplos condicionalismos, entre os quais se destacam o processo de industrialização e os fenómenos migratórios, tendo ambos contribuído decisivamente para uma mudança das mentalidades e permitido, por outro lado, uma subida considerável do nível de vida das populações, o que terá possibilitado o acesso dos grupos sociais mais carenciados ao ensino secundário laico, potenciado também pela dispersão geográfica das escolas que entretanto se verificou.

Além das razões apresentadas, a conturbação social e política que marcou os anos 60 terá também influenciado a menor frequência dos seminários na medida em que esses movimentos englobaram, entre muitos outros aspectos, uma vertente anti-religiosa que, de alguma forma, contribuiu para a desvalorização social da função eclesial.

A evolução do número de membros dos institutos religiosos

A evolução do número de membros dos institutos religiosos masculinos e femininos (fig. 6) mostra uma tendência diferente da do clero.

No que diz respeito aos membros femininos, regista-se um aumento substancial ao longo do período em análise, quebrado apenas por um pequeno decréscimo entre 1970 e 1975 que, na nossa opinião, reflecte principalmente o efeito do 25 de Abril e, em particular, as novas condições de trabalho e de segurança social, sobretudo evidentes nos meios rurais, o que, aliado ao ambiente revolucionário de 1974/75, terá restringido as entradas nos institutos religiosos. Esta hipótese pressupõe admitirmos que a maioria dos membros dos institutos religiosos femininos provinha das áreas rurais e dos grupos sociais mais desfavorecidos.

Na evolução do número de membros dos institutos religiosos masculinos verifica-se uma constância apreciável entre 1950 e 1985, que pode, eventualmente, justificar-se por um estatuto social distinto do da maioria dos membros femininos e menos sensível a alterações da conjuntura social, económica ou política do País.

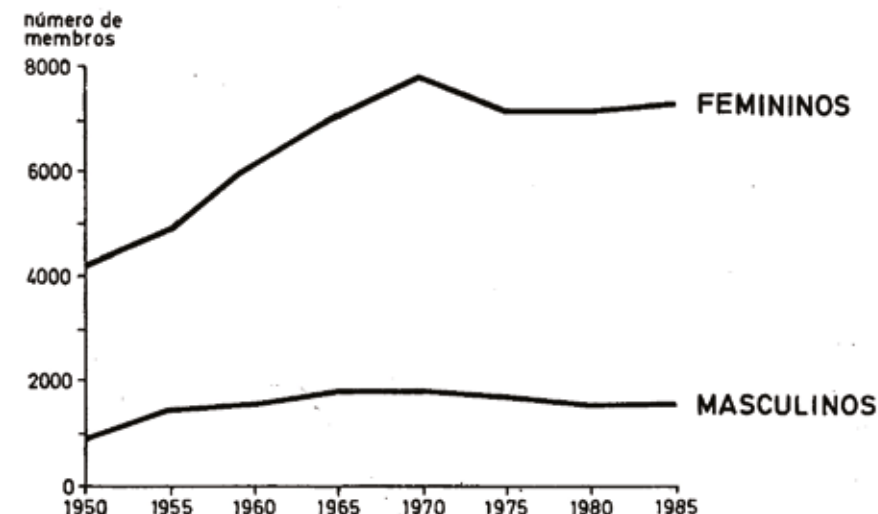


Fig. 6 — Evolução do número de membros dos institutos religiosos, País, 1950 a 1985.

### 2.3. A acção social da Igreja

A acção social da Igreja manifesta-se sob as mais variadas formas: beneficência, ensino, comunicação social, assistência hospitalar entre outras.

Analisámos apenas a evolução das instituições de beneficência e a das escolas católicas, dadas as limitações que encontramos na recolha da informação.

As oscilações que se observam na evolução numérica dos dois tipos de instituições (fig. 7) não podem ser interpretadas pormenorizadamente, dado que os processos de organização relativos à fusão ou concentração de unidades, sobretudo no que toca às instituições de beneficência, são-nos desconhecidos. Apesar disto, o substancial incremento observado nos últimos anos parece não se limitar a questões de reorganização institucional e pode traduzir uma das manifestações do contraponto necessário às carências que se fazem sentir na organização paroquial. Aliás, esta hipótese surge reforçada pelo crescente interesse que a Igreja Católica vem manifestando na ampliação dos seus meios de comunicação social, exemplificado pelas discussões surgidas em torno da atribuição de



frequências à Rádio Renascença e da concessão de um canal televisivo ao Patriarcado de Lisboa.

De resto, tal atitude pode não significar apenas uma estratégia de recurso mas antes uma adaptação aos novos meios de formação e de comunicação. A relação pessoal que a Igreja sempre privilegiou na difusão da sua doutrina e que está implícita em muitas das suas práticas parece ser cada vez menos compatível com as formas de organização social que se vêm desenvolvendo.

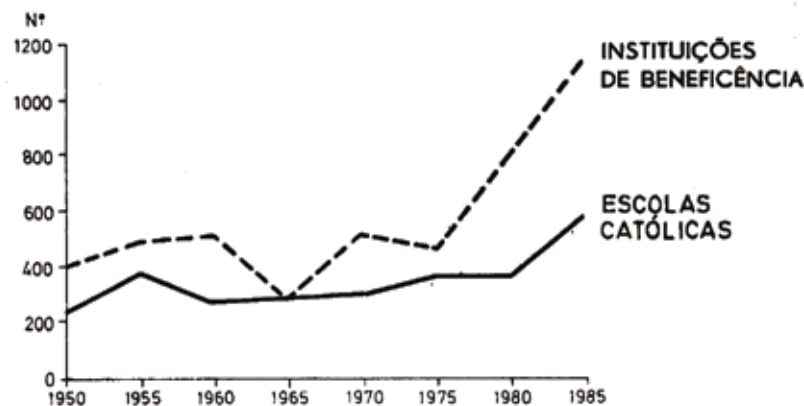


Fig. 7 — Evolução do número de instituições de beneficência e de escolas católicas, País, 1950 a 1985.

### 3. EVOLUÇÃO E INCIDÊNCIA REGIONAL DAS PRÁTICAS CATÓLICAS

A montante da análise das práticas católicas torna-se indispensável conhecer a incidência do catolicismo na população portuguesa. Embora seja potencialmente praticante toda a população que, para efeitos estatísticos, se assume como católica, a relação entre tal atitude e as diferentes práticas católicas traduz, por um lado, a maior ou menor valorização social dessas mesmas práticas e, por outro, os diversos níveis de afirmação ideológica que cada uma das práticas pressupõe.

Existem, na nossa opinião, práticas com um significado eminentemente social, como o casamento católico, e outras que traduzem sobretudo um posicionamento ideológico, como o crisma. No entanto, esta diferenciação nem sempre é clara: a frequência da missa dominical ou o baptismo parecem mesmo

assumir significados diferentes consoante o meio social e geográfico em que os praticantes estão inseridos.

Seria, sem dúvida, do maior interesse conhecer a intensidade das várias práticas referidas; contudo, a informação é relativamente escassa neste domínio, existindo apenas dados relativos à percentagem de casamentos católicos e à frequência da missa dominical (esta última apenas para o ano de 1977).

Antes de analisarmos a evolução e a intensidade regional das práticas católicas, parece-nos importante uma referência à população potencialmente praticante, ou seja, a população que se declarou católica nos recenseamentos gerais da população efectuados entre 1940 e 1981.

A leitura desta informação suscita algumas dúvidas, designadamente a propósito dos múltiplos critérios subjacentes às respostas; a assunção do catolicismo tanto pode traduzir apenas um simples registo de baptismo como pode reflectir a plena inserção na doutrina católica.

Apesar dessas limitações, é visível, na figura 8, um acréscimo da percentagem de população católica entre 1940 e 1960 e um decréscimo pronunciado nas décadas seguintes. Tal evolução é análoga a outras que observámos no âmbito da estrutura eclesiástica, reflectindo certamente também, por um lado, o reforço da influência da Igreja Católica promovido pelo Estado Novo, nomeadamente através do ensino estatal e, por outro lado, a sua perda de importância a partir dos anos 60, decorrente das condições já mencionadas atrás.

As oscilações da percentagem de católicos entre 1940 e 1981 são regionalmente diferenciadas, atingindo no sul do País, e em particular no Alentejo, amplitudes consideráveis.

Em 1981, a percentagem de população católica apresentava um nítido contraste Norte-Sul (fig. 9). A norte do rio Tejo, destacavam-se as principais áreas urbano-industriais com valores menos elevados e salientavam-se da mesma forma os concelhos mais periféricos do Norte Interior o que pode relacionar-se com a insuficiente assistência paroquial detectada nesta região. A persistência ou o desenvolvimento de cultos religiosos não católicos pode também, de algum modo, justificar os valores encontrados.

Inversamente, no Alentejo, região onde o catolicismo tem a sua expressão mais reduzida, são alguns dos concelhos mais



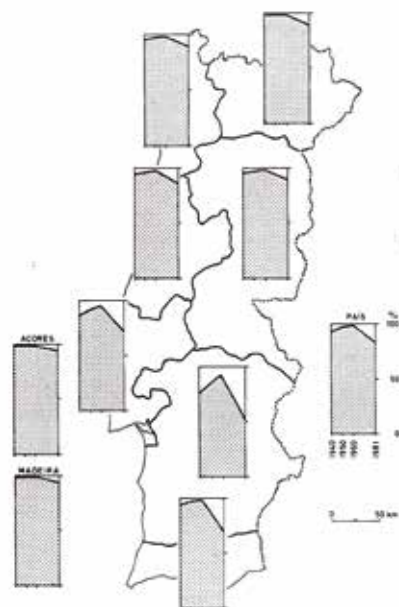


Fig. 8 — Evolução da percentagem de população católica, 1940 a 1981.

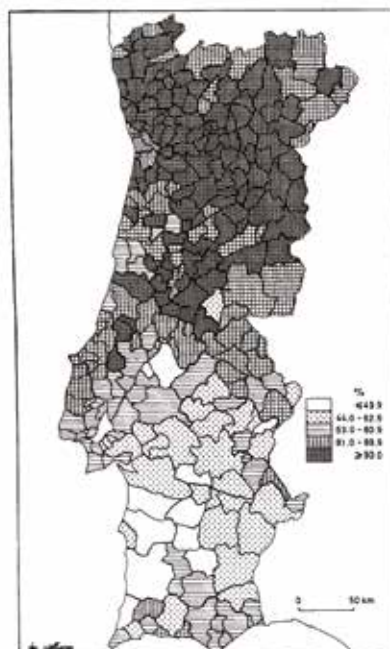


Fig. 9 — Percentagem de população católica, 1981.

periféricos (Mourão, Barrancos, Ourique, Almodôvar) que apresentam as percentagens mais elevadas de população católica.

A estrutura social não deve também ser alheia ao padrão geográfico encontrado, já que as situações periféricas no Norte Interior correspondem a uma maior proletarização da população agrícola, enquanto que, no Alentejo, as áreas mais periféricas são aquelas onde o campesinato é mais numeroso.

Tal como já referimos, a análise das práticas católicas limita-se ao casamento católico e à frequência regular da missa dominical, restrita esta última ao ano de 1977.

Na evolução da percentagem de casamentos católicos, o ano de 1960 surge, mais uma vez, como momento de inflexão; a percentagem aumentou entre 1940 e 1960 e declinou consideravelmente nas duas últimas décadas (fig. 10).

Apesar de a Concordata celebrada em 1940 entre o Vaticano e o Estado português impor a indissolubilidade do casamento civil quando coexistente com o católico, o que poderia ter contribuído para o decréscimo dessa prática, a informação estatística mostra o contrário.

Podemos, no entanto, admitir que as disposições da Concordata, relativas à «fusão» entre o casamento civil e o católico, resultante da atribuição de personalidade jurídica à Igreja Católica e do reconhecimento oficial do casamento católico, determinaram a desvalorização social do contrato civil que tinha constituído uma inovação da Primeira República, cujo impacto foi apreciável.

Se a Igreja sempre equiparou o casamento civil à mancebia, parece-nos que, a partir de 1940, essa concepção se ampliou consideravelmente, passando mesmo a constituir uma atitude social predominante, o que permitiu que o simples casamento civil passasse a ser fortemente condenado pelos mais variados sectores da sociedade. Esse movimento repressivo pode justificar a evolução registada no Alentejo, onde a proporção de casamentos católicos passou de 59 % em 1940 para 90 % em 1960. As repercussões terão sido por certo mais ténues nas grandes áreas urbanas e designadamente em Lisboa, onde as relações sociais dominantes determinavam um controlo mais brando.

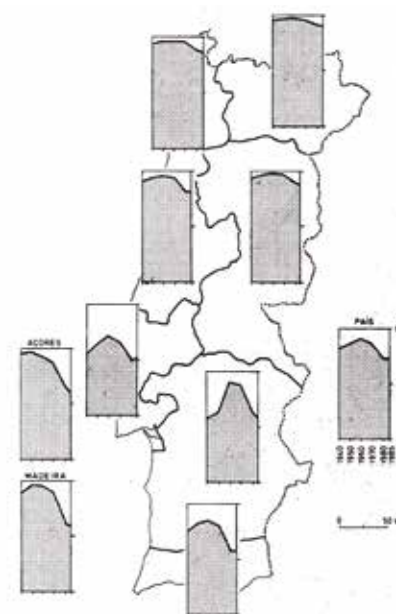


Fig. 10 — Evolução da percentagem de casamentos católicos, 1940 a 1985.

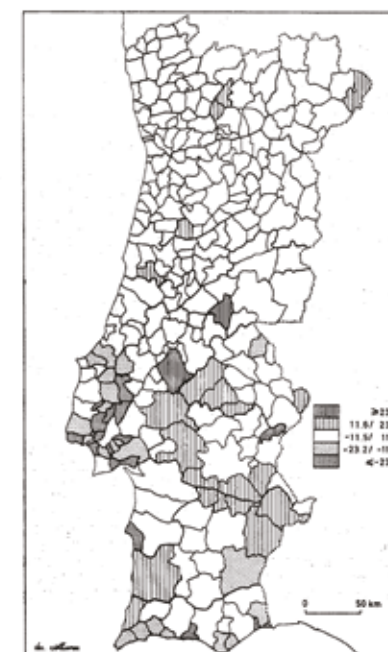


Fig. 11 — Resíduos da análise de regressão entre a percentagem de população católica (1981) e a percentagem média de casamentos católicos (1980, 1981, 1982).



Neste quadro, parece desenhar-se, no entanto, nos últimos anos, uma tendência que, de algum modo, contraria a depreciação do casamento católico nas grandes áreas urbanas. De facto, entre 1980 e 1985, a proporção de casamentos católicos continuou a diminuir na maior parte das regiões do País, ainda que de forma menos acentuada, registando, contudo, um acréscimo sensível na região de Lisboa, onde passou de 49 para 52 % (fig. 10).

Dadas as características dessa região, a evolução recente da percentagem de casamentos católicos parece-nos traduzir menos um reforço efectivo das práticas católicas e expressar sobretudo a necessidade de afirmação de determinados estratos da juventude que, neste e noutros domínios, assumem frequentemente atitudes de cariz revivalista, demarcando-se, assim, claramente, dos comportamentos revolucionários da geração anterior.

A frequência da missa dominical em 1977 (FRANÇA, 1981), ponderada pela população católica, apresenta um padrão geográfico marcado pela dicotomia Norte/Sul (fig. 12).

No sul do País, os católicos frequentam pouco a missa dominical, observando-se em toda essa área uma grande uniformidade de comportamento; no Norte, a missa dominical é muito mais frequentada, embora se registem situações bastante diferenciadas e as áreas urbano-industriais, com excepção de Braga, apresentem valores nitidamente inferiores.

A militância dos católicos emerge com características opostas às de outros tipos de militância e, designadamente, à de outras religiões e à político-partidária. Tanto no caso dos partidos políticos como no das pequenas comunidades religiosas verifica-se que a militância é tanto mais acentuada e radical quanto mais vincada é a sua posição de minoria, enquanto que os católicos parecem ser sobretudo activos nas áreas onde o catolicismo assume a sua maior expressão. A importância de outras ideologias parece constituir, em especial nos meios rurais, um factor de inibição das práticas católicas.

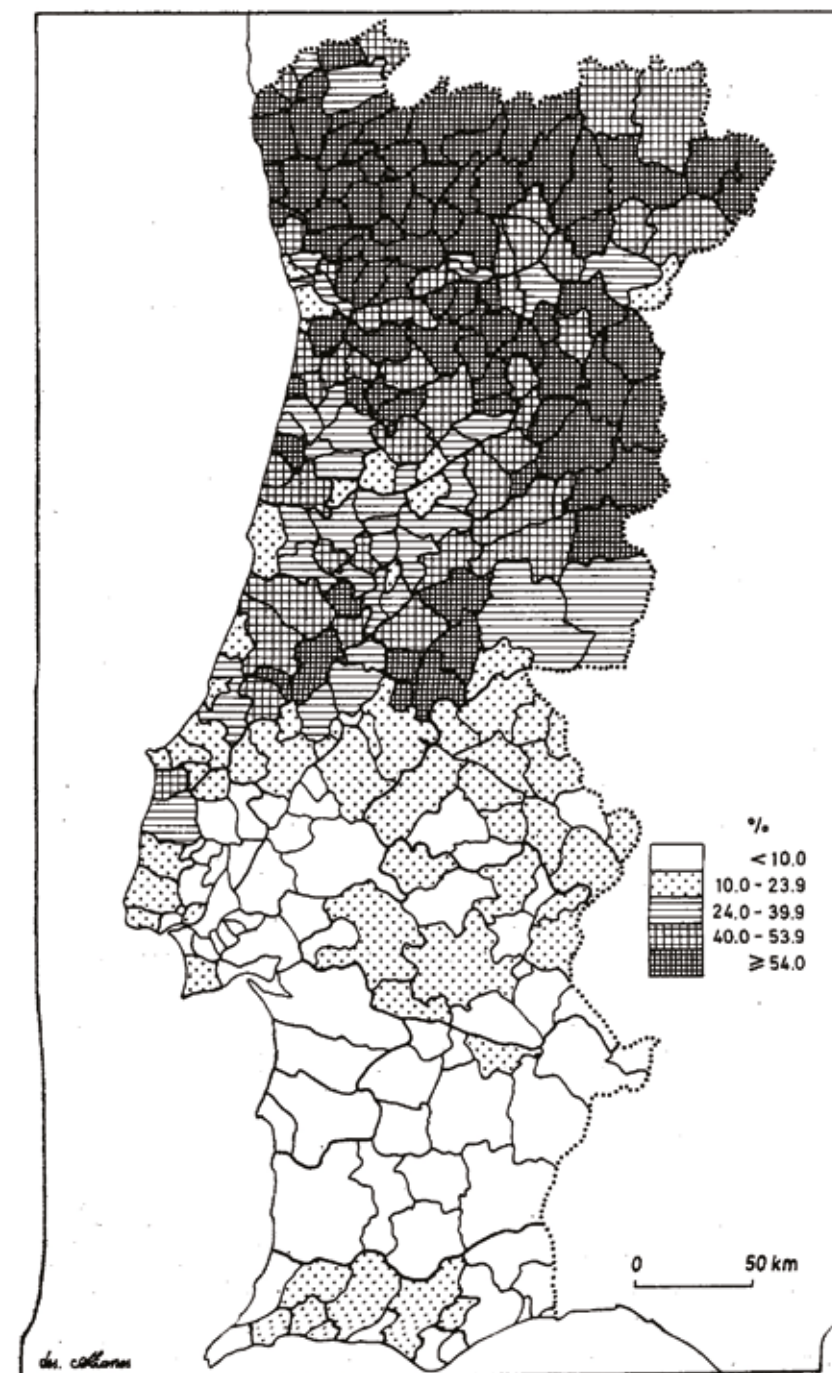


Fig. 12 — Percentagem da população católica que frequenta regularmente a missa dominical, 1977.



#### 4. O CATOLICISMO E A SOCIEDADE PORTUGUESA

A primeira etapa da implantação do capitalismo na Europa, nos séculos XVI e XVII, implicou um conflito, nalguns casos irremediável, com a Igreja Católica; no entanto, na Europa do Sul, onde a Contra-Reforma teve a sua maior expressão, e nomeadamente em Portugal, assistiu-se a uma conciliação, ainda que por vezes precária, entre o poder temporal da Igreja e os novos poderes emergentes, mantendo-se, assim, até à actualidade, uma dominância apreciável da ideologia católica.

Com efeito, não nos parece abusivo afirmar que, em Portugal, a instituição católica limitou a expansão do capitalismo. Aliás, verificou-se que as principais tentativas de acelerar o desenvolvimento económico corresponderam a momentos de conflito entre o poder temporal da Igreja e o poder político central, de que são exemplos a política pombalina, a Revolução Liberal e a Primeira República.

Apesar da importância dessas clivagens, a análise que elaborámos nos capítulos anteriores ilustra claramente a influência que a Igreja Católica continua a exercer na definição dos comportamentos sociais em Portugal, não sendo estranha a esta situação a convergência de interesses entre a Igreja e o Estado, que caracterizou o período salazarista.

Esta nossa leitura pressupõe que, apesar do desgaste verificado nas últimas décadas nalgumas regiões do País, o catolicismo não deve ser encarado como fenómeno residual, quer enquanto ideologia, quer no âmbito das práticas que envolve.

Como interpretar então, e não só no caso português, a articulação entre a Igreja Católica e o estado capitalista?

Embora ideologicamente contraditórios, o capitalismo e o catolicismo mostram-se, na prática, compatíveis, o que pode decorrer, por um lado, dos eventuais benefícios que o capitalismo retira da acção da Igreja, designadamente no que respeita à promoção da solidariedade social e, por outro lado, pode ser justificado também por uma organização eclesiástica suficientemente forte e estruturada para resistir à emergência de novos valores culturais e, mais do que isso, capaz de se adaptar às transformações constantes da sociedade.

Podemos ainda admitir que os valores socioculturais do capitalismo não têm tido consistência suficiente para enformar uma ideologia que substitua a católica.

No entanto, a análise da informação de que dispomos sugere que a dominância da ideologia católica em Portugal é sobretudo pronunciada nas regiões onde as formas económicas pré-capitalistas ou as referências culturais que lhes estão associadas, têm maior expressão, designadamente no âmbito da valorização social da propriedade privada ou no da importância da instituição familiar. Por outro lado, o enfraquecimento do catolicismo faz-se sentir nas áreas onde o desenvolvimento capitalista é mais pronunciado, situação que abarca não só as manchas urbano-industriais como o Alentejo, onde a penetração precoce do capitalismo na agricultura acentuou a fraca implantação do catolicismo já então verificada.

A desvalorização do catolicismo exterioriza-se, contudo, diferenciadamente, nas áreas urbano-industriais e nas áreas rurais: enquanto que, nas primeiras, é particularmente visível o decréscimo das práticas católicas, no meio rural alentejano o desgaste parece incidir sobretudo no campo ideológico.

Sem pretensões de comprovar relações tão complexas como as que se estabelecem entre a ideologia e as práticas católicas e o contexto social, económico e político em que os indivíduos se inserem, julgamos que a análise de correlações pode sugerir, contudo, interpretações mais seguras.

Com tal objectivo, seleccionámos um conjunto de indicadores que caracterizam, no essencial, os diversos contextos regionais e correlacionámo-los, tendo por base o distrito, com os indicadores do catolicismo: percentagem de população católica, proporção de casamentos católicos e frequência da missa dominical.

Entre os coeficientes encontrados salientam-se correlações bastante fortes do catolicismo com o campesinato (trabalhadores isolados da agricultura), com o sector terciário e com determinados comportamentos político-eleitorais.

Julgamos que os valores encontrados traduzem, de facto, os principais traços da expressão do catolicismo na sociedade portuguesa.



A diversificação que caracteriza o campesinato, englobando situações tão distintas como a agricultura de auto-subsistência, a agricultura mercantil ou a pluriactividade, parece não obstar a uma uniformidade de valores culturais nitidamente enquadrados pelo catolicismo, designadamente nas suas manifestações sociais.

QUADRO IV  
Coeficientes de correlação

	Casamentos católicos 1981	Missalizantes 1977	Católicos 1981
Campesinato 1981	.69	.61	.54
Sector terciário 1981	-.84	-.76	-.54
APU — AR 1983	-.79	-.82	-.96
CDS — AR 1983	.75	.83	.86
PSD — AR 1983	.79	.79	.86

A desvalorização do catolicismo e, em particular, o enfraquecimento das práticas católicas surgem estreitamente associados ao peso do emprego terciário. Tal como tínhamos sugerido antes, o meio urbano mostra-se pouco receptivo à influência da Igreja Católica e, mesmo quando a maioria da população se declara católica, não deixa de se registar uma adesão diminuta às práticas católicas.

Assim sendo, o meio camponês e o meio urbano constituirão os dois pólos da escala de intensidade do catolicismo, cuja oposição se faz sentir mais intensamente no âmbito das práticas católicas do que no da ideologia.

Situação diferente é a que se observa nas relações entre catolicismo e comportamento político-eleitoral. O catolicismo opõe-se claramente ao voto comunista e associa-se ao voto PSD e CDS. No entanto, quer numa situação quer na outra, a relação é mais forte com a proporção de população católica do que com a frequência das práticas católicas, o que é compreensível, dado tratar-se basicamente de uma articulação entre ideologias mais ou menos convergentes, mais ou menos contraditórias.

## RÉSUMÉ

*Le catholicisme au Portugal: organisation ecclésiastique et pratiques religieuses. Analyse régionale.* — Les pratiques catholiques sont considérées dans cet article en tant que comportements socio-culturels et on admet que leur intensité dépend de l'organisation de l'Eglise ainsi que des conditions sociales, économiques, politiques et culturelles qui caractérisent les différentes parties du territoire national.

La première part de l'article concerne l'évolution récente des principaux aspects de la structure et de l'organisation ecclésiastique, particulièrement le clergé, les institutions religieuses, l'enseignement, l'action sociale et l'organisation territoriale de l'Eglise. On analyse ensuite l'incidence régionale de quelques pratiques religieuses: le mariage catholique et la fréquentation de la messe dominicale, et on essaie de comprendre l'articulation entre l'expression de l'idéologie catholique et la manifestation des différentes idéologies laïques.

## SUMMARY

*Catholicism in Portugal: ecclesiastic organization and religious practices. Regional analysis.* — Catholic practices are here approached as sociocultural behaviours and it is considered that their intensity depends on Church organization and also on social, economical, political and cultural conditions which distinguish portuguese regions.

The first part of the paper analyses the recent evolution of the main aspects of ecclesiastic structure and organization, such as clergy, religious institutions, seminaries, colleges, social action and Church's spatial organization.

The second part deals with the regional incidence of some religious practices: catholic marriage and attendance of sunday mass and intends to understand the articulation between the catholic ideology expression and the manifestation of different non religious ideologies.

## ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

### A GEOGRAFIA DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM PORTUGAL CONTINENTAL, 1974-1988

As instituições bancárias, cuja génese se liga à emergência do capitalismo, têm vindo a desempenhar uma função cada vez mais importante no desenvolvimento económico, particularmente após a Segunda Guerra Mundial.

A monopolização da estrutura empresarial e a consequente fusão do capital industrial, comercial e financeiro tornou decisiva a intervenção da Banca, na medida em que controla uma parcela substancial dos fluxos financeiros, captando as poupanças e configurando o investimento e o consumo através de políticas financeiras diversas, entre as quais se destaca a definição das taxas de juro.

A concentração do capital bancário foi tardia em Portugal e resultou da estratégia dos grandes grupos económicos, que foram agregando progressivamente as principais instituições bancárias.

A consolidação desses grupos, nos anos sessenta, levou a uma redução substancial do número de bancos. Nesse processo de fusão das instituições bancárias salientam-se importantes componentes geográficas: por um lado, os bancos de âmbito regional quase desapareceram<sup>(1)</sup>; por outro, a centralização da actividade bancária possibilitou uma ampliação considerável da rede territorial de balcões que permitiu aumentar substancialmente a captação de poupanças, resultantes da crescente monetarização da economia.

Em 1975, a nacionalização da Banca acentuou ainda mais o processo de concentração: em 1974, existiam 17 bancos comerciais e 2 casas bancárias; em 1977, a Banca Pública Comercial integrava apenas 10 instituições bancárias<sup>(2)</sup>.

O sector bancário pode ser encarado segundo duas ópticas distintas: como entidade prestadora de serviços públicos ou como activi-

<sup>(1)</sup> Ver MARTINS, M. BELMIRA (1973) — *Sociedades e Grupos em Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa.

<sup>(2)</sup> Ver MARTINS, M. BELMIRA e ROSA, J. CHAVES (1979) — *O Grupo Estado*, Edições Jornal Expresso, Lisboa.



dade económica. As duas perspectivas podem complementar-se, mas a sua articulação é problemática. A prestação de um serviço público tem implícita a preocupação de o tornar acessível a toda a população, onde quer que resida, enquanto o desenvolvimento de uma actividade económica passa pela necessidade de aumentar a sua rendibilidade, o que não se coaduna com limiares reduzidos de procura.

Os padrões de implantação territorial das instituições bancárias permitem, de algum modo, identificar os principais traços das estratégias do sector.

A análise efectuada foca três momentos — 1974, 1981 e 1988, ou seja, o período imediatamente anterior à nacionalização do sector bancário, o período em que começaram a aflorar hipóteses de reprivatização e de alargamento do sector à iniciativa privada e o período mais recente, com informação disponível, após o ressurgimento da banca privada e imediatamente anterior à primeira reprivatização.

As instituições bancárias foram agregadas em 4 grupos: Banca Pública Comercial, Instituições Especiais de Crédito <sup>(\*)</sup>, Banca Privada Nacional e Banca Estrangeira. A Banca Pública Comercial e as Instituições Especiais de Crédito inserem-se, desde 1975, no sector empresarial do Estado, o que, antes dessa data, se limitava à Caixa Geral de Depósitos, à Sociedade Financeira Portuguesa (entretanto extinta) e ao Banco de Fomento Nacional. Numa primeira fase, com início anterior à nacionalização, as Instituições Especiais de Crédito não tinham funções de banca comercial e destinavam-se à concessão de linhas de crédito específicas; actualmente os dois tipos de bancos desenvolvem actividades semelhantes, embora se mantenha alguma especificidade nas linhas de crédito. A Banca Privada Nacional ressurgiu em 1985 e a abertura da Banca Pública à iniciativa privada só teve lugar num momento posterior (1989) ao período em estudo.

Em 1988, a Banca Pública mostrava ainda uma posição muito destacada no mercado financeiro, captando 92 % do total dos depósitos e concedendo 86 % do crédito; a Banca Privada Nacional detinha uma parcela reduzida, com 6 % dos depósitos e 9 % dos créditos e a Banca Estrangeira ocupava um lugar diminuto, com 2 % dos depósitos e 5 % dos créditos. Desde 1988 até à actualidade, a representação da Banca Privada Nacional e, em menor grau, a da Banca Estrangeira ter-se-á, por certo, ampliado consideravelmente.

Em 1985, o surgimento do serviço Multibanco marcou uma nova etapa da actividade bancária, facilitando e simplificando, consideravelmente, a realização de algumas operações, por parte dos utentes. Assim, para além do padrão de implantação territorial das instituições bancárias, foi também analisada a rede geográfica das caixas automáticas (ATM).

(\*) Actualmente, as Instituições Especiais de Crédito incluem a Caixa Geral de Depósitos, o Banco de Fomento Nacional e o Crédito Predial Português.

A informação necessária à elaboração da análise, número de balcões por concelhos, foi recolhida no Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Bancos e nas Listas Telefónicas, Páginas Amarelas; a distribuição concelhia das caixas automáticas Multibanco (ATM) foi facultada pela Sociedade Interbancária de Serviços (S. I. B. S.) <sup>(\*)</sup>.

## 1. BANCA COMERCIAL

Entre 1974 e 1988, o número de balcões da Banca Comercial, Pública e Privada, aumentou de 685 para 1013 (47,9 %). O acréscimo foi particularmente acentuado entre 1974 e 1981 (27,9 %) e teve um ritmo mais lento no período mais recente (15,6 %), mesmo considerando os balcões dos novos bancos privados (quadro 1).

Em 1974, a localização dos balcões da Banca Comercial reflectia, claramente o desenvolvimento urbano e industrial das diferentes parcelas do território nacional, delineando-se um padrão fortemente concentrado em torno de Lisboa e do Porto (só nas duas cidades, localizavam-se 31 % dos balcões) e, em menor grau, no Algarve e nos centros urbanos mais importantes de cada distrito (fig. 1).

O processo de nacionalização da Banca induziu, a partir de 1975, uma dispersão territorial significativa da actividade bancária (fig. 2). Tal como se verificou noutros serviços, as áreas mais carenciadas do interior do País foram privilegiadas, o que traduziu, por certo, a valorização das preocupações sociais, em detrimento da rendibilização da actividade bancária. Entre 1974 e 1981, o acréscimo nacional do número de balcões foi, como já se referiu, de 27,9 %, atingindo, no entanto, valores entre 60 e 90 % nos distritos de Portalegre e nos do Interior Norte e Centro e verificando-se, pelo contrário, um crescimento insignificante no distrito de Lisboa (6 %).

Esta implantação pode reflectir também critérios de ordem económica, uma vez que os novos balcões se instalaram, preferencialmente, nalgumas das áreas que revelaram um maior dinamismo económico ao longo da década de 70, designadamente os principais centros urbanos do interior.

Em 1988, a rede da banca comercial apresentava já um padrão territorial bastante denso (fig. 3), abrangendo a quase totalidade dos concelhos (só não existiam balcões em Avis, Cadaval, Marvão e Montalegre). Apesar disso, acentuou-se a litoralização da actividade bancária, com um reforço significativo do número de balcões na faixa costeira entre Leiria e Viana do Castelo. Este comportamento dos bancos públicos comerciais surgiu associado à emergência de novos grupos económicos nacionais, cujos centros de decisão se localizam, na maioria dos casos, em torno do Porto.

(\*) Agradece-se à Associação Portuguesa de Bancos, à ITT — Imprimarte e à S. I. B. S. a colaboração que prestaram.

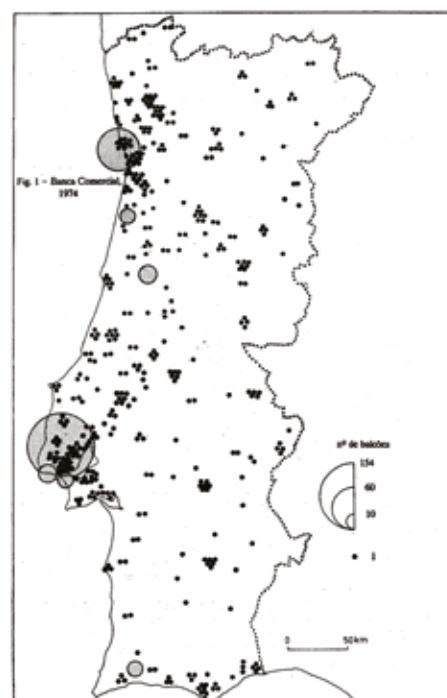


Fig. 1.

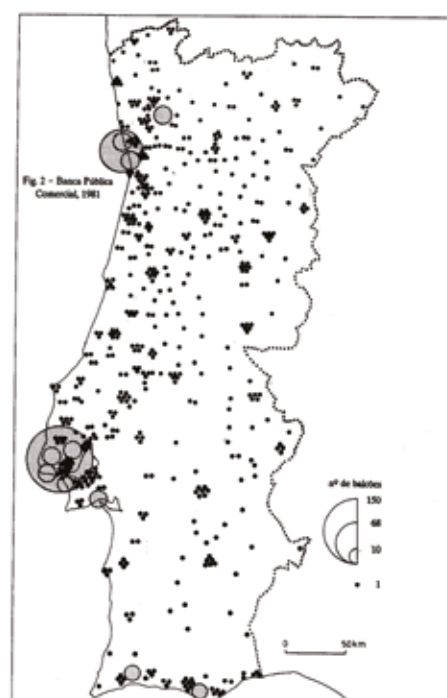


Fig. 2.

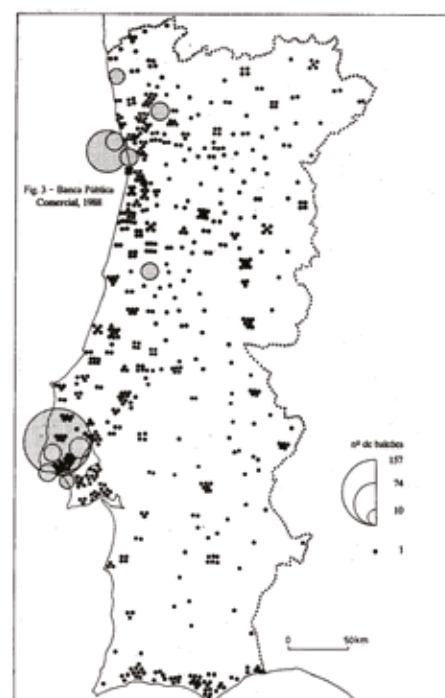


Fig. 3.

QUADRO 1  
Evolução do número de balcões bancários

	1974	1981	1988
Banca Pública Comercial	—	876	978
Banca Privada Nacional	685	—	35
Instituições Especiais de Crédito	141	215	418
Banca Estrangeira	13	16	40

	Banca Comercial Nacional						Instituições especiais de crédito					
	1974	1981	1988		Variação %		1974	1981	1988	Variação %		
			Publ.	Priv.	74-81	81-88				74-81	81-88	
Aveiro	50	51	66	2	27,5	29,4	12	17	25	41,7	47,1	
Beja	15	21	21	0	40,0	0,0	3	5	16	66,7	220,0	
Braga	27	38	45	4	40,7	18,4	7	11	16	57,1	45,5	
Bragança	10	18	23	0	80,0	27,8	3	5	15	66,7	200,0	
C. Branco	14	23	27	0	64,3	17,4	6	8	14	33,3	75,0	
Coimbra	23	30	40	1	30,4	33,3	9	11	23	22,2	109,1	
Évora	18	21	23	0	16,7	9,5	5	6	16	20,0	166,7	
Faro	41	56	57	1	36,6	1,8	9	10	19	11,1	90,0	
Guarda	15	27	25	0	80,0	-7,2	6	10	18	66,7	80,0	
Leiria	33	37	48	2	12,1	29,7	6	11	20	83,3	81,8	
Lisboa	213	226	241	15	6,1	6,6	23	39	67	69,6	71,8	
Portalegre	13	21	22	0	61,5	4,8	4	6	19	50,0	216,7	
Porto	95	121	147	9	27,4	21,5	17	27	47	58,8	74,1	
Santarém	40	52	53	0	30,0	1,9	8	10	25	25,0	150,0	
Setúbal	41	53	53	0	29,3	0,0	4	8	22	100,0	175,0	
V. Castelo	15	21	26	1	40,0	23,8	6	9	12	50,0	33,3	
Vila Real	12	22	24	0	83,3	9,1	5	7	18	40,0	157,1	
Viseu	20	38	37	0	90,0	-2,6	8	15	26	87,5	73,3	
Continente	685	876	978	35	27,9	11,6	141	215	418	52,5	94,4	

## 2. INSTITUIÇÕES ESPECIAIS DE CRÉDITO

Em 1974, a rede de balcões das instituições especiais de crédito apresentava um desenvolvimento bastante inferior ao da rede bancária comercial (quadro 1). O padrão geográfico era também diferente, denotando já uma tendência para a dispersão no território, ainda que um número elevado de concelhos do interior do país não possuíssem qualquer balcão (fig. 4).



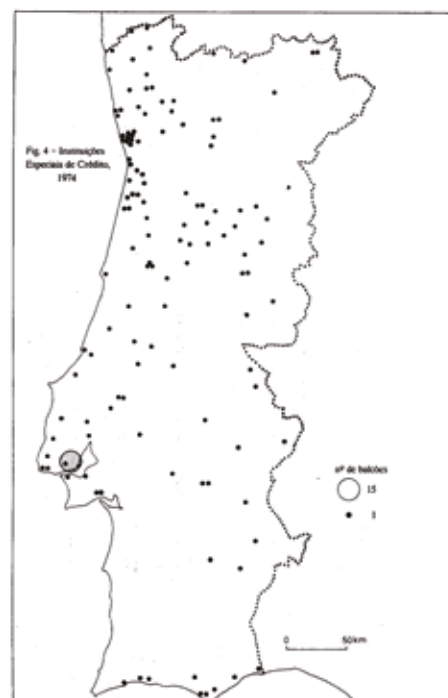


Fig. 4.

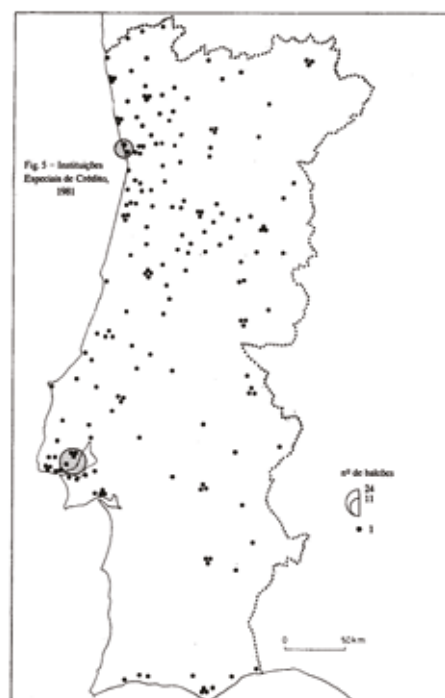


Fig. 5.

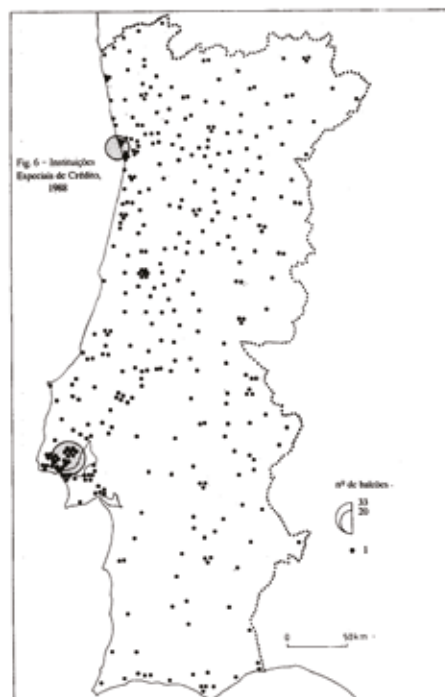


Fig. 6.

O período de 1974 a 1981 foi caracterizado por um reforço da rede ao nível nacional, sem que se observem, contudo, grandes alterações no padrão regional (fig. 5). De facto, se o Centro Interior registou um acréscimo significativo, a Área Metropolitana de Lisboa apresentou, também, um reforço considerável do número de balcões. Assim, é nítida, em 1981, a manutenção do padrão disperso detectado em 1974.

Para as Instituições Especiais de Crédito e, particularmente, para a Caixa Geral de Depósitos, os anos 80 apresentaram uma intensificação substancial no ritmo de crescimento da instalação de balcões, cujo número duplicou, num período de sete anos (quadro 1). Este acréscimo foi particularmente acentuado no interior do País e correspondeu à total cobertura do território, ao nível concelhio (fig. 6).

A esta situação não terá sido alheia uma ligação mais estreita entre a Caixa Geral de Depósitos e o Estado, que reforçou o papel desta instituição como principal entidade de apoio aos movimentos financeiros públicos. O pagamento da grande maioria das remunerações dos funcionários públicos através de contas na Caixa Geral de Depósitos foi certamente relevante no aumento dos depósitos neste banco e terá justificado a densificação da rede territorial.

No período mais recente, as Instituições Especiais de Crédito revelaram, ao nível territorial, um comportamento característico dos serviços públicos, na medida em que a dispersão das instalações favoreceu preferencialmente as áreas de menor acessibilidade. Esta estratégia contrapôs-se, de algum modo, à seguida pela Banca Pública Comercial que, como já foi referido, privilegiou as áreas com maior dinamismo económico do Norte e Centro Litorais.

### 3. A BANCA ESTRANGEIRA E A NOVA BANCA PRIVADA NACIONAL

Embora os bancos estrangeiros não tenham sido directamente afectados pelo processo de nacionalização que se seguiu ao 25 de Abril, a sua importância no sector bancário português tem sido diminuta e a implantação territorial incipiente e concentrada em Lisboa e no Porto (fig. 7, 8 e 9). Este comportamento decorre, por certo, da reduzida dimensão do mercado financeiro nacional no contexto europeu e, paralelamente, da recessão económica internacional que marcou a década de setenta e o início dos anos oitenta. No entanto, nos últimos anos, a adesão às Comunidades Europeias, a liberalização económica e a superação da crise proporcionaram condições mais favoráveis para a expansão da rede da banca estrangeira que se estendeu ao Algarve, à costa do Estoril e a algumas sedes de distrito do Litoral (fig. 9).

A Banca Privada Nacional ressurgiu em meados da década de oitenta ligada aos novos grupos económicos que se têm vindo a consolidar, entre os quais se destacam o grupo Amorim e a SONAE. Em 1988, o processo de implantação geográfica destes bancos estava ainda na fase inicial e a sua rede abrangia apenas um número reduzido de concelhos (fig. 10). As cidades de Lisboa e Porto foram os pontos de partida destas instituições bancárias, surgindo, desde logo, alguns balcões na

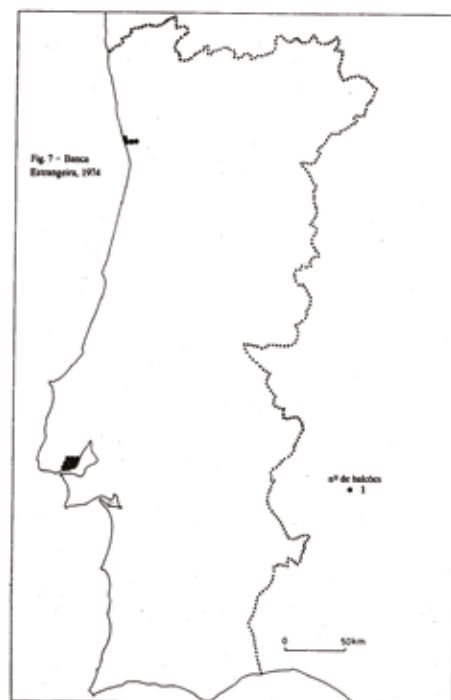


Fig. 7.



Fig. 8.

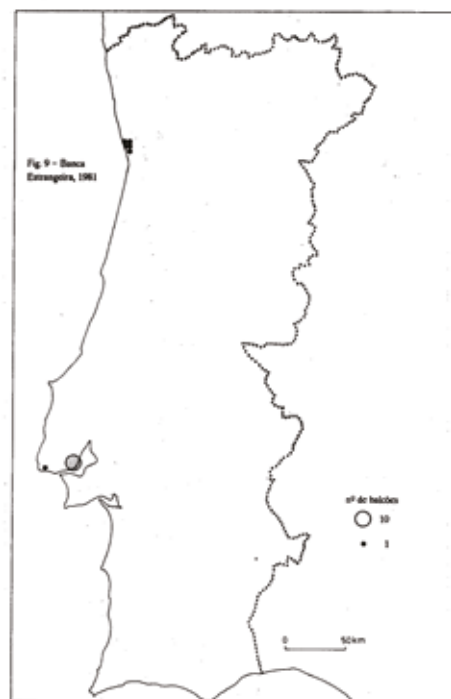


Fig. 9.



Fig. 10.

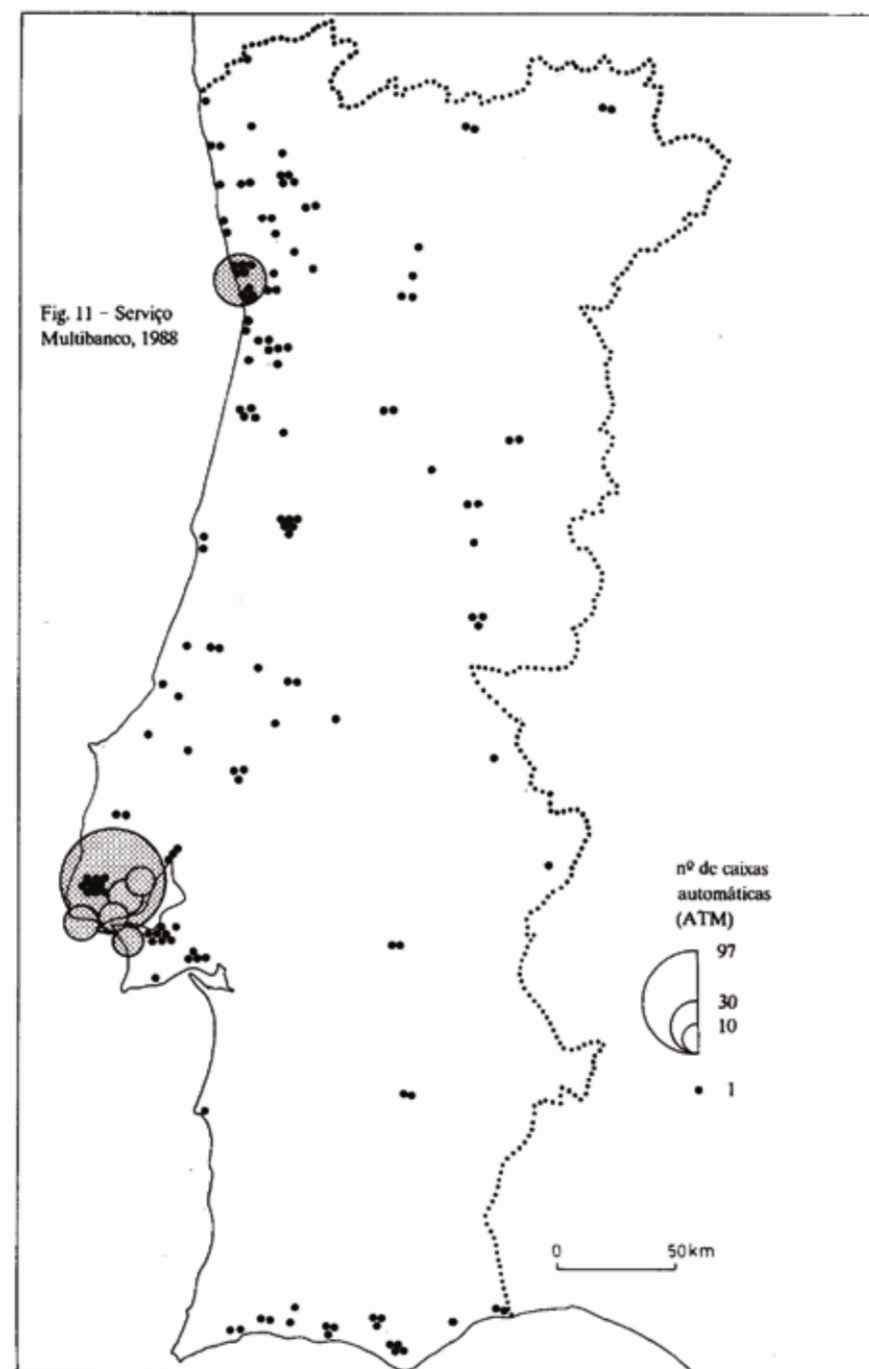


Fig. 11.



periferia imediata dos dois centros urbanos e nas áreas industriais mais importantes do Norte Litoral, nomeadamente em São João da Madeira, Vila Nova de Famalicão e Guimarães.

Embora, em 1988, o número de balcões da banca privada nacional (35) fosse muito próximo do da banca estrangeira (40) e se verificasse, em ambos os casos, uma forte concentração geográfica, o seu padrão territorial sugere uma estratégia diferenciada: a banca estrangeira privilegiava os elos mais importantes de ligação de Portugal ao exterior e as principais áreas de residência de estrangeiros; em contrapartida, a banca nacional valorizava preferencialmente os mercados, potencialmente, mais favoráveis.

#### 4. O SERVIÇO MULTIBANCO

A introdução das caixas automáticas Multibanco (ATM), em 1985, teve, por certo, consequências relevantes na actividade económica em geral, incentivando o consumo <sup>(4)</sup>, e na actividade bancária em particular, permitindo, designadamente, reter os depósitos à ordem nos bancos durante períodos mais prolongados, dado que o seu horário de funcionamento deixa que os levantamentos ocorram no preciso momento em que são necessários.

O padrão geográfico das caixas automáticas (fig. 11) traduz, nitidamente, a importância deste serviço nas áreas urbanas, sobretudo nas de maior dimensão, o que se deve explicar pelo facto de proporcionar uma redução apreciável do tempo dispendido pelos utentes, factor que adquire, cada vez mais, um peso determinante. Além disso, os padrões culturais urbanos, facilitam a adesão a serviços deste tipo, com recurso às novas tecnologias da informação.

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ  
JORGE MACAÍSTA MALHEIROS

<sup>(4)</sup> É significativo que tenham sido instaladas numerosas caixas automáticas nos hipermercados e nos centros comerciais.

## INTERNET — «NAVEGAR É PRECISO»

Isabel Margarida André\*

Potencialmente, a Internet permite a todos a possibilidade de navegar para qualquer sítio do mundo a qualquer hora do dia. É possível contestar as decisões de Bill Clinton, sugerir estratégias à NATO ou preparar, ao pormenor, um atentado da ETA. Não sendo tão ambicioso, pode-se «conversar» com qualquer outro navegador que esteja nessa disposição (e há milhões na Net) ou visitar milhares de bibliotecas e museus.

Melhor, é possível evitar os engarrafamentos rodoviários do Natal e comprar as prendas na Net, basta digitar o número do VISA<sup>1</sup> e, no momento, tornamo-nos proprietários de um livro ou de um veleiro.

É certo que a Net possibilita muito mais do que o referido, amanhã possibilitará o triplo e na próxima semana dez vezes mais.

Tudo isto não é o mundo virtual, é a ficção de há vinte anos tornada realidade. Interessa, pois, para uma comunidade científica unida pela preocupação com o espaço e as distân-

cias, reflectir sobre o significado do ciberespaço na reconfiguração do próximo e do longínquo, na definição do novo mapa do mundo.

Se é verdade que o processo histórico tem correspondido ao aumento da velocidade, à compressão espaço-temporal, nos últimos anos o nível de aceleração parece suscitar a angústia do desconhecido — o que estará para além da instantaneidade?

Deixo aqui três questões sobre a navegação na Net que me parecem merecer alguma atenção e alguns comentários.

### *Primeira questão: que bandeira têm os barcos?*

Segundo estimativas divulgadas pela DGXIII/CE, a distribuição geográfica das residências dos cibernavegadores da Net em 1996 era a representada no quadro n.º 1.

A estatística dos *servers* holandeses, relativa aos contactos com outros países (transferência de ficheiros) estabelecidos durante o período de Julho de 1995 a Junho de 1996 confirma a distribuição apresentada e permite pormenorizar um pouco mais. Classificando

\* Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Atenção: as compras ainda não chegam por via da navegação na fibra óptica, há que esperar um pouco mais, o que pode provocar algum *stress*!

[QUADRO N.º 1]

	1996 (Milhares)	1996 (Porcentagem)
UE .....	13 102	19,2
Outra Europa .....	2 109	3,1
EUA .....	44 762	65,6
Ásia .....	2 327	3,4
África .....	384	0,6
Oceânia .....	2 708	4,0
Outras .....	2 852	4,2
Mundo ....	68 244	100,0

Fonte: www.altavista.digital.com

os países que surgem na lista em três classes, consoante a intensidade dos contactos, encon-

tra-se a distribuição que pode ser observada no quadro n.º 2.

[QUADRO N.º 2]

	Nível 1 (intensidade forte)	Nível 2 (intensidade média)	Nível 3 (intensidade fraca)
Europa .....	Alemanha Áustria Bélgica Dinamarca Finlândia França Holanda Itália Noruega Reino Unido Suécia Suíça	Espanha Irlanda Polónia	Croácia Federação Russa Grécia Hungria Islândia Luxemburgo Portugal República Checa
América .....	Canadá EUA	Argentina Brasil Venezuela	Chile Colômbia México
Ásia .....	Japão	Israel Coreia do Sul Malásia Singapura	Índia
Oceânia .....	Austrália Nova Zelândia	—	—
África .....	—	África do Sul	—

Fonte: www.altavista.digital.com

A configuração geográfica do ciberespaço é global considerando um mar único com duas categorias de portos — aqueles que, tendo mais ou menos tráfego, têm dois sentidos e os de sentido único. Ou seja, os navegadores chegam a todo o lado, mas a maioria da humanidade não tem barco, embora resida em ciberportos — são portos de destino, mas sem partidas.

### Segunda questão: como navegar sem código náutico?

Nos últimos meses tenho ouvido muitos cibernavegadores queixarem-se de *stress*, dizem que é preciso calma e coragem para entrar na Net. Sinto-me acompanhada, porque comigo passa-se o mesmo: há três meses que não ouvia o barulho irritante do *modem* quando liga à Telepac e que não sentia a angústia de escolher uma das dezenas de rotas que aparecem no *écran* sempre que se clica o rato para mudar de *menu* (quebrei o descanso para escrever este texto).

O que significa isto?

Já imaginaram o que seria conduzir em Lisboa sem semáforos, sem sinais, sem código da estrada? A angústia da cibernavegação é isso. É passar de um mundo altamente regulado para outro sem regras, sem avisos, sem sinais.

Na realidade, a Net é o espaço da liberdade e da descoberta (limitada apenas pela conta telefónica) — comparadas com as auto-estradas da informação, as auto-estradas dos automóveis estão mais próximas da prisão do que da liberdade condicional.

Contudo, pouca gente tem perfil de Colombo. A socialização a que temos sido, e continuamos a ser, sujeitos (feita de códigos, de hierarquia, de obediência...) gera espaços

de relação excessivamente contrastados com o ciberespaço.

Por outro lado, a navegação na Net pressupõe uma coisa simples: que a distância mais curta entre dois pontos é uma linha recta.

Acontece que essa regra não vigora nos nossos códigos, pelo menos nos portugueses, e, por isso, basta uma placa que indica um hipermercado a 2 km ou um buraco na estrada para a distância mais curta entre dois pontos se transformar numa ampla curva.

No ciberespaço esta noção da distância (tipo vou ali mas venho já) é fatal porque nunca mais se chega ao destino.

Acredito que a disciplina britânica seja uma enorme vantagem no ciberespaço (é, provavelmente, uma das razões por que *printamos* em vez de imprimirmos ou por que escolhemos tantas vezes a opção *exit* na Net).

Ligadas as duas observações anteriores, deveríamos concluir que estamos (em Portugal ou na Europa do Sul) na pior situação para navegar na Net — estamos habituados a milhões de regras (mais na óptica da infracção do que na do cumprimento, mas tanto faz) e temos muito pouca disciplina.

### Terceira questão: a Net é a anarquia mundial, a versão completa do liberalismo ou um império marítimo?

Até aqui, as questões incidiram no comum cibernavegador que, aparentemente, conduz o seu barco num mar sem leis, sem obrigações, sem hierarquias e limitado apenas pela capacidade de transmissão das fibras ópticas.

Nessa perspectiva, a Net parece ser a primeira concretização das utopias que veiculam uma cidadania sem poder — a anarquia. Aparentemente, todos participam na conversa mundial, no debate específico ou no diálogo mais



íntimo consoante as motivações, o empenhamento ou o interesse individual.

A preocupação dos Estados com o policiamento e a censura da Net parece indiciar a sua natureza anarquista em confronto com os poderes instituídos, mas outros sinais indicam uma situação bem diferente.

Os seguintes textos, divulgados pela comunicação social, podem ser reveladores da afirmação de poderes que não se preocupam com a dissolução dos valores culturais da China, ou com a fuga ao fisco nos Estados Unidos da América, ou mesmo com as imagens pornográficas que envolvem crianças difundidas da Finlândia:

As compras efectuadas através da Internet saldaram-se em 436 milhões de dólares (68 milhões de contos) em 1995 e deverão atingir 46 mil milhões em 1998 (7222 milhões de contos), o que representa um aumento de 10 500 por cento em três anos. [*Público*, 25-11-96.]

Netscape garante que a Microsoft não dominará a Internet. [*Público*, 23-9-96.]

[...] a Corbis [empresa fundada por Bill Gates em 1989] detém a mais importante colecção de imagens digitais do mundo (e respectivos direitos de reprodução na Internet e em CD-ROM), estimada em 700 000 documentos consultáveis através de computador. [*Público*, 10-2-97.]

[em Portugal] os negócios dos principais fornecedores de TI [Tecnologias de Informação] apresentaram em 1995 uma variação positiva de 6,7% face aos 134 milhões de contos gerados em 1994. [*Expresso*, 25-1-97.]

Apesar das decisões do governo central chinês de bloquear alguns *sites* na Net e de controlar com mão de ferro o processo [...] a empresa AsiaInfo, de um sino-americano, e o consórcio Global One (Deutsch Telecom, France Telecom e Sprint) disputam-se renhidamente. A primeira, associada a uma empresa chinesa, ganhou a construção da China Net, o coração nacional. Mas é agora, com o bolo provincial, que a guerra promete. [*Expresso*, 1-11-96.]

De facto, a Net é também o grande jogo dos poderes económicos que, através das novas tecnologias da informação, ultrapassaram as regulações locais, regionais ou nacionais e estabeleceram uma interacção directa com o cibercidadão em plataformas *off-shore* onde os *browsers* encaminham, discreta mas eficazmente, o tráfego para os portos mais convenientes.

Não é isto que as grandes companhias transnacionais vêm reclamando nas últimas décadas? Não será a maior aproximação ao ultraliberalismo?

Anarquia, ultraliberalismo ou império? Em qualquer dos regimes, «navegar é preciso».

# GEOGRAFIA ELEITORAL

**30** Os Resultados Eleitorais de 1980: Legislativas e Presidenciais.

**34** As Eleições para as Câmaras Municipais. Estudo de Geografia Eleitoral.

**30** As Eleições para a Assembleia da República 1979-1983. Estudo de Geografia Eleitoral.

**34** O Comportamento Eleitoral Urbano nas Eleições Legislativas.

**34** Portugal - Geografia Eleitoral: 1975-1987.



# GEOGRAFIA ELEITORAL

## POR JORGE GASPAR

**A** Isabel André faz parte da geração do 25 de Abril. Uma revoada de jovens entrava na Universidade logo a seguir ao eclodir da Revolução dos Cravos, jovens que, no caso do curso de Geografia da Faculdade de Letras, e em particular do Centro de Estudos Geográficos, tiveram um papel muito ativo na construção da nova sociedade, da nova universidade, das novas geografias. Foram tempos de múltiplas aprendizagens para a comunidade académica, em que todos aprenderam com todos, e aprenderam muito, com entusiasmo, esperança e trabalho intenso.

Os ideais políticos e sociais entrecruzavam-se com os científicos e sobremaneira com a ideia de fazer uma nova Geografia; ao mesmo tempo que dava respostas para o sonho de melhorar a sociedade, o País, o Mundo, compensava os espíritos preocupados com a relevância da Geografia no conspecto das ciências. Desde os primeiros momentos a Isabel André aderiu ativamente a este ambiente, dando os seus contributos, ganhando centralidade.

Quero também recordar, com nostálgico estremecimento, o bom convívio que se viveu nesses anos revolucionários, bem aproveitados nas mútuas aprendizagens das diferenças e no respeito pela liberdade, pelas liberdades: científicas, pessoais, políticas. Tivemos muitas e acesas assembleias de departamento, com longas discussões, com ou sem consensos, onde se manifestavam maiorias e minorias e, no fim, não houve saneamentos e ninguém teve necessidade de se afastar. No numeroso grupo de trabalho que orientei ao longo de vários anos foram sempre evidentes as diferenças em diversos domínios, mas não só prevaleceu como se foi consolidando o valor maior, o da liberdade. Nunca cheguei a saber as orientações políticas e partidárias de alguns colaboradores, até hoje, e alguns já são catedráticos. A Isabel era a um tempo um dos motores e típico produto deste ecossistema: sempre a vi conviver com gente muito diversa e abordar temas vários sem preconceitos, com abertura. O que não significa que não tivesse convicções bem marcadas, que valorizava e defendia.

As eleições de 25 de Abril de 1975 entusiasmaram quase todo o País e para os geógrafos tiveram ainda o atrativo da grande diferenciação geográfica: o voto variava de norte para sul, do litoral para o interior, das cidades para o mundo rural, dos ricos para os pobres. Ainda antes do dia das eleições, já decidira fazer um estudo de Geografia Eleitoral, para o que desafiei o Nuno Vitorino e um grupo de jovens que comigo trabalhavam no CEG ou outros que já tinham trabalhado no Gabinete da Área de Sines. Logo após as eleições fez-se a análise dos resultados segundo a metodologia já definida. Foi assim possível ter o livro publicado dez meses após o ato eleitoral. E pouco depois, um outro livro, com um conjunto de ensaios de âmbito local ou regional, escrito pelos colegas que tinham trabalhado nas análises das eleições.

Pouco tempo depois a Isabel André viria a manifestar grande interesse e vocação para os estudos de geografia eleitoral, tendo participado em vários projetos ao longo dos anos 1980, apresentando os resultados dessas

pesquisas em diferentes publicações, em nome individual ou em colaboração com Fernando Honório e /ou Jorge Gaspar. Participou também em estudos prospetivos de atos eleitorais para diversos órgãos da comunicação social, sempre com entusiasmo e imaginação. Além do domínio crescente dos métodos de análise, Isabel André nunca descurou o acompanhamento do estado da arte, tanto da Geografia Política como, num âmbito mais alargado, da Ciência Política.

Foi o seu espírito de descobridora e o gosto por desvendar novas questões que a levou por novos caminhos da inquirição geográfica, sempre com o mesmo bom sucesso. Todavia nunca deixou de manifestar apetência e gosto pela abordagem geográfica das questões de natureza política em geral e eleitoral em particular. Foi com muita satisfação que a vi aceitar o meu convite para participar na equipa que organizei no Centro de Estudos Geográficos, para responder ao convite do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares para elaborar uma proposta de alteração das circunscrições

eleitorais, no contexto de uma ampla reforma da legislação eleitoral. Além de um novo mapa foram feitas simulações dos resultados dos escrutínios eleitorais; o convite foi feito ao CEG e a mais duas instituições universitárias, de molde a confrontar resultados eventualmente diferentes.

Faz no próximo outono 3 anos que propus à Isabel a publicação em livro de uma seleção dos nossos trabalhos, desde logo os trabalhos feitos em conjunto, a que deveríamos associar o Fernando Honório e a que poderíamos vir a juntar alguns artigos, individuais, da Isabel e meus, que se entendessem contribuir para a economia da publicação. Na ocasião, também contactámos a Professora Lucinda Fonseca para a informar do projeto e saber da possibilidade do IGOT vir a apoiar a publicação.

A Isabel, visivelmente entusiasmada com a ideia, sugeriu que se fizesse uma introdução que incluiria eventualmente alguns dados sobre os últimos atos eleitorais, informando-me que os seus colaboradores poderiam ajudar nessa tarefa.

Rapidamente chegámos a uma seleção de textos, uma parte dos quais são agora utilizados nesta publicação. Pouco tempo depois, em dezembro de 2015, a Isabel enviou-me uma primeira nota e alguns gráficos e sugestões de cartografia, levados a cabo pelos seus colaboradores. Sugeri a inclusão de algumas notas e possíveis contributos de outras fontes. O último texto da seleção foi o das eleições para as Câmaras Municipais, publicado pelo Instituto Damião Gois. Enviei-o à Isabel revisto pelo Filipe Duarte no início de janeiro de 2016. Sabia que a Isabel andava muito asoberbada com vários projetos, por isso não estranhei alguma demora, pouco habitual no seu modo de trabalhar. Mas como tardava a reação, contactei-a um par de vezes, e ela, como eu esperava, justificou o atraso com o excesso de trabalho que tinha em mãos. Finalmente, nos primeiros dias de outubro, recebi um extenso email onde a Isabel dava conta das razões profundas da “não resposta”. Lamento que o projeto não tivesse a

continuidade prevista, mas sobretudo que o destino, tantas vezes traiçoeiro, nos tenha privado do convívio de um espírito iluminado e intelectualmente superior, que deixou uma herança com futuro para a geografia portuguesa.

Aquele email terminava assim:

Custa-me abandonar projetos, mas não consigo dar a resposta necessária e acho que tentar forçar é mau para o trabalho e para a minha saúde.

Sei que posso contar com a sua compreensão. Abraço,  
Isabel

-Claro que a compreendi. Um abraço  
Isabel.

Jorge Gaspar  
25 abril 2018



## FLUXOS FINANCEIROS REGIONAIS

A ideia base do estudo de MARTINS BARATA<sup>(1)</sup> reside na análise dos obstáculos ao desenvolvimento regional que, na sua opinião, «se encontram na própria estrutura capitalista, de tal modo que as intenções de promover o desenvolvimento regional (entendido como «progresso») pela própria estrutura capitalista, tanto como os de promover o progresso (entendido como «desenvolvimento») pelos que sustentam ideologias anticapitalistas, são, dentro desta estrutura, inatingíveis» (p. 9).

Para desenvolver esta ideia, o autor caracteriza a acção da classe burguesa em Portugal através da forte concentração do capital financeiro e da manutenção de grandes reservas de força de trabalho.

Considerando que «para a formação do lucro nas unidades manufactureras contribui não só a incorporação da mais-valia produzida pela força de trabalho, como o fruto do capital geral social em que essas actividades se inserem, e ainda a internalização das economias externas» (p. 10), procura definir a articulação entre o capital privado e o público bem como a diferente mobilidade de um e de outro. As vantagens para o investimento privado «de dispor de infra-estruturas, transportes, proximidade de mercados e de actividades complementares (...) correspondem a despesas públicas acrescidas na unidade urbana, que são cobertas, por um lado, por tributações impostas às próprias actividades locais e, por outro lado, por tributações impostas ao conjunto do país» (p. 10) — tais despesas irão ser recuperadas pelo capital privado através das rendas urbanas.

Nesta perspectiva, delinea-se uma diferenciação nítida entre as áreas urbano-industriais, onde o investimento público cria condições altamente favoráveis para o investimento privado e para o capital financeiro, e as áreas rurais, drenadas de recursos financeiros na medida em que as tributações aí recolhidas não são, na totalidade, reinvestidas localmente, onde permanecem as actividades agrícolas e de extracção de matérias-primas asseguradas por uma força de trabalho relativamente volumosa e consequentemente barata.

(1) BARATA, J. P. MARTINS — *Fluxos Financeiros Regionais: Obstáculos Estruturais às Acções de Desenvolvimento Regional*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 1981.

Entre 1965 e 1975, a frequência dos seminários reduziu-se a menos de metade. Tal decréscimo foi certamente o resultado de múltiplos condicionalismos, entre os quais se destacam o processo de industrialização e os fenómenos migratórios, tendo ambos contribuído decisivamente para uma mudança das mentalidades e permitido, por outro lado, uma subida considerável do nível de vida das populações, o que terá possibilitado o acesso dos grupos sociais mais carenciados ao ensino secundário laico, potenciado também pela dispersão geográfica das escolas que entretanto se verificou.

Além das razões apresentadas, a conturbação social e política que marcou os anos 60 terá também influenciado a menor frequência dos seminários na medida em que esses movimentos englobaram, entre muitos outros aspectos, uma vertente anti-religiosa que, de alguma forma, contribuiu para a desvalorização social da função eclesiástica.

A evolução do número de membros dos institutos religiosos

A evolução do número de membros dos institutos religiosos masculinos e femininos (fig. 6) mostra uma tendência diferente da do clero.

No que diz respeito aos membros femininos, regista-se um aumento substancial ao longo do período em análise, quebrado apenas por um pequeno decréscimo entre 1970 e 1975 que, na nossa opinião, reflecte principalmente o efeito do 25 de Abril e, em particular, as novas condições de trabalho e de segurança social, sobretudo evidentes nos meios rurais, o que, aliado ao ambiente revolucionário de 1974/75, terá restringido as entradas nos institutos religiosos. Esta hipótese pressupõe admitirmos que a maioria dos membros dos institutos religiosos femininos provinha das áreas rurais e dos grupos sociais mais desfavorecidos.

Na evolução do número de membros dos institutos religiosos masculinos verifica-se uma constância apreciável entre 1950 e 1985, que pode, eventualmente, justificar-se por um estatuto social distinto do da maioria dos membros femininos e menos sensível a alterações da conjuntura social, económica ou política do País.

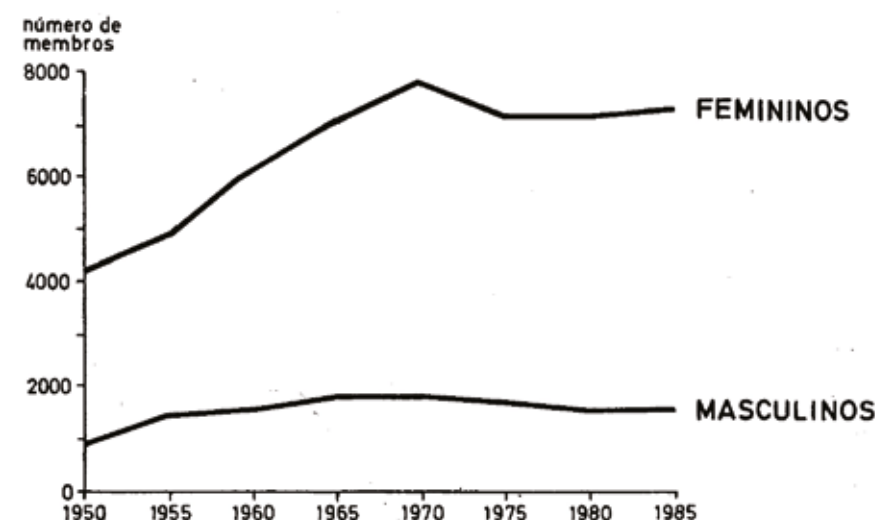


Fig. 6 — Evolução do número de membros dos institutos religiosos, País, 1950 a 1985.

### 2.3. A acção social da Igreja

A acção social da Igreja manifesta-se sob as mais variadas formas: beneficência, ensino, comunicação social, assistência hospitalar entre outras.

Analísamos apenas a evolução das instituições de beneficência e a das escolas católicas, dadas as limitações que encontramos na recolha da informação.

As oscilações que se observam na evolução numérica dos dois tipos de instituições (fig. 7) não podem ser interpretadas pormenorizadamente, dado que os processos de organização relativos à fusão ou concentração de unidades, sobretudo no que toca às instituições de beneficência, são-nos desconhecidos. Apesar disto, o substancial incremento observado nos últimos anos parece não se limitar a questões de reorganização institucional e pode traduzir uma das manifestações do contraponto necessário às carências que se fazem sentir na organização paroquial. Aliás, esta hipótese surge reforçada pelo crescente interesse que a Igreja Católica vem manifestando na ampliação dos seus meios de comunicação social, exemplificado pelas discussões surgidas em torno da atribuição de



# AS ELEIÇÕES PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS

## ESTUDO DE GEOGRAFIA ELEITORAL

### NOTA INTRODUTÓRIA

As eleições locais têm características próprias e um tal número de diferenciações no espaço geográfico que tornam por vezes difícil o recurso a enfoques globais e comparativos. O voto, sobretudo para a Câmara Municipal ou Assembleia de Freguesia, é frequentemente baseado nas acções concretas das equipas de gestão, geralmente constituídas por indivíduos conhecidos dos eleitores, muitas vezes ao nível do contacto directo. Nestas eleições os discursos políticos imanados do centro têm menos peso que nas legislativas ou presidenciais — a linguagem é necessariamente outra, assumindo maior peso a relação pessoal ou personalizada entre eleitor e eleito.

A curta experiência vivida desde 1976 já indicia que nas eleições municipais tenderão a manifestar-se cada vez mais uma série de particularidades, embora dentro dos limites que decorrem da própria legislação eleitoral — o facto de só aos partidos políticos ser permitida a apresentação de candidaturas dará sempre a estas eleições uma certa dimensão nacional e um significativo cunho ideológico.

As primeiras eleições para os órgãos das autarquias locais, realizadas em 1976, pouco depois de três eleições nacionais (Constituintes, Legislativas e Presidenciais) e após um período de acesa luta político-partidária, com reduzidas referências sobre a experiência da gestão local, com muitos candidatos desconhecidos (ainda sem provas dadas), foram as menos características, aquelas em que a principal determinante do voto terá sido o posicionamento individual relativamente ao leque partidário. As eleições de 1979 embora evidenciando já aspectos originais e

uma dinâmica própria, foram ainda pouco características e isso sobretudo pelo poder de arrastamento que tiveram as eleições intercalares, realizadas com apenas duas semanas de antecedência — a mudança para a AD a nível nacional talvez tenha feito com que muitas experiências das gestões autárquicas de 1976 a 1979 não tenham sido devidamente avaliadas.

Tanto quanto se conhece das movimentações registadas em vários municípios nos últimos meses, há indícios que as eleições de Dezembro de 1982 serão diferentes e mais "genuinamente" locais, não obstante venham ainda a reflectir — sobretudo nos grandes centros urbanos e suas periferias — a situação política do todo nacional.



A presente geografia eleitoral constitui, segundo cremos o primeiro estudo pormenorizado e de âmbito geográfico dedicado às eleições para os órgãos das autarquias locais. Dessa situação decorrem quer o seu interesse, quer as suas fragilidades. Infelizmente também não abundam outros tipos de estudos relativos ao mesmo tema, o que acentua as dificuldades, tanto ao nível da análise dos dados, como da interpretação dos mesmos.

Esperamos que as lacunas venham a ser preenchidas e os eventuais erros deste trabalho possam ser oportunamente corrigidos. Esse já seria um contributo útil do nosso labor no sentido de tornar melhor conhecida a realidade portuguesa.

## 1. A PARTICIPAÇÃO DOS PARTIDOS

A maior ou menor participação dos vários partidos nas eleições para as autarquias locais tem explicações de várias ordens, tanto para o conjunto das forças partidárias, como específicas de cada uma delas. De uma maneira geral pode afirmar-se, a partir da comparação com outros países, que a participação dos principais partidos portugueses nas eleições locais é muito elevada: se considerarmos conjuntamente a AD e os dois maiores partidos que a constituem, verificamos que as três principais forças representativas dos três grandes quadrantes políticos nacionais cobrem praticamente todo o país ao nível das eleições para os órgãos de gestão municipal, apresentando listas ainda num número muito elevado de eleições para as assembleias de freguesia.

Esta situação, que constitui um dos factos mais característicos das eleições locais portuguesas, é, à primeira vista, consequência da legislação relativa às eleições para as autarquias locais, em combinação com a legislação que regula a constituição de partidos. Sem negar a importância destes factores, cremos todavia que a explicação é mais complexa. Assim, não podemos esquecer, por um lado, as características do espaço e da sociedade portuguesa, nem, por outro lado, o processo político e social que se desenvolveu antes e depois do 25 de Abril de 1974. Vejamos, ainda que apenas de passagem, alguns aspectos mais relevantes.

Apesar das desigualdades no desenvolvimento económico e social, o território e a sociedade portugueses apresentam em múltiplos aspectos uma forte homogeneidade, que se tem vindo a acentuar por força da melhoria dos meios de transporte (mobilidade de pessoas e produtos) e da acção dos meios de comunicação social, sobretudo a Televisão, instrumento decisivo na modelação da sociedade. A oposição que se evidencia no comportamento político e social de diferentes segmentos territoriais do país, além de ter uma forte componente classista (decorrente de um processo de desenvolvimento nacional perfeitamente articulado), é sempre percebida e gerida pelas forças económicas, sociais e políticas, em termos nacionais.

Por outro lado, não podemos esquecer o carácter altamente centralizador do regime anterior a 25 de Abril de 1974, que de resto apenas acentuou uma constante da organização política, social e económica do país, nem tão pouco a forma como se desenvolveram após aquela data as principais forças políticas — processo que não terá deixado de ser influenciado pela situação herdada. O regime anterior não permitiu que se desenvolvessem ou mesmo aparecessem formas organizativas a nível local ou regional; pelo contrário, o controlo político a esses níveis era feito pelas ramificações do partido único. Os partidos e outras das principais forças económicas e sociais que nasceram ou se expandiram após o 25 de Abril, são de uma maneira geral centralizadoras, em consonância com o modelo global do país.

Nesta perspectiva, a legislação eleitoral existente para as autarquias locais, bem como o comportamento das forças partidárias, afiguram-se-nos perfeitamente coerentes com a realidade.

### 1.1. ELEIÇÕES PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS

Considerando separadamente partidos e coligações partidárias, a APU foi a força que apresentou o maior número de listas concorrentes às Câmaras Municipais (99,6%), só não tendo participado no concelho de Vila Nova de Foz Côa. Seguiu-se o PS, que concorreu em 98,2% dos concelhos, falhando apenas nos de Vila Flor, Vimioso, S. João da Pesqueira, Oleiros e Figueiró dos Vinhos. A AD apresentou listas em 50,2%, o PSD em 45,8%, enquanto a participação individual do CDS não foi além de 29,5% dos concelhos. O PPM, com listas próprias, apenas se apresentou em três concelhos: Ribeira de Pena (sem qualquer concorrência por parte dos outros partidos da AD), em Elvas (concorrendo contra o PSD) e na Batalha (em disputa com os outros parceiros da AD).

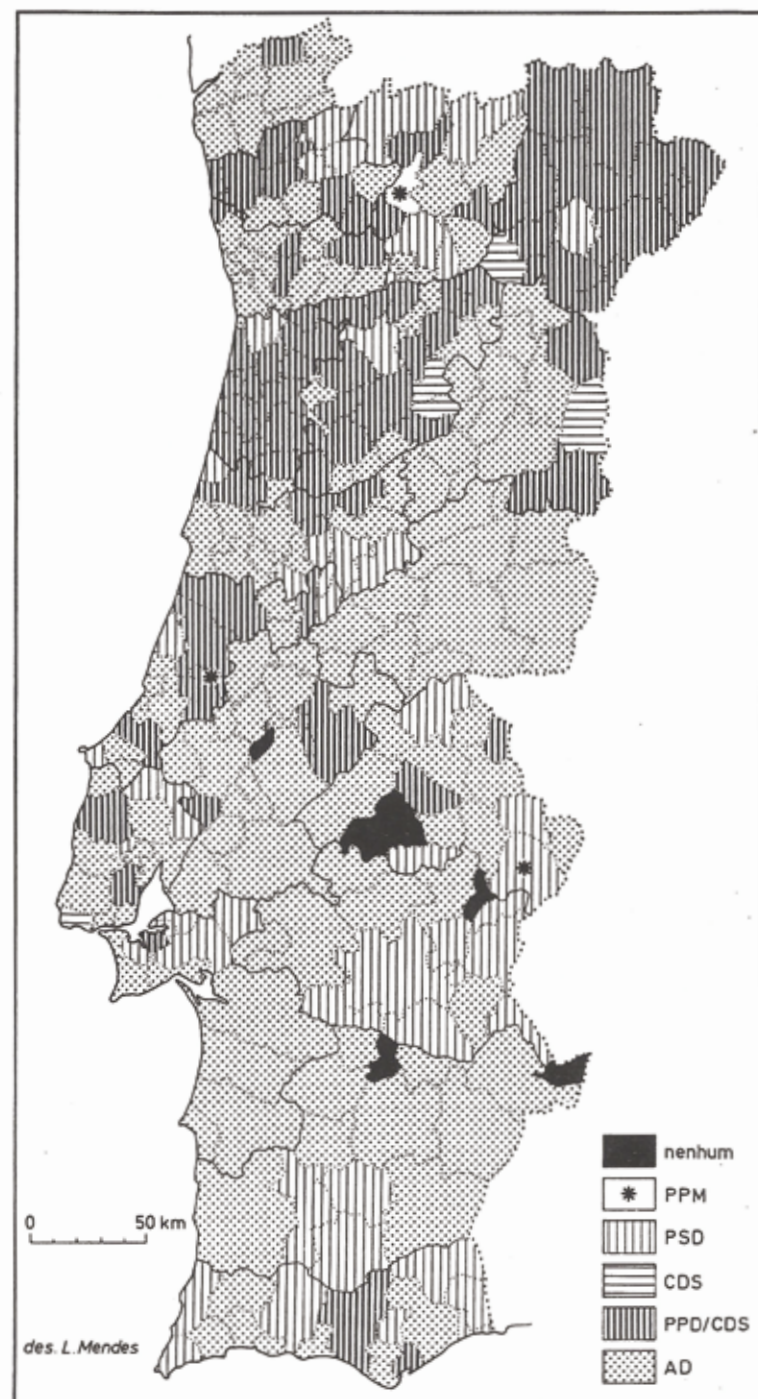
Enquanto os padrões espaciais do PS e da APU se apresentam bastante lineares, denotando uma estratégia evidente — cobrir todo o país, para daí obter maior afirmação eleitoral, sem procurar favorecer qualquer força política em detrimento de outra(s) — o padrão espacial da AD e dos partidos que constituem esta coligação é bastante mais

Quadro 1 — Participação nas eleições para as Câmaras Municipais, por dimensão dos concelhos e regiões. (Percentagem de Concelhos onde concorreram partidos e coligações)

Partidos ou coligações Dimensão dos concelhos em milhares de eleitores	AD			PS			APU			PSD			CDS		
	< 20	20-25	> 50 e C.D.	< 20	20-50	> 50 e C.D.	< 20	20-50	> 50 e C.D.	< 20	20-50	> 50 e C.D.	< 20	20-50	> 50 e C.D.
Regiões															
NORTE E CENTRO LITORAL	41.2	42.3	62.5	98.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	45.1	57.7	37.5	35.3	15.4	25.0
NORTE E CENTRO INTERIOR	47.6	50.0	40.0	93.7	100.0	100.0	98.4	100.0	100.0	46.0	50.0	60.0	42.9	33.3	40.0
LISBOA, SANTARÉM E SETÚBAL	69.2	45.5	66.7	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	26.9	54.5	25.0	11.5	27.3	25.0
ALENTEJO	51.3	100.0	66.7	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	38.5	—	33.3	7.7	—	—
ALGARVE	45.4	25.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	54.5	75.0	—	—	50.0	—
CONTINENTE	49.2	43.8	63.9	97.4	100.0	100.0	99.5	100.0	100.0	45.0	56.3	36.1	26.2	45.8	25.0

C.D. — Capitais de distrito  
Norte e Centro Litoral engloba os distritos de: Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra e Leiria.  
Norte e Centro Interior engloba os distritos de: Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda e Castelo Branco.  
Alentejo engloba os distritos de: Portalegre, Évora e Beja.





complexo, conforme se pode avaliar pela leitura do mapa da figura 1 e do quadro 1.

Para lá de uma certa componente distrital na estratégia eleitoral da AD e seus partidos, resultado de acordos conseguidos àquele nível territorial — bem patente na uniformidade de padrão que mostram certos distritos e no facto de regiões com características sócio-políticas semelhantes revelarem estratégias distintas (1) — e das diferentes correlações de forças dos dois principais partidos da AD de um distrito para outro e mesmo no interior de cada um, o que sobressai é uma estratégia global de conquista do poder, evitando ainda a afirmação das forças concorrentes, em particular da APU.

Assim, a AD concorre, por um lado, em concelhos com maioria assegurada por um dos intervenientes, geralmente o PSD, onde foi possível, sem grandes problemas, obter consenso (concelhos rurais do Norte e Centro) e, por outro lado, nos concelhos onde só a coligação poderia, com segurança, obter a maioria ou afirmar-se: concelhos urbano-industriais de todo o país, principais centros urbanos, Beira Baixa, Ribatejo e Alentejo. Com esta estratégia o principal visado era o PS, que mesmo que tivesse mantido as votações de 1976, teria perdido a maioria relativa num elevado número de Câmaras Municipais.

De uma maneira geral o PSD e o CDS concorrem em listas separadas, ou em concelhos onde pelo menos a maioria relativa está assegurada por um dos partidos, ou em concelhos em que ambos têm uma razoável implantação, sem contudo os votos conjuntos serem suficientes para assegurar a maioria. Em qualquer destas situações, além de aproveitarem a oportunidade para medir forças, operam uma maior mobilização do eleitorado, tanto em termos de reduzir a abstenção (2), como de não permitir fugas para a oposição (em geral do PSD para o PS).

As candidaturas isoladas de qualquer destes partidos parecem corresponder, na prática, ao concurso da AD, resultando portanto de uma estratégia conjunta: o PPM (um concelho) e o CDS (cinco concelhos apenas) apresentaram-se isolados em concelhos onde se sabia à partida que o eleitorado era maioritariamente da área AD e onde cada um destes dois partidos tinha pelo menos a maioria relativa no seio da coligação — o caso de Cascais é o menos evidente, mas apesar de tudo já em 1976 o CDS obtivera mais votos que o PSD; este partido, por outro lado, apresenta-se isoladamente, tanto em situações semelhantes à anterior (Norte e Centro interior), como em

concelhos onde era necessário apresentar uma imagem menos conservadora, tendo em vista a constituição social do eleitorado e a reduzida expressão do CDS — caso de concelhos industriais do litoral (Vila da Feira, S. João da Madeira, Sever do Vouga, Marinha Grande, Peniche), Margem Sul da Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve. Noutros concelhos com estas características podem ainda registar-se duas situações distintas: ou concorrem os dois partidos, procurando maximizar a atracção do eleitorado (Loures, Barreiro, Moita) ou desistem "a favor" do PS (Golegã, Avis, Borba, Cuba, Barrancos).

Pode pois concluir-se que, enquanto as estratégias de participação nas eleições para as Câmaras Municipais do PS e da APU correspondem a um objectivo de individualização e afirmação, mesmo que tal contribua para favorecer as forças que mais se lhe opõem, os partidos da AD evidenciam predominantemente objectivos de conquista do poder em oposição às outras forças, embora com variações regionais: o PS é o principal opositor no Norte, Centro e Algarve, a APU no Alentejo e Área Metropolitana de Lisboa. É esta estratégia, delineada e implementada pelas cúpulas, mas geralmente também assumida pelas bases e pelo seu eleitorado, que permite a ultrapassagem de contradições, decorrentes quer das distintas bases sociais de apoio dos partidos componentes, quer dos interesses económicos e até modelos de sociedade que cada partido (PSD, CDS, PPM) propugna.

#### ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA

Embora não tenham o peso político e o significado nacional das eleições para as Câmaras Municipais, pelas razões já apontadas no início deste capítulo, as estratégias partidárias acabam por ser semelhantes nas duas eleições. Em consequência, a participação de listas de independentes tende a ser reduzida e muitas vezes controlada por alguma força partidária; note-se ainda que entre as eleições de 1976 e as de 1979 se verificou uma forte redução no número de freguesias onde concorreram listas de independentes (466 e 131, respectivamente).

No que respeita à participação de cada força partidária, verifica-se, em relação às municipais, a descida da APU (concorre a 58% das freguesias do país) e do PS (68,4%), enquanto AD (43,7%), PSD (38,6%) e CDS (25,8%) se afastam menos do nível

(1) Veja-se por exemplo o distrito de Bragança, onde concorreram separados CDS e PSD (excepções para Alfândega da Fé onde apenas se apresentou o segundo e para Carrizosa de Ancilões, apenas com o CDS), em oposição ao distrito de Vila Real, onde ocorrem várias situações: AD, CDS-PSD, PSD isolado, PPM isolado. Também se poderá opor Viseu à Guarda; ou mesmo Aveiro a Braga ou Coimbra; ou ainda Évora a Beja.

(2) Em concelhos com as mesmas características verifica-se que a abstenção tendeu a aumentar quando concorreu apenas um dos partidos da AD ou mesmo quando se apresentam coligados; pelo contrário, tende a diminuir quando aparecem listas de cada um.



percentual de participação que observaram nas eleições municipais. O significativo recuo, no conjunto do país, da participação dos dois agrupamentos da esquerda explica-se fundamentalmente pela estrutura administrativa, já que nas áreas rurais do Norte e do Centro do país (onde a esquerda está menos implantada) as freguesias têm menor dimensão (territorial e demográfica). A análise da participação partidária a nível regional permite clarificar o que acabamos de afirmar: o PS e a APU apenas no Norte e Centro Interior têm percentagens de participação abaixo das respectivas médias nacionais, concorrendo a

APU em quase todas as freguesias no conjunto dos distritos de Lisboa, Santarém, Setúbal, Alentejo e Algarve e tendo o PS percentagens também muito elevadas. Por seu turno, o CDS somente no Norte e Centro Litoral (34,2%) tem um nível de participação superior à média nacional (25,8%). Já o PSD apenas suplanta a média nacional (38,6%) no Norte e Centro Litoral (42,9%) e no Algarve (56,3%). Enquanto a AD só ultrapassa a respectiva média nacional (43,7%) nas áreas urbano-industriais do Litoral — 45,0% no Norte e Centro Litoral e 65,8% no conjunto dos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém.

#### 4. VOTO E ESTRUTURA SOCIAL

##### 4.1. ANÁLISE GLOBAL

Na impossibilidade de dispor de elementos rigorosos, obtidos por inquérito, sobre o comportamento eleitoral de diferentes grupos sociais, recorremos a um enfoque indirecto, desenvolvido a partir de análises de correlação com base em dados estatísticos globais. Apesar das limitações do método e das cautelas indispensáveis na interpretação dos resultados, já em estudo anterior (1) verificámos que ele pode ser útil, na medida em que mostrou tendências nítidas no comportamento eleitoral de distintos grupos sócio-profissionais. Posteriormente, podemos observar que era possível obter uma mais ampla explicação dos mecanismos da decisão do voto, se centrássemos as análises de correlação apenas na estrutura social, correlacionando as votações partidárias em cada unidade de escrutínio eleitoral com a composição social da mesma unidade administrativa (concelho ou distrito). Assim procedemos, por exemplo, na já referida análise sobre a abstenção eleitoral em Portugal. (2)

Nesse estudo, como no trabalho que agora desenvolvemos, para a definição e distribuição espacial (por concelhos) das classes sociais baseámo-nos num trabalho recente de J. Ferrão (3), que estabeleceu, a partir do enquadramento teórico de N. Poulantzas (4) e dos elementos constantes do Recenseamento Geral da População de 1970, uma tipologia quantificada das classes sociais em Portugal.

Deparamos desde logo, entre outros, com o inconveniente de a estrutura social do país e de muitos concelhos ter sofrido alterações posteriormente a 1970. cremos, todavia, que essas alterações não foram, de uma maneira geral, tão radicais que não permitam estabelecer correlações entre o voto do final da década de 70 e a forma como estavam representadas as classes sociais, ao nível do concelho, em 1970. De uma forma genérica, os resultados obtidos levam-nos a

presumir que essas alterações, na maior parte dos casos, terão sido de pouca amplitude.

No citado estudo são consideradas sete classes (ou fracções sociais) assim caracterizadas:

**Burguesia** — Inclui todos os patrões, independentemente do sector de actividade a que pertencem, e ainda os isolados das profissões científicas e liberais e quadros superiores. Correspondem, por excelência, às instâncias dirigentes, caracterizando-se os primeiros por deterem a propriedade económica, e muitas vezes jurídica, dos meios de produção e os segundos por apresentarem em comum o poder de controle sobre o processo de trabalho (administração, gestão, etc.).

**Pequena burguesia tradicional e campesinato** — Embora detendo, como no caso anterior, quer a propriedade económica quer o controle do processo de trabalho não recorrem, de modo permanente, à exploração de mão-de-obra assalariada. Estatisticamente, vêm referidos como "isolados", no primeiro caso dos sectores secundário e terciário, no segundo do sector primário.

**Nova pequena burguesia** — assalariados do sector terciário. Conforme a posição hierárquica que ocupam do processo produtivo, consideram-se duas fracções — N.P.B. I e II, cabendo à primeira um papel de relativo domínio sobre a segunda, baseado em relações de autoridade e saber.

**Proletariado agrícola e proletariado industrial** — correspondente aos trabalhos produtivos, isto é, aqueles que produzem mais-valia, encontram-se estatisticamente referidos como, respectivamente, assalariados do sector agrícola e industrial.

Por considerarmos de difícil delimitação e porque em muitos concelhos as percentagens eram reduzidas, entendemos que seria útil agregar os valores relativos às duas fracções da Nova Pequena Burguesia; embora os respectivos comportamentos eleitorais possam revelar alguma diferenciação, cremos que ela tenderá mais a aproximar-se, pelo que a sua agregação, permitindo uma maior segurança estatística, não é incorrecta.

Analisámos também a correlação entre o voto e os valores agregados dos proletariados agrícola e industrial, partindo da hipótese que estes dois grupos tendem a ter comportamentos eleitorais afins, o que não tendo sido totalmente confirmado pelos resultados obtidos, permitiu algumas observações interessantes. Todavia, a nível geral do país, as correlações obtidas entre o voto e o conjunto dos dois proletariados são francamente mais elevadas do que as correspondentes a cada uma dessas classes individualizadas.

Nos quadros 9 a 15 estão representados os coeficientes de correlação entre o voto e a estrutura social. A partir destes valores foram elaboradas as árvores de ligação das figuras 12 a 18 que nos mostram, de certo modo, o grau de afinidade ou de oposição entre as variáveis em jogo: votações nos partidos e estrutura social dos concelhos.

Note-se, desde já que, de um ponto de vista estatístico, um grande número dos coeficientes de correlação são significativos ou mesmo muito significativos. Para o conjunto do Continente (274 observações), no que respeita à correlação entre voto e classes (fracções ou grupos de classes), de 42 coeficientes de correlação apenas 7 aparecem como não-significativos e 24 são altamente significativos ( $\geq .20$ ). No que respeita às diferentes regiões consideradas (1), em 252 coeficientes de correlação, 82 são significativos, observando-se que a sua distribuição é muito desigual — no Alentejo e Algarve, são pouco significativos, enquanto no Norte Litoral a maioria o é.

De uma maneira geral os coeficientes de correlação são mais elevados entre as classes sociais e os votos da AD e da APU, o que confirma que aos posicionamentos políticos mais extremos destas forças partidárias correspondem mais nítidas oposições de classes.

Considerando o conjunto das classes sociais, os coeficientes mais elevados, tanto a nível de país, como no interior das várias regiões, ocorrem em geral naquelas classes que, por um lado, apresentam maiores quantitativos e que, por outro lado, têm padrões espaciais bem definidos (opondo os concelhos com elevadas percentagens de ocorrência aos que têm níveis baixos). Em contrapartida, com a Burguesia e a Pequena Burguesia Tradicional, que não só têm padrões pouco definidos espacialmente, como apresentam quantitativos reduzidos, os coeficientes de correlação são geralmente fracos.

No conjunto dos 274 (2) concelhos do Continente foi possível definir duas grandes

famílias de variáveis, apresentadas na árvore de ligação da figura 12, elaborada a partir dos coeficientes de correlação entre classes sociais (1970) e voto C.M. (1979) e ainda voto CM em 1976 e em 1979 (Quadro 9). A família mais numerosa agrega o PS e a APU, os proletariados e as pequenas burguesias, embora as correlações com a Pequena Burguesia Tradicional sejam fracas. A segunda família, agrega a AD de forma intensa ao Campesinato e com ligação mais ténue à Burguesia, esta é de facto a grande divisão do país, em termos sociais e políticos: de um lado, grande parte do Norte, do Centro e interior do Algarve, com predomínio de relações de produção pré-capitalistas, por vezes acentuadas pelo fenómeno emigratório (apesar da aparência ser contrária) e, do outro lado, as áreas dominadas pelo capitalismo, quer agrário (Alentejo, Ribatejo, parte do Litoral a norte de Lisboa), quer urbano-industrial.

Destacam-se depois, dentro do conjunto mais numeroso, dois sub-conjuntos que, excluindo a P.B.T. são bem definidos: a APU com o conjunto de proletariados e proletariado agrícola; e o PS com a Nova Pequena Burguesia. Esta partição, que analisaremos mais pormenorizadamente, sugere desde já o maior peso que têm no voto APU as áreas agrícolas onde as relações de produção capitalistas são mais marcadas, enquanto no voto PS são determinantes as áreas urbanas e urbano-industriais.

Os resultados mostram que os eleitores PS e APU têm muitas afinidades ou que, pelo menos, tendem a crescer ou a diminuir nas mesmas áreas. As correlações obtidas, sugerem ainda que a oposição entre esquerda (PS e APU) e direita (AD ou partidos constituintes) é o reflexo da estrutura social do país, sem pôr em causa que existem sempre manchas de sobreposição (tanto a APU capta eleitores entre o Campesinato, como a AD entre os proletariados). Mas ao facto de o voto AD apenas se correlacionar positivamente com o Campesinato e a Burguesia, enquanto PS e APU apresentam praticamente sempre coeficientes de correlação de sinal oposto aos da AD, deverá, por certo, corresponder uma dada realidade social.

As correlações muito fortes entre as distribuições espaciais do Campesinato e do voto AD (ou dos partidos componentes) merecem uma análise atenta. Em nosso entender, o peso ideológico a nível local dos agentes da Igreja Católica, bem como o papel de alguns caciques, embora contribuam para compreender o fenómeno, só por si não podem constituir uma explicação válida. Assim, é necessário introduzir

(1) J. Gaspar e N. Vitorino, *As Eleições do 25 de Abril*, Lisboa, 1976.

(2) J. Gaspar "L'Abstention Electorale au Portugal 1975-1980" *Estudos Eleitorais*, 3, Centro de Estudos Geográficos, 1982. Em publicação in *II Político*.

(3) J. Ferrão, *Evolução e Estrutura Regional das Classes Sociais em Portugal — 1960-1970*, E.P.R.U., Lisboa, 1982.

(4) Poulantzas, N., *Les Classes Sociales dans le Capitalisme d'Aujourd'hui*, Paris, 1974.

(1) Note-se que nesta análise, por razões de disponibilidade prévia de dados já informatizados as divisões regionais diferem das divisões que considerámos nos outros capítulos deste mesmo trabalho. No presente capítulo as regiões têm a seguinte definição: Norte e Centro Interior — distritos de Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda e Castelo Branco; Norte Litoral — distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto; Centro Litoral — distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém e os concelhos do distrito de Lisboa excluídos da Área Metropolitana; A.M.L. — concelhos de Lisboa, Loures, Sintra, Cascais, Oeiras (incluindo Amadora); Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Sesimbra e Setúbal; Alentejo — distritos de Portalegre, Évora e Beja e os concelhos do distrito de Setúbal não incluídos na A.M.L.; Algarve — distrito de Faro.

(2) Porque ainda não existia em 1970, o concelho da Amadora foi englobado no de Oeiras.



Quadro 9 — MATRIZ DE CORRELAÇÃO — CONTINENTE

CAMP. — Camponato  
 N.P.B. — Nova Pequena Burguesia  
 P.A. — Proletariado Agrícola  
 P.I. — Proletariado Industrial  
 P.A.I. — Proletariado Agrícola e Industrial  
 P.B.T. — Pequena Burguesia Tradicional  
 FEPU — Frente Eleitoral Povo Unido  
 PS — Partido Socialista  
 AD — Aliança Democrática  
 APU — Aliança Povo Unido

CAMP.	N.P.B.	P.A.	P.I.	P.A.I.	BURG.	P.B.T.	FEPU 76	PS 76	AD 76	APU 79	PS 79	AD 79	
1.0	-.60	-.17	-.61	-.81	-.65	-.17	-.52	-.40	.59	-.52	-.22	.58	CAMPES.
	1.0	-.32	.46	.13	.21	.15	.26	.25	-.34	.26	.11	-.29	N.P.B.
		1.0	-.56	.50	-.17	.02	.39	.14	-.33	.38	-.02	-.31	P.A.
			1.0	.43	.10	.09	.08	.22	-.18	.08	.23	-.22	P.I.
				1.0	-.08	.09	.48	.36	-.53	.48	.23	-.56	P.A.I.
					1.0	.03	-.19	-.10	.18	-.18	-.05	.19	BURG.
						1.0	.13	.19	-.19	.13	.03	-.13	P.B.T.
							1.0	.28	-.84	.98	-.08	-.78	FEPU 76
								1.0	-.74	.30	.63	-.66	PS 76
									1.0	-.84	-.30	.91	AD 76
										1.0	-.12	-.78	APU 79
											1.0	-.51	PS 79
												1.0	AD 79

274 observações

R Significativo (a 95%)  $\geq |.12|$

R Muito significativo (a 99%)  $\geq |.16|$

(a 99,9%)  $\geq |.20|$

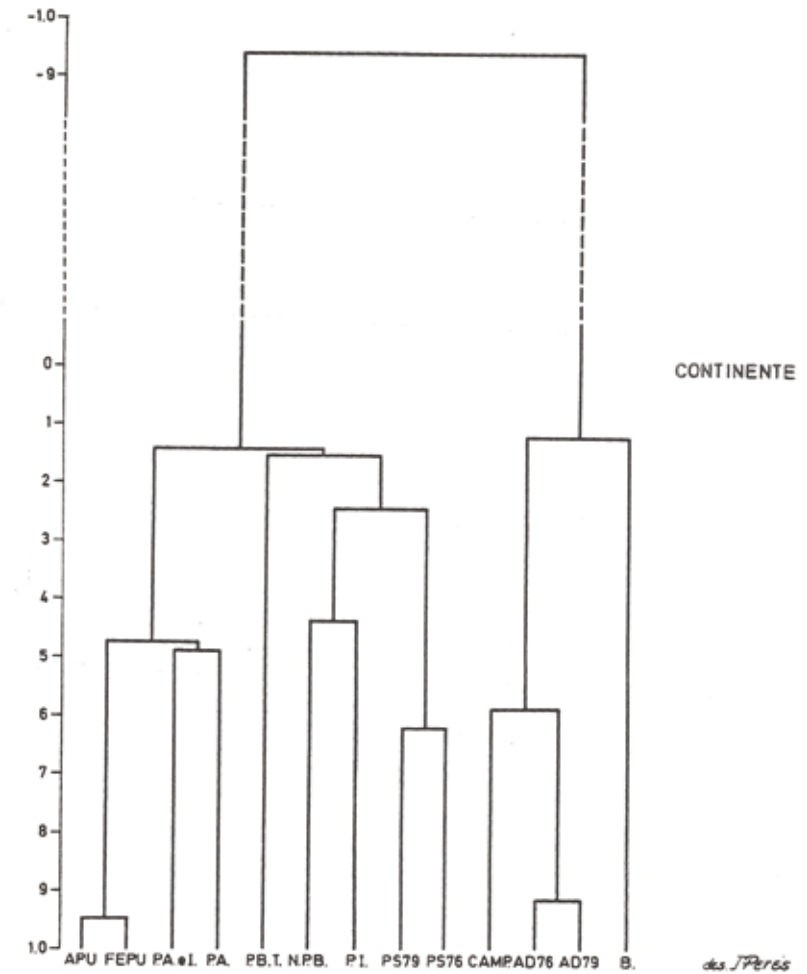


Fig. 12 — Árvore de Ligação, partidos e classes sociais — Continente

outras variáveis explicativas, umas que se relacionam com a própria estrutura interna do Camponês e do seu relacionamento com os discursos político-partidários, outras que decorrem da percepção que os camponeses fazem dos sistemas políticos propugnados pelos vários partidos.

Embora o discurso da AD e dos partidos componentes seja essencialmente desenvolvimentista, apelando para os valores do capitalismo moderno e, portanto, essencialmente urbano, ele contém, por outro lado, componentes conservadoras e tradicionalistas, afins de certos valores ideológicos do Camponês: propriedade privada, família, religião. Este relacionamento é ainda reforçado pelo facto desta classe social estar, em geral, bastante envelhecida, como resultado das migrações, o que acentua o conservadorismo e o tradicionalismo. Em contrapartida, é patente a insensibilidade às críticas ao sistema elaboradas pelos partidos de esquerda, o que decorre essencialmente do facto do desenvolvimento das relações de produção a nível local não ser suficiente para permitir a compreensão das contradições do capitalismo.

A influência do fenómeno emigratório no comportamento eleitoral das populações nas áreas de origem e em particular no Camponês, também deveria ser objecto de estudo aprofundado. A proletarianização do emigrante nos países de destino e a concomitante "urbanização", por que são quase sempre percebidas como transitórias — o camponês emigra, torna-se operário, mas tem como objectivo regressar e tornar-se agricultor ou comerciante — têm do ponto de vista ideológico consequências distintas no camponês que se proletariza nas áreas urbanas ou industriais do seu país, ou até mesmo através do trabalho agrícola. Daqui resulta que, em geral, se distinguem as influências que exercem nas terras de origem os emigrantes do estrangeiro e os emigrantes do país. Por influência daqueles o camponês tende a avaliar os países capitalistas desenvolvidos fundamentalmente por terem "permitido" a melhoria do nível de vida dos emigrantes, e daí mais uma aproximação — por vezes mitificada — ao ideário dos partidos que apresentam esses países como modelo. Este fenómeno é ainda reforçado pela difusão que os emigrantes fazem dos padrões da sociedade de consumo, a que o Camponês adere porque, de forma mais ou menos directa, acaba por participar no processo; ao nível das aldeias pode verificar-se como o camponês é muito menos tocado pelos apelos ao consumo exercidos pela TV ou pela rádio, do que pelo "exemplo" dos emigrantes.

No que respeita ao Partido Socialista, os factos mais salientes desta análise a partir dos 274 concelhos do Continente residem, quanto a nós, no elevado número de coeficientes de correlação muito baixos e não significativos, e à correlação fraca que se observa entre os votos PS em 1976 e em 1979. O primeiro factor poderá explicar-se pelo carácter "interclassista" deste partido, o partido

charneira, com uma ideologia pouco marcada e com um discurso diferenciado (ou percebido como tal), consoante as regiões e o eleitorado a que é dirigido. O segundo é uma consequência natural do primeiro: uma boa parte do eleitorado não é "seguro", oscilando nas opções de voto consoante as conjunturas; note-se como entre 1976 e 1979 diminuiu a "oposição" entre voto PS e Camponês (de  $R = -.40$ , para  $R = -.22$ ) e como, por outro lado, diminuiu o "apoio" quer da Nova Pequena Burguesia (de  $R = +.25$  para  $R = +.10$ ), quer do Proletariado Agrícola (de  $R = +.14$  para  $R = -.02$ ).

A nível geral do país o aspecto mais surpreendente das correlações entre o voto APU e a estrutura social corresponde ao fraco coeficiente de correlação ( $R = +.08$  em 1976 e em 1979), registado relativamente ao Proletariado Industrial. A desagregação regional indicia uma explicação: nas regiões onde esta classe social tem mais peso (Área Metropolitana de Lisboa e Norte Litoral) a APU tem nitidamente o seu apoio; nas restantes regiões, embora não se verifique uma oposição entre o proletariado industrial e o voto APU (os coeficientes de correlação apesar de fracos são sempre positivos), também não se pode afirmar que há um "apoio" nítido.

#### 4.2. DIFERENCIAÇÕES REGIONAIS Norte Litoral

Como mostra a figura 13 constituem-se duas famílias em que as principais diferenças relativamente ao conjunto dos concelhos do Continente residem na troca de posições entre a Burguesia e a Pequena Burguesia Tradicional e na maior afinidade entre Camponês e Proletariado Agrícola. Enquanto a P.B.T. tem, tanto no conjunto do país, como em qualquer região, um padrão espacial pouco marcado (relativamente homogéneo), a Burguesia no Norte Litoral tem maior incidência nas áreas urbanas e industriais e daí a sua distribuição espacial aproximar-se do padrão da Nova Pequena Burguesia e, em certo grau, também do voto APU. No que respeita à posição do Proletariado Agrícola na árvore de ligação, ela resulta antes de mais da própria realidade social dos campos no Norte Litoral, onde nem sempre é nítida a distinção entre esta classe e o Camponês, sendo por vezes mais correcto falar-se de semi-proletariado agrícola.

Os valores elevados dos coeficientes de correlação (negativos ou positivos), que apenas não se manifestam para a Burguesia e P.B.T., têm maior incidência na AD e na APU, o que indicia não só a tendência para uma nítida relação entre classes sociais e comportamento eleitoral, como também a diferenciação social, económica e política do território.

As correlações mais fracas do PS, sugerem que, também no Norte Litoral, este partido ocupa uma posição intermediária, facto que é ainda mais nítido em 1979 do que em 1976.

CAMP.	N.P.B.	P.A.	P.I.	P.A.I.	BURG.	P.B.T.	FEPU 76	PS 76	AD 76	APU 79	PS 79	AD 79	
1.0	-.58	-.69	-.52	-.92	-.11	-.08	-.19	-.26	.35	-.23	-.45	.51	CAMPES.
	1.0	.08	.52	.37	.24	.26	.10	.34	-.37	.18	.42	-.47	N.P.B.
		1.0	-.15	.79	.06	-.02	.10	-.02	-.05	.06	.13	-.14	P.A.
			1.0	.45	-.06	.17	.17	.32	-.36	.31	.50	-.57	P.I.
				1.0	.09	.03	.17	.16	-.24	.22	.41	-.46	P.A.I.
					1.0	.11	-.03	.04	-.07	-.01	-.04	.04	BURG.
						1.0	-.00	-.13	-.12	.12	.02	-.08	P.B.T.
							1.0	.03	-.39	.77	.07	-.38	FEPU 76
								1.0	-.91	.22	.62	-.65	PS 76
									1.0	-.47	-.62	.76	AD 76
										1.0	.04	-.45	APU 79
											1.0	-.91	PS 79
												1.0	AD 79

74 observações  
R Significativo (a 95%)  $\geq |.23|$   
R Muito Significativo (a 99%)  $\geq |.30|$

Quadro 10 — MATRIZ DE CORRELAÇÃO — NORTE CENTRO INTERIOR

CAMP.	N.P.B.	P.A.	P.I.	P.A.I.	BURG.	P.B.T.	FEPU 76	PS 76	AD 76	APU 79	PS 79	AD 79	
1.0	-.64	.64	-.90	-.87	-.51	-.13	-.62	-.34	.45	-.63	-.20	.44	CAMPES.
	1.0	-.62	.42	.31	.67	.05	.60	.35	-.50	.66	.18	-.37	N.P.B.
		1.0	-.71	-.54	-.51	.01	-.58	-.50	.52	-.54	-.30	.52	P.A.
			1.0	.98	.35	.02	.56	.43	-.48	.55	.28	-.52	P.I.
				1.0	.23	.03	.48	.36	-.40	.48	.24	-.45	P.A.I.
					1.0	.11	.37	.10	-.16	.35	-.06	-.11	BURG.
						1.0	.01	-.10	.07	.04	-.34	.21	P.B.T.
							1.0	.25	-.55	.84	.23	.53	FEPU 76
								1.0	-.88	.29	.74	-.76	PS 76
									1.0	-.53	-.74	.83	AD 76
										1.0	.13	-.48	APU 79
											1.0	-.87	PS 79
												1.0	AD 79

40 observações  
R Significativo (a 95%)  $\geq |.31|$   
R Muito significativo (a 99%)  $\geq |.40|$

Quadro 11 — MATRIZ DE CORRELAÇÃO — NORTE LITORAL



### Norte e Centro Interior

Também aqui se observam duas grandes famílias, de composição global semelhante às desenhadas para o conjunto do Continente. A principal diferença resulta de o grupo que engloba a AD não conter a Burguesia. Todavia, no interior da família da esquerda ocorrem situações muito diferentes das detectadas tanto para o Continente, como para o Norte Litoral. Assim, é com o PS que quer o Proletariado Industrial, quer a Nova Pequena Burguesia e mesmo, embora em menor grau, o Proletariado Agrícola, apresentam mais afinidades.

A análise dos coeficientes de correlação confirma que nesta região a principal oposição político-partidária se opera entre a AD e o PS — registando ambos os coeficientes mais fortes e de sinal contrário. Note-se como esta oposição se acentuou de 1976 para 1979. A APU apresenta correlações quase sempre mais baixas (todas as significativas) do que o PS, mas do mesmo sinal; de salientar, de 1976 para 1979, o aumento dos valores dos coeficientes de correlação destes dois partidos com a N.P.B. e o P.I., o que sugere uma maior dependência destes partidos relativamente aos centros urbanos e industriais, até porque se reforçou, no mesmo período, o peso da AD nos concelhos dominados pelo Campesinato.

### Centro Litoral

É esta a região que apresenta um padrão de comportamento sócio-político eleitoral mais afim do conjunto do país, o que resulta não só do facto de conter em si áreas de nítida transição, mas também por englobar outras áreas com situações opostas de desenvolvimento social e económico. Mesmo no interior de cada um dos cinco distritos (Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém e parte setentrional do de Lisboa) ocorrem concelhos com estruturas sociais e económicas muito distintas: oposição entre industrialização e ruralização (em todos os distritos) ou entre minifúndio e latifúndio (Santarém e em parte do distrito de Lisboa).

A árvore de ligação (fig. 15) referente a esta região, apenas a nível de pormenor mostra diferenças em relação à que obtivemos para o conjunto do país (fig. 12). Essa similitude ressalta ainda mais nítida da leitura dos quadros 9 e 12. Note-se ainda que apenas no PS se verificaram algumas alterações significativas nos coeficientes de correlação entre 1976 e 1979.

### Área Metropolitana de Lisboa

Os resultados obtidos na análise efectuada mostram que na Área Metropolitana de Lisboa o comportamento eleitoral de distintas classes sociais se afasta do figurino geral do Continente e, muito mais, do que verificámos para as regiões do Norte Litoral e Norte e Centro Interior. Conforme

se pode observar na figura 16 a análise de ligação realizada a partir dos coeficientes de correlação, evidencia como conjuntos mais homogêneos, por um lado, o voto AD, a Burguesia e a Nova Pequena Burguesia e, por outro lado, a APU e o Proletariado Industrial. Todavia, os conjuntos das duas grandes famílias são pouco homogêneos, o que resulta sobretudo do voto PS, que se liga mais ao grupo centrado na AD, e do Proletariado Agrícola e do Campesinato, (estes dois pouco expressivos) que se aproximam do grupo constituído a partir do voto APU. A Pequena Burguesia Tradicional, porque se "afasta" do voto PS e tende a aproximar-se mais do padrão do voto APU, que do da AD, acaba por se unir, embora de forma muito ténue ao grupo da "esquerda".

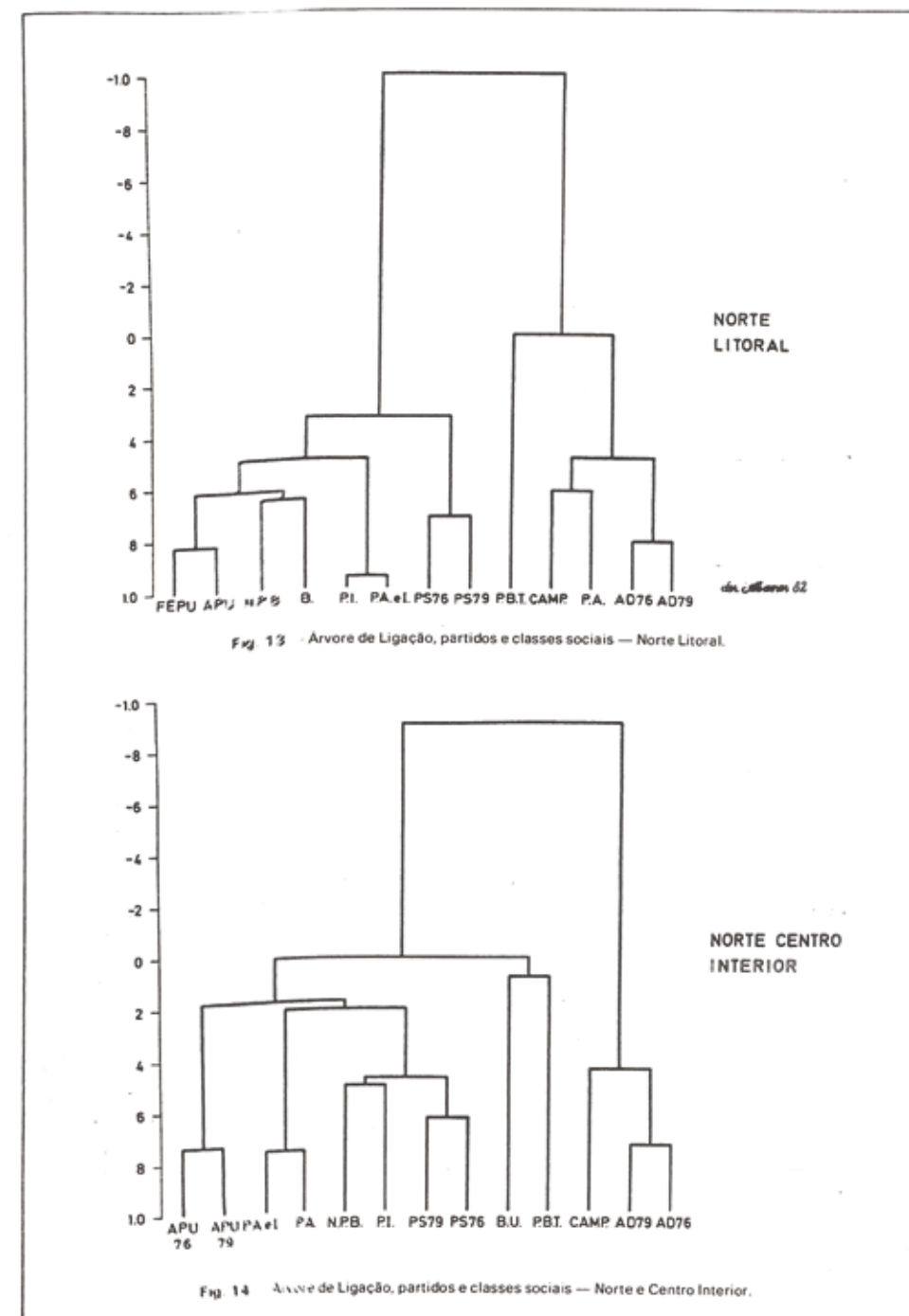
Analisando mais de perto os valores dos coeficientes de correlação, podemos concluir que há uma nítida tendência para a bipolarização político-social na Área Metropolitana de Lisboa: a todas as correlações fortes da AD com as várias classes sociais se opõem correlações igualmente fortes da APU, mas de sinal contrário. Vejamos os casos mais nítidos relativos a 1979: Nova Pequena Burguesia com a AD,  $R = +.83$ , com a APU,  $R = -.74$ ; Burguesia com a AD,  $R = +.84$ , com a APU,  $R = -.67$ ; Proletariado Agrícola e Industrial com a AD,  $R = -.86$ , com a APU,  $R = +.73$ . Por seu turno, o PS mostra-se mais uma vez numa posição de charneira, sem evidenciar oposição ou adesão nítida de qualquer classe social — nenhum coeficiente de correlação é significativo.

Um aspecto específico da Área Metropolitana de Lisboa, relativamente a todas as outras regiões que definimos e também ao conjunto dos concelhos do Continente, é a nítida oposição entre a Nova Pequena Burguesia e o Proletariado Industrial. Este facto, que decorre dos distintos padrões espaciais destas classes, explica-se pelo próprio fenómeno do desenvolvimento urbano de Lisboa, que originou uma segregação social e económica do espaço suficientemente extensa e intensa para ser sensível numa análise que tem os concelhos como unidades de observação. Em contrapartida, no resto do país (a Área Metropolitana do Porto tenderá a aproximar-se de um padrão semelhante ao de Lisboa, embora menos marcado) não só ao crescimento industrial corresponde um crescimento da Nova Pequena Burguesia, como não se diferenciam os respectivos padrões de distribuição espacial, desde que se tenha o concelho como base; ou seja, a segregação social do espaço só se detecta considerando uma malha territorial mais fina do que a definida pelos concelhos.

### Alentejo

Nesta região não se evidenciam relações significativas entre os padrões espaciais do voto e das classes sociais — os coeficientes de correlação são todos muito fracos.

Considerando separadamente as classes



CAMP.	N.P.B.	P.A.	P.I.	P.A.I.	BURG.	P.B.T.	FEPU 76	PS 76	AD 76	APU 79	PS 79	AD 79	
1.0	-.65	.10	-.68	-.77	-.05	.00	-.43	-.47	.57	-.43	-.30	.46	CAMPES.
	1.0	-.43	.49	.12	.08	.07	.15	.33	-.33	.16	.12	-.17	N.P.B.
		1.0	-.68	.29	-.13	-.05	.37	.08	-.27	.37	.10	-.30	P.A.
			1.0	.50	.09	-.03	.01	.24	-.16	.01	.18	-.12	P.I.
				1.0	-.22	-.10	.46	.42	-.53	.46	.36	-.52	P.A.I.
					1.0	-.08	-.15	-.10	.17	-.14	-.05	.15	BURG.
						1.0	-.04	-.03	.04	-.09	-.02	-.12	P.B.T.
							1.0	.30	-.78	.97	.18	-.73	FEPU 76
								1.0	-.82	.29	.76	-.70	PS 76
									1.0	-.76	-.61	.89	AD 76
										1.0	.13	-.71	APU 79
											1.0	-.76	PS 79
												1.0	AD 79

83 observações

R Significativo (a 95%)  $\geq |.22|$

R Muito significativo (a 99%)  $\geq |.28|$

Quadro 12 — MATRIZ DE CORRELAÇÃO — CENTRO LITORAL

CAMP.	N.P.B.	P.A.	P.I.	P.A.I.	BURG.	P.B.T.	FEPU 76	PS 76	AD 76	APU 79	PS 79	AD 79	
1.0	-.66	.96	-.17	.56	-.05	.34	.15	.44	-.38	.41	-.09	-.41	CAMPES.
	1.0	-.69	-.62	-.97	.69	-.08	-.64	-.09	.80	-.74	.05	.83	N.P.B.
		1.0	-.11	.63	-.08	.17	.17	.44	-.41	.42	-.05	-.45	P.A.
			1.0	.70	-.89	-.33	.70	-.30	-.68	.54	.09	-.68	P.I.
				1.0	-.75	-.14	.67	.08	-.82	.73	.04	-.86	P.A.I.
					1.0	.18	-.74	.12	.85	-.67	-.15	.84	BURG.
						1.0	-.02	-.16	.04	.15	-.43	-.04	P.B.T.
							1.0	-.53	-.89	.94	-.44	-.90	FEPU 76
								1.0	.12	-.36	.56	.18	PS 76
									1.0	-.91	.20	.97	AD 76
										1.0	-.51	-.92	APU 79
											1.0	.14	PS 79
												1.0	AD 79

14 observações

R Significativo (a 95%)  $\geq |.53|$

R Muito significativo (a 99%)  $\geq |.67|$

Quadro 13 — MATRIZ DE CORRELAÇÃO — A.M. LISBOA

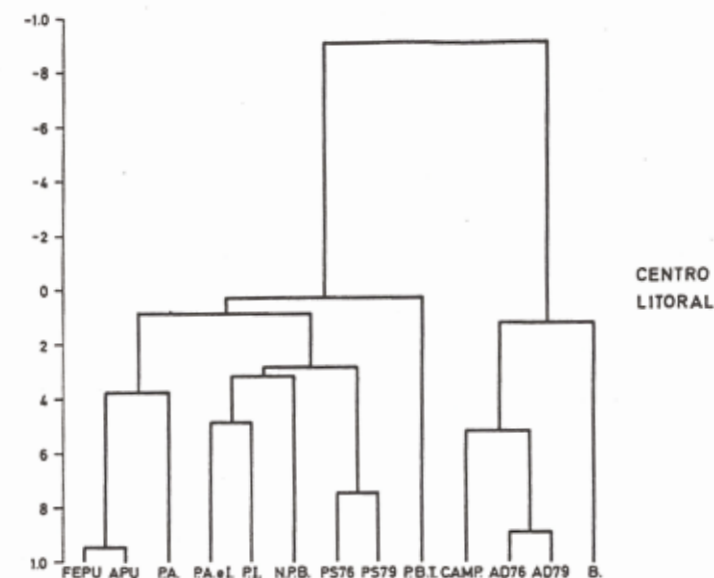


Fig. 15 — Árvore de Ligação, partidos e classes sociais — Centro Litoral.

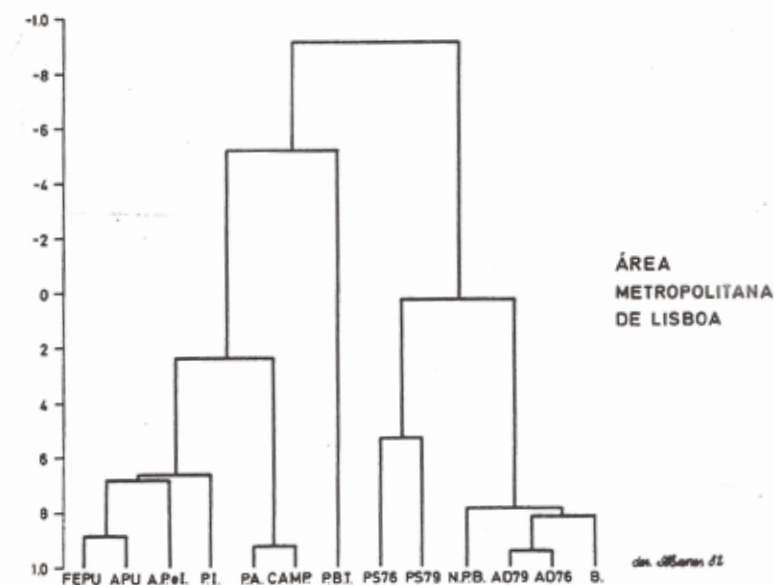


Fig. 16 — Árvore de Ligação, partidos e classes sociais — Área Metropolitana de Lisboa.



CAMP.	N.P.B.	P.A.	P.I.	P.A.I.	BURG.	P.B.T.	FEPU 76	PS 76	AD 76	APU 79	PS 79	AD 79	
1.0	-.33	-.25	-.40	-.62	.06	.06	-.34	.17	.24	-.27	.12	.22	CAMPES.
	1.0	-.59	.54	-.33	.17	.12	-.08	-.17	.25	-.08	-.03	.15	N.P.B.
		1.0	-.66	.81	-.24	-.19	.19	-.03	-.22	.09	.04	-.16	P.A.
			1.0	-.18	.13	.03	.10	-.11	-.01	.13	-.16	.01	P.I.
				1.0	-.16	-.21	.27	-.06	-.25	.17	-.06	-.15	P.A.I.
					1.0	.14	.10	-.21	.06	.09	-.01	-.11	BURG.
						1.0	-.04	.05	-.03	-.03	.04	-.01	P.B.T.
							1.0	-.60	-.65	.95	-.64	-.53	FEPU 76
								1.0	-.19	-.53	.61	-.24	PS 76
									1.0	-.68	.29	.69	AD 76
										1.0	-.71	-.52	APU 79
											1.0	-.23	PS 79
												1.0	AD 79

47 observações

R Significativo (a 95%)  $\geq .28$   
R Muito significativo (a 99%)  $\geq .37$

Quadro 14 — MATRIZ DE CORRELAÇÃO — ALENTEJO

CAMP.	N.P.B.	P.A.	P.I.	P.A.I.	BURG.	P.B.T.	FEPU 76	PS 76	AD 76	APU 79	PS 79	AD 79	
1.0	-.69	.50	-.88	-.76	-.40	-.41	-.31	.50	.03	-.22	.05	.14	CAMPES.
	1.0	-.74	.46	.10	.29	.44	.41	-.48	-.11	.28	-.24	-.36	N.P.B.
		1.0	-.57	-.06	-.16	-.44	-.34	.31	.13	-.16	.15	-.69	P.A.
			1.0	.86	.22	.31	.24	-.37	-.03	.10	.07	-.08	P.I.
				1.0	.16	.08	.08	-.26	.04	.03	.17	-.14	P.A.I.
					1.0	.37	.16	-.37	.21	.27	-.14	.02	BURG.
						1.0	-.07	-.01	.13	-.19	-.09	-.23	P.B.T.
							1.0	-.34	-.56	.80	-.00	-.58	FEPU 76
								1.0	-.49	-.15	.51	-.31	PS 76
									1.0	-.59	-.45	.85	AD 76
										1.0	-.21	-.56	APU 79
											1.0	-.65	PS 79
												1.0	AD 79

16 observações

R Significativo (a 95%)  $\geq .50$   
R Muito significativo (a 99%)  $\geq .62$

Quadro 15 — MATRIZ DE CORRELAÇÃO — ALGARVE

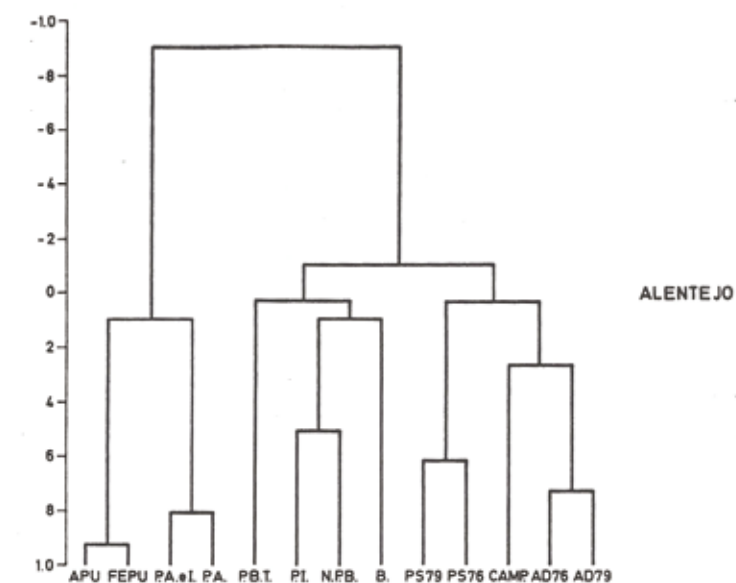


Fig. 17 — Árvore de Ligação, partidos e classes sociais — Alentejo.

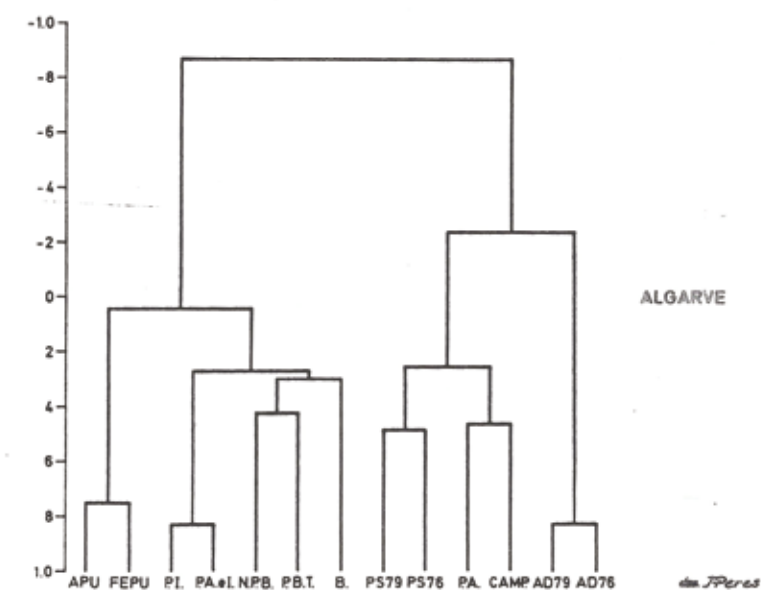


Fig. 18 — Árvore de Ligação, partidos e classes sociais — Algarve.

# AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 1979-1983

## ESTUDO DE GEOGRAFIA ELEITORAL

sociais, verifica-se, por um lado, o peso muito grande do Proletariado Agrícola e, por outro lado, a aproximação do Proletariado Industrial da Nova Pequena Burguesia, que embora tenuamente se ligam prioritariamente à Burguesia e à Pequena Burguesia Tradicional. De certa maneira autónomo aparece o Campesinato que tem maior expressão nas franjas da região (a nordeste, a leste e a sul) e ainda alguma expressão na periferia dos centros urbanos. Estas verificações mostram-nos as grandes linhas da componente social e económica do espaço alentejano: o mundo rural latifundiário, os centros urbanos com alguma industrialização, onde domina a pequena burguesia e reside boa parte da burguesia (urbana e rural) e as franjas do campesinato.

A confrontação do padrão espacial de voto da APU, a força partidária largamente dominante, e as respectivas correlações com as distintas classes sociais, indicia que esta coligação, apesar de maioritariamente apoiada no Proletariado Agrícola, não deixa de penetrar outros grupos sociais. Apesar de pouco marcada, a oposição mais nítida provém da AD, que capta as votações mais significativas nos centros urbanos e nas áreas onde o Campesinato tem maior expressão. O PS apresenta, mais uma vez, o padrão menos definido, embora a distribuição espacial do seu voto se aproxime mais da do Campesinato e, sobretudo por isso, se afaste menos do padrão de voto da AD (ou partidos componentes) do que do da APU.

A árvore de ligação da figura 17 resume as tendências essenciais que procurámos fazer ressaltar: apesar de se oporem nitidamente duas famílias de variáveis, a coesão interna de cada uma delas é relativamente fraca, sobretudo quando consideramos as relações entre os votos e as classes sociais.

### Algarve

Também nesta região são pouco nítidas as relações entre os padrões espaciais do voto e das classes sociais, tomando o concelho como unidade de análise. Desenha-se todavia uma certa tendência para o PS e a AD se aproximarem mais do Campesinato e do Proletariado Agrícola (classes que têm padrões espaciais relativamente próximos), enquanto a APU tende a obter melhores votações nos concelhos onde é maior o peso da Nova Pequena Burguesia, do Proletariado Industrial e da Burguesia. Ou seja, a característica mais distintiva do panorama sócio-político algarvio parece residir na oposição entre o campo e as áreas urbanas e industriais. O número reduzido de observações (16) e a inexistência de oposições bem marcadas não permitem que se definam hipóteses explicativas.

A figura 18 sugere, entretanto, uma certa originalidade do Algarve, particularmente no que respeita à componente social, que justifica a realização de estudos mais localizados e aprofundados.

### NOTA INTRODUTÓRIA

Passados oito anos sobre o primeiro acto eleitoral do 25 de Abril e realizadas que foram quatro eleições legislativas e uma Constituinte, importará fazer um balanço global do comportamento político dos portugueses, quer através do seu voto, quer através das configurações do sistema de partidos. Para tal serão necessárias várias pesquisas de base, de carácter monográfico, oriundas de diferentes ramos científicos. O estudo que agora apresentamos, na linha de outros que já trouxemos a público, pretende constituir uma dessas achegas, para que uma análise mais profunda e global venha a ser possível.

Ao longo daquele período de oito anos e no que respeita os actos para a eleição de deputados, observam-se três momentos de comportamento distinto no voto dos portugueses: 1975-1976, 1979-1980 e 1983, que se traduzem pela alternância no poder entre o Partido Socialista, isolado ou com alianças à sua direita, e a coligação dos principais partidos conservadores. O período que medeia entre as eleições intercalares de 1979 e as legislativas de 1983 mereceu-nos uma atenção particular, tanto pela importância das transformações políticas que observou, como pelo facto de ter sido até agora objecto de um menor número de análises geográficas. Por outro lado, além das tentativas de explicação para as variações verificadas entre 79 e 83, concentrámos parte significativa da

análise na caracterização do comportamento do eleitorado em 1983.

Embora correndo o risco de nos repetirmos e de insistirmos em lamentações que se tornaram constantes do trabalho científico em Portugal, não queremos deixar de chamar a atenção para a falta de elementos estatísticos caracterizadores da sociedade portuguesa, ou porque não existem ou porque só muito tardiamente são publicados. Este reparo aplica-se sobretudo ao capítulo em que procuramos relacionar o voto com as condições económicas e sociais em cada região.



Como notámos na introdução de anterior estudo sobre as eleições para as Câmaras Municipais (1), o número reduzido de estudos eleitorais, bem como o âmbito restrito dos enfoques, constituem dificuldades suplementares para as abordagens geográficas, necessariamente integradoras. Esta ressalva não pretende justificar lacunas ou incorrecções, que por certo não conseguimos evitar, mas tão só, e mais uma vez, solicitar a outros estudiosos das questões eleitorais o seu valioso contributo para futuros melhoramentos.

(1) *As Eleições para as Câmaras Municipais — Estudo de Geografia Eleitoral*, I.P.S.D.G., Lisboa, 1982.



## 2. A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VOTO E DA ABSTENÇÃO

### 2.1. Partidos vencedores

A análise da distribuição espacial das maiorias concelhias obtidas por cada uma das formações partidárias (Figs. 11, 12, 13 e 14) não adquire em eleições legislativas a mesma importância que em eleições autárquicas, na medida em que não significa qualquer atribuição de poder. No entanto, a análise da repartição espacial das maiorias permite uma imagem sintética da implantação dos partidos, através da sua dominância.

Entre 1979 e 1980 não se observam modificações sensíveis; efectivamente verifica-se uma certa consolidação do voto nas três formações partidárias, e as poucas alterações de partido vencedor registam-se sobretudo em áreas de transição socio-económica, onde o equilíbrio das forças partidárias é maior (distritos de Faro, Portalegre e Santarém).

Entre 1980 e 1983, considerando nestas últimas eleições a votação conjunta do CDS, PSD e PPM, observam-se já alterações substanciais, que advêm fundamentalmente do alargamento das áreas de dominância do PS, com especial relevância para o Norte Litoral. São os partidos de direita que sofrem mais com o avanço dos socialistas, enquanto que a APU apresenta um padrão bastante consolidado. Na figura 9 são apresentadas as mudanças de partido vencedor neste período:

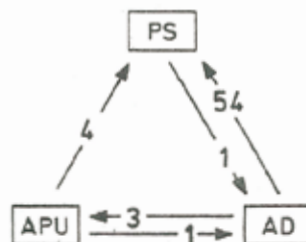


FIG. 9 — Alterações das maiorias concelhias 1980-83 (AD = PSD + CDS + PPM)

Considerando a votação separada dos dois principais partidos situados à direita do PS, é possível a comparação com a distribuição das maiorias em 1976. As diferenças são neste caso muito significativas:

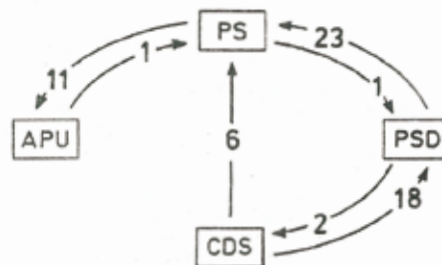


FIG. 10 — Alterações das maiorias concelhias 1976-1983

Das 30 maiorias ganhas pelo PS em 1983, 22 referem-se a concelhos onde os socialistas não tinham obtido a maioria em qualquer das eleições anteriores. Esta situação regista-se exclusivamente nos distritos do Norte e Centro, com forte incidência no distrito do Porto (Amarante, Marco de Canaveses, Penafiel, Paredes e Póvoa de Varzim) e Coimbra (Mira, Penacova, Tábua e Oliveira do Hospital), e reflecte a crescente implantação do PS no Norte e Centro. O PSD surge como o partido mais atingido, perdendo 17 maiorias para os socialistas, e o CDS 5. Nas regiões do Sul, pelo contrário, o único partido que tem alargado a sua área de dominância é a APU, tendo conquistado entre 1976 e 1983, 11 maiorias ao PS, perdendo apenas o concelho de Monforte.

O CDS foi o partido mais afectado, já que viu diminuir acentuadamente a sua área de dominância, tendo sido, na maior parte dos concelhos, substituído pelo PSD.

### 2.2. A abstenção

Apesar de se ter verificado um forte acréscimo da abstenção de 1979 para 1980 e sobretudo de



FIG. 11 — Formações vencedoras, Assembleia da República — 1979



FIG. 12 — Formações vencedoras, Assembleia da República — 1980

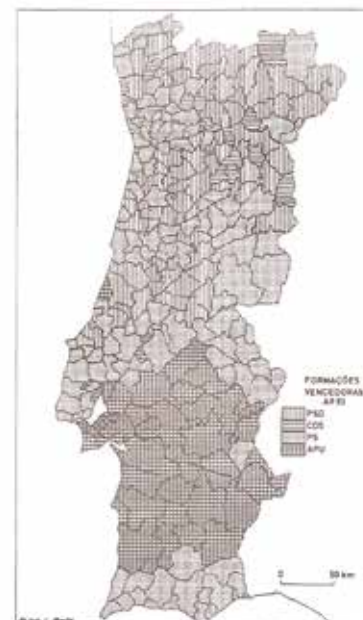


FIG. 13 — Formações vencedoras, Assembleia da República — 1983



FIG. 14 — Formações vencedoras, Assembleia da República, 1983 — (PSD + CDS + PPM)



1980 para 1983, os mapas relativos ao padrão espacial da abstenção nos 3 anos (figs. 15, 16 e 17) permitem evidenciar a manutenção de áreas de forte participação ao longo deste período, que aliás já se haviam definido desde 1975 — os concelhos mais industrializados do Norte Litoral, o Alentejo com excepção do sul do Distrito de Beja e, ainda que numa forma menos acentuada, a Área Metropolitana de Lisboa. A dominância do proletariado, industrial ou agrícola, nas áreas referidas, traduzindo um maior aprofundamento das relações de produção capitalistas, pode de algum modo explicar os altos níveis de participação. Por outro lado, as áreas onde o campesinato é dominante, são sem dúvida as mais afectadas pela abstenção, nomeadamente o Centro e Norte Interiores e a Serra Algarvia.

O mapa relativo à variação percentual da abstenção entre 1980 e 1983 (fig. 18) evidencia duas situações distintas, correspondentes aos maiores acréscimos: por um lado, as áreas onde a abstenção tem sido desde sempre mais acentuada e, por outro, as áreas onde os níveis de participação são os mais elevados. A subida significativa da abstenção nestas últimas, em termos gerais o Alentejo e o Norte Litoral, que poderia sugerir o esboço duma tendência no sentido da uniformidade espacial do comportamento abstencionista, deverá relacionar-se antes de mais com os baixos valores da abstenção aí registados, o que determina que uma pequena subida absoluta se traduza numa acentuada variação percentual.

A distribuição espacial da abstenção nas três eleições permite evidenciar sobretudo o carácter estrutural deste comportamento. No entanto, as variações verificadas sugerem, de algum modo, que conforme as conjunturas políticas em que se inserem as várias eleições o fenómeno abstencionista afecta mais intensamente este ou aquele grupo social, na medida em que as propostas partidárias ou a prévia determinação do vencedor não o motivem ao voto.

### 2.3. O voto no Partido Socialista

O voto socialista tem evidenciado nas várias eleições (figs. 19 a 22) um padrão espacial bastante mais uniforme que o das outras formações partidárias, o que se deve sobretudo à diversidade da sua base social de apoio.

A capacidade manifestada pelo PS para sensibilizar um leque social mais vasto funda-se, em certa medida, numa definição ideológica menos marcada, o que lhe permite compatibilizar melhor, nas propostas que apresenta, os anseios de diversos grupos sociais. Assumem ainda alguma importância as variações regionais imprimidas no discurso pré-eleitoral, que possibilitam a sua adaptação às características socioculturais da população a que se destina.

Desde 1975 a 1980 as maiores implantações do PS assumiram um carácter relativamente disperso

e correspondiam a situações distintas: as áreas de transição socioeconómica — Algarve e Vale do Tejo; algumas manchas industrializadas do Norte e Centro — Norte Litoral e área da indústria têxtil da Beira Interior e ainda o distrito de Coimbra, onde a tradição republicana e antifascista difundida a partir de alguns centros, nomeadamente a Figueira da Foz, Coimbra e Soure, pode de algum modo justificar também a actual expressão dos socialistas.

Em 1983 o PS manteve não só a dominância nestas regiões como alargou significativamente o seu eleitorado num grande número de concelhos rurais situados a Norte do Tejo. Esta expansão do voto socialista em áreas onde até 1983 era incipiente originou a emergência dum contraste Norte-Sul, bem marcado em todos os outros padrões partidários, mas que até à última eleição não tinha caracterizado o PS.

A ineficiência dos Governos AD e sobretudo a promessa da formação do "bloco central" parecem constituir os principais factores explicativos da expansão do voto socialista em 1983. O forte acréscimo do PS terá decorrido da possibilidade de conquistar largas franjas do eleitorado social-democrata, eventualmente à custa da garantia da inclusão do PSD no Governo o que permitiu aos socialistas apresentar uma proposta de Governo apoiada numa maioria parlamentar, à semelhança do que aconteceu com a AD em 1979 e 1980. Por outro lado, a subida percentual deste partido estará ainda relacionada com o fenómeno abstencionista, que afectou particularmente o eleitorado conservador.

### 2.4. O voto na APU

O padrão espacial do voto na APU, mostra mais do que qualquer outro partido uma grande estabilidade entre 1979 e 1983. O voto comunista é também aquele que apresenta os mais fortes contrastes regionais — o Alentejo e grande parte da Área Metropolitana de Lisboa, onde as votações concelhias ultrapassam quase sempre os 40%, o Norte e o Centro do país, onde só um reduzido número de concelhos ultrapassa os 10%, correspondendo estes casos, na sua grande totalidade, aos centros industriais mais importantes, destacando-se a Marinha Grande, Covilhã e Gondomar (figs. 23, 24 e 25).

A variação do voto na APU entre 1980 e 1983 (fig. 26) denuncia antes de mais uma grande estabilidade em todo o território, podendo no entanto identificar-se alguns acréscimos significativos em áreas onde a APU regista votações intermédias, nomeadamente no Algarve, na região do Vale do Tejo e secundariamente na Área Metropolitana do Porto. Nas duas primeiras áreas poder-se-á relacionar alguns destes aumentos da votação na APU com a eficácia demonstrada por esta força política na gestão municipal (Vila do Bispo, Barrancos, Elvas, Nisa, Coruche, Chamusca, Loures, Sobral de Monte Agraço, Azambuja).

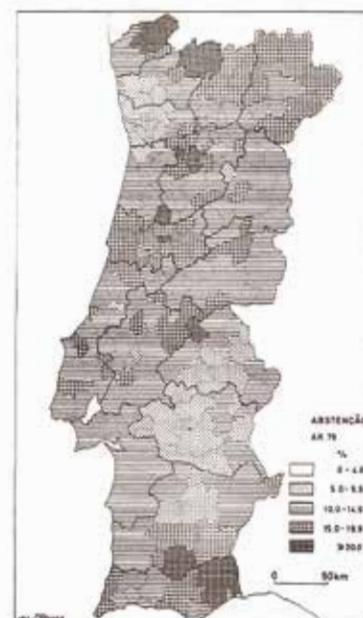


FIG. 15 — Eleição para a Assembleia da República, 1979 — Abstenção

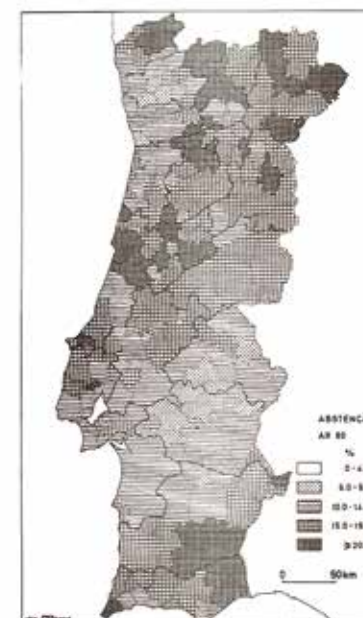


FIG. 16 — Eleição para a Assembleia da República, 1980 — Abstenção

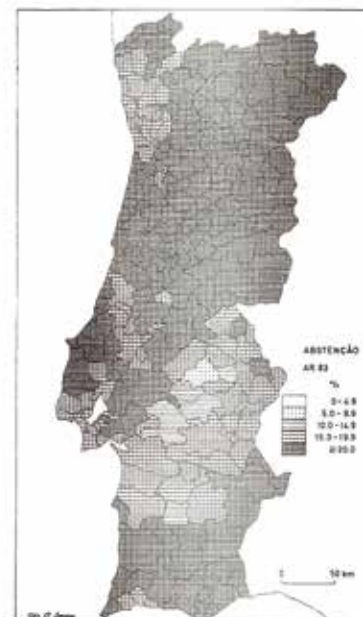


FIG. 17 — Eleição para a Assembleia da República, 1983 — Abstenção



FIG. 18 — Variação da Abstenção, AR 80 / AR 83





FIG. 19 — Eleição para a Assembleia da República, 1979 — Partido Socialista



FIG. 20 — Eleição para a Assembleia da República, 1980 — Frente Republicana e Socialista

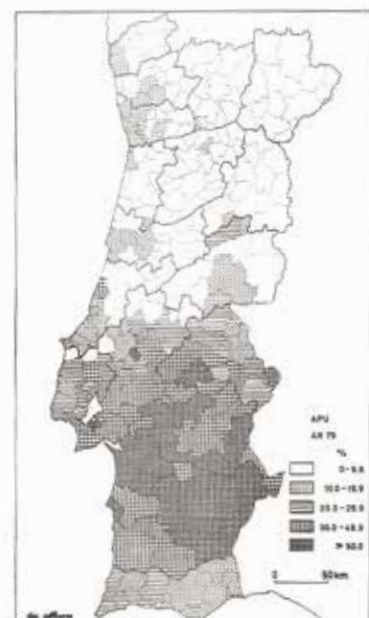


FIG. 23 — Eleição para a Assembleia da República, 1979 — Aliança Povo Unido

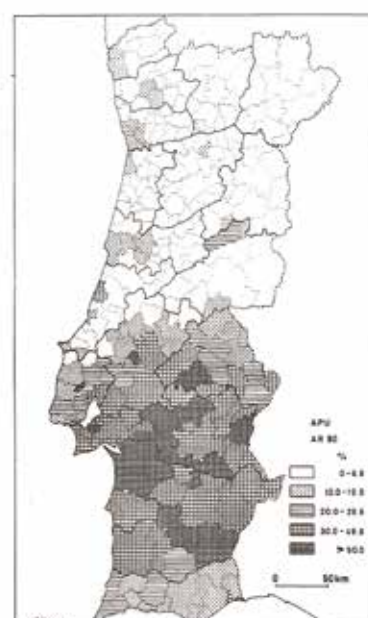


FIG. 24 — Eleição para a Assembleia da República, 1980 — Aliança Povo Unido



FIG. 21 — Eleição para a Assembleia da República, 1983 — Partido Socialista

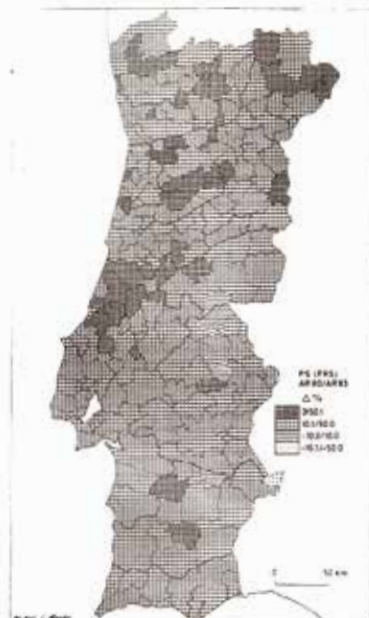


FIG. 22 — Variação do voto PS (FRS), AR 80 / AR 83

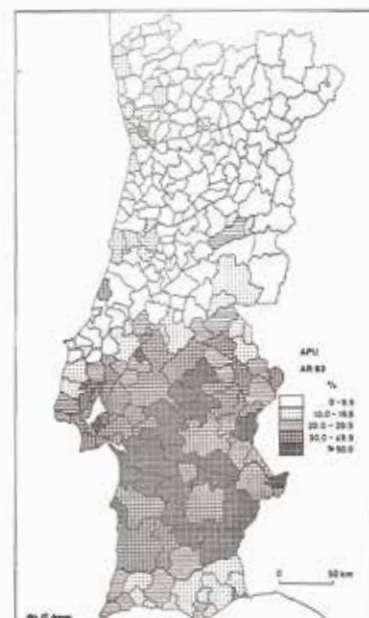


FIG. 25 — Eleição para a Assembleia da República, 1983 — Aliança Povo Unido



FIG. 26 — Variação do voto APU, AR 80 / AR 83



Todos os concelhos onde a votação na APU desceu entre as duas eleições se localizam a norte do Tejo, particularmente em áreas de forte implantação dos partidos de direita; esta distribuição sugere sobretudo a percepção, por parte de algum eleitorado APU, da inutilidade do voto APU em áreas onde lhe é limitada a possibilidade de eleger deputados nomeadamente nos distritos da Guarda, Viana do Castelo, Viseu, Vila Real e Bragança.

O carácter pontual dos acréscimos na votação na APU no Norte e Centro do País poderá de algum modo estar ligado a um trabalho militante, cujos resultados em termos eleitorais não têm uma expressão homogénea.

## 2.5. O voto no PSD

O voto no PSD apresenta na generalidade um padrão espacial com uma forte dicotomia entre o Norte e o Sul (fig. 27). A implantação dos sociais-democratas no Sul parece identificar-se sobretudo com dois tipos de situação: concelhos onde o peso do campesinato é maior (Algarve Oriental, Monchique e, em certa medida, alguns concelhos rurais do Alto Alentejo), e concelhos de acentuado cariz urbano (Évora, Faro, Portalegre, Estremoz), onde a pequena burguesia tem maior implantação. Casos como Sousel e Ourique podem constituir exemplos duma outra situação, traduzida nos efeitos de arastamento do poder local, decorrentes do prestígio de autarcas sociais-democratas.

No Centro e Norte, onde a votação no PSD é muito elevada, exceptuando alguns concelhos mais industrializados (Guimarães, Covilhã, Figueira da Foz, Marinha Grande), são principalmente as áreas economicamente menos desenvolvidas e mais periféricas que se destacam com valores superiores a 50% — área do Pinhal, Terras do Bouro, Boticas, Vimioso, entre outras.

As tendências de evolução do eleitorado PSD, visível através da variação percentual do voto neste partido em 1976 e 1983 (fig. 28), denotam uma crescente uniformização regional, na medida em que é sobretudo no Sul do país que se registam maiores acréscimos. Esta tendência parece advir, como já anteriormente referimos, da deslocação para a direita de parte do eleitorado socialista, que desta maneira reforça a sua oposição ideológica ao voto comunista, e sobretudo no Alentejo, o PSD terá beneficiado também do voto útil por parte do eleitorado do CDS. Os fortes acréscimos verificados nalguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa onde a APU é a força dominante podem de algum modo sugerir que a oposição manifestada pelo PSD aos comunistas se apresenta progressivamente mais convincente que a do PS o que poderá decorrer do acento populista que marca o discurso social-democrata e que inclusivamente lhe possibilita uma implantação significativa nos meios operários.

No Norte e Centro os acréscimos dos sociais-democratas assumem um carácter mais pontual

e registam-se genericamente em concelhos onde o CDS perdeu mais eleitores. Aliás, esta flutuação do eleitorado da direita, que prejudicou significativamente os centristas, permitiu ao PSD compensar a transferência do seu eleitorado para o PS, mantendo a sua votação em extensas áreas do Norte e Centro, sobretudo no Norte Litoral, mas não impediu que em muitos concelhos o PSD visse efectivamente reduzida a sua votação, como as áreas da periferia imediata dos centros urbanos mais importantes (Área Metropolitana do Porto, Coimbra), onde o desenvolvimento das relações de mercado e o crescimento industrial acentuou aquelas transferências do eleitorado social-democrata para o PS.

## 2.6. O voto no CDS

A grande dispersão das áreas de maior implantação do CDS (fig. 29), confinadas na sua quase totalidade ao Norte do país, já que no Sul são muito poucos os concelhos onde o CDS regista votações superiores a 10%, remete-nos para o papel desempenhado pelos influentes locais na decisão de voto do eleitorado mais conservador. Efectivamente, a ocorrência no Norte do país, quer de concelhos onde o CDS apresenta uma forte implantação, quer de outros onde este partido tem votações muito baixas, onde as diferenças na estrutura social ou o nível de desenvolvimento económico não justificam tal clivagem, só pode ser explicada por condicionalismos locais, particularmente derivados da concorrência entre os dois grandes partidos da direita.

O decréscimo quase generalizado da votação no CDS entre 1976 e 1983 apenas teve como excepção, em termos gerais, uma larga mancha de concelhos (fig. 30) que abrange a Área Metropolitana de Lisboa, estendendo-se pelo litoral alentejano até ao Algarve Ocidental. Enquanto na A.M. de Lisboa o acréscimo dos centristas pode ser entendido como uma polarização do eleitorado de direita, no Litoral alentejano parece ser fruto de transformações económico-sociais operadas nos últimos anos em alguns destes concelhos, por indução do pólo industrial de Sines, que alterou relativamente a estrutura social tradicional. O recente crescimento demográfico desta região, com o aumento substancial da população ligada ao sector terciário e sobretudo, a afluência significativa de quadros técnicos, pode explicar esta situação, particularmente numa área que regista votações extremamente baixas no CDS. Não será também de desprezar como hipótese explicativa do aumento da votação no CDS nesta região, a acção da Juventude Centrasta de Setúbal, que se reflectiu no congresso de Troia.

## 2.7. A variação do voto conjunto do PSD e CDS entre 1976 e 1983

As alterações do voto nos dois principais partidos de direita entre 1976 e 1983, sintetizadas na fi-

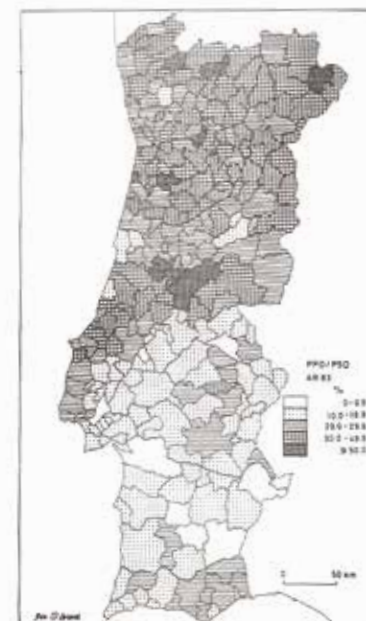


FIG. 27 — Eleição para a Assembleia da República, 1983  
— Partido Social Democrata

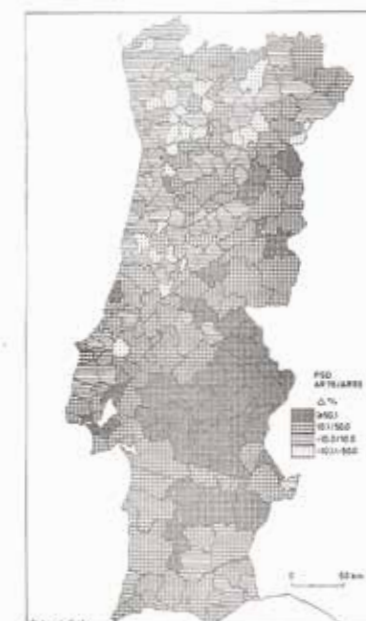


FIG. 28 — Variação do voto PSD/PSQ, AR 76 / AR 83

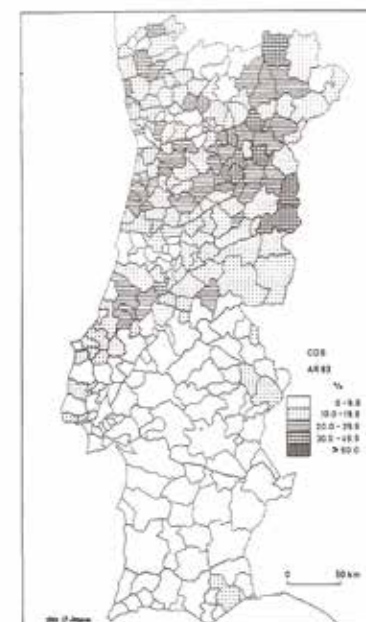


FIG. 29 — Eleição para a Assembleia da República, 1983  
— Centro Democrático Social



FIG. 30 — Variação do voto CDS, AR 76 / AR 83





FIG. 31 — Variação conjunta do voto PSD e CDS, AR 76 / AR 83



FIG. 32 — Eleição para a Assembleia da República, 1979 — Aliança Democrática



FIG. 35 — Variação do voto conjunto PSD, CDS e PPM



FIG. 33 — Eleição para a Assembleia da República, 1980 — Aliança Democrática

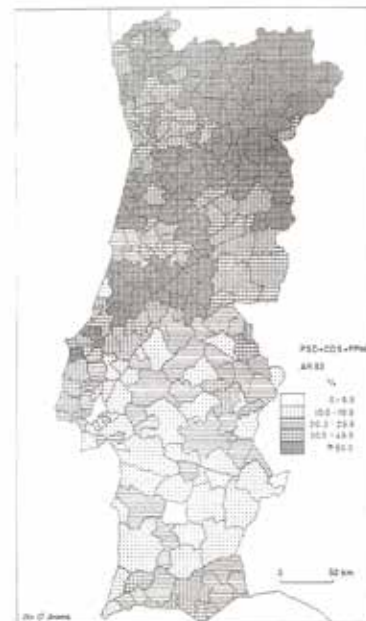


FIG. 34 — Eleição para a Assembleia da República, 1983 — Partido Social Democrata, Centro Democrático

gura 31, revelam em termos gerais, o delinear duma tendência para a uniformização do voto conservador à escala nacional: o PSD e o CDS diminuíram ambos a sua implantação em numerosos concelhos do Norte, sobretudo no Norte Litoral, onde a transferência de votos do CDS para o PSD não terão permitido compensar a deslocação do eleitorado deste último partido para o PS. No Litoral Sul registou-se, pelo contrário, uma expansão dos dois partidos, que de certa forma se poderá relacionar, como já anteriormente referimos, não só com as baixas votações que ambos registavam nesta área, como com a maior capacidade de oposição manifestada por estes partidos em detrimento do PS, face à força política dominante — a APU.

No interior do país, na generalidade, emerge o papel de complementaridade dos dois partidos, ou seja, à subida na votação de um deles, corresponde invariavelmente uma descida do outro.

## 2.8. O voto conjunto no Partido Social Democrata; Centro Democrático Social e Partido Popular Monárquico (Aliança Democrática)

O voto conjunto no PSD, CDS e PPM evidenciou uma descida bastante uniforme em todo o país entre 1980 e 1983 (fig. 32). É de realçar que os concelhos onde se registaram as menores descidas, bem como alguns leves acréscimos, se situam quase exclusivamente nas regiões de maior implantação daqueles partidos (figs. 33, 34 e 35), onde, porventura, a decisão de voto será menos

afectada pelas estratégias eleitorais desta ou daquela formação partidária.

O fim da aliança entre PSD, CDS e PPM provocou uma dupla desvantagem eleitoral para estes partidos: por um lado, contribuiu para o decréscimo da sua votação, na medida em que cada um deles isoladamente não pôde apresentar propostas de Governo baseadas em maiorias parlamentares, desenvolvendo assim campanhas eleitorais onde a "dinâmica de vitória" tão eficaz em 1979 e 1980 não esteve presente; por outro lado, e como se

QUADRO II — Variação percentual do voto e do número de deputados 1980-1983

Partidos	Δ % Votação 1980-1983	Δ % N.º de deputados 1980-1983
PSD+CDS+PPM	- 15.3	- 19.0
PS	+ 29.2	+ 35.1
APU	+ 7.7	+ 7.3

pode verificar no quadro II o método de Hondt beneficia de alguma forma os maiores partidos, pelo que, se a Aliança Democrática se tivesse mantido em 1983 com uma votação igual ao somatório dos votos nos três partidos que a compunham teria eleito no total mais seis deputados, concretamente nos distritos de Beja, Coimbra, Faro, Porto, Santarém e Viseu. Excluindo o primeiro e o último destes distritos, podemos admitir que a maioria AD foi sobretudo potencializada nos distritos onde a concorrência partidária é maior.



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
1	1.0																							
2		1.0																						
3			1.0																					
4				1.0																				
5					1.0																			
6						1.0																		
7							1.0																	
8								1.0																
9									1.0															
10										1.0														
11											1.0													
12												1.0												
13													1.0											
14														1.0										
15															1.0									
16																1.0								
17																	1.0							
18																		1.0						
19																			1.0					
20																				1.0				
21																					1.0			
22																						1.0		
23																							1.0	
24																								1.0

FIG. 4.3 - Matriz de Correlação

como o nível de rendimentos individuais provenientes do trabalho.

A dicotomia rural-urbano parece corresponder também a um dos principais factores da diferenciação do voto. Os discursos utilizados pelos partidos nas suas campanhas vão claramente ao encontro dos diferentes valores que caracterizam as sociedades rurais e urbanas, o que de certa forma nos permite valorizar a importância desta componente na análise do voto, que expressámos através da percentagem de população que residia em centros com mais de 2 000 habitantes e em sedes de concelho em 1981, da percentagem de população que residia em centros com mais de 5 000 habitantes em 1981, e da variação percentual da população entre 1970 e 1981.

Incluimos ainda um indicador do envelhecimento da população (percentagem de população com mais de 60 anos em 1970) na tentativa de detectar as suas eventuais interferências no comportamento eleitoral.

O atraso no apuramento e publicação do Recenseamento Geral da População de 1981 impediu que se considerasse um aspecto que julgamos fundamental — as alterações da estrutura social entre 1970 e 1981. Uma breve análise dos dados parcelares já publicados aponta para um aumento considerável dos assalariados do sector terciário — Nova Pequena Burguesia, o que permite explicar determinados comportamentos eleitorais e nomeadamente alguns aspectos da mobilidade do eleitorado. A variação da população entre 1970 e 1981 pode se algum modo obviar à falta dessa informação, já que, se os maiores acréscimos da população se registaram nas áreas urbanas, embora obedecendo a um padrão menos concentrado que o registado nas décadas anteriores, poder-se-á estabelecer uma correspondência entre estas variações e a transferência de mão-de-obra para os sectores do comércio e serviços. A expansão dos meios de consumo colectivo operada nos últimos anos, que atingiu de uma forma mais ou menos acentuada todos os municípios, deve ter constituído o principal veículo gerador de emprego terciário.

Para este processo contribuiu decisivamente o alargamento e intensificação das funções do Estado relativas à reprodução social do trabalho, com destaque para as acções empreendidas pelo Poder Local no sentido de obviar as numerosas carências do equipamento social. As novas atribuições das autarquias implicaram também um aumento considerável do número de trabalhadores das câmaras municipais que, sobretudo nas áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, se traduziram num acréscimo considerável do sector terciário. A fixação dos retornados das ex-colónias bem como o aumento dos consumos individuais concorreram

também para a terciarização do emprego, através da expansão das actividades comerciais.

#### 4.2. Considerações prévias

O comportamento eleitoral engloba três aspectos fundamentais e relativamente distintos — a participação, a estrutura do voto partidário e a sua evolução — que procurámos caracterizar neste ponto da análise.

A análise da participação eleitoral remete para algumas considerações mais gerais sobre o papel das eleições na manutenção das democracias parlamentares. A concepção moderna do Estado identifica-o com o exercício do poder político por parte de uma elite representante de toda a população. Nesta perspectiva, e qualquer que seja o sistema político, esse poder só é aceite, pelos cidadãos e pelos outros Estados, se for legitimado através do voto. Poder-se-á então perguntar o que é que diferencia os regimes políticos no que respeita às funções dos actos eleitorais.

Nos regimes ditatoriais, caracterizados na generalidade pela exclusividade de um partido, o aparelho repressivo e paralelamente a legislação eleitoral concorrem para a obtenção de largas maiorias, através da anulação das forças oposicionistas; nestas condições os actos eleitorais têm um significado restrito, embora bem preciso e correspondem sobretudo, na expressão de Stein Rokkan, a "rituais de confirmação" (1).

Pelo contrário, nas democracias parlamentares a oposição desempenha um papel importante. Se formalmente os actos eleitorais visam a representatividade dos cidadãos nos órgãos de poder, os princípios que regem a legislação eleitoral das democracias parlamentares permitem de facto uma efectiva transferência de poderes, partindo do princípio de que cada um dos cidadãos está suficientemente informado acerca dos projectos políticos que lhe são mais convenientes.

Apesar disto, a história recente tem mostrado que as classes dominantes têm controlado suficientemente os processos eleitorais de modo a que não decorram deles transformações fundamentais na estrutura do poder, no entanto mesmo os partidos de oposição ao sistema continuam, na generalidade, a defender a realização de eleições e empenham nelas os maiores esforços.

Neste contexto confrontam-se diferentes perspectivas de encarar os actos eleitorais. Se se admitir que as grandes transformações da sociedade passam por um processo revolucionário, organizado sobretudo por uma "minoridade esclarecida", as eleições serão entendidas não como um meio conducente à mudança, mas como forma de inserir os indivíduos no sistema político; tal inserção pro-

(1) Lipset, M.; Rokkan, S. — *Party Systems and Voter Alignments. Cross-National Perspectives. The Free, New York 1967.*



cessar-se-ia basicamente através da ilusão de que a participação política se limite ao voto (atenuando-se assim múltiplas reivindicações sociais) e de que esse voto representaria efectivamente uma correcta transferência de poderes, pelo que o Parlamento seria constituído exclusivamente pelos "delegados" das populações, cuja tarefa se situaria na defesa dos interesses dos seus eleitores. A valorização do papel da oposição decorreria fundamentalmente da necessidade de fazer crer que a alternância no poder, entendida no seu sentido mais amplo, constituiria uma possibilidade real. O carácter ilusório que esta perspectiva atribui às eventuais mudanças decorrentes de eleições adviria sobretudo do papel desempenhado pelos aparelhos ideológicos do Estado, no sentido de afastar o voto da expressão dos interesses específicos de cada grupo social.

A abstenção representaria assim não só a fraca inserção de alguns grupos sociais no sistema de relações de produção, como a recusa de um sistema eleitoral assente em falsos princípios de representatividade.

A maior parte dos partidos de esquerda, nomeadamente os da Europa Ocidental, recusam tal perspectiva, na medida em que encaram os actos eleitorais como um meio de obter progressivas transformações. Advogando que a realização de eleições livres e a consequente representação das forças de oposição nos órgãos do poder constitui de alguma forma uma cedência das classes dominantes, a esquerda procura através da afirmação pelo voto obter dividendos políticos que lhe permitam no curto prazo impor melhorias das condições de vida das classes mais desfavorecidas e no médio e longo prazo transformações políticas de fundo. Embora se reconheçam também nesta perspectiva as limitações impostas à prática democrática por agentes que interferem na decisão do voto opondo-o à defesa dos interesses de classe e que actuam sobretudo ao nível do acesso a uma informação isenta, os actos eleitorais são encarados como uma alternativa às rupturas institucionais, cuja possibilidade surge duvidosa nos países mais desenvolvidos, no sentido da transformação da sociedade capitalista.

Qualquer que seja a perspectiva em que se encarem os actos eleitorais parecem surgir três aspectos básicos relativos às funções sociais e políticas do voto: a primeira respeita a legitimidade / confirmação do poder, a segunda relaciona-se com a inserção dos indivíduos ou de grupos sociais no sistema político, canalizando-se as acções desenvolvidas pelos movimentos marginais para um "terreno" legal, de consenso, de molde a poderem ser mais facilmente controladas, e a terceira, eventualmente menos importante, prende-se com a necessidade de substituição das elites políticas, de forma a atenuar as contradições que se geram no seio das classes dominantes. O fenómeno abstencionista parece estar assim antes de mais relacionado com a marginalização de determinados grupos sociais, para quem as diferentes propostas

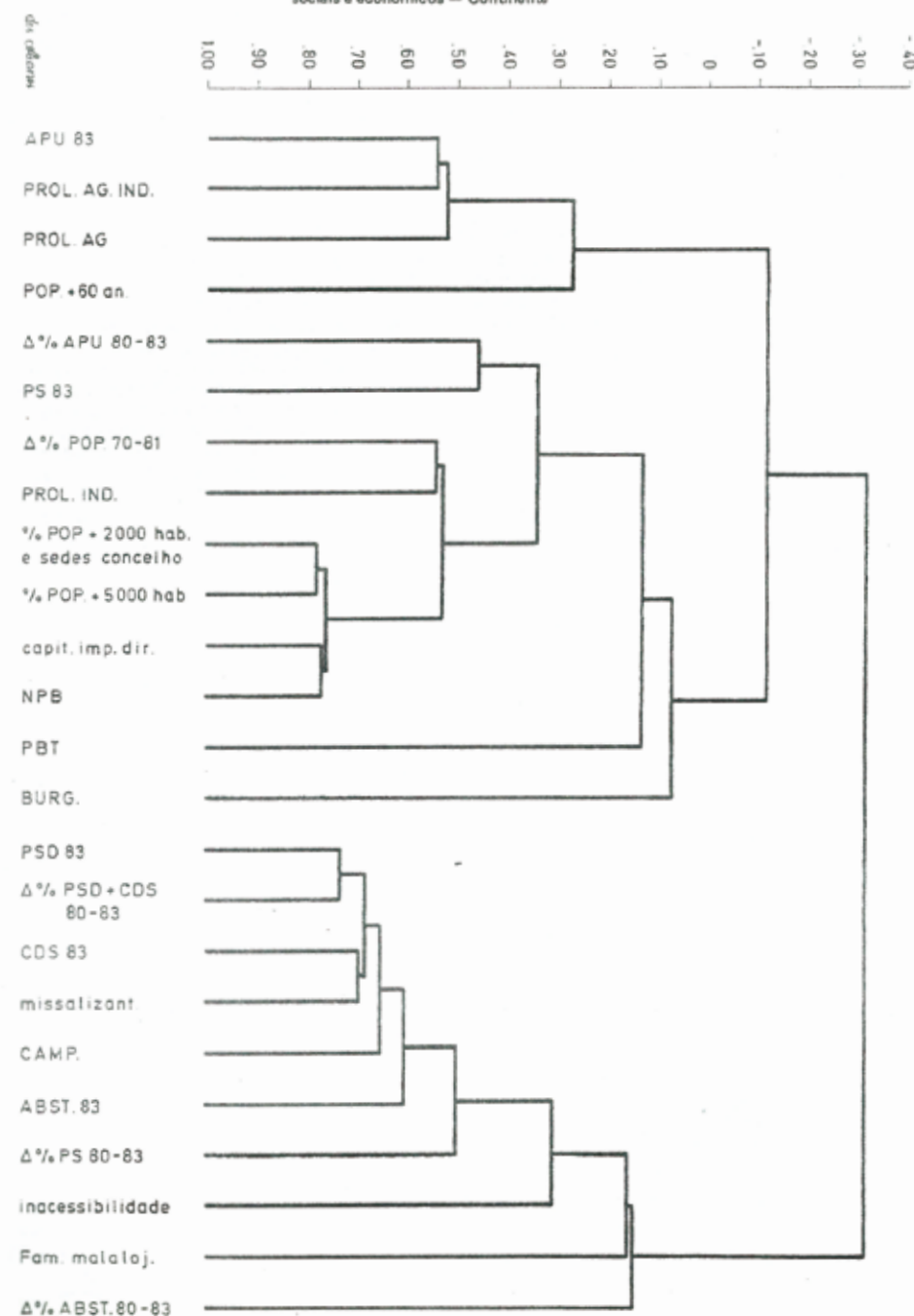
partidárias existentes se afastam dos seus interesses mais imediatos e ainda com um certo desajustamento entre a oferta e a procura de soluções políticas: as modificações introduzidas conjuntamente nos discursos eleitorais, decorrentes da necessidade de sensibilizar prioritariamente determinados grupos sociais poderão implicar o alheamento de outros que não se sintam tão directamente envolvidos. Os baixos níveis de participação que se registam quer em várias eleições nacionais, quer na comparação entre diferentes países, tanto podem reflectir um elevado grau de integração no sistema político-partidário, como uma acentuada marginalização.

O voto partidário bem como a sua evolução são essencialmente condicionados pela estrutura social já que a própria constituição dos partidos corresponde claramente a esse princípio, na medida em que cada uma das forças políticas reclama, numa forma mais ou menos explícita, a defesa dos interesses de determinados grupos sociais e que, por outro lado nenhum partido assegura a sua existência sem uma base social de apoio. No entanto, se compararmos a distribuição do voto com a da estrutura social verificamos que a relação não é tão linear, e que dificilmente se poderia explicar a mobilidade do eleitorado exclusivamente por alterações da composição social, o que sugere a intervenção de outros factores na decisão de voto. A acção dos notáveis locais, nomeadamente ao nível da gestão municipal, a dependência dos principais órgãos de comunicação social relativamente aos órgãos de poder, as inúmeras promessas adiantadas pelos partidos nas campanhas eleitorais e, sobretudo, a dificuldade de acesso a uma informação correcta, para a qual contribuem largamente as elevadas taxas de analfabetismo que se registam nalgumas regiões, são exemplos de factores que de algum modo podem concorrer para que o estatuto social não se reflecta claramente na opção de voto. A dificuldade de quantificar estes aspectos limita contudo de alguma forma a análise do comportamento eleitoral. Entretanto, ainda é possível analisar alguns dos factores que contribuem para explicar os votos marginais ao posicionamento social: é o caso dos níveis de rendimentos individuais, da idade, da religião, das condições de vida e do dinamismo económico.

#### 4.3. Nível nacional

Uma breve leitura da matriz de correlação (fig. 43) relativa ao conjunto das variáveis seleccionadas evidencia que a nível nacional as relações mais fortes se estabelecem entre os partidos, nomeadamente, como vimos, através da oposição entre a APU e o PSD, surgindo cada um deles secundariamente associado a um conjunto de indicadores da estrutura socioeconómica. Alargando a leitura à árvore de ligação (fig. 44), construída a partir daquela matriz, observamos a constituição de dois grupos opostos que identificam genericamente

FIG. 44 — Árvore de ligação — voto partidário, abstenção, classes sociais e indicadores sociais e económicos — Continente





mente a grande clivagem nacional do comportamento eleitoral. Um primeiro grupo engloba o PSD, o CDS e a abstenção, relacionados prioritariamente com a preponderância do campesinato e com a intensidade da prática religiosa. Integrados ainda neste grupo, se bem que com relações mais ténues, surgem a inacessibilidade geográfica e a percentagem de famílias mal alojadas; variáveis que, dada a utilização do mesmo critério em regiões com características distintas, assumem aqui um significado pouco preciso, nomeadamente a segunda, já que as condições de habitação não devem ser encaradas do mesmo modo no campo e na cidade. Encontram-se ainda neste conjunto de variáveis, que caracterizam o voto conservador e o comportamento abstencionista, a variação percentual registada entre 1980 e 1983 da votação conjunta do PSD e CDS, do voto socialista e da abstenção. Se a relação entre as duas últimas variáveis se apresenta linear, na medida em que a simples redução do número de votantes pode ter implicado um acréscimo percentual do PS, mesmo no caso de se ter mantido o número dos seus votos, a ligação entre os maiores acréscimos do voto socialista e as menores descidas do voto conservador parece englobar alguma contradição. A explicação poderá residir no facto de nas áreas onde a votação do PSD e CDS é particularmente elevada e consequentemente onde é fraca a expressão do PS, as transferências de votos daqueles para este se traduzirem em fracas variações percentuais negativas, para os primeiros, e em acentuados acréscimos relativos para o segundo.

O segundo grande grupo de variáveis engloba a APU e o PS, podendo contudo diferenciar-se neste conjunto duas famílias de variáveis distintas cuja relação é muito pouco marcada. A primeira, relaciona o voto na APU com a predominância do proletariado, sobretudo o proletariado agrícola, e de um modo mais ténue com a percentagem de população com mais de 60 anos de idade, o que se compreende na medida em que o envelhecimento da população em numerosos concelhos rurais alentejanos, provocado pela migração para os centros urbanos, é bastante acentuado.

A segunda família é definida principalmente pelo "urbano" (Nova Pequena Burguesia, captação dos impostos directos e percentagem de população nos centros urbanos) e ainda pela predominância do proletariado industrial e pelo dinamismo demográfico. A estas características associa-se por um lado, o voto socialista e, por outro, os acréscimos da APU registados entre 1980 e 1983. Tais ligações permitem pressupor que, embora reduzido, o acréscimo da APU se processa à custa de transferências do eleitorado socialista e nas áreas onde o PS é mais forte. A ligação da Burguesia e da Pequena Burguesia Tradicional a este conjunto de variáveis que não assume qualquer significado. A razão por que estas variáveis não apresentam relação significativa com o comportamento eleitoral parece advir não só da uniformidade do seu padrão espacial como do facto de terem sido avaliadas por

estimativa o que nestes casos particulares pode induzir a grandes erros dado a sua fraca expressão em numerosos concelhos dos países. A acrescentar a estes aspectos surge ainda a multiplicidade de situações socioprofissionais que cada uma destas categorias engloba.

As análises que apresentámos nos pontos anteriores deste trabalho permitem supor que as leituras do nível nacional "escondem" realidades regionais distintas que importa aprofundar. No estudo das diferentes regiões procuramos detectar as diversas componentes do comportamento político que de algum modo se "apagam" ao nível nacional. Será necessário, contudo, ter presente que na análise regional se secundariza o principal contraste do comportamento político, correspondente no país à dicotomia Norte-Sul, já que na definição das regiões se inclui um critério de homogeneidade.

#### 4.4. Nível regional

Os resultados das análises factoriais regionais permitem identificar as principais componentes explicativas dos três aspectos que propusemos analisar — a participação, a estrutura do voto e a evolução do voto. Assim, tentaremos primeiro definir na generalidade essas componentes e passar depois à caracterização das diferentes regiões.

A abstenção eleitoral surge invariavelmente associada a situações de marginalidade caracterizadas por diferentes aspectos que assumem regionalmente maior ou menor relevo.

Sendo a fraca participação uma expressão de marginalidade face aos principais projectos políticos, ela constitui apenas um dos aspectos que reflecte o carácter periférico de extensas áreas do país.

Sem pretender aprofundar a definição do conceito de marginalidade podemos no entanto distinguir quadro aspectos fundamentais que nos surgem à partida como os mais influentes na explicação da participação eleitoral.

Embora a estrutura social condicione todos os aspectos que vamos referir, a marginalidade social pode ser entendida como um aspecto relativamente distinto, se aceite como característica dos grupos sociais menos inseridos no sistema de produção capitalista. Os grupos sociais "marginais" não são no entanto os mesmos em todas as regiões do país, como iremos ver adiante, dado que o grau de desenvolvimento económico e correlativamente o da estrutura social determinam diferentes níveis de implantação dos valores capitalistas. A marginalidade do campesinato parece ser contudo uma constante das diferentes regiões, o que, apesar das diversas situações de inserção desta classe nos circuitos económicos, pode ser justificada pelo seu relativo isolamento face à sociedade dita de consumo. Não pretendemos no entanto sugerir que as características do campesinato sejam as mesmas em diferentes regiões do país. O grau de inserção deste grupo social apre-

senta de facto grandes variações que dependem essencialmente do destino e das características da produção e que vão desde o campesinato tradicional das áreas mais periféricas, onde é ainda relevante o peso do auto-consumo, o que determina que esta classe seja pouco afectada pelas transformações políticas, até aos produtores agrícolas independentes das áreas limítrofes dos grandes mercados, onde a comercialização e a par dela a mecanização do trabalho induzem a integração social e económica deste grupo, na medida em que ele é mais afectado pelas alterações políticas, nomeadamente no que respeita à política de crédito bem como às reformas do sector primário.

Cremos, no entanto, que apesar da diversidade de situações, o estatuto de produtor independente permite ao camponês uma relativa autonomia que se traduzirá de alguma forma num relativo alheamento face aos problemas políticos e sociais que afectam prioritariamente outros grupos sociais.

A marginalidade económica, embora estreitamente relacionada com a social, assume no entanto um carácter menos classista, decorrendo antes de mais da capacidade de acesso aos bens de consumo, tendo sido medida pela captação dos impostos directos e pelo dinamismo demográfico.

Tal acesso não adquire só uma expressão material relacionada com o nível de vida individual, mas assume também um cariz ideológico que se prende com o que vulgarmente se designa por "consumismo" e que constitui uma das formas mais eficazes de integração dos indivíduos na sociedade capitalista.

A marginalidade geográfica medida pelo grau de acessibilidade à sede do concelho, constitui também, ainda que a outro nível, um aspecto importante, já que interfere directamente no acesso à informação. A limitação do número de contactos pessoais provocada pelo isolamento de determinadas localidades permite acentuar o papel dos influentes locais, criando-se assim laços de dependência que contrariam em certa medida o desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

Por último, distinguimos ainda um outro aspecto da marginalidade, que respeita o envelhecimento da população, já que este factor limita à partida a adesão a novos padrões de comportamento, onde podemos incluir a participação política, se pensarmos que o regime democrático em Portugal data de há dez anos.

A estrutura do voto partidário e sobretudo a distinção entre o comportamento conservador e o progressista relaciona-se antes de mais com a oposição urbano-não urbano. Esta verificação poderia sugerir à partida um papel secundário da estrutura social na explicação do voto. Se atendermos no entanto a que o desenvolvimento económico nacional se tem processado numa forma especialmente concentrada, afectando sobretudo os principais centros urbanos e impondo fortes contrastes regionais podemos aceitar que as principais diferenciações da estrutura social cor-

respondam também a esse padrão, marcado, antes de mais, pela oposição urbano-rural. Isto não significa que não existam correntes de influência nos dois sentidos, embora num cômputo global o fluxo da cidade para o campo tenda a ser maior.

Nas regiões onde o campesinato domina no mundo rural, o voto urbano situa-se sempre mais à esquerda; pelo contrário, quando (como no Alentejo) o proletariado rural é maioritário, o voto rural tende a situar-se mais à esquerda.

A evolução do voto partidário surge particularmente relacionada com a prática religiosa o que não deixa de sugerir o acento interclassista da ideologia católica, bem como o papel decisivo que ela adquire na decisão do voto.

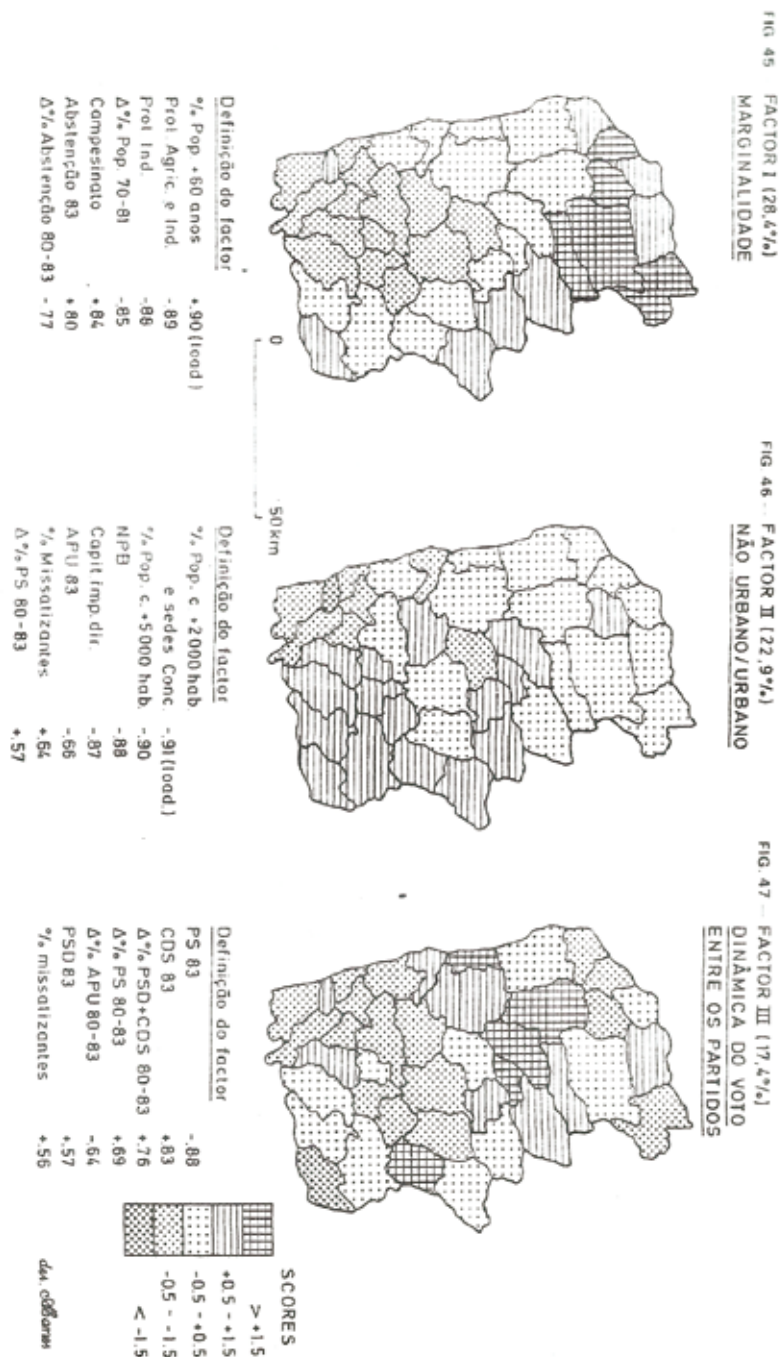
Os resultados obtidos nas diferentes regiões sugerem uma ligação entre o grau de implantação da Igreja católica e a mobilidade do eleitorado. Nas áreas onde a prática religiosa é mais intensa registam-se de modo geral os menores decréscimos do voto no PSD e no CDS e por outro lado os menores acréscimos ou mesmo algumas descidas da votação comunista. Nalgumas regiões verifica-se também uma relação positiva entre a expansão do eleitorado socialista e a prática religiosa. Estas verificações podem eventualmente reflectir diferentes efeitos da componente religiosa nas alterações do comportamento eleitoral: retenção do eleitorado do PSD e do CDS, permeabilidade à expansão do voto socialista e obstáculo ao crescimento da APU.

Não pretendemos com estas hipóteses valorizar a acção directa dos agentes eclesiais na relação com o comportamento político individual, mas pensamos que elas sugerem fundamentalmente o peso duma ideologia com raízes bem mais profundas que as diferentes ideologias partidárias e, sobretudo, assente num sistema de valores dificilmente abalável e que condiciona fortemente o posicionamento político dos indivíduos.

##### 4.4.1. Norte Litoral

A principal componente do comportamento eleitoral nesta região distingue as áreas mais marginais das mais desenvolvidas. A marginalidade define-se aqui pela preponderância do campesinato, pelo envelhecimento da população e pela repulsão demográfica (fraco dinamismo económico) e reflecte-se em baixos níveis de participação eleitoral. Pelo contrário, o proletariado industrial identifica-se como a classe social mais participativa. A representação cartográfica deste factor (fig. 45) evidencia uma diferenciação nítida entre um centro e uma periferia regionais. A cidade do Porto constitui uma excepção, pois a situação em que surge, longe de a caracterizar como periferia, classifica-a como um dos maiores centros urbanos do país, quer pelo decréscimo da população da cidade propriamente dita, já que a função residencial é substituída, cada vez mais, pelas funções terciárias, quer pelo envelhecimento da população, como ainda pela fraca expressão do proletariado, que reside sobretudo nos concelhos suburbanos.





A inclusão da variação da abstenção neste factor com um loading negativo, indica sobretudo que os maiores acréscimos relativos da abstenção se registaram nas áreas onde esta era mais fraca e, pelo contrário, nos concelhos mais periféricos, onde o nível da participação é significativamente mais baixo. A abstenção registou aumentos relativos menos expressivos, o que se prende, como já anteriormente referimos, com a interferência dos efeitos de escala no cálculo das variações percentuais.

A segunda componente evidencia a distinção não urbano-urbano (fig. 46) e caracteriza os diferentes graus de implantação da APU, bem como a variação do voto PS, que regista os maiores acréscimos percentuais nas áreas não urbanas.

O voto APU aparece nesta região relacionado com uma base social essencialmente urbana, a nova pequena burguesia. Contudo, esta ligação parece também ter fortes relações com o peso do proletariado industrial. É sobretudo nas áreas industriais mais antigas, Braga e Área Metropolitana do Porto, onde o crescimento da nova pequena burguesia coincide em parte com um longo processo de industrialização, que a APU tem maior implantação. Se as áreas industriais se mostram relativamente homogêneas no que respeita aos níveis de participação, o mesmo não acontece quanto ao voto partidário, o que poderá relacionar-se com a distinção entre o proletariado e o semi-proletariado, que embora surjam englobados na mesma categoria parecem ter comportamentos políticos distintos, relacionados com a relativa inserção do último grupo na sociedade rural, decorrente da complementariedade entre a actividade agrícola e industrial, podendo constituir exemplos desta situação as áreas de industrialização mais recente e difusa, nomeadamente os concelhos de V. N. Famalicão, Santo Tirso, Guimarães, Fafe, Felgueiras e Paços de Ferreira. Outro aspecto que seria também interessante explorar respeita à diferenciação do comportamento eleitoral do proletariado decorrente da dimensão das empresas industriais. Embora não nos seja possível neste trabalho a análise empírica desta componente, julgamos que ela condiciona de alguma forma a relação de dependência entre padrões e trabalhadores, o que forçosamente se reflectirá no voto.

A terceira componente identifica a dinâmica do voto entre os partidos e define-se sobretudo pela oposição entre o PS e o PSD e CDS e pelas variações do voto nas quatro grandes formações partidárias: o voto conservador observou as mais ténues descidas nas áreas onde regista maior implantação, por outro lado foi também nestas áreas (concelhos com scores positivos no mapa da figura 47) que, na generalidade, o PS mais se expandiu. Esta

aparente contradição advém por certo dos já referidos efeitos de escala introduzidos no cálculo da variação, relacionados com os níveis de implantação dos partidos. Por sua vez a APU registou os maiores acréscimos nas áreas onde o voto socialista é mais forte.

Este factor sugere de algum modo que as transferências de voto entre os vários partidos e em particular os avanços do PS em anteriores eleitorados PSD e CDS, se prendem não só com a estrutura social das várias parcelas do território mas também com fenómenos de natureza estritamente geográfica, correspondentes à maior ou menor facilidade com que se vão difundindo os vários discursos ideológicos. A inclusão, ainda que numa forma secundária, da componente religiosa neste factor, pode eventualmente indicar a sua interferência na mobilidade do voto.

#### 4.4.2. Norte Interior

Também no Norte Interior a principal componente do voto corresponde à marginalidade, sendo esta indicada pela preponderância do campesinato e pelo isolamento geográfico. A cartografia dos scores deste factor (1) (fig. 48) evidencia bem os principais eixos de desenvolvimento desta região: o Vale do Douro, onde o peso do Proletariado Agrícola poderá explicar os níveis de participação relativamente elevados, os eixos de Vila Real-Chaves e Vila Real-Mirandela-Bragança, bem como as áreas mais periféricas que correspondem aos scores positivos.

A terceira componente (2) (fig. 49) tende a definir um outro tipo de marginalidade que como noutros casos parece evidenciar alguma relação com o fenómeno abstencionista. As maiores subidas da abstenção registadas entre 1980 e 1983 relacionam-se aqui com o envelhecimento da população e com o peso relativo da Pequena Burguesia Tradicional e parecem contribuir para os maiores decréscimos do voto no PSD e CDS. A desmobilização do eleitorado conservador pode eventualmente resultar da amplitude das acções desenvolvidas pelos notáveis locais, cujo papel de descodificadores dos discursos políticos assume particular relevância no que respeita ao grau de participação, na medida em que uma mensagem pouco compreensível provoca inevitavelmente um maior alheamento. Por outro lado, se em 1979 e em 1980 este eleitorado pensava que a AD devia e podia ganhar, em 1983 a conjuntura política que marcou o período eleitoral imprimiu aos discursos do PSD e do CDS uma dinâmica de derrota, o que levou por certo o potencial eleitorado conservador a abster-

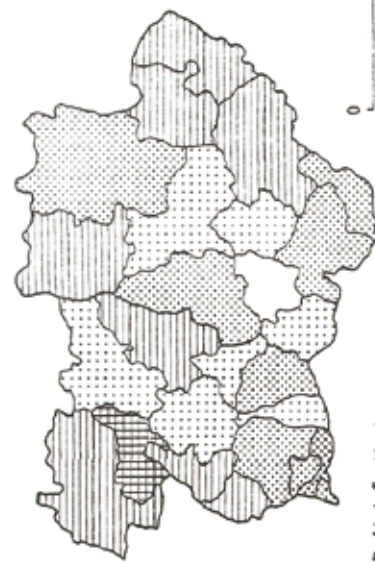
(1) A redundância estatística de duas variáveis impediu que fossem calculados os scores da matriz rodada relativa ao Norte Interior. No mapa da figura 48 estão representados os scores do primeiro factor da matriz não rodada. Este mapa foi utilizado a título indicativo na leitura do 1.º e 2.º factores da matriz rodada, já que eles correspondem claramente à subdivisão do 1.º factor inicial.

(2) A definição deste factor é idêntica na matriz rodada e na não-rodada.



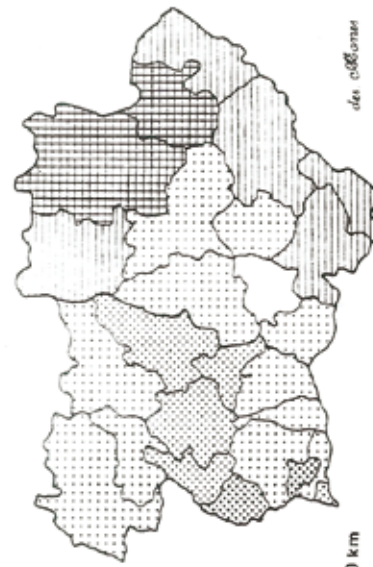
# NORTE INTERIOR

FIG. 48 — IFACOR DA MATRIZ NÃO RODADA (318%)  
MARGINALIDADE/DESENVOLVIMENTO  
URBANO - INDUSTRIAL



Definição do factor	
APU 83	-87
Campesinato	+85
NPB	-79
Prot. Agric. e Ind.	-76
PS	-70
Prot. Ind.	-65
Prot. Agric.	-64
Δ% PS 80-83	+64
Acessibilidade	+64
Abstencção	+61

FIG. 49 — FACTOR III (177%)  
MARGINALIDADE



Definição do factor	
% Pop. +60 anos	+73
PBT	+73
Δ% PSD+CDS 80-83	-57
Δ% Abstencção 80-83	+52

SCORES	
> +1.5	
+0.5 - +1.5	
+0.5 - +0.5	
-0.5 - -1.5	
< -1.5	
sem dados	

-se, na medida em que deixou de acreditar que esses partidos pudessem ganhar as eleições.

Embora os dois factores reflectam aspectos relacionados com o comportamento abstencionista, o primeiro parece resumir genericamente o principal vector da marginalidade, evidenciando-lhe um conteúdo social e económico preciso, enquanto o segundo caracteriza fundamentalmente o comportamento duma Pequena Burguesia Tradicional inserida num contexto geográfico específico, marcado sobretudo pelo acentuado carácter periférico dos concelhos fronteiriços. Este grupo social, constituído nesta região sobretudo pelos artesãos e pequenos comerciantes, parece evidenciar comportamentos bem distintos dos de outras regiões, onde o peso do trabalho industrial por conta própria é relevante. A maior marginalidade do Norte Interior parece traduzir-se numa série de marginalidades, cada uma com o seu poder explicativo, relativamente a distintos grupos sociais e aos respectivos padrões de voto.

Como para o Norte Litoral, a segunda componente do comportamento eleitoral respeita a diferenciação entre as áreas urbanas e as áreas rurais (fig. 48), só que no Norte Interior é mais nítida a ascensão tanto da APU como do PS nas áreas urbanas. Sendo a percentagem da população residente em centros com mais de 5000 habitantes, a Nova Pequena Burguesia e o Proletariado Industrial, as variáveis com maior peso na definição do factor, salienta-se assim o carácter pontual das maiores implantações da esquerda que correspondem na generalidade aos centros urbano-industriais — Vila Real, Chaves, Peso da Régua, Miranda e Bragança.

O voto na APU, a variação percentual da votação no PS e na APU entre 1980 e 1983 e a prática religiosa, definem ainda outra componente do comportamento eleitoral. Este factor permite eventualmente diferenciar o voto socialista do comunista, na medida em que se a componente religiosa se mostra permeável à expansão do PS, parece constituir, pelo contrário, um forte obstáculo ao alargamento do eleitorado comunista.

Note-se, por último, que apesar das fortíssimas implantações regionais do PSD e do CDS, o voto nestes partidos não se relaciona com nenhum dos condicionalismos do comportamento eleitoral seleccionados para esta análise. O voto conservador nesta região parece situar-se relativamente à margem das motivações sociais, económicas ou ideológicas que concorrem para a decisão de voto, o que sugere a ligação deste comportamento político com uma situação cujo pano de fundo é em grande medida definido pelo medo de mudança para um futuro desconhecido, mas tradicionalmente negativo, já que experiências de grandes mudanças se traduziram em desvantagens.

## CENTRO LITORAL

Os fortes contrastes de desenvolvimento económico que se fazem sentir no Centro Litoral

permitem por certo justificar que a primeira componente do comportamento eleitoral se defina pela oposição entre a atitude conservadora e a progressista (fig. 50).

Ao contrário do que se regista nas regiões nor-tenhas a grande clivagem política não se situa aqui ao nível de quem vota e quem não vota, mas entre quem vota na direita e quem vota na esquerda.

O voto no PS e na APU surge nesta região relacionado com o Proletariado Agrícola e Industrial (scores positivos no mapa da figura 50) e identifica, em termos gerais, por um lado, as áreas industriais mais tradicionais — Norte do distrito de Aveiro (Espinho, Vila da Feira, Ovar), Figueira da Foz, Coimbra, Castanheira de Pera e Marinha Grande, e, por outro lado os centros piscatórios mais importantes — Ílhavo, Peniche, Nazaré e Figueira da Foz. Nestas áreas o processo de formação do proletariado é mais antigo, motivo que contribui para que esta classe tenha um estatuto social mais definido, o que se reflectirá certamente na sua opção de voto.

Contudo, cremos que a atitude progressista não se liga unicamente com a estrutura social, mas prende-se também, sobretudo no distrito de Coimbra, com heranças políticas de alguns centros com fortes tradições republicanas: Figueira da Foz, Soure e Coimbra.

O voto conservador relaciona-se com a prática religiosa e secundariamente com o Campesinato apesar deste grupo social apresentar nesta região diferenças socioprofissionais bastante sensíveis — desde o camponês tradicional do interior do distrito de Leiria e de Coimbra até ao agricultor "moderno" de algumas áreas do litoral.

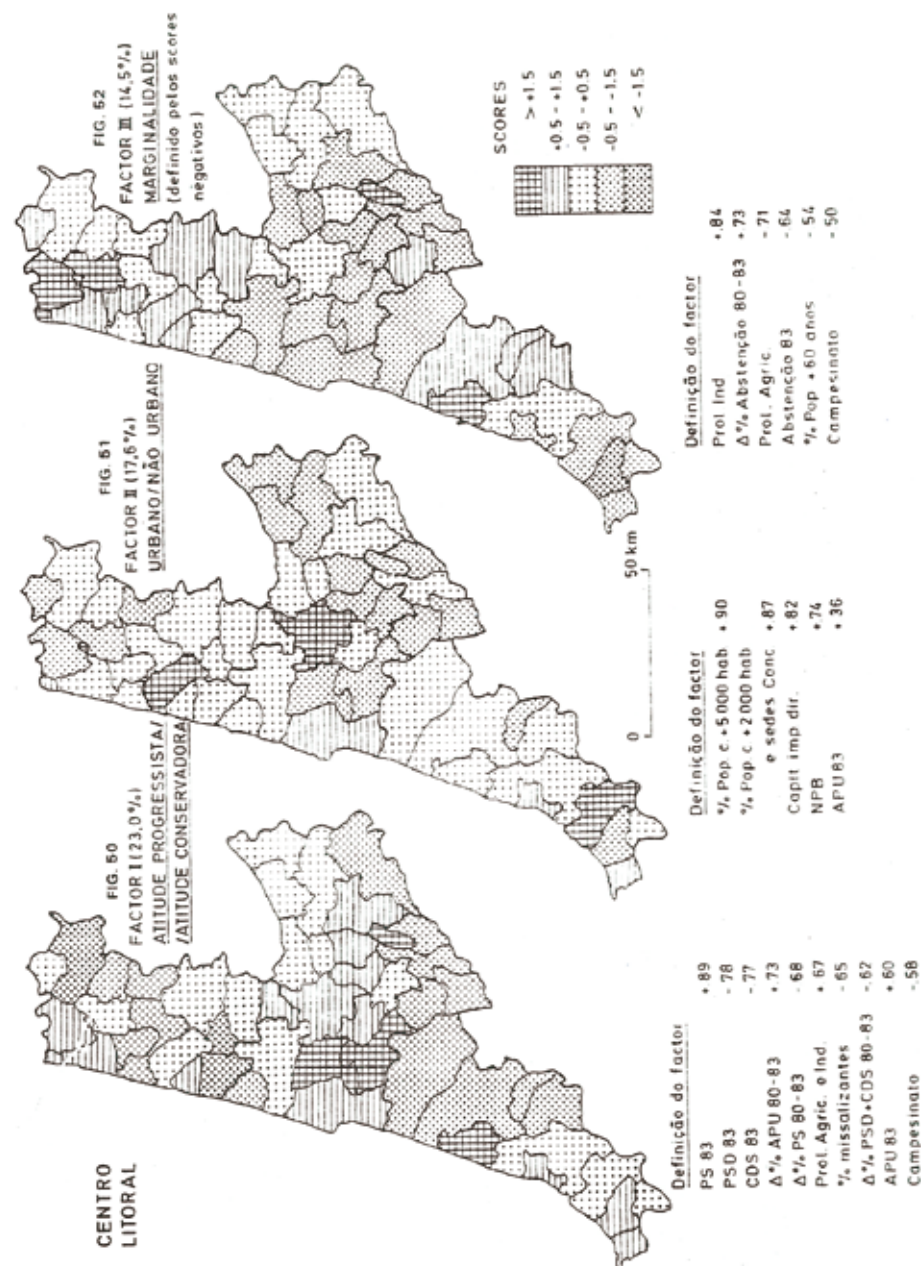
As variações do voto partidário entre 1980-1983, também incluídas neste factor, revelam que o voto comunista se afirmou mais nos concelhos onde é maior a implantação da esquerda, sobretudo do PS, enquanto os socialistas obtiveram maiores acréscimos percentuais nas áreas mais conservadoras.

Deste modo, se as maiores clivagens políticas no Norte Litoral e Interior decorrem duma forte oposição entre áreas urbanas e áreas rurais, a definição deste factor mostra que no Centro Litoral o principal antagonismo ocorre entre as áreas rurais de campesinato e as áreas de proletariado.

O segundo factor identifica claramente os centros urbanos mais importantes (fig. 51) e engloba ainda, com um peso relativamente fraco, o voto comunista. Embora a dicotomia urbano/não urbano se saliente também nesta região como componente do voto, ela surge com muito menor importância explicativa do que em outras regiões do país.

Na terceira componente surge mais uma vez a marginalidade, definida aqui antes de mais por oposição ao desenvolvimento industrial (fig. 52). Um aspecto particular da caracterização da marginalidade no Centro Litoral respeita à inclusão do Proletariado Agrícola (1), associado ao campesinato e ao envelhecimento da população. Os assalariados do sector primário, que noutras áreas se sa-





lientam pela forte participação política assumem nesta região um papel politicamente marginal. Contudo, os maiores acréscimos da abstensão registam-se sobretudo nas áreas industriais, o que pode sugerir, que quer o eleitorado APU (sobretudo nas áreas industriais mais tradicionais, onde o seu peso é menor), quer o eleitorado PSD (nas áreas de industrialização mais recente, onde a afirmação deste partido é muito significativa — Leiria e diversos concelhos do distrito de Aveiro) assumiram uma atitude relativamente passiva, face à quase certa vitória eleitoral do Partido Socialista. Neste caso, a eventual abstensão de parte do eleitorado comunista e social-democrata traduziria também a capacidade de sensibilização demonstrada pelo PS.

### CENTRO INTERIOR

No Centro Interior a primeira componente define bem as diferenciações de natureza socioeconómica e particularmente o desenvolvimento urbano e industrial (fig. 53). Englobam-se ainda neste factor a abstensão e o voto na APU que evidenciam padrões tendencialmente opostos. Enquanto o voto comunista tende a relacionar-se com os centros urbanos e industriais, a abstensão parece afectar dum modo geral as diferentes áreas rurais.

A diversidade e a complexidade socioeconómicas que marcam esta região e que respeitam não só diferentes tipos e épocas de desenvolvimento industrial, como estruturas agrárias distintas, pode de algum modo concorrer para que não aflore uma relação significativa entre o voto partidário e a estrutura social. O voto APU parece ser de facto o único a evidenciar tal relação, ainda que duma forma menos vinculada que noutras regiões.

O segundo factor mostra a oposição entre o padrão do voto socialista e o do CDS, bem como entre as variações do PSD, e CDS e a da APU, evidenciando ainda a componente religiosa, se bem que com um peso relativamente fraco (fig. 54). A não inclusão de indicadores da estrutura social e económica neste factor permite de alguma forma reforçar o que adiantámos acima sobre a "independência" da dinâmica do voto partidário face aos condicionamentos de carácter social e económico.

A maior distinção entre os padrões de implantação do CDS e do PS parece situar-se ao nível das diferentes estruturas da economia agrícola: o primeiro, melhor representado nos distritos de Viseu e da Guarda e área do Pinhal, tradicionais áreas de Campepinato, o segundo, favorecido nas áreas com maior incidência da Proletariado Agrícola, particularmente na parte sul do distrito de Castelo Branco. Isto não significa que o PS não registre votações elevadas em áreas urbanas e/ou industriais, o que de facto acontece em centros como a Covilhã, Guarda, Mangualde e Neles, entre outros, só que a expressão socialista é bastante desigual nos diversos centros urbanos o que impede o aforamento dessa relação nesta análise.

A ausência do PSD neste factor pode em parte explicar-se pela maior uniformidade das suas votações nesta região, opondo-se quer ao CDS quer ao PS em áreas distintas.

A intensidade da prática religiosa surge mais uma vez relacionada com a variação do voto, se bem que nesta região surja num contexto que curiosamente parece ser diferente do das outras regiões. A componente religiosa tende a ligar-se aqui com uma dinâmica negativa, ou menos positiva, do Partido Socialista: de facto as áreas onde o PS regista maiores implantações são aquelas onde se acentua a grande clivagem (Norte-Sul) da geografia da religiosidade portuguesa.

No terceiro factor emergem, de algum modo, os principais condicionamentos regionais do acréscimo da abstensão (fig. 55): o envelhecimento da população e a inacessibilidade geográfica, aspectos que eventualmente contribuirão, mais do que os de natureza socioeconómica, para caracterizar as áreas mais marginais desta região que correspondem aos concelhos da raia.

### LISBOA, SANTARÉM, SETÚBAL

Numa região tão contrastada como a que é constituída pelos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, a primeira componente respeita, como seria de esperar, a oposição entre o desenvolvimento urbano e industrial (que caracteriza sobretudo a periferia de Lisboa, mas também alguns concelhos do Norte do distrito de Santarém), e as áreas predominantemente rurais (fig. 56).

Embora as áreas rurais abarquem situações tão distintas como a pequena produção mercantil da região do Oeste, o campepinato tradicional do nordeste do distrito de Santarém, e a grande exploração agrícola dominante no sul dos distritos de Santarém e Setúbal, o comportamento abstencionista parece, na generalidade, diferenciá-las das áreas urbanas e industriais, o que permite atribuir a essa atitude nesta região um carácter marcadamente rural.

A oposição entre o voto comunista e o voto conservador, particularmente vinculada nesta área define genericamente a segunda e a terceira componentes, ainda que de formas diferentes.

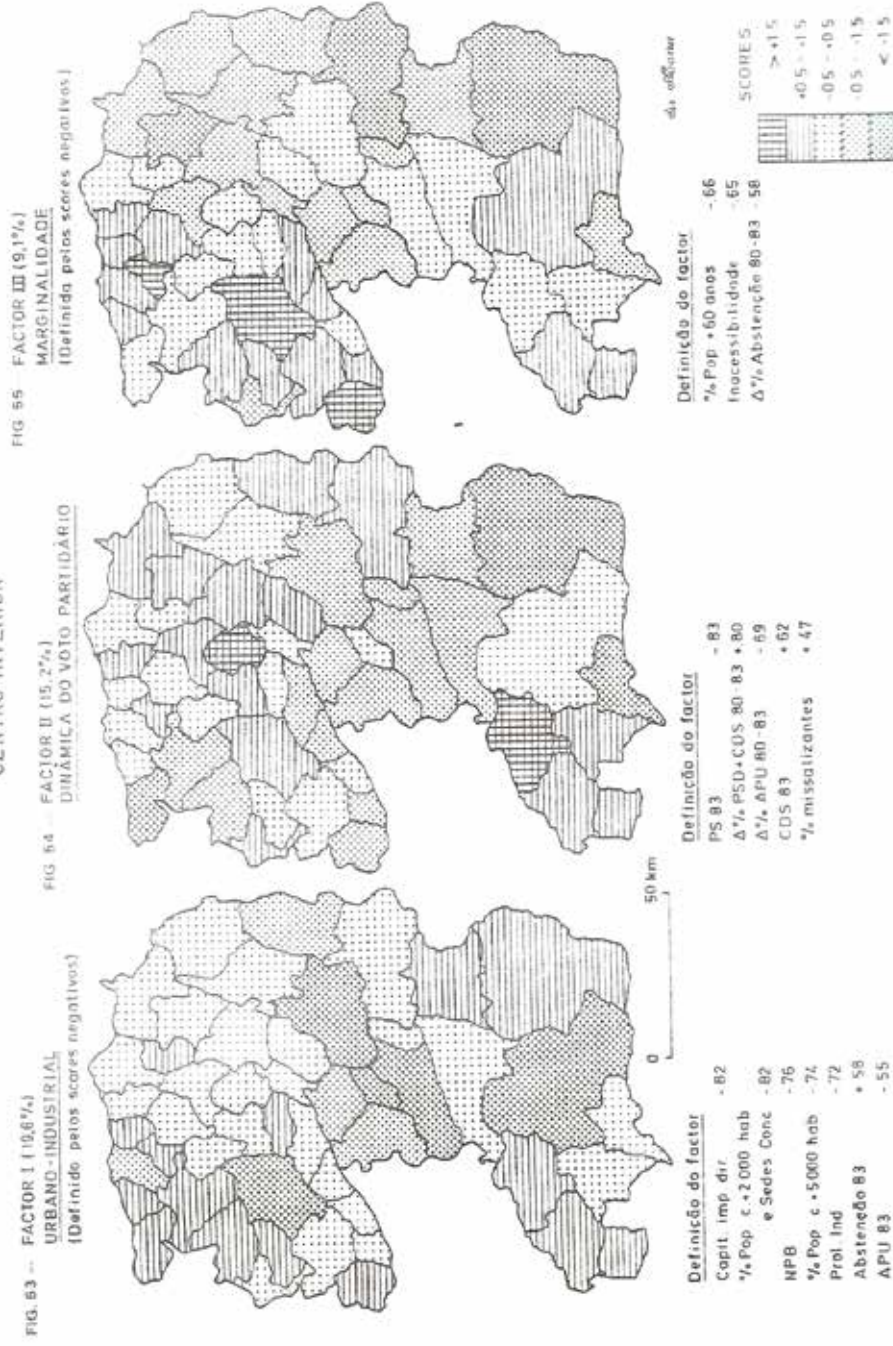
Na segunda componente (fig. 57), o voto no PSD e no CDS relaciona-se com a intensidade da prática religiosa e o voto na APU aparece ligado a deficientes condições de vida (expressas pela percentagem de famílias mal alojadas). Esta clivagem do comportamento eleitoral traduz-se espacialmente na diferenciação entre os concelhos do norte do distrito de Santarém, onde o catolicismo tem uma implantação muito forte, nomeadamente em Vila Nova de Ourém, e o restante território.

Na terceira componente (fig. 58) a clivagem direita-esquerda reflecte nitidamente o antagonismo social que caracteriza a relação entre a burguesia e o proletariado.

Emergem assim claramente nesta região os



## CENTRO INTERIOR



## LISBOA, SANTARÉM E SETÚBAL

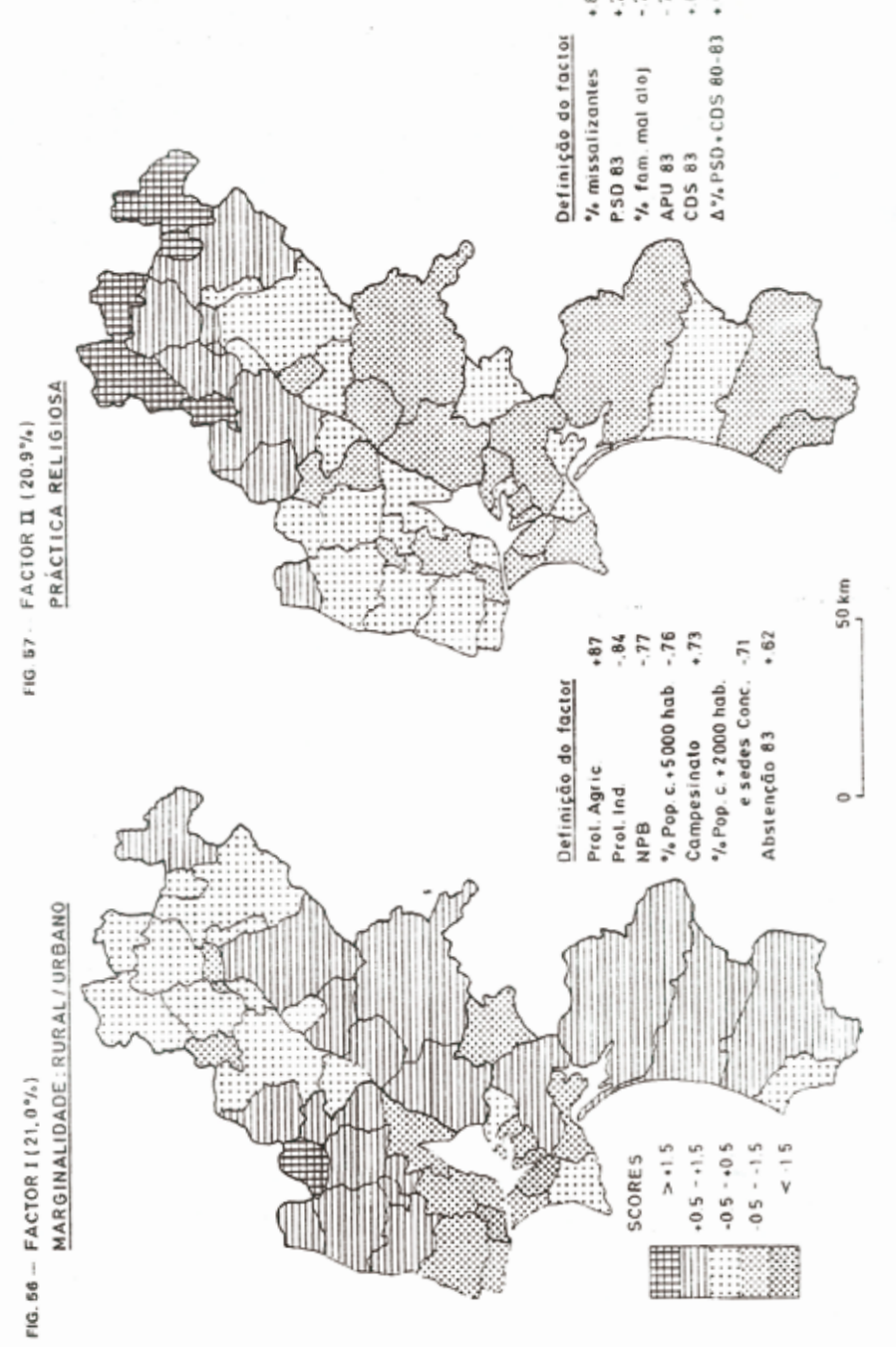
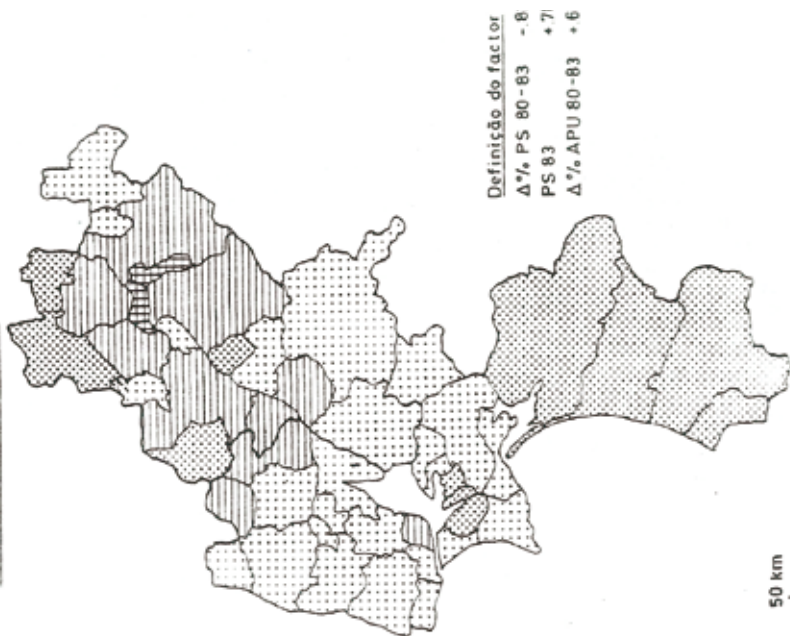




FIG. 68 — FACTOR III (13,5%)  
CLIVAGENS POLÍTICO-SOCIAISFIG. 69 — FACTOR IV (9,8%)  
TRANSFERÊNCIAS PS/APU

principais vectores distintivos das grandes opções políticas: a estrutura de classes, as condições económicas e a religiosidade. Pelo facto destas relações aflorarem numa forma mais nítida nos concelhos dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal não significa que elas não se estabeleçam noutras áreas do país, só que nesta região, o desenvolvimento das relações sociais de produção permite a sua tradução espacial, ou seja, as áreas residenciais das diferentes classes distinguem-se bem ao nível concelhio. Os scores muito elevados que se registam nos concelhos da "Linha do Estoril" e paralelamente, os scores negativos correspondentes à "Margem Sul" exemplificam bem o que acabámos de referir.

O voto socialista define o quarto factor (fig. 59), associado negativamente à sua variação entre 1980 e 1983 e positivamente à variação da APU. Esta relação permite de alguma forma evidenciar que os acréscimos da APU foram conseguidos à custa de pequenas transferências do eleitorado socialista nas áreas onde este é mais vasto e que correspondem, nalguns casos, a manchas industriais tradicionais — o triângulo industrial Torres Novas - Tomar - Abrantes, e, noutros casos, aos concelhos da periferia imediata da Área Metropolitana de Lisboa, cada vez mais atingidos pela industrialização — Salvaterra de Magos, Azambuja e Cartaxo.

A ausência de relação entre o PS e os indicadores sociais e económicos pode, eventualmente, contribuir para caracterizar o voto socialista nesta região como uma opção relativamente interclassista, que pretende expressar-se contra a radicalização das soluções políticas.

#### ALENTEJO E ALGARVE

Embora fosse preferível analisar isoladamente cada uma das regiões, na medida em que elas apresentam condicionalismos específicos, por limitações do tratamento informático das variáveis não foi possível analisar o Algarve isoladamente. Nestas circunstâncias optámos pela análise conjunta das duas regiões.

A primeira componente traduz numa forma clara a oposição entre a APU, por um lado, e o PS e CDS, por outro, facto que se reflecte espacialmente (fig. 60) não só no contraste entre o Alentejo e o Algarve, mas também na diferenciação do concelho de Évora e da parte setentrional do distrito de Portalegre relativamente ao restante território alentejano.

O voto da APU apresenta uma releção muito marcada com o proletariado agrícola, classe que predomina na grande maioria dos concelhos alentejanos e os votos socialistas e centristas assumem maior expressão nas áreas com mais dinamismo económico, caracterizado aqui pelo acréscimo demográfico e pela capitação dos impostos directos. Exceptuam-se desta situação os concelhos do norte do Alentejo onde as altas votações do PS, à

semelhança do que acontece no sul do distrito de Castelo Branco, estarão relacionadas com estruturas económicas de transição entre o Sul e o Norte do País. A distinção do concelho de Évora pode de algum modo ligar-se com as funções desempenhadas pelo centro urbano, onde devido à polarização exercida sobre uma vasta região agrícola, se verificou um desenvolvimento acentuado do sector terciário, constituindo também o local de residência das classes economicamente dominantes. O peso que a Burguesia e a Nova Burguesia adquirem em Évora parece concorrer para explicar um comportamento político relativamente distinto do das áreas envolventes.

Os scores relativos ao Algarve traduzem também algumas diferenciações nesta região: os concelhos mais periféricos — Aljezur, Vila do Bispo, Alcoutim e Castro Marim, denotam um dinamismo económico menos acentuado, evidenciando os dois primeiros um comportamento eleitoral de alguma forma distinto, na medida em que a APU consegue aí as suas maiores votações regionais.

A segunda componente permite de certo modo definir os diferentes níveis de marginalidade que afectam estas regiões, associadas uma vez mais à participação eleitoral (fig. 61). Sendo o Alentejo uma das regiões onde se registam os mais baixos níveis de abstenção, verifica-se que o campesinato é também aqui a classe mais atingida pelo comportamento abstencionista que se mostra particularmente intenso nos concelhos do norte do distrito de Portalegre, nos do sul do distrito de Beja e nas áreas mais rurais do Algarve, onde a pequena agricultura assume algum relevo.

Os maiores níveis de participação surgem nitidamente associados às áreas urbanas, relação que, tal como se observa no mapa da figura 61, é particularmente evidente no distrito de Portalegre e no Algarve, onde Lagos, Portimão, Faro, Olhão e Vila Real de Santo António registam elevados scores positivos. Já nos distritos de Évora e Beja a participação eleitoral surge não só relacionada com desenvolvimento urbano, mas também com o peso do proletariado industrial, nomeadamente nos concelhos de Aljustrel, Borba, Estremoz, Vila Viçosa e Vendas Novas.

A terceira componente relaciona o voto social-democrata e também a dinâmica positiva deste partido e do CDS com o acréscimo da abstenção e com a intensidade da prática religiosa (fig. 62) que sendo muito ténue na grande maioria dos concelhos do Alentejo, se mostra de algum modo mais acentuada no distrito de Portalegre.

O decréscimo da participação eleitoral parece ter-se traduzido em benefícios para os partidos conservadores e em maior prejuízo para a APU. Dada a conjuntura política em que se realizaram as eleições em 1983, a secundarização do objectivo "derrotar a direita" e paralelamente a eminência da vitória socialista devem de algum modo ter contribuído para uma relativa desmobilização do eleitorado comunista. A inclusão neste factor numa

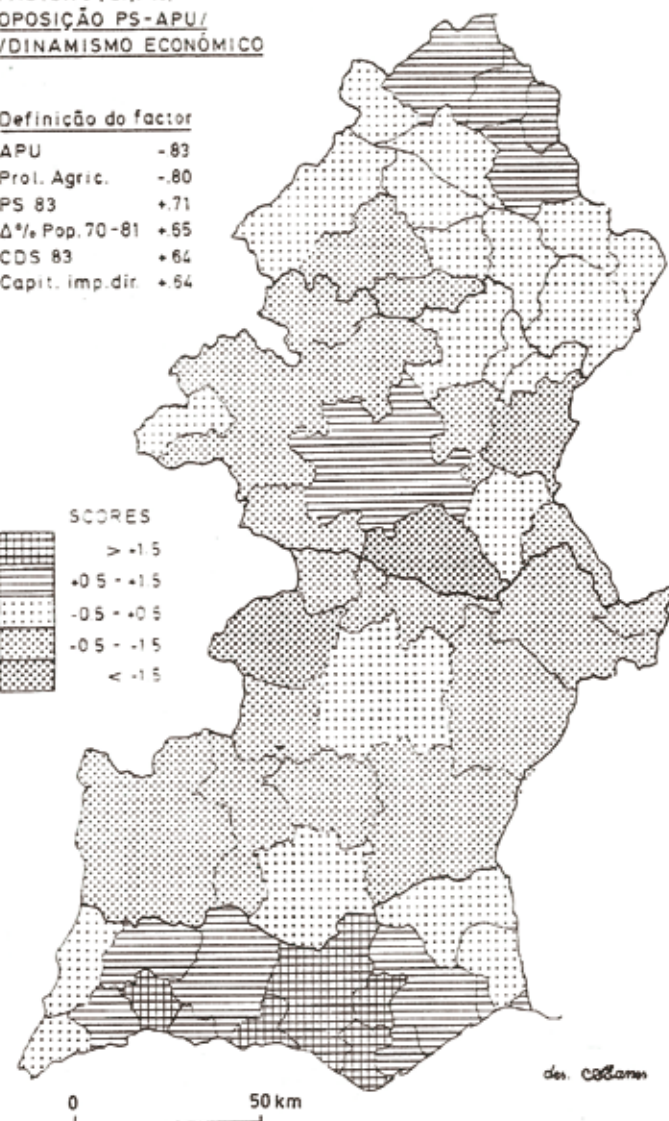


# ALENTEJO E ALGARVE

FIG. 60 — FACTOR I (27,7%)  
OPOSIÇÃO PS-APU/  
DINAMISMO ECONÓMICO

## Definição do factor

APU	-83
Prod. Agric.	-80
PS 83	+71
$\Delta\%$ Pop. 70-81	+65
CDS 83	+64
Capit. imp.dir.	+64

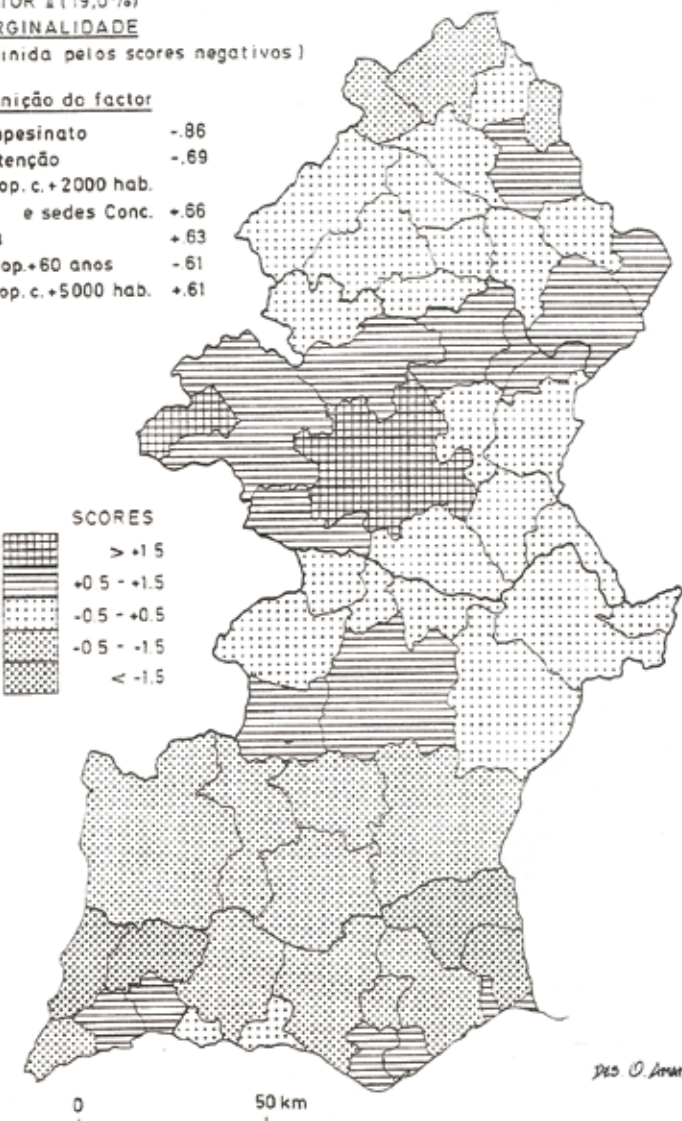


# ALENTEJO E ALGARVE

FIG. 61 — FACTOR II (19,0%)  
MARGINALIDADE  
(definida pelos scores negativos)

## Definição do factor

Campeinato	-86
Abstenção	-69
$\%$ Pop. c. +2000 hab. e sedes Conc.	+66
NPB	+63
$\%$ Pop. +60 anos	-61
$\%$ Pop. c. +5000 hab.	+61






# ALENTEJO E ALGARVE

FIG. 62 — FACTOR III (11,4%)  
DINÂMICA DO VOTO PARTIDÁRIO

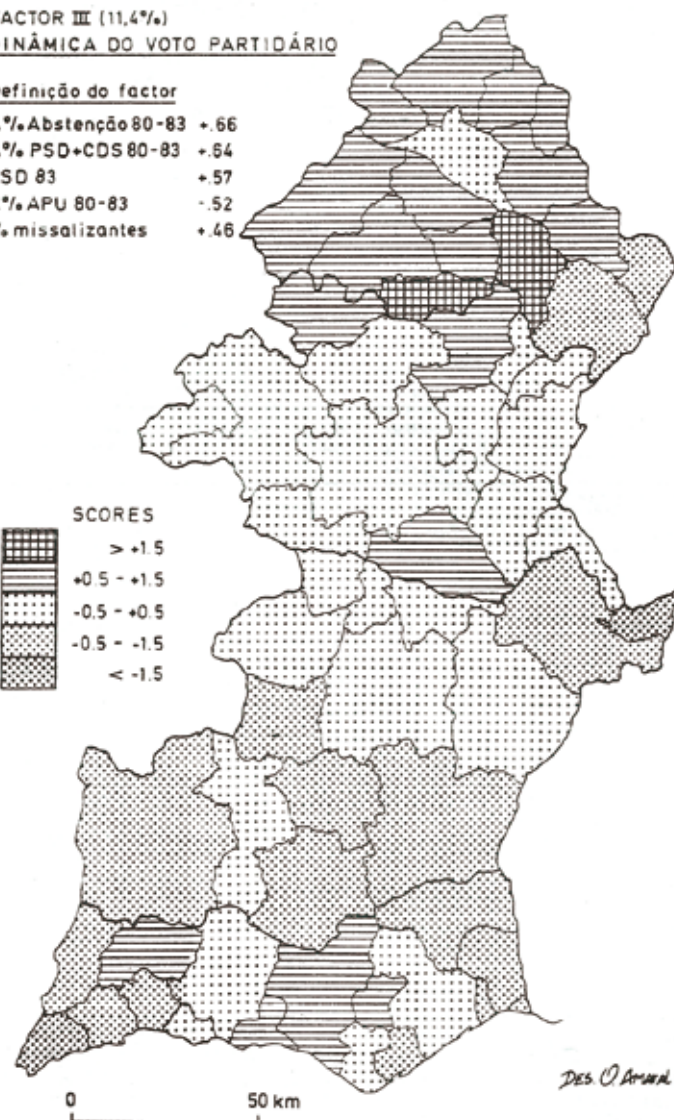
Definição do factor

$\Delta\%$  Abstenção 80-83 +.66  
 $\Delta\%$  PSD+CDS 80-83 +.64  
 PSD 83 +.57  
 $\Delta\%$  APU 80-83 -.52  
 $\%$  missalizes +.46

SCORES



> +1.5  
 +0.5 - +1.5  
 -0.5 - +0.5  
 -0.5 - -1.5  
 < -1.5



QUADRO III — Quadro Resumo da Análise de Correlação e da Análise Factorial

	URBANO	INDUSTRIAL	RURAL PROL.	RURAL CAMP.	PRÁTICA CATÓLICA
NORTE LITORAL	APU PSD ABST.	PS PSD ABST.	PSD ABST. APU; PS	PSD ABST. APU; PS	CDS APU; PS
NORTE INTERIOR	APU; PS ABST.	APU; PS PSD	APU ABST.	PSD ABST. APU; PS	PSD APU; PS
CENTRO LITORAL	APU PSD ABST.	APU PSD ABST.	ABST. PSD ABST.	PSD ABST. APU; PS	CDS; PSD APU; PS
CENTRO INTERIOR	APU; PS PSD ABST.	APU; PS PSD		PSD APU; PS	CDS APU; PS
LISBOA SANTARÉM SETUBAL	APU PSD ABST.	ABST.		PSD ABST. APU	CDS; PSD APU
ALENTEJO ALGARVE	CDS; PSD PSD ABST.		APU PS	PS ABST. APU	CDS APU
PAÍS	APU PSD ABST.	PS ABST.	APU CDS; PSD ABST.	CDS; PSD ABST. APU	CDS; PSD APU



A — Relações positivas (sublinhadas)  
 B — Relações negativas (não sublinhadas)

dinâmica negativa da APU permite reforçar a hipótese adiantada.

## 4.5. Síntese

O quadro resumo (quadro III) pretende salientar os principais aspectos que resultaram das análises desenvolvidas nos capítulos 4.3 e 4.4., permitindo confrontar, para cada região, os posicionamentos da abstenção e dos diferentes partidos ou alianças, relativamente às grandes linhas da estrutura social, económica e cultural. As relações assim obtidas podem representar os principais eixos estruturais do comportamento eleitoral dos portugueses.

Assim, ao nível nacional, a APU aparece nitidamente "privilegiada" nas áreas urbanas e nas regiões onde domina o proletariado rural, sendo, pelo contrário, "prejudicada" nas áreas onde é mais intensa a prática católica e/ou onde tem grande expressão o campesinato. Já o PS não mostra, a este nível, relações muito marcadas com qualquer das componentes estruturais, excepto com a que se relaciona com o desenvolvimento industrial. O PSD e o CDS assumem a sua maior expressão nas áreas rurais de campesinato, bem como naquelas onde a prática católica é mais intensa. O PSD define-se também por uma relação negativa com o "urbano". A abstenção surge particularmente intensa nas áreas rurais onde domina

o campesinato e atinge os valores mínimos nas áreas urbanas e industriais.

A nível regional mantém-se, no essencial, este mesmo tipo de relações; o maior número de excepções provém dos diferentes posicionamentos do Partido Socialista, facto que, de resto, concorre para que este partido, a nível nacional, mostre relações menos marcadas.

O Alentejo e o Algarve são as regiões que mais se distinguem das restantes, no que respeita às características do comportamento eleitoral. Assim, se no Norte e Centro do País a APU e secundariamente o PS apresentam maior "vantagem" nas áreas urbanas, no Sul é o voto conservador que atinge a sua maior expressão nessas áreas. Outro aspecto que diferencia estas regiões relaciona-se com a dominância do PS nas áreas rurais de campesinato, quando no resto do território nacional o partido que apresenta maior implantação em tais áreas é o PSD.

A semelhança das várias regiões no que respeita à estruturação interna das principais componentes do comportamento eleitoral, mostra que apesar dos diferentes graus de desenvolvimento que caracterizam o País e das condições específicas de cada região, a decisão de votar obedece aos mesmos princípios lógicos, o que poderá estar relacionado com a fraca expressão de regionalismos, bem como com a centralização do sistema político-partidário.

## O COMPORTAMENTO ELEITORAL URBANO NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

*Isabel Margarida André \**

### 0. Introdução

A formação das atitudes políticas e a forma como elas se repercutem no comportamento eleitoral decorrem de um vasto conjunto de condições económicas, sociais, culturais e políticas, umas de natureza conjuntural, outras essencialmente estruturais. A expressão territorial do impacto das condições conjunturais e estruturais subjacentes à decisão de voto tem sido, em Portugal, desde 1975, bastante distinta.

As condições conjunturais não produzem, na nossa opinião, efeitos muito diferenciados no território; o significado eleitoral de um líder partidário ou de determinada medida económica pode exemplificar essa situação: a sua influência tem, na maioria dos casos, um prazo muito curto e, paralelamente, o seu alcance é relativamente uniforme nas várias regiões do País.

Pelo contrário, as condições estruturais que têm balizado o comportamento eleitoral apresentam uma grande constância no tempo e a sua influência parece ser regionalmente muito diferenciada. Os estudos eleitorais realizados nos últimos doze anos têm salientado particularmente, entre os múltiplos aspectos que condicionam o voto, o estatuto social, o nível de rendimentos, os valores culturais dominantes e a formação e informação a que os indivíduos têm acesso. Aceite a importância dessas condições e o seu carácter regionalmente diferenciado, importa agora questionar o significado de uma análise do comportamento eleitoral urbano.

Podemos admitir a existência de uma composição social ou de um sistema de valores culturais tipicamente urbanos, o nível de vida e o nível de instrução apresentarão, por certo, valores médios diferentes nas áreas urbanas e nas não urbanas. Isto não significa, no entanto, uma uniformidade de situações nos meios urbanos.

---

\* Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa e colaboradora do Centro de Estudos Geográficos.



nem a definição precisa de uma fronteira entre o urbano e o não urbano. Julgamos, contudo, que de entre os vários factores dos quais resulta a decisão de voto se salientam alguns em que a clivagem urbano/não urbano é consideravelmente nítida.

As relações sociais e em particular as relações que se estabelecem entre os indivíduos assumem, na generalidade, características diferentes no meio urbano: a hierarquia e as situações de dependência directa são relativamente esbatidas, o que se traduz num controlo social pouco acentuado, sobretudo nos centros urbanos de maior dimensão. Esta situação reflectir-se-á, por certo, numa decisão de voto com características mais individualistas e com uma maior mobilidade potencial.

Outro aspecto bastante diferenciador das áreas urbanas diz respeito ao acesso à formação e à informação, sobretudo alargado nos maiores centros urbanos do País. Se por um lado o nível de instrução e de informação dos indivíduos condiciona claramente a leitura que fazem da política e influencia, nessa medida, a marca mais ou menos ideológica do seu voto; por outro lado, o discurso político é, na maioria dos casos, dirigido aos grupos mais informados e reflecte prioritariamente as preocupações do meio urbano.

Temos vindo a referir neste texto a dicotomia urbano/não urbano sem termos delimitado previamente os dois grupos de áreas. Vários critérios podiam ser utilizados para a delimitação, no entanto, e em função das características mais diferenciadoras que apontámos antes, adoptámos o critério de dimensão dos lugares e considerámos áreas urbanas os concelhos onde se localizavam, em 1981, centros com mais de 10 000 habitantes, o que abrange 55 dos 305 concelhos do continente e regiões autónomas (Fig. 1).

A escolha do concelho como unidade de análise tem a ver não só com razões de ordem prática (disponibilidade de determinados indicadores que pretendemos relacionar com o voto) mas também com o facto de admitirmos que o carácter urbano do comportamento social e político não se restringe ao território ocupado pela cidade, estendendo-se por uma área muito variável de caso para caso, mas que não nos parece errado identificar, na generalidade, com o concelho.

Delimitadas as áreas urbanas é importante saber até que ponto o seu comportamento eleitoral apresenta alguma uniformidade.

Se compararmos os resultados eleitorais da cidade de Bragança com os de Évora não nos restam dúvidas sobre as diferenças desses resultados, situação que levanta alguns problemas quando pretendemos tratar o urbano agregado à escala nacional. No entanto, apesar das diferenças que existem entre as várias áreas urbanas e que reproduzem, no essencial, as grandes variações regionais do voto em Portugal, podemos afirmar que em aspectos específicos do comportamento eleitoral as áreas urbanas se destacam bem das restantes e que a maior parte dos partidos observam resultados mais homogéneos no conjunto dos concelhos urbanos (Quadro 1).

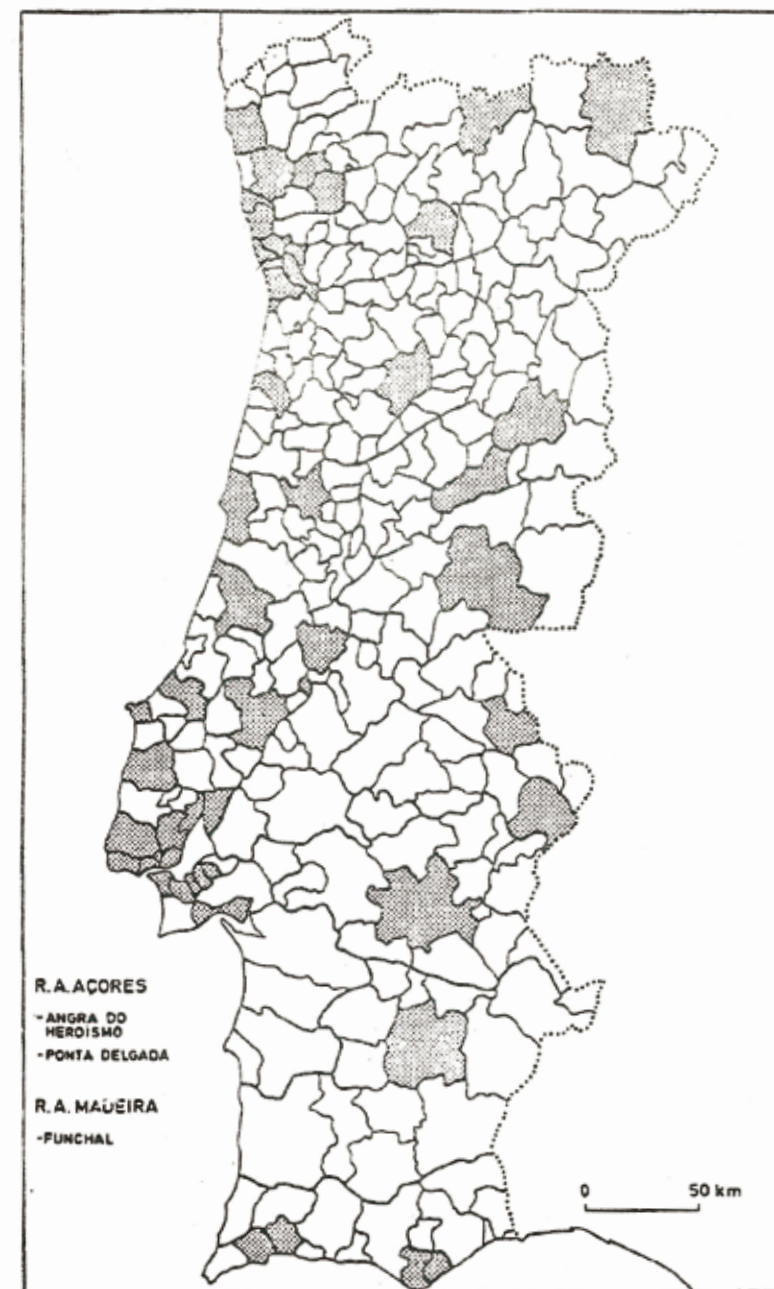


Fig. 1 — Concelhos urbanos, 1981

Quadro I  
COEFICIENTES DE VARIAÇÃO<sup>1</sup> DA ABSTENÇÃO E DO VOTO, EM 1987,  
NAS ÁREAS URBANAS E NAS ÁREAS NÃO URBANAS

	ÁREAS URBANAS (55 concelhos)	ÁREAS NÃO URBANAS (240 concelhos)
ABSTENÇÃO	16,5	17,1
CDS	45,0	20,4
CDU	71,9	0,0
PSD	21,0	0,4
PRD	44,8	76,9
PS	20,9	34,4

### 1. A evolução do comportamento eleitoral entre 1975 e 1987

As principais tendências de evolução da abstenção e do voto, delineadas entre 1975 e 1987, não são substancialmente diferentes nas áreas urbanas e nas áreas não urbanas (Figs. 2 a 10), como o não são, aliás, nas várias parcelas do território, mesmo quando se considera uma grande desagregação espacial. Na realidade, tem-se observado que os decréscimos e os aumentos dos vários partidos se fazem sentir de forma muito homogênea em todo o território nacional.

O comportamento dos pequenos partidos<sup>2</sup>, considerados no seu conjunto (Fig. 10), constitui uma exceção a esse paralelismo entre a evolução do comportamento urbano e não urbano: em 1975 a votação dos pequenos partidos foi semelhante nas áreas urbanas e nas áreas não urbanas, em 1976 verificou-se um decréscimo muito pronunciado nas áreas urbanas, mantendo-se sensivelmente o mesmo resultado até 1987; nas áreas não urbanas o valor obtido pelos pequenos partidos em 1975 não oscilou significativamente até 1980 e só a partir de 1983 se observou uma redução acentuada.

O decréscimo da expressão eleitoral dos pequenos partidos pode ser, na generalidade, explicado pela progressiva sobrevalorização da componente ideológica do voto em benefício do seu carácter «utilitário». Se em 1975 se desconhecia a dimensão eleitoral das diferentes opções políticas, a partir das primeiras eleições,

<sup>1</sup> Coeficiente de variação —  $100 \times \text{média}/\text{desvio-padrão}$ .

<sup>2</sup> Designamos por pequenos partidos as formações que não conseguiram representação parlamentar em todas as eleições a que concorreram.

FIG 2 - ABSTENÇÃO

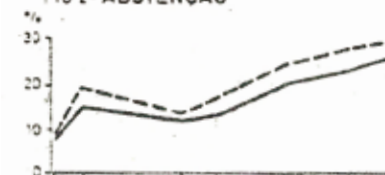


FIG 4 - AD (CDS+PSD)

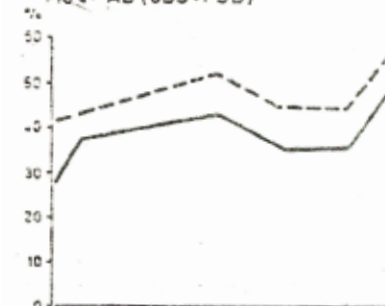


FIG 6 - PPD/PSD

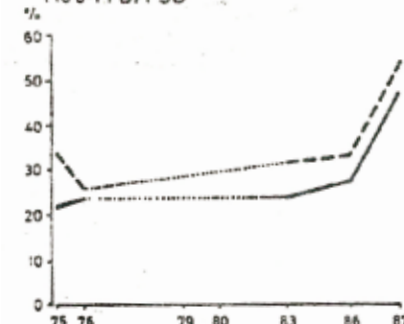


FIG 9 - PCP/APU/CDU

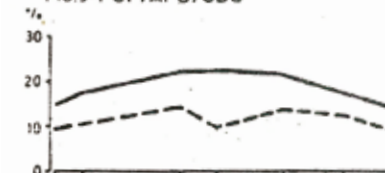


FIG 3 - VOTOS BRANCOS E NULOS



FIG 5 - CDS



FIG 7 - PS/FRS

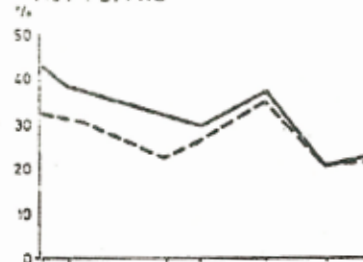


FIG 8 - PRD

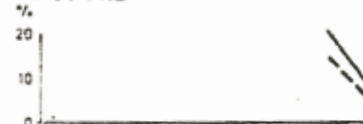
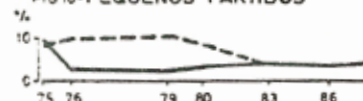


FIG 10 - PEQUENOS PARTIDOS



— ÁREAS URBANAS  
- - - ÁREAS NÃO URBANAS

Figs. 2 a 10 — Evolução do comportamento eleitoral nas áreas urbanas e nas áreas não urbanas, 1975 a 1987



a decisão de voto passou a abarcar a possibilidade de eleger deputados, o que contribuiu decisivamente para um alinhamento do voto no sentido do reforço dos grandes partidos. Nesse processo terá tido particular influência a comunicação social que, mesmo em períodos de campanha eleitoral, passou a dispensar um tratamento diferenciado aos grandes e aos pequenos partidos, condenando estes últimos a serem cada vez mais pequenos.

Assim sendo, a diferente evolução do voto nos pequenos partidos nas áreas urbanas e nas não urbanas pode estar relacionada com o facto de o meio urbano ter propiciado a valorização eleitoral dos grandes partidos, na medida em que aí a decisão de voto está menos sujeita à influência dos notáveis locais,<sup>3</sup> e mais condicionada pela comunicação social. Podemos mesmo admitir, em função dos comportamentos observados, que o voto útil é preponderante nas áreas urbanas.

Se as tendências evolutivas da abstenção e do voto nos maiores partidos registam uma grande semelhança nas áreas urbanas e nas não urbanas, o mesmo não acontece com a expressão dos vários comportamentos eleitorais (Fig. 11): a abstenção, os votos brancos e nulos, o CDS e o PPD/PSD têm obtido, em todas as eleições, resultados inferiores nas áreas urbanas; por outro lado, os partidos de esquerda — PS, PRD e PCP/APU/CDU têm sido nitidamente mais favorecidos no meio urbano.

A predominância não urbana da abstenção, dos votos brancos e nulos<sup>4</sup> e do CDS tem tido intensidade variável de eleição para eleição, não se salientando porém uma tendência evolutiva clara. No que diz respeito ao PPD/PSD a situação é diferente, já que a sua predominância não urbana foi muito vincada em 1975, atenuou-se bastante em 1976 e entre 1983 e 1987 esbateu-se progressivamente.

Os comportamentos observados em 1975 e 1976 parecem relacionar-se com uma certa indefinição do eleitorado conservador, que nas primeiras eleições terá sentido algumas restrições em apoiar o CDS, sobretudo nas áreas não urbanas onde a decisão de voto é mais controlada; em 1976 as condições alteraram-se e o PSD registou um ligeiro acréscimo nas áreas urbanas, a par de uma descida considerável nas áreas não urbanas (Fig. 6) relacionada, por certo, com a saída de eleitores cujo voto anterior dependeu de uma conjuntura particular que os impediu de votar mais à direita. A formação da Aliança Democrática em 1979 terá conduzido a uma indefinição do eleitorado de direita e em 1983, quando os dois partidos se apresentaram novamente isolados, o PSD revelava novamente uma forte predominância

<sup>3</sup> A influência dos notáveis emerge claramente nalgumas freguesias rurais onde, nas eleições autárquicas, os pequenos partidos têm conseguido votações apreciáveis.

<sup>4</sup> A maior incidência dos votos nulos nas áreas não urbanas indicia certamente um maior número de enganos.

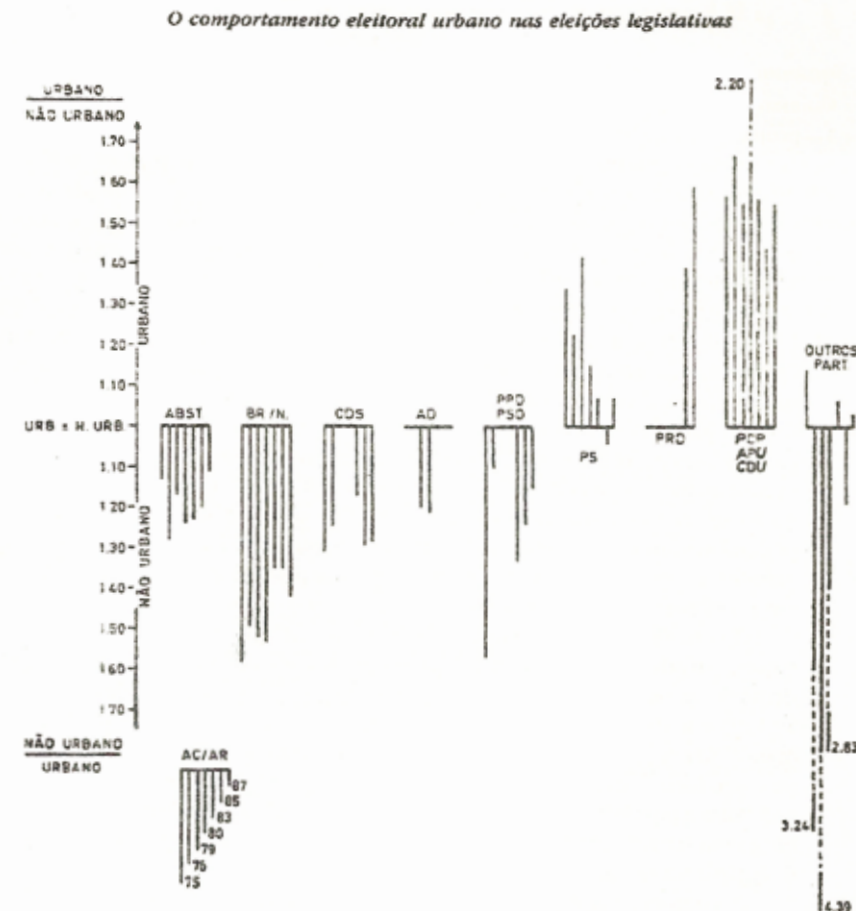


Fig. 11 — Incidência urbana e não urbana da abstenção e do voto partidário, 1975 a 1987

não urbana, característica que se tem vindo a esbater nas eleições mais recentes e sobretudo em 1987.

Como já referimos, o voto urbano destaca-se pela valorização dos partidos de esquerda, no entanto o comportamento das várias formações partidárias é diferenciado.

O voto comunista é aquele que mais distingue as áreas urbanas. Essa diferenciação foi particularmente evidente em 1980, o que se ligou, por certo, com o aparecimento da FRS. Na realidade, a evolução do voto comunista e a do voto socialista entre 1979 e 1980 sugere uma relação curiosa entre os dois comporta-

mentos: nas áreas urbanas o eleitorado comunista parece não ter sido atraído pelo projecto FRS, pelo contrário, nas áreas não urbanas a APU observou um decréscimo notório, que se reflectiu num aumento, de amplitude semelhante, da votação socialista. Este movimento pode eventualmente traduzir uma proximidade maior entre comunistas e socialistas nas áreas não urbanas e particularmente naquelas onde a eleição de representantes comunistas é menos provável e onde, por essa razão, a mobilidade do eleitorado comunista se explica sobretudo pela utilidade do voto e reflecte antes de mais uma atitude de oposição às forças de direita.

A incidência urbana que caracterizou o voto socialista tem vindo progressivamente a atenuar-se desde 1979 e em 1987 a votação foi muito semelhante nas áreas urbanas e nas áreas não urbanas. A principal explicação para a aproximação dos resultados deve residir na emergência do PRD, que terá captado, em 1985, uma parcela maior do eleitorado socialista nas áreas urbanas. De qualquer modo, a predominância urbana do PS tinha já começado a esbater-se nas eleições anteriores e não se acentuou significativamente em 1987 com a descida do PRD, pelo que podemos admitir que a tendência para a uniformização do voto socialista, que se manifesta também ao nível regional, foi apenas potenciada pelo aparecimento de um novo partido, na mesma área política.

O voto PRD foi, tanto em 1985 como em 1987, predominantemente urbano, o que à partida seria de estranhar dada uma certa componente ruralista na orientação do novo partido. O que aconteceu, na nossa opinião, foi que o processo de adesão ao PRD em 1985 mostrou uma expressão territorial análoga à que se observa em muitos outros processos de difusão de inovações, em que as áreas urbanas funcionam ou como focos inovadores ou como espaços mais predispostos à adesão. Esta hipótese não afasta a possibilidade de determinados grupos sociais e nomeadamente a pequena burguesia ter sido mais receptiva à mensagem do novo partido, já que esse grupo é largamente dominante na maior parte das áreas urbanas.

O comportamento eleitoral no conjunto das áreas urbanas do País pode caracterizar-se, em síntese, por uma predominância do voto de esquerda e também por uma maior mobilidade desse voto.

Sugerimos no início deste artigo que a mobilidade potencial do eleitorado seria superior nas áreas urbanas, hipótese que se baseia no conjunto de condições subjacentes à decisão de voto que favorecem ou dificultam esses movimentos.

A análise da mobilidade é, no entanto, complexa já que, a partir da informação publicada, a sua avaliação limita-se aos saldos das transferências eleitorais, processo que despreza todos os movimentos de duplo sentido (do partido A para o partido B e do partido B para o partido A) e as transferências intercruzadas. O que ocorreu nas últimas eleições legislativas (1987) exemplifica bem essa última situação: a pequena oscilação observada pelo PS entre 1985 e 1987 não deve significar a manutenção do eleitorado, mas reflectiu, por certo, uma compensação entre os votos que perdeu para o PSD e os que captou ao PRD.

#### O comportamento eleitoral urbano nas eleições legislativas

A leitura da amplitude máxima de oscilação dos vários comportamentos eleitorais, entre 1985 e 1987, representada na figura 12, permite-nos observar uma distinção entre áreas urbanas e não urbanas, marcada, uma vez mais, pelo diferente comportamento dos partidos de esquerda, por um lado, e da abstenção e partidos de direita, por outro lado. O voto de esquerda e particularmente o voto PS regista oscilações mais pronunciadas no meio urbano, sucedendo o oposto com os demais comportamentos eleitorais.

Embora possamos admitir que a acção dos notáveis locais, figuras mais abundantes na direita do que na esquerda, pode em parte explicar uma maior mobilidade dos eleitorados abstencionista e conservador nas áreas não urbanas, julgamos que os valores encontrados escondem processos diferenciados de transferências eleitorais.

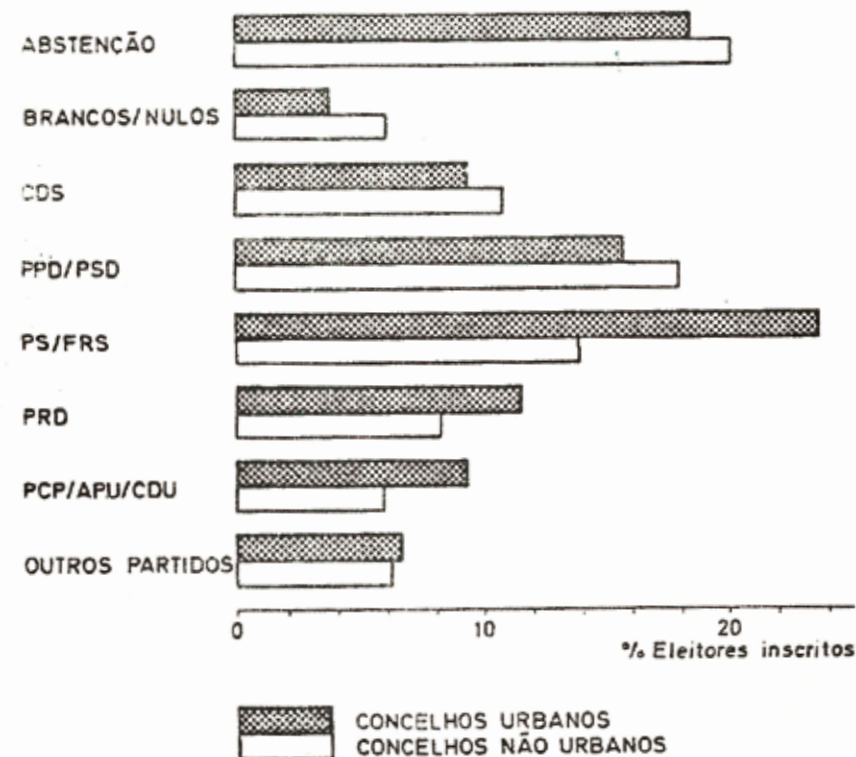


Fig. 12 — Mobilidade eleitoral — Diferença entre o valor máximo e o valor mínimo obtido entre 1975 e 1987



Informação proveniente de sondagens eleitorais sugere que a mobilidade eleitoral nas áreas urbanas é bastante mais complexa, não só por se registar um maior número de transferências de duplo sentido, como por ocorrerem frequentemente transferências entre partidos, política e ideologicamente, muito afastados. Sendo assim, a mobilidade eleitoral urbana será mais ampla, quer quantitativamente como no leque político-partidário que abrange.

## 2. Análise distrital

Temos vindo a abordar o comportamento eleitoral das áreas urbanas consideradas na sua globalidade, contudo a abstenção e o voto nas áreas urbanas não são uniformes, sendo que essas áreas reproduzem no essencial, como já referimos, as principais diferenciações regionais do comportamento eleitoral. A análise que se segue diz respeito à incidência mais ou menos urbana da abstenção e do voto em cada um dos distritos e nas regiões autónomas, em 1975 e em 1987.

### 2.1. A abstenção

Em 1975, o abstencionismo mostrava um pendor marcadamente não urbano (Fig. 13), surgindo como únicas excepções o distrito de Aveiro e a R. A. da Madeira; em 1987, o contraste urbano/não urbano esbateu-se consideravelmente e, na grande maioria dos distritos, a participação eleitoral foi semelhante no meio urbano e no não urbano (Fig. 14).

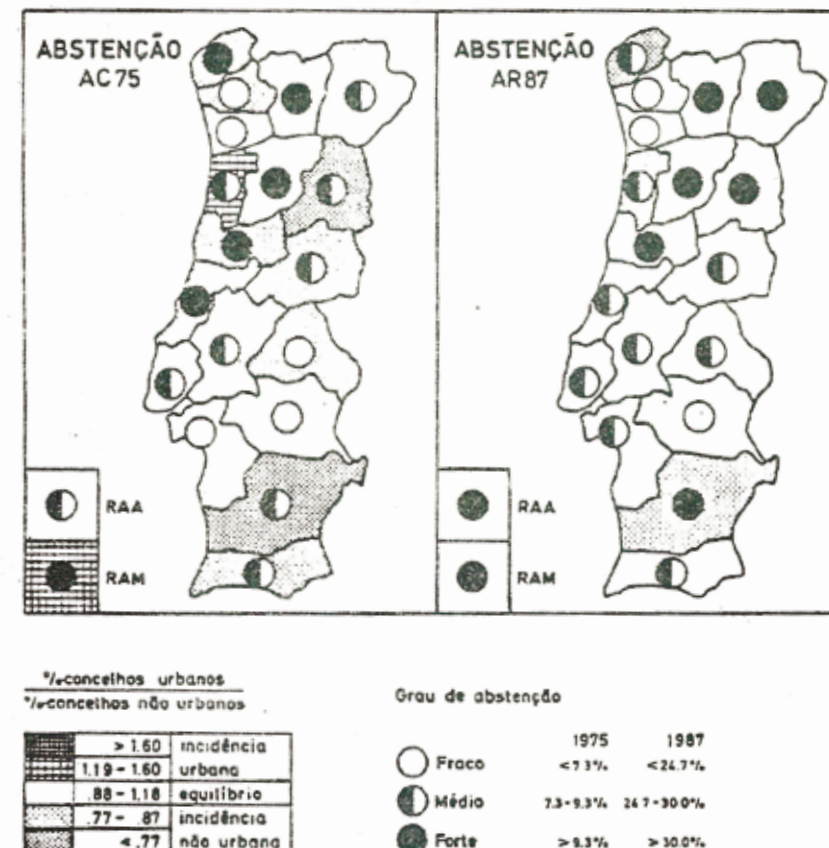
Como se sabe, a abstenção aumentou consideravelmente em todo o território entre 1975 e 1987, tendo-se observado nas primeiras eleições realizadas após o 25 de Abril de 1974 uma participação que excedeu os níveis mais elevados observados noutros países da Europa<sup>5</sup>. Esta situação traduziu claramente a reacção a um longo período de opressão política e a mobilização social que se seguiu à Revolução.

Os movimentos sociais não se restringiram às áreas urbanas, mas tiveram aí a sua maior expressão, tendo contribuído decerto para uma maior participação política e eleitoral.

As últimas eleições legislativas marcaram, de algum modo, o fim do período revolucionário, o que se traduziu, entre outros aspectos, no acentuar da tendência abstencionista e, paralelamente, numa aproximação entre a participação eleitoral urbana e não urbana. Embora os resultados sejam semelhantes na maioria dos distritos, julgamos que a abstenção pode traduzir comportamentos diferentes no meio urbano e no não urbano: no primeiro caso, o abstencionismo deve reflectir mais uma atitude crítica face ao sistema político-partidário, enquanto no meio não

<sup>5</sup> Exceptuando, obviamente, os países onde o voto é obrigatório.

## O comportamento eleitoral urbano nas eleições legislativas

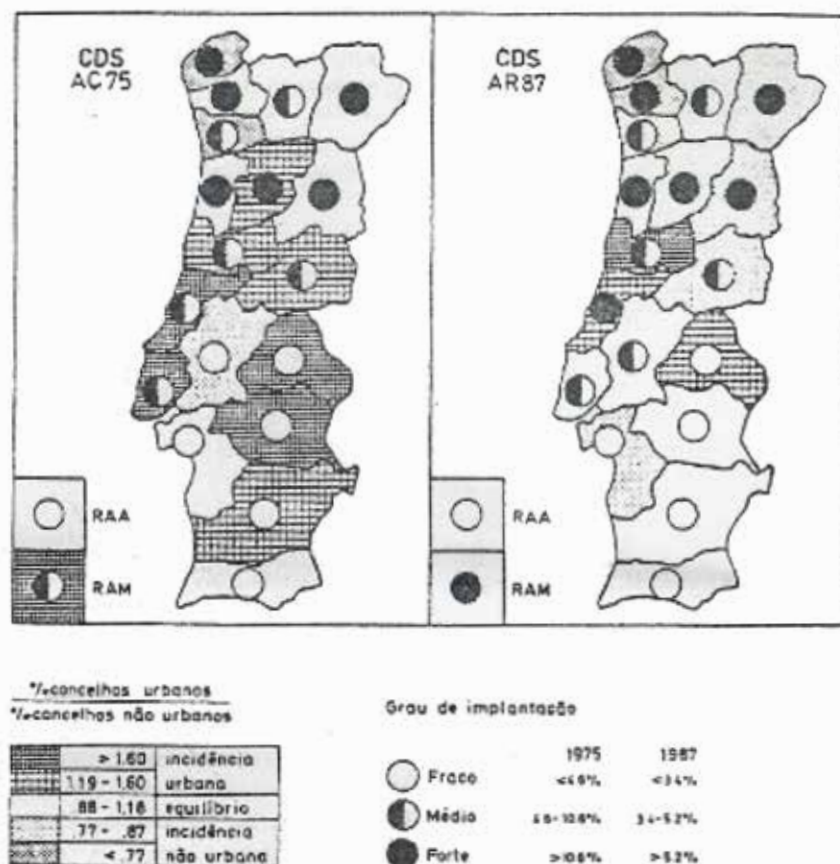


Figs. 13 e 14 — Grau de abstenção distrital e relação entre os valores urbanos e não urbanos

urbano e particularmente nas áreas rurais a fraca participação eleitoral parece corresponder mais a um alheamento das questões políticas, a uma situação marcada por uma certa marginalidade.

### 2.2. O Centro Democrático Social

Nas eleições de 1975, o CDS registou, a nível nacional, votações superiores nas áreas não urbanas, no entanto, pode observar-se na Fig. 15 que essa característica não foi comum a todos os distritos: nas regiões onde a implantação centrista foi



Figs. 15 e 16 — Grau de implantação distrital e relação entre os resultados urbanos e não urbanos

mais forte, as áreas urbanas registaram votações inferiores; pelo contrário, nos distritos onde o CDS tinha menor expressão as votações urbanas foram, na maioria dos casos, mais elevadas. Esta dicotomia entre o Norte do País, onde o eleitorado centrista era sobretudo não urbano, e o Centro e Sul, onde o apoio provinha maioritariamente das áreas urbanas, pode relacionar-se não só com a diferente composição social das várias regiões, como com as restrições que se puseram ao voto no CDS em 1975, as quais se devem ter feito particularmente sentir nas áreas não urbanas, onde a esquerda era dominante.

O carácter não urbano do voto CDS acentuou-se bastante em 1987 (Fig. 16). A descida do CDS nas últimas eleições legislativas correspondeu claramente ao voto útil no PSD e, tendo em conta a votação obtida pelos centristas para o Parlamento Europeu, podemos supor que o eleitorado CDS valorizou conjuntamente, na sua decisão de voto para a Assembleia da República, os aspectos políticos e nomeadamente as vantagens da maioria de direita, em detrimento da afirmação partidária.

Essa atitude traduz, mais do que um voto útil, um voto estratégico e pressupõe um nível de informação elevado, o que pode, de alguma forma, justificar a reduzida expressão urbana do voto CDS em 1987.

### 2.3. O Partido Social-Democrata

O PPD/PSD mostrava em 1975 um pendor não urbano bastante vincado no Centro do País, nas regiões autónomas e nalguns distritos do Norte; no Sul, as votações urbanas eram, na maioria dos casos, equilibradas, excepto em dois distritos do Alentejo — Évora e Portalegre, onde os resultados dos concelhos urbanos eram mais elevados (Fig. 17).

O grau de incidência urbana do voto social-democrata mostrou em 1975 um padrão idêntico ao que identificámos para o CDS, podendo assim concluir-se que nas regiões onde a direita foi maioritária, a sua base de apoio era predominantemente não urbana, enquanto nas áreas onde a esquerda era mais forte o voto conservador tinha uma feição urbana bastante marcada.

Nas últimas eleições legislativas o PPD/PSD manteve o carácter urbano no Alentejo e observou, na maioria dos outros distritos, uma grande aproximação entre os resultados urbanos e não urbanos (Fig. 18). Tal aproximação revela que o reforço da implantação social-democrata nas últimas eleições foi sobretudo acentuado no meio urbano e, de uma forma geral, nas áreas onde a expressão eleitoral era mais fraca.

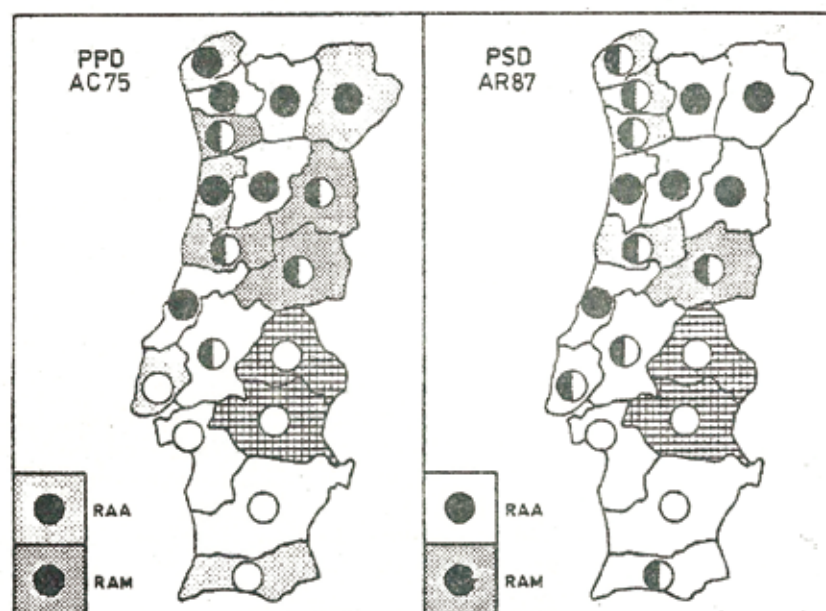
A uniformização territorial do voto PPD/PSD reflecte, na nossa opinião, o alargamento da sua base social, para a qual não terá deixado de contribuir uma acção governativa e um discurso político pouco marcados ideologicamente e muito pautados pela tecnocracia e pelo curto prazo, valores que julgamos cada vez mais influentes na decisão de voto e particularmente atractivos para o eleitorado urbano.

### 2.4. O Partido Socialista

Na maioria dos distritos do País, a expressão eleitoral do PS foi semelhante no meio urbano e no não urbano, tanto em 1975 como em 1987 (Figs. 19 e 20).

O padrão de voto socialista apresenta, no entanto, diferenças significativas entre 1975 e 1985. Nas primeiras eleições o equilíbrio urbano/não urbano era manifesto no Norte Interior, região onde a expressão socialista era muito





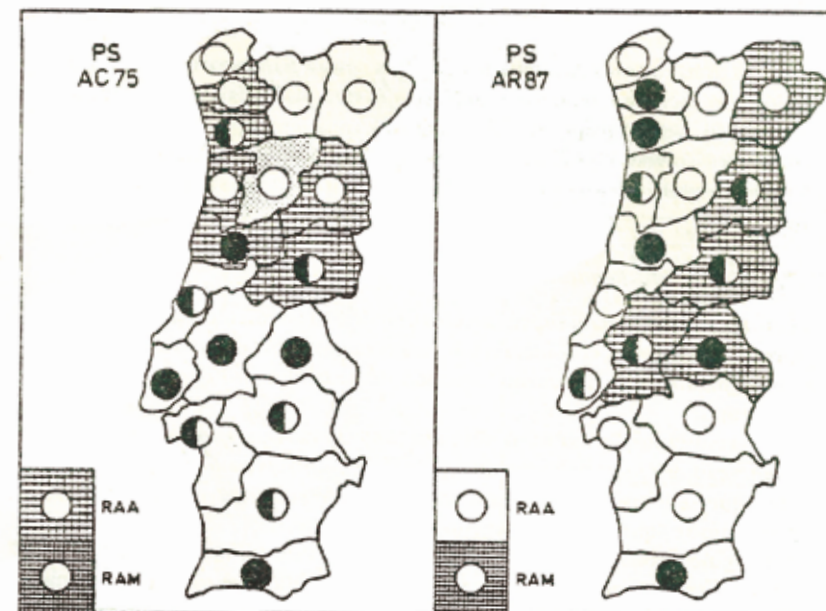
*%concelhos urbanos *%concelhos não urbanos		Grau de implantação	
	> 1.60	incidência	
	1.19 - 1.60	urbana	
	.88 - 1.18	equilíbrio	
	.77 - .87	incidência	
	< .77	não urbana	
		Fraco	1975 1987
			< 17.9% < 44.2%
		Médio	17.9 - 34.9% 44.2 - 56.2%
		Forte	> 34.9% > 56.2%

Figs. 17 e 18 — Grau de implantação distrital e relação entre os resultados urbanos e não urbanos

reduzida, e em todo o Sul do País, onde se registaram algumas das votações mais elevadas; no Norte e Centro Litorais e no Centro interior o PS surgiu, em 1975, mais valorizado no meio urbano.

Em 1987, o PS perdeu a sua feição urbana no Norte e Centro Litorais, o que já tinha acontecido em 1985, e paralelamente alargou-a no interior do País.

A predominância urbana do PS não se restringe, como acontece com a maior parte dos demais comportamentos eleitorais, às áreas onde apresenta menor expressão e parece relacionar-se sobretudo com a flexibilidade da sua imagem



*%concelhos urbanos *%concelhos não urbanos		Grau de implantação	
	> 1.60	incidência	
	1.19 - 1.60	urbana	
	.88 - 1.18	equilíbrio	
	.77 - .87	incidência	
	< .77	não urbana	
		Fraco	1975 1987
			< 33.0% < 20.4%
		Médio	33.0 - 42.8% 20.4 - 24.3%
		Forte	> 42.8% > 24.3%

Figs. 19 e 20 — Grau de implantação distrital e relação entre os resultados urbanos e não urbanos

política. De facto, o posicionamento do PS no espectro partidário é diferenciado nas várias regiões do País, o que poderá influenciar a incidência mais ou menos urbana do comportamento socialista, sendo esta mais marcada nas regiões onde o PS é percebido mais à esquerda e onde, paralelamente, as outras formações de esquerda têm dificuldade em fazer eleger representantes.

As alterações verificadas no padrão territorial do PS devem relacionar-se também com modificações sensíveis na sua base social de apoio. Estudos publicados e análises que efectuámos sobre a composição social dos partidos sugerem que nas primeiras

eleições, os trabalhadores da indústria e serviços constituíam a parte mais substancial do eleitorado socialista, tendo-se verificado nas eleições mais recentes uma menor representação desse grupo social a par de uma crescente importância dos trabalhadores isolados e pequenos empresários. Tal modificação pode justificar que o PS tenha perdido a feição urbana no Norte e Centro Litorais e a tenha adquirido no interior.

## 2.5. O Partido Renovador Democrático

O forte decréscimo da expressão eleitoral do PRD ocorrido entre 1985 e 1987 conduziu a um reforço considerável do seu carácter urbano, embora esse traço já se tivesse manifestado claramente aquando do aparecimento do novo partido na cena eleitoral.

Se os resultados que o PRD obteve em 1985 traduziram uma maior dificuldade de penetração nos meios não urbanos, as votações observadas em 1987 permitiram concluir que se houve alguma consolidação do projecto renovador democrático, ela restringiu-se, quase exclusivamente, às áreas urbanas.

Os círculos eleitorais onde o carácter urbano do PRD foi mais vincado em 1987 (Fig. 21) apresentam, pelo menos, uma semelhança: verificaram-se aí, nomeadamente em Castelo Branco, Coimbra e Viana do Castelo, alguns dos maiores desaires eleitorais. O distrito de Castelo Branco é talvez o caso mais ilustrativo do que pretendemos mostrar, já que os resultados apreciáveis que o PRD obteve em 1985 nos concelhos não urbanos não traduziram, na realidade, qualquer implantação do novo partido e terão tido apenas um significado circunstancial, relacionado provavelmente com o impacto de Ramalho Eanes no seu distrito de naturalidade, como comprovam as votações obtidas em 1987: no conjunto dos concelhos não urbanos do distrito, o PRD obteve 19,8% em 1985 e 3,8% em 1987, o que corresponde às maiores descidas concelhias ocorridas entre as duas eleições.

Os distritos onde o PRD observou, em 1987, resultados idênticos no meio urbano e no não urbano correspondem a situações bastante distintas, são por um lado aqueles onde a expressão eleitoral é muito escassa, como Guarda e Viseu, onde nem nas áreas urbanas se terá dado qualquer consolidação do partido e são, por outro lado, alguns dos distritos onde a implantação dos renovadores é mais acentuada — Lisboa, Santarém e Setúbal, onde a consolidação do voto se alargou também aos concelhos não urbanos. Note-se, no entanto, que nestes três distritos as áreas consideradas não urbanas apresentam muitas das características do meio urbano, o que facilitou por certo a difusão do novo projecto partidário.

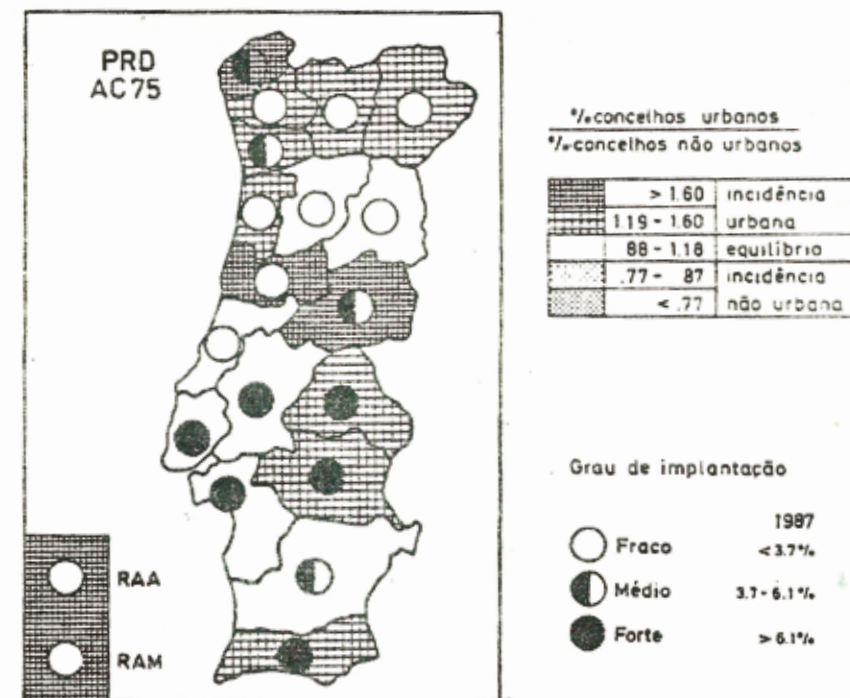


Fig. 21 — Grau de implantação distrital e relação entre os resultados urbanos e não urbanos

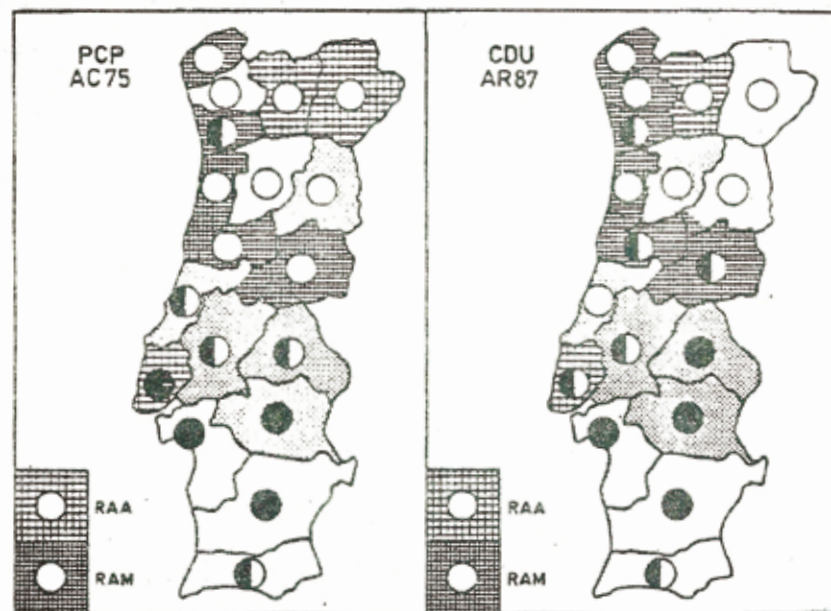
## 2.6. O Partido Comunista Português/Coligação Democrática Unitária

O voto comunista é aquele que apresentou maiores diferenciações territoriais, quer ao nível das várias regiões do País, como no que respeita a dicotomia urbano/não urbano.

O carácter mais ou menos urbano do comportamento comunista mostrou um padrão distrital idêntico em 1975 e em 1987 (Figs. 22 e 23) e cuja regra foi semelhante à que observámos no PPD/PSD e no CDS: nas regiões onde os comunistas obtiveram votações elevadas, o apoio proveio sobretudo das áreas não urbanas, ao passo que nos distritos onde a expressão eleitoral foi reduzida, os resultados urbanos salientaram-se significativamente.

A feição urbana do voto comunista foi particularmente evidente, tanto em 1975 como em 1987, nos distritos do Norte e Centro Litorais, em Castelo Branco e na Região Autónoma da Madeira.





%concelhos urbanos %/concelhos não urbanos		Grau de implantação	
> 1,60	incidência	Fraco	1975 < 62% 1987 < 65%
1,19 - 1,60	urbana	Médio	62 - 18,8% 65 - 18,0%
.88 - 1,18	equilíbrio	Forte	> 18,8% > 18,0%
.77 - .87	incidência		
< .77	não urbana		

Figs. 22 e 23 — Grau de implantação distrital e relação entre os resultados urbanos e não urbanos

A semelhança que encontramos entre o CDS, o PSD e o PCP/CDU, no que diz respeito à relação entre a incidência urbana e o grau de implantação, permite-nos concluir que os comportamentos mais marcados ideologicamente têm a sua maior expressão nas áreas não urbanas e que nas regiões onde são minoritários se evidenciam particularmente nos concelhos urbanos. O meio urbano parece constituir assim o lugar privilegiado da oposição à corrente dominante.

Essa conclusão sugere-nos que a composição social do eleitorado comunista, assim como a do eleitorado de direita, é também diferenciada consoante se encontram na situação de maioria ou de minoria.

Na primeira situação, a importância dos grupos sociais ligados à agricultura é manifesta, do proletariado agrícola no PCP/CDU e do campesinato no PSD e no CDS; na situação em que são minoritários, o peso da pequena burguesia e particularmente dos seus estratos mais informados, parece ser considerável.

### 3. O comportamento eleitoral e as condições económicas, sociais e culturais

Como referimos na introdução deste artigo, julgamos que o posicionamento político dos indivíduos decorre em larga medida da forma como estão inseridos na sociedade ou, dito de outra forma, admitimos que esse posicionamento é essencialmente uma resultante de um conjunto de condições entre as quais se destacam o estatuto social, o nível de vida, o nível de instrução e o enquadramento cultural.

Verificamos, no entanto, que o comportamento eleitoral de uma parcela significativa da população se modifica substancialmente de eleição para eleição, o que não corresponde, na maioria dos casos, a alterações sensíveis das condições estruturais que apontámos.

Tal verificação sugere que pode não haver uma correspondência linear entre o posicionamento político e o comportamento eleitoral, sendo o primeiro mais estável que o segundo e menos condicionado por aspectos conjunturais. As decisões de voto que privilegiam a probabilidade de eleger representantes ou aquelas que visam, no curto prazo, as vantagens de determinada governação ilustram situações de desfazamento entre o posicionamento político e o comportamento eleitoral.

Podemos, contudo, admitir que a mobilidade eleitoral traduz a mobilidade política e, neste caso, teremos que reconhecer que, pelo menos em determinados momentos, as condições conjunturais prevalecem na formação das atitudes políticas e na sua expressão eleitoral.

A análise que temos vindo a desenvolver revela que o comportamento eleitoral urbano se caracteriza fundamentalmente pela sua maior mobilidade, relacionada em muitos casos com o voto útil. Podemos assim pressupor que a estrutura social e económica é, no meio urbano, menos condicionante do comportamento eleitoral.

Julgamos aliás que, na generalidade, os comportamentos sociais, entre os quais se engloba o comportamento político, são mais uniformes nas áreas urbanas, na medida em que decorrem mais dos padrões de consumo do que do lugar que os indivíduos ocupam na esfera da produção.

A moda, encarada em sentido lato, tem um papel fundamental na definição dos comportamentos sociais urbanos e as atitudes políticas parecem ser também progressivamente mais sensíveis ao impacto da publicidade, ao mesmo tempo que as formações partidárias se mostram crescentemente preocupadas com a forma das

suas intervenções, em detrimento do seu conteúdo. Como se se tratasse de vender um produto, as acções partidárias parecem basear-se cada vez mais numa análise de custos e benefícios, em que se contabiliza rigorosamente o número de votos.

A maior probabilidade de ascensão social que o meio urbano proporciona pode concorrer também para o desajustamento entre as atitudes políticas e a situação sócio-económica dos indivíduos; a expectativa de vir a pertencer a um outro estrato social traduz-se frequentemente na adopção de comportamentos próprios desse grupo e, nomeadamente, das atitudes políticas que lhe são características.

A análise de correlação entre a expressão numérica dos vários comportamentos eleitorais e os indicadores do nível de vida, da composição social, do nível de instrução e do comportamento religioso<sup>6</sup> pode indiciar o grau de influência desses aspectos na decisão de voto, no meio urbano e no não urbano.

Efectuámos essa análise utilizando como unidades estatísticas os concelhos, agrupados em urbanos (55 concelhos) e não urbano (250 concelhos) e seleccionámos os seguintes indicadores:

Do comportamento eleitoral: — percentagem de abstenção/1987 AR  
— percentagem de votos CDS/1987 AR  
— percentagem de votos PSD/1987 AR  
— percentagem de votos PS/1987 AR  
— percentagem de votos PRD/1987 AR  
— percentagem de votos CDU/1987 AR

Do nível de vida: — Salário médio/1985

Da composição social<sup>7</sup>: — Empresários e trabalhadores isolados da indústria, comércio e serviços (percentagem população activa)/1981  
— Técnicos superiores e quadros de chefia (percentagem população activa)/1981  
— Trabalhadores assalariados, com funções subalternas, do comércio e serviços (percentagem população activa)/1981  
— Trabalhadores assalariados da indústria (percentagem população activa)/1981

Do nível de instrução: — Percentagem de analfabetos com idade superior a 14 anos/1981

Do comportamento religioso: — Percentagem de população que se declarou católica/1981.

<sup>6</sup> Entendido aqui como uma das principais componentes do enquadramento cultural.

<sup>7</sup> Excluímos todos os grupos socioprofissionais com actividade agrícola, dada a sua diminuta expressão nos concelhos urbanos.

A leitura do Quadro II deve incidir sobretudo na comparação entre valores da correlação obtidos para o conjunto dos concelhos urbanos e os obtidos para o conjunto dos não urbanos.

Quadro II  
COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO

NÍVEL DE VIDA			ABST.	CDS	PSD	PS	PRD	CDU
	SALÁRIO MÉDIO	URB.	-.09	-.45	-.48	-.28	+.49	+.58
		NÃO URB.	+.04	-.27	-.17	+.25	+.25	+.08
COMPOSIÇÃO SOCIAL	EMPRESÁRIOS E TRABALH. ISOLADOS DA INDÚST., COMÉRCIO E SERVIÇOS	URB.	+.14	+.22	+.26	+.04	-.08	-.52
		NÃO URB.	-.15	-.22	-.24	-.10	+.26	+.20
	TÉCNICOS SUPERIORES E QUADROS DE CHEFIA	URB.	-.08	-.04	-.08	+.06	+.10	+.06
		NÃO URB.	-.09	-.10	-.16	+.18	+.22	+.07
	TRABALH. ASSALARIADOS COM FUNÇÕES SUBALTERNAS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS	URB.	-.11	-.37	-.38	-.18	+.49	+.40
		NÃO URB.	-.21	-.45	-.46	+.32	+.53	+.32
	TRABALHADORES ASSALARIADOS DA INDÚSTRIA	URB.	-.47	-.16	-.20	+.29	+.02	+.12
		NÃO URB.	-.42	-.22	-.13	+.36	+.24	-.01
NÍVEL DE INSTRUÇÃO	ANALFABETOS	URB.	+.46	+.15	+.12	-.12	-.04	-.15
		NÃO URB.	+.21	-.21	-.34	-.06	+.16	+.35
COMPORTAMENTOS RELIG.	CATÓLICOS	URB.	-.26	+.65	+.75	+.39	-.67	-.82
		NÃO URB.	+.13	+.55	+.79	-.02	-.56	-.87

As correlações mais fortes dizem respeito ao comportamento religioso, no entanto a religião católica parece influenciar tanto o voto urbano como o não urbano, propiciando nos dois meios a implantação do CDS e a do PSD e limitando a expressão do PRD e sobretudo da CDU.

Os grupos sociais que considerámos nesta análise não apresentam, na generalidade, correlações significativas com o comportamento eleitoral e nos poucos casos



em que existe alguma relação ela é semelhante no meio urbano e no não urbano. Sabemos, contudo, que as relações entre o voto de direita e o campesinato e entre o voto comunista e o proletariado agrícola são bastante fortes.

Poderíamos, assim, admitir que os grupos sociais tipicamente urbanos, residam ou não em concelhos urbanos, têm comportamentos eleitorais mais indistintos, ou seja, que na sua decisão de voto, o estatuto social emerge como condição relativamente secundária. No entanto, a inexistência de correlação entre o peso dos diferentes grupos sociais e o voto partidário pode ser explicada apenas ao nível das distribuições espaciais dos dois fenómenos: enquanto o voto apresenta, tanto nas áreas urbanas como nas não urbanas, grandes contrastes regionais, os grupos sociais, e designadamente os que se integram nas actividades terciárias, mostram uma distribuição bastante uniforme. Este facto sugere-nos que os grupos sociais terciários não têm comportamentos eleitorais típicos, dependendo o seu posicionamento da realidade social e política em que se inserem, o que significaria um voto mais à direita nas áreas onde esta domina e um voto mais à esquerda onde esta é maioritária, embora nas duas situações adoptem atitudes pouco radicais.

O nível de instrução relaciona-se de forma diferenciada com o comportamento eleitoral urbano e com o não urbano no que diz respeito à participação eleitoral. O analfabetismo parece promover a abstenção no meio urbano, enquanto nos concelhos não urbanos não se observa qualquer relação significativa entre os dois fenómenos.

A menor incidência de analfabetismo no meio urbano pode, de alguma forma, justificar a sua relação com a participação eleitoral, na medida em que é admissível que os analfabetos se sintam mais desinseridos e mais marginalizados num meio onde a escolarização funciona como processo fundamental de socialização e onde as mensagens políticas se dirigem directamente ao eleitorado através da comunicação social, sem que existam agentes descodificadores do discurso, como acontece no meio rural, onde os notáveis locais desempenham claramente o papel de mediadores, tornando as mensagens emitidas pelos partidos receptíveis ao eleitorado e particularmente aos eleitores menos instruídos.

Os resultados mais interessantes obtidos na análise estatística que efectuámos dizem respeito às correlações entre o salário médio e o voto partidário. O nível salarial apresenta, apenas no meio urbano, correlação positiva com o voto CDU e PRD e correlação negativa com o PSD e com o CDS.

Essas relações não significam, certamente, que os eleitores melhor remunerados votam à esquerda e os pior remunerados à direita. O salário médio mede, antes de mais, o nível de desenvolvimento económico. São os sectores mais modernos da economia, tanto na indústria como nos serviços, aqueles que observam salários mais elevados.

Assim sendo, os coeficientes de correlação obtidos permitem-nos supor que, no meio urbano, a direita é sobretudo valorizada nas áreas com uma estrutura económica mais tradicional, enquanto a esquerda é privilegiada nas áreas onde a modernização da economia é mais intensa.

## BIBLIOGRAFIA

- BACALHAU, M. (1986), «Estabilidade do sistema partidário e fidelidade de voto, em Portugal, nos primeiros dez anos após a queda do regime autoritário», in *Revista de Ciência Política*, n.º 3, pp. 51-60.
- COELHO, J. N. (1980), *Factores Explicativos do Comportamento Político da População Portuguesa, análise regional*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.
- GASPAR, J.; VITORINO, N. (1976), *As eleições do 25 de Abril — Geografia e imagem dos Partidos*, Livros Horizonte, Lisboa.
- GASPAR, J. (1983), «Geografia e Sociologia dell'Astensionismo in Portogallo», in *Il voto di chi non vota*, ed. org. por Caciagli, M. e Scaramozzino, P., Edizioni di Comunità, Milano, pp. 71-88.
- GASPAR, J.; ANDRÉ, I.; HONÓRIO, F. (1984), *As Eleições Legislativas de 1979-1983: estudo de Geografia Eleitoral*, Instituto de Pesquisa Social Damão de Góis, Lisboa.
- GASPAR, J. (1985), «10 anos de Democracia: reflexos na geografia política», in *Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984*, Teorema, Lisboa, pp. 135-155.
- GASPAR, J. (1986), «O voto rural», in *Aspecto do Portugal Rural*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Braga, pp. 123-136.
- STOCK, M. J. (1985), «A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do PSD e do CDS», in *Revista de Ciência Política*, n.º 1, pp. 103-121.
- VIEGAS, J. M. (1986), «Culturas e comportamentos políticos em meios sociais de predominância rural — Revisão crítica de literatura sobre Portugal», in *Revista de Ciência Política*, n.º 4, pp. 37-48.

## Portugal — Geografia Eleitoral: 1975 e 1987

### 1. EVOLUÇÃO DO COMPORTAMENTO ELEITORAL, 1975 A 1985

A configuração do sistema partidário português após o 25 de Abril de 1974 pode dizer-se que ficou estabelecida com as eleições para a Assembleia Constituinte, que se realizaram um ano após aquela data. De facto, salientaram-se quatro partidos que dividiram, quase exclusivamente entre si, a representação parlamentar até 1983: o Partido Socialista — PS, o Partido Social Democrata — PSD (então denominado Partido Popular Democrático — PPD), o Partido Comunista — PCP, que a partir de 1979 tem corrido na Aliança Povo Unido — APU com o Movimento Democrático Português — MDP/CDE, e o Centro Democrático Social — CDS.

A vitória nas eleições legislativas (maioria relativa de votos) tem alternado entre o PS, vencedor em 1975, 1976 e 1983, a Aliança Democrática, formada pelo PSD, pelo CDS e pelo Partido Popular Monárquico — PPM, com maioria absoluta de deputados em 1979 e em 1980, e o PSD, que venceu as últimas eleições para a Assembleia da República.

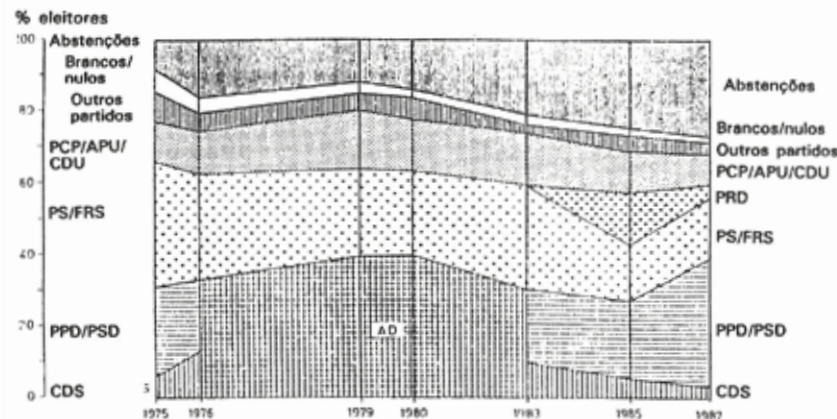
Excluindo os grandes partidos e a eleição de deputados em listas de coligação, apenas o MDP/CDE e a UDP (União Democrática Popular) estiveram representados no Parlamento, com quatro deputados no primeiro caso, em 1975, e com um representante a UDP, entre 1975 e 1983.

Nas suas grandes linhas, a evolução do voto entre 1975 e 1983 (fig. 1) reflectiu a penalização eleitoral das formações partidárias governantes. Assim, o Partido Socialista, após três anos de governação entre 1976 e 1979, sofreu na eleição legislativa de 1979 um decréscimo acentuado, perdendo mais de 20% do seu eleitorado; em 1983, a Aliança Democrática desfez-se depois de quatro anos de governo e na eleição realizada nesse ano a votação conjunta dos partidos que tinham constituído a AD passou de 47% para 40%.

Apesar da alternância no Governo, a mobilidade do voto entre 1975 e 1983 não atingiu a amplitude que se verifica noutros países e registaram-se



Evolução do comportamento eleitoral, 1975 a 1987



mesmo alguns casos de estabilidade, nomeadamente a do PCP/APU. O maior movimento observado neste período respeitou à participação eleitoral que tendo atingido o valor máximo de 91,7% em 1975, decresceu até 78,6% em 1983.

Em 1985, o cenário eleitoral alterou-se bastante com o aparecimento de um novo partido, o Partido Renovador Democrático — PRD, que obteve 18% dos votos e elegeu 45 dos 250 deputados.

A diferenciação política e ideológica dos quatro partidos que ocuparam a quase totalidade dos lugares da Assembleia da República entre 1976 e 1983 contribuiu para a sua relativa estabilidade eleitoral, impedindo grandes transferências de votos e a ascensão de novos partidos. Os pequenos partidos que somavam, em 1975, 8,7% dos votantes, em 1983 atingiram apenas, no seu conjunto, 3,3%.

No entanto, a instabilidade governativa, que afectou mesmo as formações partidárias com maioria absoluta no Parlamento, não permitiu concluir nenhuma das legislaturas que a lei estabelece de quatro anos e terá sido um dos factores que contribuiu para o aumento substancial da abstenção e para a alteração do espectro partidário em 1985.

A constituição do PRD, em 1985, relacionou-se claramente com essa situação de instabilidade, pretendendo o novo partido capitalizar os resultados negativos da gestão governativa. Secundariamente, tal pretensão seria potenciada pela tentativa de um duplo posicionamento político, entre o PS e o PSD, por um lado, e entre o PS e a APU, por outro, e ainda pela proximidade da figura do então Presidente da República, Ramalho Eanes, a cujo

comportamento estava associada, para uma grande parte do eleitorado, uma imagem de estabilidade política.

Apesar de o PRD ter provocado uma acentuada mobilidade do voto, com resultados particularmente sensíveis na votação do PS, que perdeu quase metade do seu eleitorado, a abstenção aumentou mais uma vez, cifrando-se na última eleição legislativa em 24,6%.

Um último aspecto a salientar na evolução do comportamento eleitoral nacional entre 1975 e 1985 é o decréscimo sucessivo dos votos brancos e nulos, cujo significado residirá mais em erros de preenchimento dos boletins de voto do que na contestação do sistema partidário.

## 2. A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA ABSTENÇÃO E DO VOTO EM 1975 E EM 1985

### 2.1. A ABSTENÇÃO

O aumento substancial da abstenção ocorrido entre 1975 e 1985, cujo valor passou de 8,3% para 24,6%, não teve grandes repercussões na alteração do seu padrão espacial (figs. 2 e 3); verifica-se, em particular, que as áreas onde a participação eleitoral foi maior são sensivelmente as mesmas nas duas eleições: o Norte Litoral, com excepção do distrito de Viana do Castelo, e o Norte do Alentejo.

A uniformidade espacial que caracteriza, na generalidade, o aumento da abstenção entre 1975 e 1985 traduz, de algum modo, um crescente alheamento de uma parte considerável do eleitorado, para quem as expectativas de mudança decorrente dos resultados eleitorais foram progressivamente diminuindo. Este processo de marginalização parece decorrer menos do contexto social e político regional em que o eleitorado se insere e resultará sobretudo de uma atitude de contestação passiva da prática política nacional, com uma amplitude semelhante nas várias regiões do País.

Deve, no entanto, notar-se que os altos níveis de participação eleitoral atingidos em 1975 resultaram de uma conjuntura política particular, onde todas as organizações sociais e políticas conseguiram uma forte mobilização dos seus apoiantes no sentido de reforçar o regime recentemente instaurado, o que também foi feito pelo Movimento das Forças Armadas. Refreado o empenhamento que marcou os anos que se seguiram ao 25 de Abril, a participação eleitoral diminuiu, aproximando-se dos valores que se observam noutros países europeus.

Abstenções para Assembleia  
Constituinte, 1975



FIG. 2

Abstenções para a Assembleia  
da República, 1985

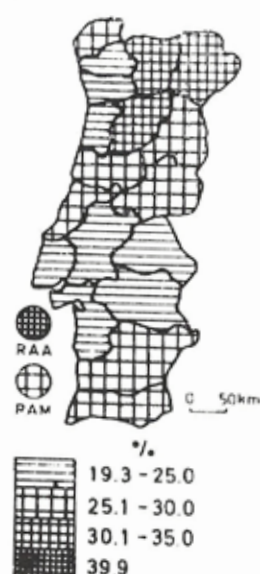


FIG. 3

## 2.2. O VOTO PARTIDÁRIO

O grau de concentração espacial das bases de apoio de cada um dos grandes partidos foi bastante diferenciado e variou consideravelmente entre 1975 e 1985:

Grau de concentração da abstenção e do voto  
em 1975 e em 1985

	1975	1985
Abstenção .....	0,20	0,20
PCP/APU .....	1,08	0,86
PS .....	0,27	0,17
PPD/PSD .....	0,56	0,32
CDS .....	0,67	0,51
PRD .....	—	0,31

(Coeficientes de variação dos resultados distritais)

Numa primeira leitura, pode-se verificar que a abstenção mostrou uma distribuição espacial mais dispersa que qualquer dos partidos em 1975; em 1985 apenas o Partido Socialista apresentou maior uniformidade nos seus resultados distritais que a abstenção.

As clivagens territoriais do voto partidário atenuaram-se de 1975 para 1985, embora o grau de concentração seja, nalguns casos, bastante acentuado e muito diferenciado de partido para partido. O eleitorado comunista é nitidamente o mais concentrado no território, encontrando-se na situação contrária o PS, que obteve, em 1985, votações muito semelhantes em todos os círculos eleitorais (distritos e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores).

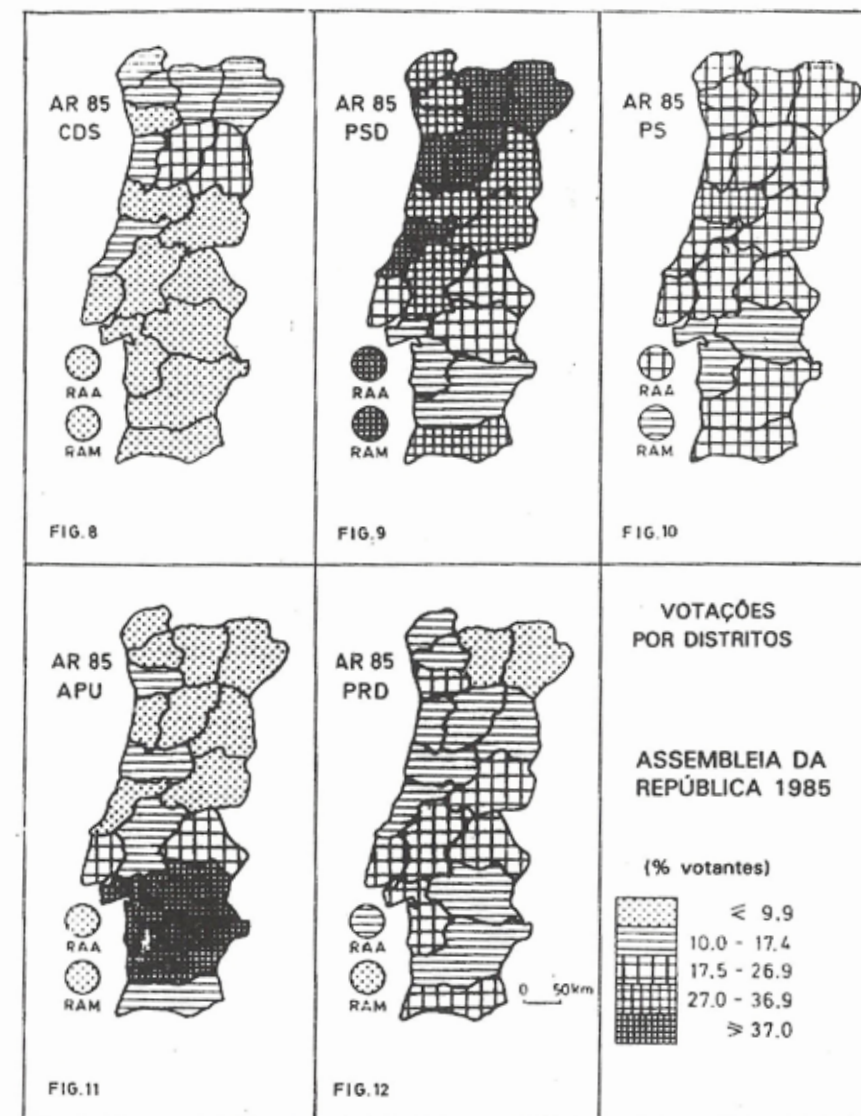
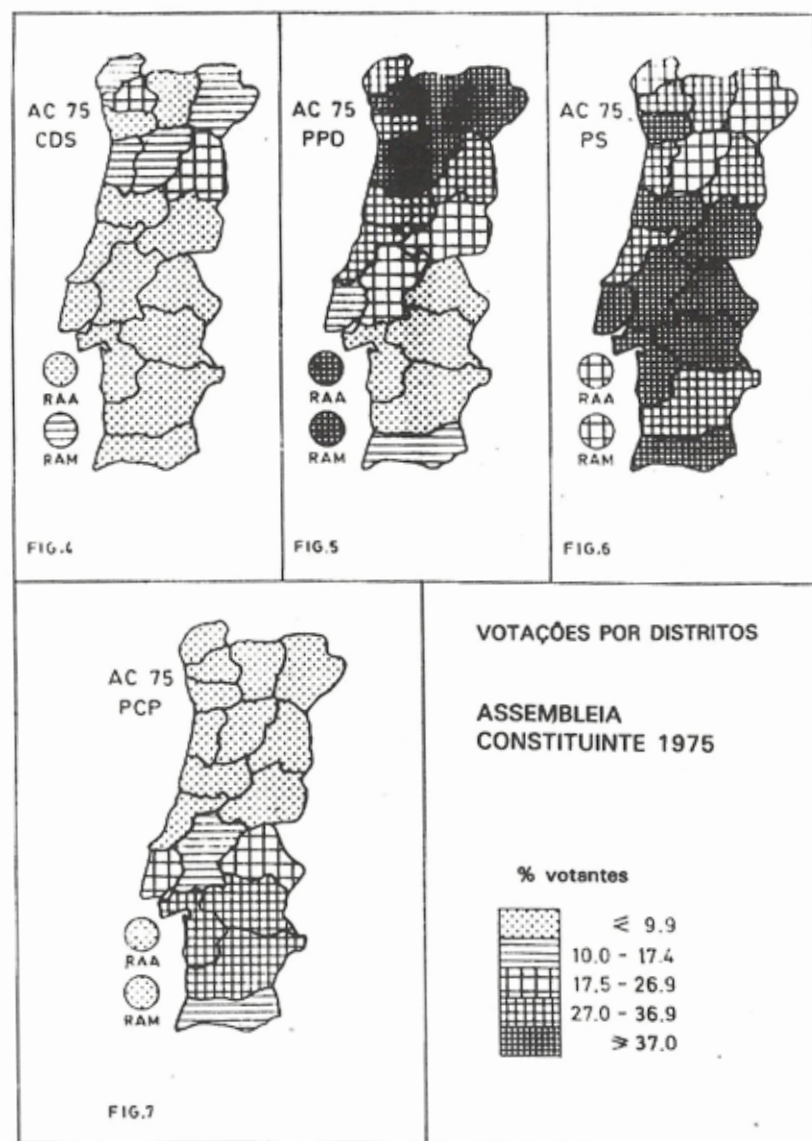
Em 1975, as maiorias distritais foram quase exclusivamente partilhadas pelo PS e pelo PPD, o PCP foi maioritário apenas no distrito de Beja. Essa partilha de lideranças correspondeu a uma clara diferenciação do comportamento eleitoral entre o Norte e o Sul do País, dominando os sociais-democratas os distritos do Norte e das Ilhas e os socialistas o Centro e o Sul, apesar de bastante próximos do PCP no Alentejo.

Em 1985, o PS perdeu todas as maiorias distritais, que foram divididas entre o PSD e a APU, liderando esta aliança os quatro distritos alentejanos e pertencendo aos sociais-democratas todas as outras maiorias distritais.

Os padrões de implantação territorial dos maiores partidos mantiveram os seus principais traços de 1975 para 1985 (figs. 4 a 11) com excepção do PS, cujo eleitorado deixou de estar concentrado nos distritos onde se localizam os principais centros urbanos e na Região Centro e se distribuiu, em 1985, de uma forma muito equilibrada, em que sobressaiu apenas o distrito de Coimbra. Para além das modificações na distribuição do seu eleitorado, o PS foi também o partido que observou a maior variação das votações distritais entre 1975 e 1985 (fig. 13), tendo perdido mais de metade dos seus votos de 1975 nos distritos onde detinha, então, o maior apoio eleitoral; nas áreas onde a implantação socialista era mais ténue, e nomeadamente no Norte Litoral, os decréscimos foram menos acentuados, conseguindo o PS reter aí mais de 60% dos seus apoiantes de 1975.

A principal justificação para a notável descida do PS em 1985 é facilmente encontrada nos resultados obtidos pelo PRD (fig. 12), que retirou uma grande parte dos seus votos ao PS, sobretudo nalgumas das áreas onde a implantação socialista era anteriormente mais vincada: os distritos do vale do Tejo e os principais centros urbanos. O facto de o PRD ter surgido na cena política havia pouco tempo quando se realizaram as últimas eleições legislativas contribui, de algum modo, para explicar a vantagem relativa que obteve nas grandes áreas urbanas, onde a informação se difunde mais facilmente e o comportamento político dos indivíduos é menos controlado e por isso





mais flexível. O desigual acesso à informação é ilustrado pelos resultados de uma sondagem elaborada imediatamente antes da campanha eleitoral, onde se referia que 70% do eleitorado do Norte Interior desconhecia a existência do PRD, não chegando a 20 a percentagem nacional.

O PSD, a APU e o CDS não observaram alterações de vulto no seu padrão espacial de 1975 para 1985 e as suas votações nacionais também não sofreram variações comparáveis às do PS, embora sejam detectáveis algumas transferências de voto do PSD e sobretudo da APU para o PRD, movimento que no caso do PSD foi compensado pela captação de votos ao CDS.

A maior diferenciação espacial do voto traduz-se nitidamente na distribuição do eleitorado comunista, por um lado, fortemente concentrado no Alentejo, e nas distribuições do PSD e do CDS, por outro lado, que correspondem a padrões semelhantes entre si e opostos ao da APU, com uma implantação particularmente intensa nos distritos do Norte e também nas Regiões Autónomas, no caso do PSD.

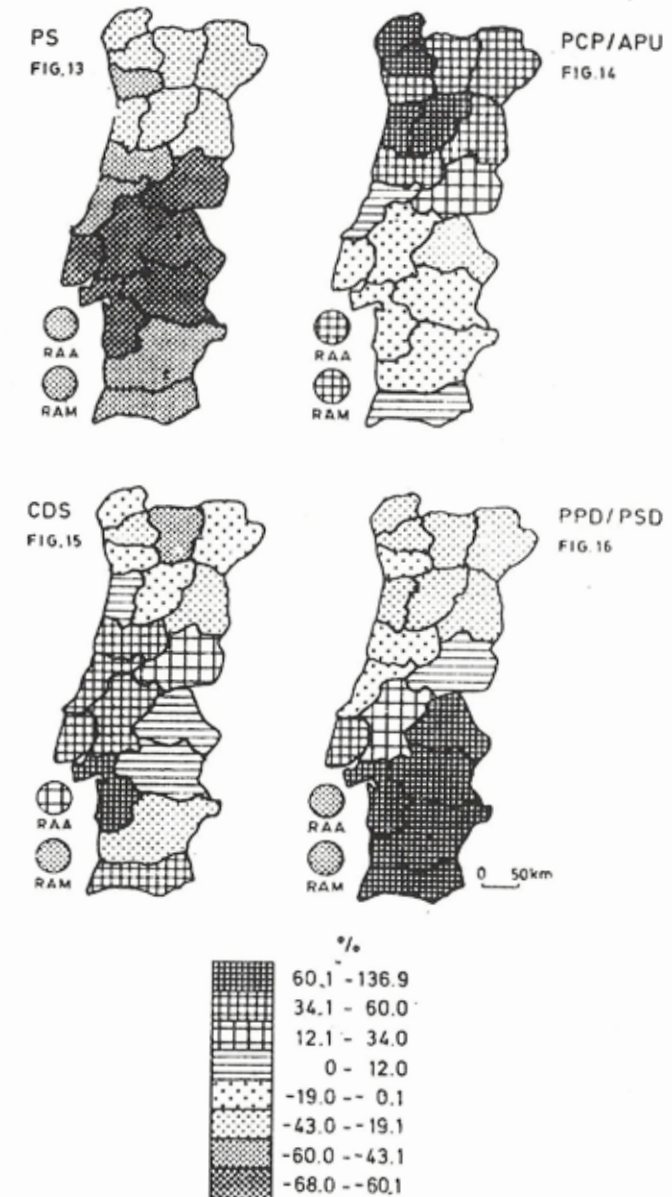
Apesar de os padrões espaciais do PCP/APU, do PPD/PSD e do CDS terem sido muito semelhantes em 1975 e em 1985 importa realçar um aspecto comum à variação das votações dos três partidos (figs. 14, 15 e 16): todos aumentaram a sua influência nas áreas que lhes tinham sido mais desfavoráveis em 1975. O reforço da APU foi substancial em todo o Norte do País e sobretudo nos distritos do Litoral, onde, à excepção do Porto, registou aumentos superiores a 60%; o PSD viu bastante alargadas as suas bases de apoio no Alentejo e no Algarve, tendo observado variações superiores a 100% em Beja, Évora e Setúbal; o CDS fortaleceu bastante a sua implantação no Litoral Centro e Sul e particularmente em Setúbal, onde duplicou o seu eleitorado.

Pelo contrário, os três partidos viram diminuir a sua importância nas áreas onde têm maior implantação, embora o decréscimo da APU tenha sido menos pronunciado que os do PSD e do CDS.

Na generalidade, pode-se concluir que as grandes clivagens territoriais do voto partidário definidas em 1975 foram confirmadas nas eleições seguintes, se bem que se tenham esbatido em 1985.

Tal evolução pode identificar o esboço de uma tendência de uniformização regional do comportamento eleitoral, correspondente não só a alterações estruturais da composição social como à crescente influência de factores que actuam à escala nacional na definição dos comportamentos sociais e políticos e entre os quais merece principal realce a comunicação social.

Variação percentual nas votações, 1975-1985





### 2.3. A MOBILIDADE GLOBAL DO VOTO E A RENOVAÇÃO DO ELEITORADO, ENTRE 1975 E 1985

O maior movimento do eleitorado ocorrido entre 1975 e 1985 respeitou, como já se referiu, à participação eleitoral e traduziu-se num aumento considerável da abstenção em todos os círculos eleitorais.

Para além deste movimento, importa avaliar a mobilidade global do voto, ou seja, o conjunto das transferências eleitorais, independentemente da sua origem e destino partidários e sem o efeito da abstenção. Com esse objectivo, considerou-se como eleitorado fixo de cada partido (incluindo os somatórios dos votos dos pequenos partidos e os votos brancos e nulos) a menor percentagem de votantes observada nas eleições legislativas realizadas entre 1975 e 1985; adicionadas essas percentagens mínimas subtraiu-se o total a 100% — total de votantes — e definiu-se a diferença como eleitorado móvel.

Uma parte significativa do eleitorado móvel corresponde à votação do PRD, no entanto, os resultados eleitorais do novo partido não são suficientes para explicar toda a mobilidade do voto entre 1975 e 1985, como se pode verificar pelos valores cartografados na figura 17.

O mapa da fig. 17 mostra uma diferenciação regional considerável na mobilidade do voto: o Norte, onde é mais reduzida, sobretudo no interior, contrasta com o Centro, onde se observam as taxas mais elevadas.

Essa verificação pode conduzir a uma primeira hipótese explicativa que decorre da relação entre o grau de mobilidade e a dominância eleitoral dos vários partidos: na área onde os partidos mais conservadores têm maiorias absolutas regista-se um maior imobilismo do voto, pelo contrário o voto é bastante móvel nas áreas onde nenhum dos partidos é francamente maioritário.

Também algumas maiorias absolutas da esquerda e designadamente da APU correspondem a um relativo imobilismo do voto, o que é sobretudo nítido na análise concelhia. Por outro lado, o voto conservador, no Centro e no Sul, tem mostrado uma mobilidade apreciável.

A mobilidade eleitoral terá sobretudo a ver com a maior ou menor radicalização do voto, bem como com as diferentes estratégias que partidos e eleitorado seguem, consoante as probabilidades de dominação.

Uma parte considerável da mobilidade do voto pode, eventualmente, não corresponder a mudanças individuais de opção política, mas à renovação do eleitorado, ao comportamento dos novos eleitores.

Dados os movimentos internos da população, a renovação do eleitorado não pode ser avaliada para o conjunto do País, mas apenas para cada um dos círculos eleitorais (fig. 18), onde os novos eleitores são constituídos pelos jovens que atingiram a maioridade entre 1975 e 1985 e pelos eleitores que,

Mobilidade do voto

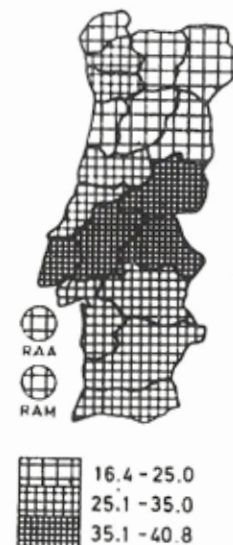


FIG. 17

Renovação do eleitorado

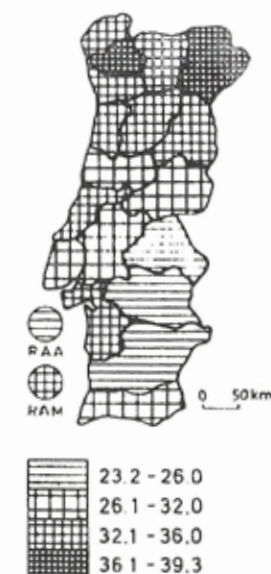


FIG. 18

vindos de outras partes do País ou do estrangeiro, passaram a residir no círculo eleitoral.

A renovação distrital do eleitorado situa-se em valores entre 23 e 39% do total de recenseados em 1985, ocorrendo as percentagens mais elevadas nos distritos do Norte, em Leiria, em Setúbal e na Madeira e as mais baixas no Alentejo.

As razões desta distribuição são várias e ligam-se, designadamente, aos valores da natalidade, bastante elevados no Noroeste, à distribuição espacial dos emigrantes regressados na última década e da população retornada das ex-colónias portuguesas que devem explicar a renovação do eleitorado observada no Norte Litoral e Interior, em Leiria e na Madeira e prendem-se ainda com a mobilidade interna, que deve justificar a elevada percentagem de novos eleitores em Setúbal, distrito que nos últimos anos recebeu grandes contingentes de população que residia antes em Lisboa, o que corresponde apenas à expansão das áreas residenciais na Área Metropolitana de Lisboa.

### 3. O VOTO E A ESTRUTURA SOCIAL

Nas suas grandes linhas, o comportamento eleitoral dos portugueses é explicado por dois tipos de vectores: o social e o cultural. Em qualquer dos casos evidencia-se uma forte componente geográfica, que, entretanto, tem mostrado tendência para perder força, embora de forma muito lenta.

No vector social, e considerando as categorias enunciadas por Poulantzas (1974) e que já temos adoptado noutros estudos, a partir de ajustamentos realizados por Ferrão (1982), verifica-se que o CAMPESINATO constitui a classe social com maior homogeneidade no comportamento político-eleitoral, evidenciando menos sensibilidade às variações geográficas, por outras palavras, podemos dizer que o CAMPESINATO é entre as classes sociais a que, em termos de comportamento político-eleitoral, mostra menos flutuações de Norte a Sul, do Litoral para o Interior.

A distribuição do CAMPESINATO mostra correlações mais elevadas com a distribuição da abstenção ou do voto partidário que qualquer outra classe social, ao longo de todas as eleições realizadas entre 1975 e 1985, quer consideremos os valores do recenseamento geral da população de 1970, quer os de 1981 <sup>(1)</sup>. Isto significa, ou sugere, que ao longo daquele período de 10 anos, não obstante o decréscimo significativo do número de camponeses bem como a desigual distribuição geográfica desse decréscimo e, sobretudo, apesar das importantes alterações na situação e enquadramento económico e social dos camponeses, o seu comportamento eleitoral, estabelecido em 1975, não se alterou nos contornos essenciais — ainda que o posicionamento partidário e o próprio sistema de partidos tenham registado transformações.

As verificações estatísticas relativas ao voto do PROLETARIADO AGRÍCOLA evidenciam maior instabilidade; não só o comportamento oscila bastante entre 1975 e 1985, assim o sugerem as várias correlações — apenas um certo apoio à coligação APU mostra tendência para se manter estável —, como há uma mudança importante de 1970 para 1981 na distribuição espacial desta classe social, que se traduz, por um lado, na diminuição intensa dos seus efectivos (a mais marcada de todos os grupos sociais considerados) e, por

<sup>(1)</sup> Apurámos os valores dos coeficientes de correlação entre o voto de 1975 e de 1985 com a estrutura social definida em 1970 e 1981, data dos recenseamentos gerais da população. Embora 1975 se situe a meio dos dois censos, cremos mais adequada a correlação com 1970, na medida em que as transformações foram mais aceleradas no período posterior a 1974; no entanto, não se pode considerar, em termos de transformações sociais um corte significativo em 1974, o que de certo modo é sugerido pelos valores das correlações que encontrámos (quadro 1).

Quadro I  
Correlações entre o comportamento eleitoral e indicadores sociais

	1975					1985				
	ABST.	PS	PPD	PCP	CDS	ABST.	PS	PSD	APU	PRD
Prol. agrícola 1970 .....	-.16	.15	.42	.44	-.36	.06	-.18	-.39	.49	-.20
Prol. industrial 1970 .....	-.38	.29	.07	.02	-.08	-.62	.01	-.10	-.01	.55
Campesinato 1970 .....	.69	-.74	.73	-.66	.67	.88	.27	.71	-.66	-.66
Nova peq. burg. 1970 .....	-.28	.57	.45	.35	-.43	-.52	-.22	-.50	.43	.49
Prol. agrícola 1981 .....	-.09	-.06	.22	.34	-.21	.43	.17	.01	.39	-.40
Prol. industrial 1981 .....	-.36	.18	.03	.07	.03	-.58	.02	-.03	-.07	.48
Campesinato 1981 .....	.69	-.71	.67	-.59	.61	.90	.25	.65	-.59	.68
Nova peq. burg. 1981 .....	-.30	.68	.57	.42	-.54	-.50	-.06	-.49	.38	.55
Pop. urbana 1970 .....	-.31	.54	.48	.37	-.41	—	—	—	—	—
Pop urbana 1981 .....	—	—	—	—	—	-.51	-.13	-.48	.36	.52
Missalizes 1977 .....	.38	-.73	.89	-.81	.88	.48	.26	.79	-.80	.87

Proletariado agrícola = trabalhadores assalariados da agricultura  
Proletariado industrial = trabalhadores assalariados da indústria e construção civil  
Campesinato = trabalhadores por conta própria da agricultura  
Nova pequena burguesia = trabalhadores assalariados do sector terciário  
População urbana = população residente em localidades com mais de 10.000 habitantes  
Missalizes = pessoas com mais de 15 anos que frequentam regularmente a missa dominical



outro lado, na sua desigual distribuição geográfica (o coeficiente de variação relativo à sua distribuição geográfica aumentou significativamente).

Deve salientar-se que, de entre os mais numerosos grupos sociais que considerámos, o PROLETARIADO AGRÍCOLA é o que evidencia maiores desvios nos coeficientes de correlação com a abstenção e o voto partidário, quando consideramos os resultados dos recenseamentos de 1970 ou de 1981. Todos os outros mostram tendências muito próximas em 1975 e 1985, quer consideremos os resultados de 1970 ou de 1981; o CAMPESINATO, como vimos, quase não altera o seu comportamento.

Refira-se entretanto que o PROLETARIADO AGRÍCOLA mostra alguma tendência para apoiar a APU, embora as correlações sejam muito fracas; do mesmo modo, mostra em 1985 indícios de acentuar o pendor para a abstenção e de não dar grande apoio ao voto no PRD. Estes resultados estatísticos resultam da intersecção de distintos vectores; no Sul e em particular no Alentejo, o Proletariado Agrícola (que no Sul tem definição mais rigorosa) tem mostrado um claro apoio eleitoral à APU, enquanto no Norte e no Centro o seu voto é muito menos marcado. As correlações negativas com o PRD, mais acentuadas e significativas com o CAMPESINATO, decorrem da já referida característica acentuadamente urbana do eleitorado deste partido.

As grandes oscilações nos coeficientes de correlação quando utilizamos as distribuições geográficas do Proletariado Agrícola em 1970 ou em 1981 significam fundamentalmente que a rarefacção desta classe social — a maior no conjunto do país entre aqueles dois anos — teve padrões geográficos muito distintos, o que decorre das diferentes estruturas agrárias regionais e ainda dos distintos ritmos de evolução das mesmas (fig. 19).

Considerando o País no seu conjunto, o PROLETARIADO INDUSTRIAL apenas mostra uma tendência comportamental clara: o não alinhamento com a abstenção — de todas as classes sociais é a que tem as correlações negativas mais altas com a ausência às urnas. As correlações com as diferentes formações partidárias são desprovidas de significado estatístico. Este facto decorre mais uma vez do comportamento diferenciado deste grupo social nos diversos segmentos territoriais do País; assim, noutros estudos, procurámos confirmar a hipótese de que o Proletariado Industrial tem um voto mais radical no Sul que no Centro ou no Norte, tendendo também a localizar-se mais à esquerda nas aglomerações urbanas.

A NOVA PEQUENA BURGUESIA, que em grande medida poderemos assimilar às classes médias, com uma componente predominantemente urbana, tem reforçado a sua expressão tanto quantitativa como qualitativa na estru-

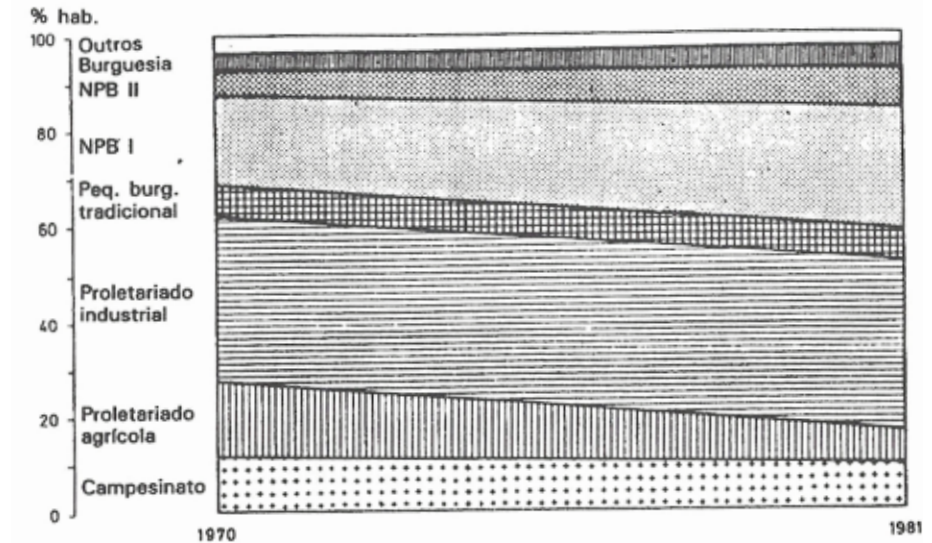


Fig. 19 — Evolução das principais grupos sociais

tura social. Evidencia um comportamento eleitoral dificilmente tipificável e também bastante móvel, de onde decorre o papel relevante que desempenha no sistema político. Daqui resulta também a dificuldade de interpretação dos comportamentos eleitorais a partir de abordagens do tipo ecológico. Entretanto, as análises que temos efectuado mostram uma certa aproximação entre o comportamento eleitoral das áreas urbanas e o desta classe social. Assim, a abstenção tem tendência para descer quando aumenta a proporção da NOVA PEQUENA BURGUESIA, da mesma forma que se reduz com o incremento da urbanização. As correlações negativas mais fortes (embora pouco significativas) da NOVA PEQUENA BURGUESIA observam-se com o voto no PSD e no CDS, enquanto as positivas correspondem ao voto PS (apenas na eleição de 1975), ao da APU e ao do PRD.

Também no caso da NOVA PEQUENA BURGUESIA a dimensão geográfica tem um papel de relevo: um certo conservadorismo é mais acentuado no Norte que no Sul e tende a ser menor nos principais centros urbanos, relativamente aos centros urbanos menores e às áreas rurais. Por outro lado, no interior das áreas metropolitanas (de Lisboa e do Porto) evidenciam-se importantes diferenciações, que resultam em nítidas estratificações das áreas suburbanas.



O que referenciamos por componente geográfica corresponde, em grande medida, à dimensão cultural que também assinalámos atrás. O comportamento religioso, sobretudo analisado através da vertente prática/não prática religiosa, é um dos indicadores que melhor destacam situações no interior da dimensão cultural. A prática da missa dominical constitui por certo uma das melhores medidas de que podemos dispor para avaliar a prática religiosa.

As correlações entre a proporção de missalizantes (frequentadores da missa) <sup>(2)</sup> e o voto nas várias formações partidárias são, em média, mais elevadas que as que se registam entre o voto e a distribuição das várias classes sociais. Os coeficientes são positivos e significativos nos casos dos dois partidos mais à direita no sistema de partidos, e negativas e significativas com o voto da APU. O PRD evidencia uma certa tendência para subir as suas votações quando baixam as frequências da missa, registando-se o oposto com a abstenção. É interessante observar a mudança que se verificou nos coeficientes de correlação relativamente ao voto do PS: negativo e significativo em 1975, positivo embora sem significado estatístico em 1985; esta alteração decorre da mudança que se verificou no padrão geográfico do voto socialista nas últimas eleições legislativas, relativamente a todas as outras que se realizaram desde 1975.

Procurando uma síntese das grandes linhas evolutivas da Geografia Eleitoral portuguesa ao longo dos últimos 12 anos podemos afirmar que às transformações humanas e sociais registadas ao longo de todo o território não correspondeu uma alteração significativa no comportamento político e eleitoral dos portugueses. No essencial, o sistema de partidos que se configurou em 1974/75 manteve-se e reforçou-se, não obstante o aparecimento em 1985 de um novo partido com expressão eleitoral relevante; no essencial, a percepção política e o comportamento eleitoral dos portugueses não sofreu marcas das alterações. Poder-se-ia colocar a hipótese de que os principais partidos políticos têm sabido adaptar as suas linhas de conduta às transformações ou tão-só às oscilações conjunturais que a sociedade portuguesa tem observado.

Em grandes traços, a composição social do eleitorado de cada um dos partidos e as alterações ocorridas entre 1975 e 1985 podem-se sistematizar assim:

A base de apoio do PS em 1975 era predominantemente constituída pela NOVA PEQUENA BURGUESIA, sendo também importante o apoio do PROLETARIADO INDUSTRIAL no Norte do País; o voto socialista era

sobretudo um voto urbano. Em 1985 o eleitorado PS foi bastante heterogéneo, sendo que a correlação positiva mais elevada, embora pouco significativa, da distribuição do voto PS se estabeleceu, na última eleição legislativa, com o CAMPESINATO: foi nessas áreas, social e geográfica, que o PS reteve mais o seu eleitorado.

O PSD não viu, entre 1975 e 1985, qualitativamente muito alterada a composição social do seu eleitorado, marcado sobretudo pela heterogeneidade. A base de apoio mais estável e com maior regularidade geográfica é constituída pelo CAMPESINATO; a Pequena Burguesia Rural e Urbana representa também um importante suporte eleitoral do PSD, se bem que o seu apoio tenha proporções desiguais consoante as regiões.

Embora com um peso considerável do PROLETARIADO AGRÍCOLA no Alentejo e do PROLETARIADO INDUSTRIAL, nos centros urbanos e em todo o Sul do País, pode dizer-se que o voto comunista se define também pela negativa, ou seja a APU mostrou, tanto em 1975 como em 1985, grandes dificuldades de penetração nas áreas de CAMPESINATO e nas áreas onde a religiosidade é mais intensa.

A distribuição do voto CDS não é consideravelmente diferente da do PSD, as suas correlações mais fortes, em 1975 e em 1985, são também com o CAMPESINATO e com a prática religiosa. Pode, no entanto, supor-se, com base em análises locais, que embora os dois partidos mostrem as maiores implantações nas mesmas áreas geográficas eles correspondem aí a estratos sociais bem diferenciados, tendo o apoio eleitoral do CDS origem nos estratos sociais mais favorecidos.

O voto PRD em 1985 teve uma forte componente urbana, foi sobretudo um voto da NOVA PEQUENA BURGUESIA, o que aliás confirma a grande mobilidade eleitoral deste grupo. O novo partido mostrou dificuldades evidentes em penetrar nas áreas rurais, tanto nas de CAMPESINATO como nas de PROLETARIADO AGRÍCOLA.

A análise cartográfica de pormenor e a análise estatística conexa mostram todavia que, embora lentamente, se têm registado algumas alterações de fundo na Geografia Eleitoral dos portugueses. A mais importante corresponde à diminuição das diferenciações entre Norte e Sul, apesar de esta diferença continuar a ser o principal traço distintivo dessa Geografia Eleitoral. Menos evidente e não uniforme é a tendência que se revela nalgumas regiões para diminuir a oposição entre voto urbano e voto rural.

Entretanto, na realidade geográfica, económica e social, têm-se vindo a definir tendências que não parecem ter reflexos de dimensão equivalente nos comportamentos eleitorais: acentuada litoralização do povoamento, terciarização, urbanização difusa, diminuição dos contrastes inter-regionais, acentuar do desemprego e do trabalho precário.

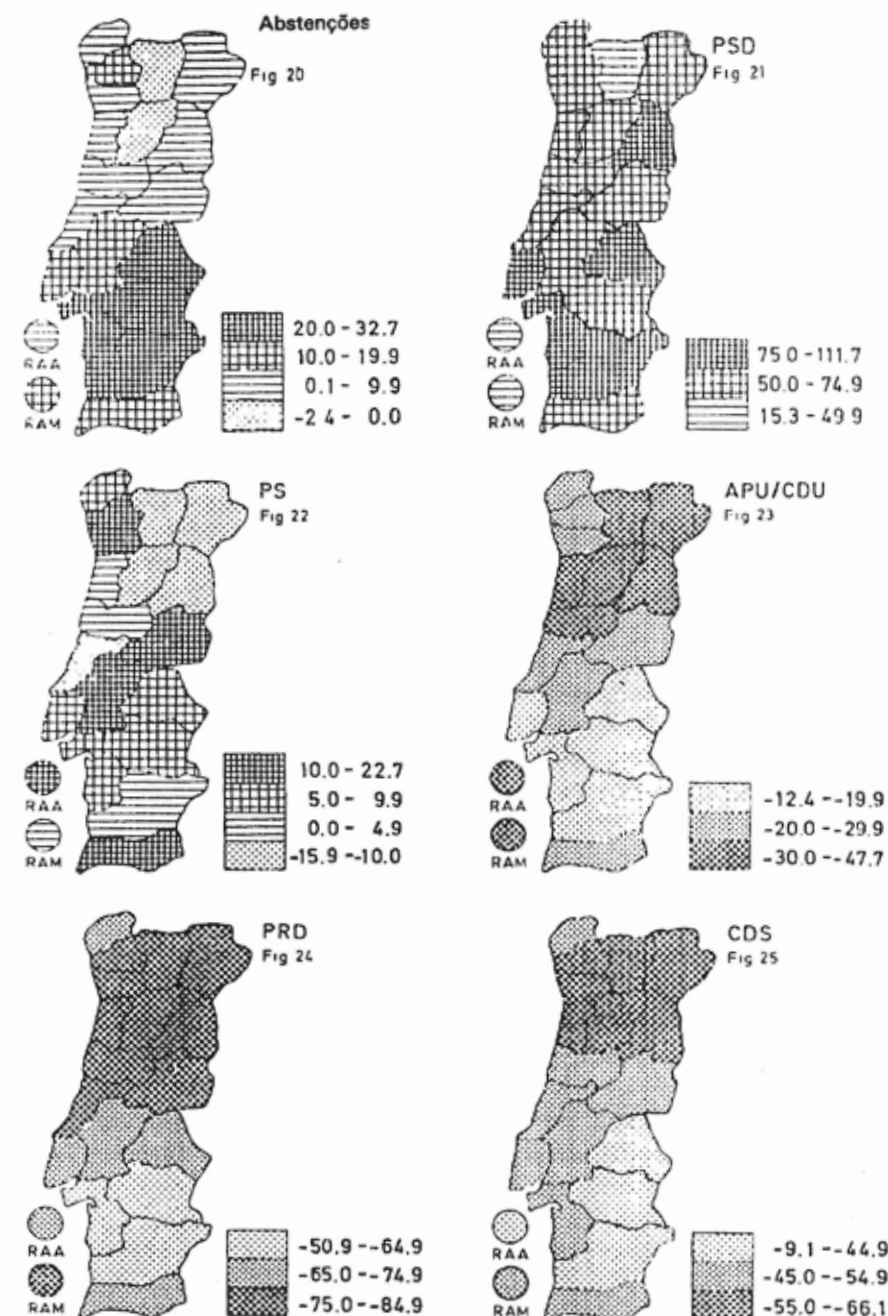
<sup>(2)</sup> FRANÇA, L. (1981) — *O comportamento religioso da população portuguesa*, Lisboa, I.E.D.



As últimas eleições legislativas, realizadas a 19 de Julho de 1987, vieram, de algum modo, comprovar que em 1985 se tinham alterado significativamente as formas de comportamento eleitoral: a mobilidade do voto foi, em 1985 e sobretudo em 1987 consideravelmente maior que nas eleições realizadas entre 1975 e 1983. A deslocação do eleitorado, que em 1985 reverteu em grande parte a favor do PRD, beneficiou, em 1987, o PSD, permitindo que, pela primeira vez na história recente das eleições portuguesas, um só partido obtivesse a maioria absoluta dos votos. O acréscimo do PSD, de 29.8% para 50.1% teve como contrapartidas diminuições acentuadas do PRD, de 18.0% para 4.9%, e do CDS, de 9.7% para 4.3%, e um decréscimo menos pronunciado do voto comunista, de 15.5% para 12.2%. As transferências do eleitorado terão atingido contudo uma amplitude superior àquela que transparece dos valores das diferenças percentuais. A leitura distrital das variações percentuais dos cinco partidos com representação parlamentar e da abstenção entre 1985 e 1987 (figuras 20 a 25) permite analisar com maior pormenor as principais alterações do comportamento eleitoral nos últimos dois anos.

A variação da abstenção, de +11.4% no total do País, mostra um padrão distrital contrastado: no Sul e particularmente no Alentejo a participação eleitoral diminuiu consideravelmente o que pode, de alguma forma, confirmar a incidência da abstenção no eleitorado comunista; pelo contrário, no Norte do País a participação eleitoral sofreu apenas ligeiras quebras e em dois distritos, Vila Real e Viseu, registou até pequenos acréscimos. Na análise conceitual verifica-se que a mobilização de abstencionistas foi importante em áreas onde o PSD é largamente dominante o que indicia que a abstenção contribuiu também, ainda que com um carácter pontual, para a expansão do eleitorado social-democrata. As descidas do PRD, do CDS e da APU/CDU mostram um padrão espacial muito semelhante, sendo todas elas muito mais acentuadas no Norte e Centro do País e relativamente fracas no Alentejo. O paralelismo das variações dos três partidos significa, no entanto, comportamentos distintos: enquanto as descidas da APU/CDU sugerem uma estratégia de voto útil, sendo particularmente acentuadas nos círculos eleitorais onde a coligação tinha menos possibilidades de eleger deputados, no caso do CDS parece ter acontecido o oposto, a fidelidade do voto foi maior nas áreas onde a expressão eleitoral centrista é bastante reduzida e onde a radicalização do eleitorado e o afastamento político do PSD são, certamente, mais vinculados. A amplitude dos decréscimos do PRD parece relacionar-se sobretudo com o anterior posicionamento partidário do eleitorado que em 1985 apoiou o PRD. As áreas onde a esquerda tem maior implantação e onde o

Variação percentual das votações e da abstenção, 1985-1987

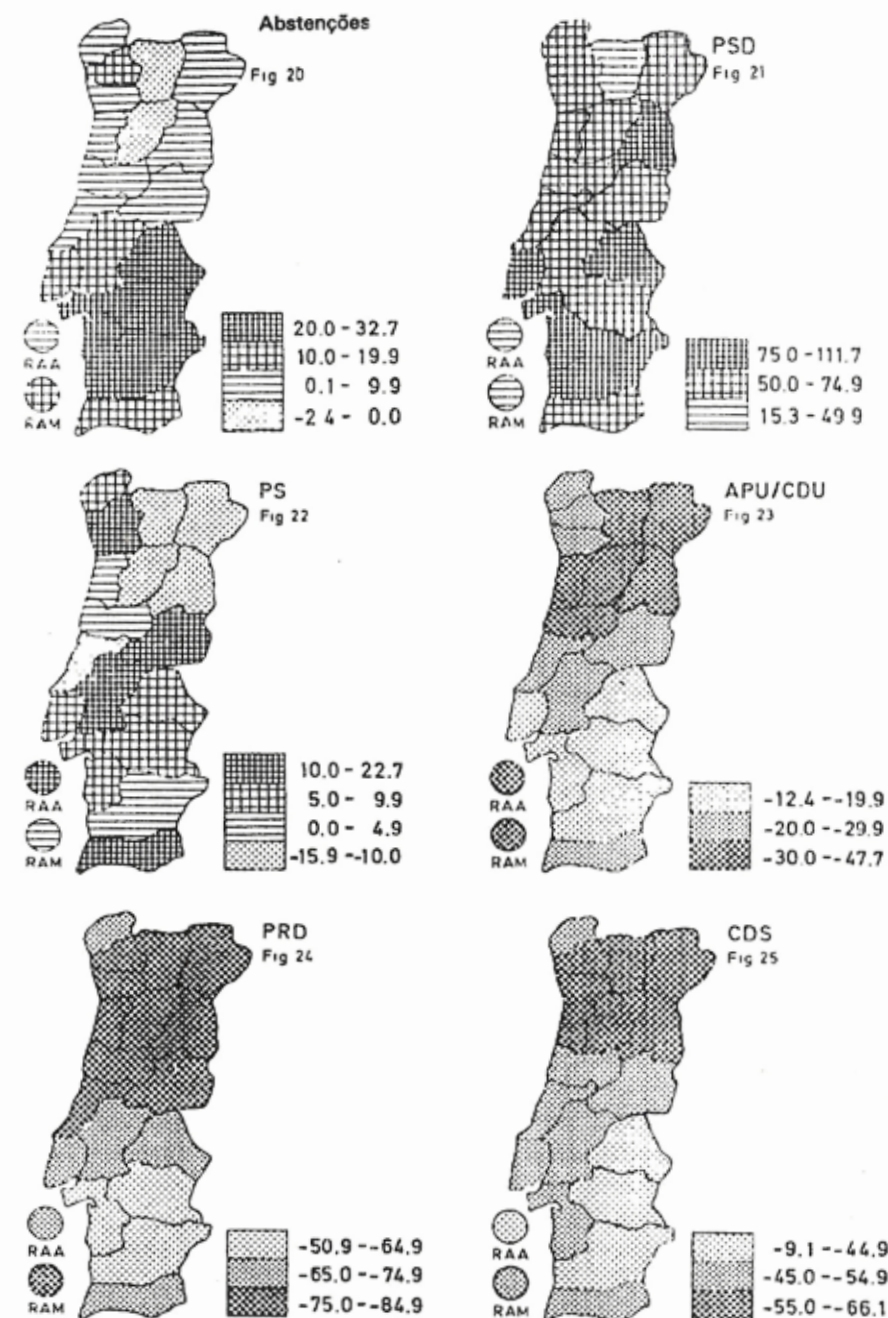




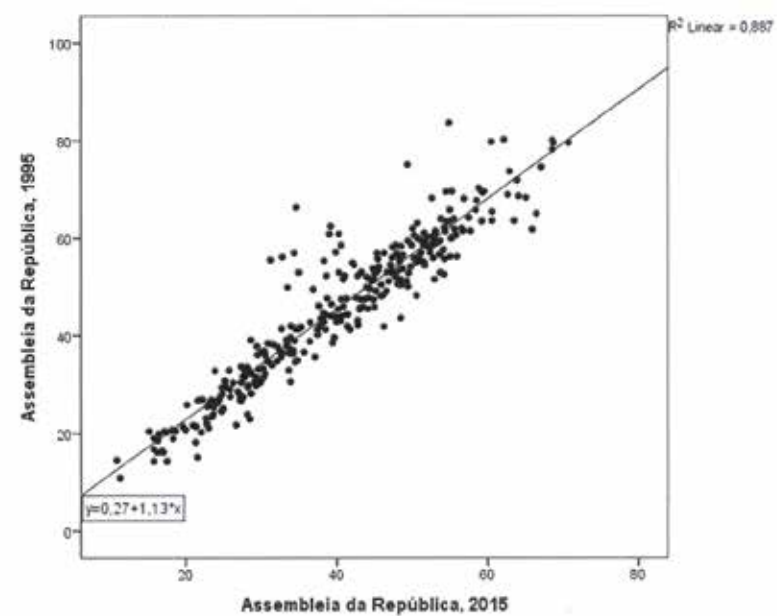
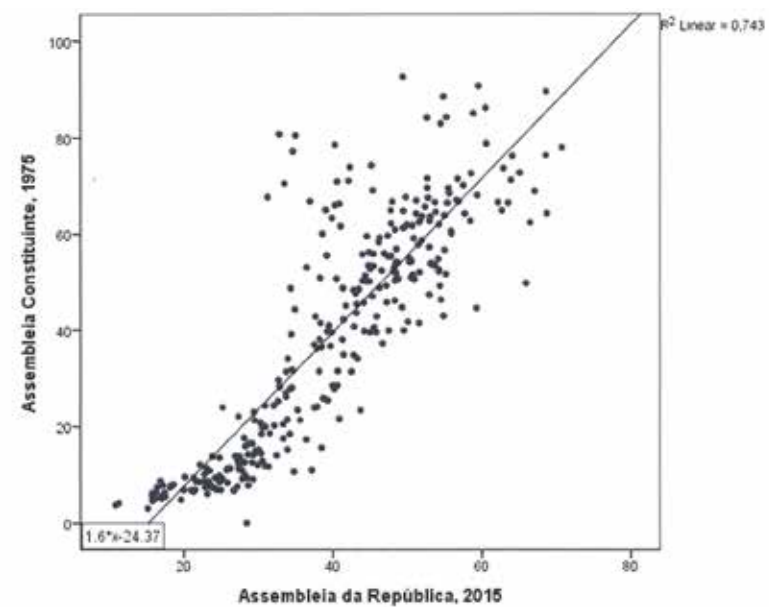
As últimas eleições legislativas, realizadas a 19 de Julho de 1987, vieram, de algum modo, comprovar que em 1985 se tinham alterado significativamente as formas de comportamento eleitoral: a mobilidade do voto foi, em 1985 e sobretudo em 1987 consideravelmente maior que nas eleições realizadas entre 1975 e 1983. A deslocação do eleitorado, que em 1985 reverteu em grande parte a favor do PRD, beneficiou, em 1987, o PSD, permitindo que, pela primeira vez na história recente das eleições portuguesas, um só partido obtivesse a maioria absoluta dos votos. O acréscimo do PSD, de 29.8% para 50.1% teve como contrapartidas diminuições acentuadas do PRD, de 18.0% para 4.9%, e do CDS, de 9.7% para 4.3%, e um decréscimo menos pronunciado do voto comunista, de 15.5% para 12.2%. As transferências do eleitorado terão atingido contudo uma amplitude superior àquela que transparece dos valores das diferenças percentuais. A leitura distrital das variações percentuais dos cinco partidos com representação parlamentar e da abstenção entre 1985 e 1987 (figuras 20 a 25) permite analisar com maior pormenor as principais alterações do comportamento eleitoral nos últimos dois anos.

A variação da abstenção, de +11.4% no total do País, mostra um padrão distrital contrastado: no Sul e particularmente no Alentejo a participação eleitoral diminuiu consideravelmente o que pode, de alguma forma, confirmar a incidência da abstenção no eleitorado comunista; pelo contrário, no Norte do País a participação eleitoral sofreu apenas ligeiras quebras e em dois distritos, Vila Real e Viseu, registou até pequenos acréscimos. Na análise conceitual verifica-se que a mobilização de abstencionistas foi importante em áreas onde o PSD é largamente dominante o que indicia que a abstenção contribuiu também, ainda que com um carácter pontual, para a expansão do eleitorado social-democrata. As descidas do PRD, do CDS e da APU/CDU mostram um padrão espacial muito semelhante, sendo todas elas muito mais acentuadas no Norte e Centro do País e relativamente fracas no Alentejo. O paralelismo das variações dos três partidos significa, no entanto, comportamentos distintos: enquanto as descidas da APU/CDU sugerem uma estratégia de voto útil, sendo particularmente acentuadas nos círculos eleitorais onde a coligação tinha menos possibilidades de eleger deputados, no caso do CDS parece ter acontecido o oposto, a fidelidade do voto foi maior nas áreas onde a expressão eleitoral centrista é bastante reduzida e onde a radicalização do eleitorado e o afastamento político do PSD são, certamente, mais vinculados. A amplitude dos decréscimos do PRD parece relacionar-se sobretudo com o anterior posicionamento partidário do eleitorado que em 1985 apoiou o PRD. As áreas onde a esquerda tem maior implantação e onde o

## Variação percentual das votações e da abstenção, 1985-1987







# ESTUDOS DE GÉNERO: FAMÍLIA, FECUNDIDADE E INFÂNCIA

- XX O Género em Geografia: Introdução de um Novo Tema.
- XX Sombras e marcas: os maus tratos às crianças nas famílias.
- XX Igualdade de Oportunidades: um longo percurso até chegar ao mercado de trabalho.
- XX Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal.
- XX O país e a família através das crianças – ensaio exploratório.
- XX Filhos e filhas: uma diferente relação com a escola.
- XX Género e Inovação Social: o Papel das Políticas da União Europeia



# ESTUDOS DE GÉNERO: FAMÍLIA, FECUNDIDADE E INFÂNCIA

POR ANA NUNES DE ALMEIDA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE LISBOA

**A**brir o texto da sua tese de doutoramento, a Isabel escolheu uma citação de Josephine Hart (1942-2011), escritora e produtora teatral irlandesa. Lida hoje, tantos anos depois e com o peso da sua ausência, parece trazer uma luz única para contar o seu percurso. “Há uma paisagem interna, uma geografia da alma, da qual procuramos a réplica ao longo de toda a vida”, afirma a autora. Geografia da alma” que nos orienta na busca de territórios de sentido para o que queremos da vida, para o que sonhamos para ela. “Paisagem interna”, serena ou tumultuosa, que transborda para fora e deixa marcas naquilo que fazemos e nos outros de quem gostamos. A Isabel era feliz a desfrutar da vida, de todos os campos da vida. Os seus mapas de relações significativas envolviam num mesmo universo companheiros de lugares diferentes, às vezes até muito distantes do seu ponto de partida. Todos se misturavam de uma forma simples e verdadeira.

Entrei no mundo da Isabel, como colega investigadora e académica, pela mão do João Ferrão, nos inícios dos

anos 90 (século passado). Por alguma razão (!) ele achava que nos devíamos conhecer... Ela a terminar a sua tese de doutoramento, na Faculdade de Letras, onde desconstruía o falso neutro em geografia humana; eu tendo acabado a minha, em torno do trabalho e da família entre operários do Barreiro, no Instituto de Ciências Sociais da mesma Universidade. O João tinha razão: através dos interesses e objectos de estudo de uma e outra começámos a estabelecer laços de grande cumplicidade intelectual e, imediatamente também, afectiva. Era assim com ela: gostava de trabalhar com amigos, em equipas que se prolongavam para lá do ofício. Em viagens, à volta de uma refeição ou de um café, em boleias de carro, em trocas de prendas no Natal. Nunca tinha pressa em acabar a conversa, tinha à sua frente todo o tempo do mundo. No nosso trabalho a duas, a Isabel representava para mim o porto seguro metodológico, com um domínio pleno e rigoroso de técnicas e instrumentos de análise quantitativa. Ao nosso entusiasmo perante os “resultados” acrescentava-se a justa medida do espírito crítico. Sabíamos bem que

os dados nunca falavam por si e a Isabel era muito exigente nessa matéria.

Trabalhámos juntas em temas realmente estruturantes do gosto e do pensamento científico da Isabel. Faziam parte da sua mais vibrante “paisagem interna”. O primeiro foi a fecundidade das mulheres portuguesas. Para alguém interessado em “género, emprego, trabalho doméstico e relação patriarcal”, como ela, ou em mudança familiar contemporânea, como eu, a queda abrupta da fecundidade em Portugal constituía um enigma aliciante. Naquele tempo, ainda pouco explorado pela investigação. Na reflexão que trazia da tese de doutoramento, muito inspirada por autoras feministas, a Isabel procurava compreender os factores que entravam em jogo na exclusão das mulheres da esfera da decisão, por um lado, e na sua localização no mercado de trabalho, por outro, as quais implicavam também as formas de organização (tão desigual) do trabalho doméstico. Para mim, a surpresa vinha de outro campo. Entrando tarde na modernidade demográfica (comparativamente a outros países no centro e norte da Europa), Portugal parecia fazê-lo de forma muito acelerada e justamente a fecundidade ilustrava um dos repentinos volte-face dos comportamentos familiares. Assim, partindo de indicadores demográficos clássicos procurámos descrever, mapear, explicar a intensidade dessa queda nas décadas anteriores, pondo em evidência a emer-

gência de novos calendários e cenários da fecundidade em Portugal. Uns anos mais tarde, trabalharíamos a fecundidade e a contracepção (de mulheres mas, também, de homens) numa perspectiva aprofundada e qualitativa. Utilizando entrevistas em profundidade a mulheres e homens em idade fértil, reconstituímos práticas e representações sobre a sexualidade, a procriação, a contracepção, contextualizando-as em contextos de vida. Os perfis-tipo obtidos constituíam uma proposta inteligível de leitura de uma realidade tão complexa quanto diversa.

A encomenda ao Instituto de Ciências Sociais, em 1994, pelo Centro de Estudos Judiciários (via Assembleia da República), de um estudo sobre os maus tratos às crianças na família em Portugal inaugurou outra via para a nossa colaboração. Estávamos perante um tema especialmente duro e delicado, desta vez colocando-nos do lado sombrio da vida familiar. A equipa científica responsável pela investigação (a que pertencia também Helena Nunes de Almeida) definiu como objectivo principal a construção de uma tipologia de formas de abuso e negligência, caracterizadas não só pela consistência interna de traços directamente associados ao mau trato, como também pela sua relação com os contextos sociais de pertença da família da criança. Tratou-se de algo inovador: construir uma tipologia não à partida, como era usual na literatura disponível, mas à chegada, após a recolha de infor-

mação (junto de profissionais da infância) sobre formas de abuso e negligência de que as crianças eram vítimas; e mostrar como os maus tratos (sendo transversais a todos os meios sociais) não se distribuíam socialmente ao acaso, sendo que os descritores sociais constituíam eles próprios (a par dos médicos e clínicos) um elemento organizador de diversidade. Lembro-me da manhã em que a Isabel apareceu no ICS, com folhas e folhas de computador “saídas” da análise factorial de correspondência múltiplas que estivera a fazer durante a noite. O sentimento de satisfação de estarmos a deslindar uma realidade nova, que aparecia com coerência e inteligibilidade sob os nossos olhos, apossou-se de nós como raramente me lembro ao longo da minha vida académica...

Na viragem do milénio, participámos num outro projecto sobre Famílias em Portugal, coordenado no ICS por Karin Wall. Realizara-se um inquérito nacional em 1999 a uma amostra representativa da população no Continente, tendo como principal objectivo fazer um retrato actual e diversificado das famílias portuguesas de casais com filhos. A Isabel e eu escolhemos trabalhar, com Vanessa Cunha, sobre a relação das crianças desses agregados com a escola. Inspiradas no (então) novo paradigma da infância, a ideia era descentrar o olhar da pesquisa sobre a família do casal adulto, para o centrar nos filhos e nas filhas. No fundo, tratava-se de mudar o

centro de gravidade da análise: caracterizar a família a partir de baixo, do ponto de vista dos seus protagonistas mais jovens. Se a sociologia nos desafiava a considerar as crianças como actores de primeira grandeza e co-construtoras da dinâmica familiar, pois então havia que lhes prestar atenção logo na fase de recolha e tratamento da informação. Mas as crianças não constituem um grupo homogéneo; variáveis como o sexo ou a classe social marcam profundamente as condições da infância. Assim, lançámos mãos à obra e procurámos pôr em evidência as assimetrias de género no desenho das trajectórias escolares de rapazes e raparigas. Aqui, o desfavor jogava-se (e ainda hoje se joga) em prejuízo dos rapazes, deixados para trás face à surpreendente progressão escolar das raparigas. O estudo não podia prescindir, estando a Isabel na equipa, da construção de uma tipologia, utilizando uma fileira de procedimentos estatísticos que ela tão bem utilizava e que tanto gozo lhe davam operacionalizar: análise factorial de correspondências múltiplas, análise de clusters. Revelou-se a importância do capital escolar familiar (em particular o nível de escolaridade da mãe) na configuração desses percursos e mostrou-se como ele se cruza com o género. O insucesso, o abandono escolar precoce e o trabalho juvenil eram então realidades mais masculinas do que femininas, que se destacavam nas famílias mais desfavorecidas e de meio rural.

A preocupação científica de fazer sair as crianças da “quarentena estatística” a que estavam votadas nas ciências sociais levou-nos a escrever, também a duas mãos, um ensaio exploratório para a Revista de Estudos Demográficos, a partir do Censo 2001. Quisemos fazer um retrato do País e das famílias portuguesas através das crianças, contribuindo para o reforço e consistência das perspectivas teóricas e metodológicas inovadoras sobre a infância. Assim, tomaram-se as crianças, e não os adultos, como centro de gravidade da análise. Em primeiro lugar, esboçámos um perfil socio-geográfico da população infantil residente em Portugal, contemplando a sua evolução (1981-2001), distribuição territorial, estrutura etária, sexo e nacionalidade. Retratámos, depois, a família das crianças a partir de alguns ângulos, como a sua distribuição por tipos de família e dimensão da fratria, estado civil e nível de instrução do pai e da mãe, condição perante o trabalho e número de horas de trabalho da mãe. Por último, voltámos a um dos nossos temas favoritos: a sua relação com a escola, selectivamente abordado a partir de dois pontos: a frequência do ensino pré-escolar (entre os 3 e 5 anos), o insucesso e o abandono aos 14 anos. O artigo, publicado na Revista de Estudos Demográficos, saiu com uma excelente qualidade gráfica. E continha, em abundância, mapas – outro instrumento de análise em que a Isabel punha toda a sua competência e os quais sempre me en-

cantaram com o seu poder descritivo da realidade. Simplificada, certamente, mas tão nítida e arrumada no espaço.

A Isabel marcou, com muito impacto, o meu percurso científico. A nossa colaboração não se esgotou nesta esfera do género, da fecundidade, família ou infância. Havíamos de a transportar para a Reitoria da antiga Universidade de Lisboa, UL, no Observatório dos Percursos de Estudantes que, como Pró-Reitora de António Nóvoa, eu criara e coordenava e a Isabel integrava como colaboradora científica. Nunca nos preocupámos em defender identidades ou campos disciplinares – sociologia e geografia. O que nos entusiasmava e fluía naturalmente eram os problemas teóricos, os desafios metodológicos, os resultados e os sonhos de outros projectos de futuro.

Voltando à frase inaugural de J. Hart, a Isabel marcou, para sempre, a minha “geografia da alma”. Na viagem quotidiana de carro para o ICS, pela A5, é raro o dia em que não falo com a Isabel. Em que agradeço a bênção de a ter conhecido. Em que lhe digo como foi bom ela ter estado comigo todos estes anos e em que lhe agradeço tantos momentos felizes e únicos. Dentro e fora da Universidade. Escrever esta introdução é continuar essa conversa silenciosa. Sei que a Isabel me ouve e acompanha, também. Numa outra geografia, num outro território de sentidos, numa outra luz. E que vai lá estar, quando eu chegar. “Queres almoçar, Ana?”.



## O GÉNERO EM GEOGRAFIA

### INTRODUÇÃO DE UM NOVO TEMA <sup>(1)</sup>

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ

A evolução da Geografia Humana ilustra bem a sucessão de concepções científicas sobre as comunidades humanas, em geral, e os comportamentos individuais, em particular.

Na perspectiva da Geografia Tradicional Francesa, a Geografia Humana complementava a Geografia Física e as comunidades eram entendidas como elementos da paisagem, atribuindo-se-lhes capacidades mais ou menos «transformadoras»; os indivíduos enquadravam-se num cenário geográfico com características específicas e particulares, e a organização da comunidade processava-se, sobretudo, segundo uma base territorial. A articulação harmoniosa entre elementos naturais e elementos humanos transpunha-se, também, para as relações entre indivíduos, num quadro onde cada um desempenhava funções diversas mas complementares.

A partir dos anos 50, a Nova Geografia traçou outros rumos, bem diferentes, à Geografia Humana, delineados, de

---

<sup>(1)</sup> A utilização do termo género é controversa, dado que a expressão tem correspondido apenas à categoria gramatical. No entanto, à semelhança do que aconteceu na literatura anglo-saxónica onde se ampliou o significado do termo *gender*, parece vantajosa a sua utilização para significar os comportamentos sociais associados a cada um dos sexos. Assim, género corresponde a uma categoria sociológica e sexo a uma categoria biológica.

O tema deste artigo enquadra-se na investigação que se tem vindo a efectuar no âmbito da dissertação de doutoramento.

algum modo, pela premência de conhecimentos no âmbito do planeamento que sustentassem a reorganização da economia mundial, iniciada no pós-guerra.

A Geografia Humana desligou-se claramente da Geografia Física: os comportamentos humanos passaram a ser avaliados de forma análoga onde quer que decorressem (na China ou na Guatemala, os indivíduos adquiririam bens no lugar central mais próximo).

A procura de regras gerais, capazes de explicarem a ordem territorial e os comportamentos dos indivíduos em função do impacto das distâncias, implicou um maior recurso a teorias, métodos e técnicas de outras ciências.

A nova perspectiva sistemática da organização do espaço e dos comportamentos individuais mostrou-se de tal forma complexa que a compartimentação da Geografia Humana se tornou inevitável. As divisões territoriais que marcaram a investigação geográfica até aos anos 50 — Geografia de Portugal, da França, das regiões tropicais, da região mediterrânea..., foram sendo, progressivamente, substituídas por divisões temáticas — Geografia urbana, rural, económica, da população..., que, embora já existentes nos trabalhos monográficos tradicionais, adquiriram, na Nova Geografia, um estatuto mais evidente de factores estruturantes da organização interna da disciplina.

Contudo, algo se manteve comum nestas «geografias humanas»: a concepção atomista e funcionalista dos indivíduos. Elementos da paisagem ou agentes da organização espacial, era suposto que as pessoas agissem individualmente, segundo as normas da sua civilização ou mediante critérios de racionalidade económica.

Os conflitos e as questões de ordem social que marcaram o final dos anos 60 impuseram novas preocupações à Geografia Humana. Pode mesmo admitir-se que a Geografia Humana deu lugar à Geografia Social: sobrepondo-se aos comportamentos individuais, foi a organização social que passou a estar em causa.

Nesse contexto, a Geografia, como as outras ciências sociais, encontraram no Marxismo algumas das principais chaves de leitura das sociedades. Os processos de descolonização, o subdesenvolvimento, as relações entre superpotências,

os desequilíbrios regionais ou os conflitos sociais urbanos eram facilmente interpretados à luz da luta de classes ou das condições necessárias à acumulação do capital.

No entanto, passou a pôr-se um problema essencial à Geografia: a interpretação marxista subvaloriza o papel do território na organização social, acusa mesmo algumas análises geográficas de camuflarem os conflitos sociais, permitindo que eles emergem como questões territoriais. Até que ponto o impacto das distâncias ou a diversidade dos espaços podem ser tidos como factores explicativos da organização das sociedades? A Geografia explica ou apenas diagnostica? É uma ciência ou um método?

Independentemente dessas questões existenciais, que parece não terem preocupado excessivamente os geógrafos, a Geografia aumentou o seu campo de intervenção de forma considerável durante os anos 70 e 80, alargando os referenciais teóricos, diversificando as temáticas e reformulando os métodos e as técnicas de análise.

Na última década, as questões sociais não perderam importância na investigação, mas verificou-se que não se podem limitar às relações de classe ou às estratégias do capital.

A definição de grupos na sociedade não se deve restringir àqueles que decorrem da organização do sistema produtivo. O lugar dos indivíduos no sistema de emprego não é um dado isolado, constitui uma das vertentes da situação que têm na sociedade, decorrente também da idade, do sexo, dos valores culturais, dos níveis e padrões de consumo, das atitudes políticas...

Nos vários domínios científicos, e também na Geografia, alguns desses aspectos têm sido valorizados relativamente a outros: os comportamentos culturais e políticos ou as questões relacionadas com o acesso ao consumo de bens e serviços foram alvo de especial atenção nos últimos anos.

Apesar da diversidade temática, manteve-se, até há poucos anos, uma condição mais ou menos explícita sobre os limites de intervenção da Geografia: as «paisagens», tradicionais, modelizadas ou sociais, só abrangiam o domínio público, ou seja, a «intimidade» estava, de alguma forma, excluída das preocupações geográficas.



## 1. A EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA DO GÊNERO EM GEOGRAFIA

A partir de meados da década de 80, alguns geógrafos (geógrafas, na quase totalidade dos casos) alertam para a necessidade de incorporar na Geografia Humana a componente gênero, procurando evidenciar que a organização social e territorial engloba diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendidos apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afetividade.

Esta nova temática tem suscitado várias críticas e apreensões. Algumas são comuns à maioria dos novos temas que se introduzem na disciplina e centram-se, em particular, na perda de identidade da Geografia. Outras, específicas à problemática do gênero, dizem respeito a eventuais efeitos nocivos de uma indistinção entre preocupações pessoais e científicas (também aqui se manifesta claramente a fronteira entre o que se considera privado e público), o que induziria uma utilização abusiva e ilícita da investigação científica.

Embora não se considere pertinente o segundo tipo de críticas, importa ter presente situações análogas: os estudos da segregação racial do território não terão também implícitas, na maioria dos casos, intenções pessoais de intervenção no sentido de erradicar situações sociais que se consideram injustas? Entre as múltiplas divisões da disciplina, existirá também uma Geografia Humana «comprometida» (GARCIA-RAMON, 1989), comprometida com a mudança social, e uma outra descomprometida?

As apreensões relacionadas com a identidade da Geografia merecem maior atenção, mas remetem para um balanço crítico da disciplina que, embora se considere necessário e urgente, ultrapassa largamente o âmbito deste trabalho. Contudo, convém explicitar aqui, de forma sintética, a concepção de Geografia subjacente ao estudo a desenvolver e o modo como a questão do gênero tem lugar nessa perspectiva.

A Geografia Humana ou Social tem procurado compreender em que medida as características intrínsecas ao território, de ordem natural ou resultantes de transformações tecnológicas, influenciam ou determinam os comportamentos dos indivíduos, dos grupos ou dos agentes sociais, culturais, económicos ou

políticos. Alguns desses comportamentos têm sido apresentados como eminentemente geográficos, pressupondo-se que as distâncias/acessibilidades são a chave da sua explicação.

Assim sendo, determinado tipo de comportamentos, individuais ou colectivos, deveriam ser privilegiados como objectos de estudo da Geografia e outros abandonados, por serem do âmbito de outras ciências sociais.

Contudo, a economia, o direito ou a sociologia focam diferentes especificidades dos comportamentos sociais. A sua complexidade, decorrente da multiplicidade de aspectos que os justificam, parece impedir, na maioria dos casos, uma compreensão global.

O território, como ponto de partida para o estudo dos fenómenos sociais, pode ser, em muitas situações, a melhor via para um conhecimento descompartmentado. Condições de vária ordem, cujo estudo compete a diversos domínios científicos, conjugam-se de múltiplas formas na definição das manifestações sociais e essa articulação concretiza-se no território.

A Geografia pode ser entendida, assim, como a disciplina da confluência de muitas outras que permite, através de uma metodologia própria, a compreensão integrada das realidades sociais. É nesta perspectiva que a questão do gênero se enquadra na investigação geográfica.

«Se não conhecermos os papéis desempenhados por cada um dos géneros ('gender roles') no funcionamento da sociedade, não podemos esperar apresentar uma análise razoável do comportamento espacial das mulheres e dos homens, nem das instituições que, por um lado, dependem desses comportamentos e, por outro, os influenciam». (Women and Geography Study Group of the Institute of British Geographers, 1984).

## 2. CAMPOS ANALÍTICOS E PERSPECTIVAS

A partir do final dos anos setenta, a questão do gênero começou a ganhar relevo na investigação geográfica, em particular no Reino Unido. Esse interesse relaciona-se claramente com a importância que tem sido atribuída à situação desfa-



vorecida das mulheres por parte das instituições internacionais e, designadamente, da ONU: em 1975, realizou-se, na Cidade do México, a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, onde não só se manifestou o alerta para determinadas situações sociais consideradas inaceitáveis como ficou também esboçado um conjunto de medidas e intervenções a desenvolver pelas Nações Unidas; em 1979, a Assembleia Geral aprovou a Resolução 34/180, que deu origem à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; em 1980 e em 1985, realizaram-se, respectivamente, as conferências Mundiais de Copenhaga e de Nairobi, onde se concretizou e desenvolveu o empenhamento internacional no sentido de combater a exclusão social das mulheres (ONU, 1989).

Questões como a contracepção, o divórcio, as novas formas de família ou a exclusão das mulheres das principais decisões políticas e dos cargos superiores das administrações públicas e das empresas têm emergido como problemas sociais preocupantes nos países mais desenvolvidos. Paralelamente, as situações de profunda injustiça, em muitos casos institucionalizada, que atingem as mulheres num grande número de países do Terceiro Mundo têm sido progressivamente denunciadas.

A Geografia não foi alheia a tais preocupações e, no início dos anos oitenta, surgiu uma Geografia Feminista. É discutível ou mesmo incorrecta, na nossa opinião, tal adjectivação da disciplina, utilizada, por exemplo, pelo Women and Geography Study Group of the Institute of British Geographers (WGSG/IBG), no trabalho publicado em 1984 e intitulado «Geography and Gender. An introduction to feminist geography». Importa, no entanto, salientar o carácter inovador dessas pesquisas e as suas principais linhas de orientação.

Estavam sobretudo em foco, nesses estudos, as diferenças e desigualdades sociais entre homens e mulheres e as suas consequências na organização e utilização do espaço. Embora excessivamente descritivas e limitadas a uma visão da sociedade onde a diferenciação com base no género é nitidamente sobrevalorizada, essas análises contribuíram para uma reformulação conceptual da Geografia Humana.

Dicotomias como as que geralmente se estabelecem entre produção e reprodução social, esfera da produção e esfera

do consumo, trabalho e lazer ou entre trabalho formal e informal e outras com um carácter mais institucional, como a divisão entre Geografia Económica e Geografia Social, são inoperativas e têm pouco significado quando se introduz a questão do género na análise social (WGSG/IBG, 1984; ROSE, 1987; PELLETIER, 1987; GARCIA-RAMON, 1989).

A inclusão da vertente género no estudo do sistema de emprego permite verificar que os valores «médios» têm pouco significado. As taxas de actividade, a estrutura por actividades e por profissões, os níveis de qualificação, as relações contratuais ou o grau de sindicalização são profundamente diferenciados entre homens e mulheres. As interpretações das diferenças podem centrar-se mais no funcionamento do mercado de emprego ou na organização da instituição familiar (WALBY, 1985), mas os dois factores explicativos têm, forçosamente, que surgir articulados.

Muitos estudos têm defendido que o desenvolvimento económico das últimas décadas aponta para uma situação de crescente igualdade entre homens e mulheres: a participação das mulheres no mercado de emprego tem aumentado consideravelmente, as tarefas femininas têm-se diversificado, a discriminação salarial tende a reduzir-se, etc. Algumas dessas tendências são, de facto, facilmente comprováveis; contudo, atendendo aos contextos sociais, aparentemente favoráveis, onde se verificam (países mais desenvolvidos), é problemático justificar o ritmo lento que apresentam; por outro lado, essa visão da igualdade é parcial, ou seja, foca apenas o lado mais visível da realidade, o que se observa no domínio público.

Se é verdade que a participação social das mulheres aumentou na economia formal, na política, na cultura e noutras instâncias da sociedade, é também verdade que as mulheres continuam a assegurar o trabalho doméstico, a assistência familiar e a educação das crianças. Público e privado, produção e reprodução, trabalho e lazer, trabalho formal e informal são conceitos indissociáveis quando a problemática do género está presente na análise geográfica.

«O desenvolvimento capitalista conseguiu transmitir a ideia que a produção pode ser independente da sua condição básica, a reprodução da vida. Dois processos para-



lelos estão na base desta falsa impressão de independência: primeiro, a subordinação da produção de subsistência à produção de mercadorias; segundo, a privatização da reprodução, que a remete para a invisibilidade social». (BENNHOLDT-THOMSEN, 1984, p. 262).

«...desde o início dos processos de suburbanização, a estrutura urbana é o lugar de inscrição de uma segregação espacial entre o trabalho remunerado — esfera da produção — e o trabalho doméstico — esfera do consumo e da reprodução social» (ROSE, 1987, p. 207).

Até meados da década de oitenta, as análises geográficas que contemplavam a vertente género focavam essencialmente as diferentes características e papéis sociais dos homens e das mulheres tendo sido subestimados os processos que definem as relações sociais entre ambos, o funcionamento da instituição familiar e a articulação, regionalmente bem diferenciada, entre a família e as outras organizações da sociedade, por um lado, e entre as atribuições dos vários indivíduos no agregado e o lugar que ocupam na comunidade, por outro.

«Nas análises regionais e urbanas, o papel dos géneros tem sido excessivamente enfatizado e, paralelamente, tem-se limitado a investigação ao âmbito das relações económicas e dos locais de trabalho. A esfera doméstica é examinada apenas em função do emprego. De facto, tem sido prestada pouca atenção à articulação entre o mercado de trabalho, a família e a comunidade no que respeita às desiguais relações de poder entre homens e mulheres» (BOWLBY *et al.*, 1986, p. 328).

«A perspectiva funcionalista do género sugere que as desigualdades entre homens e mulheres são o resultado dos estereótipos sociais. Essa leitura não questiona a origem desses estereótipos e por isso não pode avaliar em que medida os géneros são diferentes e desiguais...» (FOORD e GREGSON *et al.*, 1986, p. 192).

### 3. DOIS EXEMPLOS DE TEMÁTICAS INTEGRADORAS

Entre as várias linhas de investigação que se têm vindo a delinear e cuja ligação se afigura, em muitos casos, incipiente, salientam-se duas pelo carácter integrador que podem imprimir ao estudo do género em geografia — a problemática do trabalho doméstico e a articulação entre patriarcado, capitalismo e território

#### 3.1. A problemática do trabalho doméstico

Como já antes se referiu, não é possível explicar a situação das mulheres nos domínios públicos sem atender à organização do domínio privado, ou seja, ao processo de trabalho doméstico, entendido este em sentido amplo e incluindo não só as tarefas de manutenção da habitação e do agregado familiar, como a educação, a assistência, as redes de relações familiares e de vizinhança e a aquisição de bens e serviços.

As últimas décadas foram marcadas, nos países desenvolvidos, pela emergência de dois processos aparentemente contraditórios: por um lado, assistiu-se à progressiva socialização de alguns segmentos da reprodução social, em particular no âmbito da educação e da saúde, e, por outro, o trabalho doméstico (e o lazer) adquiriu um carácter cada vez mais «privado», circunscrito ao espaço do agregado familiar e às relações entre os membros de um núcleo restrito, composto, na maioria dos casos, pelo casal e as crianças.

O desenvolvimento capitalista, ao instaurar a total autonomização da produção relativamente à reprodução social, originou, consequentemente, a segregação geográfica dos dois processos e a divisão rígida do tempo, ao longo do dia, do mês (semana e fim de semana), do ano (trabalho e férias) e da vida (activa e inactiva) (CHABAUD-RYCHTER *et al.*, 1985).

Neste processo, a instituição familiar sofre grandes transformações: é nuclearizada, quebrando-se, assim, as antigas redes de solidariedade familiar; as tarefas domésticas alteram-se, registando-se uma crescente terciarização do trabalho doméstico, ou seja, a produção de serviços suplanta, progressivamente, a produção de bens; a reprodução social é partilhada entre o agregado e as outras instituições sociais



e a definição das normas por que se rege escapam cada vez mais ao domínio familiar (ARCHAMBAULT, 1985).

Essas transformações justificam a subvalorização do trabalho doméstico na economia oficial, ignorando-o ou atribuindo-lhe um estatuto marginal.

«O agregado familiar, entendido como unidade de observação da instituição familiar, é essencialmente concebido como uma unidade de consumo. No termo do circuito económico, surge como uma 'caixa negra' onde desaparecem bens e serviços, sem que se saiba por que processos são transformados em valores de uso» (ARCHAMBAULT, 1985, p. 189).

No entanto:

«Quanto mais se desenvolvem os sectores da produção e do consumo, mais se multiplicam e diversificam os produtos e mais se ampliam e complexificam as tarefas de aquisição, de selecção, de transporte e de transformação em função dos encargos e dos rendimentos familiares e das exigências de representação social» (VANDELAC *et al.*, 1985, p. 49-50).

Ao contrário do que sugerem a maioria das leituras da evolução socio-económica dos países mais desenvolvidos, o tempo consagrado ao trabalho doméstico não diminuiu nas últimas décadas, nem se alterou substancialmente a distribuição das tarefas entre homens e mulheres, segundo têm mostrado algumas sondagens de carácter jornalístico. Um inquérito realizado pela SOFRES em 1987 mostrava que a Dinamarca era o país, nas Comunidades Europeias, onde as tarefas domésticas eram mais partilhadas e a relação entre o tempo de trabalho doméstico dos homens e das mulheres era de 1 para 3, nos casais em que ambos eram empregados.

Para além de alguns valores pontuais, divulgados sobretudo pela comunicação social, a informação objectiva sobre o trabalho doméstico é muito escassa, precisamente devido ao carácter marginal que lhe é atribuído. Podem no entanto salientar-se alguns aspectos da sua evolução.

A diminuição relativa do preço dos bens de equipamento doméstico e, paralelamente, o aumento do custo do trabalho doméstico remunerado levaram, por um lado, à crescente produtividade de algumas tarefas e, por outro, ao acréscimo do tempo consagrado pelas mulheres empregadas às tarefas familiares.

Esse acréscimo decorre também da difusão de valores culturais que interferem decisivamente no trabalho doméstico.

«As normas de qualidade para as actividades domésticas e parentais aumentam: as crianças são menos numerosas, mas prosseguem os estudos durante mais tempo e as suas actividades multiplicam-se, com uma participação crescente dos pais, intensificando-se também os cuidados médicos com elas. Esse aumento das normas de qualidade, grande consumidor de tempo, observa-se também no que diz respeito à dietética, à higiene, à decoração...» (ARCHAMBAULT, 1985, p. 197).

A problemática do tempo de trabalho doméstico/familiar não se limita, contudo, à sua extensão. A temporalidade deste trabalho obedece a uma lógica distinta da do trabalho remunerado. Muitas das tarefas domésticas são executadas em simultaneidade e as fronteiras entre trabalho doméstico e lazer são pouco precisas. Por outro lado, a disponibilidade da maioria das mulheres para as tarefas familiares é ilimitada (CHABAUD-RYCHTER *et al.*, 1985): a assistência às crianças, por exemplo, não pode estar sujeita a horários.

Uma outra vertente da especificidade do trabalho doméstico diz respeito aos processos e formas de organização.

A partilha das actividades de reprodução social entre o agregado doméstico e outras instituições remeteu as tarefas familiares para um plano central mas subordinado, marcado por uma grande flexibilidade e por adaptações constantes, na medida em que as normas de execução das tarefas são sobretudo definidas por agentes exteriores à família.

«As instituições especializadas nos vários domínios (escola, medicina, psicologia...) detêm o monopólio das práticas legítimas no seu campo de actuação» (CHABAUD-RYCHTER *et al.*, 1985, p. 19).



Mas a organização flexível do trabalho doméstico não decorre apenas da sua subordinação face a esses agentes.

«O ritmo e a organização do tempo de trabalho doméstico não deriva das tarefas que são executadas, mas das actividades e dos horários dos vários membros do agregado familiar» (CHABAUD-RYCHTER *et al.*, 1985, p. 45).

### 3.2. Patriarcado, capitalismo e território

Um dos temas que se tem salientado nos estudos sobre o género em geografia incide na organização patriarcal da sociedade, sistema que privilegia os homens e subordina as mulheres.

A participação crescente das mulheres no mercado de emprego (factor determinante, na opinião dos marxistas clássicos, para a progressiva «libertação» das mulheres, na medida em que permite a independência financeira) não originou, tanto quanto se poderia esperar, uma situação de igualdade social. A maioria das mulheres continua a assegurar grande parte das tarefas de reprodução social. No mercado de emprego, a população feminina encontra-se especialmente nas tarefas menos qualificadas, mais repetitivas e pior remuneradas; a sua progressão e mobilidade nas carreiras profissionais é significativamente inferior à dos homens. Nas instituições políticas, a participação das mulheres é francamente reduzida — nos parlamentos nacionais dos países das Comunidades Europeias as mulheres representavam, nos meados dos anos 80, 15 % dos deputados.

A articulação entre capitalismo e patriarcado tem sido interpretada de modos diversos. Com base na sistematização elaborada por SYLVIA WALBY (1986), podem resumir-se assim as várias concepções:

a) A desigualdade entre géneros é teoricamente insignificante face às relações de classe (a família é entendida, nesta concepção, como uma unidade básica na análise da estratificação social).

b) Concepção funcionalista: as relações entre géneros, em termos de papéis sociais, são consideradas diferentes mas igualitárias.

c) As relações (de subordinação) entre géneros derivam das relações sociais capitalistas. Inclui-se nesta perspectiva grande parte do debate sobre a subalternização do trabalho doméstico.

d) O patriarcado é um sistema de desigualdade social autónomo de qualquer outro. A sexualidade e a reprodução são a base desse sistema.

«Capitalismo e patriarcado são estruturas relacionadas de forma contingente que, contudo, se interligam na especificidade de períodos e lugares particulares. (...) As sociedades ocidentais 'sugerem', pelo menos, quatro formas de relações necessárias entre homens e mulheres. Duas são trans-históricas: a reprodução biológica e a heterossexualidade. As outras são histórica e geograficamente específicas: o casamento e a família nuclear» (FOORD e GREGSON, 1986, p. 200 e 202).

e) As relações sociais patriarcais e capitalistas estão de tal forma interligadas que se pode considerar a existência de um único sistema — patriarcal capitalista.

«O desenvolvimento das relações de produção capitalistas foi acompanhado por mudanças noutros domínios. Em particular, deram-se rupturas nas relações existentes entre homens e mulheres. A antiga forma patriarcal da produção doméstica foi abandonada, os padrões estabelecidos para as relações entre os dois sexos foram postos em causa. Este processo foi desigual, tanto em extensão como em natureza, nas diferentes partes do País, sendo sobretudo influenciado pelas características das estruturas económicas emergentes. Em cada área, capitalismo e patriarcado articulam-se e acomodam-se um ao outro de formas diferentes» (MCDOWELL e MASSEY, 1986, p. 128).

Independentemente da medida em que se sobrevalorizam ou se subestimam, na análise social, as relações entre homens e mulheres, os argumentos utilizados para justificar as diferentes concepções antes referidas podem dar um contributo imprescindível para compreender um aspecto que se julga



essencial: a articulação entre classe e género e a sua expressão territorial.

«...as relações sociais de patriarcado mantêm-se no e através do território e qualquer modificação dessas relações implica alterações de ordem espacial no quadro de vida. Assim, as reconfigurações espaciais que atingem a esfera dita privada são susceptíveis de provocar mudanças no quadro construído que, por sua vez, podem modificar as condições de produção económicas» (SÉGUIN e VILLENEUVE, 1987, p. 190).

A desigualdade social entre homens e mulheres e as relações que se estabelecem entre ambos têm amplitudes e formas diferenciadas nos vários grupos sociais e são condicionadas pelo tipo de desenvolvimento social e económico que marca os diferentes territórios.

A maior parte das análises de estratificação social baseia-se no lugar ocupado pelo indivíduo no sistema de emprego. Nessa perspectiva, é complexo atribuir um estatuto social ao agregado familiar, na medida em que se cruzam situações individuais com estratégias de grupo: na realidade, os vários membros do agregado são entendidos individualmente na esfera da produção e comportam-se como uma unidade no campo da reprodução social. Assim sendo, torna-se necessário integrar os dois domínios para compreender a articulação entre classe e género (WALBY, 1986-B; MANN, 1986). A análise das diferentes manifestações territoriais dessa interacção pode contribuir bastante para o seu conhecimento. Os processos ligados à suburbanização, por exemplo, apontam algumas linhas de investigação interessantes, designadamente porque evidenciam um aspecto relevante: as restrições à mobilidade geográfica associadas ao tipo de inserção no mercado de emprego (COUTRAS, 1987).

Embora não se conheçam estudos conclusivos sobre a articulação entre classe e género, podem contudo adiantar-se algumas pistas de análise.

Se forem tidos em conta os diversos factores que contribuem para a realização pessoal das mulheres (SIMONSEN, 1991), pode-se delinear o esboço de uma tipologia que conjuga

género e estatuto social. Esses factores são susceptíveis de serem agrupados nas seguintes categorias: a) família — filhos; b) família — marido — prestígio social; c) carreira profissional.

O grupo que se enquadra na última categoria parece ser aquele onde a igualdade entre géneros é maior. A coexistência, no mesmo agregado, de dois indivíduos cuja afirmação pessoal passa por parâmetros idênticos <sup>(\*)</sup> coloca-os num plano mais igualitário que permite e obriga a uma partilha das tarefas familiares. Por outro lado, é neste grupo que se registam os graus de instrução mais elevados da população feminina, o que origina a adopção de padrões culturais que rejeitam situações de subordinação. Paralelamente, o nível de rendimentos permite que uma parcela significativa do trabalho doméstico seja exteriorizada. Esta situação caracteriza um determinado grupo social com particular expressão nas áreas urbanas, onde a mobilidade e o acesso aos serviços estatais ou mercantis de reprodução social é mais fácil. É também neste grupo que a família assume um carácter menos definitivo e onde o recurso ao divórcio é frequente.

As mulheres, empregadas ou não, cuja realização pessoal passa prioritariamente pela família, seja pelos filhos ou pelo prestígio social induzido pela carreira do marido, integram-se em estratos sociais distintos, situados mesmo em extremos opostos da hierarquia, mas têm em comum um estatuto de subordinação e dependência.

Neste conjunto, podem distinguir-se, contudo, situações distintas.

Nos grupos sociais mais desfavorecidos, são comuns dois tipos de situação: os casos em que o emprego da mulher não se justifica dada a impossibilidade de fazer face às despesas com a reprodução social exteriorizada daí decorrentes; as mulheres cujo emprego significa apenas um rendimento imprescindível ao agregado familiar, mas que é vulgarmente entendido como uma receita familiar complementar e secundária e,

<sup>(\*)</sup> A reflexão sobre os objectivos de realização pessoal dos homens não está ainda suficientemente elaborada; no entanto, as leituras do quotidiano sugerem que esses objectivos incidem sobretudo na carreira profissional e no lazer, sendo a família entendida, na maioria dos casos, como um factor de realização complementar e relativamente marginal.



nalguns casos, transitória. Nestas situações, o trabalho doméstico assume um papel central e limita fortemente a progressão profissional.

As duas situações parecem ter expressões territoriais distintas: a primeira deve ocorrer sobretudo nas áreas rurais e/ou industriais e a segunda nas áreas urbanas e suburbanas o que se liga não só com diferentes valores culturais mas, sobretudo, com as oportunidades de emprego para as mulheres e com a localização dos equipamentos sociais.

Numa situação bem diferente e no topo da hierarquia social, encontra-se o grupo de mulheres cuja realização passa pelo prestígio social que se associa à carreira profissional do marido. Neste caso, pode-se admitir que a subordinação decorre também das tarefas familiares, mas o trabalho doméstico é substituído pelas funções de representação social. Este grupo é pouco homogêneo, englobando mulheres para quem o casamento constitui um veículo privilegiado de ascensão social e outras para quem representa apenas a manutenção do quadro de vida existente na família de origem. Até há pouco tempo, estas mulheres não integravam, na sua maioria, o mercado de emprego, mas com a crescente difusão de modelos culturais que incitam a valorização pessoal, têm vindo a participar cada vez mais em actividades profissionais, adequadas, tanto quanto possível, ao seu estatuto social, nomeadamente no âmbito da assistência social ou da cultura. O nível de instrução é também muito diferenciado neste grupo, na medida em que não constitui um factor decisivo para a afirmação individual.

#### NOTA FINAL

Sendo bastante recente o desenvolvimento da problemática do género na investigação geográfica, os estudos sobre este tema, cujo número aumentou consideravelmente a partir dos últimos anos da década de oitenta, reflectem sobretudo a tentativa de um enquadramento teórico consistente, procurando pontos de referência em domínios variados das ciências sociais.

O campo analítico é também diversificado e definido em torno de várias temáticas cuja articulação nem sempre se apresenta de forma clara.

Procurou-se, neste artigo, evidenciar as principais linhas de investigação e focar mais pormenorizadamente os aspectos que surgem com um carácter mais integrador das inúmeras questões que emergem na problemática do género em geografia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCHAMBAULT, E. (1985) — «Travail domestique et emploi tertiaire substitution ou complémentarité?», em VERNIERES, M. (coord.) — *L'emploi du tertiaire*, Ed. Economica, Paris.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V. (1984) — «Towards a theory of the sexual division of labor», SMITH, J. et al. (ed.) — *Households and the world-economy*, Explorations in the world — economy, vol. 3, Beverly Hills, p. 252-271.
- BOWLBY, S.; FOORD, J.; McDOWELL, L. (1986) — «The place of gender in locality studies», *Area* 18(4), p. 327-331.
- CHABAUD-RYCHTER, D. et al. (1985) — *Espace et Temps du Travail Domestique*. Librairie des Méridiens, Paris.
- COUTRAS, J. (1987) — *Des villes traditionnelles aux nouvelles banlieues, l'espace public au féminin*. Ed. Sedes, Paris.
- FOORD, J.; GREGSON, N. (1986) — «Patriarchy: towards a reconceptualisation», *Antipode* 18: 2, p. 186-211.
- GARCIA-RAMON, M. D. (1989) — «Género, espacio y retorno: hacia una renovación conceptual de la geografía? una introducción», *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Barcelona.
- MANN, M. (1986) — «A Crisis in Stratification Theory? Persons, Households/Families/Lineages, Genders, Classes and Nations», em CROMPTON, R.; MANN, M. (ed.) — *Gender and Stratification*. Polity Press, Cambridge, p. 40-56.
- McDOWELL, L.; MASSEY, D.; ALLEN, J. (Ed.) — *Geography matters! A reader*, p. 128-147, Cambridge University Press, Cambridge.
- ONU (1989) — *The Work of CEDAW. Reports of the Committee on the Elimination of Discrimination against Women*. Nações Unidas, Nova Iorque.
- PELLETIER, L. (1987) — «Au sujet des espaces féminisés», *Cahiers de Géographie de Québec*, vol. 31, n° 83, p. 177-188.
- ROSE, D. (1987) — «Un aperçu féministe sur la restructuration de l'emploi et sur la gentrification: le cas de Montréal», *Cahiers de Géographie de Québec*, vol. 31, n° 83, p. 205-224.
- SÉGUIN, A.-M.; VILLENEUVE, P. (1987) — «Du Rapport Hommes-Femmes au Centre de la Haute-Ville de Québec», *Cahiers de Géographie de Québec*, vol. 31, n° 83, p. 189-204.
- VANDELAC, L. et al. (1988) — *Du travail et de l'amour. Les dessous de la production domestique*. Editions Saint-Martin, Montréal.

- WALBY, S. (1985) — «Theories of women, work, and unemployment», em MURGATROYD, L. et al. — *Localities, class, and gender*, Pion Limited, Londres.
- (1986-A) — *Patriarchy at Work*. Polity Press, Cambridge.
- (1986-B) — «Gender, Class and Stratification. Towards a New Approach», em CROMPTON, R.; MANN, M. (ed.) — *Gender and Stratification*. Polity Press, Cambridge, p. 23-39.
- WGS/IBG Women and Geography Study Group of the Institute of British Geographers (1984) — *Geography and Gender*, Hutchinson, Londres.

#### RESUME

*Le genre en géographie: introduction à un nouveau sujet.* — Depuis les années soixante-dix la Géographie Humaine a accordé une plus grande attention aux questions sociales. Parmi les différents domaines relationnés avec les inégalités sociales, le problème du genre (en tant que comportements sociaux des hommes et des femmes) a pris une importance significative dans les dernières années.

La façon par laquelle s'établissent les relations entre les hommes et les femmes se traduit dans l'organisation du territoire et se présente comme une condition relevant du développement régional.

Le sujet introduit aussi de nouvelles questions théoriques et méthodologiques dans la Géographie Humaine. Les dichotomies classiques, comme sphère de la production et sphère de la reproduction, domaine public et domaine privé, travail et loisir, travail formel et travail informel deviennent des concepts inopératifs quando le genre est le focus de l'analyse.

#### SUMMARY

*Gender in geography: introduction to a new subject.* — Since the seventies the Human Geography has began to pay more attention to social questions. Among the different thematics related with social inequalities, gender (meaning the social behaviours of men and women) has became a relevant subject in the last years.

The way as relations between men and women are established, in the private sphere and in the public domain, is reflected in the territorial organization and contributes to define the regional development.

This recent subject also introduces new theoretical and methodological questions. Classic dichotomies such like production and reproduction spheres, private and public domains, work and leisure, formal and informal work became inoperative concepts when gender is the focus of the analysis.

## SOMBRAS E MARCAS: OS MAUS TRATOS ÀS CRIANÇAS NA FAMÍLIA

ANA NUNES DE ALMEIDA<sup>1</sup>

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ<sup>2</sup>

HELENA NUNES DE ALMEIDA<sup>3</sup>

### 1. OS MAUS TRATOS ÀS CRIANÇAS EM PORTUGAL: APRESENTAÇÃO DE UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

O presente artigo sintetiza alguns problemas abordados e resultados obtidos ao longo de um percurso de investigação que teve a sua origem, em 1994, numa solicitação da Assembleia da República ao Centro de Estudos Judiciários no sentido de ser realizado um levantamento actual e coerente de informação sobre a questão das crianças maltratadas no nosso país.

À partida, a equipa científica responsável pela investigação<sup>4</sup> fez várias escolhas decisivas em termos de perspectiva e de método. Assim, optou por:

1. Seleccionar a família, o meio sócio-familiar de pertença da criança, como unidade de análise, esforçando-se por adoptar uma perspectiva de contextualização do mau trato. O olhar não se dirige tanto para as características da personalidade individual, as dinâmicas interpessoais e intrafamiliares que o proporcionam, mas sobretudo para o terreno social em que o mau trato ocorre e que condiciona a diversidade das modalidades com que efectivamente surge;
2. Propor uma noção abrangente de mau trato e admitir que por detrás da mesma palavra podem esconder-se estilos, contextos e processos maltratantes muito diversos; assim, incluíram-se nessa noção não só as formas activas de violência contra a integridade física e psíquica da criança, como ainda as formas de privação, omissão ou negligência (material e afectiva) que comprometem o seu crescimento e desenvolvimento;
3. Definir como objectivo principal do estudo a construção de uma tipologia de formas de abuso e negligência, caracterizadas não só pela consistência interna de traços directamente associados ao mau trato, como também pela sua relação com os contextos sociais de pertença da família da criança. Tendo em conta a quase inexistente informação sistematizada sobre maus tratos em Portugal, ficou posta de parte qualquer pretensão de avaliar a sua prevalência

1 - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

2 - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

3 - Hospital Fernando da Fonseca.

4 - Sediada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, a equipa era constituída pelas autoras do artigo: Ana Nunes de Almeida, socióloga (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), Isabel Margarida André, geógrafa (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e Helena Nunes de Almeida, médica pediatra (Hospital Fernando da Fonseca). Todo o apoio de secretariado administrativo e executivo foi dado por Maria Margarida Bernardo, socióloga.



e incidência<sup>5</sup> na população infantil, bem como a tentativa de estabelecer séries comparativas (no tempo, entre regiões). Torna-se interessante, por outro lado, ensaiar o estabelecimento de uma tipologia, não à partida, como é usual na literatura disponível, mas à chegada, após a recolha da informação e dando-lhe consistência empírica;

4. Privilegiar a recolha sistemática de informação, através de um inquérito por questionário, junto dos profissionais da infância de várias especialidades (saúde, educação e serviço social, nomeadamente) que, em vários campos, lidam com a realidade do mau trato infantil na família.

O estudo compôs-se, por outro lado, de duas fases. Uma primeira etapa (1994-1995) consistiu na análise prospectiva de situações de mau trato a crianças residentes na Grande Lisboa (com uma idade compreendida entre os 0 e os 14 anos), qualquer que fosse a sua raça, de nacionalidade portuguesa ou outra<sup>6</sup>. Numa segunda fase (1996-1998), e afinando a estratégia anteriormente ensaiada, abrangeu-se então a totalidade do território nacional (continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira). O presente artigo alude a alguns resultados deste último percurso<sup>7</sup>.

As opções acima enunciadas não foram tomadas ao acaso. Se «o ponto de vista cria o objecto», é importante começarmos por esclarecer com que instrumentos teóricos partimos para a realidade. Nenhum conhecimento pode ter a pretensão de trazer a verdade única, definitiva ou completa sobre um dado assunto; numa questão tão delicada e complexa como a do mau trato infantil, importa reconhecermos que a perspectiva que aqui adoptamos é, obviamente, uma perspectiva enviesada e fortemente devedora dos paradigmas e contributos das ciências sociais. Trata-se agora de a fundamentar.

## 2. O OBJECTO DE ESTUDO: PROBLEMAS E QUESTÕES

### 2.1. A FAMÍLIA E A INFÂNCIA MODERNAS

Sabe-se hoje que a criança pode ser maltratada em diferentes instituições e lugares, públicos ou privados; mas é dentro de casa, em cenário familiar, que os maus tratos são mais frequentes e perigosos. A equipa de cientistas sociais que realizou um dos primeiros inquéritos nacionais sobre violência familiar nos Estados Unidos, em 1976, refere-se sugestivamente a este facto: «The American family and the American home are perhaps as or more violent than any other single American institution or setting (with the exception of the military, and only in time of war)». E acrescenta, apoiando-se em estatísticas oficiais: «Americans run the greatest risk of physical injury in their own homes and by members of their own families<sup>8</sup>.» A realidade da família como lugar privilegiado de violência, no passado como no

5 - A incidência estima o número de novos casos ocorridos durante um certo período de tempo, enquanto a prevalência representa a proporção da população que foi vítima de abuso ou negligência durante a infância.

6 - Os resultados desta fase encontram-se em A. Nunes de Almeida, I. Margarida André e H. Nunes de Almeida, *Os Maus Tratos às Crianças em Portugal — 1.ª Fase*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 1995.

7 - Cf. A. Nunes de Almeida, I. Margarida André e H. Nunes de Almeida, *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal — Relatório Final*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999.

8 - M. Strauss, R. Gelles e S. Steinmetz, *Behind Closed Doors — Violence in the American Family*, Londres, Sage Publications, 1988, p. 4.

presente, é uma constatação que reencontramos em toda a literatura disponível.

Nos dias de hoje essa conclusão é, de algum modo, paradoxal: a família moderna define-se, sobretudo, como um lugar privado de afeição e de companheirismo entre os seus membros.

Para além deste argumento de facto, outros de natureza teórica justificaram a selecção da família como unidade de análise neste estudo sobre maus tratos às crianças. É que a família desempenha uma importância decisiva na construção histórica da realidade e da representação moderna da infância.

No Ocidente europeu é a partir de meados do século XVIII, em meios particularmente favorecidos da burguesia urbana, que desponta uma nova maneira de olhar para a criança, numa família que se transforma lenta mas decisivamente em torno de duas ideias: afeição e privacidade. Face à família tradicional de Antigo Regime, aquela dá de si uma imagem de lugar de troca de afectos (e menos de uma instituição de trabalho, onde as pessoas se juntam por razões instrumentais) e apresenta-se como bastião de vida privada (isto é, tendo virado costas à vida pública e cortado amarras que a prendiam à vizinhança, à rede de parentesco e à Igreja)<sup>9</sup>. Surge então nela um novo sentimento da infância, num contexto onde se começa a aprender a controlar a fecundidade e onde, graças à melhoria das condições higiénico-sanitárias, começam a recuar os índices de mortalidade. A criança, única e vulnerável, é olhada e acarinhada como fruto do amor dos pais, como ser a merecer protecção e carinho. E prevê-se, para si, um lugar de socialização específico: a escola, onde, junto de outras crianças, além de se instruir, aprende competências sociais e morais que lhe permitirão integrar, um dia mais tarde, o mundo dos adultos<sup>10</sup>.

O contraste com a posição e o estatuto das crianças nas sociedades não industriais é vincado. Aqui, pelo contrário, aquelas são encaradas como «adultos em miniatura»; desde que se encontrem fisicamente aptas, aos 6-7 anos são postas a trabalhar junto dos mais velhos, nas fainas agrícolas e domésticas. O trágico balanço que regulava então as altas taxas de fecundidade e as altas taxas de mortalidade (adulta, mas sobretudo infantil) introduzia, de resto, a vulnerabilidade e precariedade da vida humana no seio do quotidiano destas pequenas comunidades rurais. A visibilidade social daquele grupo etário, o vínculo afectivo dos pais relativamente aos filhos pequenos, são desde logo postos em causa pelas próprias características devastadoras do regime demográfico<sup>11</sup>. Como expressivamente escreveu P. Goubert, a morte está no centro da vida, como o cemitério está no centro da aldeia.

A infância moderna, associada às imagens românticas da criança-mimo, da criança-gozo, da criança-fragilidade e da criança-aluna, é, pois, uma construção social recente e o produto de um certo tem-

9 - Cf. M. Anderson, *Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914*, Lisboa, Quercus, 1984; Burgess, Locke e Thomas, *The Family: from Institution to Companionship*, Nova Iorque, American Book, 1960; J.-L. Flandrin, *Familles — parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*, Paris, Hachette, 1976; W. J. Goode, *World Revolution and Family Patterns*, Nova Iorque, The Free Press, 1963; P. Laslett *O Mundo que Nós Perdemos*, Lisboa, Cosmos, 1975; E. Shorter, *Naissance de la famille moderne*, Paris, Seuil, 1977; L. Stone, *The Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*, Nova Iorque, H. Colophon Books, 1979.

10 - Como admiravelmente descreveu P. Ariès no seu trabalho pioneiro *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Points, 1973.

11 - N. Scheper-Hughes, «The cultural politics of child survival», in N. Scheper-Hughes (ed.), *Child Survival*, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company, 1987, pp. 1-29.

po histórico<sup>12</sup>. Como o é também a família companheirista em que ela emerge. Com uma origem burguesa, esses ideais foram depois objecto de estratégias de inculcação<sup>13</sup> junto de outros grupos sociais, com práticas e costumes privados diferentes — nomeadamente as classes populares, pobres, muitas vezes encaradas como portadoras de ameaça e perigo para a nova ordem industrial. Disciplinar, moralizar o seu quotidiano familiar, através da conjugação de novos dispositivos, saberes e peritos, torna-se um objectivo prioritário das políticas de intervenção e assistência do Estado-nação.

O projecto da infância moderna traz, portanto, consigo uma norma, isto é, a representação do que deve ser uma infância «normal e desejável», e um ideal do que se entende por «bem-estar infantil». É assim em relação a esta norma implícita que se podem reconhecer socialmente, nas suas margens, as situações da «criança em risco», em «estado de sofrimento» ou mesmo da «criança maltratada». O jogo entre estas duas faces da mesma moeda, a norma (que define o centro) e o risco (que marginaliza as periferias), é uma dimensão crucial de qualquer investigação ou intervenção sobre a infância. Sugere, desde logo, a diversidade de situações e de condições em que esta, no concreto, se desdobra.

O conceito de mau trato nunca representa, portanto, um juízo neutro, meramente técnico ou profissional; implica sempre um juízo de valor, uma conclusão socialmente mediada sobre um comportamento ou uma situação que, para além de serem tecnicamente prejudiciais para a criança, são considerados socialmente desajustados — porque violam normas prevaletentes na comunidade ou padrões de comportamento próprios de alguns dos seus grupos dominantes. Como reconhece J. Garbarino: «Maltreatment is thus intrinsically a social label. It is not enough that patterns of behavior are damaging in some objective sense. They must also violate norms of appropriateness<sup>14</sup>.» O saber sobre o mau trato tem sempre uma natureza eminentemente classificatória e não pode deixar de ser enquadrado pelas relações de poder e de domínio entre grupos que, no espaço social, ocupam posições desiguais.

## 2.2. O MAU TRATO INFANTIL

O acto de maltratar a criança na família não é novo nem característica que distinga a nossa sociedade de outras no passado. Como escreveu L. deMause na introdução da sua história psico-sociológica da infância, «the history of childhood is a nightmare from which we have only recently begun to awaken. The further back in history one goes, the lower the level of child care, and the more likely children are to be killed, abandoned, beaten, terrorized and sexually abused»<sup>15</sup>. Uma das novidades residirá, pelo contrário, não só na «descoberta» recente desta dimensão violenta da vida familiar e

dos efeitos devastadores que pode vir a ter sobre as suas vítimas, como também no aparecimento ou aperfeiçoamento de outras modalidades de abuso ou negligência. É, portanto, a emergência de *olhares* que constituem o mau trato infantil como *problema*, a exigir resolução, que marca uma das principais diferenças relativamente ao passado.

A natureza eminentemente *privada* da vida familiar introduz outro traço de novidade e acrescenta dificuldades metodológicas ao estudo do mau trato *dentro* da família. A privatização dos comportamentos familiares, outrora fortemente condicionados e vigiados por regras ou costumes externos aos indivíduos, pode ter efeitos perversos sobre aquele domínio. A ideologia que consagra a família como um lugar privado encoraja também a sua capacidade de resguardo em relação à comunidade exterior e tende a legitimar uma representação da criança que, apagando a sua qualidade pública de cidadã, a menoriza e encara como propriedade exclusiva dos pais — para o melhor e para o pior. A família-fortaleza torna-se, assim, um lugar onde os riscos dificilmente se deixam entrever do lado de fora; enquanto objecto de investigação, as paredes que a isolam do exterior constituem poderosos obstáculos metodológicos à própria observação.

O papel da *medicina* e dos *pediatras* foi decisivo no processo de conquista de visibilidade para o fenómeno da violência contra as crianças. O protagonismo do discurso médico na legitimação pública deste tema não terá sido, de resto, accidental. Embora já anteriormente pudesse ter sido a florado em crónicas sociais e em relatórios de trabalho de outros peritos (designadamente os da educação ou do serviço social), o mau trato infantil mantém-se na sombra até ao momento em que uma comunidade profissional, influente e poderosa, se apropria dele e o coloca na sua agenda de prioridades científicas<sup>16</sup>. Esta constatação introduz-nos nalguns dos problemas do delicado enredo metodológico associado à abordagem científica do objecto «criança maltratada».

Mais do que com a revelação da realidade do mau trato, a história recente tem-nos confrontado com a construção de novas representações dessa mesma realidade; o predomínio, sobre outras, de algumas representações do mau trato resulta de uma relação de forças e de ajuste de poderes entre, nomeadamente, grupos profissionais e saberes que lidam com a infância. Por outro lado, essas concepções são duplamente condicionadas pelas práticas profissionais específicas de cada um dos grupos, isto é, pelos objectivos, campos, instrumentos e populações-alvo da sua intervenção, mas num terreno tão complexo e delicado (do ponto de vista dos valores) como este é fundamental admitirmos que todas as avaliações ou diagnósticos profissionais acarretam também consigo as convicções subjectivas dos técnicos. Em suma, se, metodologicamente, na investigação em ciências sociais sempre se levanta a questão da interposição de *filtros* entre o investigador e a realidade, a complexidade do tema dos maus tratos na família (universo, por excelência, fechado e privado) torna-a aqui incontornável.

Gostaríamos de aludir ainda a outra constelação de problemas. Se, em matéria de criança maltratada, é a partir de um diagnóstico de *visibilidade* que se constrói a caracterização da realidade, uma

12 - M. Pinto, «A infância como construção social», in M. Pinto e M. Sarmiento (eds.), *As Crianças — Contextos e Identidades*, Braga, Universidade do Minho/Centro de Estudos da Criança, 1997, pp. 33-73; A. James e A. Prout (eds.), *Constructing and Reconstructing Childhood*, Londres, Falmer Press, 1997.

13 - M. Foucault, *La volonté de savoir*, Paris, Gallimard, 1976; I. Boltanski, *Prime education et morale de classe*, Paris, Mouton, 1969; I. Joseph e P. Fritsch, *Disciplines à domicile: l'édification de la famille*, Paris, Recherches, 1977.

14 - J. Garbarino, «The incidence and prevalence of child maltreatment», in L. Ohlin e M. Tonry (eds.), *Family Violence*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1989, pp. 219-261.

15 - L. deMause, «The evolution of childhood», in L. de Mause (ed.), *The History of Childhood*, Nova Iorque, Harper Torchbooks, 1975, p. 1.

16 - Cf. N. Scheper-Hughes e H. F. Stein, «Child abuse and the unconscious in American popular culture», in N. Scheper-Hughes (ed.), *Child Survival*, Dodrecht, D. Reidel Publishing Company, 1987, pp. 339-358.



prudente atenção deve ser prestada ao desigual modo como as várias classes sociais se deslocam por espaços de luz e de sombra, entre serviços e especialistas da infância. O contraste é flagrante entre o uso generalizado e frequente que as classes populares fazem dos serviços públicos (de educação e de saúde, por exemplo) e o recurso selectivo e preferencial que as classes privilegiadas fazem dos serviços privados. A facilidade da exposição do universo doméstico aos olhares dos outros, nas primeiras, opõe-se ao resguardo que protege a privacidade da vida familiar das outras. Esta diferença, produto da desigualdade social, é, pois, um dado fundamental a ter em conta sempre que calculamos ou interpretamos, respectivamente, quantidades ou modalidades de abusos ou negligências. Sob pena de associarmos, apriorística e exclusivamente, maus tratos a classes populares ou de os encarmarmos apenas nas suas modalidades da «agressão física», justamente a que parece ser típica desses grupos.

### 2.3. A CONQUISTA DE VISIBILIDADE DA CRIANÇA MALTRATADA

As primeiras referências a maus tratos surgiram, esporadicamente, em revistas científicas ao longo do século XIX. A. Tardieu, francês, professor de Medicina Legal, foi o autor, em 1860, do primeiro artigo médico sobre o assunto; baseando-se em resultados de autópsias a um conjunto de crianças com menos de 5 anos de idade vítimas de morte violenta, sugere terem sido os pais os respectivos agressores. Em 1874, a história de Mary Ellen, nos EUA, é um dos primeiros casos «emblemáticos» descritos na literatura; aos 9 anos foi encontrada em casa amarrada, gravemente malnutrida e com marcas no corpo de agressão física. A sua dramática situação foi resolvida graças ao empenho de alguns filantropos e da American Society for the Prevention of Cruelty to Animals — que alegaram o facto de aquela menina pertencer também ao reino animal...

Apenas em 1939, e depois em 1946, o problema foi seriamente retomado por um radiologista pediatria, J. Caffey. Nos artigos que então publicou abordou não só a «inespecificidade e dificuldade diagnóstica dos sinais radiológicos da sífilis no esqueleto de crianças pequenas» (alguns dos quais viria a descobrir terem uma origem diferente), como defendeu a origem traumática da «associação de hematomas subdurais» com certas «fracturas múltiplas de ossos» (fruto de agressões intencionais)<sup>17</sup>. Será, contudo, H. Kempe, pediatra norte-americano, que, a partir da década de 50, dará um avanço decisivo à denúncia destas situações. Em 1961, beneficiando do seu estatuto de presidente da Associação Americana de Pediatria, diagnostica e apresenta em congresso a «síndrome da criança batida», que define como «uma situação em que crianças pequenas receberam agressões físicas graves, geralmente provocadas pelos pais ou seus substitutos»<sup>18</sup>. Cerca de quinze anos mais tarde fundou a pioneira International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect, responsável pela edição regular de uma primeira revista da especialidade — *Child Abuse and Neglect. The International Journal*.

O impacto público daquela revelação não parou de frutificar, dentro e fora desta comunidade de

profissionais médicos: à descoberta das formas de abuso físico sobre a criança sucede-se a das dimensões da privação emocional e afectiva ou as da negligência alimentar, da saúde e da higiene. Do terreno estritamente médico, que lhe conferiu identidade, legitimidade e credibilidade, o mau trato tenderá depois a penetrar outros campos profissionais e discursivos. Passa a ser abordado em perspectivas cada vez mais amplas, sócio-jurídicas ou mesmo sócio-culturais<sup>19</sup>, as quais implicam a contextualização da relação do adulto com a criança no todo, global, que a envolve.

As organizações internacionais sob o impulso, designadamente, da ONU, têm igualmente contribuído para tornar visível esta face obscura da realidade junto da opinião pública e para encorajar os Estados a adoptarem medidas de protecção das crianças e estratégias de prevenção de situações de risco<sup>20</sup>.

No pós-guerra, em 1946, foi fundada a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), com o objectivo genérico de melhorar a vida das crianças e de lhes proporcionar bem-estar, isto é, cuidados de saúde, educação e nutrição. Em 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, um conjunto alargado de princípios que consagram, nomeadamente, o seu direito à identidade, ao nome e à nacionalidade, o direito a brincar e a crescer num ambiente de paz e amizade. Mas é a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança, em 1989, com carácter vinculativo para os Estados que a adoptaram, que marca uma viragem importante. Defendendo, como lema principal, «o interesse superior da criança», os 54 artigos da Convenção versam direitos relativos não só à *provisão* (saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio, cultura), *protecção* (contra todas as formas de discriminação, abuso, exploração, injustiça e conflito), como também o direito à *participação* da criança em todos os assuntos que lhe digam directamente respeito. A Assembleia da República portuguesa ratificou, logo em 1990, esta Convenção.

Em Portugal, o tema dos maus tratos à criança foi em definitivo trazido à luz pública durante a década de 80 e através, novamente, do empenho explícito da comunidade pediátrica, que actuou, de resto, em estreita colaboração interdisciplinar com outros profissionais (magistrados, juristas, psiquiatras, técnicos do serviço social, educadores de infância, sociólogos e psicólogos). Encontram-se em anos anteriores pontuais e breves referências ao tema em revistas dedicadas à infância<sup>21</sup>; os primeiros artigos médicos que descrevem casos clínicos concretos em Portugal de *battered child syndrome* e que, simultaneamente, alertam a comunidade pediátrica para a importância do seu diagnóstico surgem

19 - C. Somerhausen, «Les enfants maltraités. Approche sociologique du phénomène», in *Revue de l'Institut de Sociologie*, 1984 (1-2), pp. 199-212.

20 - N. Soares, *Outras Infâncias... a Situação das Crianças Atendidas Numa Comissão de Protecção de Menores* (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica), Braga, Instituto de Estudos da Criança, 1998.

21 - Fazendo uma revisão das publicações portuguesas, L. Espinosa refere que encontrou, na década de 40, dois artigos de Merícia Nunes, assistente social, publicados na revista *Criança Portuguesa* (1942-1943 e 1943-1944) e que focam o problema dos maus tratos infantis; em 1971 surge na revista *Infância e Juventude* outro artigo sobre a criança maltratada [cf. L. Espinosa, in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, 1986, p. 15].

em 1972 e 1976<sup>22</sup>. Mas é, de facto, após a comemoração do Ano Internacional da Criança, em 1979, que se começa a prestar uma séria e contínua atenção ao problema das formas de violência contra as crianças, praticadas dentro e fora da família.

A eficaz concertação que, a partir de então, se estabeleceu entre a Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria<sup>23</sup>, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ)<sup>24</sup> e o Instituto de Apoio à Criança (IAC)<sup>25</sup>, e graças ao esforço e dinamismo dos seus técnicos, foi da maior importância para a denúncia e estudo de situações de abuso e de negligência.

Fausto Amaro publica em 1986, no CEJ, a primeira tentativa de abordagem sociológica dos maus tratos às crianças em Portugal<sup>26</sup>. O estudo baseava-se numa amostra de freguesias representativa dos distritos do continente e procurava não só quantificar, como também «caracterizar, as situações de maus tratos, negligência, abuso sexual, mendicidade e acidentes sofridos pelas crianças»<sup>27</sup>. Do ponto de vista metodológico, F. Amaro optou por aplicar um inquérito postal aos párocos e aos presidentes de junta de uma amostra nacional representativa de 519 freguesias (estratificadas por distrito e seleccionadas aleatoriamente). Sendo, obviamente, discutível a escolha dos dois tipos de informadores (justificada sobretudo por limitações orçamentais), vale a pena sublinharmos, em termos de resultados, o desconhecimento (da realidade ou do problema do mau trato infantil) que os dois grupos então partilhavam: a existência (meramente genérica) de fenómenos de maus tratos nas suas áreas territoriais de intervenção é referida apenas por um terço dos padres e cerca de 12% dos autarcas. O autor avança, nomeadamente, com uma estimativa da extensão do problema no nosso país: existiriam cerca de 20 000 crianças maltratadas e negligenciadas em 1985; quanto aos tipos de mau trato de que

seriam vítimas, o autor encontra uma distribuição semelhante à que foi descrita para outros países (a negligência representaria 48% do total de casos, os maus tratos psíquicos 31%-36%, e os maus tratos físicos 16% a 21%)<sup>28</sup>. Outros estudos, de caso ou de natureza local, começam a ser publicados a partir da mesma altura, nomeadamente as primeiras casuísticas provenientes de serviços hospitalares ou de centros de saúde<sup>29</sup>, que, aliás, ultrapassam a estrita descrição clínica da patologia, para se preocuparem também com a apresentação dos perfis sociais das famílias (ou dos progenitores) das crianças-vítimas.

Do ponto de vista da intervenção, foram criados ao longo da década os primeiros «núcleos de apoio à criança maltratada» no Hospital Pediátrico de Coimbra e no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, envolvendo equipas multidisciplinares de profissionais (pediatras, pedopsiquiatras, enfermeiros, técnicos do serviço social e representantes dos tribunais de menores). A legislação e o sistema judicial portugueses passaram a integrar, entretanto, esta temática; também na administração pública se multiplicaram as iniciativas e os programas de apoio à população infantil e prevenção de situações de risco.

Em 1991, foram criadas as comissões de protecção de menores, instituições oficiais (não judiciais) que funcionam nas câmaras municipais e possuem uma composição multidisciplinar; nelas participam representantes diversos de instituições locais (hospitais ou centros de saúde, escolas, tribunais, segurança social) ou órgãos da administração central e autárquica.

Têm poder de intervenção sobre indivíduos até aos 18 anos de idade, desde que estes estejam envolvidos em situações de abuso, «abandono, desamparo» ou ainda «junto daqueles cuja saúde, segurança, educação ou moralidade estejam em risco».<sup>30</sup> Em finais de 1996, enquanto se realiza o nosso estudo, existiam em Portugal 118 comissões de protecção de menores<sup>31</sup>.

22 - São eles: A. Barata da Rocha, «A propósito de dois casos do *battered child syndrome*», in *Jornal do Médico*, 1972, pp. 471-472; M. Cordeiro et al., «Duas crianças gémeas com síndrome da criança maltratada», in *Revista Portuguesa de Pediatria*, 1976 (7), pp. 248-257.

23 - Organizada por esta Secção, decorre em 1986 a primeira reunião científica interdisciplinar sobre o tema, cujos contributos estão reunidos na publicação *A Criança Maltratada*, cit.

24 - Desde 1980, e na formação inicial de magistrados, o tema da criança maltratada foi integrado no programa de sessões dirigidas aos alunos do CEJ; a partir de 1984, a temática foi incluída nas acções de formação permanente de magistrados, realizadas anualmente, e abordada interdisciplinarmente. Criaram-se, também nessa década, os primeiros grupos de reflexão e acção, reunindo representantes de instituições públicas e privadas, com uma formação disciplinar diversa. A partir deles foram lançadas, entre outras, acções-piloto no sentido de criação de núcleos de apoio à criança maltratada nos hospitais, do funcionamento de uma colaboração estreita e eficaz entre estes e os tribunais, da prestação de assessorias técnicas a magistrados, da criação de centros de acolhimento temporário para as vítimas, [cf. A. G. Leandro, «A criança vítima de maus tratos. Algumas notas sobre a actividade do Centro de Estudos Judiciários nesta matéria», in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, 1986, pp. 167-170].

25 - O IAC (Instituto de Apoio à Criança), associação não governamental, foi fundado em 1983 com o objectivo principal de «contribuir para o desenvolvimento integral da criança e defesa e promoção dos seus direitos». Organizou, logo nesse ano, um seminário intitulado «Criança em Portugal — que direitos?», no qual se trata, entre outros, do problema das crianças maltratadas e negligenciadas, e que contribui para dar força a um movimento de «reflexão e sensibilização da opinião pública». Em 1987, o IAC inaugura uma linha telefónica de apoio às crianças e famílias em risco, o SOS-Criança [cf. «O papel do Instituto de Apoio à Criança», in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, 1986, pp. 171-172].

26 - F. Amaro, *Crianças Maltratadas, Negligenciadas ou Praticando a Mendicidade*, Lisboa, CEJ, 1986.

27 - F. Amaro, «A criança maltratada. Aspectos sociológicos», in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, 1986, p. 42.

28 - F. Amaro, «Aspectos socioculturais dos maus tratos e negligência de crianças em Portugal», in *Revista Portuguesa de Pediatria*, 1989 (20), pp. 323-326.

29 - Eis alguns exemplos: M. José Lobo Fernandes, «Criança maltratada e negligenciada — aspectos médicos», in *Revista Portuguesa de Pediatria*, 1989 (20), pp. 311-321 (resultados da caracterização dos 95 casos de crianças maltratadas, negligenciadas ou vítimas de abuso sexual detectados ao longo de cerca de três anos de actividade (finais de 1985 até Junho de 1988) pela equipa multidisciplinar (NAC) do Serviço de Pediatria do Hospital de Santa Maria, em Lisboa); M. Conceição Rendeiro et al., «Internamento hospitalar em crianças maltratadas por negligência», in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, 1986, pp. 67-77 (estudo e caracterização de uma amostra de 23 crianças vítimas de grande negligência internadas no Hospital Distrital de Setúbal durante o ano de 1985); L. da Cunha Teles e E. Fouto Marques, «Contribuição para o estudo epidemiológico da criança maltratada», in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, 1986, pp. 79-103 [estudo retrospectivo e detalhado de um grupo de 162 crianças então inscritas na Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (em Lisboa) e que foram consideradas vítimas de negligência grave]; J. Canha, «Criança maltratada. Revisão casuística do Hospital Pediátrico de Coimbra», in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, 1986, pp. 130-135 (estudo resultante do levantamento dos processos das 72 crianças internadas no H. Pediátrico daquela cidade entre 1-1-78 e 31-12-85, com um diagnóstico de criança batida, abandonada, rejeitada ou vítima de abusos sexuais).

30 - N. Soares, *op. cit.*, pp. 136 e segs.

31 - F. Infante, Comissões de Protecção de Menores — Síntese dos Relatórios de Actividade do Ano de 1997, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 1998.



3. METODOLOGIA: OPÇÕES E MODOS DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO

O presente estudo privilegiou a recolha de testemunhos diversificados e em número suficiente para identificar situações-tipo de mau trato às crianças (indivíduos com idade entre os 0 e os 14 anos) residentes em Portugal. Dado este objectivo, optou-se por uma análise de base qualitativa que possibilitasse o estabelecimento de relações entre as características do mau trato e o contexto de vida da criança a ele sujeita.

A construção da tipologia dos maus tratos às crianças baseia-se nos resultados de um inquérito de âmbito nacional dirigido às várias categorias de profissionais da infância, ou seja, a agentes que têm um contacto directo com o mundo das crianças e que se situam em lugares-chave para a detecção das situações de risco que se geram no meio familiar.

3.1. AS FONTES DE INFORMAÇÃO

A recolha de dados dirigiu-se então a profissionais da infância incluídos nos campos da saúde, da educação e do serviço social. Estes agentes foram mobilizados por via das instituições onde trabalham, tendo-se seleccionado para esse efeito:

- Hospitais e centros hospitalares com urgência pediátrica;
- Estabelecimentos escolares dos três níveis do ensino básico;
- Creches e jardins-de-infância;
- Centros regionais de segurança social;
- Comissões de protecção de menores.

No que diz respeito aos hospitais centrais e distritais com urgência pediátrica, aos centros regionais de segurança social e às comissões de protecção de menores, o contacto foi exaustivo, tendo-se dirigido o inquérito a *todas* as instituições existentes no país em 1995. Relativamente aos estabelecimentos de ensino escolares e pré-escolares, na impossibilidade de abarcar todo o universo, foi construída uma amostra de base geográfica, tendo-se seleccionado um conjunto de 995 instituições.

O critério para a construção da amostra baseou-se numa análise estatística efectuada ao nível do concelho. Foi elaborado um índice de desenvolvimento humano<sup>32</sup> aplicado à população infantil que sintetiza três indicadores: a taxa de mortalidade infantil, a taxa da frequência do ensino obrigatório e o índice do poder de compra. Estas variáveis permitem avaliar genericamente as condições de vida das crianças em três domínios fundamentais — a saúde, a instrução e o rendimento familiar.

Calculado o índice-resumo, os concelhos foram ordenados, tendo-se seleccionado, em cada região, a situação mais favorável, a mais desfavorável e uma intermédia (quadro n.º 1), o que perfaz, no total, 33 concelhos.

32 - Idêntico ao que é utilizado pelas Nações Unidas para escalonar os países, publicado anualmente nos Relatórios do Desenvolvimento Humano.

Amostra de concelhos para a aplicação do inquérito às instituições de educação

[QUADRO N.º 1]

Região	Situação mais favorável	Situação Intermédia	Situação mais desfavorável
Norte Litoral . . . . .	Viana do Castelo	Vila Nova de Famalicão	Lousada
Norte Interior . . . . .	Vila Real	Torre de Moncorvo	Valpaços
Área Metropolitana do Porto .	Maia	Vila Nova de Gaia	Vila do Conde
Centro Litoral . . . . .	Marinha Grande	Anadia	Montemor-o-Velho
Centro Interior . . . . .	Lousã	Fundão	Sátão
Oeste – Ribatejo . . . . .	Alenquer	Cartaxo	Ferreira do Zêzere
Área Metropolitana de Lisboa	Almada	Loures	Amadora
Alentejo . . . . .	Évora	Ponte de Sor	Portel
Algarve . . . . .	Albufeira	Faro	Olhão
Açores . . . . .	Vila do Porto	Vila Praia da Vitória	Ribeira Grande
Madeira . . . . .	Funchal	Ponta do Sol	Santana

Nos concelhos identificados no quadro anterior foram contactadas *todas* as instituições escolares públicas do ensino básico, *todas* as creches e jardins-de-infância e *todas* as instituições particulares de solidariedade social com valências dirigidas à infância.

No quadro n.º 2 apresentam-se os valores globais da recolha de informação. Em traços gerais, vale a pena realçar que foram directamente contactadas no país 1126 instituições e enviados 3940 inquéritos; do total, responderam 121 instituições (11%) e foram recebidos 755 questionários (19%). Os resultados apresentados indicam, por outro lado, uma capacidade de resposta muito diferenciada segundo o tipo de instituição abordada: as maiores taxas de resposta foram obtidas nos centros regionais de segurança social (86% dos centros contactados responderam à solicitação) e nos hospitais (69%); na situação oposta surgem as escolas, tendo-se apenas obtido resposta de 3% dos estabelecimentos; as IPSS também registaram uma taxa de resposta relativamente baixa (11%); as comissões de protecção de menores situam-se numa posição intermédia, tendo-se obtido resposta em 37% dos casos, valor que, dadas as atribuições destas instituições, deve ser considerado um nível de adesão bastante insatisfatório.

A recolha de informação

[QUADRO N.º 2]

	Instituições			Questionários		
	Contac-tadas	Que respon-deram	Percen-tagem	Envia-dos	Rece-bidos	Percen-tagem
Hospitais centrais e distritais . . . . .	42	29	69,0	490	299	61,0
Centros regionais de segurança social . .	22	19	86,4	220	199	90,5
Comissões de protecção de menores . . .	67	25	37,3	335	132	39,4
Escolas, jardins-de-infância e creches . .	780	24	3,1	2 340	69	2,9
IPSS com valências dirigidas à infância .	215	24	11,2	555	56	10,1
Total . . . . .	1 126	121	10,7	3 940	755	19,2

Globalmente, as taxas de resposta obtidas indiciam não só um conhecimento diferenciado sobre a realidade dos maus tratos às crianças, mas também uma distinta capacidade institucional para responder a este tipo de solicitações. A desigual adesão reflecte-se, obviamente, nas etapas seguintes do estudo.

### 3.2. O PROCESSO DE INQUIRição

O questionário, administrado por via postal, foi organizado a partir de quatro grandes tópicos:

1. O grupo doméstico da criança;
2. O crescimento e o desenvolvimento da criança;
3. O mau trato;
4. As características do(s) agressor(es).

O conteúdo de cada um desses capítulos configurou-se a partir de um conjunto de questões que permite obter informações pormenorizadas sobre o mau trato em si e sobre as diversas dimensões contextuais que o enquadram.

No domínio do grupo doméstico da criança, procurou-se obter informação sobre as características do local de residência, a dimensão e estrutura do grupo doméstico e o perfil, escolar e sócio-profissional, dos indivíduos que o constituem, a situação conjugal dos pais biológicos da criança.

Sobre o perfil da criança, privilegiaram-se, para além dos elementos biográficos, os dados relativos à gravidez e ao parto, a integração na escola, a saúde, o acompanhamento médico e os traços comportamentais.

No âmbito do mau trato propriamente dito, solicitou-se ao técnico uma descrição «livre» do episódio, bem como dados sobre o seu relator, o recurso subsequente a serviços de saúde, as lesões resultantes do mau trato, as sequelas a médio ou a longo prazo e a participação da ocorrência.

Quanto ao agressor, procurou-se saber se integra o grupo doméstico da criança, se tem com ela uma relação de parentesco, se possui alguma deficiência física ou mental, se tem comportamentos desviantes; para além destas questões, solicitaram-se também os seus dados sócio-biográficos.

### 3.3. O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

A primeira etapa do tratamento da informação incidiu na codificação e recodificação das respostas. Uma larga parcela das questões incluídas no questionário tinha resposta fechada, encontrando-se, portanto, previamente codificada; no entanto, nalguns casos, a frequência das respostas aconselhou uma recodificação das modalidades previamente definidas. As respostas às questões em aberto (designadamente a respeitante à descrição livre do episódio de mau trato) foram exaustivamente listadas e posteriormente codificadas.

A segunda etapa consistiu na construção de uma base de dados informatizada em que foi introduzida toda a informação obtida no inquérito.

A terceira etapa visou o tratamento estatístico da informação e incluiu dois tipos de análise:

- O apuramento das frequências obtidas nas várias modalidades de resposta das diversas questões que configuram o questionário;
- A construção de uma tipologia de maus tratos.

A tipologia foi obtida através da aplicação de uma série de procedimentos estatísticos que permitem agrupar as 755 respostas válidas a partir dos dados relativos à caracterização do mau trato: aplicação de uma análise factorial de correspondências múltiplas, seguida de uma classificação hierárquica (*cluster*) e da descrição dos grupos obtidos.

### 4. UMA TIPOLOGIA DE MAUS TRATOS ÀS CRIANÇAS

A construção de uma tipologia de maus tratos às crianças, assente num tratamento sistemático de informação empírica expressamente recolhida pela equipa de investigação, cuja metodologia foi atrás apresentada, constituía um dos objectivos maiores deste estudo. Apresentamos, de seguida, alguns dos seus resultados.

Obtiveram-se nove tipos de mau trato, caracterizados, primeiramente, a partir de traços que se prendem à sua especificidade interna (e que correspondem, tecnicamente, às «variáveis activas»). Neles estão contempladas as seguintes dimensões do mau trato: modalidades<sup>33</sup> que ocorrem; modalidades que não ocorrem; lesões resultantes do mau trato; sequelas a médio ou a longo prazo. Os tipos de mau trato foram, depois, associados a conjuntos de modalidades de «variáveis ilustrativas», isto é, a traços que os relacionam preferencialmente a certos contextos geográficos e sociais, perfis da criança ou de agressores.

Apresentam-se, em seguida, os nove tipos obtidos e sumariam-se as suas características mais salientes, isto é, os traços estatisticamente sobre-representados, e por isso mais discriminantes em cada um deles, no que respeita a quatro blocos de informação: as dimensões internas do mau trato; os contextos de pertença (regional, familiar, social); a criança; o agressor.

#### TIPO 1 | ABUSO EMOCIONAL COM AGRESSÃO FÍSICA:

- Modalidades de mau trato que ocorrem: abuso emocional (criança insultada, ameaçada, acusada, objecto de chantagem, espectadora de cenas de extrema violência — designadamente conjugal, em situações de separação litigiosa —, durante as quais vem a ser fisicamente agredida); agressão física (criança batida). Modalidades que não ocorrem: abandono temporário, falta de afecto, falta de vigilância médica, falta de higiene, abuso sexual, abandono por períodos longos em casa. O mau trato deixa lesão na face. É relatado pela mãe ou

33 - As modalidades do mau trato foram construídas a partir da descrição livre feita pelo profissional que preencheu o inquérito. Encontraram-se na amostra 25 modalidades de mau trato, recobrimdo uma vasta diversidade de abusos, físicos e psíquicos, e negligências, materiais e afectivas. Cada criança da amostra é, portanto, vítima de uma ou mais destas modalidades.



pelo pai.

- Região de residência da família: Área Metropolitana de Lisboa, Algarve e Açores. Contexto residencial: qualidade média/baixa. Pais em processo de separação. Estrutura do grupo doméstico: família recomposta paterna. Adulto responsável pela criança: madrasta ou outra familiar. Grau de instrução dos adultos responsáveis pela criança: níveis mais altos (secundário, superior). Profissão dos adultos responsáveis pela criança: técnico superior e médio, empregado do comércio e dos serviços, operário da indústria.
- A criança é do sexo masculino, com idade superior a 2 anos; filho único ou filho mais velho. Faz vigilância de saúde.
- Quanto ao agressor, sobressaem as figuras da mãe ou do pai; agressor toxicodependente ou alcoólico.

#### **TIPO 2 | AGRESSÃO FÍSICA COM SEQUELAS:**

- Modalidades que ocorrem: agressão física muito violenta (criança abanada, queimada, atirada, espancada, mordida, pisada, empurrada, asfixiada, etc.). Modalidades que não ocorrem: falta de higiene. O mau trato deixa todo o tipo de lesões no corpo da criança, com excepção dos órgãos genitais. E deixa também sequelas físicas. Relatado pela criança.
- Região de residência: Madeira. Contexto residencial: degradado. Estrutura do grupo doméstico: família recomposta paterna. Grau de instrução dos adultos responsáveis pela criança: médio e baixo.
- A criança é do sexo masculino, tem uma idade entre os 2 e os 5 anos; não faz vigilância de saúde, é vítima de insucesso escolar; já praticou actos qualificados como crime.
- Entre os agressores destacam-se o pai, a mãe ou «o pai e outros (excepto a mãe)»; portadores de deficiência física; toxicodependentes; alcoólicos

#### **TIPO 3 | INTOXICAÇÃO:**

- Modalidades que ocorrem: intoxicação intencional (com substâncias nocivas, como álcool, sedativos, dose excessiva de calmantes). O mau trato deixa sequelas psíquicas.
- Região de residência: Centro Interior, Norte Interior. Contexto residencial: qualidade média. Estrutura do grupo doméstico: família alargada. A mãe é um dos adultos responsáveis pela criança. Grau de instrução dos adultos responsáveis pela criança: níveis médio e baixo.
- A criança é do sexo feminino, maior de 4 anos; não faz vigilância de saúde; portadora de deficiência mental; alcoólica; falta à escola; chega atrasada à escola; vítima de insucesso escolar; deixada, só, em casa; já praticou actos qualificados como crime.
- Os agressores são o pai, a mãe ou ambos; portadores de deficiência física, deficiência mental; toxicodependentes.

#### **TIPO 4 | ABUSO SEXUAL:**

- Modalidades que ocorrem: abuso sexual (violação hetero ou homossexual, violação com objectos). Modalidades que não ocorrem: abandono temporário, exposição a cenas de vio-

lência, falta de afecto, alimentação inadequada, falta de vigilância médica, falta de higiene. O abuso é, portanto, praticado em contextos de aparente «bem-estar» material e afectivo da família. O mau trato deixa lesão nos órgãos genitais e sequelas psíquicas na criança.

- Região de residência: Algarve, Alentejo, Área Metropolitana de Lisboa e Madeira (padrão de distribuição regional preferencialmente meridional). Pais em processo de separação. Contexto residencial: qualidade média/baixa. Estrutura do grupo doméstico: família recomposta materna (presença do padrasto). Grau de instrução dos adultos responsáveis pela criança: baixo e médio.
- A criança é do sexo feminino, tem uma idade entre os 10 e os 14 anos ou 4-9 anos. Faz vigilância de saúde.
- O agressor é, para além do pai, «outro familiar», «outro não familiar». Não co-residente.

#### **TIPO 5 | TRABALHO ABUSIVO:**

- Modalidades que ocorrem: absentismo escolar (criança falta à escola, chega atrasada às aulas, repete anos escolares), mendicidade (criança vagabundeia na rua, pede em semáforos, arruma carros, realiza pequenos furtos), sobrecargas de trabalho doméstico.
- Região de residência: Norte Interior, Oeste/Ribatejo, Açores, Madeira (áreas rurais do país). Contexto residencial: degradado. Estrutura do grupo doméstico: família monoparental. A mãe é um dos adultos responsáveis pela criança. Grau de instrução dos adultos responsáveis pela criança: baixo ou nulo.
- A criança é do sexo masculino, tem uma idade entre os 6 e os 14 anos; na fratria é um irmão do meio. Não faz vigilância de saúde, falta à escola, chega atrasada às aulas, vítima de insucesso escolar.
- O agressor é portador de deficiência mental; alcoólico.

#### **TIPO 6 | AUSÊNCIA DE CUIDADOS BÁSICOS:**

- Modalidades que ocorrem: alimentação inadequada (criança vítima de fome, maltruição, não faz dieta alimentar imposta pelo médico, etc.), falta de higiene (criança com piolhos, mordida por pulgas, não sabe utilizar casa de banho, etc.), falta de vigilância médica (não tem boletim de vacinas em dia, é impedida de ser internada em hospital para tratamento médico), falta de afecto (rejeição afectiva da criança, falta de atenção e disponibilidade dos pais). Modalidades que não ocorrem: abuso sexual, agressão física. Não existem lesões. Relatado por técnicos do serviço social e outros técnicos.
- Região de residência: Oeste/Ribatejo, Norte Litoral, Alentejo e Açores. Contexto residencial: degradado. Estrutura do grupo doméstico: família alargada com avós. A mãe é um dos adultos responsáveis pela criança. Grau de instrução dos adultos responsáveis pela criança: baixo ou nulo. Profissão dos adultos responsáveis pela criança: desempregado; profissão ilícita<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> - Incluem-se nesta categoria actividades como as de prostituição, proxenetismo e tráfico de droga, por exemplo.

- A criança é do sexo masculino, com idade inferior a 4 anos; não faz vigilância de saúde. Sobre-representação das crianças deficientes (portadoras de deficiência física ou mental) ou com doença crónica; alcoólica.
- Os agressores são o pai e a mãe; portador de deficiência física; portador de deficiência mental; alcoólico.

#### TIPO 7 | AUSÊNCIA DE GUARDA:

- Modalidades que ocorrem: abandono temporário (criança deixada só em casa, à guarda de irmãos menores ou de alguém manifestamente incompetente para tomar conta dela: deficiente, idoso, etc.), alimentação inadequada. Modalidades que não ocorrem: abuso sexual, agressão física. Mau trato relatado por técnicos do serviço social.
- Região de residência: Área Metropolitana do Porto, Alentejo. Contexto residencial: qualidade média. Os pais nunca viveram juntos. Estrutura do grupo doméstico: família mono-parental materna. Grau de instrução dos adultos responsáveis pela criança: baixo, médio, superior. Profissão dos adultos responsáveis pela criança: reformado, profissão ilícita.
- A criança é do sexo feminino, com idade inferior a 28 dias (recém-nascida) ou menor de 6 anos. Não faz vigilância de saúde. Portadora de doença crónica. Deixada, só, em casa.
- Agressor: mãe, mãe e pai; portador de deficiência física, de deficiência mental; toxicodependente.

#### TIPO 8 | ABANDONO DEFINITIVO<sup>35</sup>:

- Modalidades que ocorrem: abandono definitivo (criança abandonada ao nascimento na maternidade, em vão de escada, na rua, num colégio, etc.), falta de hábitos de sono. Modalidades que não ocorrem: abandono temporário, agressão física. Relatado por vários técnicos da infância: serviço social, saúde.
- Região de residência: Centro Litoral.
- A criança é do sexo masculino, recém-nascida.
- O agressor é portador de deficiência física, toxicodependente.

#### TIPO 9 | MAU TRATO IN UTERO:

- Modalidades que ocorrem: mau trato in utero (mãe batida durante a gravidez — nascimento prematuro, vítima de contágio de sida, fetopatia alcoólica, síndrome de privação, sífilis, parto no domicílio — tétano neonatal, etc.), falta de afecto. Modalidades que não ocorrem: agressão física. O mau trato deixa sequelas neurológicas. Relatado pelos técnicos de saúde.
- Região de residência: Área Metropolitana de Lisboa. Contexto residencial: degradado. Estrutura do grupo doméstico: família alargada com avós. Grau de instrução dos adultos responsáveis pela criança: nível médio.
- A criança é do sexo masculino, recém-nascida ou com idade inferior a 1 ano; na fratria é o

irmão mais novo. Não faz vigilância de saúde; portador de doença crónica, de deficiência física; alcoólica.

- Agressor: mãe, pai e outros; toxicodependente; alcoólico.

### 5. A DIVERSIDADE DO MAU TRATO: SINAIS E INTERPRETAÇÕES

A estratégia de abordagem ao problema do mau trato infantil seguida neste estudo acertou no seu alvo; foi possível construir, a partir de informação recolhida junto de profissionais da infância, uma tipologia de maus tratos contra a criança, consistente do ponto de vista interno, e demonstrar as relações privilegiadas de cada um dos tipos obtidos com indicadores contextuais de pertença sócio-familiar. Ora este resultado traz algum contributo novo para a caracterização do fenómeno e para a discussão científica em seu torno.

As modalidades distintas de maltratar a criança não se distribuem socialmente ao acaso, mas associam-se regularmente a certas variáveis ilustrativas «externas», de natureza sociológica, como, por exemplo, a composição e forma da família em que ela reside, a posição do seu grupo doméstico na estrutura social, o perfil sócio-escolar dos adultos responsáveis pela criança, a condição de género do agressor ou da vítima. O *contexto envolvente* do mau trato é, portanto, outra dimensão crucial da sua especificidade e esta perspectiva deve ser acrescentada ao olhar tradicional, especialmente vocacionado tanto para a definição e classificação de tipos de abuso ou de negligência por dimensões que lhes são intrínsecas (conteúdo, lesões, sequelas) como apelando a variáveis explicativas do foro individual. Permite-nos, por outro lado, e sem evidentemente pretendermos defender princípios de causalidade directa que vinculariam de forma automática um meio social à incidência de um certo tipo de mau trato, encontrar factores e condições que o propiciam ou podem precipitar — informação indispensável a decisores e instituições de intervenção no terreno, tendo em vista a sua detecção e prevenção.

O campo dos maus tratos contra a criança não constitui, portanto, uma paisagem homogénea ou descrita no singular; pelo contrário, a sua marca é a da *diversidade*. De resto, esta afirmação ilustra, a uma pequena escala, a ideia mais ampla da diversidade das condições da infância. Construída historicamente, a norma da infância moderna assenta na dupla pertença a uma categoria etária e a uma condição escolar, faz apelo a um conjunto de valores, representações e direitos respeitantes à família e à criança; contudo, e pelas desigualdades que atravessam os terrenos onde ela concretamente se vive, está longe de poder ser encarada como uma categoria homogénea. Este estudo chama justamente a atenção para experiências infantis que, na actualidade, destoam dramaticamente dessa norma e interrogam o seu alcance universal. E nele reencontrámos a vasta gama de modalidades que, na história do mau trato infantil, foram sucessivamente surgindo no tempo e na discussão pública, desde a agressão física (*battered child syndrome*) até ao «mau trato social», passando pelas complexas formas de abuso e negligência afectivas ou o abuso sexual. Destacou-se ainda uma forma nova de mau trato, *in utero*, cuja referência na bibliografia disponível é menos comum.

O destaque diferente dos vários tipos de mau trato, consoante o corpo de *profissionais* ou o tipo de

<sup>35</sup> - Dada a natureza frequentemente clandestina deste abandono, pouco ou nada se sabe, muitas vezes, sobre os antecedentes familiares ou sociais da criança abandonada.



*instituição* que os relatam, deu-nos um primeiro sinal de diversidade. O treino do olhar profissional é crucial para dar visibilidade ao problema e detectar as suas várias modalidades, componentes ou protagonistas. As mais graves e evidentes negligências da saúde, da alimentação, da escola e da higiene, associadas aos meios pobres e muito desfavorecidos, surgem com um especial destaque nos testemunhos dos técnicos e instituições do serviço social; as rotinas domésticas da criança no dia a dia (comer, dormir, estudar, brincar, a sua guarda) são particularmente valorizadas pelos educadores ou professores e, em geral, pela escola; já hospitais, serviços de saúde, os seus médicos e enfermeiros parecem captar um leque mais variado e amplo de maus tratos, constituindo, apesar de tudo, um posto de observação exclusivo para aqueles que afectam o embrião, o feto e o recém-nascido ou ainda os que respeitam ao abuso sexual. A diversidade dos olhares profissionais espelha, por um lado, culturas de profissão diferentes e o desigual destaque que o problema do mau trato infantil, nas suas várias modalidades, merece nas tradições e aprendizagens de cada uma das profissões seleccionadas na amostra, mas também os contextos actuais das respectivas práticas, desde os campos da infância a que se dirigem especificamente as instituições que as enquadram, às suas finalidades de actuação, até às características das franjas de população infantil que a elas efectivamente recorrem.

A *composição do grupo doméstico* em que reside a criança maltratada constitui outro elemento-chave para entendermos a incidência e diferente ocorrência de tipos de abuso ou de negligência. Esta condicionante revela-se a vários níveis. Do ponto de vista da sua *estrutura*, e se bem que predominassem na nossa amostra as famílias simples, é relevante o peso que nela assumem os arranjos não nucleares, isto é, a elevadíssima percentagem de crianças (comparativamente às médias nacionais) que não residem em famílias apenas compostas pelos pais biológicos e irmãos. Tanto as famílias monoparentais como as recompostas surgem aqui com uma expressão muito significativa<sup>36</sup>. Este peso não pode ser apenas explicado de um ponto de vista meramente abstracto ou formal, tomando o esqueleto do grupo doméstico *de per se* como ponto de partida para interpretações; é fundamental atendermos ao seu contexto envolvente, tanto simbólico como material.

Porque destoam da norma e fogem à regra, estas formas familiares minoritárias entram mais facilmente dentro da mira colectiva e do olhar moralizador da comunidade; à partida, a visibilidade desta diferença é um incentivo ao exercício de vigilância por parte dos outros, nomeadamente sobre o tratamento que nelas está reservado às crianças. As famílias nucleares estão, sem dúvida, bem mais resguardadas deste olhar de fora: é preciso que o mau trato assuma níveis mais brutais para ser descoberto e reconhecido como tal.

Por outro lado, é importante lembrarmos que na origem das *famílias monoparentais e recompostas* estão, quase sempre, processos de ruptura e de reconstrução conjugais, ao longo dos quais as crianças

36 - Mais concretamente, pudemos constatar um peso claramente superior dos arranjos de tipo monoparental (25% na amostra de 755 crianças maltratadas com que trabalhamos), uma percentagem relativa inferior tanto das famílias nucleares (42%) como das alargadas (8,3%). Consultar, para a referência nacional, A. Nunes de Almeida *et al.*, «Relações familiares: mudança e diversidade», in J. M. L. Viegas e A. Firmino da Costa (eds.), *Portugal — Que Modernidade?*, Oeiras, Celta, 1998, p. 49.

raramente são poupadas: o clima de conflito, a intensa vulnerabilidade afectiva dos adultos-pais, tendem a transbordar para a relação parental e a usar a criança como objecto de chantagem; são muitas vezes acompanhados por mudanças de residência ou de co-residências, pela quebra de convívio da criança com pessoas afectivamente significativas; e a entrada em cena de um novo parceiro conjugal (da mãe ou, mais frequentemente, do pai da criança) constitui um outro elemento de perturbação. Encontrámos, efectivamente, uma sobre-representação significativa das famílias recompostas nas situações de «abuso emocional» e de «agressão física» (no caso das recompostas paternas) e de «abuso sexual» (no caso das recompostas maternas). A turbulência destes processos de ruptura e de reconstrução parece, portanto, criar um terreno propício à emergência de certas situações de risco.

As *famílias monoparentais* representam, entretanto, uma categoria particularmente vulnerável a formas de pobreza e de privação material<sup>37</sup>; na ausência de uma rede social de apoio, formal ou informal, a questão da sua sobrevivência quotidiana, ou a da guarda das crianças pequenas, torna-se muito problemática para o adulto responsável por elas, quase sempre a mãe. A sua associação frequente com os tipos de «trabalho abusivo», «ausência de guarda», ilustra bem este cenário.

A solidez da *relação conjugal*, por seu turno, constitui um elemento crucial para se entenderem os fenómenos de mau trato contra as crianças: é muito elevada na amostra a percentagem de crianças cujos pais estão em processo de divórcio ou de separação<sup>38</sup> e o impacto que estas situações têm no surgimento de «abusos emocionais» extremos; o caso de pais que nunca chegaram a viver juntos associa-se às situações de «abandono definitivo» dos filhos ou aos casos de «mau trato *in utero*».

A existência de sinais de violência na relação conjugal ilustra outra dimensão relativa ao grupo doméstico de residência da criança que condiciona a emergência de um ou outro tipo de mau trato. Encontramo-la associada à «agressão física», ao «abuso emocional com agressão», à «intoxicação» e ainda ao «trabalho abusivo», o que sugere que o abuso contra as crianças é uma das vertentes particulares de um fenómeno mais geral que é a violência na família, considerada como um todo e afectando os seus membros. Neste sentido, a natureza da relação de parentalidade (em termos de simetria ou assimetria de autoridade entre gerações, de técnicas e valores pedagógicos de inculcação de regras e disciplina, por exemplo) não pode desligar-se da natureza da relação de conjugalidade (no que toca, nomeadamente, à sua qualidade afectiva e ao estilo de partilha, mais ou menos igualitário, de poderes entre géneros). O caso do «abuso sexual» destaca-se pela negativa, isto é, não se lhe associam traços visíveis de violência na relação conjugal ou parental; a agressão deixa, muitas vezes, lesão genital, mas a ausência de marcas noutras partes do corpo da criança indicia a aparente «cumplicidade» entre a vítima e um agressor que consegue dominá-la sem resistência.

Para além da relação conjugal, a relação parental e as formas de mau trato que dela podem resultar são também condicionadas pela presença e composição do *grupo de irmãos*. Efectivamente, a ordem

37 - A sua presença relativa, destacada, entre as famílias que se candidatam e recebem o rendimento mínimo garantido do Estado português ilustra precisamente este facto.

38 - Ronda, efectivamente, os 33%.

da criança na fratria permite distinguir tipos diversos de abuso ou de negligência. O filho mais novo (sobretudo o que pertence a uma fratria numerosa) surge como o mais excessivamente maltratado entre os irmãos em termos de negligências de «cuidados básicos» e de «guarda» ou ainda como o que sobressai no «mau trato *in utero*». Este destaque pode dever-se apenas ao facto de o filho mais novo ser o último a repetir processos que antes já afectaram os mais velhos, mas pode ligar-se também ao facto de ser menor a probabilidade de ter sido desejado pelos pais e de o seu nascimento ter vindo a sobrecarregar (em disponibilidade e em despesa) um quotidiano familiar apertado. O filho mais velho ou o filho único aparecem como as vítimas típicas dos grandes «abusos emocionais» e das «agressões físicas» em geral («abuso sexual» incluído). Concentrando todas (ou as primeiras) atenções e expectativas do casal, o filho mais velho é o primeiro (ou o único) a confrontar, na prática, os pais com o desempenho dos seus papéis parentais e com os modelos e representações que construíram sobre a criança na família.

Embora tenhamos constatado a sobre-representação de grupos sócio-profissionais desfavorecidos na nossa amostra, constatámos que os maus tratos afectam crianças e famílias pertencentes a todos os *meios sociais*. Afectam-nas, porém, diferentemente.

Vale a pena sublinharmos, apesar de tudo, a maior dificuldade em captar e denunciar a realidade do mau trato em famílias pertencentes às classes mais favorecidas. A preservação estrita que fazem do seu domínio privado, os espaços resguardados em que circulam os seus filhos, sinal de distinção e de poder face às outras classes, protegem-nos dos olhares anónimos de vigilância vindos de fora, designadamente dos serviços públicos de apoio à infância (no campo da educação, saúde ou segurança social). Mais dificilmente, por isso, se deixaram retratar pelas fontes seleccionadas neste estudo, facto que novamente nos aconselha prudência em não confundir a visibilidade do mau trato com a sua realidade. De qualquer maneira, ainda que discreta, a sua presença na amostra permite-nos avançar algumas conclusões. A marca da *origem ou pertença social* é outro interessante factor de diversidade.

A *posição social de pertença da família* da criança foi ilustrada neste estudo por um conjunto de indicadores, entre os quais poderemos destacar o tipo de habitação em que reside, o grau de escolaridade e a profissão dos adultos responsáveis pela criança. As modalidades de mau trato variam significativamente consoante o lugar que a família ocupa no espaço social. Surge apenas uma excepção: as situações de «ausência de guarda» (em que a criança é deixada sozinha em casa ou ao «cuidado» de irmãos menores) são transversais a todas as franjas de instrução (do ensino primário ao superior) ou a todos os grupos sócio-profissionais (das profissões ilícitas aos técnicos superiores/médios, passando pelos pequenos comerciantes, as domésticas, desempregados e reformados), isto é, nenhum deles aparece claramente destacado entre os restantes. São resultados que nos sugerem como as questões da guarda da criança e da conciliação entre vida familiar e de trabalho num país que possui das mais altas taxas de actividade feminina na Europa estão ainda por resolver plenamente, tanto do ponto de vista

do Estado como da sociedade-providência<sup>39</sup>.

No que respeita aos outros tipos de mau trato, encontramos uma distribuição diferencial por meios sociais de pertença. As formas de «trabalho abusivo», dentro e fora de casa, a «ausência de cuidados básicos» de saúde, alimentação e higiene, surgem tipicamente associadas aos meios pobres, às bolsas de exclusão ou mesmo de marginalidade — isto é, a famílias socialmente<sup>40</sup> maltratadas. Estão aqui sobre-representados os contextos residenciais degradados, as franjas de adultos sem instrução, as profissões femininas e masculinas mais desqualificadas do campo (como trabalhador agrícola), dos serviços (pessoais e domésticos) ou da indústria (operário da construção civil) ou mesmo os não activos (doméstica, reformado, desempregado) e aqueles que sobrevivem graças a actividades económicas ilícitas, praticadas à margem do sistema. A penúria ou instabilidade de recursos familiares, materiais e cognitivos, afasta as crianças destas famílias da escola e torna-as precocemente mão-de-obra para o trabalho de que o grupo doméstico necessita para sobreviver. A sobre-representação de regiões como as do Norte Interior ou Oeste/Ribatejo nestes tipos de mau trato acentua esta caracterização: numa economia familiar camponesa donde desertaram homens adultos, o trabalho infantil é intenso ao longo do ano, tanto em termos de quantidade como de qualidade, e altamente penalizador do desempenho escolar dessas crianças<sup>41</sup>. A cultura de destituição escolar é, por outro lado, reforçada pelos nulos ou baixíssimos capitais escolares presentes nestas famílias e pelo desconhecimento que os pais têm da escola, das suas linguagens e dos seus actores. O insucesso e o abandono escolar precoces, traços marcantes desta condição infantil, andam a par dos contactos irregulares e esporádicos destas famílias com o sistema de ensino. O mesmo se passa com o sistema de saúde: as crianças não fazem vigilância médica com regularidade, não têm o boletim de vacinas em dia. Os hábitos de alcoolismo, desde logo com uma presença impressionante na amostra<sup>42</sup>, mas particularmente sobre-representados nestes tipos, dão consistência a esta interpretação. O «abuso sexual», «a agressão física com sequelas», «a intoxicação» e o «mau trato *in utero*» destacam outros grupos sociais: os que, numa pirâmide, ocupariam o lugar médio-baixo (caso do primeiro tipo) ou médio (os outros).

No «abuso sexual» salientam-se as franjas sem escolaridade ou com graus de ensino até ao prepa-

39 - Cf., para a discussão desta questão no caso português, S. Portugal, «As mãos que embalam o berço — um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1995 (42), pp. 155-178, e A. C. Torres e F. V. Silva, «Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres», in *Sociologia — Problemas e Práticas*, 1998 (27).

40 - A. Bruto da Costa estimava, em finais da década de 80, que cerca de um quarto das famílias portuguesas vivia em pobreza (cf. A. B. Costa, *The Paradox of Poverty. Portugal, 1980-1989*, Bath, University of Bath, 1992).

41 - Cf., designadamente, J. Sebastião, «Os dilemas da escolarização. Universalização, diversidade e inovação», in J. M. Leite Viegas e A. F. da Costa (eds.), *Portugal — Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1997, pp. 311-327; DETEFP, *Inquérito à Caracterização Social dos Agregados Familiares com Menores em Idade Escolar (Trabalho Infantil)*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1998; G. Alves Pinto, *O Trabalho das Crianças. De Pequenino É que Se Torce o Pepino (e o Destino)*, Oeiras, Celta Editora, 1998.

42 - Em quase metade das famílias das 755 crianças maltratadas existiam indivíduos alcoólicos, o que nos permite concluir que em Portugal, ainda hoje, o alcoolismo é um poderoso precipitador de situações de mau trato contra crianças; de resto, vale a pena sublinhar o contraste da sua visibilidade na amostra com o lugar mais discreto da toxicodependência (16%).



ratório; quanto a grupos sócio-profissionais sobre-representados, encontram-se, no que concerne a activos, os empregados dos serviços domésticos e pessoais, os empregados do comércio, os operários (da construção civil ou da indústria), os pequenos comerciantes ou ainda os «activos» que desenvolvem actividades marginais; as domésticas e os reformados sobressaem entre os inactivos. Os outros três tipos apontam para camadas sociais ligeiramente mais favorecidas do ponto de vista de capitais escolares, já que sobressaem franjas de população medianamente instruída, já possuidoras de um grau do ensino primário ou secundário. Entretanto, no «mau trato *in utero*» surgem expressivamente representados os comportamentos de alcoolismo e de toxicodependência.

Quanto às camadas mais escolarizadas do topo da pirâmide, vivendo em contextos residenciais de qualidade média, salientam-se particularmente no tipo de «abuso emocional com agressão física». Neste mau trato, que se traduz essencialmente por uma violenta manipulação afectiva de emoções, transbordando frequentemente para o plano físico da criança, estão sobre-representados grupos sócio-profissionais como técnicos superiores ou médios e também empregados do comércio ou dos serviços pessoais e domésticos, operários industriais. À luz do que temos vindo a descrever, fica, portanto, claro que o contexto social que envolve a família da criança parece contribuir decisivamente para definir a natureza ou as dimensões do mau trato de que ela é vítima. Se os gestos e o contacto físico dos corpos tendem a prevalecer em práticas de abuso típicas das classes populares, já as palavras, as emoções e os afectos, as relações psicológicas entre adultos e crianças parecem constituir a matéria-prima do mau trato praticado pelas classes mais favorecidas (ou aquela que as representações profissionais deixam primeiramente transparecer).

Para além da composição e estrutura do grupo doméstico ou da posição social da família de pertença da criança maltratada, também algumas das *características da criança* se revelaram capazes de explicar a diversidade dos tipos de mau trato de que ela é vítima. Registámos, por exemplo, a sua idade e o sexo, o facto de ela ser *portadora de alguma doença crónica, deficiência física ou mental*.

Os tipos variam, desde logo, em função da *idade*. A vulnerabilidade do bebé recém-nascido fá-lo uma vítima frequente de formas de «negligência» que se traduzem no seu abandono sem vigilância responsável por períodos mais ou menos longos em casa, mas também da forma extrema de «abandono definitivo» à nascença na sequência de uma gravidez indesejada e de uma atitude de rejeição total daquele filho. É ainda no recém-nascido ou no bebé que se encontram as sequelas originadas pelas várias formas de «mau trato *in utero*». As modalidades activas da agressão parecem estar reservadas para idades ligeiramente superiores: a «agressão física» associa-se às franjas de crianças a partir dos 2 anos e prolonga-se sensivelmente até aos 5, momento em que começam a poder mostrar capacidade de resistência, ou fuga, ao abuso; na «agressão emocional» salientam-se, por seu turno, crianças com idades compreendidas entre os 2 e os 3 anos, os 6 e os 9 ou mesmo os 10 e os 14, já com pleno uso das suas capacidades de compreensão da linguagem verbal. Na «ausência de cuidados básicos» da saúde, alimentação e higiene encontramos um leque amplo de idades, oscilando entre 0 e 9 anos.

Os «trabalhos abusivos» mobilizam crianças a partir dos 6 anos, enquanto no «abuso sexual» sobressaem os pré-adolescentes e os adolescentes (entre os 10 e os 14 anos).

Para além da idade da criança, também o sexo constitui outro factor de variação de tipos de mau trato. Maltratam-se, como demonstrámos, tanto rapazes como raparigas<sup>43</sup>; não se maltratam, porém, da mesma maneira.

Reencontramos aqui um prolongamento dos estereótipos tradicionais de género: as crianças do sexo feminino estão sobre-representadas nos tipos de «abuso sexual» (em notável destaque), de «ausência de guarda» em casa, no de «intoxicação» intencional, enquanto as do sexo masculino sobressaem nos restantes, dos quais vale a pena destacar as duas formas de «agressão» (física e emocional), as grandes negligências de «cuidados básicos» e o «trabalho abusivo». Nestas situações à margem da norma dominante da infância moderna surgem as marcas dos modelos que representam as duas condições de género como naturalmente opostas entre si: a importância do universo da casa e das relações de afecto nos maus tratos das raparigas contrasta com a relevância do trabalho e da força física nos dos rapazes.

As crianças portadoras de alguma *doença crónica*, por um lado, ou *deficiência física ou mental*, por outro, para além de terem uma impressionante presença quantitativa na amostra<sup>44</sup>, salientam-se expressivamente tanto no «mau trato *in utero*» (por certo na origem de muitos destes problemas de saúde) como nas «grandes negligências» de cuidados básicos ou de guarda.

A inexistência, fragilidade ou mesmo inacessibilidade de redes, formais ou informais, de apoio à família tornam-se, em meios sociais desfavorecidos, factores potenciadores de mau trato relativamente a estas crianças, cuja sobrevivência e saúde exigem uma permanente disponibilidade e mobilização qualificada de recursos familiares.

As *características do agressor* introduzem ainda outros sinais de diversidade no universo dos maus tratos infantis. Neste domínio, há uma clara dicotomia entre o «abuso sexual», onde as categorias de indivíduos não co-residentes constituídas por «outros familiares»<sup>45</sup> e «outros não familiares» (conjuntamente com o pai) se destacam intensamente, e todos os outros, em que o mau trato é praticado por familiares muito próximos da criança, nomeadamente a mãe, o pai ou ambos. O agressor reside, quase sempre, com a criança e está unido à sua vítima por um laço de sangue extremamente próximo. As figuras da madrasta e do padrasto, com um indiscutível peso simbólico tradicional no nosso imaginário colectivo, esbatem-se entre a panóplia doméstica de agressores efectivos contra a criança. Por outro lado, a existência no agressor de hábitos de alcoolismo (com uma assustadora expressão na amostra) e de toxicodependência associam-se tanto à «negligência» (de cuidados básicos e de guarda) como aos «maus tratos intra-uterinos».

43 - Na nossa amostra, a representação dos dois sexos era muito semelhante: 49% de raparigas, 51% de rapazes.

44 - Cerca de 11% das crianças da amostra tinham uma doença crónica, 10% tinham doença mental e 8% eram portadoras de deficiência física.

45 - Estão excluídos desta categoria o pai, a mãe, a avó ou o avô.

## 6. REFLEXÕES FINAIS

Sem pretendermos apresentar conclusões definitivas, gostaríamos de sublinhar três ideias-chave deste estudo.

A marcação de espaços de maior ou menor visibilidade no domínio dos maus tratos às crianças corresponde à interposição de sucessivos filtros entre a privacidade resguardada da vida familiar e as representações daqueles que quotidianamente a observam e julgam (os vizinhos, os parentes, mas também os profissionais da infância). A investigação não pode deixar de se confrontar, criticamente, com este jogo complexo de luz e de sombra.

Os dados com que trabalhamos traduzem, portanto, antes de mais, os olhares da comunidade em que a criança se insere; parecem privilegiar, em especial, o que é diferente, o que se afasta da norma, e prestar menor atenção às famílias mais «protegidas», ou seja, as que, na aparência, se conformam às regras que a sociedade define ou idealiza. Assumindo modalidades distintas, mostrámos, contudo, que os maus tratos são transversais aos diferentes tipos de família, aos vários grupos sociais.

Por último, gostaríamos de voltar a realçar que, em Portugal, as situações de pobreza material e destituição escolar que afectam largas parcelas da população assumem um peso determinante no dia a dia das famílias e das crianças. Constituem terrenos estruturais de risco de mau trato na infância, muito especialmente no domínio das grandes negligências de cuidados básicos.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALMEIDA, A. Nunes de, ANDRÉ, I., e ALMEIDA, H. Nunes de (1995), *Os Maus Tratos às Crianças em Portugal — 1.ª Fase*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.
- ALMEIDA, A. Nunes de, ANDRÉ, I., e ALMEIDA, H. Nunes de (1999), *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal — Relatório Final*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- ALMEIDA, A. Nunes de, ANDRÉ, I., et al. (1995), *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*, Lisboa, CIDM.
- ALMEIDA, A. Nunes de (1998), «Crianças, maus tratos e famílias», in APF, *Abusos Sexuais em Crianças e Adolescentes — Contributos do 1.º Seminário Nacional*, Lisboa, APF, pp. 49-55.
- AMARO, F. (1986), «A criança maltratada», in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, pp. 37-42.
- AMARO, F. (1989), «Aspectos socioculturais dos maus tratos e negligência de crianças em Portugal», in *Revista Portuguesa de Pediatria*, n.º 20, pp. 323-326.
- AMARO, F. (1986), *Crianças Maltratadas, Negligenciadas ou Praticando Mendicância*, Cadernos do CEJ, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.
- ANDERSON, M. (1984), *Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914*, Lisboa, Quercó.
- ARAÚJO, Helena Silva (1986), «A criança maltratada», in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, pp. 43-58.
- ARIÈS, Ph. (1973), *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Points.
- BURGESS, LOCKE e THOMAS (1960), *The Family: from Institution to Companionship*, Nova Iorque, American Book.
- CANHA, Jeni (1997), *Criança Maltratada. O Papel de Uma Pessoa de Referência na Sua Recuperação. Estudo Prospectivo de 5 Anos*, dissertação de doutoramento em Medicina, Coimbra, Faculdade de Medicina.
- CANHA, Jeni (1986), «Criança maltratada. Revisão casuística do Hospital Pediátrico de Coimbra»,

- in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, pp. 130-135.
- CANTWELL, N. (1979), «La violence corporelle des parents envers leurs enfants», in *Les Carnets de l'enfance*, n.os 47-48, pp. 135-149.
- CARNEIRO, Maria do Rosário Amaro da Costa (ed.) (1997), *Crianças de Risco*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- CORDEIRO, M., et al. (1976), «Duas crianças gémeas com síndrome da criança maltratada», in *Revista Portuguesa de Pediatria*, n.º 7, pp. 248-257.
- DEMAUSE, L. (ed.), (1975), *The History of Childhood*, Nova Iorque, Harper Torchbooks.
- DIRECÇÃO-GERAL DA ACÇÃO SOCIA (1996), *Crianças em Risco*, Lisboa, DGAS (relatório fotocopiado).
- FERNANDES, M. José Lobo (1986), «Criança maltratada. Alguns aspectos médicos», in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, pp. 23-35.
- FERNANDES, M. José Lobo (1989), «Criança maltratada e negligenciada — aspectos médicos», *Revista Portuguesa de Pediatria*, n.º 20, pp. 311-321.
- FLANDRIN, J.-L. (1976), *Familles — parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*, Paris, Hachette.
- GARBARINO, J. (1989), «The incidence and prevalence of child maltreatment», in L. Ohlin e M. Tonry (eds.), *Family Violence*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, pp. 219-261.
- GELLES, R. J. (1995), «Family violence and abuse», in R. J. Gelles, *Contemporary Families — a Sociological View*, Londres, Sage pp. 450-483.
- GOODE, W. J. (1963), *World Revolution and Family Patterns*, Nova Iorque, The Free Press.
- HALLETT, C. (1995), «Child abuse: an academic overview», in P. Kingston e B. Penhale (eds.), *Family Violence and the Caring Professions*, Londres, McMillan, pp. 23-49.
- INFANTE, F. (1998), *Comissões de Protecção de Menores — Síntese dos Relatórios de Actividade, Ano de 1997*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.
- JAMES, A., PROUT, A. (eds.) (1997), *Constructing and Reconstructing Childhood*, Londres, Falmer Press.
- KORBIN, J. (1987), «Child sexual abuse: implications from the cross-cultural record», in N. Schepher-Hughes (ed.), *Child Survival*, Dodrecht, D. Reidel Publishing Company, pp. 247-265.
- LASLETT, P. (1975), *O Mundo que Nós Perdemos*, Lisboa, Cosmos.
- LEANDRO, Armando A. G. (1989), «A problemática da criança maltratada em Portugal. Alguns aspectos jurídicos e judiciais», in *Revista Portuguesa de Pediatria*, n.º 20, pp. 327-340.
- LEVY, M. de Lourdes (1986), «Introdução. A criança maltratada», in Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (ed.), *A Criança Maltratada*, pp. 11-13.
- MARQUES, E. F., e TELES, L. da Cunha (1992), *Contribuição para o Estudo Epidemiológico da Criança Maltratada*, Lisboa, Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso.
- MAYALL, B. (ed.) (1994), *Children's Childhoods Observed and Experienced*, Londres, The Falmer Press.
- MAYALL, B. (1994), «Introduction», in B. Mayall (ed.), *Children's Childhoods Observed and Experienced*, Londres, The Falmer Press pp. 1-12.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE (Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional) (1998), *Inquérito à Caracterização Social dos Agregados Familiares com Menores em Idade Escolar (Trabalho Infantil) (relatório policopiado)*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- PINTO, G. Alves (1998), *O Trabalho das Crianças. De Pequeno É Que Se Torce o Pepino (e o Destino)*, Oeiras, Celta Editora.
- PINTO, M. (1997), «A infância como construção social», in M. Pinto e M. Sarmento (eds.), *As Crianças — Contextos e Identidades*, Braga, Universidade do Minho/Centro de Estudos da Criança, pp. 33-73.
- PORTUGAL, S. (1995), «As mãos que embalam o berço — um estudo sobre redes informais de apoio



à maternidade», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 42, pp. 155-178.

QVORTRUP, J., et. al. (eds.), (1994), *Childhood Matters. Social Theory, Practice and Politics*, Viena, Avebury.

QVORTRUP, J. (1994), «Childhood matters: an introduction», in J. Qvortrup et al. (eds.), *Childhood Matters. Social Theory, Practice and Politics*, Viena, Avebury, pp. 1-23.

RENDEIRO, M. Conceição, et al. (1986), «Internamento hospitalar em crianças maltratadas por negligência», in *Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria* (ed.), *A Criança Maltratada*, pp. 67-76.

RODRIGUES, Elisabete C. de Almeida (1997), «Menores em risco: que família de origem?», in Maria do Rosário Carneiro (ed.), *Crianças de Risco*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 539-664.

RUXTON, S. (1996), *Children in Europe*, Londres, NCH Action for Children.

SARAMAGO, Sílvia (1999), *O Lugar dos Espaços Domésticos nos Processos de Construção das Identidades das Crianças*, dissertação de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, Lisboa, ISCTE.

SARMENTO, M. J., e PINTO, M. (1997), «As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo», in M. Pinto e M. Sarmento (eds.), *As Crianças — Contextos e Identidades*, Braga, Universidade do Minho/Centro de Estudos da Criança, pp. 9-30.

SCHEPER-HUGHES, N. (1987), «The cultural politics of child survival», in N. Schepher-Hughes (ed.), *Child Survival*, Dodrecht, D. Reidel Publishing Company, pp. 1-29.

SCHEPER-HUGHES, N., e STEIN, H. F. (1987), «Child abuse and the unconscious in American popular culture», in N. Schepher-Hughes (ed.) *Child Survival*, Dodrecht, D. Reidel Publishing Company, pp. 339-358.

SECÇÃO DE PEDIATRIA SOCIAL DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE PEDIATRIA (ed.) (1986), *A Criança Maltratada*.

SHORTER, E. (1977), *Naissance da la famille moderne*, Paris, Seuil.

SOARES, N. Fernandes (1998), *Outras Infâncias... A Situação Social das Crianças Atendidas* Numa Comissão de Protecção de Menores (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica), Braga, Instituto de Estudos da Criança.

SOMERHAUSEN, C. (1984), «Les enfants maltraités. Approche sociologique du phénomène», in *Revue de l'Institut de Sociologie*, n.os 1-2, pp. 199-212.

STONE, L. (1979), *The Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*, N. Iorque, H. Colophon Books.

STRAUSS, M., GELLES, R., e STEINMETZ, S. (1988), *Behind Closed Doors — Violence in the American Family*, Londres, Sage Publications.

TELLES, L. Cunha, e MARQUES, E. Fouto, (1986), «Contribuição para o estudo epidemiológico da criança maltratada», in *Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria* (ed.), *A Criança Maltratada*, pp. 79-103.

TORRES, A. Cardoso, e SILVA, F. V. da (1998), «Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres», in *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 27.

## IGUALDADE DE OPORTUNIDADES: UM LONGO PERCURSO ATÉ CHEGAR AO MERCADO DE TRABALHO

### RESUMO

O artigo aborda a questão da empregabilidade no contexto das transformações do mercado de trabalho manifestas na coexistência de tendências diversas, e até contraditórias, com particular ênfase na emergência de novas competências ligadas às transformações técnico-organizativas e na difusão de formas atípicas e precárias de emprego. Neste contexto, o sistema de ensino-formação está pressionado não apenas para satisfazer a procura de qualificações, mas também para atenuar ou corrigir os efeitos negativos do funcionamento do mercado de trabalho. Defende-se um ponto de vista segundo o qual as perspectivas de empregabilidade são muito diferenciadas de acordo com as situações de emprego e com as possibilidades de desenvolvimento das competências no trabalho. Alerta-se para a necessidade da inclusão dos grupos com empregabilidade frágil no mercado social da formação, bem como para a necessidade de uma quantificação estatística e de recolha de informação qualitativa no âmbito de um conjunto de estudos, a fim de fundamentar a elaboração de medidas adequadas.

### RÉSUMÉ

Cet article aborde la question de l'employabilité dans le contexte des changements survenus sur le marché du travail, qui se traduisent par la coexistence de tendances diverses et même contradictoires; parmi ces tendances, ressortent l'émergence de nouvelles compétences liées aux transformations technico-organisatives et la diffusion de modalités atypiques et précaires d'emploi. Dans ce contexte, le système d'enseignement-formation subit des pressions, non seulement pour satisfaire la demande de qualifications, mais encore pour atténuer ou corriger les effets négatifs du fonctionnement du marché du travail. Du point de vue de l'auteur, les perspectives d'employabilité sont fort différenciées selon les situations d'emploi et les possibilités de développement des compétences au travail. Elle alerte donc sur le besoin d'insérer les groupes à faible employabilité dans le marché social de la formation, ainsi que sur le besoin d'une quantification statistique et d'un rassemblement d'information qualitative dans le cadre d'un ensemble d'études, afin de procurer une base à l'élaboration de mesures appropriées.

### ABSTRACT

This article deals with the employability in the context of the changes on the labour market which are expressed in the co-existence of several and even contradictory trends, with a particular emphasis on the emergence of new competencies related to the technical and organisational changes and on the dissemination of atypical and precarious forms of employment. In this context, the education-training system is under pressure not only to meet the qualifications demand but also to attenuate or eliminate the negative effects of the labour market functioning. The point of view is that the employability perspectives are differentiated according to the employment situations and to the opportunities of development of the competencies at work. It is pointed out the need for the integration of the poor employability groups into the social training market as well as to the need for a statistical quantification and for the collecting of qualitative information in the framework of a whole set of studies with a view to supporting the elaboration of adequate measures.



**N**os últimos anos, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres passou a figurar no primeiro plano da agenda política europeia. Com um ligeiro atraso, emergiu também, com grande realce, no discurso e na acção política em Portugal.

As interpretações para o relevo que a questão tem vindo a assumir são variadas, mas parece centrarem-se em dois eixos principais aparentemente complementares, mas na realidade divergentes. O primeiro diz respeito ao aprofundamento do conceito de cidadania, o segundo centra-se na organização dos mercados de trabalho e de consumo.

Quando, há poucas décadas, se falava em cidadania no mundo ocidental, estava-se a referir, de facto, os deveres e os direitos de uma parcela reduzida da humanidade – os homens brancos –, já que, na realidade, independentemente dos quadros legais, o poder estava concentrado nessas pessoas, quer se tratasse da decisão política, económica ou familiar.

Desde essa concepção de cidadania até à actual foram dados passos consideráveis, sobretudo porque os excluídos da cidadania se foram insurgindo, em uns casos de forma violenta (no caso das lutas anticolonialistas), noutros de modo mais pacífico. Ao longo desse percurso, que marca toda a segunda metade do século XX, foram sendo progressivamente reconhecidos direitos às crianças, às mulheres, aos diferentes grupos étnicos, aos deficientes – o *forum* da cidadania alargou-se consideravelmente.

Esse progresso traduziu-se claramente numa transformação substantiva dos quadros jurídicos no sentido de serem eliminadas as diversas formas de discriminação e de desigualdade que os povoavam.

Contudo, a cultura – configurada pelos valores, pelas representações e pelas práticas e expressa através da linguagem – não acompanhou essa mudança. Dois ou três exemplos ilustram bem essa inércia.

- ✓ Fulano de tal telefona para uma empresa com a qual nunca tinha contactado. Pede à telefonista para lhe ligar à secretária do director (será que o/a leitor/a teria pedido para falar com o secretário da directora?).
- ✓ Analisando livros de leitura do 1º ano de escolaridade actualmente em vigor, regista-se, por exemplo, que os homens conduzem os automóveis, que as mulheres preparam as refeições, que os meninos brincam com naves espaciais e as meninas com bonecas.
- ✓ Não é pouco frequente ouvir nos noticiários da televisão frases como “o homem acaba de dar um passo decisivo no campo da genética...”.

Exemplos como os que acabaram de ser enunciados repetem-se todos os dias nas mais variadas circunstâncias, evidenciando que a cidadania plena encontra nos sistemas culturais barreiras difíceis de ultrapassar.

Passemos ao objecto alvo deste artigo: o segundo eixo enunciado no início deste texto para justificar o relevo da igualdade de oportunidades nas agendas políticas – a organização do mercado de trabalho.

De um modo simples, poder-se-ia afirmar que, num momento em que as mulheres representam não só 41% do emprego na União Europeia mas também a maioria da procura nos mercados de consumo, não contemplar nas agendas políticas a igualdade de oportunidades seria um erro estratégico grave, pelo menos na óptica da valorização do capital.

Esta ideia pode ser criticada por conter uma visão excessivamente funcionalista da articulação entre os fenómenos político-económicos e os sócio-culturais. Contudo, o paralelismo de alguns factos legítima, em certa medida, esta perspectiva.

Por isso, antes de se comentarem as orientações políticas que têm norteado a promoção da igualdade de oportunidades, importa apresentar os principais traços do contexto em que se têm desenvolvido.

Actualmente, Portugal apresenta uma das mais elevadas percentagens de mulheres no emprego total (43% em 1995) no quadro da União Europeia (41%), especialmente significativa se se tiver em conta que os países com valores mais elevados, registam, ao contrário do nosso, uma parcela considerável de trabalho a tempo parcial.

Esta situação não é, aparentemente, fácil de explicar dado o grande contraste com outros estados com características sócio-culturais semelhantes como a Espanha, a Irlanda ou a Grécia, onde a participação das mulheres no mercado de trabalho é significativamente inferior (respectivamente, 36%, 35% e 37%). De facto, o fraco protagonismo dos movimentos feministas, o peso da religião ou a importância da instituição familiar não parecem inibir, em Portugal, a actividade profissional das mulheres.

Alguns aspectos da História política e económica das últimas décadas salientam-se no sentido de ajudarem a compreender essa situação. Destacam-se, em especial, dois processos que terão contribuído bastante para incorporar as mulheres no mercado de trabalho: a Guerra Colonial e a configuração do tecido produtivo.

Em 1970, cerca de metade dos homens com idade entre 20 e 24 anos estavam a cumprir o serviço militar obrigatório, sendo os contingentes constituídos por indivíduos com qualificações muito heterogéneas. O decorrente défice de homens em idade de ingressar no mercado de trabalho obrigou, de certa forma, um estado e uma sociedade muito conservadores a permitir<sup>1</sup> a incorporação de mulheres nos mais diversos segmentos do mercado de trabalho. Acresce que este processo foi acompanhado por um aumento significativo dos níveis de instrução das mulheres.

Após a Segunda Guerra Mundial, alguns países da Europa, como a França ou o Reino Unido, tinham

**Num momento em que as mulheres representam não só 41% do emprego na União Europeia mas também a maioria da procura nos mercados de consumo, não contemplar nas agendas políticas a igualdade de oportunidades seria um erro estratégico grave, pelo menos na óptica da valorização do capital.**

privilegiavam a redução dos custos através da utilização de mão de obra barata. O conjunto de pressões que se fizeram sentir a partir de 1974, no sentido do aumento dos salários, potenciaram certamente a contratação de mulheres que, por um lado, apresentavam um perfil menos reivindicativo e, por outro, foram adquirindo, entretanto, níveis de instrução e de formação profissional que correspondiam às necessidades das entidades empregadoras.

Também o processo emigratório dos anos 60 contribuiu para que as mulheres assumissem novas responsabilidades nas esferas públicas, em especial nas áreas rurais.

O rápido desenvolvimento económico de Portugal na última década, impulsionado, em larga medida, pela adesão à União Europeia, surge directamente relacionado com uma modernização significativa do tecido empresarial, com o aumento das qualificações, com um incremento considerável do consumo e com a intensificação da protecção social, sobretudo no domínio das acções dirigidas à população não activa.

No entanto, este progresso global inquestionável inclui também fenómenos de exclusão e um aprofundamento das clivagens sociais. As vulnerabilidades da população feminina directamente associadas às tarefas e responsabilidades assumidas na esfera familiar, constituem um sério *handicap* ao sucesso e à progressão profissional num meio cada vez mais marcado por uma forte competição e por processos de regulação que privilegiam os trabalhadores mais disponíveis.

Com efeito, a reconfiguração dos mercados de trabalho inclui uma competitividade crescente: a valorização dos trabalhadores, avaliada pelos níveis salariais, depende sobretudo do seu grau de substituíbilidade, característica que agrega não só as qualificações e as competências, mas também a disponibilidade e a mobilidade dos indivíduos, limitadas, no caso das mulheres, pelas tarefas e responsabilidades que assumem na esfera familiar, mas também pelo fraco desenvolvimento dos equipamentos e serviços sociais, designadamente nos domínios da guarda de crianças e do apoio aos idosos.

Apesar de uma equidade crescente no domínio da qualificação escolar e do equilíbrio numérico, as disparidades entre mulheres e homens no mercado de trabalho revelam uma inércia considerável, situação particularmente nítida nalguns segmentos do emprego feminino. O esquema apresentado sintetiza a leitura que tem vindo a ser apresentada nos últimos anos em numerosos estudos sobre a situação actual das mulheres no mercado de trabalho.

Por um lado, regista-se um conjunto de mudanças que favorecem a equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, nomeadamente no âmbito das representações e práticas sociais e familiares, do incremento da acção social ou da representação das mulheres no sistema de ensino, tendo vindo a ser este último aspecto particularmente salientado.

passado por situações semelhantes, mas, com a paz, as mulheres regressaram ao lar. Em Portugal, no entanto, esse regresso não seria possível, já que no momento em que a Guerra Colonial terminou seria paradoxal, num quadro revolucionário de luta pela justiça social, retirar às mulheres o direito ao emprego.

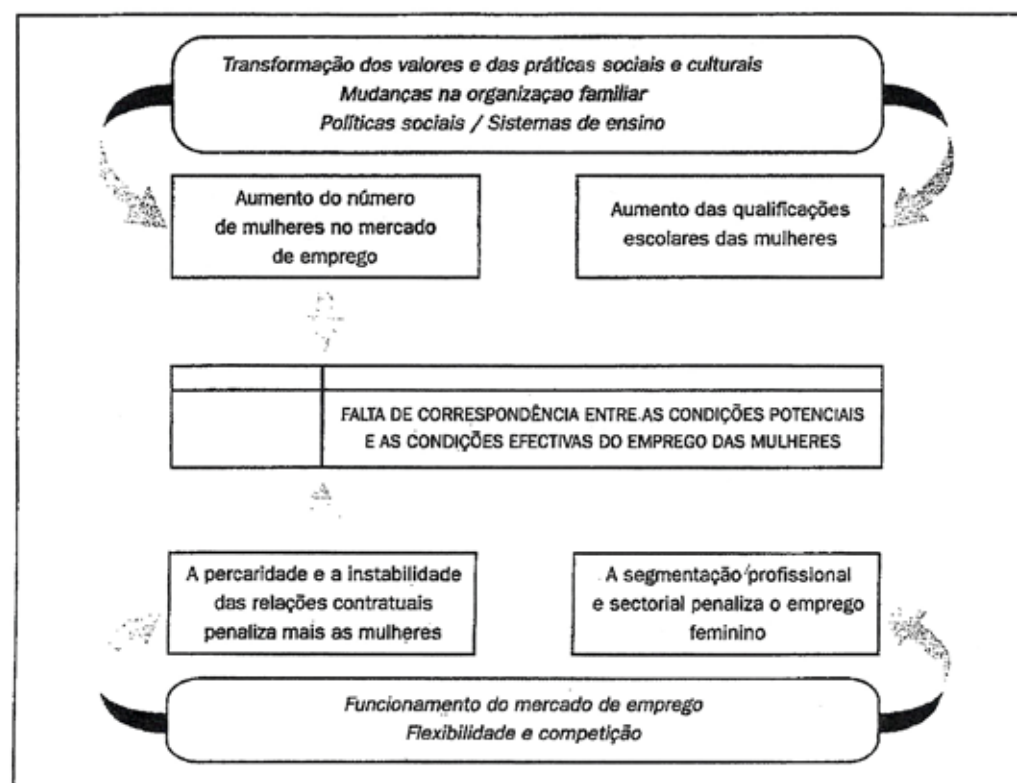
Contudo, essa transição não foi assim tão pacífica como, à primeira vista, pode parecer: na segunda metade dos anos 70, o desemprego feminino aumentou consideravelmente, enquanto que o masculino registou uma tendência decrescente até ao início da década de 80. Acontece, porém, que a situação de desempregada e a de dona de casa que nunca foi empregada são substancialmente diferentes, gerando atitudes e práticas sociais distintas.

Paralelamente, a partir da década de 60, a configuração dos processos de industrialização e terciarização do País foi também favorável ao acréscimo do emprego das mulheres: as estratégias empresariais foram fundamentalmente marcadas por atitudes defensivas que

<sup>1</sup> Não se trata de uma mudança do quadro legal, mas sobretudo de uma transformação forçada dos valores sócio-culturais.



# Equidade e diferença entre mulheres e homens no mercado de trabalho



Por outro lado, os processos de flexibilização e de competitividade que formatam os sistemas de emprego conduzem à permanência de um modelo desequilibrado, na medida em que penalizam especialmente as mulheres, dada a conciliação que tentam garantir entre as actividades profissionais e as domésticas.

A análise dos dados estatísticos que permitem retratar o mercado de trabalho confirmam, de algum modo, a presença dessas duas tendências contraditórias: uma a favor da igualdade de oportunidades e outra que a desfavorece.

Apresentam-se, a seguir, alguns dos traços fundamentais desse retrato em que se pretende, sobretudo, realçar os aspectos mais positivos e os mais negativos na óptica da promoção da equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

## a) Aspectos mais positivos

Na população mais jovem, com 25 a 34 anos, o perfil de instrução das mulheres é mais favorável que o dos homens (Quadro 1), tanto no topo como na base, mas sobretudo nos níveis mais elevados - a parcela de homens com níveis superiores à escolaridade obrigatória é de 28,9%, enquanto que nas mulheres esse valor atinge 36,9%.

A valorização dos trabalhadores, avaliada pelos níveis salariais, depende sobretudo do seu grau de substituíbilidade, característica que agrega não só as qualificações e as competências, mas também a disponibilidade e a mobilidade dos indivíduos, limitadas, no caso das mulheres, pelas tarefas e responsabilidades que assumem na esfera familiar, mas também pelo fraco desenvolvimento dos equipamentos e serviços sociais, designadamente nos domínios da guarda de crianças e do apoio aos idosos.

QUADRO 1  
Perfil de instrução da população com 25 a 34 anos  
Portugal, 1992 e 1997

	Homens		Mulheres	
	1992	1997	1992	1997
Nenhum	4,2	3,9	5,5	5,5
Básico - 1º ciclo	28,1	22,5	29,1	22,7
Básico - 2º ciclo	24,1	28,1	19,6	22,9
Básico - 3º ciclo	17,7	16,8	15,4	14,3
Secundário	15,0	17,2	15,3	18,1
Médio e Politécnico	2,2	5,9	5,9	5,0
Superior	8,7	9,5	11,1	13,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 e 1997.

A tendência para um equilíbrio numérico entre homens e mulheres no mercado de trabalho verifica-se em todas as regiões do País, embora a evolução apresente ritmos diferenciados (Quadro 2).

Nos segmentos do mercado de trabalho em que as qualificações escolares são mais decisivas - profissões técnicas e científicas - a situação das mulheres é favorável (Quadro 3), sobretudo nas regiões menos

QUADRO 2  
Taxas de actividade por regiões, 1992 e 1997

	15 - 64 anos				25 - 34 anos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1992	1997	1992	1997	1992	1997	1992	1997
Portugal	56,5	56,6	41,5	43,0	93,5	91,5	79,2	81,9
Norte	55,9	55,8	41,5	42,0	92,0	91,9	79,7	82,3
Centro	56,2	61,2	42,2	49,1	94,8	95,2	77,5	78,5
LVT	57,2	56,0	42,3	42,7	94,0	90,2	81,0	83,4
Alentejo	54,8	53,0	55,4	56,9	92,5	94,4	68,1	80,4
Algarve	55,1	53,9	35,2	35,7	94,9	90,5	75,9	80,9
Açores	54,2	51,9	25,6	29,0	95,9	94,1	57,0	64,4
Madeira	52,7	51,5	40,5	38,4	91,7	91,5	73,1	75,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 e 1997.

QUADRO 3  
Percentagem de mulheres nas profissões técnicas e científicas por regiões, 1992 e 1997

	1992	1997
Portugal	49,5	50,6
Norte	50,2	47,9
Centro	54,2	62,7
Lisboa e V. Tejo	46,7	47,8
Alentejo	47,5	63,5
Algarve	50,8	47,2
Açores	41,0	51,6
Madeira	59,4	51,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 e 1997.

dinâmicas, onde essas profissões correspondem, em larga medida, aos sectores da educação e saúde. Pelo contrário, nas regiões onde os profissionais muito qualificados se encontram não só no sector público mas também nas actividades empresariais, o crescimento da percentagem de mulheres nas profissões técnicas e científicas entre 1992 e 1997 é muito ligeiro e, nalguns casos, mesmo negativo.

Estes dados permitem concluir que as habilitações escolares são uma condição necessária, mas não suficiente, para atingir os lugares mais qualificados do mercado de trabalho, especialmente quando as estratégias dos empregadores associam à formação escolar outras exigências como a formação profissional contínua, a mobilidade geográfica ou a disponibilidade.



## b) Aspectos mais negativos

No domínio do desemprego, a diferença entre homens e mulheres é bastante considerável, especialmente no período da entrada no mercado de trabalho (Quadro 4).

Estes valores revelam também que a formação escolar não é uma condição suficiente para garantir o acesso ao emprego. Por outro lado, mostram que o baixo nível de instrução penaliza mais as mulheres do que os homens.

De facto, na base da pirâmide da hierarquia profissional - profissões não qualificadas - regista-se uma nítida tendência para um acréscimo muito significativo da presença das mulheres (Quadro 5).

As habilitações escolares são uma condição necessária, mas não suficiente, para atingir os lugares mais qualificados do mercado de trabalho, especialmente quando as estratégias dos empregadores associam à formação escolar outras exigências como a formação profissional contínua, a mobilidade geográfica ou a disponibilidade.

QUADRO 4

Taxas de desemprego por regiões, 1992 e 1997

	TOTAL				Menos de 24 anos			
	1992	1997	1992	1997	1992	1997	1992	1997
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	5,5	4,9	6,1	7,6	8,8	11,5	11,7	18,7
Norte	5,1	4,2	6,8	6,8	6,4	8,8	11,6	15,6
Centro	2,4	3,2	3,2	5,9	6,5	7,6	7,5	18,4
LVT	4,2	6,0	6,6	9,2	13,8	15,7	12,6	22,5
Alentejo	5,6	11,0	7,5	16,1	10,7	23,8	19,8	34,7
Algarve	2,8	3,2	6,8	9,2	6,8	8,4	14,5	23,0
Açores	1,8	7,4	2,9	9,3	5,8	14,4	9,4	26,5
Madeira	2,9	3,6	5,1	5,3	6,4	13,1	11,6	16,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 e 1997.

QUADRO 5

Percentagem de mulheres no grupo de trabalhadores não qualificados por regiões, 1992 e 1997

	1992	1997
Portugal	55,4	57,4
Norte	45,8	51,4
Centro	58,7	57,6
Lisboa e V. Tejo	61,3	66,0
Alentejo	44,2	42,5
Algarve	50,0	48,4
Açores	32,1	41,0
Madeira	37,4	43,5

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 e 1997.

O aumento da expressão das mulheres nos segmentos não qualificados é particularmente acentuado no Norte e na região de Lisboa e Vale do Tejo, áreas onde a competitividade no mercado de trabalho e as exigências dos empregadores são especialmente penalizadoras para o grupo das mulheres com baixas qualificações escolares.

Entre outras questões de reflexão, o balanço apresentado revela uma evidente falta de correspondência entre qualificações escolares e situação profissional.

Esse desajustamento tem sido, sobretudo, atribuído às limitações que as responsabilidades e as tarefas familiares, e em especial a maternidade, impõem às mulheres, ou seja, à dificuldade de articulação entre a esfera doméstica e a profissional.

Julgamos que essa é uma razão fundamental para justificar que os níveis de instrução das mulheres, especialmente das mais jovens, não se repercutam directamente nos lugares que ocupam no mercado de trabalho.

Ainda assim, gostaríamos de explorar brevemente uma outra linha de interpretação, a que diz respeito às representações e práticas culturais, já que o seu efeito faz-se sentir em muitos domínios relativamente aos quais se nota alguma desatenção, designadamente por parte dos responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade de oportunidades.

Um dos campos em que as representações e as práticas culturais se traduzem mais nitidamente é o da educação, nas suas diferentes etapas que vão desde a primeira infância à entrada na vida adulta.

Considerar apenas o grau de instrução não é suficiente para identificar um perfil educativo: de facto, estamos certos que, ao longo do processo de socialização das crianças e dos jovens, se desenharam caminhos distintos e desigualmente valorizados, para homens e mulheres. As responsabilidades dessa diferença, que se traduz mais tarde na vida profissional, cabe tanto à família, como à escola, como à sociedade em geral.

Escolhemos dois exemplos para ilustrar essa hipótese: as opções curriculares dos alunos no ensino secundário e o tipo de brinquedos "destinados" pelas grandes superfícies comerciais a rapazes e a raparigas.

Ao contrário do que se regista no ensino básico, as mulheres estão em ligeira maioria no ensino secundário o que aponta, à partida, para um abandono escolar mais precoce nos homens (Quadro 6).

Contudo, uma leitura mais pormenorizada revela que o *sex ratio* é distinto nas várias modalidades e tipos de ensino. Desde logo, embora a sua expressão numérica seja diminuta, salienta-se uma forte presença masculina nos cursos técnico-profissionais de horário pós-laboral (78,5%), observando-se, também, uma significativa maioria de homens nos cursos tecnológicos, nos cursos profissionais e no ensino recorrente.

Globalmente, pode-se afirmar que os homens se dirigem mais do que as mulheres para modalidades

QUADRO 6

Alunos matriculados no ensino secundário, segundo o sexo, por modalidade ou tipo de ensino, 1996/97 (Continente)

Nível e modalidade ou tipo de ensino	Total n.º	Homens		Mulheres	
		n.º	%	n.º	%
Ensino Secundário	457212	210504	48,1	226708	51,9
Regular	405716	193285	47,6	212431	52,4
Cursos Gerais	239111	105289	45,2	135822	56,8
Cursos Tecnológicos	79229	44673	56,4	34556	43,6
Cursos Profissionais (nível 3)	26024	13865	55,3	12161	46,7
Ensino Artístico	1604	678	42,3	926	57,7
Cursos Complem. Nocturnos	20546	10557	51,4	9989	48,6
12º Ano - Via de Ensino	38594	19749	51,2	18845	48,8
Cursos Técnico-profissionais (pós-laboral)	608	478	78,5	132	21,7
Recorrente	51496	17219	54,7	14277	45,3

Fonte: Estatísticas da Educação, 1996/97, Ministério da Educação

QUADRO 7

Alunos matriculados nos cursos gerais do ensino secundário, segundo o agrupamento e % de mulheres, por regiões, 1996/97

	Total		1ª Científico-Natural		2ª Artes		3ª Económico-Social		4ª Humanidades	
	IMI	%M	IMI	%M	IMI	%M	IMI	%M	IMI	%M
Portugal Continental	239111	56,8	120476	51,9	17988	50,1	37528	52,0	65119	70,9
Norte Litoral	36815	57,6	20129	53,0	1990	46,0	5557	54,4	9130	71,7
Grande Porto	28725	56,5	14561	52,0	2436	46,2	4199	49,9	7529	72,1
Norte Interior	12685	56,7	7223	53,1	321	49,5	1628	52,0	3513	67,1
Centro Litoral	25185	56,4	13649	50,9	1630	50,3	3760	54,6	6144	71,5
Centro Interior	20142	57,2	11088	52,2	793	50,9	2909	53,5	5352	70,7
Oeste/Ribatejo	19378	57,3	9660	49,7	1447	52,6	3028	56,6	5245	72,9
AML	74845	55,9	32940	51,6	7839	50,9	13249	48,9	20815	69,2
Alentejo	12465	59,1	7014	53,5	688	57,4	1570	54,8	3195	73,9
Algarve	8875	58,1	4212	51,4	844	53,0	1628	55,3	2191	74,8

Fonte: Estatísticas da Educação, 1996/97, Ministério da Educação



de ensino que facilitam uma integração precoce e facilitada no mercado de trabalho.

Sabendo que se trata de uma opção individual ou familiar definida após a conclusão do ensino básico, os dados apresentados indicam que os homens, desde cedo, continuam a ser mais encaminhados do que as mulheres para a vida profissional.

A informação apresentada no quadro 7 revela-nos outra faceta da mesma questão: as opções curriculares dos alunos que ingressam nos cursos gerais do ensino secundário apresentam também uma distinção considerável entre homens e mulheres: verifica-se um *sex ratio* equilibrado em todos os agrupamentos, excepto no domínio das humanidades, em que as mulheres representam 71% dos alunos.

Porquê? Como se explica uma tão grande preferência das mulheres pelas humanidades ou, visto noutro prisma, uma tão expressiva aversão dos homens em relação a esse domínio de estudo?

As saídas profissionais serão certamente uma referência importante para essa escolha, mas as representações e as práticas culturais são, também, por certo, um parâmetro relevante.

Arriscamo-nos a dizer que, de algum modo, a concentração das mulheres no agrupamento das humanidades não está muito longe do modelo, tão apreciado há algumas décadas, da menina que toca piano e fala francês.

A parcela de mulheres nos vários tipos de cursos do ensino profissional (Quadro 8) ilustra ainda, de

Sabendo que se trata de uma opção individual ou familiar definida após a conclusão do ensino básico, os dados apresentados indicam que os homens, desde cedo, continuam a ser mais encaminhados do que as mulheres para a vida profissional.

QUADRO 8  
Alunos matriculados nos cursos profissionais do ensino secundário,  
segundo tipo de curso e % de mulheres, 1996/97

	HM	M	%M
<b>Total</b>	<b>26024</b>	<b>12161</b>	<b>46,7</b>
Administração, Serviços e Comércio	6217	5775	60,7
Agro-Alimentar e Produção Aquática	2062	656	31,8
Ambiente e Recursos Naturais	1294	608	46,8
Artes do Espectáculo	890	390	43,8
Artes Gráficas	717	269	37,5
Construção Civil	1213	279	23,0
Design e Desenho Técnico	882	355	40,2
Electricidade e Electrónica	1666	40	2,4
Hotelaria e Turismo	2999	1755	58,5
Informação, Comunicação e Documentação	2198	1152	51,5
Informática	2339	804	34,4
Intervenção Pessoal e Social	1457	1254	84,7
Metalomecânica	715	42	5,9
Património Cultural e Produção Artística	697	364	52,2
Química	568	220	38,8
Têxtil, Vestuário e Calçado	269	226	84,0
Outras	45	14	32,6

Fonte: Estatísticas da Educação, 1996/97. Ministério da Educação

É desejável que as políticas que visam a promoção da igualdade de oportunidades não se concentrem no sistema de emprego, como tem vindo a acontecer, e sejam, de facto, transversais aos vários domínios da organização da sociedade, prestando uma atenção especial à educação, campo onde se configuram os valores, as representações e as práticas sócio-culturais, ou seja, onde se constrói a cidadania.

forma bastante clara, as diferenças significativas entre as opções dos homens e das mulheres.

A fraca expressão das mulheres nos domínios da electricidade e electrónica, metalomecânica, construção civil, produção agro-alimentar e informática, por um lado, e a sua sobre-representação na área da intervenção pessoal e social e na do têxtil, vestuário e calçado, por outro, revelam bem a permanência dos estereótipos culturais e a sua influência nas opções curriculares dos estudantes.

É importante, contudo, apresentar um segundo exemplo no sentido de mostrar até que ponto esses estereótipos marcam precocemente a vida das pessoas.

Um catálogo intitulado "Festa dos brinquedos", difundido por um hipermercado no período de Natal (1999), apresenta os artigos organizados em vários capítulos, entre os quais analisámos dois que correspondem às seguintes designações:

- ✓ Menina (12 páginas);
- ✓ Rapaz (14 páginas).

Passando ao lado das questões linguísticas (menina vs. rapaz), apresentamos a seguir a lista dos brinquedos incluídos em cada um desses dois itens.

Julgamos que quase seriam desnecessários comentários a propósito dos estereótipos de género presentes no referido catálogo do hipermercado. No entanto, não podemos deixar de assinalar alguns aspectos que nos parecem particularmente relevantes.

SECÇÃO MENINA		SECÇÃO RAPAZ	
Brinquedo	n.º vezes	Brinquedo	n.º vezes
Boneca bebé	24	Motorizada	3
Banheira para bebé	5	Figuras espaciais	2
Alcova para bebé	5	Nave espacial	1
Cadeira para bebé	1	Robots	5
Carro para bebé	6	Heróis de BD e cinema	21
Casa de bonecas	2	Avião de guerra	2
Baloço para boneca	1	Viaturas de heróis	2
Boneca adulta - tipo "Barbie"	10	Hidrojet	1
Casa de boneca	5	Submarino	1
Automóveis para boneca adulta	2	Porta aviões	1
Boneco adulto - "Ken"	1	Pista de carros	4
Parque infantil para boneca	2	Garagem	5
Escola e enfermaria	1	Conjuntos de carrinhos	3
Consultório de pediatra	1	Jeep	1
Castelo encantado/palácio	4	Helicóptero	2
Acessórios de toilette	3	Carro teleguiado	24
Cozinha/equipamento de cozinha	5	Gruas	2
Supermercado/produtos	2	Comboio eléctrico	2
Bonecos Disney	2		
Maleta de teatro	1		
Secretária	1		
Patins	2		

Um brinquedo não é um objecto neutro: é um veículo de simulação e de aprendizagem da vida adulta, encaminha os comportamentos e as práticas sociais e culturais, define lugares na comunidade e na família. Nesta óptica, que informação nos transmite o catálogo do hipermercado?

Permite-nos detectar dois perfis distintos: um, encaminha as crianças para a maternidade, para as tarefas domésticas e para a estética do corpo; outro, aponta claramente para a tecnologia, incluindo alguns elementos de violência ou, pelo menos, de conflituosidade.

Poderão os especialistas do desenvolvimento infantil argumentar que se trata de elementos necessários à construção da identidade de género, que as referências (vindas através dos brinquedos, da televisão ou dos familiares) não se devem alterar de um momento para o outro sob pena de se desconstruírem modelos para os quais não existem substitutos.

Este discurso pode basear-se no conhecimento científico, mas não deixa de legitimar uma desigualdade que não é apenas uma diferença – corresponde a estatutos distintamente valorizados (tão distintos como uma alcafoa de bebé e um submarino telecomandado).

Os dois exemplos apresentados anteriormente convergem num objectivo comum: mostrar que a questão da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres se situa muito a montante do mercado de trabalho, embora atinja aí a sua expressão mais evidente.

Sendo assim, é desejável que as políticas que visam a promoção da igualdade de oportunidades não se concentrem no sistema de emprego, como tem vindo a acontecer, e sejam, de facto, transversais aos vários domínios da organização da sociedade, prestando uma atenção especial à educação, campo onde se configuram os valores, as representações e as práticas sócio-culturais, ou seja, onde se constrói a cidadania.

NUNES DE ALMEIDA, ANA; ANDRÉ, ISABEL & LALANDA, PIEDADE (2002). NOVOS PADRÕES E OUTROS CENÁRIOS PARA A FECUNDIDADE EM PORTUGAL. *ANÁLISE SOCIAL*, VOL. XXXVII (163): 371-409.

## NOVOS PADRÕES E OUTROS CENÁRIOS PARA A FECUNDIDADE EM PORTUGAL<sup>1</sup>

ANA NUNES DE ALMEIDA<sup>2</sup>

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ<sup>3</sup>

PIEADADE LALANDA<sup>4</sup>

### APRESENTAÇÃO

Este artigo aborda a questão da queda da fecundidade em Portugal nas últimas décadas segundo pontos de vista diferentes, mas complementares. Partindo de indicadores demográficos clássicos, apresenta e descreve essa curva descendente, ao mesmo tempo que mostra empiricamente a emergência de novos calendários e cenários para a fecundidade na população feminina. Ensaia-se, depois, uma interpretação para a queda, mostrando como ela mobiliza uma constelação complexa de factores macro e micro, de práticas e valores. O desafio fica então lançado para os pontos seguintes: privilegiando uma visão que contextualiza a fecundidade no cenário mais amplo de comportamentos familiares a que se associa (designadamente nos domínios da sexualidade, da conjugalidade e da procriação), procura-se explorar alguns resultados do *Inquérito à Fecundidade e Família* realizado pelo INE em 1997.

Dessa base de dados trabalhou-se exclusivamente com as mulheres (por definição em idade fértil, entre os 15 e os 49 anos) que já tiveram alguma vez relações sexuais. Exploram-se, em particular, os resultados sobre contracepção e interrupção voluntária da gravidez, sexualidade e conjugalidade, procriação e conjugalidade; procura-se não só apresentar os arranjos em que estes domínios presentemente se estruturam, como ainda descobrir e discutir as lógicas sociais da sua diversidade.

1 - O artigo baseia-se na informação publicamente apresentada pelas autoras numa comunicação ao I Congresso Português de Demografia, realizado em Tróia, em Setembro de 2000, «Mulheres: fecundidade, contracepção e saúde reprodutiva (II) — uma tipologia». Partindo de resultados do Inquérito à Fecundidade e Família (IFF, INE, 1997), o trabalho beneficiou da colaboração com uma equipa do Gabinete de Estudos e Conjuntura do INE, também participante no Congresso, e constituída por Maria José Carrilho, Graça Magalhães e Sofia Leite.

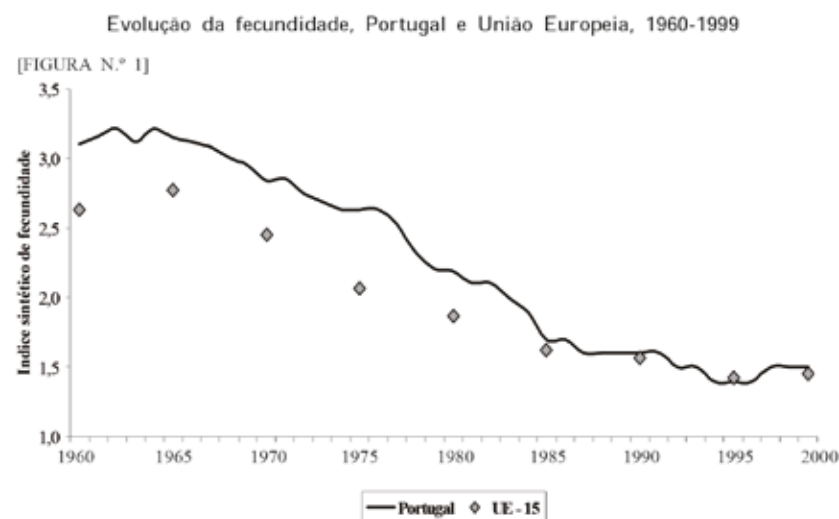
O trabalho que aqui se apresenta enquadra-se, por outro lado, numa das etapas de um projecto de investigação sobre Planeamento Familiar e Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas, realizado entre 1998 e 2000, no âmbito de uma parceria científica entre o Instituto de Ciências Sociais e a Associação para o Planeamento da Família, financiado pelo programa Praxis (PCSH/SOC/121/96). Para além das autoras do artigo, a equipa de investigação responsável contou com a participação de Duarte Vilar (APF).

2 - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

3 - Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

4 - Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada.





### A FECUNDIDADE EM QUEDA: EVIDÊNCIAS E DINÂMICAS

Nas últimas décadas, a fecundidade em Portugal decresceu muito rapidamente: do valor médio de 3,1 filhos por mulher em idade fértil registado em 1960 passou-se para 1,5 em 1999. A partir de 1983, os valores nacionais da fecundidade deixam de assegurar a substituição de gerações, que corresponde a um índice sintético mínimo de 2,1 (Almeida e André, 1995; Bandeira, 1996).

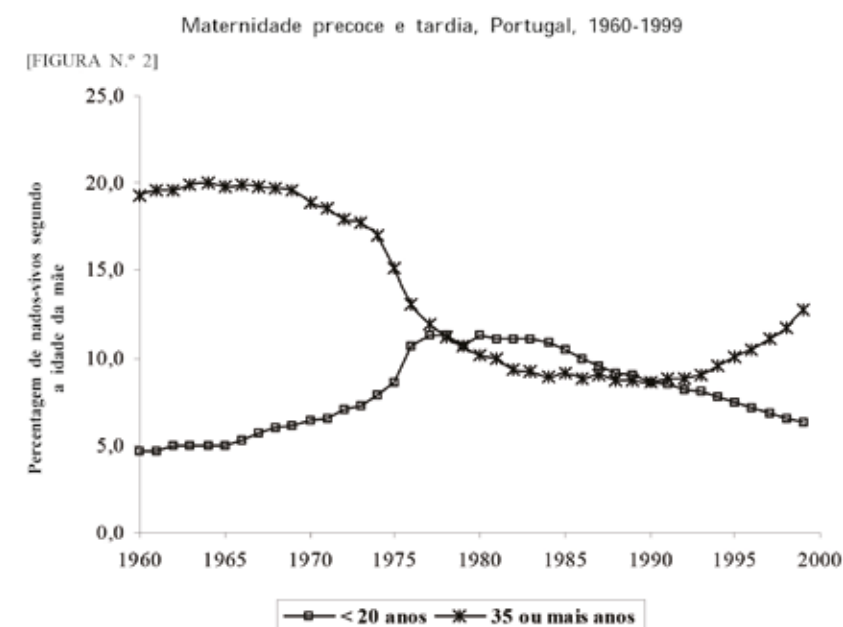
Como pode verificar-se no gráfico apresentado a seguir (figura n.º 1), o padrão de evolução da fecundidade em Portugal é relativamente análogo ao do conjunto dos países que formam actualmente a União Europeia. Contudo, apura-se também na figura que a queda registada em Portugal (como, de resto, a que caracteriza a das regiões da Europa do Sul) é mais tardia e significativamente mais abrupta, ou seja, passámos mais rapidamente de um regime de fecundidade pouco controlada, associada a taxas elevadas de mortalidade infantil<sup>5</sup>, para um quadro de planeamento eficaz da procriação.

As transformações do padrão de fecundidade não se esgotam, porém, na queda dos valores do índice sintético. A mudança inclui também novos cenários para a fecundidade, sobretudo ao nível do calendário dos nascimentos e da relação entre nupcialidade e procriação.

A evolução das parcelas de mães muito jovens e das de idade mais avançada revela globalmente, entre as duas datas, uma tendência para a concentração da fecundidade nos grupos de idade intermédios, especialmente entre os 25 e os 29 anos. Ela conjuga, contudo, dinâmicas distintas (figura n.º 2).

A maternidade tardia, a partir dos 35 anos, caiu rapidamente a partir de 1975 com a significativa facilitação do acesso a contraceptivos eficazes, voltando a registar um crescimento a partir de 1991, relacionado seguramente com o adiamento considerável do nascimento do primeiro filho e também com a possibilidade de, através de meios de diagnóstico seguros, reduzir os riscos das maternidades tardias. É uma tendência que se liga, por outro lado, aos avanços notáveis da escolarização e da actividade feminina registados nas mesmas décadas em Portugal.

5 - A mortalidade infantil em Portugal passou de 77,5‰ em 1960 para 5,6‰ em 1999.

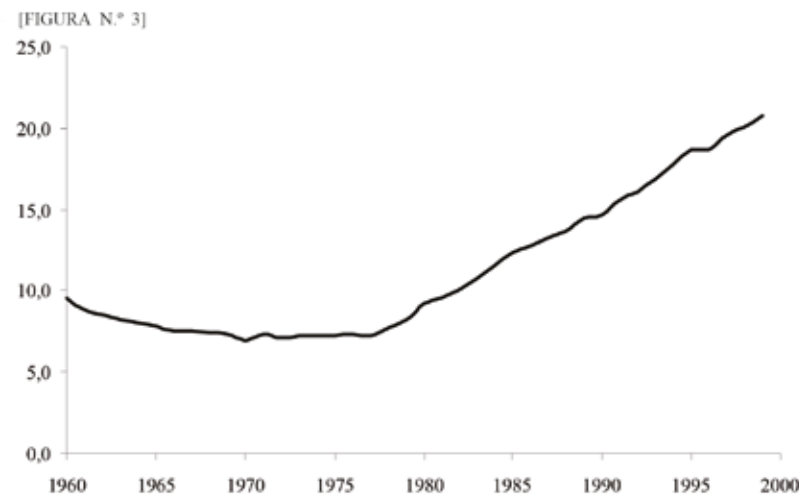


Com um perfil oposto ao da maternidade tardia, a maternidade precoce apresenta um ritmo de evolução em que se individualizam três etapas distintas: valores bastante reduzidos até ao início dos anos 70; a partir de 1975, a parcela de jovens mães tornou-se bastante extensa, diminuindo a partir do final dos anos 80. A dinâmica da maternidade precoce foi certamente marcada por um controle social intenso até ao 25 de Abril e, depois da revolução, pelo clima bastante permissivo que se instalou no país e pela subida genérica da nupcialidade que acompanhou esses anos; no período mais recente, a extensão da escolaridade, aliada a campanhas de informação sobre comportamentos sexuais de risco dirigidas aos jovens, emerge como factor decisivo para o decréscimo actual da maternidade na adolescência.

Outro cenário que se alterou significativamente diz respeito à relação entre fecundidade e nupcialidade. Tomando o país como um todo, não se nota aqui, é certo, uma viragem tão radical e veloz quanto a da regressão da fecundidade; aparentemente, a instituição do casamento continua a ter uma importância dominante no contexto português (Almeida, 2002; Schoenmaechers e Lodewijckx, 1999). Contudo, e especialmente em certas regiões, os sinais de mudança nos comportamentos da conjugalidade parecem tornar-se cada vez mais expressivos. A figura n.º 3 é já suficientemente elucidativa quanto à progressiva dissociação entre os dois fenómenos ao longo das três décadas: em 1999, os pais de 21% dos nascidos-vivos (contra apenas 10% em 1960) não eram casados, vivendo cerca de três quartos deles em coabitação. É um dado que nos permite concluir, por outro lado, que apenas 25% destas mães são efectivamente mulheres sós.

As transformações do padrão de fecundidade evidenciadas pelos dados anteriormente apresentados têm expressão nas várias regiões do país, embora registem intensidades distintas, que reflectem contextos sócio-culturais diversos (quadro n.º 1).

Evolução da parcela de nascimentos fora do casamento, Portugal, 1960-1999  
(percentagem de mulheres)



Fonte: INE, *Estimativas da População Residente*, 1999.

Importa salientar, no entanto, a regularidade geográfica dos valores da fecundidade: ao nível das NUT II, os valores da taxa de fecundidade variam apenas entre 400/00. e 52 0/00. Partindo de situações muito distintas nos anos 60 e 70, as taxas de fecundidade regionais aproximaram-se bastante na década de 80.

Relativamente aos contextos da fecundidade, a diversidade regional é mais marcada.

A maternidade precoce mantém uma expressão considerável no Alentejo e nas regiões autónomas. No que diz respeito à maternidade tardia, a Madeira e a Região de Lisboa e Vale do Tejo, por razões certamente diferentes, destacam-se das restantes com valores bastante superiores.

A dissociação entre maternidade e nupcialidade atinge a sua expressão máxima no Algarve, região onde 38% dos nascimentos registados em 1999 se deram fora do casamento, sendo também bastante relevante na Região de Lisboa e Vale do Tejo, especialmente na Área Metropolitana de Lisboa. Pelo contrário, na Região Norte, no Centro e nos Açores, os nascimentos fruto de uniões de facto são ainda pouco expressivos.

Em poucas décadas, Portugal deixou de ser um dos países mais férteis da União Europeia. Do ponto de vista dos indicadores clássicos da fecundidade, o território nacional exhibe uma considerável homogeneidade. Contudo, e para além da descrição linear da queda, a sua interpretação só pode beneficiar de um esforço de enquadramento da fecundidade no contexto mais amplo dos comportamentos familiares com que, mais ou menos directamente, se relaciona.

### A FECUNDIDADE EM QUEDA: PROBLEMAS E QUESTÕES

Quantificada nos seus contornos, intensidade e diversidade, a queda da fecundidade em Portugal suscita dois tipos de interpretações. A primeira associa-a, num horizonte mais imediato, a um crescente acesso e utilização dos métodos de contracepção médica, segura e eficaz, cujo uso é encorajado pelas políticas sociais e de saúde posteriores ao 25 de Abril; a outra, procurando aprofundar as razões da difusão

Indicadores regionais dos padrões de fecundidade

[QUADRO N.º 1]

	Taxa de fecundidade (permilagem)	Maternidade precoce (mães com menos de 20 anos) (percentagem)	Maternidade tardia (mães com 35 ou mais anos) (percentagem)	Nados-vivos fora do casamento (percentagem)
Portugal . . . . .	45,1	6,3	12,7	20,8
Região Norte . . . . .	45,0	5,8	11,9	12,7
Grande Porto . . . . .	45,2	—	—	18,6
Região Centro . . . . .	41,7	6,0	11,7	14,8
Lisboa e Vale do Tejo . . . . .	46,7	6,0	14,3	30,7
Grande Lisboa . . . . .	47,9	—	—	32,9
Península de Setúbal . . . . .	46,4	—	—	35,0
Alentejo . . . . .	40,0	9,2	11,3	28,4
Algarve . . . . .	48,9	7,7	11,9	37,6
Açores . . . . .	52,2	10,9	11,2	13,3
Madeira . . . . .	44,0	9,0	15,3	19,6

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1999, e *Anuários Estatísticos Regionais*, 2000.

dessa atitude contraceptiva (da mulher ou do casal), remete-nos para a discussão dos novos valores sobre a sexualidade, a conjugalidade e a procriação, bem como sobre o lugar da criança na família moderna.

As informações recolhidas nos diferentes inquéritos à fecundidade realizados nas últimas décadas em Portugal<sup>6</sup> dão-nos conta de um recurso cada vez mais generalizado da população feminina aos meios de contracepção.

Em 1987, as mulheres casadas inquiridas<sup>7</sup> no *Inquérito Nacional de Saúde* revelavam um conhecimento generalizado sobre a existência de métodos de controle eficaz da fecundidade [nomeadamente da pílula e do DIU (dispositivo intra-uterino), referidos por 87% das inquiridas]; contudo, o seu uso efectivo ficava bem aquém desta percentagem. Quase metade das mulheres (sobretudo as mais velhas, com nulo ou baixo nível de instrução) declarava então «não utilizar qualquer método», ou recorrer ao «coito interrompido»; apenas 38% (as mais novas, as mais instruídas) afirmam tomar «a pílula» ou ter colocado «o DIU»; o preservativo é utilizado em 6% dos casos. Mesmo admitindo que algumas daquelas mulheres pretendiam engravidar no momento da inquirição, os resultados mostram como a difusão das práticas contraceptivas eficazes é então ainda parcial em Portugal.

Em 1997 assinalam-se, porém, progressos notáveis: na nova amostra de mulheres<sup>8</sup> do Inquérito à Fecundidade e Família verifica-se «o uso actual» de «métodos contraceptivos ditos regulares» (pílula e DIU) em 72% das inquiridas, enquanto os métodos tradicionais ou os menos eficazes (coito interrompido, abstinência periódica e calendário, injeção, diafragma, cones, espuma, preservativo masculino)

6 - São, por ordem cronológica, INE/International Statistical Institute, *Inquérito Português à Fecundidade*, Lisboa, Ministério da Saúde, 1980; Ministério da Saúde/Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, *Inquérito Nacional de Saúde*, Lisboa, Ministério da Saúde, 1987; INE, *Inquérito à Fecundidade e Família — Resultados Definitivos*, Lisboa, INE, 2001.

7 - Ser mulher em idade fértil (15-49 anos) e estar casada eram, efectivamente, dois dos critérios de construção da amostra no inquérito de 1987.

8 - Esta nova amostra contempla pela primeira vez mulheres em idade fértil, independentemente do seu estado civil ou situação na conjugalidade; inclui também homens. Não podemos deixar de assinalar a cumplicidade entre estas opções «técnicas» e a abertura (se bem que tardia, e certamente pela pressão internacional) do aparelho estatístico oficial português aos novos tempos: este passa a admitir o desfazimento entre a sexualidade activa e o casamento, por um lado, e o facto de as questões da fecundidade (e da família) dizerem respeito não só às mulheres, mas também aos homens.



se limitam a uns escassos 28%. Quanto à primeira contracepção, a pílula (em 69% das situações) e, a grande distância, o preservativo masculino (12%) surgem genericamente em claro destaque na amostra feminina. Tornada tecnicamente possível pelo progresso médico e acessível aos cidadãos pela venda livre, a contracepção eficaz tornou-se, assim, um instrumento decisivo de controle da fecundidade, permitindo (tanto aos indivíduos como aos casais) dissociar a sexualidade activa ou a conjugalidade da procriação, planejar (em número e em calendário) a sua descendência.

A procura contraceptiva é, porém, o produto (e ao mesmo tempo um elemento estruturador) de um universo onde despontam novos valores sobre a família, o casal e a criança, sobre o corpo e o sexo. O movimento de laicização e privatização da vida familiar, em marcha no Ocidente europeu desde finais do século XVIII, contribui para que a família conjugal quebre as tradicionais «amarras» (Shorter, 1977) que antes a prendiam à autoridade ou aos valores da Igreja, à pressão ou aos olhares da vizinhança, aos interesses da rede de parentesco. Protegida dos olhares de fora, a casa é agora o casulo da vida privada, o lugar da realização afectiva do casal. Contra a «distância, deferência e patriarcado», o «individualismo afectivo» (Stone, 1979) enaltece os valores da autonomia e da realização individuais, afirma o direito à felicidade no quotidiano e à privacidade física, ao mesmo tempo que encoraja a dissociação entre prazer sexual e pecado. Como sublinha E. Durkheim, na «família conjugal moderna» é a qualidade da relação de intimidade entre as pessoas, e não a relação com as coisas, que constitui o seu princípio fundador (Singly, 1993; Torres, 2001).

Os afectos invadem não só a representação da conjugalidade, como ainda a da parentalidade. Num cenário demográfico onde regride de forma impressionante a mortalidade infantil, a criança torna-se o centro da atenção e do afecto dos pais; representada como um ser vulnerável e singular, diferente do adulto, a sua socialização decorre entre o lar e a escola — onde, com os pares, lhe são ensinadas competências técnicas e morais que lhe permitirão, mais tarde, integrar o mundo dos adultos (Ariès, 1973). Apesar das situações concretas que o desmentem, a infância é representada como o tempo do não-trabalho (Sarmento, 1999).

Na família, a pressão para diminuir a descendência cresce. Na sociedade de consumo ocidental, os filhos perdem grande parte das suas funções produtivas e tornam-se, cada vez mais, um custo (afectivo e material) para os pais, dos quais dependem por períodos de tempo cada vez maiores, pelo facto de se terem consideravelmente alongado os percursos escolares. A importância da mobilização educativa na estratégia da família conjugal contemporânea é justamente sublinhada por F. de Singly (1993, 2000)<sup>9</sup>; quando os modos dominantes de reprodução e transmissão passam hoje pelo capital escolar, a aposta na escolarização dos filhos é um instrumento decisivo nos projectos de mobilidade social da família. E um poderoso incentivo ao planeamento e controle da fecundidade. Por outro lado, a família contemporânea, estruturada em torno do casal (Kaufmann, 1993), é um lugar estratégico da descoberta e construção de identidade individual, feminina e masculina, «de revelação de si» (Singly, 1996).

9 - É profusamente ilustrada no terreno empírico português (consultar, para meios sociais distintos, por exemplo, Almeida, 1993, Leandro, 1995, e Wall, 1998).

É ela que está ao serviço da realização e satisfação do indivíduo, e não o contrário; é através dela que se procura alcançar, na impaciência do quotidiano, como escreveu L. Roussel, o ideal da «felicidade no presente». As formas e modalidades que a vida privada pode assumir não dependem de qualquer legitimidade externa ou institucional, mas da vontade, do compromisso e do reconhecimento mútuos dos parceiros que a constroem e partilham.

O mesmo poderá dizer-se da decisão de ter filhos ou do calendário dos nascimentos: ela passa, antes de mais, por uma escolha racional do casal ou do indivíduo, gerida em função dos ritmos e objectivos internos da vida em comum ou dos investimentos individuais noutras esferas de actividade — profissional, nomeadamente.

No quadro de um modelo assimétrico entre géneros de divisão do trabalho doméstico e de educação dos filhos (Torres e Silva, 1998; Perista, 1999; Wall, coord., 2001), num contexto de redes ainda deficitárias de guarda formal ou informal de crianças, a entrada massiva e duradoura das mulheres no mercado de trabalho, imparável em Portugal desde a década de 60, constitui outro factor inibidor de estratégias de fecundidade múltipla. O peso das sobrecargas que resultam desta acumulação de tarefas, dentro e fora de casa, por um lado, o investimento feminino na carreira e a mobilidade profissional, por outro, encorajam a limitação dos nascimentos.

A ideologia da igualdade entre homens e mulheres que os movimentos sociais dos anos 60 popularizaram na Europa (e que a União Europeia veio a consagrar mais tarde, através da definição de um *mainstreaming* centrado na promoção da igualdade de oportunidades) deu, por seu turno, um forte impulso a uma nova representação do corpo e da sexualidade, que se traduz numa reivindicação crescente do direito ao prazer — dentro ou fora do casamento. A contracepção é o instrumento técnico que permite a concretização deste ideal, sem os custos de uma gravidez indesejada. Os universos identitários, para as mulheres, não podem deixar de ser profundamente afectados por estas mudanças: dissociam-se sexualidade e casamento, sexualidade e procriação, casamento e fecundidade. Ter um filho deixa de ser um destino biológico a cumprir; é antes uma escolha a fazer, entre outras possíveis, e condicionada à vontade individual. Por outro lado, a cultura científica dominante, difundida nomeadamente pela escola, contribui para o «desencantamento» e racionalização (Weber, 1959) de condições e processos biológicos que outrora estavam envoltos em tabus e interditos, preconceitos e crenças. Ora a racionalização da sexualidade, que a técnica e o saber médico possibilitam, encoraja também uma atitude de previsão, controle e planeamento individual sobre a fecundidade e a reprodução.

A queda da fecundidade não é, assim, o efeito simples de uma causa única, mas o produto de uma conjugação complexa de factores, envolvendo dimensões mais ou menos profundas da realidade, processos macro e microsociais, práticas e representações de actores; contudo, o acesso à contracepção eficaz surge, na linha da frente, como o instrumento técnico que efectivamente a tornou possível. Por outro lado, e apesar do seu forte carácter homogeneizador, a queda encobre sinais de diversidade, nomeadamente entre franjas da população com distintas posições na estrutura social ou diferentes pertenças geracionais. Com ela inauguram-se, por último, novas cumplicidades entre domínios cruciais

Distribuição percentual de mulheres em conjugalidade segundo o último método contraceptivo utilizado durante pelo menos três meses, segundo o grupo etário, Portugal, 1997

[QUADRO N.º 2]

Método	Grupo etário							Total
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Esterilização da mulher	0,6	0,2	0,3	1,2	1,2	2,7	2,0	1,2
Esterilização do homem	0,0	0,0	0,3	0,9	1,4	0,9	0,8	0,7
Pílula	54,2	76,6	75,6	66,6	56,7	44,6	43,8	60,6
Dispositivo intra-uterino	0,7	0,6	5,1	10,0	15,0	17,7	11,9	9,8
Injecção	0,0	0,0	0,1	0,4	0,7	1,0	0,9	0,5
Diafragma, espuma, cones	0,6	0,5	0,7	0,7	2,3	3,0	5,7	2,0
Preservativo masculino	38,8	18,3	14,1	12,0	11,8	12,7	12,2	14,4
Abstinência periódica, ciclos de períodos seguros	0,0	1,4	1,1	2,2	4,3	4,7	5,8	3,1
Coito interrompido	4,5	2,4	2,2	5,7	5,8	11,7	16,0	7,0
Outros	0,5	0,0	0,3	0,3	0,9	1,0	0,8	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, dados definitivos.

da vida familiar (e da reprodução social) outrora indissociavelmente ligados entre si. Destaca-se, a este propósito, a relação entre sexualidade activa e conjugalidade, por um lado, e procriação e conjugalidade, por outro. São questões que abordaremos nos pontos seguintes.

A QUEDA DA FECUNDIDADE: OS FACTORES IMEDIATOS

Num horizonte mais imediato e numa óptica estritamente pragmática, a queda recente da fecundidade em Portugal pode ser directamente atribuída ao jogo de três factores — a esterilidade, a contracepção e a interrupção voluntária da gravidez.

A ESTERILIDADE

Ao contrário do que já tem sido afirmado por alguns políticos ou meios de comunicação, os casos de esterilidade são suficientemente escassos para se lhes poder atribuir uma quota-parte significativa na queda acentuada da fecundidade registada nas últimas décadas.

Os dados do IFF (INE, 1997) mostram que apenas 3,3% das mulheres já tentaram ter filhos sem êxito e, deste grupo, pouco menos de metade (44,1%) acabou por ter um ou mais filhos. Estes valores mostram que, apesar da visibilidade mediática que os meios para combater a infertilidade assumiram (fertilização in vitro, recurso a mães hospedeiras, bancos de esperma, etc.), o significado estatístico desta situação é bastante limitado.

A CONTRACEPÇÃO

O avanço científico e tecnológico no campo dos contraceptivos foi, como anteriormente se referiu, decisivo para a reconfiguração dos padrões de fecundidade. Os resultados do IFF traduzem já essa mudança substantiva relativamente às décadas anteriores: em 1997, 85% das mulheres que recorrem

à contracepção usam métodos eficazes, como a pílula (61%), o DIU (10%) ou o preservativo masculino (14%) (v. quadro n.º 2).

Distribuição percentual das mulheres que fazem contracepção segundo o método utilizado, Portugal, 1997, e Espanha, 1999

[QUADRO N.º 3]

Método	Espanha, 1999	Portugal, 1997
Esterilização da mulher	10,6	1,2
Esterilização do homem	9,0	0,7
Pílula	21,5	60,6
Dispositivo intra-uterino	7,2	9,8
Injecção	0,2	0,5
Diafragma, espuma, cones	0,2	2,0
Preservativo masculino	45,9	14,4
Abstinência periódica, ciclos de períodos seguros	4,3	3,1
Coito interrompido	7,9	7,0
Outros	2,1	0,5
Total	(a) 108,9	100,0

(a) O total é superior a 100% devido à utilização de vários métodos em simultâneo.  
Fontes: INE (Espanha), *Encuesta de Fecundidad 1999*; INE (Portugal), *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, dados definitivos.

Contudo, a expressão dos métodos tradicionais, bem como o peso relativo dos vários contraceptivos modernos, variam substancialmente consoante as gerações. A idade é um factor determinante na opção que as mulheres fazem relativamente à sua prática contraceptiva.

Na franja etária dos 35 aos 49 anos, o recurso a métodos tradicionais pouco eficazes (sobretudo o coito interrompido, cujo peso oscila entre os 6% e os 16%) é ainda bastante significativo, sendo tanto mais expressivo quanto mais avançada é a idade das mulheres. É também neste grupo que o uso do DIU está sobrerrepresentado. As mulheres com 20 a 35 anos optam, na sua grande maioria, pela pílula. Entre as adolescentes, o preservativo masculino (39%), a par da pílula (54%), assume um significado relevante; note-se, todavia, que o coito interrompido surge nesta franja com um peso de 4,5%.

Ainda que o preservativo esteja a ser cada vez mais utilizado, sobretudo na primeira etapa da sexualidade activa, deve sublinhar-se que os comportamentos de risco associados, não à gravidez, mas sim às doenças sexualmente transmitidas, são excessivamente frequentes em Portugal. Uma breve comparação com os dados do *Inquérito à Fecundidade* realizado em Espanha em 1999 (INE) permite verificar a significativa diferença entre a situação registada de um lado e do outro da fronteira (quadro n.º 3).

O exemplo da Espanha, ilustrativo de um quadro de sexualidade mais protegida, é particularmente sugestivo se analisarmos os dados apresentados no quadro seguinte, relativos ao uso do preservativo nos diversos grupos etários (quadro n.º 4). Em todos eles, a sua utilização decresce com a idade; mas a diferença entre os dois países, para todas as franjas etárias (sobretudo a partir dos 20 anos), é abissal. Ao contrário da Espanha, onde o preservativo masculino acompanha mais continuamente o percurso de sexualidade e conjugalidade feminina, em Portugal o seu uso parece limitar-se preferencialmente às primeiras e mais informais etapas do namoro e da construção do casal; uma vez este consolidado, o padrão contraceptivo tende a passar pela toma da pílula.

Voltando à situação nacional revelada pelo IFF de 1997, interessa salientar que as práticas contraceptivas não variam apenas segundo as gerações, embora, como já se sublinhou antes, a idade seja um



Utilização do preservativo por grupos etários  
(percentagem de mulheres), Portugal, 1997,  
e Espanha, 1999

[QUADRO N.º 4]

Grupo etário	Espanha, 1999	Portugal, 1997
15-19 . . . . .	67,8	38,8
20-24 . . . . .	66,3	18,3
25-29 . . . . .	51,4	14,1
30-34 . . . . .	45,8	12,0
35-39 . . . . .	38,9	11,8
40-44 . . . . .	36,4	12,7
45-49 . . . . .	30,5	12,2
<i>Total</i> . . . . .	45,9	14,4

Fontes: INE (Espanha), *Encuesta de Fecundidad 1999*;  
INE (Portugal), *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*,  
dados definitivos.

Métodos contraceptivos utilizados na primeira relação sexual segundo  
a idade actual das mulheres, Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 5]

Idade actual	Nenhum	Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos)	Preservativo masculino	Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injecção)	Total global
15 a 24 anos . . . . .	11,4	7,0	43,5	38,1	100,0
25 a 34 anos . . . . .	12,0	10,9	19,2	57,9	100,0
35 a 49 anos . . . . .	19,0	17,4	9,0	54,6	100,0
<i>Total</i> . . . . .	14,9	12,9	19,7	52,6	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

factor determinante. Outras variáveis referentes ao percurso de sexualidade, por um lado, à condição familiar e ao meio social de pertença da mulher são igualmente discriminantes.

Os dados relativos ao uso de contracepção na primeira relação sexual mostram que a grande maioria das mulheres entre os 15 e os 49 anos iniciaram a sua sexualidade activa num quadro de grande risco, quer relativamente à gravidez indesejada, mas sobretudo face às doenças sexualmente transmissíveis (quadro n.º 5).

Note-se que, apesar da multiplicação de campanhas informativas e de acções formativas nos anos mais recentes, apenas 43,5% das jovens com 15 a 24 anos utilizaram preservativo na primeira relação sexual. Esse valor é de 19,2% nas mulheres da geração imediatamente anterior (25 a 34 anos), o que é surpreendente, se se tiver em conta que a divulgação em Portugal sobre o contágio da SIDA já era considerável quando estas mulheres iniciaram a sua vida sexual activa.

Quando se compara o perfil das práticas contraceptivas iniciais com o padrão actual, verifica-se que

Métodos contraceptivos utilizados na primeira relação sexual segundo  
o método contraceptivo actual, Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 6]

Método contraceptivo na primeira relação sexual	Método contraceptivo actual				Total
	Nenhum	Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos)	Preser- vativo masculino	Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injecção)	
Nenhum . . . . .	85,8	2,8	1,3	10,1	100,0
Métodos naturais e métodos pou- co eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos) . . . . .	8,5	42,7	7,8	41,0	100,0
Preservativo masculino . . . . .	13,1	3,5	30,5	52,9	100,0
Métodos de eficácia elevada (es- terilização, pílula, DIU) . . . . .	5,8	5,9	7,9	80,4	100,0
<i>Total global</i> . . . . .	19,5	9,7	11,4	59,4	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

Métodos contraceptivos usados actualmente segundo o tipo  
de agregado doméstico, Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 7]

Agregado doméstico	Nenhum	Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos)	Preser- vativo masculino	Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injecção)	Total
Família de origem . . . . .	22,3	3,1	20,5	54,1	100,0
Conjugal sem filhos . . . . .	27,1	8,3	9,4	55,2	100,0
Conjugal com filhos . . . . .	15,6	11,6	9,5	63,3	100,0
Conjugal alargado . . . . .	23,7	10,6	9,8	55,9	100,0
Monoparental . . . . .	28,3	11,0	6,7	54,1	100,0
Só ego . . . . .	25,0	5,8	3,8	65,4	100,0
Ego e outros . . . . .	13,3	6,7	31,1	48,9	100,0
<i>Total global</i> . . . . .	19,5	9,7	11,4	59,4	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

a inércia é muito vincada, facto que é evidenciado pelos valores que surgem na diagonal do quadro n.º 6. Na grande maioria dos casos, o método usado na primeira contracepção mantém-se na actualidade. Mesmo quando se verifica uma mudança significativa, como acontece no caso da utilização do preservativo na primeira contracepção (substituído depois, em 53% dos casos, pela pílula), essas mulheres são as que actualmente mais usam o preservativo.

A história contraceptiva das mulheres parece, assim, adquirir os seus principais contornos logo no seu momento inicial: a primeira experiência é quase preditiva do que virá a ser o percurso posterior.

Embora a estrutura do grupo doméstico de residência da mulher esteja relacionada com a idade, importa realçar que a predominância acentuada dos métodos de eficácia elevada é transversal aos diversos arranjos familiares (quadro n.º 7).

Métodos contraceptivos actuais segundo a situação perante o trabalho, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 8]

Situação perante o trabalho	Nenhum	Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos)	Preservativo masculino	Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injeção)	Total
Estudante . . . . .	19,3	2,1	25,1	53,5	100,0
Desempregada . . . . .	20,4	8,1	9,6	61,9	100,0
Empregada . . . . .	15,8	9,4	11,4	63,4	100,0
Doméstica . . . . .	28,0	13,9	7,5	50,6	100,0
Reformada . . . . .	32,4	17,6	5,9	44,1	100,0
Total global . . . . .	19,5	9,7	11,4	59,4	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família*, 1997, base de dados.

A leitura das sobre-representações registadas em cada um dos tipos de agregado faz sobressair outro aspecto: o uso de preservativo só é considerável fora dos contextos de família conjugal, atingindo uma expressão considerável nos casos das mulheres-filhas que co-residem com os pais e, sobretudo, nos daquelas que coabitam com amigos ou parentes que não são nem os pais, nem os filhos, nem o cônjuge.

As mulheres em arranjo monoparental destacam-se pela ausência de contracepção ou pelo uso de métodos de eficácia reduzida. Mesmo admitindo que parte delas não tem actualmente parceiro sexual, trata-se de um padrão que pode indiciar situações de risco, tanto do ponto de vista da gravidez-accidente como do contágio de infecções.

O cruzamento entre o tipo de contracepção e a situação das mulheres perante o *trabalho profissional* revela que, também neste caso, a larga predominância dos métodos mais eficazes é transversal a todas as situações.

Porém, a *situação perante a actividade profissional* induz algumas diferenças significativas (quadro n.º 8). Se se compararem os dados relativos às mulheres empregadas e às domésticas, encontram-se perfis distintos: no grupo das mulheres que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico, uma parcela de 42% não faz contracepção ou usa métodos de reduzida eficácia, sendo bastante escassa a utilização de preservativo; numa posição que contrasta com a anterior encontram-se as mulheres que desenvolvem uma actividade profissional, as quais recorrem com muito maior frequência aos métodos de eficácia elevada e ao preservativo.

Contudo, o perfil que mais se distingue dos restantes é o das mulheres que se encontram a estudar. É neste grupo que o uso de preservativo assume maior expressão e é também entre estas mulheres que a utilização de métodos tradicionais tem um significado residual. Estas diferenças ligam-se apenas à idade ou relacionam-se também com o facto de estudarem?

Os dados apresentados no quadro n.º 9, relativos apenas às mulheres jovens, dão a resposta: a diferença fundamental reside menos na idade e liga-se principalmente à permanência das jovens no sistema de ensino — parece ser a escola que promove comportamentos mais seguros, tanto na óptica de uma gravidez não desejada como na do contágio de DST. Importa notar que as domésticas com me-

Métodos contraceptivos actuais segundo a situação perante o trabalho das mulheres com 15 a 24 anos, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 9]

Situação perante o trabalho	Nenhum	Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos)	Preservativo masculino	Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injeção)	Total
Estudante . . . . .	19,6	1,7	25,1	53,6	100,0
Desempregada . . . . .	23,5	4,3	17,4	54,8	100,0
Empregada . . . . .	18,6	5,3	13,1	63,0	100,0
Doméstica . . . . .	36,4	3,9	7,8	51,9	100,0
Total global . . . . .	21,3	3,8	17,0	57,8	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família*, 1997, base de dados.

Métodos contraceptivos segundo o nível de instrução, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 10]

Nível de instrução	Nenhum	Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos)	Preservativo masculino	Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injeção)	Total
Nenhum . . . . .	31,0	16,8	6,5	45,8	100,0
Básico 1.º ciclo — 1.º ao 4.º ano de escolaridade	25,8	14,1	7,7	52,3	100,0
Básico 2.º ciclo — 5.º ao 6.º ano de escolaridade	17,1	7,6	10,9	64,4	100,0
Básico 3.º ciclo — 7.º ao 9.º ano de escolaridade	14,6	6,2	13,5	65,7	100,0
Secundário — 10.º ao 12.º ano de escolaridade	15,3	5,5	17,2	62,0	100,0
Superior não universitário — médio/politécnico	12,4	8,4	12,8	66,4	100,0
Superior universitário . . . . .	11,6	6,0	16,5	65,8	100,0
Total global . . . . .	19,5	9,7	11,4	59,4	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família*, 1997, base de dados.

nos de 25 anos têm práticas contraceptivas bastante distintas das restantes jovens, que as aproximam significativamente das mulheres mais velhas.

O cruzamento das práticas contraceptivas com o nível de instrução vem precisamente comprovar essa ideia — a ausência de contracepção e o uso de métodos pouco eficazes são práticas cuja frequência decresce com o aumento do nível de escolaridade (quadro n.º 10). Ao contrário, a utilização de preservativo é tanto maior quanto mais elevada é a instrução das mulheres.

Deve ainda salientar-se que os métodos de eficácia elevada se encontram bastante sub-representados nos grupos sem escolaridade ou com níveis de instrução muito baixos.

A diversidade de práticas segundo a profissão das mulheres confirma, na generalidade, esta tendência (quadro n.º 11). A cada um dos tipos de contracepção ligam-se certos perfis profissionais: os



Métodos contraceptivos segundo a profissão,  
Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 11]

	Nenhum	Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos)	Preservativo masculino	Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injeção)	Total
Dirigentes/empresárias . . . . .	13,3	13,3	12,8	60,6	100,0
Técnicas superiores . . . . .	10,5	6,8	17,8	64,8	100,0
Técnicas intermédias . . . . .	15,6	9,1	12,7	62,6	100,0
Empregadas dos serviços e comércio . . . . .	13,6	6,6	12,6	67,2	100,0
Empregadas dos serviços pessoais e domésticos . . . . .	16,2	9,7	11,4	62,6	100,0
Trabalhadoras da agricultura . . . . .	28,7	16,7	6,3	48,3	100,0
Trabalhadoras da indústria . . . . .	15,6	7,0	9,3	68,1	100,0
Trabalhadores não qualificadas dos vários sectores . . . . .	20,5	11,9	7,7	59,9	100,0
Total global . . . . .	19,5	9,7	11,4	59,4	100,0

Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família, 1997, base de dados.

Métodos contraceptivos segundo a religião,  
Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 12]

Religião	Nenhum	Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos)	Preservativo masculino	Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injeção)	Total
Católica . . . . .	13,3	13,3	12,8	60,6	100,0 (4292)
Outra cristã . . . . .	8,2	17,8	20,5	53,4	100,0 (73)
Outra não cristã . . . . .	0,0	0,0	44,4	55,6	100,0 (9)
Sem religião . . . . .	12,5	8,3	14,4	64,8	100,0 (216)
Total global . . . . .	19,5	9,7	11,4	59,4	100,0 (4591)

Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família, 1997, base de dados.

métodos pouco eficazes estão sobrerrepresentados entre as dirigentes do sector público e privado<sup>10</sup>, as trabalhadoras da agricultura e as trabalhadoras não qualificadas de todos os sectores; o uso do preservativo masculino salienta-se sobretudo entre as técnicas superiores e, ainda que com menor relevo, entre as técnicas intermédias; os métodos de eficácia elevada sobressaem entre as empregadas dos serviços, do comércio e da indústria com algum grau de qualificação. Estas diferentes práticas contraceptivas, socialmente marcadas, podem indicar também estilos diversos de relação entre parceiros sexuais; em particular, o uso do preservativo (claramente associado às franjas sociais mais jovens e

10 - Esta categoria que aqui se utiliza, obviamente predefinida (como, de resto, todas as outras) pelo INE, inclui sobretudo mulheres cuja actividade profissional se desenvolve em pequenos negócios ou explorações familiares.

Métodos contraceptivos segundo o número de filhos,  
Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 13]

Quantos filhos teve	Nenhum	Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos)	Preservativo masculino	Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injeção)	Total
Sem filhos . . . . .	23,9	3,7	17,2	55,1	100,0
1 filho . . . . .	15,3	12,1	10,0	62,6	100,0
2 filhos . . . . .	25,7	13,5	6,3	54,5	100,0
3 ou mais filhos . . . . .	17,0	10,4	10,1	62,4	100,0
Total global . . . . .	15,3	12,1	10,0	62,6	100,0

Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família, 1997, base de dados.

mais favorecidas) indicará uma maior informalidade e instabilidade no casal, enquanto o recurso à pílula e ao DIU retratará situações conjugais mais formais e estabilizadas.

Ao contrário do que poderia supor-se, a *religião* não é um factor decisivo na configuração das práticas contraceptivas (quadro n.º 12). As mulheres que se assumem como católicas recorrem, na sua grande maioria, a métodos contraceptivos que a Igreja católica condena. Contudo, o seu perfil afasta-se ligeiramente do das mulheres sem religião, sobretudo por ser mais frequente, entre as católicas, a ausência de contracepção e por utilizarem menos o preservativo e os métodos mais eficazes.

O número de mulheres de outras religiões é tão reduzido na amostra do IFF que, embora se apresentem os valores no quadro, é abusivo interpretar os dados.

Curiosamente, são as mulheres com *mais* filhos aquelas em que a ausência de contracepção é mais expressiva — um quarto das mulheres com três ou mais filhos não usa qualquer método contraceptivo (quadro n.º 13). É também neste grupo que se encontram as maiores parcelas de mulheres que usam métodos de eficácia reduzida, verificando-se que quase 40% das mulheres com três ou mais filhos não fazem contracepção ou usam métodos pouco fiáveis, sujeitando-se com grande probabilidade a sucessivas gravidezes não planeadas<sup>11</sup>. A procura contraceptiva eficaz parte assim, sobretudo, das mulheres que não têm filhos ou das que possuem uma pequena descendência; é um sinal de que será o projecto individual (ou familiar) de fecundidade que precede e orienta as práticas de planeamento e contracepção — e não o contrário.

A INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ (IVG)

Tratando-se de uma prática proibida em Portugal (com a excepção dos casos de malformação do feto, de risco de vida da mãe ou de violação), a IVG surge com uma incidência considerável na amostra do IFF: abrange 6,4% das mulheres que alguma vez tiveram relações sexuais (quadro n.º 14).

Essa parcela aumenta significativamente no grupo das mulheres mais velhas — 9,7% das que têm

11 - Na amostra do IFF, as mulheres com três ou mais filhos representam 15% daquelas que já alguma vez tiveram relações sexuais.

Prática de IVG segundo o grupo etário,  
Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 14]

Idade	Não	Sim	Total
15-24 . . . . .	98,0	2,0	100,0
25-34 . . . . .	94,9	5,1	100,0
35-49 . . . . .	90,3	9,7	100,0
<i>Total global</i> . . . . .	93,6	6,4	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

Prática de IVG segundo o método contraceptivo,  
Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 15]

Método contraceptivo	Não	Sim	Total
Nenhum . . . . .	97,1	2,9	100,0
Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos) . . . . .	90,3	9,7	100,0
Preservativo masculino . . . . .	94,4	5,6	100,0
Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injeção) . . . . .	92,8	7,2	100,0
<i>Total global.</i> . . . .	93,6	6,4	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

entre 35 e 49 anos já fizeram IVG alguma vez — e é bastante reduzida entre as jovens — 2,0% no grupo dos 15 aos 24 anos.

Por outro lado, a IVG surge associada a mulheres que dizem usar alguma forma de contracepção, e não àquelas que declaram não a utilizar: nos «sim» estão sobrerrepresentados os métodos de eficácia reduzida, mas também os de eficácia elevada. O quadro n.º 15 mostra precisamente que, ao contrário do que poderia supor-se, a IVG não substitui a contracepção, emergindo antes como um último recurso que vem corrigir falhas — do contraceptivo ou da utilização (incorrecta) que dele se faz. É um resultado que reforça a necessidade de, em matéria de políticas de saúde, se partir de comportamentos, e não de grupos ou categorias de risco.

No que diz respeito ao perfil sócio-cultural das mulheres que já praticaram IVG, os traços não são muito conclusivos, denunciando o facto de ela, provavelmente, ser transversal aos diferentes meios sociais. Considerando o nível de instrução, a condição perante o trabalho e a profissão, apenas se nota uma sobrerrepresentação nos estratos mais desfavorecidos e outra, mais ligeira, no topo da pirâmide. A facilidade de deslocação ao estrangeiro para realizar uma IVG em segurança e dentro da legalidade pode justificar os valores relativamente elevados que surgem nos grupos sociais mais favorecidos.

Não sendo um factor de clivagem, a *religião* introduz alguma distinção no recurso à IVG — enquanto no grupo das mulheres católicas a percentagem das que já praticaram uma IVG se cifra nos 6,0%, no conjunto das que se assumem sem religião a proporção passa para 13,0%.

Prática de IVG segundo o número de filhos,  
Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 16]

	Não	Sim	Total
Nenhum . . . . .	97,6	2,4	100,0
1 . . . . .	94,0	6,0	100,0
2 . . . . .	90,9	9,1	100,0
3 ou mais . . . . .	91,7	8,3	100,0
<i>Total global</i> . . . . .	93,6	6,4	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

A maior incidência de IVG regista-se nos casos das mulheres que têm mais filhos: as mulheres sem filhos estão claramente sobrerrepresentadas nos «não», enquanto as mulheres com 2 ou mais filhos se destacam nos «sim» (quadro n.º 16). As mulheres que já praticaram IVG são, portanto, hoje mães de família que utilizam métodos de planeamento pouco eficazes, que recorrem à contracepção moderna, mas esta falha, ou ainda que não cumprem as regras técnicas da sua utilização<sup>12</sup>.

Em síntese, podemos construir os *perfis tipo* das mulheres em idade fértil segundo os seus comportamentos face à contracepção. Os resultados mostram, de forma expressiva, como estes não se organizam aleatoriamente: são, não raro, cúmplices da posição social da mulher ou da sua condição familiar.

Na ausência de qualquer forma de contracepção, sobressaem as mulheres que vivem em casal mas não têm filhos, as domésticas e as mulheres que não têm qualquer grau de escolaridade ou possuem apenas o 1.º ciclo do ensino básico, as mães de 3 ou mais filhos, as mulheres que não utilizaram qualquer protecção na primeira relação sexual.

Para os métodos naturais e pouco eficazes destacam-se as mulheres que vivem em casal e têm filhos, as domésticas com os mais baixos níveis de instrução (nenhum ou apenas o 1.º ciclo), as trabalhadoras agrícolas ou as trabalhadoras pouco qualificadas dos diversos sectores de actividade, as mães de famílias numerosas (3 ou mais filhos), as mulheres que usaram métodos de eficácia reduzida na primeira relação sexual.

O uso do preservativo masculino associa-se a outro tipo de população: jovens que vivem com a família de origem ou com outros parentes (que não os pais) ou amigos; encontram-se no sistema de ensino ou têm graus de escolaridade elevados ou, ainda, são mulheres no grupo etário entre os 25 e 34 anos, com graus de escolaridade elevados, técnicas superiores ou médias sem filhos; usaram preservativo na primeira relação sexual.

Por último, nos métodos de eficácia elevada (em particular pílula ou DIU) estão sobrerrepresentadas as mulheres com actividade profissional e graus de escolaridade elevados, as mães de 1 ou 2 filhos, as mulheres que usaram preservativo ou outro método de eficácia elevada na primeira relação. A IVG associa-se às mulheres mais velhas, com 2 ou mais filhos e utilizadoras de um método contraceptivo, na maioria dos casos, de eficácia reduzida.

12 - A etapa qualitativa da investigação viria a mostrar a importância deste último comportamento contraceptivo de risco no recurso à IVG: a prática de «fazer descansos» na toma da pílula (sobretudo por autoprescrição), sem a substituir por outro método eficaz (pressupondo que o seu efeito se mantém), está na origem de muitas IVG realizadas actualmente em Portugal.



Idade à primeira relação sexual segundo o grupo etário na actualidade, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 17]

Idade à primeira relação sexual	Idade actual			
	15-24	25-34	35-49	Total
14 ou menos . . . . .	5,0	2,6	1,6	2,7
15-17 . . . . .	43,1	24,8	17,0	25,1
18-19 . . . . .	33,6	30,7	24,8	28,8
20-24 . . . . .	18,4	35,7	44,9	36,1
25-29 . . . . .	0,0	6,0	9,3	6,2
30 ou mais . . . . .	0,0	0,2	2,4	1,1
Total global . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

Se é certo que o recurso à contracepção integra hoje as estratégias de fecundidade dos casais ou das mulheres e, portanto, está directamente relacionado com a sua intensa queda nas décadas mais recentes, a caracterização deste processo não se esgota nesta constatação linear. É interessante aprofundar as novas combinações que se estabelecem entre a fecundidade e outros domínios vizinhos no campo familiar; as mudanças de posição relativa entre uns e outros constituem também uma das vertentes da mudança. Focaremos, de seguida, as relações entre dois pares: sexualidade activa e conjugalidade, primeiro; procriação e conjugalidade, depois.

SEXUALIDADE ACTIVA E CONJUGALIDADE: OUTRAS CUMPLICIDADES

O IFF recolheu informação sobre as idades da mulher no momento da primeira relação sexual e no da primeira conjugalidade<sup>13</sup>. Comparando as duas, podem retirar-se conclusões interessantes sobre algumas modalidades contemporâneas do jogo entre sexualidade activa e conjugalidade e o modo como elas progressivamente se libertam do peso de uma fecundidade acidental ou indesejada.

A idade à primeira relação sexual baixou consideravelmente entre os três grupos etários de mulheres considerados (quadro n.º 17). Quanto mais nova é a geração de pertença, mais precocemente se inicia a vida sexual: 82% das jovens com 15-24 anos tiveram uma primeira relação antes dos 20 anos (43% antes dos 18), enquanto na mesma situação se encontram 58% das adultas com 25-34 anos ou 43% das mulheres com idades entre os 35 e os 49 anos. Pelo contrário, a idade à primeira conjugalidade tende a atrasar-se consoante o grupo etário: 76% das mulheres mais velhas entraram na conjugalidade até aos 24 anos, enquanto a mesma percentagem é de 60% para as de idades entre os 25 e os 34 anos e 34% para as de 15-24 anos. A quantificação destas diferenças mostra estarmos em presença, não de uma ligeira oscilação, mas de uma mudança muito expressiva de comportamentos entre gerações. A sexualidade activa entra hoje mais cedo e a conjugalidade mais tarde nos percursos de vida femininos.

A maioria das mulheres em idade fértil viveu, portanto, o desfasamento entre o início de relações se-

13 - No IFF, a categoria «conjugalidade» refere-se não só a situações de «casamento» formal (no inquérito designado por «casamento legal»), como também às uniões de facto (no inquérito designadas por «casamentos de facto»). Retomamo-la com o mesmo duplo sentido neste texto.

Idade de início da primeira conjugalidade segundo o grupo etário na actualidade, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 18]

Idade da primeira conjugalidade	Idade actual			
	15-24	25-34	35-49	Total
17 ou menos . . . . .	8,9	11,3	10,2	10,3
18-19 . . . . .	11,9	18,1	18,6	17,1
20-24 . . . . .	12,8	39,1	47,4	37,4
25-29 . . . . .	0,0	16,8	14,0	12,3
30-34 . . . . .	0,0	1,7	4,5	2,5
35 ou mais . . . . .	0,0	0,0	3,0	1,3
Sem conjugalidade . . . . .	66,4	13,1	2,2	19,1
Total global . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

Sexualidade activa e conjugalidade segundo o grupo etário, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 19]

Idade	Idade primeira relação sexual igual à da primeira conjugalidade)	Idade primeira relação sexual inferior à da primeira conjugalidade	Já teve relação sexual e não teve conjugalidade	Total
15 a 24 anos . . . . .	11,0	22,5	66,4	100,0
25 a 34 anos . . . . .	30,3	56,7	13,1	100,0
35 a 49 anos . . . . .	54,7	43,1	2,2	100,0
Total . . . . .	36,8	44,1	19,1	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

xuais e a entrada na conjugalidade: 44% registam uma idade da primeira relação inferior à da primeira conjugalidade e 19% já tiveram relações sexuais sem nunca terem vivido em casal (quadro n.º 19). O efeito de geração é, mesmo assim, relevante: quanto mais novas, maior é o número de mulheres que tiveram uma primeira experiência sexual fora da conjugalidade (89% para os 15-24 anos, 70% para os 25-34, 45% para os 35-49).

À representação tradicional do casamento como quadro único e legítimo da sexualidade conjugal, ou pelo menos da iniciação sexual feminina (que supostamente orientaria os comportamentos no passado), sucede uma situação em que, ao que parece, a sexualidade se autonomiza e passa a ser valorizada em si mesma, vindo a integrar, primeiro, no caso das gerações mais velhas, o projecto do casamento (sendo vivida pelo casal de noivos nos tempos que o precedem) ou mesmo, no caso das mais novas, passando a estar claramente associada ao namoro<sup>14</sup>.

Apesar deste resultado global, encontramos padrões diferentes de articulação entre os dois mo-

14 - É um resultado que vem a ser abundantemente ilustrado na abordagem qualitativa que este estudo posteriormente desenvolveu. E que é, de resto, confirmado por estudos aos valores feitos à população portuguesa ou a certas das suas franjas (por exemplo, P. Vasconcelos, 1998).

Sexualidade activa e conjugalidade segundo o grau de instrução, Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 20]

Grau de instrução	Idade da primeira relação sexual igual à da primeira conjugalidade	Idade da primeira relação sexual inferior à da primeira conjugalidade	Já teve relação sexual e não teve conjugalidade	Total
Nenhum . . . . .	52,3	41,9	5,8	100,0
Básico 1.º ciclo — 1.º ao 4.º ano de escolaridade	53,2	42,9	3,9	100,0
Básico 2.º ciclo — 5.º ao 6.º ano de escolaridade	40,2	47,9	11,9	100,0
Básico 3.º ciclo — 7.º ao 9.º ano de escolaridade	25,6	46,9	27,5	100,0
Secundário — 10.º ao 12.º ano de escolaridade	14,4	34,8	50,7	100,0
Superior não universitário — médio/politécnico	21,7	50,9	27,4	100,0
Superior universitário . . . . .	14,8	50,7	34,5	100,0
<i>Total global . . . . .</i>	36,8	44,1	19,1	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

Sexualidade activa e conjugalidade segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 21]

Condição perante trabalho	Idade da primeira relação sexual igual à da primeira conjugalidade	Idade da primeira relação sexual inferior à da primeira conjugalidade	Já teve relação sexual e não teve conjugalidade	Total
Empregada . . . . .	34,1	49,0	16,9	100,0
Desempregada . . . . .	32,7	49,1	18,2	100,0
Doméstica . . . . .	56,1	41,3	2,7	100,0
Estudante . . . . .	4,0	7,6	88,4	100,0
Reformada . . . . .	50,0	38,2	11,8	100,0
Outra . . . . .	36,7	32,7	30,6	100,0
<i>Total global . . . . .</i>	36,8	44,1	19,1	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

mentos, consoante as variáveis de caracterização sócio-familiar das inquiridas. É um resultado que evidencia a inter-relação entre as várias esferas de actividade feminina dentro ou fora do universo privado e que mostra a importância de se ter em conta o todo para se compreender a parte: um domínio aparentemente tão íntimo e imprevisível quanto o da sexualidade não é, por exemplo, indiferente ao tipo de carreira escolar prosseguida pela mulher ou à sua inserção no mercado de emprego. Os comportamentos sexuais não se distribuem socialmente ao acaso.

A esse respeito, o *nível de instrução* introduz uma clara diversidade no conjunto das mulheres portuguesas (quadro n.º 20). Nos níveis mais baixos de instrução (nenhum, 1.º e 2.º ciclos do ensino básico) predomina a situação de coincidência entre as idades das entradas na sexualidade activa e na conjugalidade; a partir do 3.º ciclo sobressaem as situações de desfasamento entre ambas e, sobretudo,

Sexualidade activa e conjugalidade segundo a profissão, Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 22]

Profissão	Idade da primeira relação sexual igual à da primeira conjugalidade	Idade da primeira relação sexual inferior à da primeira conjugalidade	Já teve relação sexual e não teve conjugalidade	Total
Dirigentes/empresárias . . . . .	43,9	48,3	7,8	100,0
Técnicas superiores . . . . .	17,4	57,5	25,1	100,0
Técnicas intermédias . . . . .	24,6	50,7	24,6	100,0
Empregadas dos serviços e comércio. . . . .	24,7	49,5	25,8	100,0
Empregadas dos serviços pessoais e domésticos	37,1	49,9	13,0	100,0
Trabalhadoras da agricultura . . . . .	55,2	41,4	3,4	100,0
Trabalhadoras da indústria . . . . .	39,3	48,0	12,8	100,0
Trabalhadoras não qualificadas dos vários sectores . . . . .	40,3	49,7	10,0	100,0
<i>Total global . . . . .</i>	36,8	44,1	19,1	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

a prática de uma sexualidade activa sem conjugalidade (particularmente evidente entre as mulheres que concluíram o ensino secundário).

A *condição perante o trabalho* é outra variável discriminante (quadro n.º 21). As mulheres activas (tanto empregadas como desempregadas) desfasaram no tempo os inícios da sexualidade activa e da conjugalidade, mas hoje vivem em casal; as domésticas e as reformadas surgem como os grupos onde tem maior peso a coincidência entre os dois momentos; as estudantes mantêm um padrão próprio, com o peso máximo, entre as três situações, daquela em que a sexualidade é presentemente vivida sem conjugalidade.

Esta distribuição reflecte-se na das profissões, que aponta para duas tendências díspares: o início da sexualidade activa tende a coincidir com a conjugalidade entre as dirigentes/empresárias e, por outro lado, as trabalhadoras da agricultura. As categorias profissionais mais qualificadas (como as técnicas superiores e intermédias, as empregadas dos serviços ou do comércio) estão, pelo contrário, sobrerrepresentadas nas situações em que a sexualidade activa é presentemente vivida fora do casamento (quadro n.º 22). São resultados que nos permitem formular algumas hipóteses de trabalho, a seguir em estudos posteriores.

A modernidade de comportamentos em matéria da combinação sexualidade activa-conjugalidade parece, assim, emergir em franjas de mulheres que possuem alguns capitais escolares ou profissionais. Construindo a sua identidade num jogo mais aberto de oportunidades acumuladas na esfera pública, atrasam o seu calendário privado de integração familiar (designadamente nas suas vertentes doméstica e profissional) — não prescindindo, porém, da gratificação (afectiva e sexual) que a relação informal de casal proporciona.

Ao contrário, as mulheres menos instruídas (onde se destacam particularmente as domésticas e as activas à frente dos pequenos negócios familiares ou a trabalhar no campo) investem mais precocemente na construção de um território familiar e doméstico próprio e iniciam-se mais cedo nas diferentes etapas da sexualidade activa, conjugalidade e maternidade, todas elas também menos espaçadas



Sexualidade activa e conjugalidade segundo a idade de início da primeira conjugalidade, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 23]

Idade da primeira conjugalidade	Idade da primeira relação sexual igual à da primeira conjugalidade	Idade da primeira relação sexual inferior à da primeira conjugalidade	Já teve relação sexual e não teve conjugalidade	Total
< 18 anos . . . . .	60,4	39,6	0,0	100,0
18-19 . . . . .	57,9	42,1	0,0	100,0
20-24 . . . . .	44,5	55,5	0,0	100,0
> 24 . . . . .	24,9	75,1	0,0	100,0
Sem conjugalidade . . . . .	0,0	0,0	100,0	100,0
Total global . . . . .	36,8	44,1	19,1	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

Sexualidade activa e conjugalidade segundo a idade da primeira relação sexual, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 24]

Idade da primeira relação sexual	Idade da primeira relação sexual igual à da primeira conjugalidade	Idade da primeira relação sexual inferior à da primeira conjugalidade	Já teve relação sexual e não teve conjugalidade	Total
< 16 anos . . . . .	12,1	67,8	20,1	100,0
18-19 . . . . .	26,2	47,9	25,9	100,0
20-24 . . . . .	34,4	45,4	20,2	100,0
> 24 . . . . .	46,1	38,6	15,4	100,0
Sem conjugalidade . . . . .	54,8	32,1	13,1	100,0
Total global . . . . .	36,8	44,1	19,1	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

entre si no tempo. É uma precocidade que, de resto, traduz a sua saída prematura da escola e a entrada precoce (e precária) no mercado de emprego.

Outro conjunto de variáveis ilustrativas permite aprofundar esta caracterização da diversidade. Proferir a religião católica não distingue claramente, a este respeito, franjas ou subgrupos. Já variáveis que retratam certas condições ou situações familiares da inquirida têm um poder discriminante.

Quanto mais baixa é a idade em que se começa a viver com o primeiro ou único cônjuge (menos de 18 anos, entre os 18 e os 19), maior é a importância da coincidência entre o início da sexualidade activa e a coabitação; quanto mais tarde se inicia a vida conjugal (a partir dos 20 anos e sobretudo depois dos 24), maior é a importância das situações de sexualidade activa antes da conjugalidade (quadro n.º 23). Do mesmo modo, quanto mais tardia é a idade da primeira relação sexual (20-24 anos, mais de 24 anos), mais tende a coincidir o início da sexualidade com o casamento; quanto mais precoce é a entrada na sexualidade activa (menos de 16 anos, 16-17 anos), mais frequentes são as situações de desfasamento entre os dois momentos (quadro n.º 24).

Sexualidade activa e conjugalidade segundo o método contraceptivo usado actualmente, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 25]

Contraceptivos	Idade da primeira relação sexual igual à da primeira conjugalidade	Idade da primeira relação sexual inferior à da primeira conjugalidade	Já teve relação sexual e não teve conjugalidade	Total
Nenhum . . . . .	39,7	37,5	22,8	100,0
Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos) . . . . .	49,9	42,5	7,6	100,0
Preservativo masculino . . . . .	29,1	37,5	33,3	100,0
Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injeção) . . . . .	35,2	47,8	17,0	100,0
Total global . . . . .	36,8	44,1	19,1	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

O uso de contraceptivos na primeira relação sexual está sobrerrepresentado entre as mulheres que apresentam uma idade da primeira relação inferior à da conjugalidade, enquanto a sua ausência se associa claramente àquelas que iniciaram a vida sexual com a coabitação (quadro n.º 25). O uso actual de contraceptivos está também associado às três situações aqui contempladas: a ausência de contracepção e os métodos naturais pouco eficazes destacam-se no primeiro caso, isto é, no da coincidência entre sexualidade activa e conjugalidade; os métodos eficazes sobressaem nas situações de desfasamento que estão enquadradas na conjugalidade; o preservativo masculino sai claramente destacado na experiência da sexualidade activa fora do casamento ou da conjugalidade estável.

Se procurarmos sintetizar agora a informação descrita neste ponto, podemos afirmar que, no presente, a cumplicidade entre sexualidade activa e conjugalidade se estrutura, para as mulheres portuguesas, em torno de três perfis. Cada um deles recobre, preferencialmente, certas franjas sociais e condições familiares.

Um primeiro perfil, com um peso quantitativo de 37% no total, corresponde às situações de coincidência entre o início da conjugalidade e o início da sexualidade activa. É o casamento, ou o casal co-residente, que inaugura e legitima a experiência sexual feminina. Encontramos sobrerrepresentadas nesta modalidade franjas tendencialmente desfavorecidas: as gerações de mulheres mais velhas (com idades entre os 35 e os 49 anos), os níveis de instrução mais baixos (inferiores ao 3.º ciclo do ensino básico), as não activas domésticas, as profissões desqualificadas que incluem não só as pequenas empresárias, como as trabalhadoras da agricultura; as mulheres que simultaneamente iniciaram mais cedo a sua vida conjugal e mais tarde fizeram a primeira contracepção; as mães de 2, 3 ou mais filhos, as mulheres que não usaram contraceptivos na primeira relação sexual e as que hoje em dia não

Procriação e conjugalidade segundo o grupo etário, Portugal 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 26]

Grupo etário	Sem filhos, sem conjugalidade	Com filhos, com conjugalidade	Sem filhos, com conjugalidade	Com filhos, sem conjugalidade	Total
15-24 .....	63,6	22,3	11,3	2,8	100,0
25-34 .....	11,7	76,5	10,4	1,3	100,0
35-49 .....	1,8	94,0	3,8	0,4	100,0
Total .....	17,9	73,1	7,8	1,2	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

recorrem a qualquer tipo de contraceção ou utilizam meios naturais ou pouco eficazes. São traços típicos que sugerem um subgrupo de mulheres que, com uma pertença social desfavorecida, onde se acumulam *handicaps* escolares e profissionais, investem claramente na esfera familiar e privada e nos seus papéis de esposa e mãe. A conjugalidade é, portanto, um projecto mais precoce nas mulheres menos qualificadas pela escola e pelo emprego.

Um segundo perfil, maioritário (44%), respeita às situações em que a sexualidade activa antecede a entrada na conjugalidade. Aqui destacam-se as adultas jovens (com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos), os níveis de instrução equivalentes ao 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, as activas (tanto empregadas como desempregadas), as profissões relativamente desqualificadas, como as dos serviços pessoais e domésticos, as trabalhadoras da indústria e dos transportes, as mulheres que começaram a sua vida de casal a partir dos 20 anos ou, sobretudo, a partir dos 24 e ainda as mães de 1 filho.

O terceiro perfil, minoritário no total (19%), refere-se a situações em que, no momento da inquirição, as mulheres já tiveram relações sexuais mas nunca viveram em conjugalidade. A sexualidade activa feminina é presentemente vivida fora do casamento ou da co-residência em casal. Estes comportamentos associam-se a franjas particularmente favorecidas da população: sobressaem as mais jovens (com idades entre os 15 e os 24 anos), as estudantes, as mais instruídas (particularmente as mulheres que frequentaram o secundário, o superior), as profissões mais bem qualificadas (técnicas superiores e intermédias, empregadas dos serviços económicos e do comércio), as mulheres sem filhos, as mulheres que usaram contraceção mais cedo e logo na primeira relação sexual.

PROCRIÇÃO E CONJUGALIDADE: SOBREPOSIÇÕES E DESENCONTROS

O IFF procurava ainda informações sobre a trajectória procriativa e conjugal das inquiridas. Continuando a trabalhar apenas com o subgrupo de mulheres que alguma vez tiveram relações sexuais, apresentam-se, neste ponto, os resultados relativos ao jogo entre duas variáveis: o facto de alguma vez as inquiridas terem vivido em conjugalidade (legal ou de facto) e/ou de terem tido filhos nascidos vivos.

As situações de sobreposição entre procriação e conjugalidade, nas suas duas versões (com filhos, que vivem ou viveram em conjugalidade — 73% —, sem filhos, sem conjugalidade — 18%), predomi-

Procriação e conjugalidade segundo o grau de instrução, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 27]

Grau de instrução	Sem filhos, sem conjugalidade	Com filhos, com conjugalidade	Sem filhos, com conjugalidade	Com filhos, sem conjugalidade	Total
Nenhum .....	1,9	91,6	2,6	3,9	100,0
Básico 1.º ciclo — 1.º ao 4.º ano de escolaridade	3,0	91,6	4,5	0,9	100,0
Básico 2.º ciclo — 5.º ao 6.º ano de escolaridade	10,3	79,6	8,5	1,6	100,0
Básico 3.º ciclo — 7.º ao 9.º ano de escolaridade	26,2	62,6	9,9	1,4	100,0
Secundário — 10.º ao 12.º ano de escolaridade	49,6	40,1	9,2	1,2	100,0
Superior não universitário — médio/politécnico	27,0	57,1	15,5	0,4	100,0
Superior universitário .....	33,5	52,8	12,7	1,1	100,0
Total global .....	17,9	73,1	7,8	1,2	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

nam largamente entre as mulheres em idade fértil (quadro n.º 26). Pelo contrário, as de desencontro entre ambas (sem filhos, com conjugalidade — 8% —, com filhos, sem conjugalidade — 1,2%) não chegam aos 10% do total. Note-se, entretanto, que a maternidade sem co-residência do casal está sobrerrepresentada nas franjas de mulheres mais jovens: aqui a percentagem, mesmo assim reduzida, ascende a 3%.

À semelhança do que fizemos nos pontos anteriores, vale a pena aprofundarmos, para além da idade, a análise da diversidade que se esconde por detrás destes resultados gerais.

O *nível de instrução* da mulher associa-se significativamente às diferentes combinações entre procriação e conjugalidade (quadro n.º 27). São os níveis mais baixos de instrução (nenhum, 2.º e 3.º ciclos do básico) que estão sobrerrepresentados nas situações «com filhos, sem conjugalidade»; a maternidade a solo parece, desde já, envolver mulheres muito jovens de meios sociais vulneráveis e não ser um padrão típico de classes favorecidas. Os níveis mais altos de instrução (secundário, superior) destacam-se expressivamente nas situações de mulheres sexualmente activas «sem filhos, sem conjugalidade»; nas correspondentes à «conjugalidade sem filhos» sobressaem os níveis do 3.º ciclo do básico e superior não universitário (médio e politécnico). O 1.º ciclo do ensino básico sobressai nas situações «com filhos, com conjugalidade».

A diferente incidência dos arranjos segundo a instrução das mulheres reflecte-se na sua distribuição pelas diferentes *condições perante o trabalho e categorias profissionais*.

No total geral, as empregadas estão sobrerrepresentadas entre as mulheres «sem filhos e com conjugalidade». São as desempregadas que estão sobrerrepresentadas nas situações de existência de «filhos sem conjugalidade», resultado que de novo alude ao perfil desfavorecido destas mulheres que vivem a maternidade fora do casal ou do casamento e sugere ainda que a informalidade doméstica não é necessariamente amparada por uma mais consistente integração social, mas antes reforçada por uma condição sócio-profissional também ela precária. As domésticas destacam-se nos arranjos de procriação dentro do casamento, enquanto as estudantes sobressaem nas situações «sem filhos, sem conjugalidade».



Procriação e conjugalidade segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 28]

Condição perante trabalho	Sem filhos, sem conjugalidade	Com filhos, com conjugalidade	Sem filhos, com conjugalidade	Com filhos, sem conjugalidade	Total
Empregada . . . . .	15,9	73,9	9,2	1,0	100,0
Desempregada . . . . .	15,0	73,5	8,3	3,1	100,0
Doméstica . . . . .	2,0	92,6	4,8	0,7	100,0
Estudante . . . . .	86,9	7,0	4,6	1,5	100,0
Reformada . . . . .	5,9	79,4	8,8	5,9	100,0
Outra . . . . .	30,6	63,3	6,1	0,0	100,0
<i>Total global . . . . .</i>	17,9	73,1	7,8	1,2	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

Procriação e conjugalidade segundo a profissão, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 29]

Profissão	Sem filhos, sem conjugalidade	Com filhos, com conjugalidade	Sem filhos, com conjugalidade	Com filhos, sem conjugalidade	Total
Dirigentes/empresárias . . . . .	7,8	85,0	7,2	0,0	100,0
Técnicas superiores . . . . .	24,2	63,0	11,9	0,9	100,0
Técnicas intermédias . . . . .	24,1	61,2	14,2	0,6	100,0
Empregadas dos serviços e comércio . . . . .	24,7	63,8	10,4	1,2	100,0
Empregadas dos serviços pessoais e domésticos . . . . .	10,7	80,3	6,7	2,3	100,0
Trabalhadoras da agricultura . . . . .	2,3	92,5	4,0	1,1	100,0
Trabalhadoras da indústria . . . . .	12,0	79,3	8,0	0,7	100,0
Trabalhadoras não qualificadas dos vários sectores . . . . .	7,9	81,8	8,3	2,1	100,0
<i>Total global . . . . .</i>	17,9	73,1	7,8	1,2	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

Do mesmo modo, as profissões mais qualificadas (técnicas superiores e médias, empregadas dos serviços e do comércio) ou as não activas (sobretudo estudantes) estão sobrerrepresentadas nas situações de mulheres sem filhos (com ou sem conjugalidade) (quadro n.º 29). As dirigentes/empresárias e as trabalhadoras da agricultura e da indústria sobressaem na situação de conjugalidade com maternidade. São as profissões mais desqualificadas (empregadas dos serviços pessoais e domésticos, trabalhadoras não qualificadas) que se fazem sobrerrepresentar nas situações de maternidade a solo.

São, assim, as franjas de mulheres particularmente instruídas e bem colocadas no mercado de emprego que protagonizam estratégias de construção da identidade em que os papéis maternos são subalternizados ou adiados (face a um calendário de prioridades) em relação aos papéis profissionais. São percursos que se distinguem dos das mulheres menos instruídas e qualificadas, bem mais precocemente construídos em torno do projecto doméstico, familiar e maternal. Os resultados a seguir apresentados permitem confirmar e completar esta afirmação.

Procriação e conjugalidade segundo a idade de início da conjugalidade, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 30]

Idade da primeira conjugalidade	Com filhos, com conjugalidade	Sem filhos, com conjugalidade	Total global
< 18 . . . . .	94,3	5,7	100,0
18-19 . . . . .	94,8	5,2	100,0
20-24 . . . . .	90,4	9,6	100,0
25-29 . . . . .	84,7	15,3	100,0
> 29 . . . . .	77,8	22,2	100,0
<i>Total global . . . . .</i>	73,1	7,8	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

Procriação e conjugalidade segundo a idade da primeira relação sexual, Portugal, 1997 (percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 31]

Idade da primeira relação sexual	Sem filhos, sem conjugalidade	Com filhos, com conjugalidade	Sem filhos, com conjugalidade	Com filhos, sem conjugalidade	Total
< 16 . . . . .	17,5	74,6	5,3	2,7	100,0
16-17 . . . . .	24,0	68,1	6,0	1,9	100,0
18-19 . . . . .	19,5	71,3	8,5	0,8	100,0
20-24 . . . . .	14,6	77,3	7,4	0,8	100,0
> 24 . . . . .	11,3	72,3	14,6	1,8	100,0
<i>Total global . . . . .</i>	17,9	73,1	7,8	1,2	100,0

Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, base de dados.

No total da amostra, e também nas diferentes franjas etárias, quanto mais cedo se começa a viver com o cônjuge, maior é a sobrerrepresentação nas situações de conjugalidade com filhos (quadro n.º 30). A procriação é, portanto, um projecto (ou um destino) muito mais rapidamente concretizado entre as mulheres que iniciam precocemente a sua vida conjugal. Em contrapartida, são as mulheres que se casam a partir dos 25 anos que estão sobrerrepresentadas nas situações de conjugalidade sem filhos, adiando, provavelmente, a sua entrada na maternidade em função de um calendário de prioridades, pessoal ou conjugal, que condiciona a procriação à consolidação de outros domínios de realização (por exemplo, afectivos, na esfera do casal, ou profissionais, na esfera do mercado de emprego).

Por outro lado, as mulheres sexualmente mais precoces (que tiveram a primeira relação na adolescência, com menos de 16 anos, com 16-17 anos) estão sobrerrepresentadas nas situações de maternidade a solo, enquanto as que iniciaram a vida sexual em idades mais tardias (acima dos 24 anos) se destacam nas de conjugalidade sem filhos (quadro n.º 31). A entrada na sexualidade activa entre os 16 e os 19 anos destaca-se nas situações de inexistência simultânea de filhos e conjugalidade, enquanto a que se realiza entre os 20 e os 24 anos sobressai nas de sobreposição entre procriação e coabitação.

Procriação e conjugalidade segundo o método contraceptivo usado actualmente, Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 32]

Contraceptivo	Sem filhos, sem conjugalidade	Com filhos, com conjugalidade	Sem filhos, com conjugalidade	Com filhos, sem conjugalidade	Total
Nenhum . . . . .	19,9	65,6	11,6	2,9	100,0
Métodos naturais e métodos pouco eficazes (diafragma, espuma, cones, outros métodos) . . . . .	6,3	88,8	3,6	1,3	100,0
Preservativo masculino . . . . .	32,4	60,2	6,5	1,0	100,0
Métodos de eficácia elevada (esterilização, pílula, DIU, injeção) . . . . .	16,3	75,5	7,4	0,7	100,0
Total global . . . . .	17,9	73,1	7,8	1,2	100,0

Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família, 1997, base de dados.

Os arranjos conjugalidade-procriação articulam-se também a diferentes *práticas contraceptivas utilizadas* (quadro n.º 32). Neste domínio registam-se duas claras evidências: nas situações de maternidade fora do casal estão sobrerrepresentadas as mulheres que não usam qualquer método contraceptivo, facto que poderá indiciar não só a inexistência actual de parceiro, como a prevalência de comportamentos de risco em matéria de saúde reprodutiva; ao invés, nas situações «sem filhos, sem conjugalidade» destaca-se o uso do preservativo.

A religião católica tem, de alguma maneira, um efeito de aproximação entre conjugalidade e procriação (quadro n.º 33). A parcela de mulheres em conjugalidade sem filhos ou, inversamente, das que têm filhos e não vivem em casal é mais reduzida entre as católicas.

Em suma, podemos admitir que o arranjo clássico em que procriação e conjugalidade se sobrepõem é claramente maioritário entre as mulheres portuguesas sexualmente activas e em idade fértil. A conjugalidade com filhos envolve, efectivamente, 73% das inquiridas (quadro n.º 33). Neste grupo espelham-se alguns traços característicos que vale a pena recordar: nele estão sobrerrepresentados os grupos etários mais velhos (entre os 35 e os 49 anos), os níveis baixos de instrução (equivalentes ao 1.º ciclo do ensino básico), as domésticas ou as activas que são pequenas empresárias ou trabalhadoras agrícolas e ainda as mulheres que entraram na conjugalidade em idades baixas. Apesar de reconfiguradas as estratégias e os cenários de fecundidade, ter filhos continua a ser uma das componentes centrais da vida em casal.

A inexistência simultânea de conjugalidade e de filhos (abrangendo 18% do total de mulheres sexualmente activas) já recobre uma população com um perfil sócio-familiar distinto. Sobressaem as mais jovens (entre os 15 e os 24 anos), os níveis mais altos de instrução, as estudantes ou as activas com profissões qualificadas (como técnicas superiores e médias, empregadas dos serviços económicos), que entram na sexualidade durante a adolescência (16-19 anos) e são utilizadoras de preservativo masculino.

As situações de conjugalidade sem filhos rondam os 8%. Nestes arranjos estão sobrerrepresentadas as franjas etárias mais jovens (15-24 e 24-35 anos), os níveis de instrução médio e superior, as mulheres activas com profissões qualificadas, as idades mais altas de entrada na primeira conjugalidade e na

Procriação e conjugalidade segundo a religião, Portugal, 1997  
(percentagem de mulheres)

[QUADRO N.º 33]

Religião	Sem filhos, sem conjugalidade	Com filhos, com conjugalidade	Sem filhos, com conjugalidade	Com filhos, sem conjugalidade	Total
Católica . . . . .	17,1	74,2	7,6	1,2	100,0
Outra cristã . . . . .	17,8	68,5	11,0	2,7	100,0
Outra não cristã . . . . .	11,1	77,8	11,1	0,0	100,0
Sem religião . . . . .	34,7	52,8	10,6	1,9	100,0
Total global . . . . .	17,9	73,1	7,8	1,2	100,0

Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família, 1997, base de dados.

sexualidade activa (acima dos 24 anos); em contrapartida, estão sub-representadas as católicas.

A maternidade a solo tem um peso meramente residual neste universo: 1,2%. Contudo, qualitativamente, é interessante relembrarmos os traços típicos que distinguem este grupo, particularmente vulnerável tanto do ponto de vista dos laços familiares como sociais que o envolvem. Destacam-se as jovens (com idade inferior a 14 anos), os níveis mais baixos de instrução (nenhum, 1.º e 2.º ciclos do básico), as desempregadas, as activas com profissões desqualificadas (empregadas dos serviços pessoais e domésticos, trabalhadoras não qualificadas de todos os sectores de actividade), as mulheres que tiveram uma iniciação sexual mais precoce (primeira relação abaixo dos 16 anos, entre os 16 e os 17) e as que não utilizam qualquer forma de contracepção.

### CENÁRIOS DA FECUNDIDADE: BREVE BALANÇO E OUTRAS QUESTÕES

A queda da fecundidade feminina em Portugal nas últimas três décadas é abrupta, ocorre a uma velocidade intensa e traduz-se não só numa notável homogeneização regional, cimentada em torno de um baixo índice sintético, como também numa forte tendência de concentração média dos nascimentos no grupo de idade dos 25-29 anos (tendência que encobre, porém, um aumento das gravidezes tardias e o recuo da maternidade antes dos 20 anos).

A cumplicidade imediata entre a queda da fecundidade e a generalização do uso da contracepção moderna é expressiva e sinal de uma mudança notável de comportamentos (e valores): as mulheres portuguesas em idade fértil, independentemente da sua situação na conjugalidade, recorrem em grande maioria a métodos contraceptivos eficazes (assumindo a pílula um especial destaque).

O padrão contraceptivo dominante protege-as, sem dúvida, da gravidez acidental ou indesejada, mas o mesmo não poderá concluir-se das doenças sexualmente transmissíveis (nomeadamente SIDA e hepatite): o preservativo masculino é apenas utilizado por uma franja muito estreita de mulheres (sobretudo as mais jovens e instruídas, estudantes, que vivem na família de origem). A respeito de riscos vale a pena ainda sublinhar a assustadora frequência de primeiras relações sexuais não eficazmente protegidas, mesmo entre as gerações mais novas, e relembrar o facto de à IVG se associarem mulheres que fazem contracepção (tradicional, mas também moderna), e não aquelas que declaram não usar qualquer método de planeamento familiar.



Verificámos, por outro lado, como a história contraceptiva da mulher se desenha, nos seus contornos mais decisivos, logo desde o seu patamar inicial: a maior ou menor segurança da primeira experiência traduz-se, com notável regularidade, na maior ou menor segurança das etapas ulteriores. Mas não é só o tempo que deixa marcas nos diferentes perfis actuais de contracepção; o capital escolar da mulher (a que se associa um certo leque de actividades e profissões) joga um notável papel discriminante. São as mulheres mais instruídas, portanto tendencialmente mais jovens, com perfis de vida profissional mais qualificados, ou as estudantes, que sobressaem no uso de métodos eficazes (em especial do preservativo); pelo contrário, as menos instruídas e com profissões desqualificadas, ou as domésticas, destacam-se no recurso a métodos tradicionais e falíveis.

A escola assume, indiscutivelmente, um lugar de destaque em matéria de estruturação de comportamentos perante a contracepção: pelos saberes técnicos e conhecimentos organizados que transmite sobre o corpo e o sistema reprodutor ou os meios de contracepção; por, genericamente, encorajar a atitude científica sobre temas hoje racionalizados e verbalizados mas que outrora estavam votados ao silêncio ou eram objecto tanto do saber popular, transmitido de geração em geração, como de um discurso moralizador, de matriz católica, sobretudo preocupado em orientar e proibir.

Por outro lado, a escola é um lugar de seriação e creditação e o diploma escolar que confere constitui um instrumento decisivo para a entrada no mercado de emprego e para a promoção ou consolidação de estratégias de mobilidade social ascendente; assim, as mulheres embaladas nestes processos de acumulação (de capital escolar e profissional) e mudança (de lugar na estrutura social) destacam-se por construírem o seu percurso em diversas frentes de actividades relativamente autónomas entre si, dentro e fora da esfera privada. Embora não prescindam de nenhuma, ordenam-nas segundo uma lógica de prioridades onde a consolidação do estatuto profissional e até conjugal é uma condição prévia do projecto de integração familiar (sobretudo na sua dimensão doméstica e procriativa). A maior distância que revelam face à dimensão paternal ou maternal da identidade, num universo de representações onde a sexualidade é valorizada em si mesma, constitui, sem dúvida, um incentivo ao recurso regular à contracepção eficaz.

Para além de um olhar linear sobre a fecundidade, considerada em si mesma ou alinhada aos seus determinantes mais directos, este estudo procurou dar-lhe perspectiva e situá-la em cenários onde se inter-relaciona com outras dimensões importantes da vida familiar — nomeadamente a sexualidade activa e a conjugalidade. Os resultados mostram como é importante a contextualização: os movimentos e os padrões da fecundidade, o jogo que os articula a essas outras dimensões ou mesmo a certos meios sociais, não são fruto do acaso. Por outro lado, a introdução do contexto envolvente permitiu descobrir outras componentes da mudança global que afectou tão drasticamente aquele indicador em Portugal e até novos sinais da diversidade que, afinal, continua a ser um traço persistente dessa paisagem.

É crescente a descoincidência entre o início da vida sexual activa e o casamento, ou mesmo a conjugalidade, assim como o desfasamento entre esta e a procriação. O início mais precoce da vida sexual activa não se traduz (com excepção do que sucede em alguns nichos sociais particularmente desfavore-

cidos) numa antecipação da idade de entrada na conjugalidade ou na do nascimento de um primeiro filho; pelo contrário, a coabitação conjugal e a procriação distendem-se, como etapas autónomas, no tempo individual ou no tempo do casal. Os casais sem filhos, bem como as mulheres que possuem um parceiro sexual (e afectivo) com quem não coabitam, típicas de franjas com elevados níveis de escolaridade e profissões qualificadas, ilustram justamente esse padrão de fragmentação e de alongamento de etapas familiares, outrora fundidas num mesmo núcleo e praticamente coincidentes no tempo. Se bem que adiada e planificada, a maternidade mantém, porém, o seu vínculo privilegiado ao casal, e não ao indivíduo; a procriação a solo, estatisticamente muito pouco significativa neste universo, surge como uma situação excepcional, onde se destacam mulheres com percursos contraceptivos de risco e muito desfavorecidas tanto em termos de indicadores escolares como profissionais.

Os cenários em que se inclui a fecundidade, tanto na sua relação com a sexualidade activa como com a procriação, tendem a seguir um padrão dominante. Essa forte concentração dos comportamentos em torno de uma norma (estatística) não impede, porém, a expressão de sinais de diversidade — sobretudo construída em torno de lógicas sociais e pertenças geracionais. O estudo da fecundidade, e dos comportamentos a ela associados, é, portanto, uma interessante porta de entrada nos terrenos da desigualdade social e, simultaneamente, de descoberta de protagonistas e precursores de mudança tanto na esfera familiar como fora dela. Do lado da emergência de estilos modernos de cumplicidade entre fecundidade, sexualidade activa, conjugalidade e procriação encontramos mulheres jovens, instruídas (com um grau do ensino secundário ou superior), com profissões qualificadas, como as técnicas superiores e intermédias ou ainda as estudantes; do lado dos estilos tradicionais surgem mulheres mais velhas, pouco instruídas, domésticas ou activas em sectores como a agricultura, os serviços pessoais e domésticos ou em pequenas empresas familiares.

Longe de estar encerrado, o estudo aqui apresentado deixa interessantes pistas de investigação para o futuro. Uma delas prende-se, desde logo, com uma das suas limitações: a utilização do *Inquérito à Fecundidade e Família*, executado pelo INE, impôs à partida um formato de guião e um certo elenco de variáveis. Ora destas estão excluídas, por exemplo, informações sobre a origem social e familiar das mulheres da amostra, o que se traduz numa impossibilidade de relacionar os seus comportamentos presentes, em matéria de fecundidade, com contextos sócio-familiares de pertença. Explorar, em futuras investigações, este quadro de factores externos envolventes representa um desafio metodológico e enriquece o exercício da explicação.

Na óptica de uma perspectiva extensiva e quantitativa, como a que até agora se privilegiou, seria ainda importante construir outros indicadores para as diferentes dimensões contempladas nos cenários da fecundidade — em particular a sexualidade activa — e explorar e interpretar a sua inter-relação; a reconstituição longitudinal de trajectórias individuais resultantes do cruzamento das várias componentes dos percursos femininos (designadamente contraceptiva, conjugal, procriativa, educativa e profissional) permitiria introduzir a diacronia na análise e definir os perfis tipo dos cenários de fecundidade em diferentes gerações. Na óptica de uma perspectiva qualitativa e de profundidade, torna-se

crucial completar o estudo de práticas e comportamentos com o dos universos de representações e valores, dando a palavra às protagonistas deste tão expressivo terreno de mudança — como a dizem; com que significados a povoam?

Por último, a fecundidade não é apenas uma realidade feminina; associá-la natural e exclusivamente às mulheres é reproduzir uma discutível visão do mundo que exclui sistematicamente os homens dos universos privados da intimidade (tal como antes se silenciava a presença feminina no espaço público). A metade masculina constitui a outra parte de um todo que está por conhecer, o referente incontornável de uma abordagem comparativa que está por fazer. Num quadro de fundo de redução acentuada do número de filhos, como se constroem, para os homens, os percursos e os cenários da fecundidade? Em que perfis tipo se estruturam os seus comportamentos de sexualidade activa, conjugalidade ou procriação? A que lógicas sociais se articulam? Com que significados os representam? Estas constituem, sem dúvida, questões e desafios aliciante para uma agenda científica que, sem descurar a preocupação de cumulatividade, está atenta à inovação social.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. Nunes de (1993), *A Fábrica e a Família — Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- ALMEIDA, A. Nunes de, e ANDRÉ, I. M. (1995), *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*, Lisboa, CIDM.
- ALMEIDA, A. Nunes de (2002), «Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis», in J. Vala, M. Villaverde Cabral e Alice Ramos (eds.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (a publicar durante o ano de 2002)
- ARIÈS, Ph. (1973), *L'Enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*, Paris, Seuil.
- BANDEIRA, M. (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda.
- CUNHA, Vanessa (2000), *O Lugar da Criança nas Famílias Portuguesas. Uma Análise Sociológica da Fecundidade* (tese de mestrado em Ciências Sociais), Lisboa, ICS.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001), *Inquérito à Fecundidade e Família*, 1997. Resultados Definitivos, Lisboa, INE.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA/CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS (1980), *Inquérito Português à Fecundidade*, Lisboa, INE.
- KAUFMANN, J.-Cl. (1993), *Sociologie du couple*, Paris, PUF.
- LEANDRO, M. Engrácia (1995), *Familles portugaises, projets et destins*, Paris, L' Harmattan.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE/DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DA SAÚDE (1987), *Inquérito Nacional de Saúde*, Lisboa, Ministério da Saúde.
- PERISTA, H. (ed.) (1999), *Os Usos do Tempo e o Valor do Trabalho. Uma Questão de Género*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- ROSA, M. J. Valente (1996), «O envelhecimento e as dinâmicas demográficas da população portuguesa a partir de 1960: dos dados ao dilema», in A. Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS, pp. 191-215.
- SARMENTO, M. (1999), «As crianças, o trabalho, a economia e o desenvolvimento social», in M. Pinto e M. Sarmento (eds.), *Saberes sobre as Crianças — Para Uma Bibliografia sobre a Infância e as Crianças em Portugal (1979-1998)*, Braga, Universidade do Minho, pp. 139-157.
- SCHOENMAECHERS, R. C., e LODEWIJCKX. (1999), «Demographic behaviour in Europe: some results from fertility and family surveys country reports and suggestions for further research», in *European Journal of Population*, 15, pp. 201-240.
- SHORTER, E. (1977), *Naissance de la famille moderne*, Paris, Seuil.
- SINGLY, F. de (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan.
- SINGLY, F. de (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.
- SINGLY, F. de (2000), *Libres ensemble. L'individualisme dans la vie commune*, Paris, Nathan.
- STONE, L. (1979), *The Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*, Nova Iorque, Colophon Books.
- TORRES, A., e SILVA, F. Vieira da (1998), «Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres», in *Sociologia — Problemas e Práticas*, 27, pp. 9-65.
- TORRES, A. (2001), *Sociologia do Casamento*, Oeiras, Celta Editora.
- VASCONCELOS, P. (1998), «Vida familiar», in J. Machado Pais (ed.). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, ICS, pp. 321-404.
- WALL, K. (1998), *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, D. Quixote.
- WALL, K. (coord) (2000), *Famílias no Portugal Contemporâneo — Relatório Final*, Lisboa, CIES/ISCTE, ICS.
- WALL, K. (2002), «Family change and family policies: Portugal», in S. Kamerman e A. Kahn (eds.), *Family Change and Family Policies in France and Southern Europe*, Oxford, Clarendon Press (a publicar em 2002)
- WEBER, M. (1959), *Le savant et le politique*, Paris, Plon.



## O PAÍS E A FAMÍLIA ATRAVÉS DAS CRIANÇAS – ENSAIO EXPLORATÓRIO

ANA NUNES DE ALMEIDA<sup>1</sup>  
ISABEL MARGARIDA ANDRÉ<sup>2</sup>

### RESUMO

Nos anos 90, os estudos sociológicos sobre as crianças conhecem um boom considerável em toda a Europa, arranque que se pressente então também em Portugal. O acesso à visibilidade estatística desta franja de população é uma condição básica para o reforço e consistência das perspectivas teóricas e metodológicas inovadoras sobre a infância.

O que assim vos propomos, neste artigo, é um ensaio exploratório sobre os dados do Censo 2001 em que se tomam as crianças, e não os adultos, como o centro de gravidade da análise. Esboçamos primeiro um perfil socio-geográfico da população infantil residente em Portugal contemplando a sua evolução (1981-2001), a sua distribuição territorial, estrutura etária e sexos, as suas nacionalidades. Num segundo tempo, retratamos a família das crianças a partir de alguns ângulos: distribuição por tipos de família e dimensão da fratria, estado civil e nível de instrução do pai e da mãe, condição perante o trabalho e número de horas de trabalho da mãe. O terceiro ponto privilegia a sua relação com a escola, tema que, tendo em conta o grupo etário em questão (0-14 anos) é selectivamente abordado de dois pontos de vista: a frequência do ensino pré-escolar (entre os 3 e 5 anos), o insucesso e o abandono aos 14 anos.

Palavras- Chave: Crianças, família, escola

### I. INTRODUÇÃO

A entrada das crianças como objecto autónomo da investigação em ciências sociais é recente. Ao contrário de outras franjas etárias (como a juventude ou a velhice) e ao contrário do que sucede em outros campos disciplinares vizinhos (em que o caso mais paradigmático é o da psicologia), escassa atenção se lhes presta até há bem pouco tempo naqueles ramos do saber científico. Mesmo no estudo da família, até aos inícios da década de 90 do século XX, o lugar e o contributo activo das crianças no fabrico da dinâmica e dos processos familiares surgem com uma visibilidade mínima.

Não que a família tenha sido pensada sem crianças; a sua existência foi obviamente reconhecida e contabilizada em indicadores estatísticos clássicos de dimensão e morfologia familiar, enquadrada em estratégias de fecundidade conjugais, em relações de parentesco e de parentalidade assimétricas, nos

1 - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, ana@ics.ul.pt

2 - Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, isabel.andre@netcabo.pt

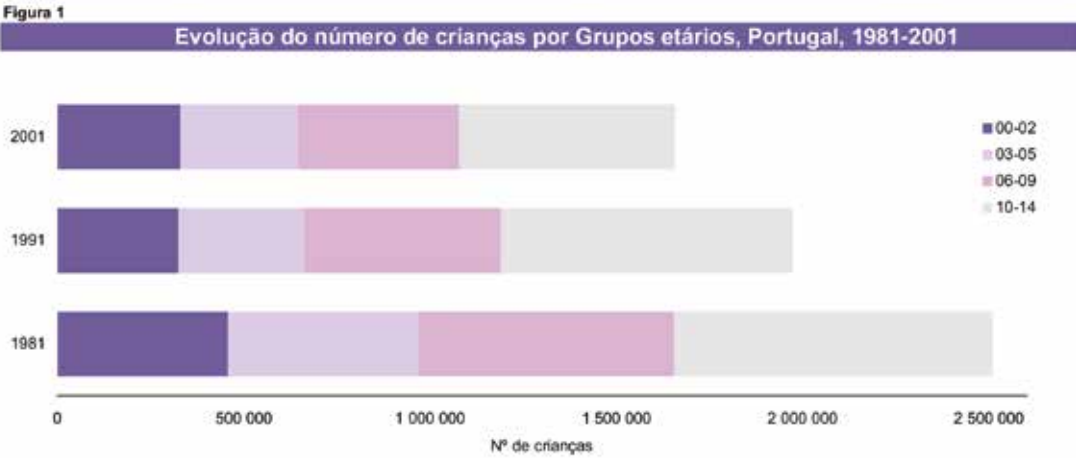
orçamentos e na ocupação de tempos dos casais, por exemplo. Mas a verdade é que as crianças constituem uma espécie de público passivo, dados adquiridos de dinâmicas e interações familiares que lhes são externas, onde os adultos (e muito em especial o casal), desempenhando um papel de primeira grandeza, são aqueles que realmente constroem a família.

Nos anos 90, o panorama começa a mudar e os estudos sociológicos sobre as crianças conhecem um boom considerável em toda a Europa, arranque que se pressente então também em Portugal. Não só através da pista da infância se abre um imenso campo novo de procura e de descoberta empíricas, como o desafiá-la com outras perguntas e problemas teoricamente orientados desconstrói, enriquece ou reconfigura paradigmas estabelecidos. A aposta na infância como construção social, o considerarem-se as crianças como sujeitos activos e competentes (produtores de cultura, práticas e representações) e a necessidade de introduzir na investigação o seu ponto de vista são justamente princípios de um novo modo científico de as olhar.

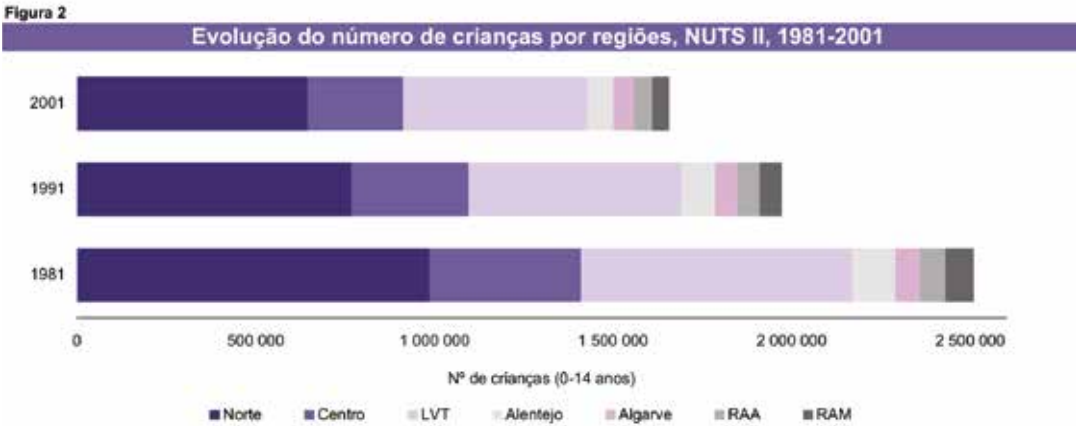
O acesso à visibilidade estatística desta franja de população é uma condição básica para o reforço e consistência das perspectivas teóricas e metodológicas inovadoras sobre a infância. O que assim vos propomos, neste artigo, é um ensaio exploratório sobre os dados do Censo 2001 em que se tomam as crianças, e não os adultos, como o centro de gravidade da análise. A idade biológica é aqui o critério operacional e distintivo da franja de população infantil: consideram-se crianças os indivíduos residentes no País com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Sabemos que não basta a idade para dela se deduzirem retratos da infância ou das infâncias em Portugal; mas a idade constituirá, certamente, uma boa pista para aproximar e enquadrar essas condições.

Num tom sobretudo descritivo e com propositado recurso a um registo gráfico de leitura simples, o objectivo do artigo é, por um lado, reunir e sistematizar informação inédita que permita aprofundar, na investigação científica, a abordagem da infância como categoria socialmente construída; e, por outro, fornecer a decisores e interventores referentes empíricos actualizados sobre uma categoria etária estratégica para o planeamento do futuro, dados sobre um terreno em mudança.

O texto organiza-se em torno de três pontos. Esboçamos primeiro um perfil socio-geográfico da população infantil residente em Portugal contemplando a sua evolução (1981-2001), a sua distribuição territorial, estrutura etária e sexos, as suas nacionalidades. Num segundo tempo, retratamos a família das crianças a partir de alguns ângulos: distribuição por tipos de família e dimensão da fratria, estado civil e nível de instrução do pai e da mãe, condição perante o trabalho e número de horas de trabalho da mãe. O terceiro ponto privilegia a sua relação com a escola, tema que, tendo em conta o grupo etário em questão (0-14 anos) é selectivamente abordado de dois pontos de vista: a frequência do ensino pré-escolar (entre os 3 e 5 anos), o insucesso e o abandono aos 14 anos.

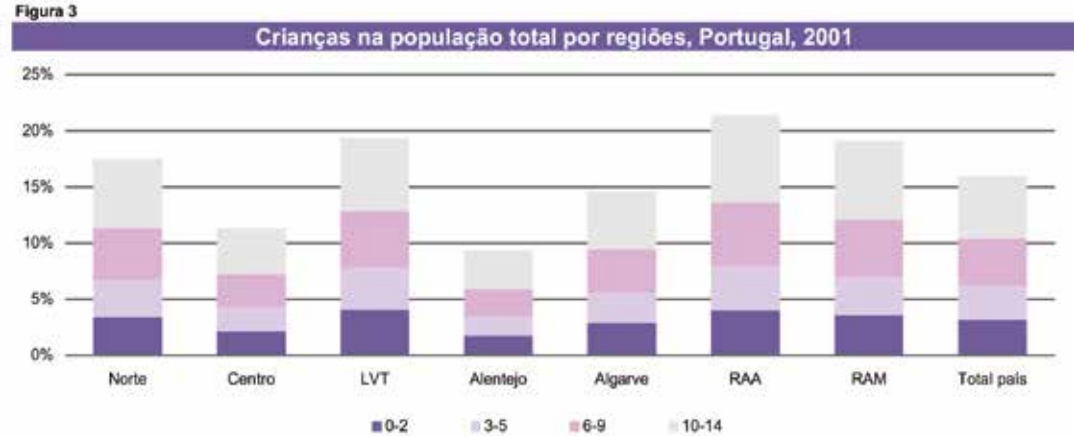


Residem actualmente em Portugal cerca de 1 milhão e 600 mil crianças, número que é drasticamente inferior ao de há 20 anos atrás (2 milhões e 500 mil...). A queda de efectivos, que atinge todos os grupos etários, é sobretudo vincada na década de 80 (com uma variação negativa entre 1981-1991 da ordem dos 20%). Nota-se porém, em 2001, uma ligeira recuperação do número de bebés: o grupo dos 0-2 anos é o único que evidencia uma discreta variação positiva (1, 79%) entre os dois últimos censos; por outro lado, o grupo dos 3-5 anos destaca-se, comparativamente aos mais velhos, por apresentar a menor variação negativa. São resultados obviamente colados à dinâmica da fecundidade: queda abrupta nos anos 80, com o acesso generalizado à contracepção médica e eficaz, a difusão de novos valores sobre o casal e a família, o corpo, a sexualidade e a identidade de género, a emergência da representação moderna da criança e da infância; ligeira recuperação em finais da década de 90, graças sobretudo aos comportamentos da população imigrante.



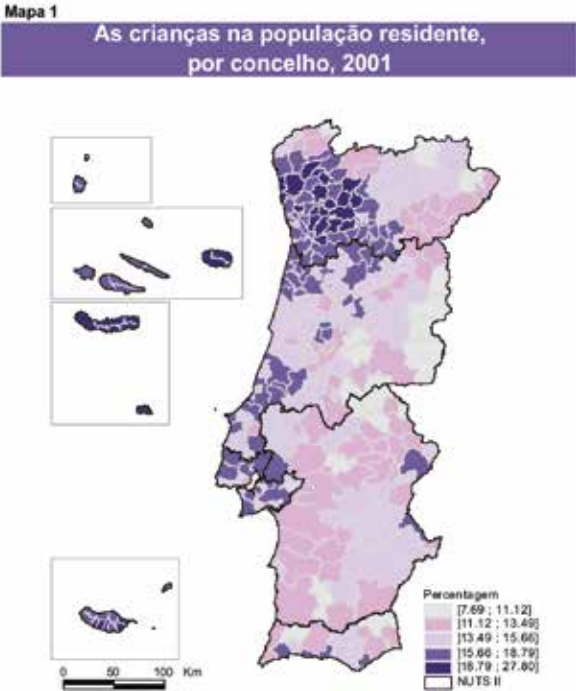


Tomando agora em consideração as diferentes regiões do País, notamos que a intensidade do decréscimo na década de 80 atinge-as a todas por igual (situando-se na casa dos 22%), com excepção do Algarve e da Região Autónoma dos Açores (onde os mesmos valores apenas diminuem, respectivamente, 10,5% e 13,0%). O retrato da queda é porém bem mais diversificado na década de 90: muito ele-



vada no Alentejo e na Região Autónoma da Madeira (-24%), moderada em Lisboa e Vale do Tejo (-13,2%), mínima no Algarve (-5,3%). Descobrem-se assim, por detrás de uma forte tendência nacional, ritmos regionais diversos.

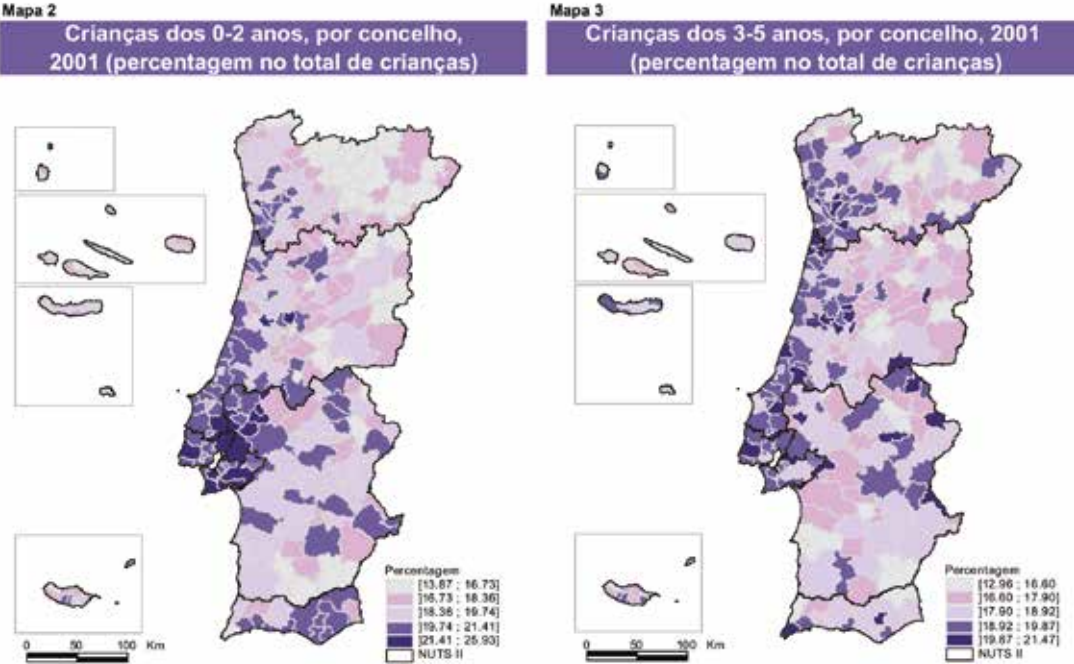
A Figura 3 dá-nos uma outra perspectiva curiosa da presença das crianças em Portugal por região. Situando-se a média nacional em 16%, o contraste é depois vincado entre, por um lado, as Regiões Autónomas de Açores e Madeira, mas também Lisboa e Vale do Tejo (onde as crianças representam cerca de 19% do total da população aí residente) ou ainda o Norte (18%) e, por outro, o Alentejo (9,4%) e a Região Centro (11%). O destaque da presença infantil na região que inclui a capital, aqui colada aos tradicionais pólos férteis das ilhas atlânticas, merece



ser sublinhado e relacionado com os movimentos migratórios que a tomam como destino.

O Mapa 1 toma o concelho como unidade de referência e permite detalhar a imagem anterior, nomeadamente no que se refere ao Continente. Distingue claramente duas manchas litorais: uma contínua, densa e circular a

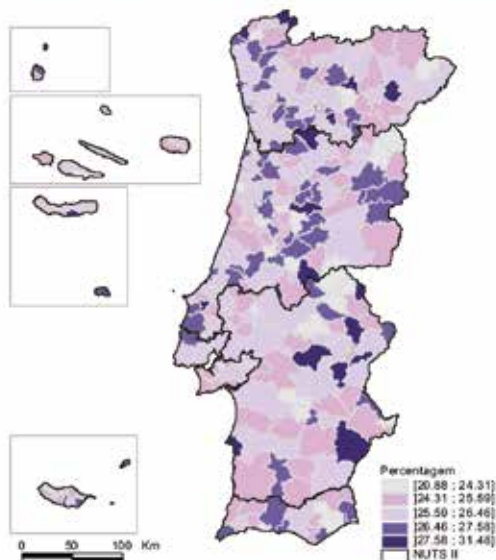
Noroeste, onde se destacam os concelhos com os valores máximos nacionais; outra, em torno da capital, formando uma mancha mais irregular. No litoral algarvio e na fronteira alentejana com Espanha surgem também áreas pontuais onde a percentagem de crianças na população total é elevada. Enquanto a primeira mancha (Norte Litoral) corresponde à permanência de relativamente elevadas taxas de fecundidade da população nacional, a segunda (à volta de Lisboa) reflecte sobretudo a alta fecundidade da maioria das comunidades imigrantes aí instaladas, acontecendo o mesmo em alguns concelhos algarvios.



Os Mapas 2 a 5 dão-nos uma outra perspectiva da distribuição concelhia dos diversos grupos etários infantis, a qual está longe de obedecer a um mesmo padrão. Para a franja de bebés (0-2 anos) sobressai, muito claramente, a região da capital. O grupo dos 3-5 anos tende a marcar presença sobretudo ao longo da costa atlântica a norte do Sado, despontando também em alguns concelhos algarvios e em outros concelhos do in-

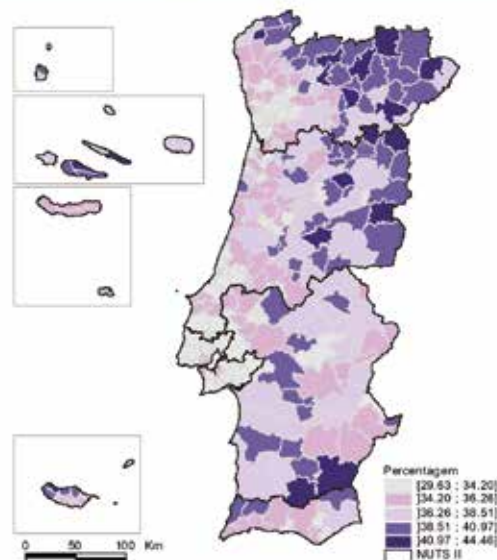
Mapa 4

Crianças dos 6-9 anos, por concelho, 2001  
(percentagem no total de crianças)



Mapa 5

Crianças dos 10-14 anos, por concelho, 2001  
(percentagem no total de crianças)



terior. Já o mapa 4, referente ao peso percentual das crianças com 6-9 anos, revela uma sua distribuição mais irregular e dispersa por todo o território nacional (tanto litoral/interior, como norte/sul). Por último, o Mapa 5 regista uma imagem quase oposta à do primeiro: as crianças dos 10 aos 14 anos têm maior expressão relativa nas ilhas e em áreas do interior do País, formando uma malha densa em concelhos do Centro e Norte Interior.

Estes quatro mapas indiciam o cruzamento de duas tendências de evolução da população infantil. Poder-se-ia quase dizer que, sem imigração, o País apresentaria todo ele em 2001 uma sobrerrepresentação das crianças mais velhas. De facto, isto não acontece porque as mulheres imigrantes (sobretudo as africanas) transportam consigo os modelos de fecundidade dos seus países de origem, ainda que matizados pelos novos contextos de vida. Assim, a uma tendência que se vinha desenhando claramente no sentido do decréscimo acentuado do número de crianças, junta-se uma outra de sentido contrário protagonizada pela população que vem de fora.

A Figura 4 permite-nos constatar que o desequilíbrio numérico entre rapazes e raparigas, a favor dos primeiros, é uma constante em todas as idades (e de resto em todas as regiões do País). Sabendo-se que a ratio à nascença é de 105/100 e verificando-se neste caso que ela se mantém até aos 14 anos, pode afirmar-se que no País actual, e ao contrário do que sucedia no passado, a mortalidade infantil (atingindo tradicionalmente sobretudo os rapazes) deixa de ser um factor que repõe o equilíbrio entre os dois sexos. Por outro lado, é interessante notarmos a ligeira retoma da natalidade em finais da década de 90, através da discreta disposição em U das diferentes colunas representadas na figura: o nº total de rapazes e raparigas baixa entre os 0 e os 3 anos, estabiliza até aos 7 e sobe até aos 14.

Figura 4

Estrutura etária da população infantil por sexos, Portugal, 2001

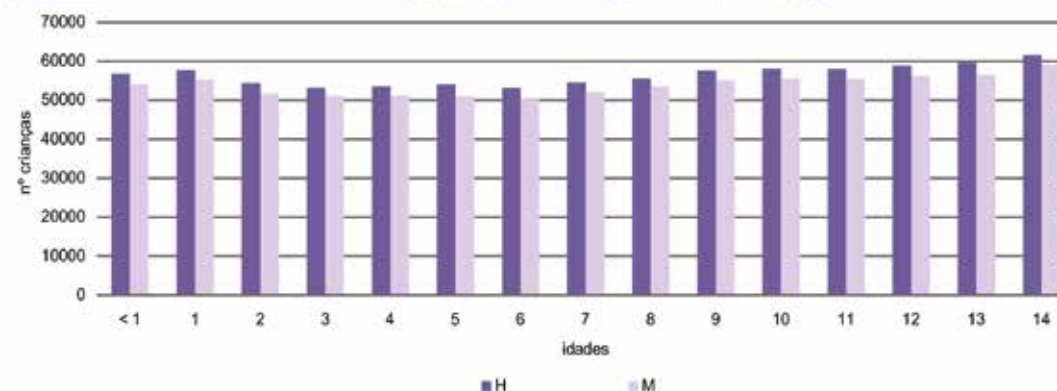
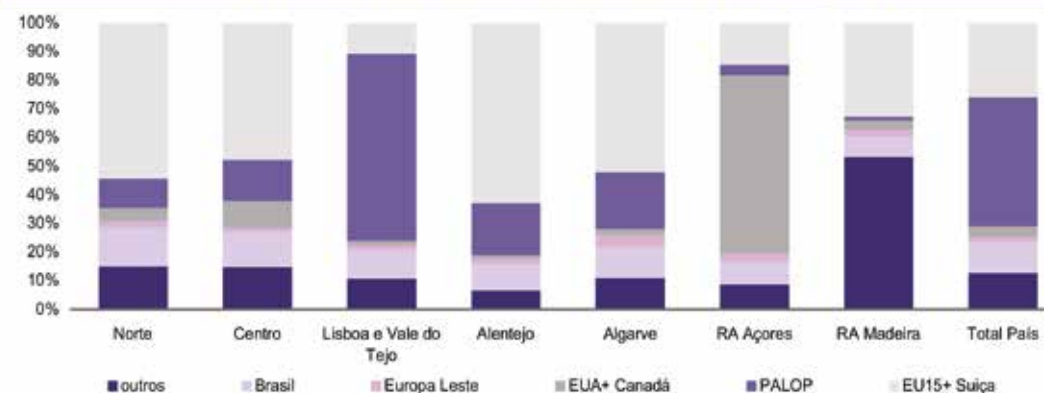


Figura 5

Crianças estrangeiras segundo a nacionalidade por regiões, 2001



Num país que se tornou, nos anos mais recentes, receptor de movimentos migratórios, a nacionalidade é um interessante indicador de caracterização da população infantil. A percentagem de crianças estrangeiras no total da população residente portuguesa é, em 2001, cerca de 2% (o que corresponde a um valor absoluto de 33 465 indivíduos). Lisboa e Vale do Tejo (4,15%) e Algarve (4,06%) apresentam os valores máximos, enquanto a região Norte (0,85%), os Açores (0,80%) e o Alentejo (0,99%) registam os valores mínimos.

O retrato concelhio dá, apesar de tudo, uma outra imagem do País, associada aos movimentos migratórios, considerados nos seus dois sentidos – imigração e emigração. O peso dos concelhos da área metropolitana de Lisboa tende na nova escala a esbater-se, para surgirem com maior destaque os do barlavento algarvio, a Sul – manchas que correspondem claramente à imigração. Por outro lado, adquire enorme visibilidade um extenso número de concelhos do Norte e Centro, localizados especialmente no interior – manchas resultantes do retorno de emigrantes portugueses no estrangeiro ou, pelo menos, dos seus filhos.

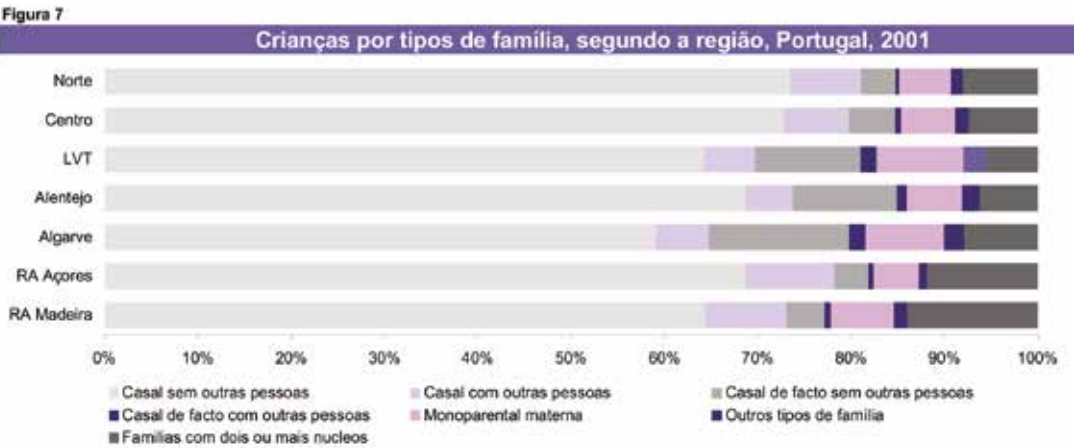
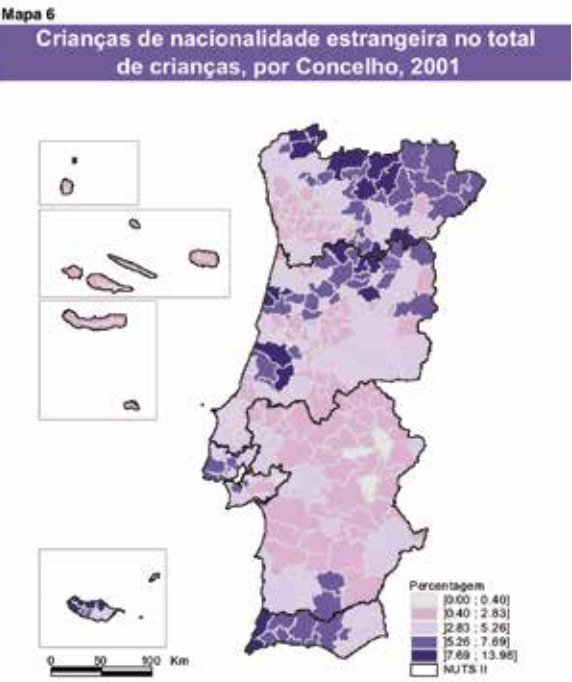


A sua distribuição por nacionalidade mostra que neste grupo há uma esmagadora presença de crianças oriundas dos PALOP (45% do total de crianças estrangeiras residentes), seguida da de cidadãs provenientes da Europa dos 15 e da Suíça (25%); mais à distância o Brasil (11%) e, com o valor mínimo, a Europa de Leste (2%)<sup>1</sup>. As regiões introduzem uma curiosa e marcante diversidade. A proporção de crianças brasileiras é relativamente homogênea em todas elas. O mesmo não se poderá dizer de outras nacionalidades, como se o País se encontrasse diferentemente colorido...Assim, as crianças de origem africana, filhas de “verdadeiros” imigrantes, destacam-se claramente em Lisboa e Vale do Tejo (onde representam 65% do total de crianças estrangeiras).

Já as crianças de nacionalidade norte-americana e canadiana, certamente filhas de emigrantes açorianos nesses países que retornam à terra, sobressaem na Região Autónoma dos Açores, enquanto a categoria correspondente a “outros” se evidencia, por idênticas razões, na Madeira (emigrantes vindos da Venezuela e África do Sul). A sobre-representação de crianças estrangeiras europeias, em todas as regiões do Continente (excepto Lisboa e Vale do Tejo) liga-se directamente ao retorno de emigrantes vindos, na sua grande maioria, de França e Alemanha.

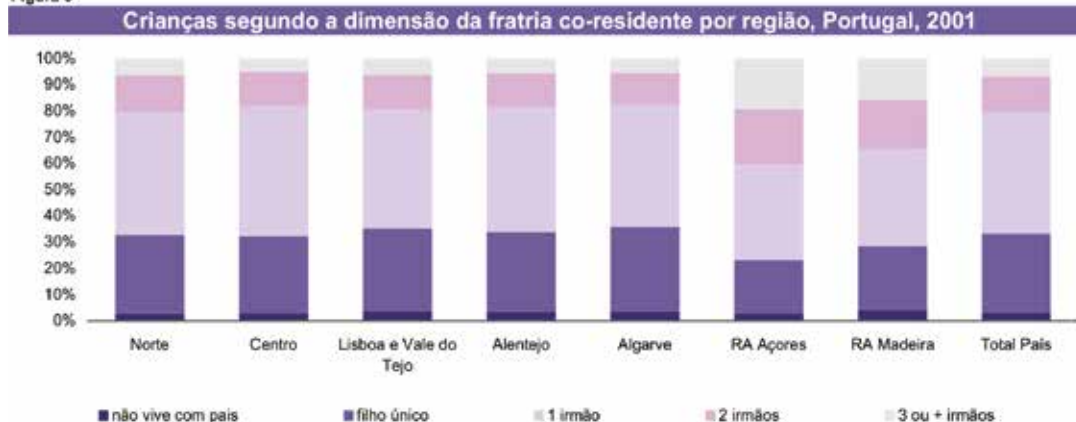
## 2. AS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS

Não sendo o único, a família constitui, sem dúvida, um estratégico posto de observação sobre a criança e a infância. Até porque se sabe que um novo olhar sobre a criança é justamente um dos pilares sobre o qual se constrói a representação da família conjugal na modernidade. Dando de si a imagem de um lugar privado de troca de afectos, onde a qualidade da relação entre os indivíduos prima sobre a ordem instrumental das coisas, é esta família também que se mobiliza em torno do desafio educativo para os seus filhos. Os dados do Censo 2001 permitem tecer alguns contornos do lugar familiar onde residem as crianças...



Independentemente da sua idade, a esmagadora maioria das crianças residentes (69%) vive em arranjos familiares do tipo “casais casados sem outras pessoas” – mostrando a relevância na parentalidade do casal com residência independente e vínculo conjugal institucionalizado através do casamento. Um segundo conjunto (com um peso próximo dos 7%) distribui-se por outros quatro tipos: os “casais em união de facto sem outras pessoas” e as “famílias monoparentais maternas” (com destaque para as regiões do Algarve e Lisboa e Vale do Tejo e, no segundo caso, as crianças mais velhas), “o casal casado com outras pessoas” e as “famílias com dois núcleos” (com particular destaque nas Regiões Autónomas e nas crianças entre os 0 e 2 anos, justamente as idades pré-escolares em que o problema da sua guarda se coloca ao casal com toda a sua força). É baixíssima, em qualquer caso, a percentagem de crianças que vive com os avós.

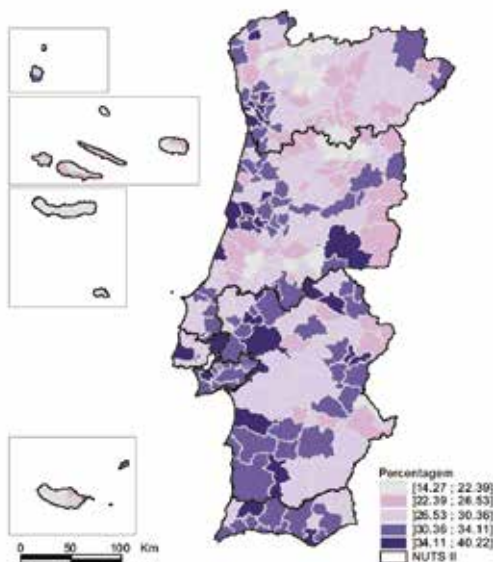
Figura 8



No que é outro efeito da queda da fecundidade, tendem a retrair-se, no Portugal contemporâneo, os laços familiares colaterais. Do ponto de vista infantil, isto significa um destaque inédito para o “filho único” (com uma presença de 30%) e para a criança com apenas 1 irmão co-residente (46%). Pensando nas grandes regiões do País, representadas nas diferentes colunas (quase idênticas!) da Figura 8, notamos como a paisagem é uniforme: com a excepção das duas Regiões Autónomas, a infância na família é vivida, sobretudo, no singular.

Mapa 7

**Crianças filhas únicas, por concelho, 2001**



Mapa 8

**Crianças em fratrias de 2 ou + irmãos**

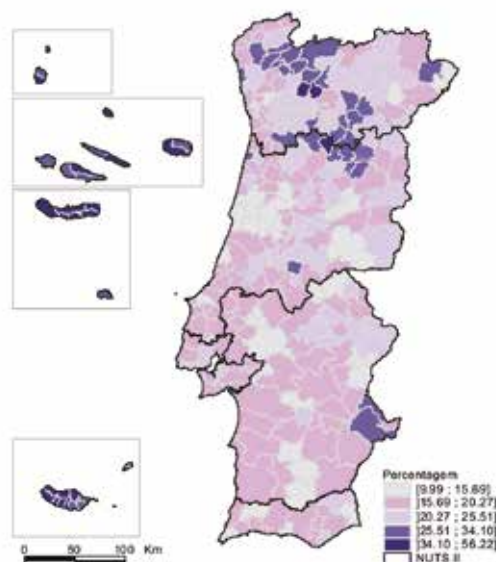


Figura 9

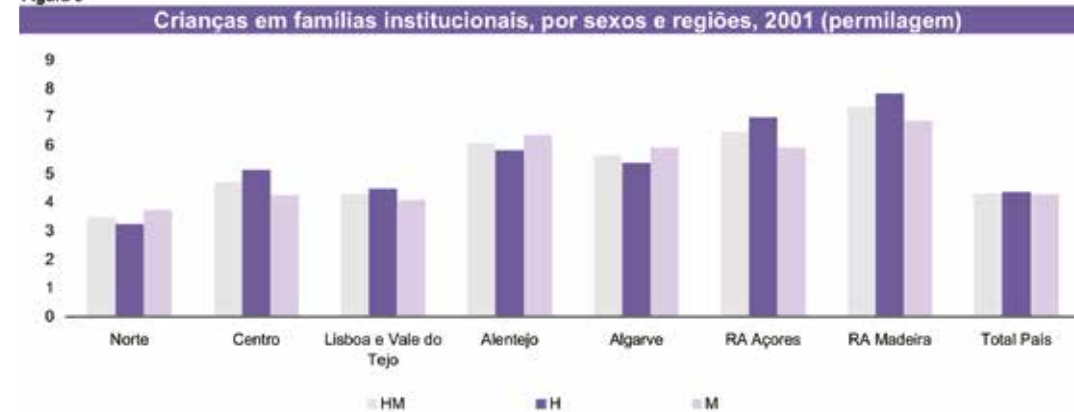
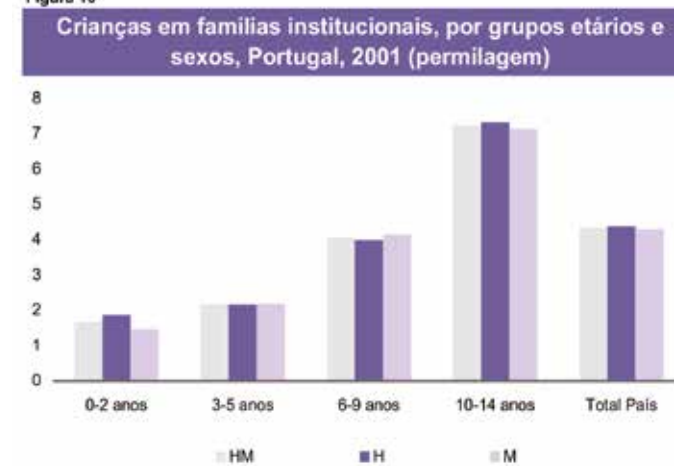


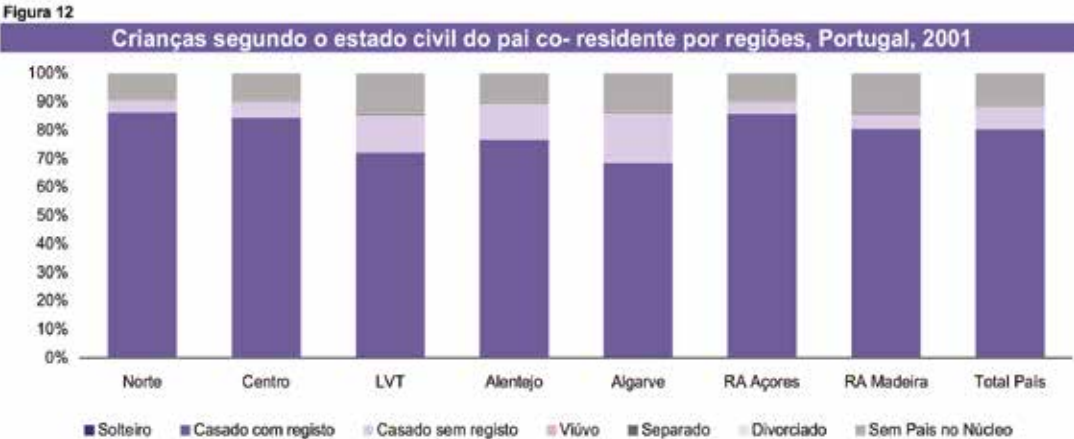
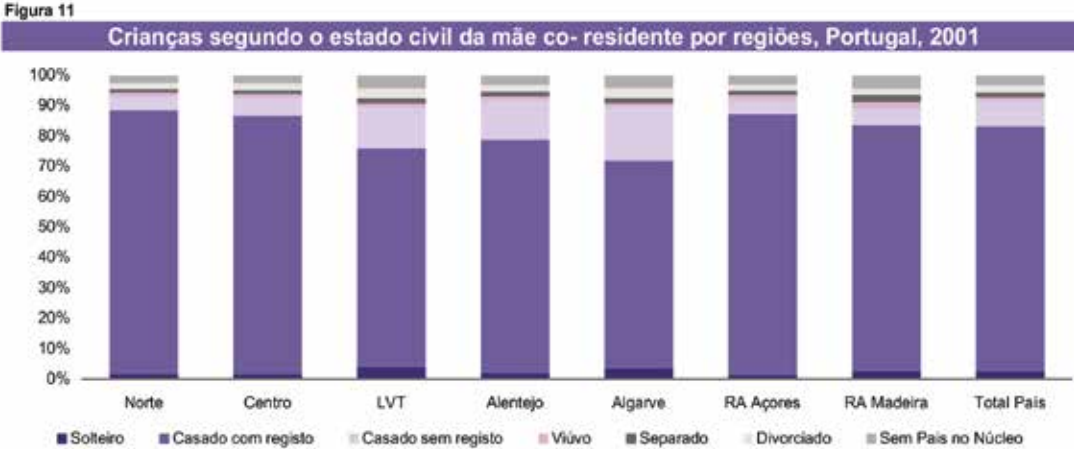
Figura 10





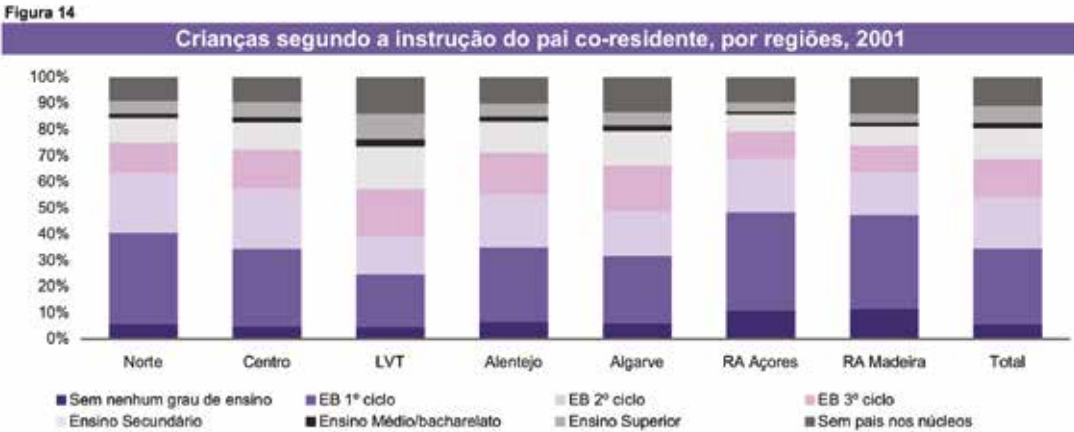
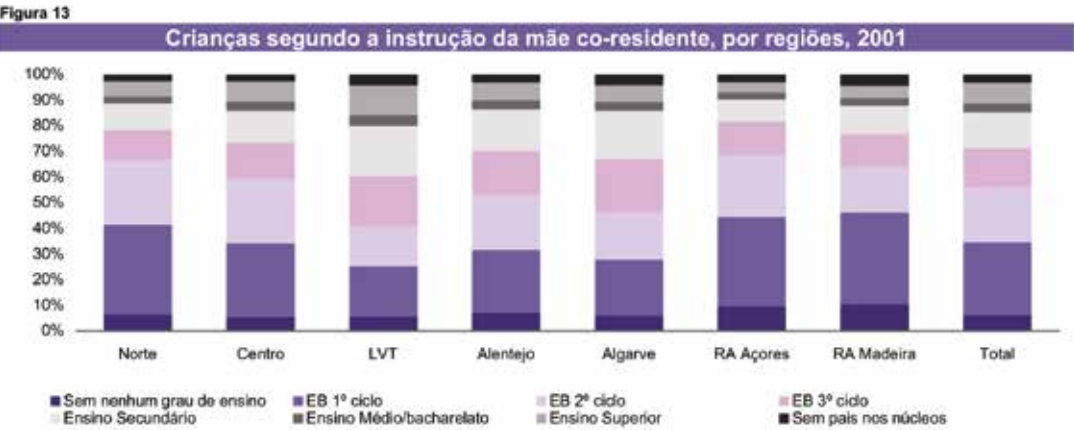
Quanto à pernilagem de crianças que vivem em famílias institucionais (4% no País), surge um cenário mais diversificado. Destacam-se, por um lado, as regiões insulares e meridionais: a Madeira (com um valor que quase duplica o do País: 7.4%) e os Açores (6.5%), por um lado; o Alentejo e o Algarve (com cerca de 6%), por outro.

Abrangendo sensivelmente o mesmo número de rapazes e raparigas, nela fazem-se diferentemente representar os grupos etários: depois de se manter em níveis baixos para as crianças dos 0-5 anos, a institucionalização duplica para o grupo dos 6-9 e atinge o nível máximo no dos 10-14 anos.

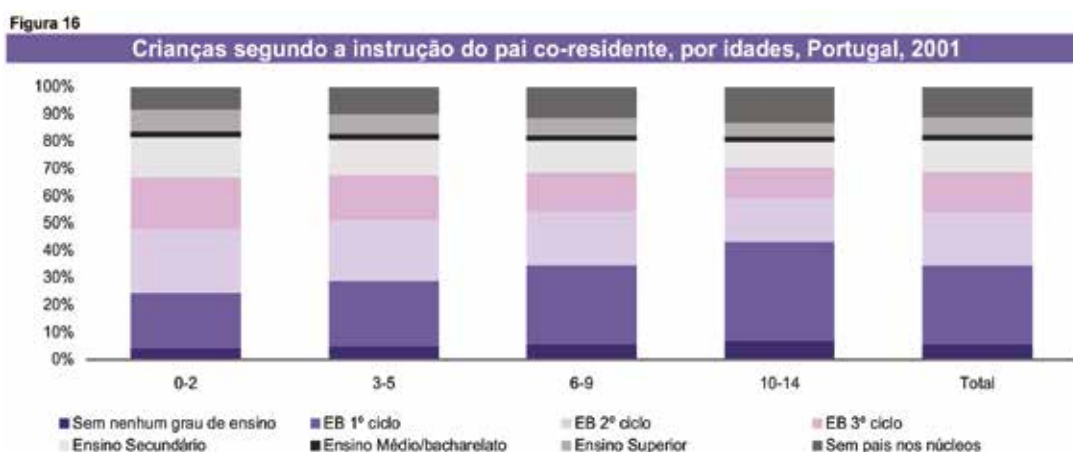
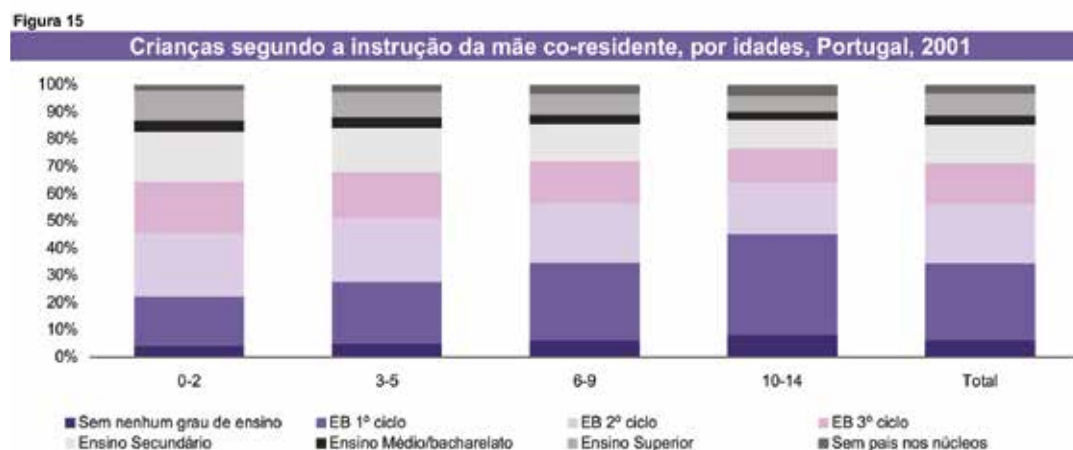


A comparação das figuras 9 e 10 (relativas ao estado civil da mãe e do pai que co-residem com a criança, respectivamente) permite constatar uma distância muito significativa entre uma e outra. Embora ser-se “casado com ou sem registo” seja a condição claramente maioritária nos dois casos (rondando os 90%), nota-se um maior leque das “outras situações” que traduzem a ruptura do laço

conjugal, no caso das mulheres-mães – ora divorciadas/separadas (4%), ora viúvas (1.3%). Pelo contrário, quando a criança vive com o pai, ele é sistematicamente casado; outros estados civis significam que o pai não co-reside com ela. Estamos perante um facto que traduz, afinal, a atribuição sistemática da guarda dos filhos à mãe em caso de ruptura do laço conjugal.



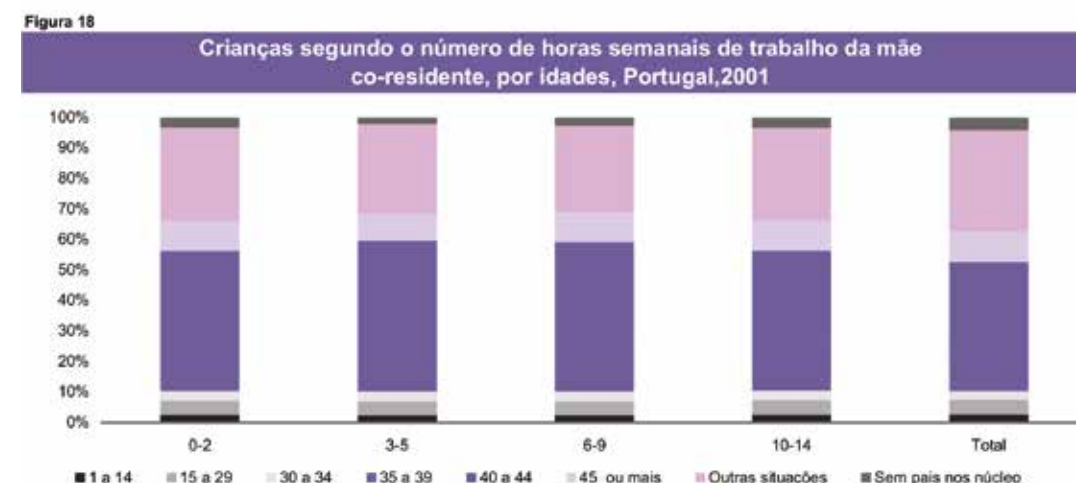
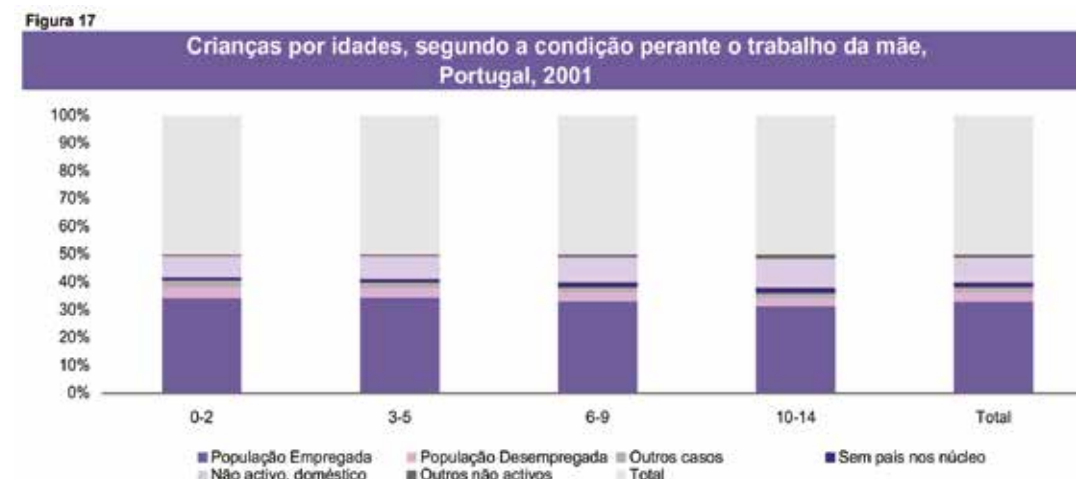
As crianças residentes em Portugal crescem ainda hoje em famílias dotadas de baixíssimos capitais escolares. Bem mais de metade das mães e dos pais não possui sequer os actuais 9 anos de escolaridade obrigatória; não chega aos 10% a percentagem daqueles que possui um grau de ensino superior. Dentro deste panorama confrangedor, a diversidade regional é outro traço a registar: Lisboa e Vale do Tejo, seguida do Algarve, apresenta as taxas de escolarização mais favoráveis (com a maioria dos pais a possuir a escolaridade obrigatória); os Açores, a região Norte e a Madeira registam os mais baixos níveis de instrução parental (mais de 60% dos progenitores atingiu, na melhor das hipóteses, o 2º ciclo do ensino básico!).



Se agora distinguirmos, no interior da população infantil, as suas idades, registamos uma ligeira mas curiosa tendência: quanto mais novas são as crianças, maiores são os capitais escolares dos seus pais e mães.

Repare-se que os bebés (0-2 anos de idade) são os únicos cujos progenitores co-residentes detêm já, em maioria, um nível equivalente ao actual ensino obrigatório e aqueles que apresentam os valores máximos para os diplomas do ensino superior. Quer isto dizer que, dentro de um cenário escolar global muito desfavorecido e que aparenta imobilidade, se regista uma progressão relativamente rápida dos índices de escolarização nos últimos 14 anos.

A esmagadora maioria das crianças no País (66%) possui mães activas empregadas; se a estas juntarmos as desempregadas, a percentagem sobe para os 73%. A figura da mãe doméstica é portanto uma excepção (18%), o que significa que logo através da socialização familiar a criança associa hoje um papel profissional a ambos os progenitores. Notemos, por outro lado, que quanto mais novas são as crianças, maior é a taxa de actividade das mães (de cerca de 69% nas mães dos bebés e nas crianças entre os 3-5 anos, esta passa para 63% nas dos jovens dos 10-14) – resultado que, por um lado, pode sugerir o facto de a inserção no mercado de trabalho favorecer as mulheres tendencialmente mais jovens (eventualmente as mais instruídas, com projectos de realização simultânea na dupla frente

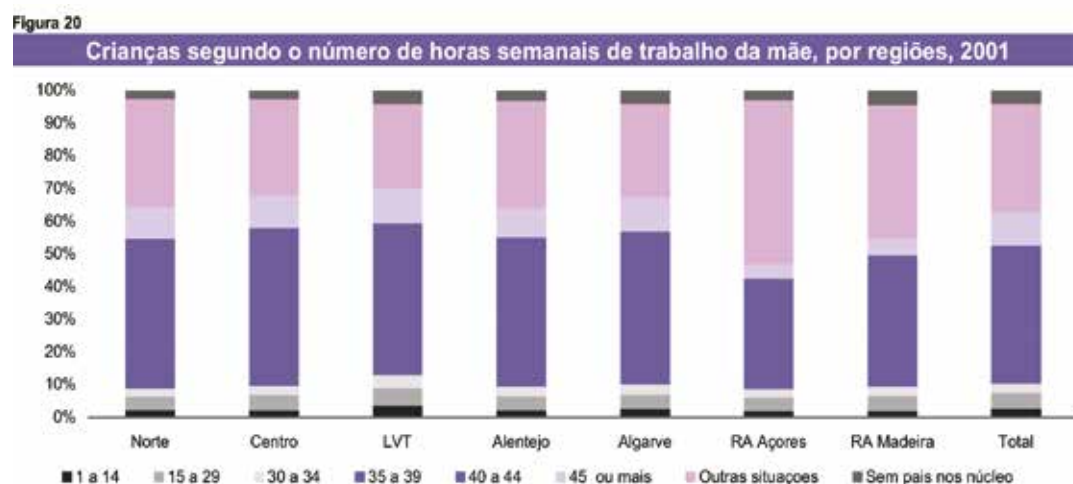
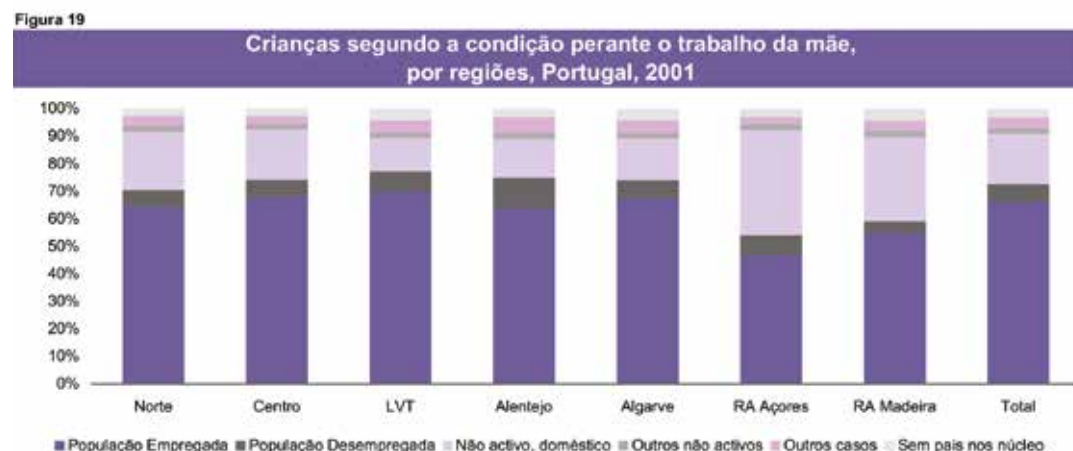


familiar e profissional) e, por outro, o de a criação de filhos em idade pré-escolar implicar despesas acrescidas para os jovens casais, os quais não podem dispensar a contribuição do salário de ambos. Este resultado prova, ainda, como a guarda das crianças de baixa idade é um problema central dos seus quotidianos e orçamentos.

O número de horas de trabalho da mãe (esmagadoramente em full-time) não oscila segundo os diferentes grupos etários das crianças; em Portugal, e ao contrário do que sucede em outros países europeus, o trabalho a tempo parcial é raro entre as mães activas e não parece portanto depender do número de filhos.

As figuras 17 e 18 evidenciam alguma diversidade regional. Pode notar-se que as crianças das Regiões Autónomas são aquelas que têm mais frequentemente mães consideradas “domésticas” – pelo menos do ponto de vista de classificação estatística, já que poderemos admitir que, na prática e tendo em conta o cenário rural em que muitas vezes decorre o seu quotidiano, elas efectivamente trabalhem em actividades agrícolas familiares. No pólo oposto, encontram-se as crianças da região





de Lisboa e Vale do Tejo, para quem são máximas as percentagens de mães activas empregadas. Considerando agora o seu número de horas semanais de trabalho, é aqui também que simultaneamente se registam os horários femininos mais pesados e a maior percentagem (contudo sempre baixa) de trabalho a tempo parcial.

### 3. AS CRIANÇAS NA ESCOLA

Lugar de aprendizagens técnicas mas também de competências sociais, a escola é, sem dúvida, outro dos pilares estruturantes da representação moderna da infância. Ao contrário da do passado, a criança moderna não é encarada como um adulto em miniatura ou um braço para o trabalho familiar ou comunitário; a norma hoje hegemónica atribui-lhe características específicas e únicas, diferentes da do adulto, e associa o seu percurso de socialização à passagem duradoura pela escola – onde aprende junto de outros pares.

Procuramos, nos próximos pontos, abordar o vínculo da criança com a escola sob duas perspectivas:

por um lado, e sabendo-se do seu impacto no desenho de trajetórias de sucesso educativo, averiguar a importância do ensino pré-escolar no quotidiano infantil; por outro, descrever e caracterizar as fragilidades da relação com a escola nas etapas finais do ensino obrigatório, através de indicadores de abandono e de insucesso escolar.

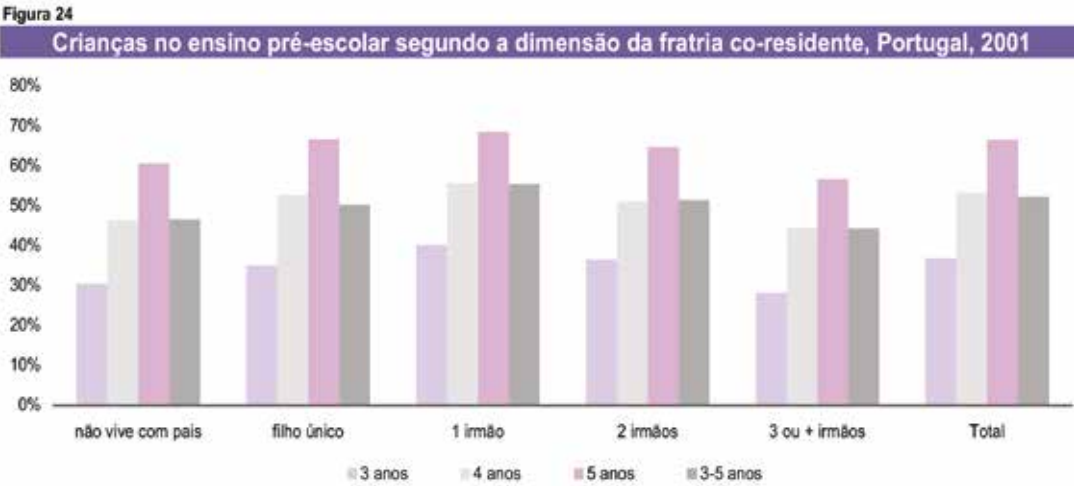
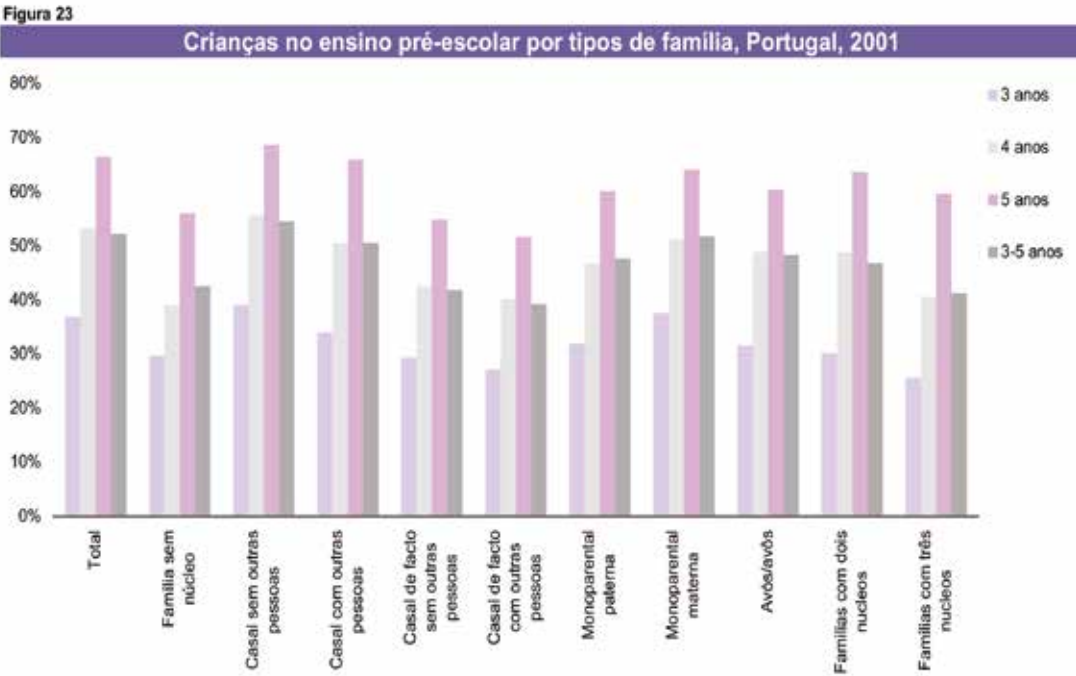
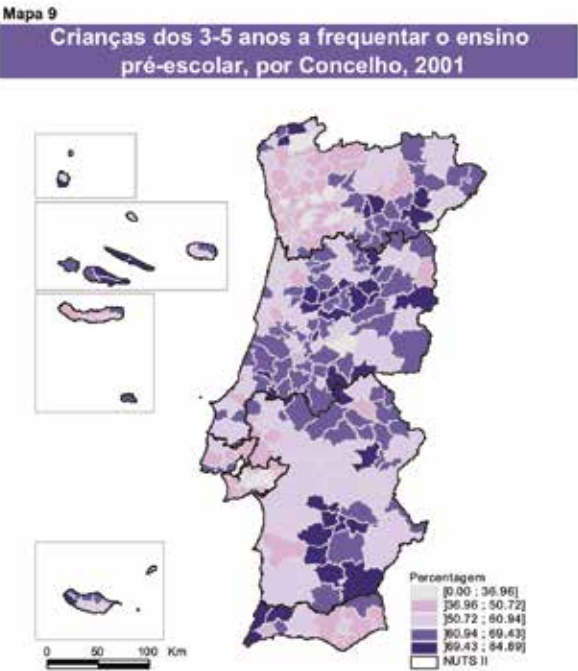


Mais de metade das crianças entre os 3-5 anos frequentam o ensino pré-escolar em Portugal. A frequência sobe regularmente entre os 3 anos (cerca de 37%) e os 5 (66%) e nela não se regista (ao contrário do que acontece em outros níveis de escolaridade em que as raparigas estão sobrerrepresentadas) qualquer diferença de género.

O panorama nacional apresenta alguma variação regional. Com valores acima da média do País, destacam-se o Alentejo e a Região Centro (entre o Tejo e o Douro) e, a uma certa distância, a Região Autónoma da Madeira; apenas a Região Norte apresenta valores abaixo da média nacional. Não há,

por outro lado, grandes oscilações nesta distribuição, por grupos etários da criança – os Açores são a única excepção, com um valor máximo (80%) nos 5 anos e um mínimo nos 3 (25%).

O padrão concelhio dá-nos contudo uma outra imagem. Nas áreas onde a população infantil é mais escassa, registam-se as maiores taxas de frequência do ensino pré-escolar; pelo contrário, nas regiões onde se concentra o maior número de crianças mais novas, a expressão desse nível de ensino é preocupantemente reduzida. É uma situação de algum modo paradoxal que revela um défice acentuado de equipamentos sociais nas áreas mais deles carenciadas (como acontece nos concelhos suburbanos de Lisboa e Porto).



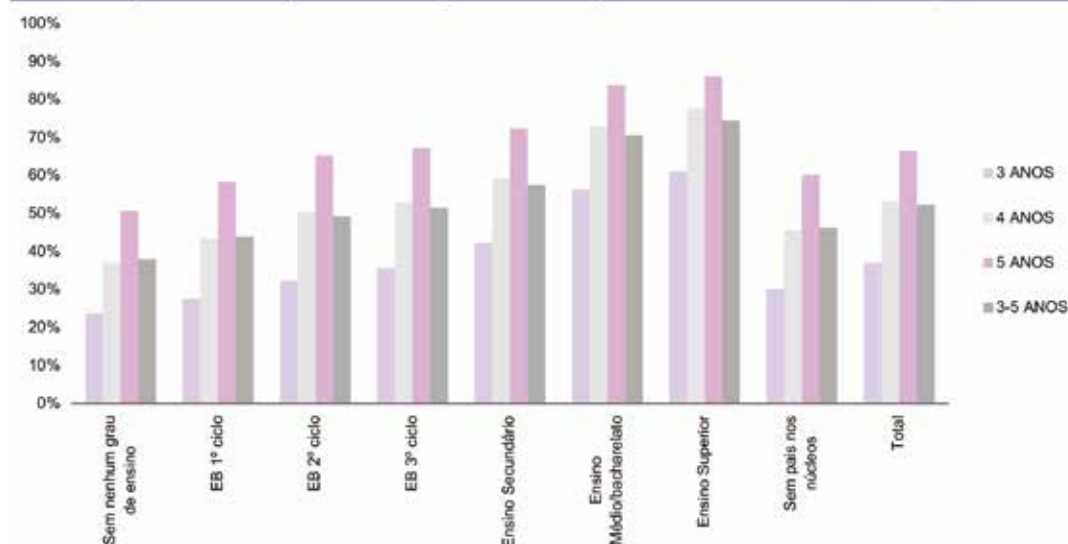
As crianças que estão no ensino pré-escolar vivem, tendencialmente, em certos tipos de família. A Figura 23 evidencia o facto de a frequência desse nível de ensino se associar preferencialmente aos casais de casados (com ou sem outras pessoas co-residentes) e às famílias monoparentais maternas. Ao contrário, é de registar a curiosa distância dos casais em união de facto (em especial os que residem com “outras pessoas”) dos primeiros, com valores francamente abaixo do total. Reencontramos aqui uma ilustração pontual da tendência verificada em contexto português: os nascimentos dentro do casamento recortam um perfil social mais favorecido das mães, enquanto os que ocorrem fora do casamento acontecem em meios sociais mais precários (presença de domésticas, das profissões desqualificadas e das descendências múltiplas).

As famílias com dois ou três núcleos, onde provavelmente o problema da guarda da criança é informalmente assegurada através de parentes co-residentes, registam também percentagens baixas de pré-escolaridade. O número de irmãos que co-residem com a criança é outro factor na origem de diversidade. O facto de ela se integrar numa fratria de 2 ou mais irmãos associa-se às menores frequências do pré-escolar, enquanto o contrário sucede no caso de apenas ter um irmão ou de ser filha única.



Figura 25

## Crianças no ensino pré-escolar segundo a instrução da mãe co-residente, Portugal, 2001



O impacto do capital da escolar da mãe (como o do pai, aliás<sup>2</sup>) é decisivo, sugerindo uma persistente reprodução de padrões de escolaridade de pais para filhos nas famílias portuguesas. O recurso ao ensino pré-escolar provém sobretudo das franjas de população adulta mais escolarizadas, o que reforça a ideia de que melhores condições de partida proporcionam melhores resultados de chegada. Assim, e para todos os grupos etários de crianças considerados, quanto maior é o grau de escolaridade atingido pela mãe, maior é a taxa de frequência daquele nível de ensino. O contraste é efectivamente flagrante entre a percentagem de crianças entre os 3-5 anos que se encontram no sistema de ensino e são filhas de mulheres sem nenhum grau escolar (38%) e aquelas cujas mães detêm um diploma do ensino superior (74.5%).

Tomemos agora em consideração o grupo de crianças mais velhas, isto é, com 14 anos. A caracterização do seu vínculo actual com a escola, numa idade em que, num percurso regular, tipicamente deveriam encontrar-se a frequentar ou a terminar o 3º ciclo de escolaridade, pode dar indícios interessantes sobre a diversidade da condição infantil no País. Distinguiremos duas situações: as crianças que ainda não acabaram o 2º ciclo (casos de “insucesso”) e as crianças que não estão na escola (casos de “abandono precoce do sistema de ensino”).

Apesar de uma melhoria considerável relativamente 1991, os resultados actuais mostram ainda um cenário incómodo em contexto europeu. Cerca de 16% das crianças com 14 anos (em particular os rapazes) tem percursos de insucesso escolar; cerca de 4% já abandonou a escola. Se introduzirmos a perspectiva regional, as desigualdades tornam-se ainda mais visíveis entre, por um lado, uma extensa mancha de regiões onde os valores se aproximam da média do País (Norte, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e mesmo Algarve) e as duas Regiões Autónomas, com valores de insucesso e abandono que envolvem cerca de ¼ das suas crianças. A região Centro destaca-se pela positiva, com cerca de 13%.

Figura 26

## Insucesso e abandono escolar nas crianças de 14 anos, por sexos e regiões, 2001

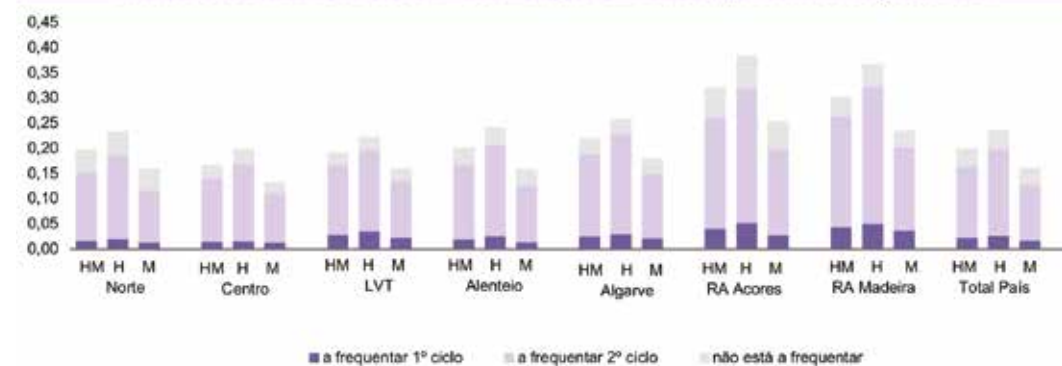
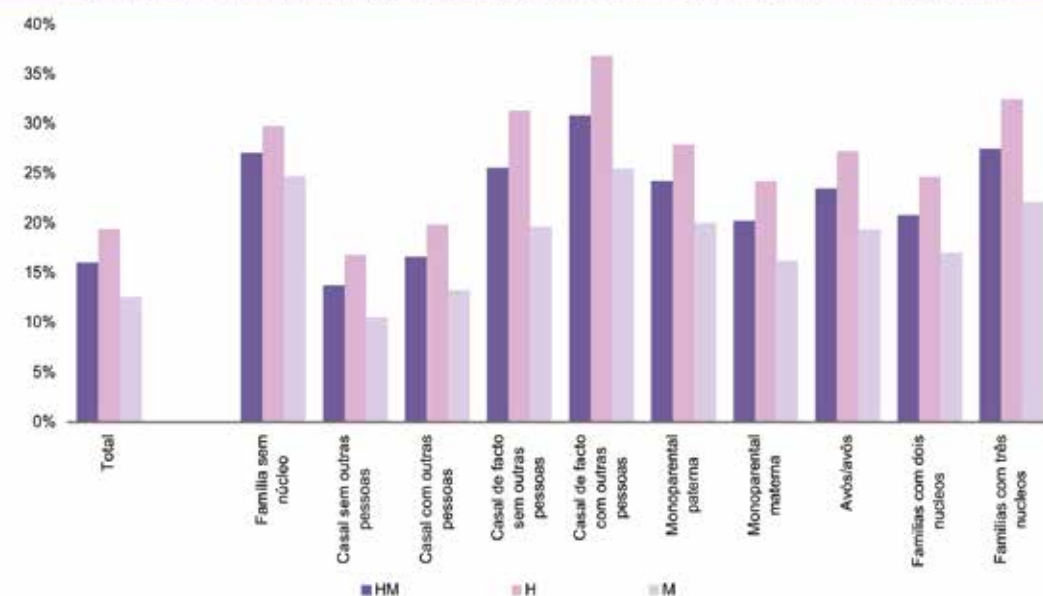
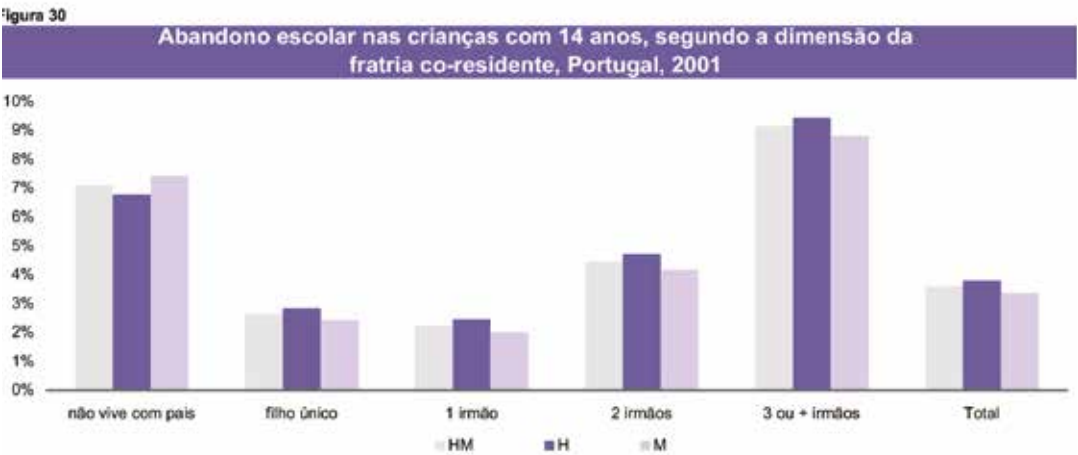
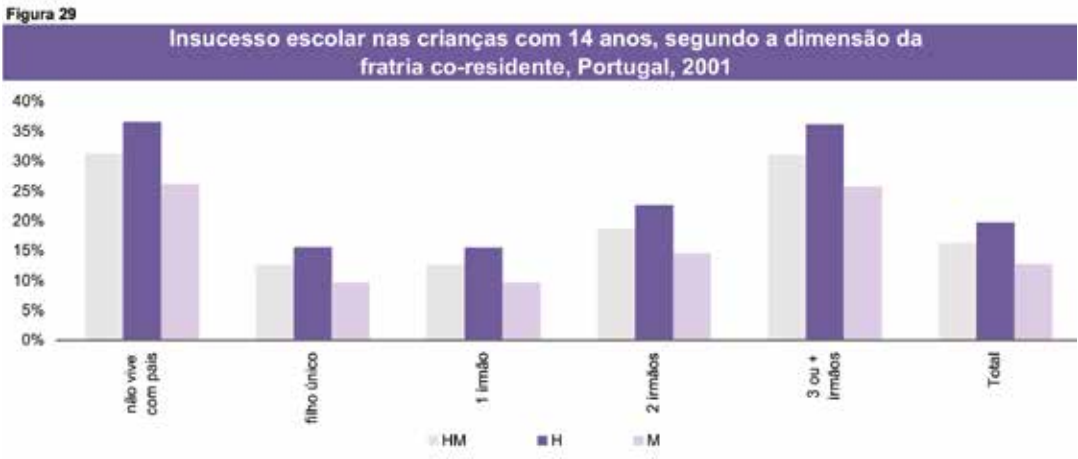
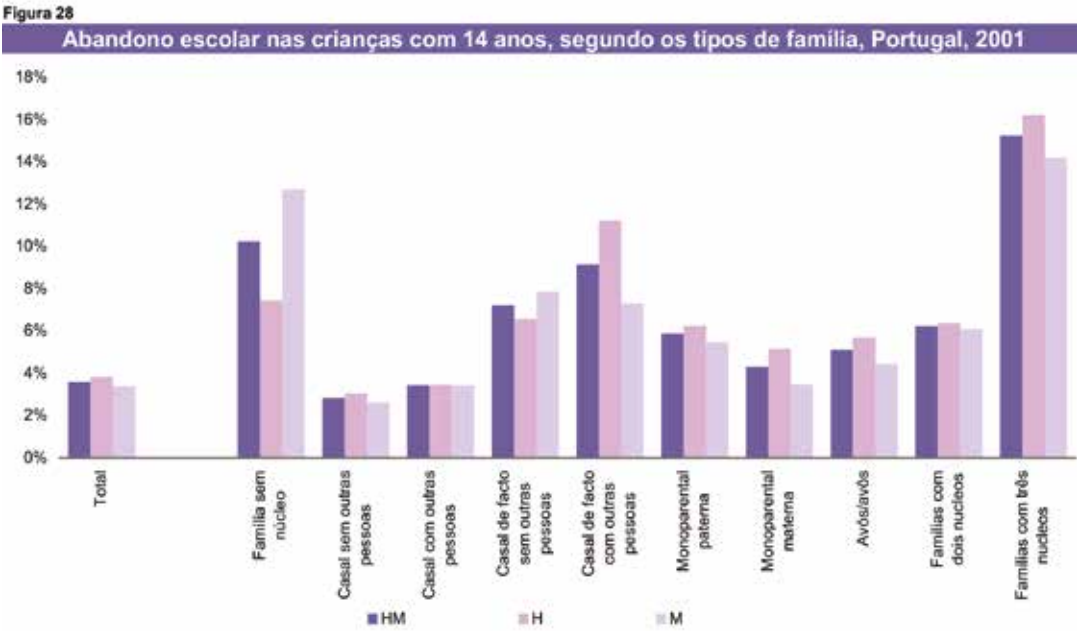


Figura 27

## Insucesso escolar nas crianças com 14 anos, segundo os tipos de família, Portugal, 2001



Os padrões de insucesso e abandono escolares associam-se, por outro lado, à morfologia familiar. O facto de a criança residir em “famílias sem núcleo” ou “com três núcleos”, com pais em união de facto parece constituir um factor de desvantagem; ao contrário, as crianças co-residentes com pais casados saem favorecidas neste cenário. Nele reencontramos, afinal, o rasto de desigualdades sociais abundantemente ilustradas na bibliografia disponível, designadamente as formas de precariedade e vulnerabilidade (económica e cultural) que caracterizam em Portugal as coabitações informais e as famílias complexas.



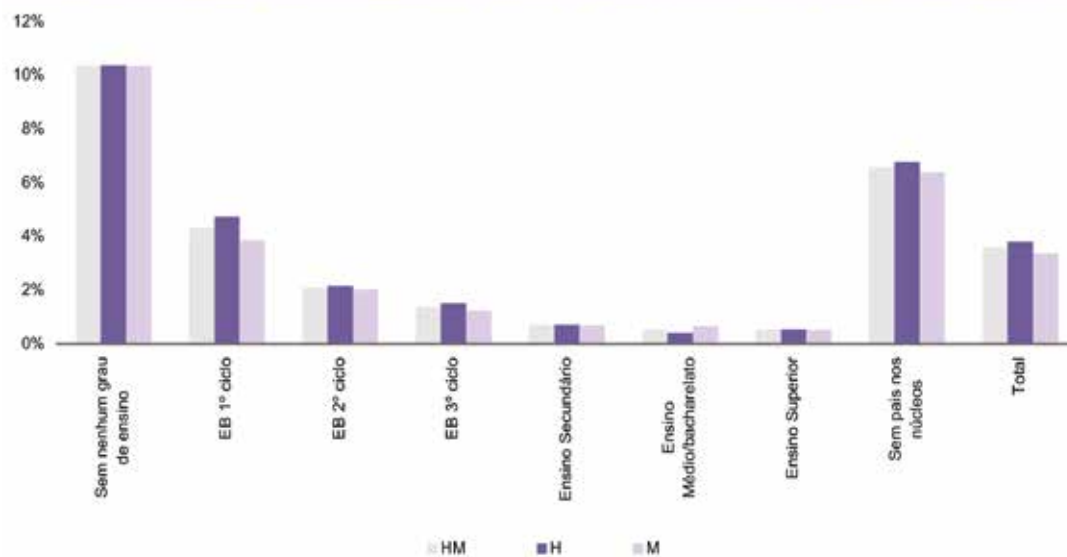
A relação entre insucesso/abandono escolares e dimensão da fratria é claríssima. Os seus valores são tanto maiores quanto maior número de irmãos possuir a criança (por exemplo: percentagens de insucesso na ordem dos 13% para os filhos únicos ou crianças com 1 irmão, de 30% para crianças com 3 ou mais irmãos). Não só as descendências numerosas se associam hoje, em Portugal, sobretudo às camadas mais desfavorecidas de população (e não raro a bolsas socialmente excluídas), como se ilustra aqui a clássica tese de Ph. Ariès: o controlo dos nascimentos é a verdadeira “irmã gémea” da escolarização das crianças e a chave do sucesso das estratégias educativas das famílias.





Figura 32

Abandono escolar nas crianças com 14 anos, segundo a instrução da mãe, Portugal, 2001



Tendo em conta o grau de escolaridade da mãe (mas o mesmo se poderia dizer do do seu pai), de novo reencontramos a tendência anteriormente detectada. A herança escolar que a criança recebe em casa parece ter um peso decisivo na configuração mais ou menos bem sucedida do seu percurso no sistema de ensino. As figuras 31 e 32 evidenciam com eloquência o recuo do insucesso/abandono escolares com o aumento do nível de escolaridade da mãe – desde os quase 40% respeitantes às mulheres sem nenhum grau de ensino, até aos escassos (mas ainda assim relevantes) 5% referentes às mães com diploma de ensino superior.

#### 4. NOTAS FINAIS

Na evolução e distribuição geográfica das crianças em Portugal cruzam-se diferentes tendências e ritmos variados: a queda da fecundidade da população nacional, mais intensa no sul do país e nas áreas urbanas; os fluxos imigratórios que contribuem decisivamente para o rejuvenescimento da população das regiões onde se instalam, precisamente aquelas onde a fecundidade tinha uma maior propensão para a descida.

A estrutura etária das crianças em 2001 evidencia um país desenvolvido, onde a mortalidade infantil deixou de repôr o equilíbrio do ratio entre os sexos.

Contrariamente à ideia que os media ou os profissionais da infância sugerem com frequência, apenas menos de 1/3 das crianças vive numa família “atípica” – de facto, 69% vivem com um casal casado e sem outras pessoas co-residentes. Uma parte substancial das crianças (76%) são filhas únicas ou têm

apenas um irmão. As fratrias mais extensas são já situações residuais na geografia do país.

É muito rara a co-residência de crianças com um pai “sozinho” (solteiro, divorciado ou viúvo), o que significa que apenas as mães ilustram junto delas a situação de adulto não casado.... e também que as mães são sempre uma personagem de referência nas suas infâncias, as responsáveis primeiras pela relação educativa – independentemente da situação conjugal ou profissional.

A grande maioria das crianças vive em contextos familiares onde a educação escolar é bastante escassa – mais de metade das mães e dos pais não tem sequer os actuais 9 anos de escolaridade básica. O panorama é especialmente negativo nas regiões autónomas e no Norte.

Uma grande parte das crianças vive com pais que desenvolvem ambos um trabalho profissional. A idade dos filhos não faz variar significativamente a presença das mães no mercado de trabalho nem o seu número de horas laborais. As mães empregadas em full-time atingem de resto um valor percentual especialmente elevado na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A baixa frequência do ensino pré-escolar em Portugal destoa ainda relativamente aos outros contextos europeus. Mais preocupante é o facto de ela estar associada aos grupos sociais mais desfavorecidos, com menores níveis de escolaridade, já que faz pressupor a reprodução social dos padrões de desigualdade entre gerações. É uma ideia aliás reforçada pelas taxas de abandono e de insucesso escolares das crianças com 14 anos. Os números são preocupantes – cerca de 16% delas tem percursos escolares de risco. Apesar da aposta política na escolarização em massa desenvolvida nas últimas décadas pelo Estado português, o peso das heranças familiares parece portanto ainda muito fortemente marcar as trajectórias escolares infantis.

**BIBLIOGRAFIA: ALGUMAS REFERÊNCIAS**

Almeida, A. “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis” in J. Vala, M. Villaverde Cabral e A. Ramos (org.). *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS, 2003, pp. 50-87.

Almeida, A. Nunes de (coord.), André, I. M., Lalanda, P. e Vilar, D. *Fecundidade e contraceção – percursos de saúde reprodutiva das mulheres portuguesas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2004.

Almeida, A. Nunes. “A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes”. *Forum Sociológico*, 2000, (3/ 4), p.11-33.

Almeida, A. Nunes de, Ferrão, J. (coord.) et. al. *Saída prematura do sistema educativo: aspectos da situação, causas e perspectivas em termos de emprego e formação*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2001.

Ariès, Ph. *L'enfant et la vie familiale sous l' Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1973

Cunha, V. O lugar da criança nas famílias portuguesas. *Uma análise sociológica da fecundidade* (dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Lisboa: ICS, 2000.

Ferrão, J. “Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno” in A. Barreto (ed.). *A situação social de Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS, 1996, pp. 165-190.

Ferreira, P. Moura e Aboim, S. “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”. *Análise Social*, (163), 2002, pp. 411-446.

Instituto Nacional de Estatística. *Inquérito à Fecundidade e à Família*. Lisboa: INE, 2001

James, A., Jenks, C. e Prout, A. *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.

Malheiros, J. M. “Velhas e novas geografias da imigração em Portugal”, *Janus* 2003, Lisboa: UAL, 2003, pp. 62-63.

Ministério da Educação/Ministério da Segurança Social e do Trabalho. *Eu não desisto. Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar. Relatório*. Lisboa: ME/MSST, 2004.

Montandon, C. *L' éducation du point de vue des enfants*. Paris: l' Harmattan, 1997

Pinto, M. e Sarmiento, M. (eds.). *As crianças – contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, IEC, 1997.

Qvortrup, J. “Childhood in Europe: a new field of social research” in L. Chrisholm et. al. (eds.). *Growing up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*. Berlin/N. York, Walter de Gruyter, 1995.

Sirota, R. “L' émergence d'une sociologie de l' enfance: évolution de l'objet, évolution du regard”. *Éducation et Société*, 2, 1998.

Torres, A. *Casamento em Portugal – uma análise sociológica*. Oeiras: Celta, 2002.

Viegas, J.M.L. e Costa, A. F. (orgs). *Portugal – que modernidade?* Oeiras: Celta, 1998.

QUADROS ANEXOS

Quadro 1

Evolução do número de crianças por grupos etários, Portugal, 2001					
Anos	Grupos etários				
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total
1981	457 460	509 457	687 112	854 644	2 508 673
1991	324 389	338 151	527 930	781 933	1 972 403
2001	330 184	314 542	432 286	579 590	1 656 602
var.% 81-91	-29	-34	-23	-9	-21
var.% 91-01	2	-7	-18	-26	-16

Quadro 2

Evolução do número de crianças por regiões, NUTS II, 1981-2001								
Anos	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Total país
1981	985 904	424 620	758 822	121 072	68 121	72 258	77 876	2 508 673
1991	767 417	328 396	595 062	95 706	60 963	62 857	62 002	1 972 403
2001	644 948	266 445	516 231	72 578	57 732	51 767	46 901	1 656 602
var.% 81-91	-22,16	-22,66	-21,58	-20,95	-10,51	-13,01	-20,38	-21,38
var.% 91-01	-15,96	-18,86	-13,25	-24,17	-5,30	-17,64	-24,36	-16,01

Quadro 3

Crianças na população total (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
População Infantil	20,81	13,98	22,36	12,32	15,43	26,00	25,31	19,05
0-2	3,48	2,22	3,63	1,94	2,58	4,72	4,25	3,13
3-5	3,64	2,35	3,70	2,10	2,69	4,97	4,60	3,27
6-9	5,59	3,80	5,88	3,37	4,17	6,88	6,86	5,10
10-14	8,16	5,81	9,15	4,91	5,99	9,43	9,59	7,55

Quadro 4

Estrutura etária da população infantil por sexos, Portugal, 2001						
Idades	Número			Porcentagem		
	H	M	HM	H	M	HM
< 1	56 866	54 048	110 914	6,71	6,68	6,70
1	57 754	55 337	113 091	6,81	6,84	6,83
2	54 478	51 701	106 179	6,43	6,39	6,41
3	53 246	51 186	104 432	6,28	6,33	6,30
4	53 625	51 250	104 875	6,33	6,33	6,33
5	54 108	51 127	105 235	6,38	6,32	6,35
6	53 210	50 271	103 481	6,28	6,21	6,25
7	54 611	52 176	106 787	6,44	6,45	6,45
8	55 623	53 643	109 266	6,56	6,63	6,60
9	57 647	55 105	112 752	6,80	6,81	6,81
10	58 122	55 603	113 725	6,86	6,87	6,86
11	58 109	55 573	113 682	6,86	6,87	6,86
12	58 912	56 286	115 198	6,95	6,96	6,95
13	59 622	56 585	116 207	7,03	6,99	7,01
14	61 620	59 158	120 778	7,27	7,31	7,29
Total	847 553	809 049	1 656 602	100,00	100,00	100,00



Quadro 5

Crianças estrangeiras segundo a nacionalidade, por regiões, 2001							
	% crianças estrangeiras	% por origens (estrangeiro = 100%)					
		EU15+ Suíça	PALOP	Brasil	Europa Leste	EUA+ Canadá	outros
Norte	0,85	54,27	10,32	13,56	2,25	4,55	15,05
Centro	1,26	47,69	14,45	12,27	1,33	9,46	14,81
Lisboa e Vale do Tejo	4,15	10,67	65,29	10,24	1,32	1,85	10,63
Alentejo	0,99	62,89	18,21	9,38	1,68	1,26	6,58
Algarve	4,06	52,09	19,82	10,93	4,18	2,09	10,89
R.A. Açores	0,80	14,56	3,64	8,01	2,91	62,14	8,74
R.A. Madeira	1,66	32,68	1,30	7,16	2,34	3,26	53,26
Portugal	2,06	25,85	45,06	10,91	1,72	3,82	12,65
TOTAL - N <sup>o</sup>	33 465	8 651	15 079	3 650	574	1 278	4 233
Total País - áreas urbanas	2,68	13,73	57,93	12,36	1,93	1,91	12,13

Quadro 6

Crianças segundo os grupos etários por tipos de família (%), Portugal, 2001											
	Família sem núcleo	Casal sem outras pessoas	Casal com outras pessoas	Casal de facto sem outras pessoas	Casal de facto com outras pessoas	Monoparental paterna	Monoparental materna	Avós/ Avôs	Famílias com dois núcleos	Famílias com três núcleos	Total
Total	0,20	69,32	6,81	6,97	0,97	0,73	6,87	0,77	6,78	0,58	100,00
0-2 HM	0,11	68,69	5,38	9,38	1,18	0,32	4,01	0,27	9,71	0,95	100,00
3-5 HM	0,13	69,91	6,25	7,49	1,00	0,51	5,75	0,56	7,66	0,72	100,00
6-9 HM	0,17	69,85	7,01	6,58	0,91	0,71	7,20	0,88	6,18	0,51	100,00
10-14 HM	0,32	68,95	7,77	5,61	0,86	1,09	8,88	1,09	5,08	0,35	100,00

Quadro 7

Crianças por tipos de família (%), segundo a região, 2001											
	Família sem núcleo	Casal sem outras pessoas	Casal com outras pessoas	Casal de facto sem outras pessoas	Casal de facto com outras pessoas	Monoparental paterna	Monoparental materna	Avós/ Avôs	Famílias com dois núcleos	Famílias com três núcleos	Total
Norte	0,13	73,41	7,66	3,68	0,44	0,49	5,52	0,65	7,42	0,61	100,00
Centro	0,13	72,77	7,02	4,91	0,64	0,53	5,81	0,82	6,95	0,43	100,00
Lisboa e Vale do Tejo	0,34	64,16	5,56	11,27	1,76	1,13	9,28	0,92	5,16	0,43	100,00
Alentejo	0,12	68,71	5,01	11,16	1,10	0,68	5,91	1,14	5,89	0,31	100,00
Algarve	0,22	59,04	5,72	15,04	1,73	1,11	8,45	0,82	7,34	0,54	100,00
R.A. Açores	0,10	68,67	9,53	3,62	0,55	0,48	4,87	0,31	10,26	1,61	100,00
R.A. Madeira	0,31	64,38	8,69	4,07	0,69	0,63	6,77	0,49	11,80	2,18	100,00
Portugal	0,20	69,32	6,81	6,97	0,97	0,73	6,87	0,77	6,78	0,58	100,00

Quadro 8

Crianças segundo a dimensão da fratria co-residente (%), por região, 2001								
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
não vive com pais	2,64	2,80	3,71	3,41	3,44	2,74	4,08	3,10
filho único	30,22	29,57	31,52	30,53	32,48	20,41	24,40	30,14
1 irmão	46,75	49,63	45,39	47,90	46,61	36,75	37,34	46,26
2 irmãos	14,04	12,97	13,13	12,53	12,05	20,75	18,35	13,78
3 ou + irmãos	6,34	5,04	6,25	5,64	5,42	19,35	15,82	6,72
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 9

Crianças em famílias institucionais, por sexos e regiões, 2001 (permilagem)			
Regiões	HM	H	M
Norte	3,50	3,26	3,76
Centro	4,72	5,16	4,26
Lisboa e Vale do Tejo	4,30	4,50	4,09
Alentejo	6,10	5,84	6,38
Algarve	5,66	5,40	5,94
R.A. Açores	6,49	7,00	5,95
R.A. Madeira	7,38	7,84	6,89
Portugal	4,34	4,38	4,29

Quadro 10

Crianças em famílias institucionais, por sexos e idades, 2001 (permilagem)			
	HM	H	M
0-2 anos	1,67	1,86	1,48
3-5 anos	2,17	2,16	2,19
6-9 anos	4,07	3,99	4,15
10-14 anos	7,23	7,32	7,14
Total País	4,34	4,38	4,29

Quadro 11

Crianças segundo o estado civil da mãe co-residente (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
Solteiro	1,72	1,61	3,85	2,03	3,47	1,28	2,58	2,45
Casado com registo	86,90	85,14	72,11	76,71	68,44	85,92	81,03	80,72
Casado sem registo	4,41	5,93	13,61	13,08	17,80	4,61	5,45	8,40
Viúvo	1,31	1,27	1,17	1,28	1,07	1,75	2,22	1,29
Separado	1,23	1,16	1,80	1,52	1,79	1,45	2,30	1,47
Divorciado	1,87	2,27	3,32	2,26	3,34	2,00	2,08	2,46
Sem País no Núcleo	2,55	2,62	4,14	3,12	4,09	2,98	4,33	3,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 12

Crianças segundo o estado civil do pai co-residente (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
Solteiro	0,12	0,12	0,49	0,24	0,55	0,05	0,14	0,25
Casado com registo	86,17	84,22	71,64	76,37	68,04	85,62	80,36	80,09
Casado sem registo	4,11	5,65	13,18	12,74	17,34	4,13	4,95	8,04
Viúvo	0,21	0,19	0,18	0,19	0,14	0,21	0,24	0,20
Separado	0,12	0,12	0,24	0,22	0,29	0,14	0,30	0,18
Divorciado	0,15	0,20	0,34	0,24	0,38	0,21	0,16	0,23
Sem País no Núcleo	9,12	9,50	13,95	10,01	13,26	9,63	13,85	11,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 13

Crianças segundo o estado civil da mãe co-residente (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
Sem nenhum grau de ensino	6,43	5,54	5,66	7,13	6,07	9,64	10,49	6,28
EB 1 <sup>o</sup> ciclo	34,96	28,69	19,81	24,59	21,79	34,77	35,72	28,33
EB 2 <sup>o</sup> ciclo	25,28	24,66	15,32	21,43	18,40	24,17	18,05	21,46
EB 3 <sup>o</sup> ciclo	11,73	14,50	19,63	17,25	20,81	13,16	12,63	15,26
Ensino Secundário	10,34	12,31	19,57	15,94	18,88	8,53	10,88	14,03
Ensino Médio/bacharelato	2,65	3,63	4,29	3,56	3,43	2,69	3,08	3,40
Ensino Superior	6,06	7,84	11,58	6,97	6,52	4,06	4,81	8,02
Sem país nos núcleos	2,55	2,62	4,14	3,12	4,09	2,98	4,33	3,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00



Quadro 14

Crianças segundo a instrução do pai co-residente, por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
Sem nenhum grau de ensino	5,71	4,91	4,69	6,62	6,10	10,88	11,58	5,65
EB 1º ciclo	34,85	29,48	20,12	28,41	25,67	37,59	35,89	28,91
EB 2º ciclo	22,85	23,18	14,46	20,33	17,10	20,51	16,20	19,72
EB 3º ciclo	11,83	14,83	18,16	15,89	17,56	10,37	10,25	14,57
Ensino Secundário	9,25	10,46	16,12	11,91	13,04	6,57	7,45	11,70
Ensino Médio/bacharelato	1,52	1,89	2,79	1,85	2,14	1,04	1,26	1,99
Ensino Superior	4,85	5,75	9,71	4,98	5,11	3,41	3,52	6,44
Sem pais nos núcleos	9,12	9,50	13,95	10,01	13,26	9,63	13,85	11,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 15

Crianças segundo a instrução da mãe co-residente, por idades, Portugal, 2001						
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total	
Sem nenhum grau de ensino	4,16	5,08	6,19	8,22	6,28	
EB 1º ciclo	18,14	22,63	28,57	37,05	28,33	
EB 2º ciclo	23,34	23,40	21,93	19,00	21,46	
EB 3º ciclo	18,82	16,94	15,21	12,37	15,26	
Ensino Secundário	16,30	16,23	13,77	10,61	14,03	
Ensino Médio/bacharelato	4,16	3,79	3,34	2,80	3,40	
Ensino Superior	11,02	9,23	7,73	5,89	8,02	
Sem pais nos núcleos	2,06	2,70	3,27	4,07	3,20	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	

Quadro 16

Crianças segundo a instrução do pai co-residente (%), por idades, Portugal, 2001					
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total
Sem nenhum grau de ensino	4,30	4,96	5,64	6,79	5,65
EB 1º ciclo	20,13	23,97	28,98	36,54	28,91
EB 2º ciclo	23,66	22,29	19,78	16,03	19,72
EB 3º ciclo	18,78	16,55	14,38	11,24	14,57
Ensino Secundário	14,75	13,00	11,59	9,33	11,70
Ensino Médio/bacharelato	2,13	2,06	1,97	1,89	1,99
Ensino Superior	8,04	7,21	6,33	5,20	6,44
Sem pais nos núcleos	8,21	9,94	11,33	12,98	11,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 17

Crianças segundo a condição perante o trabalho da mãe co-residente (%), por idades, Portugal, 2001					
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total
População Empregada	68,68	69,02	66,40	62,79	66,09
População Desempregada	7,83	6,97	6,51	5,89	6,64
Não activo com menos de 15 anos	0,02	0,00	0,00	0,03	0,01
Não activo, estudantes	0,73	0,41	0,23	0,15	0,34
Não activo, doméstico	15,17	16,18	18,36	20,75	18,15
Não activo, reformado	0,36	0,59	1,05	2,06	1,18
Não activo, incapacitado	0,28	0,36	0,54	0,78	0,54
Outros casos	4,87	3,77	3,64	3,49	3,86
Sem pais nos núcleos	2,06	2,70	3,27	4,07	3,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 18

Crianças segundo o número de horas semanais de trabalho da mãe co-residente (%), por idades, Portugal, 2001					
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total
1 a 4	0,36	0,29	0,35	0,36	0,40
5 a 14	2,25	2,15	2,14	2,28	2,33
15 a 29	4,70	4,64	4,56	4,74	4,78
30 a 34	3,03	3,13	3,14	3,13	2,83
35 a 39	14,33	14,49	14,77	14,46	13,90
40 a 44	31,65	35,00	34,29	31,44	28,48
45 ou mais	9,78	8,98	9,77	10,00	10,07
Desempregados	6,64	7,83	6,97	6,51	5,89
Inactivos	24,07	21,44	21,31	23,82	27,25
Sem pais nos núcleos	3,20	2,06	2,70	3,27	4,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 19

Crianças segundo a condição perante o trabalho da mãe co-residente (%), por Regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
População Empregada	64,47	68,01	70,19	63,99	67,50	46,95	54,95	66,09
População Desempregada	6,04	6,31	7,14	11,00	6,66	7,10	4,13	6,64
Não activo com menos de 15 anos	0,01	0,01	0,01	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01
Não activo, estudantes	0,24	0,36	0,41	0,40	0,38	0,37	0,47	0,34
Não activo, doméstico	21,17	18,23	12,10	13,95	15,04	38,29	30,64	18,15
Não activo, reformado	1,30	1,02	1,12	1,33	0,89	1,20	1,22	1,18
Não activo, incapacitado	0,58	0,47	0,49	0,58	0,64	0,55	0,67	0,54
Outros casos	3,64	2,98	4,39	5,60	4,79	2,53	3,56	3,86
Sem pais nos núcleos	2,55	2,62	4,14	3,12	4,09	2,98	4,33	3,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 20

Crianças segundo o número de horas semanais de trabalho da mãe co-residente (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
1 a 4	0,29	0,27	0,51	0,33	0,34	0,26	0,24	0,40
5 a 14	1,88	1,82	3,09	1,83	2,34	1,67	1,68	2,33
15 a 29	4,24	4,85	5,35	4,36	4,32	4,15	4,68	4,78
30 a 34	2,39	2,79	4,01	2,99	3,09	2,56	2,90	2,83
35 a 39	10,72	14,84	17,25	18,78	15,50	16,84	17,79	13,90
40 a 44	35,21	33,47	29,30	26,87	31,25	17,00	22,36	28,48
45 ou mais	9,75	9,96	10,68	8,84	10,65	4,47	5,31	10,07
Desempregados	6,04	6,31	7,14	11,00	6,66	7,10	4,13	5,89
Inactivos	26,94	23,07	18,53	21,89	21,75	42,97	36,59	27,25
Sem pais nos núcleos	2,55	2,62	4,14	3,12	4,09	2,98	4,33	4,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 21

Crianças no ensino pré-escolar por sexo e idade (%), Portugal, 2001			
	HM	H	M
3 anos	36,94	36,77	37,10
4 anos	53,27	53,36	53,18
5 anos	66,52	66,54	66,50
3-5 anos	52,28	52,31	52,26



Quadro 22

Crianças no ensino pré-escolar por idade e região, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
Norte	32,39	49,23	62,80	48,21
Centro	47,52	63,74	71,58	61,03
LVT	37,54	52,19	65,29	51,61
Alentejo	46,93	62,82	74,15	61,23
Algarve	35,84	52,02	65,22	51,12
R.A. Açores	25,09	49,13	80,06	51,86
R.A. Madeira	31,76	53,93	78,43	55,41
Portugal	36,94	53,27	66,52	52,28

Quadro 23

Crianças no ensino pré-escolar por tipos de família, Portugal, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
Total	36,90	53,24	66,51	52,25
Família sem núcleo	29,69	39,10	55,97	42,62
Casal sem outras pessoas	39,11	55,67	68,66	54,52
Casal com outras pessoas	33,96	50,53	65,90	50,56
Casal de facto sem outras pessoas	29,40	42,59	54,90	41,88
Casal de facto com outras pessoas	27,12	40,23	51,69	39,26
Monoparental paterna	31,92	46,74	60,06	47,71
Monoparental materna	37,60	51,13	64,15	51,82
Avós/avós	31,62	48,88	60,35	48,39
Famílias com dois núcleos	30,21	48,76	63,67	46,85
Famílias com três núcleos	25,58	40,64	59,59	41,25

Quadro 24

Crianças no ensino pré-escolar segundo a dimensão da fratria co-residente, Portugal, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
não vive com pais	30,52	46,35	60,63	46,59
filho único	35,09	52,75	66,68	50,30
1 irmão	40,23	55,72	68,49	55,43
2 irmãos	36,50	51,03	64,76	51,47
3 ou + irmãos	28,24	44,41	56,69	44,32
Total	36,94	53,27	66,52	52,28

Quadro 25

Crianças no ensino pré-escolar segundo a instrução da mãe co-residente (%), Portugal, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
Sem nenhum grau de ensino	23,77	37,01	50,77	38,00
EB 1º ciclo	27,58	43,40	58,36	43,88
EB 2º ciclo	32,34	50,51	65,24	49,35
EB 3º ciclo	35,68	52,89	67,18	51,55
Ensino Secundário	42,22	59,32	72,39	57,57
Ensino Médio/bacharelato	56,48	72,83	83,75	70,58
Ensino Superior	61,10	77,67	86,12	74,48
Sem pais nos núcleos	30,13	45,81	60,13	46,24
Total	36,94	53,27	66,52	52,28

Quadro 18

Crianças segundo o número de horas semanais de trabalho da mãe co-residente (%), por idades, Portugal, 2001					
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total
1 a 4	0,36	0,29	0,35	0,36	0,40
5 a 14	2,25	2,15	2,14	2,28	2,33
15 a 29	4,70	4,64	4,56	4,74	4,78
30 a 34	3,03	3,13	3,14	3,13	2,83
35 a 39	14,33	14,49	14,77	14,46	13,90
40 a 44	31,65	35,00	34,29	31,44	28,48
45 ou mais	9,78	8,98	9,77	10,00	10,07
Desempregados	6,64	7,83	6,97	6,51	5,89
Inactivos	24,07	21,44	21,31	23,82	27,25
Sem pais nos núcleo	3,20	2,06	2,70	3,27	4,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 19

Crianças segundo a condição perante o trabalho da mãe co-residente (%), por Regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
População Empregada	64,47	68,01	70,19	63,99	67,50	46,95	54,95	66,09
População Desempregada	6,04	6,31	7,14	11,00	6,66	7,10	4,13	6,64
Não activo com menos de 15 anos	0,01	0,01	0,01	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01
Não activo, estudantes	0,24	0,36	0,41	0,40	0,38	0,37	0,47	0,34
Não activo, doméstico	21,17	18,23	12,10	13,95	15,04	38,29	30,64	18,15
Não activo, reformado	1,30	1,02	1,12	1,33	0,89	1,20	1,22	1,18
Não activo, incapacitado	0,58	0,47	0,49	0,58	0,64	0,55	0,67	0,54
Outros casos	3,64	2,98	4,39	5,60	4,79	2,53	3,56	3,86
Sem pais nos núcleo	2,55	2,62	4,14	3,12	4,09	2,98	4,33	3,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 20

Crianças segundo o número de horas semanais de trabalho da mãe co-residente (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
1 a 4	0,29	0,27	0,51	0,33	0,34	0,26	0,24	0,40
5 a 14	1,88	1,82	3,09	1,83	2,34	1,67	1,68	2,33
15 a 29	4,24	4,85	5,35	4,36	4,32	4,15	4,68	4,78
30 a 34	2,39	2,79	4,01	2,99	3,09	2,56	2,90	2,83
35 a 39	10,72	14,84	17,25	18,78	15,50	16,84	17,79	13,90
40 a 44	35,21	33,47	29,30	26,87	31,25	17,00	22,36	28,48
45 ou mais	9,75	9,96	10,68	8,84	10,65	4,47	5,31	10,07
Desempregados	6,04	6,31	7,14	11,00	6,66	7,10	4,13	5,89
Inactivos	26,94	23,07	18,53	21,89	21,75	42,97	36,59	27,25
Sem pais nos núcleo	2,55	2,62	4,14	3,12	4,09	2,98	4,33	4,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 21

Crianças no ensino pré-escolar por sexo e idade (%), Portugal, 2001			
	HM	H	M
3 anos	36,94	36,77	37,10
4 anos	53,27	53,36	53,18
5 anos	66,52	66,54	66,50
3-5 anos	52,28	52,31	52,26

Quadro 22

Crianças no ensino pré-escolar por idade e região, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
Norte	32,39	49,23	62,80	48,21
Centro	47,52	63,74	71,58	61,03
LVT	37,54	52,19	65,29	51,61
Alentejo	46,93	62,82	74,15	61,23
Algarve	35,84	52,02	65,22	51,12
R.A. Açores	25,09	49,13	80,06	51,86
R.A. Madeira	31,76	53,93	78,43	55,41
Portugal	36,94	53,27	66,52	52,28

Quadro 23

Crianças no ensino pré-escolar por tipos de família, Portugal, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
Total	36,90	53,24	66,51	52,25
Família sem núcleo	29,69	39,10	55,97	42,62
Casal sem outras pessoas	39,11	55,67	68,66	54,52
Casal com outras pessoas	33,96	50,53	65,90	50,56
Casal de facto sem outras pessoas	29,40	42,59	54,90	41,88
Casal de facto com outras pessoas	27,12	40,23	51,69	39,26
Monoparental paterna	31,92	46,74	60,06	47,71
Monoparental materna	37,60	51,13	64,15	51,82
Avós/avós	31,62	48,88	60,35	48,39
Famílias com dois núcleos	30,21	48,76	63,67	46,85
Famílias com três núcleos	25,58	40,64	59,59	41,25

Quadro 24

Crianças no ensino pré-escolar segundo a dimensão da fratria co-residente, Portugal, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
não vive com pais	30,52	46,35	60,63	46,59
filho único	35,09	52,75	66,68	50,30
1 irmão	40,23	55,72	68,49	55,43
2 irmãos	36,50	51,03	64,76	51,47
3 ou + irmãos	28,24	44,41	56,69	44,32
Total	36,94	53,27	66,52	52,28

Quadro 25

Crianças no ensino pré-escolar segundo a instrução da mãe co-residente (%), Portugal, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
Sem nenhum grau de ensino	23,77	37,01	50,77	38,00
EB 1º ciclo	27,58	43,40	58,36	43,88
EB 2º ciclo	32,34	50,51	65,24	49,35
EB 3º ciclo	35,68	52,89	67,18	51,55
Ensino Secundário	42,22	59,32	72,39	57,57
Ensino Médio/bacharelato	56,48	72,83	83,75	70,58
Ensino Superior	61,10	77,67	86,12	74,48
Sem pais nos núcleos	30,13	45,81	60,13	46,24
Total	36,94	53,27	66,52	52,28

Quadro 26

Insucesso e abandono escolar nas crianças de 14 anos (%), por sexos e regiões, 2001													
NUTS II	Nível instrução	11 anos			12 anos			13 anos			14 anos		
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Norte	a frequentar 1º ciclo	15,82	17,84	13,67	6,88	8,15	5,56	3,05	3,65	2,44	1,68	2,05	1,30
	a frequentar 2º ciclo	79,05	76,93	81,31	48,54	51,24	45,74	23,75	27,95	19,39	13,57	16,58	10,40
	não está a frequentar	2,62	1,56	1,39	1,74	1,77	1,72	2,43	2,39	2,47	4,58	4,77	4,38
Centro	a frequentar 1º ciclo	15,60	17,79	13,28	6,11	7,40	4,75	2,53	3,09	1,94	1,44	1,55	1,32
	a frequentar 2º ciclo	79,95	77,84	82,20	47,56	49,99	45,01	23,52	27,77	19,04	12,56	15,27	9,74
	não está a frequentar	1,18	1,17	1,20	1,40	1,30	1,51	1,54	1,54	1,54	2,70	3,06	2,32
LVT	a frequentar 1º ciclo	15,88	17,41	14,32	7,68	8,61	6,71	4,46	5,23	3,64	2,90	3,55	2,23
	a frequentar 2º ciclo	78,17	76,39	79,99	47,82	49,71	45,82	22,58	25,47	19,52	13,77	16,12	11,35
	não está a frequentar	1,16	1,28	1,04	1,29	1,36	1,21	1,55	1,70	1,40	2,59	2,68	2,50
Alentejo	a frequentar 1º ciclo	17,40	19,38	15,35	7,31	8,56	6,00	3,28	3,93	2,56	1,99	2,59	1,37
	a frequentar 2º ciclo	77,70	75,35	80,14	50,27	53,32	47,06	23,75	27,50	19,62	14,75	18,04	11,30
	não está a frequentar	0,94	1,00	0,88	1,71	1,62	1,79	2,13	2,16	2,10	3,40	3,59	3,20
Algarve	a frequentar 1º ciclo	18,66	22,22	15,01	8,44	10,17	6,64	3,62	4,38	2,81	2,56	2,94	2,18
	a frequentar 2º ciclo	75,98	72,39	79,66	48,32	51,14	45,39	25,25	29,47	20,82	16,31	19,89	12,70
	não está a frequentar	1,28	1,24	1,32	1,62	1,59	1,65	2,25	2,34	2,15	3,11	3,12	3,11
R.A. Açores	a frequentar 1º ciclo	30,54	34,83	26,08	15,15	19,16	10,96	7,17	10,09	4,02	4,05	5,20	2,80
	a frequentar 2º ciclo	63,71	59,89	67,66	49,60	49,20	50,03	34,05	37,83	29,95	22,10	26,76	17,02
	não está a frequentar	1,82	1,71	1,94	2,00	2,30	1,68	3,08	3,26	2,88	6,02	6,46	5,55
R.A. Madeira	a frequentar 1º ciclo	25,47	29,61	21,23	12,89	16,85	8,76	8,39	10,35	6,26	4,40	5,04	3,72
	a frequentar 2º ciclo	67,80	63,79	71,90	50,97	51,44	50,47	29,48	33,67	24,92	21,98	27,21	16,50
	não está a frequentar	1,38	1,49	1,28	2,14	2,83	1,42	2,19	2,10	2,29	3,88	4,46	3,28
Portugal	a frequentar 1º ciclo	16,73	18,82	14,56	7,51	8,86	6,10	3,71	4,48	2,89	2,21	2,66	1,74
	a frequentar 2º ciclo	77,94	75,76	80,22	48,34	50,61	45,97	23,93	27,71	19,94	14,15	17,08	11,10
	não está a frequentar	1,76	1,38	1,24	1,56	1,60	1,52	2,02	2,05	1,98	3,60	3,80	3,38

Quadro 27

Insucesso escolar nas crianças com 14 anos (%), segundo os tipos de família, Portugal, 2001									
	frequenta 1º ou 2º ciclo			frequenta 1º ciclo			frequenta 2º ciclo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Total	16,07	19,42	12,58	2,11	2,56	1,64	13,96	16,86	10,94
Família sem núcleo	27,11	29,80	24,74	8,97	9,80	8,25	18,13	20,00	16,49
Casal sem outras pessoas	13,78	16,84	10,55	1,47	1,80	1,13	12,31	15,05	9,42
Casal com outras pessoas	16,62	19,89	13,30	2,12	2,45	1,79	14,50	17,43	11,51
Casal de facto sem outras pessoas	25,59	31,33	19,67	5,31	6,51	4,08	20,27	24,83	15,59
Casal de facto com outras pessoas	30,85	36,86	25,52	7,36	8,90	6,00	23,48	27,97	19,51
Monoparental paterna	24,26	27,94	20,06	4,25	5,88	2,38	20,01	22,06	17,67
Monoparental materna	20,25	24,25	16,25	2,99	3,75	2,24	17,25	20,50	14,01
Avós/avós	23,52	27,25	19,37	3,88	4,42	2,86	19,83	22,82	16,51
Famílias com dois núcleos	20,84	24,69	17,03	3,10	3,75	2,47	17,73	20,94	14,57
Famílias com três núcleos	27,52	32,46	22,16	8,45	9,42	7,39	19,07	23,04	14,77

Quadro 28

Abandono escolar nas crianças com 14 anos (%), segundo os tipos de família, Portugal, 2001				
	não está a frequentar			
	HM	H	M	
Total		3,61	3,82	3,39
Família sem núcleo		10,26	7,45	12,71
Casal sem outras pessoas		2,84	3,05	2,61
Casal com outras pessoas		3,43	3,45	3,41
Casal de facto sem outras pessoas		7,21	6,57	7,88
Casal de facto com outras pessoas		9,15	11,23	7,32
Monoparental paterna		5,89	6,25	5,47
Monoparental materna		4,31	5,16	3,46
Avós/avós		5,11	5,71	4,44
Famílias com dois núcleos		6,24	6,38	6,10
Famílias com três núcleos		15,26	16,23	14,20



Quadro 29

Insucesso e anbandono escolares nas crianças com 14 anos (%), segundo a dimensão da fratria co-residente, Portugal, 2001						
Dimensão da Fratria	frequenta 1º ou 2º ciclo			não está a frequentar		
	HM	H	M	HM	H	M
não vive com pais	31,32	36,62	26,16	7,11	6,79	7,43
filho único	12,69	15,64	9,74	2,64	2,84	2,44
1 irmão	12,71	15,57	9,71	2,25	2,47	2,02
2 irmãos	18,76	22,67	14,54	4,47	4,72	4,19
3 ou + irmãos	31,15	36,25	25,81	9,14	9,45	8,82
Total	16,36	19,74	12,84	3,60	3,80	3,38

Quadro 30

Insucesso e abandono escolare nas crianças com 14 anos (%), segundo a instrução da mãe co-residente, Portugal, 2001						
	a frequentar 1º ou 2º ciclo			não está a frequentar		
	HM	H	M	HM	H	M
Sem nenhum grau de ensino	32,82	38,03	27,20	10,37	10,38	10,35
EB 1º ciclo	18,76	23,20	14,19	4,31	4,75	3,86
EB 2º ciclo	12,00	14,97	8,96	2,09	2,15	2,02
EB 3º ciclo	8,78	10,47	7,02	1,38	1,51	1,24
Ensino Secundário	8,96	10,39	7,39	0,70	0,72	0,69
Ensino Médio/bacharelato	7,73	9,17	6,13	0,53	0,41	0,66
Ensino Superior	6,21	7,07	5,33	0,53	0,54	0,53
Sem pais nos núcleos	31,07	35,67	26,44	6,59	6,77	6,40
Total	16,36	19,74	12,84	3,60	3,80	3,38

NUNES DE ALMEIDA, ANA; ANDRÉ, ISABEL & CUNHA, VANESSA (2005). FILHOS E FILHAS: UMA DIFERENTE RELAÇÃO COM A ESCOLA. IN WALL, KARIN (ED.) *FAMÍLIAS EM PORTUGAL. PERCURSOS, INTERACÇÕES, REDES SOCIAIS*. LISBOA: IMPRENSA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: 517-552.

## FILHOS E FILHAS: UMA DIFERENTE RELAÇÃO COM A ESCOLA

ANA NUNES DE ALMEIDA  
ISABEL ANDRÉ  
VANESSA CUNHA

### 1. PONTOS DE PARTIDA E OBJECTIVOS

Construir um outro olhar sobre as famílias portuguesas, focado agora nas crianças e nos jovens, constitui um dos primeiros objectivos deste capítulo. Trata-se de dar seguimento ao desafio proposto pelo novo paradigma da infância, que surge na sociologia a partir dos anos 80 do século passado (James et al., 1998; Jenks, 1992). Para que as crianças possam emergir como actores de primeira grandeza nos cenários do quotidiano (e entre eles na família) é fundamental que a investigação esteja atenta, desde logo nas suas etapas prévias de recolha e tratamento de dados, à informação relevante para sinalizar e caracterizar a sua presença nesses contextos de pertença.

Aqui, e partindo-se da mesma amostra comum a todo o estudo, começa-se por seleccionar os filhos e as filhas dessas famílias, de modo a constituir com eles uma nova amostra que servirá de referência a tratamentos estatísticos posteriores. Sabe-se de antemão que metodologicamente a operação tem um alcance limitado: a representatividade do estudo é assegurada através das mulheres-mães em conjugabilidade, com idades entre os 25 e os 49 anos, com pelo menos um filho co-residente em idade escolar (6-16 anos de idade). Estes sucessivos filtros impõem obviamente contornos à população resultante de crianças e jovens. Não sendo estatisticamente representativa, esta amostra de filhos oferece contudo a possibilidade de se esboçar um retrato do seu perfil (em termos de franja etária, sexo, região de residência, ocupação e nível de escolaridade) e relacionar a sua eventual diversidade interna com alguns traços das famílias de pertença ou das trajectórias das mães.

Mas a inicial apresentação genérica abre também caminho para a discussão de um problema de fundo da maior relevância social e sociológica: o impacto das assimetrias de género no desenho das trajectórias escolares de rapazes e raparigas. Este filão estrutura justamente os restantes pontos do capítulo. Se é verdade que as teorias da reprodução sublinharam o papel conservador da escola na manutenção de uma ordem social desigualitária, o notável peso do lugar social da família na configuração das trajectórias do acesso e do sucesso escolares (Bourdieu e Passeron, 1970; Benavente et al., 1994), elas parecem ter deixado escapar do seu campo de análise a questão do género – que hoje assume uma inédita relevância. Pensando especificamente no caso português, as desigualdades escolares em prejuízo das raparigas (desde logo à entrada da escola) são uma constante durante as longas décadas da ditadura (Sebastião, 1998).

Ora a evidência empírica que começa a revelar-se nos últimos 15 anos perturba fortemente o pano-

rama tradicional. Em Portugal, um pouco como nos restantes países europeus e sem que ninguém o tivesse previsto, assiste-se a uma espantosa “progressão escolar” das raparigas (Marry, 2002; Baudelot e Estabiet, 1991). Elas estão cada vez mais em igual número na escola básica, em número muito superior relativamente aos seus pares masculinos nos níveis superiores de ensino, e são sistematicamente detentoras dos melhores níveis de sucesso. Ao contrário, os rapazes estão sobrerrepresentados entre as franjas de alunos que abandonam precocemente a escola ou mantêm com ela uma relação mais problemática – medida, por exemplo, através de indicadores de insucesso; são também os rapazes que mais se parecem confrontar com o ingresso prematuro e desqualificado no mercado de trabalho e, mesmo, com a realidade do trabalho infantil (Ferrão et al., 2001).

Partindo dos dados recolhidos no Inquérito sobre crianças e jovens (nomeadamente a “ocupação actual”, o “rendimento”, a “contribuição para as despesas da casa”, o “nível de escolaridade”) aborda-se então neste capítulo a questão do impacto da condição de género na construção de níveis de sucesso, insucesso e abandono escolares. Para além de se confirmar a importância quantitativa destes percursos insuccionados na escola, sobretudo masculinos, destaca-se o peso fortíssimo do contexto sócio-familiar de pertença na sua determinação.

2. O PANO DE FUNDO DA ANÁLISE: A POPULAÇÃO INFANTIL E JOVEM NOS CENSOS

Nas últimas 4 décadas, a população mais jovem decresceu significativamente em Portugal. De 4 milhões em 1960, as crianças e os jovens perfazem actualmente, no conjunto, pouco mais de 3 milhões de pessoas (quadro n.º 11.1). Em termos relativos, este grupo representa uma parcela cada vez menor da população – em 40 anos, a percentagem de indivíduos de 0 a 24 anos passou de 46% da população total para 31%. Estamos perante um país num processo rápido de envelhecimento, tanto do topo, graças ao aumento significativo da esperança média de vida, como principalmente na base, como resultado de uma queda vertiginosa da fecundidade.

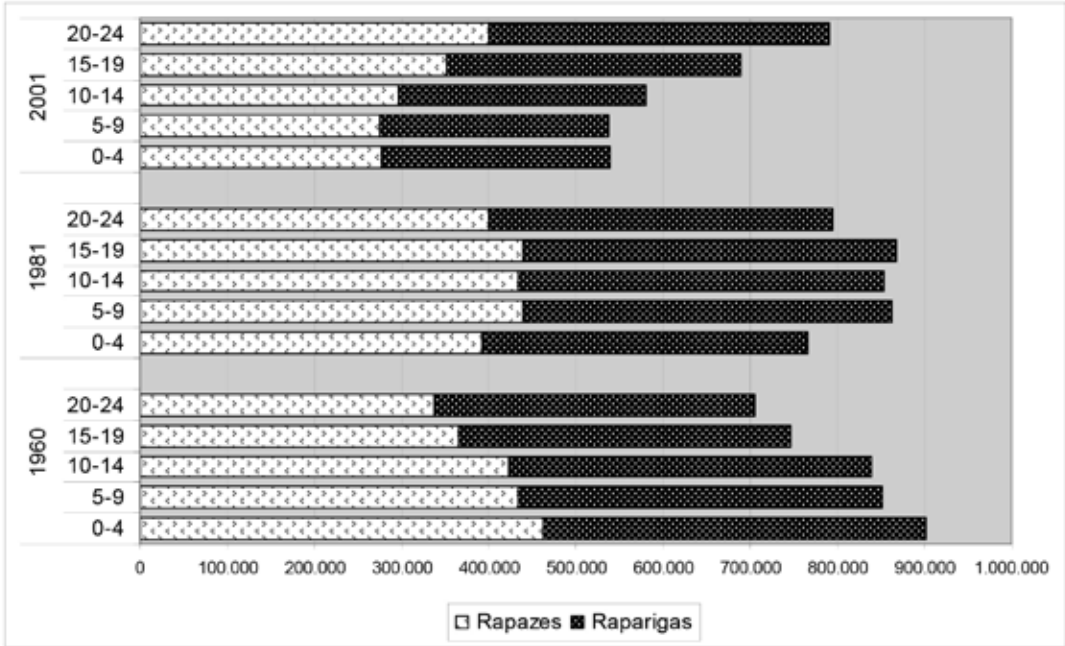
Quadro n.º 11.1 – População de 0 a 24 anos, por sexos (total e % da população total), 1960-2001 - Portugal

	1960	1970	1981	1991	2001
Total (N)					
M	2022249	1908293	2105328	1812483	1564687
F	2022135	1925376	2040095	1747780	1502791
M+F	4044384	3833669	4145423	3560263	3067478
% da população total					
M	47,53%	46,44%	44,20%	37,74%	31,36%
F	43,63%	42,28%	39,84%	33,86%	28,14%
M+F	45,50%	44,25%	44,20%	37,74%	31,36%

Fonte: INE

Esse decréscimo marcado da população com menos de 25 anos comporta, contudo, evoluções diferenciadas consoante os subgrupos etários (figura 11.1). A pirâmide etária observou uma completa inversão entre 1960 e 2001, correspondendo 1981 claramente a uma situação de transição. À partida, a queda da fecundidade justifica a evolução do traçado da pirâmide, mas, observando a figura com mais atenção, conclui-se que aquela resulta da combinação de dois processos: por um lado, a redução muito marcada dos grupos mais jovens – entre 1960 e 2001, as crianças com menos de 10 anos passaram de 1,8 para 1,1 milhões (-39%); por outro, o ligeiro aumento dos jovens com 20 a 24 anos, suportado, muito possivelmente, pelos fluxos migratórios.

Figura 11.1 – População de 0 a 24 anos, por sexos e grupos etários – 1960, 1980 e 2001 – Portugal



3. UM RETRATO DOS FILHOS E DAS FILHAS DA AMOSTRA

O universo de partida deste capítulo é o conjunto de filhos e filhas das famílias inquiridas. Não todos, mas aqueles que, à data da inquirição, viviam com elas e tinham entre 6 e 24 anos. Com este corte etário – que traduz as idades de entrada no primeiro ciclo do ensino básico e de eventual saída do ensino superior – pretendemos investigar a relação que estas crianças e estes jovens estabelecem com a escola. Estão ou não a estudar? Com ou sem sucesso?



**Quadro n.º 11.2 – Idade e sexo dos filhos co-residentes (n e %)**

Idade e sexo	Masculino		Feminino		M+F	
	n	%	n	%	n	%
6-9 anos	398	24,3	376	25,6	774	24,9
10-14 anos	572	34,9	576	39,3	1148	36,9
15-19 anos	489	29,8	389	26,5	878	28,3
20-24 anos	182	11,1	126	8,6	308	9,9
Total	1641	100	1467	100	3108	100

Temos então 3108 filhos, 1641 rapazes e 1467 raparigas, com a seguinte distribuição etária (quadro n.º 11.2): 25% tem entre 6 e 9 anos; 37% entre 10 e 14; 28% entre 15 e 19; e 10% entre 20 e 24 anos. Note-se a ligeira subrepresentação das raparigas nos dois últimos grupos etários, que estará porventura relacionada com a sua saída mais precoce da casa dos pais, já que tendem a casar um pouco mais cedo do que os rapazes.

**Quadro n.º 11.3 – Regiões de residência segundo a idade e o sexo dos filhos (%)**

Regiões	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Norte Litoral	20,6	22,1	21,3	20,3	21,9	21,1	25,6	20,3	23,2	22,5	26,2	24,0	22,2	21,9	22,0
A. M. Porto	14,3	12,8	13,6	11,2	12,5	11,8	8,8	11,8	10,1	9,3	13,5	11,0	11,0	12,5	11,7
Norte Interior	3,3	4,0	3,6	5,2	4,0	4,6	5,5	5,9	5,7	3,3	4,0	3,6	4,6	4,5	4,6
Centro Litoral	12,6	13,0	12,8	14,5	12,9	13,7	11,3	14,4	12,6	7,7	8,7	8,1	12,3	13,0	12,6
Centro Interior	10,6	8,0	9,3	8,9	10,9	9,9	11,0	9,5	10,4	9,9	11,1	10,4	10,1	9,8	9,9
A. M. Lisboa	27,1	29,3	28,2	27,5	25,2	26,3	26,8	26,2	26,5	31,3	27,8	29,9	27,6	26,7	27,2
Alentejo	8,8	8,0	8,4	8,7	8,3	8,5	7,8	8,2	8,0	8,2	7,1	7,8	8,4	8,1	8,3
Algarve	2,8	2,9	2,8	3,7	4,3	4,0	3,3	3,6	3,4	7,7	1,6	5,2	3,8	3,5	3,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Sendo o IFPC dirigido a uma amostra de mães com representatividade a nível do Continente, a distribuição geográfica das crianças e jovens (quadro n.º 11.3) segue em certa medida a das inquiridas. Cerca de metade concentram-se na Área Metropolitana de Lisboa e no Norte Litoral, enquanto o Norte Interior e o Algarve são as regiões com menos indivíduos. Observa-se uma grande homogeneidade em termos etários e de género, sendo apenas de assinalar a ligeira sobrerrepresentação de rapazes entre os 20 e os 24 anos tanto no Algarve como na A.M.L., o que leva a concluir que, nestas regiões, a permanência dos jovens do sexo masculino na família de origem é ainda mais prolongada.

Cerca de 96% dos filhos desta amostra são-no de ambos os cônjuges (quadro n.º 11.4) e co-residem, portanto, com os dois progenitores. Outros 3% vivem numa família recomposta materna, i.e., de mãe e padrasto. E apenas em 14 casos se verifica o arranjo simétrico de pai e madrasta, disparidade que resulta da sistemática atribuição à mãe da guarda legal dos filhos após uma ruptura conjugal.

**Quadro n.º 11.4 – Filhos e enteados segundo a idade e o sexo (%)**

Filhos e enteados	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
F. do casal	97,7	98,7	98,2	97,7	97,0	97,4	93,3	95,9	94,4	94,0	88,9	91,9	96,0	96,5	96,2
F. da inquirida	2,0	1,3	1,7	2,1	2,8	2,4	5,7	3,1	4,6	5,5	10,3	7,5	3,5	3,1	3,3
Enteados	0,3	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	1,0	1,0	1,0	0,5	0,8	0,6	0,5	0,4	0,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Se não existe qualquer diferença assinalável no que respeita ao género, ou seja, as famílias recompostas não vivem privilegiadamente com crianças e jovens do sexo masculino ou feminino (sendo que o desfasamento que ocorre nos jovens dos 20 aos 24 traduzirá a mesma realidade observada no quadro anterior), o mesmo se não pode dizer em relação à idade. É interessante notarmos que a percentagem de filhos e filhas de relações anteriores das inquiridas cresce continuamente das franjas de crianças mais novas (2% dos 6-9 anos) para as dos grupos etários mais velhos (8% dos 20-24 anos). É um avanço que se explica pelos tempos da vida familiar e do casal: as recomposições familiares envolvem tendencialmente mulheres com uma história conjugal mais longa.

#### 4. AS FAMÍLIAS DE PERTENÇA

Quando olhamos para os arranjos domésticos destas crianças e destes jovens (quadro n.º 11.5) verificamos que a esmagadora maioria (87%) vive actualmente num agregado simples, ou seja, apenas com os seus pais e irmãos (caso não sejam filhos únicos). Este dado não tem qualquer impacto no género, o mesmo não se podendo dizer em relação à idade. De facto, os agregados complexos (que incluem outras pessoas, familiares ou não) aumentam paulatinamente com a idade dos filhos: 12% das crianças entre os 6 e os 9 anos vivem neste tipo de agregado, contra 16% dos jovens entre os 20 e os 24 anos.

**Quadro n.º 11.5 – Tipo de agregado doméstico segundo a idade e o sexo dos filhos (%)**

Tipo de agregado	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
simples	88,2	88,6	88,4	86,4	88,0	87,2	84,9	86,6	85,6	83,5	84,1	83,8	86,0	87,5	86,7
complexo	11,8	11,4	11,6	13,6	12,0	12,8	15,1	13,4	14,4	16,5	15,9	16,2	14,0	12,5	13,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Podem estar em jogo dois tipos de explicações. A família conjugal, como modelo e como experiência, terá ganho peso na sociedade portuguesa entre os finais da década de 80 e o presente. A complexidade parece, por outro lado, não estar tanto associada à idade da maternidade activa ou à baixa idade das crianças (e à correspondente necessidade da sua guarda) mas, pelo contrário, emergir com a duração da vida familiar e como resposta à necessidade de apoio, primeiro, aos mais velhos e ascendentes ou, depois, como uma situação transitória de ajuda a um filho recém-casado que continua a partilhar com os pais o alojamento.

Quadro n.º 11.6 – Número de pessoas do agregado doméstico segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Nº de pessoas	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
3 pessoas	23,4	23,1	23,3	15,4	15,3	15,3	6,5	8,7	7,5	0,0	0,0	0,0	13,0	14,2	13,6
4 pessoas	44,7	47,9	46,3	50,0	53,1	51,6	47,9	50,1	48,9	37,9	48,4	42,2	46,7	50,6	48,6
5 pessoas	19,6	17,8	18,7	21,5	19,6	20,6	27,4	23,4	25,6	36,3	27,0	32,5	24,4	20,8	22,7
6 e + pessoas	12,3	11,2	11,8	13,1	12,0	12,5	18,2	17,7	18,0	25,8	24,6	25,3	15,8	14,4	15,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quase metade destes filhos e filhas vive em agregados domésticos de 4 pessoas (quadro n.º 11.6). Ora, visto a família da amostra ser necessariamente biparental e a maioria dos agregados serem actualmente simples, aquele dado corresponde, em grande medida, à situação da família conjugal com dois filhos. Outros 14% vivem apenas com mais 2 pessoas tratando-se, obviamente, das famílias simples de filho único. Em agregados domésticos mais numerosos, de 5 e 6 ou mais pessoas, vivem então, respectivamente, 23 e 15% destas crianças e destes jovens.

A variação interna do indicador é interessante, pois quanto mais velhos são os filhos mais frequente é viverem numa família numerosa. Enquanto entre as crianças de 6 a 9 anos ou mesmo de 10 a 14 anos, os grupos domésticos de 6 ou mais pessoas representam 12 a 13% do total, já para os jovens de 15 a 19 a percentagem sobe para 18; e para os mais velhos para 25. Este resultado traduz, de certa forma, a mesma realidade do quadro anterior, na medida em que famílias numerosas e complexidade doméstica andam certamente a par. Por outro lado, pode também ser um efeito geracional e do ciclo de vida familiar, tendo os filhos mais velhos uma maior probabilidade de pertencerem a descendências numerosas.

Ao contrário, a percentagem de famílias de 3 pessoas desce significativamente entre as mesmas franjas etárias, representando 23% dos agregados para as crianças entre os 6 e 9 anos. Embora se possa pensar que estamos perante os efeitos práticos do recuo da fecundidade, há que considerar também o enviesamento introduzido pela amostra, visto que os grupos domésticos de 3 pessoas só são possíveis quando o filho em questão (que será obrigatoriamente único) tem até 16 anos.

Quadro n.º 11.7 – Número de irmãos segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Nº de irmãos	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
nenhum	25,1	24,2	24,7	16,8	16,3	16,6	7,6	9,3	8,3	0,0	0,0	0,0	14,2	15,1	14,6
1 irmão	50,5	53,7	52,1	57,2	59,7	58,4	53,4	57,3	55,1	43,4	57,1	49,0	52,9	57,3	55,0
2 ou + irmãos	24,4	22,1	23,3	26,0	24,0	25,0	39,1	33,4	36,6	56,6	42,9	51,0	32,9	27,6	30,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tal como o quadro anterior, há que analisar com cautela o quadro n.º 11.7, que dá conta do número de irmãos destas crianças e destes jovens<sup>1</sup>, pois os filhos únicos só são possíveis na amostra até aos 16 anos. Não obstante, há que assinalar o avanço deste tipo de descendência, da franja etária dos 10-14 anos para a dos 6-9 anos. Mesmo admitindo que nesta última é maior a probabilidade de ainda virem a ter irmãos – pois, na nossa amostra, grande parte das inquiridas teve o segundo filho 5 a 9 anos depois do primeiro e poucas deixaram um intervalo maior entre estes nascimentos – é claro o recuo no tempo das descendências numerosas.

Quadro n.º 11.8 – Idade da mãe no primeiro nascimento segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Idade no 1º nascimento	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
< 18 anos	3,3	3,7	3,5	3,3	3,6	3,5	5,1	4,1	4,7	6,6	3,2	5,2	4,2	3,7	4,0
18-24 anos	49,2	48,4	48,8	60,3	60,9	60,6	67,3	68,4	67,8	73,1	73,0	73,1	61,1	60,7	60,9
25-29 anos	33,2	37,0	35,0	28,7	27,4	28,1	23,1	22,9	23,0	19,8	23,8	21,4	27,1	28,4	27,7
30-34 anos	12,1	9,6	10,9	6,8	6,8	6,8	4,3	4,6	4,4	0,5	0,0	0,3	6,6	6,3	6,5
35 ou + anos	2,3	1,3	1,8	0,9	1,2	1,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,9	0,8	0,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

A consulta do quadro n.º 11.8 mostra interessantes dinâmicas familiares de mudança. No total da amostra, a maioria das crianças (61%) possui mães que tiveram o seu primeiro filho entre os 18 e os 24 anos e 28% tiveram-no entre os 25 e os 29. Nas margens desta tendência central deparamos com 4% de primeiras maternidades precoces (menos de 18 anos) e 7% de tardias (a partir dos 30).

Um olhar atento às diferenças entre grupos etários de filhos revela os seguintes traços: um recuo muito ligeiro da primeira maternidade na adolescência; um acentuado declínio entre as jovens dos 18-24 anos (de 73% no grupo de filhos dos 20-24 anos, para 49% no dos 6-9 anos); um avanço da primeira maternidade aos 25-29 anos (21% no grupo dos 20-24 anos e 35% no dos 6-9 anos); bem como, e bastante significativamente, acima dos 30 anos. Não obstante os resultados que vão no sentido das tendências observadas nas estatísticas oficiais, há que ter em conta o enviesamento introduzido pelos

Quadro n.º 11.9 – Posição religiosa da mãe segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Posição religiosa	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Católica praticante	50,5	43,1	46,9	43,9	42,5	43,2	43,4	39,6	41,7	41,8	31,7	37,7	45,1	41,0	43,1
Cat. não praticante	42,2	50,5	46,3	51,7	52,1	51,9	52,4	54,0	53,1	51,6	60,3	55,2	49,6	52,9	51,2
Outra religião	2,8	1,3	2,1	1,2	1,2	1,2	1,6	3,1	2,3	4,9	3,2	4,2	2,1	1,9	2,0
Sem religião	4,3	5,1	4,7	3,1	4,0	3,6	2,7	3,3	3,0	1,6	4,8	2,9	3,1	4,2	3,6
NS/NR	0,3	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

1 - Trata-se aqui de todos os irmãos co-residentes, incluindo os que têm mais de 24 anos e menos de 6 anos.



critérios da amostra, nomeadamente a idade da mulher (25-49 anos). Com efeito, para estarem “dentro” da amostra, as inquiridas que tinham à data da inquirição os filhos mais velhos foram necessariamente mães jovens, pelo que a maternidade tardia não é um cenário possível nestes casos.

Da leitura do quadro n.º 11.9 concluímos que a esmagadora maioria das crianças (94%) tem mães que se consideram católicas – praticantes em 43% dos casos, mas sobretudo não praticantes (51%). É um resultado que sugere alguma familiaridade, ao longo do processo de socialização das crianças, com os valores religiosos do catolicismo. No interior da amostra de filhos, é no entanto curioso notar-se o avanço simultâneo das duas categorias “sem religião” e “católica praticante” dos mais velhos para os mais novos, contrapartida da perda de peso das “católicas não praticantes”. Num contexto de crescente laicização, a afiliação religiosa tendencialmente em queda revelase, sobretudo, pela afirmação de uma prática e não por uma mera declaração de intenção.

Quadro n.º 11.10 – Escolaridade da mãe segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Escolaridade	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Sem escolaridade	3,5	3,2	3,4	4,5	5,2	4,9	7,6	8,7	8,1	9,9	7,9	9,1	5,8	5,9	5,8
Ensino primário	31,9	33,8	32,8	39,5	42,0	40,8	51,1	44,5	48,2	57,1	53,2	55,5	43,1	41,5	42,3
E. preparat./básico	38,9	36,4	37,7	31,6	34,0	32,8	25,2	29,0	26,9	22,5	18,3	20,8	30,5	32,0	31,2
Ensino secundário	13,8	12,8	13,3	11,5	10,6	11,1	5,9	8,5	7,1	6,0	5,6	5,8	9,8	10,2	10,0
Ensino médio	5,3	5,6	5,4	6,8	4,3	5,6	5,9	5,4	5,7	3,3	12,7	7,1	5,8	5,7	5,7
Ensino superior	6,5	8,2	7,4	5,9	3,8	4,9	4,3	3,9	4,1	1,1	2,4	1,6	5,1	4,8	5,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

A escolaridade das mães destas crianças e destes jovens (quadro n.º 11.10) coloca-nos perante um panorama de baixas qualificações escolares: cerca de 80% têm mães com níveis iguais ou inferiores ao da escolaridade obrigatória (6% sem qualquer grau). Apenas 10% possuem mães que frequentaram o ensino secundário e 11% o médio e o superior. Atendendo ao peso que a herança escolar materna tem no percurso escolar da criança, pelo menos no desenho do seu ponto de partida à entrada na escola, estamos face a um contexto no mínimo problemático.

A análise da variação deste indicador pelas diferentes franjas etárias de filhos indicia, contudo, algumas dinâmicas de progresso. Nota-se um recuo contínuo das mães sem escolaridade: 9% nos jovens de 20-24 anos, 3% nas crianças de 6-9 anos. E um avanço expressivo das mães mais escolarizadas, tanto com o grau de ensino secundário (6% nos jovens de 20-24 anos e 13% nos de 6-9 anos), como com o médio e o superior (9% nos de 20-24 e 13% nos de 6-9), sendo que este avanço se fez à custa do ensino superior (de 2 para 7%), já que o médio teve mesmo um ligeiro recuo (de 7 para 5%).

Quadro n.º 11.11 – Condição perante o trabalho da mãe segundo a idade e o sexo dos filhos (%)

Condição perante o trabalho	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Empregada	71,6	68,9	70,3	67,8	68,2	68,0	64,8	67,1	65,8	63,7	61,1	62,7	67,4	67,5	67,4
Doméstica	17,3	18,4	17,8	18,9	20,0	19,4	23,7	22,1	23,0	24,2	26,2	25,0	20,5	20,7	20,6
Desempregada	6,8	6,4	6,6	6,8	6,3	6,5	5,9	5,4	5,7	5,5	5,6	5,5	6,4	6,0	6,2
Estudante	0,3	0,3	0,3	0,2	0,0	0,1	0,0	0,8	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,2
Trab.-estudante	0,0	0,8	0,4	0,7	0,2	0,4	0,6	0,5	0,6	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4	0,4
Domést. com algum trab. remunerado	1,5	2,9	2,2	3,0	2,6	2,8	2,5	1,8	2,2	3,3	4,0	3,6	2,5	2,6	2,5
Ref./incapacitada	1,0	1,1	1,1	1,3	1,7	1,6	1,8	1,6	1,8	2,7	2,4	2,7	1,6	1,6	1,6
Trab. temporário	0,8	0,3	0,5	0,7	0,7	0,7	0,2	0,3	0,2	0,5	0,8	0,7	0,5	0,5	0,5
Outra situação	0,8	1,1	0,9	0,5	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	0,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quanto à condição perante o trabalho das mães (quadro n.º 11.11), as “empregadas” ocupam uma posição de destaque (67%). Em segundo plano, com um peso de cerca de 21%, surgem as “domésticas”. Declaram-se “desempregadas” 6% das mães. Situações híbridas como as de “trabalhadora-estudante” ou “doméstica com algum trabalho remunerado” têm um peso quase residual na amostra, sinal sugestivo de um mercado de trabalho rígido, de uma população activa feminina com horários completos de trabalho, e de uma confluência difícil entre as realidades da escola e do trabalho.

Por outro lado, é curioso observar-se que as mães “empregadas” tendem a avançar ligeiramente das gerações mais velhas de filhos para as mais novas (de 63 para 70%), ocorrendo o inverso com as domésticas (que passam de 25 para 18%). É uma dinâmica que sugere, por um lado, a força crescente dos valores da autonomia profissional das mulheres e, por outro, a importância instrumental do emprego feminino – nomeadamente para cobrir as despesas da escolarização dos filhos<sup>2</sup>.

Um indicador mais sintético é a trajectória da condição perante o trabalho das mães destas crianças e destes jovens (quadro n.º 11.12). Trata-se de um “apanhado” da situação da mulher face ao mercado de trabalho, a partir de três cortes sincrónicos que correspondem a momentos-chave do seu percurso familiar: a entrada na conjugalidade, o nascimento do primeiro filho e o momento de aplicação do Inquérito, em que tem pelo menos 1 filho em idade escolar. Ora, o que se verifica é, de facto, a mesma tendência anterior: os filhos mais velhos (a partir dos 15 anos) têm menos frequentemente mães sempre inseridas no mercado de trabalho e mais vezes a situação inversa. Confirma-se assim o facto de não se tratar apenas do resultado de diferentes etapas conjunturais do ciclo de vida (mulheres mais velhas que já não estão a trabalhar no momento actual), mas antes uma tendência no tempo para a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho.

2 - No Inquérito FPC há uma pergunta respeitante à gestão do dinheiro na família. Do largo leque de hipóteses apresentadas, a sobrevivência mais imediata do grupo doméstico (“conseguir ir vivendo o dia-adia garantindo o sustento de todos” – 62%) e a pequena poupança (“ter sempre algum dinheiro de reserva” – 80%) surgem em primeiro plano nas respostas, o que é revelador dos fracos recursos económicos de grande parte das famílias portuguesas. O terceiro alvo de aplicação do dinheiro é, então, a educação escolar dos filhos: 41% das famílias investe “o dinheiro em estudos e formação dos filhos”, a grande distância da formação dos próprios cônjuges (4%) e à frente da compra de casa própria (34%), bem como de outras opções de consumo. Trata-se, sem dúvida, de uma prioridade das famílias portuguesas, o que implica, certamente para muitas, o esforço financeiro de ambos os cônjuges para o projecto de mobilidade escolar dos filhos.

**Quadro n.º 11.12 – Trajectória da condição perante o trabalho da mãe segundo a idade e o sexo dos filhos (%)**

Traj. da condição perante o trabalho	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Sempre com trabalho	53,8	53,7	53,7	50,2	49,8	50,0	43,6	49,4	46,1	50,0	46,8	48,7	49,1	50,4	49,7
Com trabalho em 1 ou 2 momentos	34,4	34,3	34,4	37,8	35,2	36,5	41,5	33,9	38,2	35,2	38,1	36,4	37,8	34,9	36,4
Sempre sem trabalho	11,6	11,7	11,6	11,9	14,6	13,2	14,9	16,5	15,6	14,8	15,1	14,9	13,0	14,4	13,7
Outra situação	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

**Quadro n.º 11.13 – Classe social<sup>6</sup> do casal segundo a idade e o sexo dos filhos (%)**

Classe social	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
ED	2,5	3,7	3,1	2,1	1,7	1,9	2,0	1,3	1,7	0,5	3,2	1,6	2,0	2,2	2,1
PIC	5,8	6,4	6,1	5,6	4,2	4,9	4,3	5,1	4,7	3,8	4,8	4,2	5,1	5,0	5,1
PTEI	9,5	11,7	10,6	12,2	10,8	11,5	8,6	9,0	8,8	8,2	11,1	9,4	10,1	10,6	10,3
IPP	17,3	20,7	19,0	19,9	22,4	21,2	22,5	22,1	22,3	28,0	26,2	27,3	21,0	22,2	21,6
C	4,3	4,0	4,1	7,7	5,2	6,5	7,6	7,7	7,6	6,0	4,8	5,5	6,6	5,5	6,1
EE	13,8	11,4	12,7	10,5	12,7	11,6	13,5	14,9	14,1	13,7	11,1	12,7	12,6	12,8	12,7
OI	25,1	21,0	23,1	21,3	22,7	22,0	23,3	19,8	21,8	19,2	20,6	19,8	22,6	21,3	22,0
EE+OI	15,3	14,6	15,0	13,1	12,2	12,6	12,9	14,4	13,6	14,8	15,1	14,9	13,8	13,6	13,7
AA+OI	2,5	4,3	3,4	4,2	4,9	4,5	2,0	3,9	2,9	1,6	1,6	1,6	2,9	4,2	3,5
Outra situação <sup>7</sup>	3,8	2,1	3,0	3,3	3,3	3,3	3,3	1,8	2,6	3,8	1,6	2,9	3,5	2,5	3,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Da leitura do quadro n.º 11.13 observamos que os pais “operários” e os “independentes e pequenos patrões” (ambos com um peso de 22%) constituem as duas classes sociais com maior representatividade na amostra. Seguem-se os “empregados executantes casados com operários industriais”<sup>3</sup> (14%), os “empregados executantes” (13%) e os “profissionais técnicos e de enquadramento intermédio” (10%).

Tendo em conta os filhos mais velhos e mais novos, pode notar-se como é discreto o avanço das franjas das classes médias (traduzindo, de alguma forma, o aumento dos capitais escolares que registámos no quadro 11.10), nomeadamente a dos “empresários e dirigentes”, a dos “profissionais intelectuais” e a dos “profissionais técnicos”. Como o é também o recuo das franjas de “camponeses”. Perante este quadro de relativa estabilidade, apenas a diminuição do presença de “independentes e pequenos patrões” assume uma maior expressão. Não estando esta classe social associada a capitais escolares elevados (ver Anexo I), estamos em crer que tal tendência estará ligada ao ciclo de vida familiar e à possibilidade que, em dada altura, se coloca ao casal de abrir o seu próprio “negócio”.

<sup>3</sup> - Na maioria dos casos, as mulheres são as empregadas executantes e os homens os operários.

**5. ENTRE A ESCOLA E O TRABALHO**

**Quadro n.º 11.14 – Ocupação actual dos filhos segundo a idade e o sexo (%)**

Ocupação	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Estuda	79,6	78,2	78,9	97,4	98,1	97,7	76,9	85,9	80,9	27,5	43,7	34,1	79,2	85,1	82,0
Trabalha	0,3	0,3	0,3	1,6	0,7	1,1	16,0	8,7	12,8	53,3	37,3	46,8	11,3	5,9	8,7
Estuda e trabalha	0,3	0,0	0,1	0,2	0,0	0,1	2,9	0,5	1,8	5,5	6,3	5,8	1,6	0,7	1,2
Sem ocupação	2,3	2,1	2,2	0,2	0,9	0,5	2,7	4,9	3,6	2,7	7,1	4,6	1,7	2,8	2,2
Outra	17,6	19,4	18,5	0,3	0,3	0,4	1,6	0,0	0,9	11,0	4,0	8,1	6,1	5,5	5,8
NS/NR	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,7	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Que ocupações têm estas crianças e estes jovens entre os 6 e os 24 anos? Consultando globalmente os resultados do quadro 14, conclui-se que a grande maioria está a estudar (82%). Quanto aos restantes, 9% está a trabalhar, 1% estuda e trabalha, 2% não tem ocupação e 6% encontra-se “noutra situação”. O total por sexo permite detalhar a realidade, ao fazer luz sobre as diferenças de género neste domínio. De facto, se tivermos também em conta a categoria “estuda e trabalha”, as raparigas estão mais frequentemente inseridas do que os rapazes no sistema de ensino (86 vs. 81%), enquanto se regista uma maior afectação dos segundos ao mercado de trabalho (13 vs. 7%).

Em termos etários verificamos que, entre os filhos dos 6 aos 9 anos, uma grande maioria (79%) está a estudar – sendo que 21% (provavelmente os mais novos) estarão ainda em casa, sem ter iniciado o seu percurso escolar<sup>4</sup>. Nos de 10-14 anos a franja de estudantes é esmagadora: 98% do total. Nota-se, contudo, uma quebra nos de 15-19, onde a mesma franja baixa para 81% e, sobretudo, nos de 20-24 anos, onde se situa na casa dos 34%. Avançam, em compensação, as ocupações juvenis ligadas ao trabalho: na franja dos 15-19 anos já ocupam 13% dos filhos, na dos 20-24 quase metade deles (47%). Situações mais híbridas, como a de jovens que simultaneamente estudam e trabalham, têm um peso muito residual na amostra (pouco mais de 1% do total).

Embora apresentando percentagens mínimas, não se pode desprezar o facto de haver crianças entre os 6 e os 14 anos que estão a trabalhar. Na medida em que se trata de uma situação de contornos irregulares e que foi referida pela mãe e não pelo próprio, estamos em crer que poderá haver aqui uma subdeclaração do trabalho infantil<sup>5</sup>.

A discriminação dos resultados por sexo revela a importância da questão de género nesta matéria.

<sup>4</sup> - Na medida em que o inquérito foi aplicado no primeiro semestre de 1999, os filhos que fizeram 6 anos no início desse ano ainda não tinham entrado para o 1º ano da escolaridade obrigatória.  
<sup>5</sup> - Catalina Pestana faz referência a dados do “Inquérito à Caracterização Social dos Agregados Familiares com Menores em Idade Escolar” (de 1998), em que se observa o grande desfasamento entre as declarações das crianças e dos seus pais no que respeita à situação daquelas face à actividade económica na semana de referência do inquérito: 43213 declaram ter actividade contra 18808 dos pais (Pestana, 2000).



São claramente os rapazes, e não as raparigas, os primeiros a deixar de estudar e a ser integrados no mercado de trabalho. Logo no grupo dos 15-19 anos se começa a marcar a distância: 16% de filhos trabalham, contra 9% de filhas.

Essa distância torna-se impressionante no grupo etário seguinte: entre os 20-24 anos, 53% dos filhos trabalham, contra 37% das filhas. Por outro lado, note-se como as raparigas dessa idade sobressaem em franjas relativamente residuais daqueles “sem ocupação”, recobrimdo provavelmente a situação de domésticas (7 vs. 3%); e como os rapazes se destacam em “outras ocupações” (11%), no que corresponderá, provavelmente, ao cumprimento do serviço militar.

Quadro n.º 11.15 – Filhos com e sem rendimentos e que contribuem ou não para as despesas da casa segundo a idade e o sexo (%)

Rendimentos e contribuição	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Sem rendimentos	99,5	99,2	99,4	98,3	98,3	98,3	83,4	90,2	86,5	44,0	54,0	48,1	88,1	92,6	90,2
Com rendimentos	0,5	0,8	0,7	1,4	1,7	1,6	16,6	9,8	13,6	56,0	44,4	51,3	11,8	7,3	9,7
	<i>contribuem</i>			<i>0,3</i>			<i>0,2</i>			<i>9,8</i>			<i>5,9</i>		
	<i>não contrib.</i>			<i>0,3</i>			<i>0,2</i>			<i>8,1</i>			<i>25,8</i>		
NS/NR	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,7	0,2	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Às inquiridas foi perguntado se os filhos e enteados a partir dos 6 anos que vivem com elas têm rendimentos próprios, quer do trabalho, de bolsas, etc. (quadro n.º 11. 15). Ora, 1 filho em cada 10 aufere algum tipo de rendimento. Essa percentagem é máxima (51%) entre os filhos mais velhos (20-24 anos) e atinge sobretudo os rapazes (56 vs. 44%).

Dos filhos que têm rendimentos, metade contribui para as despesas domésticas e outra metade não o faz. Ao contrário de variáveis anteriores, que davam visibilidade a uma notável assimetria de género, esta revela uma situação relativamente equilibrada entre os dois sexos. Já a idade tem o seu impacto: a contribuição é residual até aos 14 anos, ronda os 8% entre os 15 e os 19, e abrange quase um quarto dos jovens entre os 20 e os 24 anos não se sabendo, contudo, se essa contribuição para o sustento doméstico é feita na totalidade ou apenas em parte<sup>6</sup>.

O quadro n.º 11.16 apresenta a distribuição dos filhos, rapazes e raparigas dos 4 grupos etários, pelos diferentes graus de escolaridade. Entre os 6 e os 9 anos a esmagadora maioria das crianças da amostra encontra-se a frequentar os quatro primeiros anos de escolaridade. No grupo dos 10-14 anos, começam a desenhar-se sinais de uma relação problemática com a escola: há uma fatia de mais de um quar-

6 - Os resultados vão de encontro aos obtidos pelo inquérito dos anos 90 a jovens do concelho de Loures. Naquele estudo a jovens entre os 14 e os 29 anos, observou-se que dos que tinham actividade económica e que ainda estavam a viver com os pais, praticamente metade contribuía para o sustento da família: em 42,3% dos casos com uma parte do salário; e em 2,3% dos casos com a totalidade (Almeida et al., 1996).

Quadro n.º 11.16 – Escolaridade dos filhos segundo a idade e o sexo (%)

Escolaridade	6-9 anos			10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
1º e 2º ano	52,3	49,2	50,8	3,0	2,8	2,9	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	13,7	13,8	13,7
3º e 4º ano	25,9	28,5	27,1	25,3	21,9	23,6	1,8	1,5	1,7	7,7	4,8	6,5	16,5	16,7	16,6
5º e 6º ano	1,5	1,3	1,4	41,8	43,1	42,4	13,9	6,7	10,7	18,1	7,9	14,0	21,1	19,7	20,4
7º a 9º ano	0,3	0,3	0,3	28,5	31,1	29,8	48,7	48,1	48,4	24,2	14,3	20,1	27,2	26,2	26,7
10º a 12º ano	0,0	0,0	0,0	0,5	0,2	0,4	31,9	40,9	35,9	29,7	31,7	30,5	13,0	13,6	13,3
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,4	0,3	0,3	1,6	2,4	2,0	0,3	0,3	0,3
Ensino superior	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	1,4	1,8	1,6	17,6	31,7	23,4	2,4	3,2	2,8
Pós-licenciatura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,7	0,0	0,1	0,1
N.A.	20,1	20,7	20,4	0,70	0,87	0,8	1,8	0,5	1,3	1,1	5,6	2,9	5,8	6,3	6,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

to que ainda não ultrapassou o 1º ciclo de escolaridade. A evidência e intensidade do insucesso escolar é ainda mais nítida no grupo etário seguinte: dos filhos com idades entre os 15-19 anos há 14% que não conclui sequer o 6º ano de escolaridade. Os resultados relativos aos jovens de 20-24 anos reforçam o panorama de baixas qualificações escolares: 41% possui no máximo o ensino básico, 21% não terminaram manifestamente a actual escolaridade obrigatória, 23% têm o frequentam uma licenciatura.

A análise por sexos detalha esta caracterização. A sobre-escolarização das raparigas é um resultado especialmente vincado nos grupos etários mais velhos, com amplitude máxima entre os jovens de 20-24 anos. Por exemplo, e para o grupo dos 15- 19 anos, as percentagens de raparigas com graus de ensino baixos (do 1º ao 6º ano de escolaridade) são bem menores que as dos rapazes (8 vs. 15%), enquanto os ultrapassam sistematicamente nos níveis mais altos (10º-12º ano, 41 vs. 32%). Já para o grupo dos 20-24 anos, a distância entre sexos, e a favor das raparigas, é esmagadora no que respeita à frequência do ensino superior: 32% das raparigas, apenas 18% de rapazes.

Quadro n.º 11.17 – Filhos e relação com a escola segundo a idade e o sexo (%)

Relação com a escola	10-14 anos			15-19 anos			20-24 anos			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
Sucesso	74,5	78,6	76,6	54,6	68,2	60,7	18,3	33,6	24,4	58,5	69,9	63,8
Insucesso	23,8	20,1	22,0	26,5	18,3	22,8	15,0	19,3	16,7	23,5	19,4	21,6
<i>Estuda (sub-total)</i>	<i>98,2</i>	<i>98,8</i>	<i>97,5</i>	<i>81,0</i>	<i>86,6</i>	<i>83,5</i>	<i>33,3</i>	<i>52,9</i>	<i>41,1</i>	<i>82,0</i>	<i>89,3</i>	<i>85,4</i>
Tem no mínimo 3º ciclo	0,0	0,2	0,1	10,2	8,0	9,2	41,1	34,5	38,5	10,0	6,8	8,5
Abandono precoce	1,8	1,1	1,4	8,8	5,4	7,3	25,6	12,6	20,4	8,0	3,9	6,1
<i>Não estuda (sub-total)</i>	<i>1,8</i>	<i>1,2</i>	<i>1,5</i>	<i>19,0</i>	<i>13,4</i>	<i>16,5</i>	<i>66,7</i>	<i>47,1</i>	<i>58,9</i>	<i>18,0</i>	<i>10,7</i>	<i>14,6</i>
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Com o objectivo de caracterizar com detalhe a situação escolar dos filhos e das filhas a partir dos 10 anos<sup>7</sup>, subdividimo-los em quatro grupos distintos consoante a sua relação actual com a escola. Consultando o quadro n.º 11.17, notamos que cerca 85% se encontra a estudar (sendo que quase um quarto registam problemas de insucesso); 9% não estuda, tendo contudo frequentado pelo menos o 3º ciclo de escolaridade; 6% deixou de estudar não tendo completado sequer a actual escolaridade obrigatória. O caso do grupo dos 20-24 anos revela uma situação particularmente desfavorável: mais de 60% dos seus efectivos não estuda, e desses 20% não tem o 9º ano de escolaridade.

Os indicadores de insucesso e abandono escolares concentram-se nas idades mais velhas – desde logo porque, em abstracto, a probabilidade de uma relação problemática com a escola aumenta com a sua longevidade. Contudo, vale a pena registar algumas tendências internas na amostra. Nos três grupos etários, as taxas de insucesso são elevadas e situam-se entre valores relativamente próximos (entre 17 e 23%). O abandono da escola acontece, sobretudo, na idade mínima de entrada no mercado de trabalho (repare-se no salto: 2% nos filhos de 10-14 anos, 17% nos de 15- 19), pelo que a lógica de um não se compreenderá sem a relacionar com as características do outro.

O género marca muito fortemente os contrastes escolares entre rapazes e raparigas – para todos os grupos etários, estas saem sempre favorecidas da comparação.

O sucesso das filhas na escola é sempre superior ao dos filhos, e o contraste aumenta com o avanço na escolaridade: (79 vs 75% nos 10-14, 68 vs. 55% nos 15-19 e 34 vs. 18% nos 20-24). O abandono precoce das raparigas é significativamente inferior ao dos rapazes (5 vs. 9% nos 15-19, 13 vs. 26% nos 20-24 anos).

Quadro n.º 11.18 – Filhos e relação com a escola segundo a idade ano a ano (10 a 17) e o sexo (%)

Relação com a escola		10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	Total
Sucesso	M	89,7	63,5	83,8	61,3	75,5	81,1	40,1	48,6	68,1
	F	91,6	76,9	85,6	63,5	76,9	92,4	55,2	60,9	76,2
	M+F	90,7	70,0	84,6	62,4	76,3	86,4	46,6	54,6	72,0
Insucesso	M	8,4	36,5	13,7	37,0	21,8	16,7	49,3	30,6	27,2
	F	7,5	23,1	11,7	35,7	21,5	5,9	40,0	21,7	20,7
	M+F	7,9	30,0	12,7	36,3	21,7	11,6	45,3	26,2	24,1
Tem no mínimo 3º ciclo	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	3,5	11,1	1,5
	F	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	2,9	10,1	1,3
	M+F	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4	3,2	10,6	1,4
Abandono precoce	M	1,9	0,0	2,6	1,7	2,7	1,5	7,0	9,7	3,2
	F	0,9	0,0	2,7	0,9	0,8	1,7	1,9	7,2	1,7
	M+F	1,4	0,0	2,6	1,3	1,7	1,6	4,9	8,5	2,5
Total		100	100	100	100	100	100	100	100	100

7 - É a partir desta idade, que coincide com a entrada no segundo ciclo do ensino básico, que, como vimos, as questões do insucesso se começam a desenhar, pelo que optámos por deixar de fora as crianças dos 6 aos 9 anos.

Fazendo um “zoom” ano a ano (quadro n.º 11.18), verificamos que o número de crianças e jovens que abandonam a escola entre os 10 e os 17 anos é sempre diminuto – embora acuse um salto significativo no grupo dos 16 anos (20 crianças, das quais 15 rapazes) e no dos 17 (27 crianças, das quais 15 rapazes). De qualquer modo, e tratandose das idades teoricamente abrangidas pela escolaridade obrigatória, estes números têm um significado social relevante. Se nos centrarmos agora no grupo que se encontra a frequentar a escola, notamos que o insucesso escolar atinge níveis particularmente críticos nos jovens de 16 anos (45%!), de 13 anos (36%) e de 11 anos (30%) – franjas que provavelmente se confrontam com uma mudança de ciclo no sistema educativo. Os valores mínimos encontram-se entre as crianças de 10 e 15 anos (8 e 12%, respectivamente).

A distância entre rapazes e raparigas, em matéria de desempenho escolar, é particularmente acentuada nos jovens de 11 anos (37% de rapazes com insucesso vs. 23% das raparigas nas mesmas condições) e tendencialmente maior entre os mais velhos (17 vs. 6% nos de 15 anos, 49 vs. 40% nos de 16 anos e 31 vs. 22% nos de 17 anos).

6. OS CONTEXTOS DO INSUCESSO E DO ABANDONO

Perceber os contextos sociais e familiares que são (re)produtores das situações de abandono e de insucesso implica ter em conta o impacto de algumas variáveis-chave (quadro n.º 11.19). Começemos pela região de residência das crianças e dos jovens. Os níveis de sucesso surgem acima da média nacional (64%) na Área Metropolitana de Lisboa e Centro Litoral (72%) e próximas dela no Norte Interior e Alentejo; com os valores mínimos destacam-se a Área Metropolitana do Porto (55%) e o Algarve (58%).

O abandono precoce da escola (antes da conclusão do 9º ano) é particularmente vincado no Norte, tanto Litoral (11%) como Interior (10%), e mínimo na Área Metropolitana de Lisboa (3%). Nas regiões onde são elevados os indicadores de insucesso é também máximo o fosso entre rapazes e raparigas – veja-se, por exemplo, os casos do Norte Interior (26 vs. 10%), Algarve (24 vs. 15%), e Área Metropolitana do Porto (34 vs. 24%). A ilustrar a situação simétrica surge a Área Metropolitana de Lisboa: aqui são muito próximos os desempenhos de insucesso de filhos e filhas (18 e 17%). São resultados que reforçam a ideia de que combater o insucesso e fortalecer o vínculo escolar da população infantil e juvenil é um instrumento de promoção de igualdade de oportunidades entre os sexos.

Quanto ao número de irmãos, os filhos únicos têm globalmente níveis de sucesso maiores (75%) do que as crianças que vivem em fratria – em especial com 2 ou mais irmãos (50%). E se o insucesso não parece distinguir os diferentes arranjos aqui considerados, já o abandono precoce introduz uma notável diversidade no seu interior – passando de valores próximos de 2% (filhos únicos) para 12% (crianças que têm 2 ou mais irmãos). A distância entre rapazes e raparigas não acusa, também, grande oscilação para as diversas situações familiares.

Se a idade tendencialmente mais baixa dos filhos únicos (no máximo 16 anos) explicará, em parte, este seu perfil mais favorecido, nele também se nota a mobilização educativa típica dos casais que limi-



tam drasticamente a sua descendência, procurando assim proporcionar aos seus filhos um percurso escolar longo e qualificado.

A leitura do quadro n.º 11.19 confirma ainda uma fortíssima associação entre o nível de escolaridade da mãe e o desempenho escolar do/a filho/a, no que constitui um cenário de clara reprodução social. Os indicadores de sucesso sobem de 32% (para os filhos de mães sem escolaridade) para 95% (para os filhos de mães com o ensino superior), notando-se o ponto de viragem naqueles que têm mães com o ensino preparatório/básico (a partir do qual o sucesso escolar passa a estar sobre-representado); e o abandono precoce baixa de 22% para zero, entre as mães sem frequência escolar.

Por outro lado, também diminui expressivamente com a escolaridade da mãe a distância entre abandonos escolares femininos e masculinos: os rapazes com mães pouco escolarizadas estão muito mais distantes das raparigas do que aqueles que são filhos de mulheres com mais capitais escolares. Veja-se, como exemplo, a distância entre filhos e filhas de mães sem escolaridade: 30 vs 13%.

A trajectória da condição perante o trabalho da mãe mostra claramente o impacto da participação das mulheres no mercado de trabalho sobre a relação que as crianças e os jovens estabelecem com a escola. Os filhos de mulheres com trajectórias de trabalho continuado têm significativamente mais sucesso (71%) do que os filhos de mulheres que entram e saem do mercado de trabalho (60%) e estes, por sua vez, têm mais sucesso do que os filhos das mulheres que nunca trabalharam (51%). São estes últimos que mais frequentemente se defrontam não só com o insucesso (28%), como também com o abandono precoce (10%). Por outro lado, a trajectória da mãe influencia a distância ou a proximidade do percurso escolar entre os géneros: quanto mais afastadas estão as mulheres do mercado de trabalho, maior é também a distância nos percursos masculinos e femininos.

Finalmente, a classe social de pertença dos pais, tal como a escolaridade da mãe, regista um expressivo impacto no percurso escolar dos filhos. Os seus níveis de sucesso na escola são máximos entre pais “empresários e dirigentes” (95%) ou de “profissionais intelectuais e científicos” (90%) – e mínimos entre “camponeses” (48%), “operários industriais” (53%) ou “assalariados agrícolas+operários” (56%), famílias mais distantes da cultura escolar e que mais dificuldades têm em promover o sucesso das suas crianças. É também entre classes com baixa rentabilidade escolar (“independentes e pequenos patrões”, “operários industriais”) que se encontram as maiores disparidades entre rapazes e raparigas, em desfavor dos primeiros.

As famílias de empregados executantes e de empregadas executantes casadas com operários surgem com um perfil mais ou menos intermédio. Uma nota interessante prende-se com o perfil dos filhos destas últimas famílias, por comparação com o perfil dos filhos das famílias em que ambos são operários: os dados sugerem que é a posição social da mãe, mais do que a do pai, que influencia o destino escolar dos filhos.

A distribuição do abandono precoce segue, em traços largos, o mesmo perfil do insucesso. Por contraste com grupos onde não deixa rasto, como entre os “empresários e dirigentes”, os “profissionais intelectuais”, e os “profissionais técnicos” (note-se que são nulos os níveis de abandono antes da

Quadro n.º 11.19 – Filhos e filhas, relação com a escola e contextos sociais (%)

	Sucesso			Insucesso			Tem no mín. 3º ciclo			Abandono precoce			Total		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
<b>Região de residência</b>															
Norte Litoral	53,6	64,5	58,6	25,0	17,5	21,6	8,9	11,1	9,9	12,5	6,8	9,9	100	100	100
A.M.Porto	48,4	61,2	55,1	34,4	23,9	28,9	10,7	10,4	10,5	6,6	4,5	5,5	100	100	100
Norte Interior	45,9	80,0	61,3	26,2	10,0	18,9	14,8	2,0	9,0	13,1	8,0	10,8	100	100	100
Centro Litoral	66,7	77,3	71,8	22,0	15,6	18,9	4,7	3,5	4,1	6,7	3,5	5,2	100	100	100
Centro Interior	50,4	65,8	57,8	31,1	27,9	29,6	10,1	4,5	7,4	8,4	1,8	5,2	100	100	100
A.M.Lisboa	69,9	74,9	72,1	17,5	17,2	17,4	9,4	5,0	7,4	3,2	2,9	3,1	100	100	100
Alentejo	59,2	65,5	62,1	18,4	27,6	22,6	12,6	5,7	9,5	9,7	1,1	5,8	100	100	100
Algarve	41,2	78,0	57,6	23,5	14,6	19,6	23,5	7,3	16,3	11,8	0,0	6,5	100	100	100
<b>Número de irmãos</b>															
nenhum	70,7	80,0	75,3	26,3	18,5	22,4	0,0	0,0	0,0	3,0	1,5	2,3	100	100	100
1 irmão	65,3	73,9	69,5	21,0	17,8	19,4	9,4	5,7	7,6	4,3	2,5	3,4	100	100	100
2 ou + irmãos	44,4	57,9	50,1	26,5	23,0	25,0	14,0	11,6	13,0	15,1	7,5	11,9	100	100	100
<b>Escolaridade da mãe</b>															
Sem escolarid.	21,3	44,9	32,2	35,0	34,8	34,9	13,8	7,2	10,7	30,0	13,0	22,1	100	100	100
Ensino primário	45,8	60,4	52,4	30,5	23,7	27,4	13,6	10,7	12,2	10,2	5,2	7,9	100	100	100
E. prep./básico	66,5	77,7	72,0	19,5	15,9	17,7	9,3	4,3	6,9	4,7	2,1	3,4	100	100	100
E. secundário	92,5	83,2	87,9	6,6	13,9	10,1	0,9	2,0	1,4	0,0	1,0	0,5	100	100	100
Ensino médio	83,8	90,3	86,8	13,5	8,1	11,0	2,7	1,6	2,2	0,0	0,0	0,0	100	100	100
Ensino superior	93,0	97,5	94,8	7,0	2,5	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	100	100
<b>Trajectória da condição perante o trabalho da mãe</b>															
Sempre com trab	67,0	74,4	70,5	18,8	16,5	17,7	8,5	5,3	7,0	5,6	3,8	4,7	100	100	100
Com trabalho em 1-2 momentos	53,4	68,2	59,9	26,9	20,4	24,0	11,1	8,0	9,7	8,6	3,4	6,3	100	100	100
Sempre sem trab	43,4	59,4	51,4	30,1	26,7	28,4	12,0	9,1	10,6	14,5	4,8	9,7	100	100	100
<b>Classe social do casal</b>															
ED	95,7	94,7	95,2	4,3	5,3	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	100	100
PIC	91,7	88,0	90,0	6,7	10,0	8,2	1,7	2,0	1,8	0,0	0,0	0,0	100	100	100
PTEI	85,8	85,6	85,7	12,6	14,4	13,4	1,6	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	100	100	100
IPP	57,6	74,9	65,8	22,1	15,4	18,9	14,8	6,9	11,0	5,5	2,8	4,2	100	100	100
C	42,2	56,3	48,1	33,3	20,3	27,9	8,9	17,2	12,3	15,6	6,3	11,7	100	100	100
EE	62,2	74,3	68,2	20,9	17,4	19,2	12,2	6,9	9,6	4,7	1,4	3,1	100	100	100
OI	45,8	61,2	52,8	29,5	23,3	26,7	10,7	8,8	9,8	14,0	6,6	10,6	100	100	100
EE+OI	54,9	65,0	59,6	25,6	21,0	23,5	13,4	7,7	10,7	6,1	6,3	6,2	100	100	100
AA+OI	57,6	52,3	54,5	27,3	36,4	32,5	0,0	2,3	1,3	15,2	9,1	11,7	100	100	100
Total Geral	58,5	69,9	63,8	23,5	19,4	21,6	10,0	6,8	8,5	8,0	3,9	6,1	100	100	100

conclusão da escolaridade obrigatória), surgem outros onde a sua frequência é elevada, como entre os “camponeses” (12%), os “operários industriais” (11%) e os “assalariados agrícolas casados com operários industriais” (12%).

## 7. "UM PÉ DENTRO E OUTRO FORA (DA ESCOLA)": UMA TIPOLOGIA DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Procurámos, num último ponto, sintetizar a informação sucessivamente abordada ao longo do capítulo sobre filhos e filhas, família e escola. A partir dos resultados de uma fileira de procedimentos estatísticos (análise factorial de correspondências múltiplas, análise de *cluster* e descrição dos grupos mais estáveis), construiu-se uma tipologia das crianças e jovens em idade escolar focada em 3 indicadores: o nível de escolaridade, o percurso escolar e a ocupação (variáveis activas da análise factorial). Estas operações conduziram à identificação de 10 grupos que combinam os indicadores referidos. A cada um desses grupos associam-se depois outros indicadores (do perfil da criança e do contexto familiar) que permitem caracterizar os vários tipos de situação (ver enumeração completa no quadro n.º 11.20).

Em primeiro lugar, a tipologia evidencia a importância do capital escolar familiar na configuração dos percursos escolares dos filhos. A maior ou menor precocidade da entrada no 1º ciclo do ensino básico<sup>8</sup>, o sucesso ou o insucesso escolar, a permanência ou o abandono do sistema escolar surgem invariavelmente ligados ao nível de escolaridade da mãe. De facto, nos grupos-tipo em que predominam as situações de insucesso escolar ou de abandono encontram-se nitidamente sobrerrepresentadas as mães que não concluíram o ensino obrigatório. À baixa escolaridade das mães associam-se, com frequência, aspectos como: uma primeira maternidade precoce, grupos domésticos extensos, entrada e saída do mercado de trabalho e pertença a classes sociais profissionalmente desfavorecidas. As situações mais adversas – abandono escolar e desocupação dos jovens – ligam-se ainda a mães que, para além da baixíssima escolaridade, nunca estiveram empregadas.

Outro aspecto a sublinhar entre os resultados da tipologia liga-se à diferença entre raparigas e rapazes. Já se apurou anteriormente que o sucesso escolar é menor nos rapazes e que neles o abandono do sistema educativo é mais frequente. Torna-se também aqui claro que essa distinção ligada ao género atravessa as várias idades e níveis escolares.

Um terceiro ponto a salientar diz respeito à maior incidência de determinados grupos-tipo em certas regiões do país: as situações de insucesso no ensino básico estão sobre-representadas no Centro Interior e na Área Metropolitana do Porto; o abandono precoce surge destacado no Norte Litoral; pelo contrário, o sucesso e a permanência na escola dos jovens com 15 anos ou mais é uma situação com maior incidência relativa na Área Metropolitana de Lisboa.

Na globalidade, os resultados da tipologia sintetizam e conjugam os vários aspectos que foram sendo analisados nas páginas anteriores e permitem evidenciar com clareza a importância da herança familiar no percurso escolar das crianças e dos jovens, ou seja, a reprodução do capital escolar de geração para geração. Esta “fatalidade” parece penalizar de uma maneira especial a relação dos rapazes com a escola - porque é neles que mais se acusa a desadequação do sistema de ensino face à massificação notável ocorrida nas últimas décadas? porque é neles que mais intensamente choca a imposição do modelo escolar e mais se ressentem a feminização deste universo? porque são eles os mais precocemente impelidos

8 - Legalmente, as crianças podem ser matriculadas no 1º ano do ensino básico, desde que completem 6 anos até 31 de Dezembro. Acontece, porém, que é frequente não haver vagas suficientes nas escolas públicas, o que não permite a entrada das crianças que ainda têm 5 anos no início do ano lectivo

Quadro n.º 11.20 – Tipologia da população em idade escolar – Características sobrerrepresentadas (valor teste > 2.5)

	1	5	9	7	10	8	2	4	6	3
Escolaridade	202	390	382	917	447	348	75	119	89	139
Percorso escolar	Ainda não freq.	1º, 2º ano	3º-4º ano	3º ciclo 2º ciclo	2º ciclo 3º ciclo 1º ciclo	E. secundário	NR	2º ciclo 1º ciclo	E. superior	Ensino bas. ou secund.
Ocupação		Estuda	Estuda	Estuda	Insucesso	Sucesso	Tem mín. 3º ciclo Abandono precoce	Abandono precoce	Sucesso	Tem mín. 3º ciclo
Idade	6-9	6-9	6-9	10-14	10-14 15-19	15-19	Sem ocupação	Trabalha	20-24	Trabalha
Sexo				Feminino	Masculino			Masculino		Masculino
Numero de irmãos	nenhum	nenhum	nenhum	1 irmão			2 ou + irmãos	2 ou + irmãos	1 irmão	2 ou + irmãos
Idade da mãe na 1ª maternidade		30-34 25-29	25-29		18-24 < 18		< 18	18-24		18-24
Escolaridade da mãe	E. prep.básico	E. superior	E. secundário	E. médio	E. primário Sem escol.			Sem escol. E. primário	E. secundário E. médio	E. primário
Ocupação da mãe		Sempre com trabalho	Sempre com trabalho		Trab. 1 ou 2 momentos		Sempre sem trabalho	Doméstica	Empregada	
Trajectória profissional da mãe							Sempre sem trabalho	Sempre sem trabalho	Sempre com trabalho	Trab. 1 ou 2 momentos
Dimensão do grupo doméstico	3	3	3	4	6 ou +		6 ou +	6 ou +		5
Tipo de agregado doméstico				Simplex						
Classe social do casal		PIC		PTEI	OI C	EE PIC	C	OI C	PTEI	
Posição religiosa da mãe		Sem religião						Cat. Praticante		
Região de residência					Centro Interior A.M. Porto	AM Lisboa		Norte Litoral	A.M. Lisboa	Algarve



pelas famílias a deixar a escola e a trabalhar para ganhar a vida? Eis um conjunto de questões a encorajar estudo e aprofundamento em investigações futuras.

## 8. A CONCLUIR...

A expressão quantitativa do insucesso escolar e do abandono precoce do sistema de ensino em Portugal continua a sinalizar uma realidade incontornável e um problema social relevante na viragem do milénio. No total da amostra de filhos e filhas com que se trabalhou ao longo do capítulo (com idades entre os 6 e os 24 anos) constatou-se que ascendem a 22% (o insucesso) e a 6% (o abandono precoce). Por outro lado, é decisivo o impacto do contexto familiar no fabrico da relação problemática com a escola ou mesmo no do corte do vínculo escolar. Famílias e descendências numerosas, mães domésticas ou com baixas qualificações escolares e profissionais, grupos sociais como os dos operários ou aqueles parcialmente ligados à condição agrícola constituem terrenos particularmente favoráveis à emergência de trajetórias insucessadas. Nessas famílias, portadoras de “aspirações escolares e profissionais mitigadas” (Sarmento, 2000, p.130), perdura assim uma cultura “familiar anti-escola” (Almeida, 2000, p.14), que sustenta o paradigma do “insucesso apreendido” (Sarmento, idem) e encoraja formas mais ou menos explícitas de socialização para o trabalho de filhos e filhas, cuja mão de obra é útil na empresa agrícola e no negócio familiares (Pinto, 1999), ou se integra regular ou sazonalmente no mercado dos empregos precários e desqualificados.

No pólo oposto, e no que revela a persistência de uma notável desigualdade, surgem as crianças e os jovens cujos pais se empenham numa empreendedora “mobilização educativa” (Singly, 1993), cada vez mais precoce e duradoura, proporcionando-lhes percursos escolares longos, consistentes e qualificados. Destacam-se na amostra as famílias de dimensão e descendência reduzidas, as mães sempre activas e com capitais escolares elevados, bem como os grupos sociais como “empresários e dirigentes” e “profissionais intelectuais e científicos”.

Esta realidade tão fortemente marcada por clivagens associadas à posição social da família de pertença da criança e do jovem, é atravessada por uma outra: a da desigualdade de género na relação com a escola, com uma actual inversão das desvantagens, as quais pesam hoje sobre os rapazes – e não sobre as raparigas. Os resultados obtidos pelo Inquérito FPC confirmam e detalham os de estudos anteriores: o insucesso, o abandono escolar precoce e o trabalho juvenil são hoje realidades mais masculinas do que femininas. Não obstante, e no que constitui uma marca das tradicionais lógicas de género, há que equacionar e dar visibilidade ao trabalho mais oculto que é realizado pelas crianças e jovens do sexo feminino, em casa e nos cuidados aos irmãos mais novos, implícito numa categoria como a de “sem ocupação”.

Vale a pena lembrar, por último, que a desigualdade entre os géneros se vem cumulativamente encaixar nas desigualdades sociais existentes. A distância entre rapazes e raparigas é tanto maior quanto mais baixa a posição social da família de pertença da criança ou do jovem, desenhando-se aqui os destinos mais diferenciados, quer na relação com a escola, como na entrada mais ou menos precoce no mercado de trabalho.

# GÉNERO E INOVAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DAS POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA

## 1. INTRODUÇÃO

A equidade de género é uma dimensão essencial da justiça social e do bem-estar, que engloba a igualdade de oportunidades para mulheres e homens decorrentes de mudanças estruturais a grande escala nas relações de género. A equidade de género é, em si mesma, uma necessidade humana fundamental relacionada com a autonomia e a identidade, uma necessidade que tem sido o foco de movimentos sociais ao longo da história. Este capítulo defende que a transformação das relações de género na Europa nas últimas quatro décadas tem sido alavancada por políticas públicas específicas, estimulando a inovação social nas práticas quotidianas, especialmente nas esferas da família e do mercado de trabalho. Também se aborda o significado ideológico destas transformações, pois representam uma tensão entre o patriarcado e o capitalismo. Será que uma tal mudança revela o aparecimento ou a possibilidade de um capitalismo não-patriarcal?

Três tópicos complementares são abordados neste capítulo: (i) a profundidade das dinâmicas das relações de género na Europa de hoje, impelidas por quatro décadas de políticas de igualdade de oportunidades; (ii) o enfoque e os principais agentes de inovação social que podem permitir uma sociedade mais justa em termos de equidade de género; (iii) a transformação das normas de género como pilar decisivo de inovação social nas relações de género.

Em relação ao primeiro tópico, o estado-providência transformou as relações sociais, em particular as relações de género. Quer através de apoios sociais ou da regulação dos mercados de trabalho, ou das políticas de igualdade de oportunidades, tem-se verificado um decréscimo significativo das desigualdades entre mulheres e homens. Do final da década de 60 em diante também se verificou uma transformação rápida e profunda dos valores e comportamentos que orientam as vidas quotidianas, nomeadamente a conjugalidade e a parentalidade. A liberalização das práticas sociais e culturais, especialmente no que toca ao comportamento sexual e às relações familiares, contribuiu para enfraquecer o sistema patriarcal aos níveis material e simbólico. Amplificando estas mudanças, o aparecimento e a adoção de métodos contraceptivos com elevados níveis de eficiência tornou real o controlo sobre a procriação e, indiretamente, sobre as relações conjugais. No entanto, estas mudanças também são caracterizadas por alguma ambiguidade em termos de equidade de género (McNay 2000) e a maioria dos países e regiões europeias continuam, até aos dias de hoje, a exibir profundas disparidades entre homens e mulheres, refletindo o endurecimento das relações de poder patriarcais. Para além disso,

\* Tradução livre de André Carmo, do original “Gender and social innovation: the role of EU policies”

a viragem neoliberal das últimas décadas parece ter contribuído significativamente para ampliar as desigualdades de género. Apesar do progresso em termos de educação o gender gap no mercado de trabalho, bem como nos níveis de decisão mais elevados dos setores público e privado, permanece significativamente profundo (European Union 2010).

O segundo tópico diz respeito às políticas públicas e ao seu papel na promoção de uma sociedade mais justa em termos de equidade de género. Neste campo, parecem existir três catalisadores essenciais de mudança (Walby 2004): movimentos feministas, mulheres eleitas em parlamentos e autoridades locais, e a presença de mulheres em locais de tomada de decisão no contexto da administração pública. Todos estes aspetos agrupam muitos assuntos diferentes sob o chapéu das 'questões de género'. A sexualidade (e a procriação) é um aspeto crucial da dependência da mulher, mas não devemos negligenciar outros aspetos chave do disempowerment da mulher, tais como os papéis da educação na escola e na família, bem como as tendências da moda, da publicidade e media na definição da relação de raparigas e mulheres com os seus próprios corpos. O nosso foco neste capítulo inclui estes vários campos sócio-culturais, lidando especificamente com o empowerment e a autonomia das mulheres e várias formas socialmente inovadoras de os promover.

O terceiro tópico está relacionado com o conceito de norma de género. Tal como noutras dimensões e campos da inovação social, o *empowerment* pode vir da apropriação de normas hegemónicas ou do aparecimento de novas ordens sociais. Ser igual ou diferente significa adotar a mesma norma ou outra. Existem duas normas claras, definidas de acordo com princípios patriarcais, que moldam o género como categoria social – masculinidade e feminilidade influenciam todos os campos da vida pessoal e social: 'Bourdieu enfatiza o facto de o género ser uma construção que diferencia ao mesmo tempo de acordo com princípios antagónicos e complementares, operando enquanto ordem simbólica altamente complexa, diferenciada e vital' (Krais 2006, p. 120). Em termos de equidade de género, ambas as normas devem ser reconstruídas, dando lugar a uma nova ordem de género baseada na liberdade individual, na justiça social e em relações sociais transformadas, sobretudo ao nível familiar mas também no mercado de trabalho e noutras realidades públicas, bem como na esfera simbólica. Considerando que nas últimas décadas ocorreram mudanças importantes na União Europeia (UE) que forçaram novas relações entre o capitalismo e o patriarcado<sup>1</sup>, será que estas têm transformado a construção de género (Bourdieu 1998)?

Em termos de inovação social, esta questão relaciona-se com o debate sobre como pode a governança socialmente inovadora emergir a partir dos sistemas de governança existentes, com as suas normas e valores prevaletentes.

## 2. QUADROS ANALÍTICOS DO GÉNERO

Muito frequentemente, os quadros de análise dos processos sociais, colocam a dimensão de género debaixo da sombra das relações de classe – através das relações laborais ou do consumo. No entanto, a menor visibilidade do género na investigação social foi bastante contestada pelos estudos de género

desde a década de 80, chamando assim a atenção para a relevância do carácter de género das relações sociais (McDowell 1983; Massey 1994; Garcia-Ramon e Monk 1996). O debate sobre género no primeiro período foi muito pragmático e procurou enfatizar especialmente as evidentes desigualdades que persistem entre mulheres e homens no caso de países desenvolvidos e democráticos supostamente construídos sobre ideais de equidade. Esta investigação foca-se principalmente no mercado de trabalho e na família – seguramente os principais produtores de desigualdade de género. O debate teórico seguiu-se pouco depois (Walby 1986).

O género não corresponde a um grupo social ou a um movimento social. Ao invés, é uma relação social e pessoal, combinando dominação, divisão do trabalho, poder, sexualidade e afeto. Esta complexidade – em que diferentes níveis e tipos de ligações não podem separar-se – torna particularmente difícil construir o género como categoria social, na sua relação com o sistema capitalista bem como com a ordem patriarcal.

Uma das maiores dificuldades relacionadas com o quadro de análise do género é o uso da categoria 'família' para descrever e compreender o campo doméstico, intimamente relacionado com o quadro ideológico do patriarcado. A família é frequentemente usada como unidade homogénea na qual os indivíduos cooperam e perseguem objetivos comuns, i.e. onde a individualidade é subordinada aos interesses coletivos (definidos por regras hegemónicas). Mesmo se o estudo das tensões e conflitos dentro da família emerge como um tópico forte nas ciências sociais, as políticas sociais e económicas continuam a considerar a família como unidade essencial, e.g. relativamente a impostos, crédito, subsídios sociais, etc.

Todavia, o problema crucial da categoria 'género' é o facto de esta atravessar todos os campos da vida e sociedade, e ainda se relacionar com a articulação entre capitalismo – regulando as relações de género no mercado de trabalho – e patriarcado – controlando a realidade doméstica incluindo crenças e sentimentos. Por conseguinte, aquilo que existe são sociedades de género bem como lugares e espaços de género, tal como Doreen Massey (1994) sublinhou claramente. Quase todas as necessidades humanas têm uma natureza de género, significando que a maior parte das inovações sociais têm um impacto nas relações de género e transformam a ordem patriarcal mesmo quando os seus objetivos não são diretamente relacionados com a promoção de relações de género mais justas. Um bom exemplo pode observar-se através da reabilitação de espaços urbanos em contextos desfavorecidos, como forma de melhorar a participação ativa dos cidadãos. Aparentemente desprovidas de qualquer ligação ao género, tais ações lançam sementes importantes para a equidade de género, na medida em que envolvem a abertura do espaço familiar e a possibilidade de as mulheres se libertarem a si próprias de uma esfera doméstica fechada e participarem nos debates e deliberações públicas.

### 2.1 A ESFERA OCULTA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Sob o estado-providência europeu as questões de género são frequentemente relacionadas com a dicotomia reprodução vs produção social (Walby 1986; Garcia-Ramon e Monk 1996; Duncan 1995;



André 1996; Reay 2004). Analisando 168 artigos publicados entre 2000 e 2008, Davis e Greenstein (2009) mostraram a relevância de tópicos relacionados com o trabalho e o emprego, a conjugalidade, a maternidade e a família. No entanto, o aspeto mais interessante (e surpreendente) é que essas ‘categorias estão claramente ligadas aos papéis que se espera que mulheres e homens ocupem no casamento e em relações heterossexuais procriativas’ (Davis e Greenstein 2009, p. 89). A persistência desta visão na investigação e, consequentemente, nas políticas públicas e nas instituições transmite de certo modo a resiliência do sistema patriarcal, mesmo se por vezes em tensão com o capitalismo, nomeadamente no contexto das dinâmicas do mercado de trabalho.

Em 2006 Jason Jordan escreveu:

Na medida em que o estado-providência impede as mulheres de terem de escolher entre crianças e emprego, também as liberta da dependência económica dos homens e do casamento... Esta nova perspectiva gera investigação convencional sobre o estado-providência, colocando o enfoque na capacidade de este oferecer aos cidadãos maior autonomia individual em todas as relações sociais (Jordan 2006, p.1112).

Estes argumentos relacionados com a autonomia individual ilustram bastante bem as fundações conceptuais das políticas europeias sobre equidade de género. Em geral têm-se baseado na ideia de que o estado facilita a vida das mulheres e por isso elas se tornam mais iguais aos homens – estes últimos entendidos enquanto cidadãos-padrão, i.e. a norma de género hegemónica.

Este pensamento político levanta fortes barreiras à inovação social nas relações de género: muito frequentemente as iniciativas públicas e do terceiro setor relacionadas, por exemplo, com a flexibilidade ou a integração de serviços sociais, acabam por seguir a conhecida máxima de Giuseppe di Lampedusa ‘Para que tudo fique na mesma, é preciso mudar alguma coisa’<sup>2</sup>.

Não obstante, os debates sobre género focados na reprodução vs produção sublinham importantes dicotomias tais como privado/público, casa/local de trabalho, intimidade/espço público, emoção/razão. Para além disso, a procriação e os laços familiares (em termos de capital económico, cultural e social) parecem ser os fatores críticos inerentes a relações de género preconceituosas.

Na realidade, a família é um campo multifacetado onde a cooperação, a competição, a tensão e o conflito estão muitas vezes intimamente relacionados (Giddens 1995; André 1996). Mesmo os formatos familiares são uma questão cada vez mais complexa. A família moderna convencional baseada nos laços parentais e conjugais perdeu significado estatístico, dando lugar a configurações mono-parentais, famílias uni-pessoais (não constituídas apenas por idosos), casais do mesmo sexo, famílias reconstruídas com crianças de diferentes relações conjugais, etc. A maior diversidade da ‘família’ torna cada vez mais difícil mantê-la como unidade económica e social de referência, embora nenhuma outra seja normalmente prevista. Esta situação de tensão social – relacionada com a (in)definição e o papel (ambíguo) da instituição familiar na atualidade – pode ser vista como uma alavanca importante de inovação social nas relações de género e parentalidade, estimulando o debate e novas respostas ao nível da organização social e da sua capacidade para configurar a vida quotidiana.

O desenvolvimento de contraceptivos eficientes ao longo dos últimos 50 anos, bem como o progresso científico e cívico em termos de reprodução assistida nas duas últimas décadas, criaram grandes desafios às relações de género e estimularam novas visões societais, incluindo uma profunda reconsideração da esfera oculta dos sentimentos e afetos. A ligação próxima entre a sexualidade e a procriação quebrou-se e ambas se tornaram campos existenciais autónomos, ou campos de experiência quotidiana. Isto não é um desafio menor: é uma inovação social chave com potencial para afetar significativamente (e porventura debilitar de forma decisiva) as fundações do sistema patriarcal. É uma inovação social que foi promovida pelas inovações tecnológicas (e.g. a pílula ou a fertilização in vitro), mas que encontra a sua expressão mais acabada ao nível das relações sociais bem como na esfera cultural e na dos significados simbólicos. Estas novas possibilidades de procriação abalam a essência do patriarcado, a submissão das mulheres que assenta na procriação.

Em novos contextos familiares onde a procriação e a sexualidade se tornaram esferas autónomas da vida e onde a maternidade pode ser totalmente planeada, condições importantes foram já alcançadas para o declínio do sistema patriarcal e para alterações decisivas nas relações sociais. Não obstante, apesar de enfraquecidas, as desigualdades de género permanecem claramente pronunciadas e intimamente relacionadas com a dicotomia entre produção e reprodução.

Este é um dos principais desafios enfrentados pelas políticas de género na UE. Na Europa e América do norte, os argumentos convencionais claramente apontam para a ‘des-familiarização’ da prestação de cuidados como questão chave, e recomendam a sua transferência para o mercado ou o estado (Esping-Anderson 2002, p.18). As ideias de Gosta Esping-Anderson a este respeito são muito pertinentes: ‘A revolução de género em curso é simultaneamente irreversível e desejável. Para beneficiar totalmente das suas vantagens, devemos reformular o nexo entre trabalho, bem-estar e família’ (Esping-Anderson 2001, p.18). Este argumento liga-se a outro que é ainda mais incisivo: ‘uma grande parte da economia de serviços deve a sua existência diretamente ao desaparecimento da economia doméstica’ (Esping-Anderson 2002, p. 68), sublinhando que a externalização dos serviços à família tem um efeito multiplicador do trabalho no que toca às mulheres: a disponibilidade crescente das mulheres no mercado de trabalho e o crescimento da procura de emprego na área dos serviços à família.

Mesmo aceitando a convergência de interesses entre a equidade de género e a externalização do trabalho familiar, os argumentos relacionados com a ‘profissionalização’ do trabalho familiar são muito frágeis. Jane Lewis defende que ‘é altamente improvável que todo o trabalho familiar possa ser mercadorizado. O trabalho familiar poder ser ‘ativo’, envolvendo algumas formas de ‘cuidados’, mas muito dele é ‘passivo’, exigindo que alguém ‘esteja lá’ (2002, p. 347). Isto é também um debate crucial relativamente ao modo como as relações entre gerações permanecem frequentemente na penumbra. Hoje em dia, nas sociedades europeias as pessoas mais velhas encontram-se absolutamente fragilizadas (à medida que abandonam o mercado de trabalho e representam uma despesa pública crescente à medida que a idade aumenta). Muito frequentemente existe uma dupla adversidade devido ao facto de a maioria da população idosa ser feminina.

Este problema, situado na esfera da reprodução social, pode parecer menor, mas é absolutamente central. Provavelmente, nem o mercado, nem o estado, nem o terceiro setor, são capazes de responder (bem) à procura de cuidados ‘passivos’ para crianças e idosos. A capacidade para ‘estar presente’ com um forte investimento emocional não cumpre as exigências do trabalho profissional, apontando para soluções baseadas em redes de proximidade ou comunidades locais. Estratégias de desenvolvimento de áreas integradas parecem ser uma forma apropriada de promover a ‘renascença’ de laços de proximidade nas comunidades de bairro, permitindo a identificação e reconhecimento de necessidades básicas, especialmente por parte daqueles que não têm a capacidade para exprimir as adversidades das suas vidas (Moulaert 2002).

2.2 A NECESSIDADE DE UMA VISÃO HOLÍSTICA

Os debates apresentados anteriormente mostram claramente a dificuldade de ligar todos os campos existenciais em que se manifestam as relações de género, bem como a divisão artificial entre produção e reprodução social – o aspeto crítico das relações de género. Isto sugere a necessidade de uma visão holística do género (Connell 1985, 1987, 2005; Massey 1994; Krais 2006), a partir de uma análise do género na sociedade para compreender a sociedade como sendo de género: ‘As relações de género estão presentes em todos os tipos de instituições. Podem não ser a estrutura mais importante num determinado caso particular, mas são seguramente uma estrutura fundamental na maior parte dos casos’ (Connell 1987, p. 120). A noção de regime de género (Connell 1987; Correll 2004; Walby 2004), aproxima-se da visão holística do género, enfatizando o carácter institucional das relações de género.

De modo a identificar os principais ‘regimes de género’, Walby (2004) sublinha a importância de compreender o contínuo existente entre o doméstico e o público, definido pelo mercado (mercadorização de serviços domésticos, especialmente relevante nos EUA), pelo estado (socialização do trabalho doméstico, especialmente frequente em países escandinavos) e através de regulação (conciliação entre a vida profissional e a família, especialmente relevante na UE). Isto demonstra a existência de ligações importantes entre regimes de género e regimes de providência (Duncan 1995; Sainsbury 1999) indicando pontos de convergência e tensão. Nas palavras de Bussemaker e Kerbergen, ‘já não podemos focar-nos apenas na relação entre o mercado, o estado e a família [para compreender os regimes de bem-estar]; temos de incorporar as estruturas de género que interligam estas diferentes esferas’ (1999, p. 25).

A ‘ordem de género’ também transmite a ideia da sociedade de género, ligando os vários regimes. Connell (1987, 2002) define quatro pilares que sustentam a ordem de género: (i) as relações de produção (incluindo trabalho remunerado e não remunerado); (ii) relações de poder (como parte de um sistema de dominação, o patriarcado); (iii) relações emocionais e sexualidade, e (iv) relações simbólicas (baseadas em estereótipos e preconceitos). Esta visão suscita a questão da abrangência da satisfação das necessidades humanas e a adoção desejável de um quadro conceptual amplo para a análise da inovação social, que preste atenção a emoções, paixões, crenças e significados simbólicos. De modo a

compreender a transformação das relações de género como um processo de inovação social, orientado por diferentes tipos de estratégias socialmente criativas, é importante ir mais além, adotando uma visão multi-nível. Isto permite compreender as relações de género nos seus contextos sócio-geográficos, considerando padrões comportamentais, culturais e de identidade (Correll 2004).

Estes argumentos colocam em evidência um dos aspetos chave neste debate: as relações ambíguas de complementaridade e tensão (ou mesmo conflito) entre capitalismo e patriarcado. Considerando as relações de género como raiz do sistema social – patriarcado – iremos discutir a sua relação com o capitalismo, de modo a identificar simultaneamente contradições e sinergias. Andrew Sayer formula duas questões cruciais:

- (i) Será que o capitalismo e o patriarcado formam um sistema único ou dois sistemas interativos? Será o capitalismo necessariamente patriarcal ou apenas contingentemente?
- (ii) Serão as organizações burocráticas necessariamente de género ou apenas de forma contingente? Serão tais instituições, juntamente com os mercados, neutras relativamente a identidades? (2000, p. 707)

De modo a discutir a possibilidade de reconfigurar o capitalismo como sistema não-patriarcal e adotar uma visão realista crítica, Sayer (2000) sublinha a necessidade de considerar: (i) o pensamento associativo – o carácter de género do capitalismo com base em evidências (relações causa-efeito) e (ii) o pensamento contra-factual – existe uma relação forte entre capitalismo e patriarcado.

O contributo de Sayer é crucial para ligar o género com a inovação social, particularmente no contexto de uma discussão sobre o papel das políticas de género da UE. Pode sintetizar-se, do seguinte modo (Figura 1):

FIG. 1  
Relações contingentes entre capitalismo e patriarcado





### 3. GÉNERO E INOVAÇÃO SOCIAL

As mudanças experienciadas nas últimas décadas no campo das relações de género mostram tendências significativas rumo a uma maior inclusão das mulheres em todas as áreas da sociedade (educação, mercado de trabalho, participação cívica, decisão política, etc.), mais e melhores respostas com vista à redução do volume de trabalho das mulheres (profissional e doméstico), bem como uma erosão do patriarcado, implicando mudanças importantes nas relações sociais. Estas três tendências parecem refletir e constituir combinações de vários processos de inovação social, visto que eles partilham as suas dimensões constitutivas (MacCallum et al. 2009; Harrison e Klein 2007), i.e. satisfação de necessidades humanas, transformação das relações sociais e *empowerment*.

A inovação social nas relações de género foca-se particularmente em quatro aspetos: (i) a visibilidade da desigualdade entre homens e mulheres e a injustiça social subjacente; (ii) a desconstrução da complexidade e da multi-dimensionalidade das relações de género; (iii) a redefinição das normas de género relacionadas com a masculinidade e a feminilidade, anteriormente moldadas em função de princípios patriarcais; e (iv) a reorganização da instituição família que reproduz, mesmo hoje, relações de género enviesadas.

Apesar das mudanças sociais fundamentais anteriormente referidas, as relações de género, bem como as desigualdades e injustiças que lhes estão associadas, continuam a ser definidas em ‘zonas obscuras’ da sociedade, especialmente na esfera doméstica onde as relações de género afetam tanto a conjugalidade como a parentalidade, frequentemente gerando uma profunda injustiça. Assim, a inovação social diz respeito não apenas à visibilização das desigualdades de género – identificando processos ocultos de hegemonia/submissão – mas também à distinção entre diferença e desigualdade, de modo a promover autonomia e *empowerment* reais, ou ‘equidade na diversidade’. Sob o disfarce de um direito à diferença, situações de desigualdade social ou subordinação espreitam muitas vezes. Os estereótipos de género, amplamente difundidos pelos media e publicidade, são frequentemente baseados nesta ambiguidade entre diferença e desigualdade. A complexidade das relações de género – que intersejam relações laborais, afetos, sexualidade e as dimensões simbólicas dos papéis de género – torna a sua transformação mais difícil, de modo que a inovação social em determinados campos não se reflete noutros e pode mesmo causar reação ou resistência à mudança (ou mesmo ondas hostis de conservadorismo, como nos casos da contraceção e do aborto).

Um dos campos onde a mudança tem sido mais notória – e frequentemente apresentada como inovação social – é a facilitação da vida quotidiana das mulheres, incluindo ações orientadas para a conciliação dos trabalhos doméstico e assalariado, especialmente através da externalização das tarefas ‘familiares’. Isto reflete, até certo ponto, a perspetiva patriarcal da igualdade de oportunidades, segundo a qual se procura que as mulheres sejam colocadas ao mesmo nível dos homens no emprego, bem como nas esferas da participação cívica e política. Esta abordagem da equidade de género incorpora a hegemonia da norma masculina – não enfraquece as suas fundações. Se se pretende adotar uma perspetiva verdadeiramente inovadora em termos sociais, então a vida doméstica quotidiana tem de

ser repensada como um todo e como sendo coletivamente gerida por homens e mulheres adultas, mas também crianças, jovens e idosos: um coletivo baseado no diálogo e na negociação que salvguarde direitos e deveres equilibrados.

Finalmente, a organização família como baluarte fundamental do patriarcado deve ser considerada um objeto crucial para o debate e a ação em torno da inovação social. Sob a aparência de uma unidade social baseada na cooperação, a família é frequentemente uma arena de competição, tensão e conflito (Roussel 1989; Dagenais 2000). A inovação social neste campo não significa necessariamente o fim da família, mas antes a desconstrução da visão ‘idílica’ da família e o aparecimento de novas configurações organizacionais baseadas numa equidade negociada entre os membros da família, tal como anteriormente mencionado.

A discussão que se segue olha para as políticas de género como alavancas de inovação social promovendo a justiça social e novas relações de género, focando-se na União Europeia como estudo de caso. A análise é guiada por uma grande questão: até que ponto o sistema patriarcal pode mudar ou ser mudado – através de iniciativas socialmente inovadoras – no quadro de uma ordem capitalista?

### 4. POLÍTICAS DE GÉNERO DA UE PROMOVENDO A INOVAÇÃO SOCIAL

Que as políticas da UE que, nas últimas décadas, procuraram promover a igualdade de oportunidades entre géneros conseguiram fazê-lo significativamente, está para além de qualquer dúvida. Mas será que estas iniciativas se traduziram em alterações estruturais significativas nas relações de género (incluindo transformações inovadoras da ordem de género), ou apenas numa diminuição gradual nas diferenças entre homens e mulheres, sobretudo no mercado de trabalho e noutras esferas relacionadas tais como a educação e a formação?

De acordo com Walby (2004), não existe uma resposta simples a esta questão, porque duas estratégias diferentes podem ser identificadas na política de género europeia: o modelo uniformizado nas décadas de 70 e 80, ancorada em igualdade de remuneração e tratamento; e o modelo plural desde a década de 90, que enfatiza a conciliação da família e do trabalho, a regulação do tempo, o planeamento familiar, a fertilidade, a contraceção e o aborto, as preferências sexuais, e a violência contra mulheres. Este grande número de preocupações configurou a convenção de género adotada no final desta década.

A fase mais recente corresponde a uma visão mais integrada das questões de género, apesar de isso não refletir necessariamente uma intenção de promover novas relações de género. No entanto, a mera adoção de uma política de igualdade de oportunidades de género pela Comissão Europeia traduz o reconhecimento das ‘mulheres’ como grupo desfavorecido na sociedade, que merece e requer um tratamento particular e uma abordagem especializada de modo a corrigir a sua experiência passada de discriminação, que se tornou institucionalizada.’ (Booth e Bennett 2002, p. 434).

O caminho seguido pela política de género europeia teve três etapas principais (Booth e Bennett 2002; Stratigaki 2005; Pollack e Hafner- Burton 2000; Rubery et al. 2004): (i) perspetiva da igualdade de tratamento, (ii) a perspetiva das mulheres; e (iii) a convenção de género.

Em 1957, o Tratado de Roma estipulou no seu artigo 119 o princípio da igualdade de remuneração, afirmando que ‘os Estados-Membros assegurarão a aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre trabalhadores masculinos e femininos, por trabalho igual ou de valor igual’. Os mais céticos relativamente à natureza ética deste princípio (Booth e Bennett 2002) afirmam que ‘o governo francês estava preocupado com o facto das remunerações das mulheres na indústria têxtil em outros estados membros representarem uma vantagem competitiva injusta. O seu objetivo com o artigo 119 foi mitigar este efeito’ (Rossilli 1997, p. 64). Não obstante, as primeiras diretivas europeias sobre igualdade de oportunidades de género – mesma remuneração, e igualdade de tratamento no que toca ao emprego, condições de trabalho e segurança social – não foram implementadas até ao final da década de 70. Esta temporalidade não se encontra desligada da adesão do reino unido à UE e à força do movimento feminista que então existia no país.

A segunda fase – perspetivas das mulheres – começou no início da década de 80, com o Primeiro Programa de Ação (1982-1985) mas foi completamente adotada apenas no final da década sob a presidência de Jacques Delors. Mais uma vez, não foi apenas uma questão ética ou ideológica, mas também uma reação às grandes disparidades nas condições de vida de homens e mulheres na UE devido à entrada na comunidade dos países da Europa do sul – Grécia em 1981 e Portugal e Espanha em 1986. Beneficiando de um contexto favorável, uma visão feminista começou a ganhar influência ao nível da política europeia de género, como demonstra a criação do Lobby Europeu das Mulheres em 1990, que atualmente inclui mais de 2 000 associações de mulheres. Acompanhando este ímpeto, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia criaram unidades específicas para promover a igualdade de oportunidades de género (Comité dos direitos da mulheres e igualdade de género no Parlamento Europeu, e unidade de igualdade de oportunidades na Direção-Geral para o emprego, assuntos sociais e inclusão da Comissão Europeia).

Os vários programas de ação para a igualdade de oportunidades de mulheres e homens, particularmente programas tais como o NOW (New Opportunities for Women), apoiaram iniciativas de discriminação positiva (ações positivas), particularmente nos campos da formação e integração no mercado de trabalho. No entanto, apesar de estas ações terem alcançado resultados e impactos significativos ao nível da redução das distâncias entre mulheres e homens, elas têm sido criticadas pois as ações positivas contradizem os princípios básicos da igualdade de oportunidades.

Enfrentando críticas severas dos setores conservadores da Europa, o terceiro passo da política europeia de género – chamado ‘convenção de género’ – emergiu no final da década de 90 com base em argumentos que advogam uma visão holística da equidade de género e desencorajam a segmentação setorial das políticas. Esta nova perspetiva foi apresentada como uma ‘expansão da agenda de igualdade de oportunidades da UE, focando-se primeiramente no potencialmente revolucionário, ainda que pouco estudado, princípio da convenção de género (Pollack e Hafner- Burton 2000, p. 432).

Teórica e ideologicamente, a convenção de género mobiliza argumentos fortes: ‘a perspetiva de género afasta-se do modelo das mulheres como grupo homogéneo, reconhecendo a diversidade e diferença das mulheres, relacionando-se com fatores como o ciclo de vida, a classe, a idade, a etnia, a religião e a incapacidade’ (Booth e Bennett 2002, p. 238).

A estratégia da convenção de género também acompanha as orientações da 3ª Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU, em Nairobi, em 1985, que a legitima fortemente do ponto de vista político. Em termos gerais, esta abordagem ‘propõe que os métodos, estratégias, modelos e estudos visem a integração da dimensão da igualdade de oportunidades em todas as políticas e atividades desenvolvidas e promovidas nos Estados-membros’ (COM (96) 650 final, 1997: 12). O objetivo é incluir uma perspetiva de género em todas as políticas da UE de ‘modo coerente e sistemático’ (ibid).

No entanto, apesar de isso parecer uma mudança qualitativa nas relações de género, uma reflexão mais atenta contradiz esta ideia. Por um lado, o patriarcado como sistema de poder, não é questionado pelas políticas europeias (Booth e Bennett 2002), que atuam ao nível do alargamento dos direitos civis e da diminuição das desigualdades sociais. Também exclui um aspeto frequentemente ignorado mas crucial: a implementação de políticas e ações requer formação específica sobre género, pois esta é uma área onde os problemas e as soluções parecem óbvios na perspetiva do senso comum, quando na realidade não o são. Para uma ação ser realmente efetiva, é quase sempre necessário desconstruir os estereótipos que perpassam a nossa vida quotidiana.

A convenção de género é capaz de promover estratégias criativas de equidade de género em muitas áreas da política europeia mas não é, em si mesma, uma inovação social significativa capaz de transformar as bases das relações patriarcais – o fator crucial subjacente às desigualdades de género – ancoradas na submissão e dependência das mulheres. A principal evidência que sustenta esta leitura, é o modo como a família, enquanto instituição, é tratada nas orientações e ações da convenção de género.

Provavelmente, as ações positivas desenvolvidas nas últimas décadas do século XX lançaram mais sementes de inovação social porque traduzem a institucionalização de inovações sociais que ocorrem na sociedade, nos bairros e nas famílias. Talvez por isso tenham causado uma grande reação e sido rapidamente abandonadas e transformadas?

## 5. CONCLUSÃO

Em conclusão, é razoável admitir que as políticas de género da UE estimularam de facto a inovação social em vários campos. O mais importante será, porventura, a maior visibilidade da desigualdade de género. Até ao final da década de 70, as relações de género eram uma caixa negra, uma área de sombra da vida social que estava oculta por trás das paredes das residências familiares. Ao longo das últimas três décadas, as políticas de género da UE trouxeram a lume a profunda desigualdade social que existe entre mulheres e homens, e, assim, influenciaram não apenas as iniciativas diretamente levadas a cabo com apoio da UE, mas também as políticas nacionais. Em muitos casos, isto estimulou a inovação social a várias escalas, da esfera da cidadania, aos mercados de trabalho e ao nível micro das relações familiares. Pelo menos, o discurso europeu sobre igualdade de oportunidades tem sido um estímulo para novas atitudes e comportamentos que promovem a justiça social. Outra contribuição significativa relaciona-se com a visão holística do género, envolvendo a diferença e a diversidade em combinação com a equidade, que emergiu como debate ideológico relevante.



No entanto, dois aspetos cruciais têm consistentemente permanecido ausentes das políticas de género à escala da UE. O primeiro consiste na reconstrução das normas de género (e.g. através da eliminação de estereótipos nos manuais escolares infantis) – um aspeto que nunca recebeu qualquer atenção ao nível das políticas da UE. O segundo (e crucial) aspeto relaciona-se com a organização familiar: tanto as instituições da UE como os estados nacionais continuam a operar sobre bases conceptuais (ideológicas) que consideram ‘a família’ como única base da sociedade, sobre-valorizando a cooperação e negligenciando a competição e a tensão. As orientações europeias acerca da maternidade e paternidade constituem um bom exemplo desta base ideológica, que gera uma barreira significativa a inovações sociais mais decisivas e profundas neste campo.

## 6. QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- Apesar de as mudanças relevantes nas últimas décadas, profundas desigualdades entre homens e mulheres persistem na UE. Atualmente quais são as principais diferenças e porque persistem?
- Na sua opinião, a discriminação positiva das mulheres é uma forma de enfraquecer o sistema patriarcal?
- Até que ponto precisa o sistema capitalista atual do sistema patriarcal?
- Será que a convenção de género da UE exige uma nova ordem de género?
- Em que campos a política de género da UE estimula uma verdadeira inovação social, e.g. uma mudança estrutural das relações de poder de género?

## NOTAS

1. Tal como as estratégias para conciliar a família e o trabalho remunerado assente na externalização de serviços – prestados pelo estado ou pelo terceiro setor – e menos focado na partilha equilibrada de responsabilidades familiares entre mulheres e homens.
2. Giuseppe Tomasi de Lampedusa, O Leopardo, 1957 (adaptado ao cinema por Luchino Visconti, 1963).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

André, I. (1996), ‘At the Centre on the Periphery? Women in the Portuguese Labor Market’, in M.D. Garcia- Ramon e J. Monk (eds), pp. 138–155.

Booth, C. e C. Bennett (2002), ‘Gender Mainstreaming in the European Union: Towards a New Conception and Practice of Equal Opportunities?’ *The European Journal of Women’s Studies*, 9 (4), 430–446.

Bourdieu, P. (1998), *La domination masculine*, Paris: Ed. Seuil. Bussemaker, J. e K. Kersbergen (1999), ‘Contemporary Social-Capitalist Welfare States’, in D. Sainsbury (ed.) *Gender and Welfare State Regimes*, Oxford: Oxford University Press, pp. 15–46.

Connell, R.W. (1985), ‘Theorising Gender’, *Sociology*, 19, 260–272.

Connell, R.W. (1987), *Gender and power: Society, the person and sexual politics*, Sydney: Allen and Unwin.

Connell, R.W. (2005), ‘A Really Good Husband: Work/Life Balance, Gender Equity and Social Change’, *Australian Journal of Social Issues*, 40 (3), 369–383.

Correll, S.J. (2004), ‘Constraints into Preferences: Gender, Status, and Emerging Career Aspirations’, *American Sociological Review*, 69, 93–113.

Dagenais, D. (2000), *La fin de la famille moderne: signification des transformations contemporaines de la famille*, Québec: Les Presses de l’Université Laval and Presses Universitaires de Rennes.

Davis, S.N. e T.N. Greenstein (2009), ‘Gender Ideology: Components, Predictors, and Consequences’, *Annual Review of Sociology*, 35, 87–105.

Duncan, S. (1995), ‘Theorizing European Gender Systems’, *Journal of European Social Policy*, 5, 263–284.

Esping- Anderson, G. (2002), ‘A new gender contract’, in G. Esping- Anderson, D. Gallie, A. Hemerijck e J. Myles (eds) *Why we need a New Welfare State*, Oxford: Oxford University Press, pp. 68–95.

Esping- Anderson, G., D. Gallie, A. Hemerijck e J. Myles (2001), *A new welfare architecture for Europe?*, report submitted to the Belgian Presidency of the European Union, Brussels.

European Union (2010), *Gender pay gap statistics*, [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Gender\\_pay\\_gap\\_statistics](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Gender_pay_gap_statistics) (last accessed 19 December 2012).

Garcia- Ramon, M.D. e J. Monk (eds) (1996), *Women of the European Union, the Politics of Work and Daily Life*, London: Routledge.

Giddens, A. (1995), *The transformation of intimacy: sexuality, love and eroticism in modern societies*, Stanford: Stanford University Press.

Jordan, J. (2006), ‘Mothers, Wives, and Workers: Explaining Gendered Dimensions of the Welfare State’, *Comparative Political Studies*, 39 (9), 1109–1132.

Klein J.-L. e D. Harrison (eds) (2007), *L’Innovation Sociale – Emergence et Effets sur la Transformation des Sociétés*, Montréal: Presses de l’Université du Québec.

Krais, B. (2006), ‘Gender, Sociological Theory and Bourdieu’s Sociology of Practice’, *Theory, Culture & Society*, 23 (6), 119–134.

Lewis, J. (2002), ‘Gender and welfare state change’, *European Societies*, 4 (4), 331–357.

MacCallum, D., F. Moulaert, J. Hillier e S. Vicari Haddock (eds) (2009), *Social Innovation and Territorial Development*, London: Ashgate.

Massey, D. (1994), *Space, Place and Gender*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

McDowell, L. (1983), ‘Towards an understanding of the gender division of urban space’, *Environment and Planning D: Society and Space*, 1 (1), 59–72.

McNay, L. (2000), *Gender and Agency, Reconfiguring the Subject in Feminist and Social Theory*, London: Polity Press.

Moulaert, F. (2002), *Globalization and Integrated Area Development in European Cities*, Oxford: Oxford University Press.

Pollack, M.A. e E. Hafner- Burton (2000), ‘Mainstreaming gender in the European Union’, *Journal of European Public Policy*, 7 (3), 432–456.

Reay, D. (2004), ‘“It’s all becoming a habitus”: beyond the habitual use of habitus in educational research’, *British Journal of Sociology of Education*, 25 (4), 431–444.

Rossilli, M. (1997), ‘The European Community’s Policy on the Equality of Women: From the Treaty of Rome to the Present’, *European Journal of Women’s Studies*, 4, 63–82.

Roussel, L. (1989), *La famille incertaine: essai*, Paris: Editions Odile Jacob.

Rubery, Jill, Hugo Figueiredo, Mark Smith, Damian Grimshaw e Colette Fagan (2004), ‘The ups and downs of European gender equality policy’, *Industrial Relations Journal*, 35 (6), 603–628.

Sainsbury, D. (1999) *Gender and Welfare State Regimes*, Oxford: Oxford University Press.

Sayer, A. (2000), ‘System, Lifeworld and Gender: Associational Versus Counterfactual Thinking’, *Sociology*, 34 (4), 707–725.

Stratigaki, M. (2005), ‘Gender Mainstreaming vs Positive Action: An Ongoing Conflict in EU Gender Equality Policy’, *European Journal of Women’s Studies*, 12 (2), 165–186.

Walby, S. (1986), *Patriarchy at Work*, London: Polity Press.

Walby, S. (2004), ‘The European Union and Gender Equality: Emergent Varieties of Gender Regime’, *Social Politics*, 11, 4–29.

# DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

30 Coesão Espacial: A Inclusão dos Lugares nas Redes  
do Desenvolvimento.

34 Redes e Desenvolvimento Local: a Importância do  
Capital Social e da Inovação.

30 A Progressiva Aproximação das Duas Margens da Raia.

34 Lisboa: tensões entre a cidade e a metrópole



# DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

POR JOÃO FERRÃO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE LISBOA

**A** Isabel amava a vida. Por isso gostava de pessoas, apaixonava-se por causas sociais, apreciava o debate de ideias e a política, procurava contribuir para políticas públicas mais eficientes, imaginava futuros (im)possíveis mais justos. Os temas a que prestou maior atenção e entusiasmo ao longo do seu percurso profissional refletem essas orientações: estudos do género, em que foi pioneira em Portugal, geografia eleitoral e poder local, crianças e família, cultura, avaliação de políticas e, nos últimos anos, inovação social entendida na sua forma mais profunda e arrojada: inovação societal a favor de um mundo melhor.

O título da sua tese de doutoramento salienta o papel do falso neutro em geografia humana, neste caso no que se refere ao género e à relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico. Mas a crítica a vários falsos neutros que podemos encontrar em geografia humana, e também em domínios afins como o desenvolvimento regional e local, levaram-na a explicitar, em diversos títulos dos

seus escritos, formas valorativas ou até normativas, da igualdade de género à igualdade de oportunidades, do desenvolvimento humano à coesão social e espacial.

Se olharmos para a sua produção científica à luz das cinco áreas temáticas que integram os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas aprovada em finais de 2015 - Pessoas, Prosperidade, Planeta, Paz e Parcerias – percebe-se de imediato que a obra da Isabel André se inscreve basicamente no primeiro P, isto é, o que tem como foco as pessoas. Não de uma forma neutra, mas através de análises críticas recorrendo a instrumentos de triplo alcance: a lupa, visando identificar e entender melhor as dinâmicas, tensões e contradições do presente e as suas raízes históricas recentes; os binóculos, procurando ver mais longe e antever soluções e caminhos que o conhecimento científico e as políticas públicas poderão estimular e ajudar a construir; e, finalmente, o telescópio, perscrutando futuros longínquos, utopias desejáveis, sonhos que, como

o passado nos mostra, poderão um dia tornar-se realidade e até, ainda que talvez sob formas empobrecidas em relação ao modo como foram inicialmente imaginados, integrar o pensamento dominante, os valores e as práticas prevaletentes.

Na sua ambiciosa e dinâmica empreitada intelectual, a Isabel nunca prescindiu da formação por que optou desde muito cedo: a geografia. Foi enquanto geógrafa que usou a sua lupa, os seus binóculos e o seu telescópio, independentemente do assunto ou do domínio em estudo. O interesse por questões de desenvolvimento local e regional não ocupa uma posição central na sua produção científica, mas constitui um ponto de encontro inevitável entre os seus interesses temáticos, as suas orientações valorativas e a sua formação em geografia. É à luz deste cruzamento que as publicações incluídas na categoria Desenvolvimento Local e Regional devem ser analisadas, entendidas e apreciadas. Este grupo integra quatro publicações, escritas, com uma única exceção, em colaboração com colegas geó-

grafos. Do ponto de vista temporal, é possível agregar essas publicações em dois períodos: 2002-2006 e 2012. O primeiro envolve três textos sobre desenvolvimento local em rede ou em parceria. O segundo período inclui um texto sobre Lisboa. Olhando retrospectivamente, que contributos podemos aí encontrar, quer para o avanço do conhecimento científico e o reforço do impacto social da ciência, quer do ponto de vista da formulação de políticas públicas?

Os textos de 2002 e 2003, que se complementam já que o segundo introduz um estudo de caso (Alcáçovas) como forma de validação de aspetos teóricos introduzidos e desenvolvidos no primeiro, atribuem um papel central à relação entre coesão espacial, capital social e inovação social e tecnológica no âmbito de processos relacionais baseados em redes tanto de proximidade (pessoas, instituições) como desterritorializadas. A questão colocada em ambos os textos é suscetível de ser sintetizada da seguinte forma: podem as estratégias de desenvolvimento local estimular contextos re-

lacionais produtores de um tipo de capital social (cooperação, confiança, reciprocidade, identidade, sentimento de pertença) que permita combater as diferentes formas de exclusão (política, cultural, social, económica, etc.) através da promoção da inovação social? De forma então arrojada, Isabel André transporta para o centro das políticas de desenvolvimento local e regional os conceitos de coesão social, capital social e inovação social à luz da ideia de território como espaço relacional, nas suas componentes interna e externa aos territórios considerados.

O texto de 2006 constitui o produto de um projeto mais amplo com uma componente importante de reconstituição da história recente das políticas de cooperação transfronteiriça, salienta o papel de distintos atores face a culturas institucionais, contextos regulatórios e práticas de governação diversificados e dinâmicos no tempo, e relaciona os aspetos anteriores com a existência de diferentes modelos territoriais de desenvolvimento (econó-

mico). Sendo conceitualmente menos rica do que os textos referidos no parágrafo anterior, esta publicação deu então um contributo relevante para um melhor entendimento do nexo entre políticas públicas, papel mediador dos fatores institucionais, regulatórias e de governação, e modelos de desenvolvimento de base territorial.

Finalmente, o texto de 2012, bastante mais recente, centra-se nas questões urbanas tanto do ponto de vista analítico como das políticas. Face aos trabalhos anteriores, há preocupações novas ou que surgem agora com maior clareza, como, por exemplo, a importância das tensões institucionais e das culturas administrativo-políticas; o foco no planeamento e gestão territorial e, de forma mais ampla, nas políticas públicas de base territorial e respetivos instrumentos; ou a relevância das análises multiescala e das formas de governança multinível (Lisboa-cidade e Lisboa-região urbana funcional). Mas existem igualmente linhas de continuidade em relação ao texto referido nos parágrafos anteriores,

com destaque para a preocupação de iniciar as análises efetuadas com um breve enquadramento histórico, neste caso da evolução de Lisboa.

Será este conjunto de textos representativo da trajetória pessoal e profissional de Isabel André, dos seus gostos e preocupações, das prioridades que foi definindo para si própria ou das respostas que procurou dar a solicitações feitas por terceiros? A Isabel, com a sua inteligência, perspicácia e sensibilidade, desafiou permanentemente as suas circunstâncias, nuns casos mobilizando-as a favor não de si, mas das causas que defendia e dos valores em que acreditava; noutros rompendo com elas, praticando no seu dia-a-dia a inovação social que tanto a fascinava; noutros ainda, acomodando-se de forma talentosa, levando tranquilamente para as rotinas culturais e institucionais as ideias que prezava e cultivava. É justamente por isso que este conjunto de textos do domínio do desenvolvimento local e regional é tão interessante: afinal, nem era aqui que o coração da Isabel mais apostava.



## COESÃO ESPACIAL: A INCLUSÃO DOS LUGARES NAS REDES DO DESENVOLVIMENTO

Isabel Margarida André

*"La cohesión es el elemento de mayor claridad y fuerza para identificarnos como europeos, configura esa «identidad de identidades» que representa el modelo civilizatorio de Europa. Esta es la civilización europea, que no permite que cada uno sea abandonado a su propia suerte, pues tenemos una visión de sociedad cohesionada, una sociedad que cree en la solidaridad. Sin solidaridad no hay comunidad." (PSOE, Proposta sobre o Futuro da Europa, Junho 2001)*

### Introdução

A liberalização dos mercados e a reconfiguração do estado providência geraram défices de coesão consideráveis na Europa, especialmente a partir dos anos 80. Tornou-se evidente que o crescimento económico resultante das forças do mercado conduzia à exclusão de actividades, de grupos sociais e de territórios. Em nome do acréscimo da competitividade que a globalização dos mercados impõe, a coesão passou a estar seriamente comprometida.

Esta situação tornou-se particularmente preocupante com os alargamentos da União Europeia (UE) nos anos 80. Primeiro a entrada da Grécia na Comunidade e depois a de Portugal e Espanha ampliaram consideravelmente as desigualdades no espaço comunitário e os apoios do Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER), criado em 1975, mostraram-se insuficientes para garantir a equidade e o equilíbrio. É neste contexto que emerge a política de coesão económica e social, consagrada no Acto

Único Europeu em 1987 e consolidada através do Fundo de Coesão, criado em 1992 na sequência do Tratado de Maastricht.

A evolução observada nos anos 90 e a perspectiva do extenso alargamento da UE aos estados do leste europeu, ampliação que significa não só um acréscimo muito significativo da população e da área da União, mas também o acolhimento de economias, sociedades e culturas com traços muito distintos, forçaram uma nova revisão dos conceitos e das políticas de coesão. Aos conceitos de coesão social e económica veio juntar-se o de coesão territorial, o que pressupõe que a Comunidade não pretende apenas a aproximação das regiões do ponto de vista social e económico, mas visa também outros desígnios que, de algum modo, transparecem no título do Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social (2001): "Unidade, solidariedade e diversidade para a Europa, para a sua população e para o seu território". Esta nova orientação representa a adopção de outro quadro conceptual que entende o território como uma dimensão activa do desenvolvimento, situada ao mesmo nível que os processos sociais e económicos.

No texto que se segue apresentam-se, em linhas gerais, as orientações políticas da Comunidade Europeia em matéria de desenvolvimento e coesão espacial e discute-se este conceito recorrendo à noção de capital social.

### **A coesão espacial no contexto das políticas europeias**

Delineada há uma década, a política de coesão da UE já foi alvo de uma reformulação especialmente significativa. Concebida num plano bidimensional (coesão económica e social), passa a incluir, como já referimos, uma nova dimensão correspondente à coesão territorial, a partir de 1997. Em Maastricht, os estados membros decidiram privilegiar o reforço da coesão económica e social, o que significava essencialmente uma distribuição geograficamente mais equilibrada do PNB *per capita* não só ao nível dos estados mas também das regiões, uma protecção especial dos segmentos mais vulneráveis dos mercados de trabalho e a eliminação das formas mais agudas de pobreza. A partir de meados dos anos 90, a questão da coesão espacial ganha visibilidade. As entidades regionais, associadas no Comité das Regiões, travam uma batalha complexa para impor essa nova dimensão da coesão (Claude Husson, 1999), que se depara com uma forte resistência das instituições comunitárias compostas por representantes dos estados membros.

Formalmente, pode-se admitir que os obstáculos residiam no facto de o território nunca ter sido explicitamente assumido como componente da soberania europeia, tendo-se mantido, pelo menos ao nível simbólico, no campo das soberanias nacionais. Contudo, apresenta-se mais credível uma outra interpretação, mais pragmática e estreitamente ligada às condições de competitividade.

O reforço da coesão tem sido, de certo modo, entendido como uma barreira à livre concorrência. Por um lado, porque implica uma discriminação positiva de determinados lugares, actividades ou grupos sociais o que limita a expressão das leis do mercado. Por outro lado, porque associa a ideia da prestação de serviços de interesse geral com carácter universal e permanente. Num primeiro momento, estes serviços correspondiam basicamente à distribuição de energia, aos transportes e às comunicações, mas, num segundo tempo, e em estreita articulação com a promoção da coesão, a noção de interesse geral alarga-se, procurando abarcar domínios tão diversos como a habitação, educação, saúde, acção social ou os serviços financeiros (André, I., Rego, P., Feio, P., 2000). Apesar da relutância dos sectores mais liberais, a coesão espacial acabou por ficar consagrada, ainda que timidamente, no Tratado de Amsterdão, em 1997.

Os primeiros passos importantes no sentido da consolidação do conceito de coesão espacial foram dados com o *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC), aprovado em 1999, em Postdam, pelo Conselho de Ministros responsáveis pela política regional e ordenamento do território. Este documento equaciona detalhadamente as principais tendências de evolução da geografia europeia e enuncia um conjunto de propostas no sentido do reforço da coesão espacial.

No âmbito dos factores mais influentes na reconfiguração do espaço da UE, o EDEC sublinha: (i) a progressiva integração económica e consequente reforço da cooperação entre estados membros; (ii) o protagonismo crescente dos actores regionais e locais e o seu papel cada vez mais relevante na definição das políticas de desenvolvimento; (iii) as sucessivas fases de alargamento da comunidade e a evolução das relações com os países vizinhos.

A coesão do espaço comunitário assenta, segundo o EDEC, em três grandes objectivos:

- o desenvolvimento de um sistema urbano equilibrado e policêntrico e o estabelecimento de uma nova relação cidade-campo;
- a garantia da equidade de acesso às infraestruturas e ao conhecimento;



O mesmo relatório salienta também o importante contributo de diversos instrumentos de política comunitária no sentido de reforçar a coesão e o equilíbrio espacial, designadamente através da promoção de cooperação transfronteiriça e transnacional, de parcerias de base territorial, de programação plurianual e avaliação (procedimentos que conduzem a uma gestão pública mais eficaz e eficiente), da mobilização de investimento privado e da disseminação das boas práticas.

### O conceito de coesão espacial

O conceito que tem vindo a ser delineado na Europa na última década, no sentido de sustentar as políticas de coesão inclui perspectivas bastante distintas:

- em primeiro lugar, como revela o Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social, o conceito de coesão espacial está intimamente associado à ideia de distribuição equitativa, de acesso aos benefícios produzidos por via dos acréscimos de competitividade;
- a ideia de harmonia e equilíbrio descrevem também, com frequência, as expectativas face ao território;
- a coesão espacial está ainda ancorada no sentido de pertença territorial que confere às entidades regionais um estatuto de comunidades, parceiras na construção da UE - *"a vast community of communities"* (Sophie Bessis, 1995): *"la ciudadanía europea es una propuesta dirigida a los hombres y mujeres de Europa para que sientan la integración como un proyecto para los ciudadanos; esta ciudadanía es compatible con la de origen de cada nacional y se plantea como un plus añadido a la propia"*. (PSOE, Proposta sobre o Futuro da Europa, Junho 2001).

Estes três pontos de vista conduzem à identificação de outras tantas dimensões analíticas que devem formatar, em nosso entender, a matriz conceptual da coesão espacial, designadamente:

- a *dimensão distributiva*, relacionada com o acesso às infraestruturas, aos equipamentos, ao conhecimento e à informação, numa óptica de compensação de desvantagens;

- a *dimensão relacional*, ligada à capacitação individual e colectiva no sentido da integração em redes que proporcionem o *empowerment* dos actores mais fracos (individuais ou colectivos) reforçando as suas oportunidades, o que depende, em larga medida, do sentido de (multi)pertença.
- a *dimensão institucional*, ligada ao papel mediador das instituições na disponibilização dos recursos e na mobilização dos agentes e actores e à qualificação da governância através do reforço da participação e da negociação.

As dimensões relacional e institucional integram necessariamente os processos de inclusão, ou sejam os meios, os recursos e os métodos para combater a exclusão. Como já referimos, o modelo de desenvolvimento europeu que sucedeu à crise dos anos 70 foi marcado por uma forte liberalização dos mercados associada a uma reconfiguração significativa do estado providência. Trata-se de um crescimento concentrado nos sectores mais competitivos e nas regiões que oferecem melhores oportunidades, reflectindo uma óptica de desenvolvimento centrada quase exclusivamente na economia que remete a sociedade, a natureza ou a cultura para a categoria de recursos passíveis de valorizar o capital ou como obstáculos à sua reprodução. Este modelo permitiu elevados níveis de crescimento económico, mas isso foi conseguido à custa de fortes rupturas sociais e de um aprofundamento das desigualdades regionais e sub-regionais, com o "afundamento" progressivo dos territórios com maiores debilidades.

Seguindo a mesma perspectiva de análise, mas numa óptica mais pragmática, a das políticas de promoção da coesão espacial, surgem dois eixos de intervenção principais: a) combater a exclusão dos lugares e das respectivas comunidades; b) integrar esses lugares nas "teias" do desenvolvimento (territórios e redes).

#### a) A exclusão dos lugares

O desenvolvimento do primeiro eixo passa por uma identificação dos défices de coesão que conduzem com mais frequência à exclusão dos lugares e das comunidades locais. No quadro seguinte, apresentam-se os principais campos, factores e alvos de exclusão.

# CAMPOS, FACTORES E ALVOS DE EXCLUSÃO

CAMPOS DE EXCLUSÃO	DÉFICES	PRINCIPAIS ALVOS DA EXCLUSÃO
Política	Cidadania, participação nas decisões	Imigrantes
Cultural	Identificação com os valores chave do modelo de desenvolvimento, associados essencialmente ao consumo, à juventude, à estética e ao lazer	Populações rurais Idosos
Social	Rendimento insuficiente para garantir uma qualidade de vida ao nível mínimo segundo os padrões europeus Acção social insuficiente Desigualdade de oportunidades	Idosos Famílias monoparentais Imigrantes
Económica	Níveis de produtividade dos sectores económicos tradicionais ou dos segmentos mais débeis do tecido empresarial	Sectores/empresas com estratégias reactivas baseadas na redução de custos
	Qualificação dos recursos humanos, níveis de competências técnicas, sociais e pessoais	Desempregados, segmentos de emprego precário
Formação e informação	Sistema educativo pouco eficaz e com elevadas taxas de abandono Acesso às múltiplas fontes de informação e capacidade de descodificação dos discursos	Grupos com baixos níveis de instrução (geração actual e gerações anteriores)

Pode-se argumentar que os défices de coesão espacial, ou seja, a exclusão dos lugares -ilustrada nomeadamente por enclaves étnicos, áreas rurais em recessão, áreas urbanas marginais ou espaços industriais em declínio - resulta da confluência e da conjugação desses cinco, ou de alguns, campos de exclusão específicos. Ou seja, a falta de coesão espacial concretiza-se em:

- incapacidade institucional para construir ou aproveitar oportunidades de desenvolvimento regional ou local e para afastar riscos particularmente perigosos;
- marginalidade face às redes de lugares/regiões;

- ausência ou debilidade do sentido de pertença territorial;

Resolver esses défices de coesão impõe repensar os modelos de desenvolvimento local e regional que atribuem exclusivamente à competitividade uma função motora. Em nosso entender, a exclusão não é apenas uma questão de ética ou de justiça, é também um forte risco para o progresso e dinamismo das entidades "incluídas", sejam grupos sociais, sectores económicos, empresas, regiões ou lugares. Nesta óptica, a exclusão não pode ser entendida como uma externalidade negativa do crescimento económico que se pretende combater em nome da solidariedade. A coesão deve ser entendida como uma prioridade com a mesma relevância que a competitividade, na medida em que o seu contributo para a sustentabilidade do desenvolvimento é análogo.

## b) A inclusão dos lugares através do reforço do capital social

O segundo eixo de intervenção no sentido do reforço da coesão espacial diz respeito aos processos de integração dos lugares e respectivas comunidades nas redes do desenvolvimento. O conceito de capital social constitui, em nossa opinião, um instrumento bastante útil para equacionar e aprofundar esta questão.

Baseado na realidade italiana, Putnam (1993) defende que a prosperidade de certas regiões está mais associada ao capital social do que ao capital económico e humano. A mesma matriz conceptual foi aplicada mais tarde aos EUA, levando Putnam a concluir que os stocks de capital social tinham decrescido significativamente nas últimas décadas. Contudo, num pequeno artigo publicado em Fevereiro de 2002, o autor argumenta que os acontecimentos de 11 de Setembro regeneraram, pelo menos temporariamente, o capital social na comunidade norte-americana devido à necessidade colectiva de enfrentar um inimigo forte e inesperado ("galvanizing crisis").

Mas, que significado é atribuído, nesta óptica, ao conceito de capital social? "Whereas physical capital refers to physical objects and human capital refers to properties of individual, social capital refers to connections among individuals - social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them." (Putnam, 2000: 19). Segundo este autor, o capital social assume duas formas: uma corresponde aos laços internos, no interior de um lugar/comunidade (bonding capital); a outra decorre das ligações ao exterior, entre lugares/comunidades (bridging capital).



Embora fundamental para o desenvolvimento do conceito de capital social, o contributo de Putnam suscita alguma crítica por sobre-estimar a componente institucional do capital social e pela forma excessivamente dicotómica como define as diversas dimensões conceptuais. *"The initial bonding might well be the consequence of sequences of overlapping bridges, just as bridges are based on the difference between bonds"* (Bærenholdt e Aarsæther, 2002: 162). Estes autores propõem que o conceito de capital social inclua a noção de rede, ligada a outras duas dimensões: por um lado, a pertença a comunidades de base territorial onde as relações de proximidade configuram as mais fortes redes sociais e, por outro, a inovação.

De acordo com Frank Moulaert (2000), o reconhecimento e a eventual resolução das formas mais agudas de exclusão só será possível se se encontrarem novas formas de revelar necessidades, de cooperar e de democratizar a gestão pública. Este autor sublinha a importância da capacitação dos agentes, argumentando que o desenvolvimento local é cada vez menos uma questão de rendimentos e de capacidade de consumo, passando sobretudo pela promoção de mudanças estruturais que promovam a capacitação individual e colectiva no sentido de encontrar soluções para os problemas. A inovação surge, neste contexto, como uma resposta nova ou adequadamente reformulada, dada por agentes "fracos" em meios adversos (André, I; Malheiros, J. 2001).

Ancorado na constituição de redes cuja configuração e natureza se associam à pertença, à mobilidade e à inovação, o conceito de capital social permite, assim, delinear a matriz analítica essencial da coesão espacial que se apresenta esquematicamente a seguir.

#### CAPITAL SOCIAL E COESÃO ESPACIAL



De algum modo, ainda que pouco explícito, cremos que esta matriz está já presente nas novas concepções de gestão pública que a reconfiguração do estado providência tem vindo a produzir. A ideia de protecção associada ao estado providência clássico, deu lugar, a partir dos anos 90, a uma orientação estratégica que privilegia a solidariedade, a cooperação, a contratualização a reciprocidade e o voluntariado. Tanto quanto interessa à discussão que neste texto é desenvolvida, esta reorientação concretiza-se especificamente em:

- transferência de meios e de competências para o nível local;
- gestão pública participada e negociada (governância);
- dissociação entre rendimento e trabalho (p.e. através da atribuição de rendimento mínimo garantido);
- compromissos contratuais entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector;
- instituição de fundos de capital de risco e de micro-crédito.

Esta nova ideia de gestão pública inclui também a noção de capacitação, bem clara nos documentos do programa MOST (Management of Social Transformations) da UNESCO. *"The state must be transformed so that its principle function is not so much to protect society as it is to lead the way and, while providing services, create a context that will narrow social cleavages and allow society to take charge of its destiny."* (Sophie Bessis, 1995: 21)

Trata-se de um salto qualitativo no sistema democrático que passa claramente pela promoção da coesão dos lugares e das comunidades através do incremento da capacitação colectiva. *"Democracy, such as it has been conceptualized and realized up to now, finds itself hemmed in by two borders whose rigidity is undermining its very principles. Strictly confined to the political arena, on the one hand, democracy has never been extended to the economic and social terrain, which are, however, vital spheres of human activity. Narrowly representative, on the other hand, it has remained a democracy by delegation, having neglected to explore mechanisms whereby the whole of the citizenry may directly participate in the making and execution of decisions. In order to be meaningful once again, democracy needs to recreate itself by opening up to the ensemble of social actors, to develop new forms of partnership, to break with*

centralism, and to take into account the various possible levels of decision-making involving citizen participation". [...]. "Allowing democratic local structures to intervene in the decision-making process presupposes the recognition of the diversity of circumstances, needs, and actors. It is to recognize that there exists no single solution that can resolve the problems of a pluralistic world" (Sophie Bessis, 1995: 22-24).

No sentido de se poderem identificar, com rigor, níveis de coesão espacial, é necessário que a matriz conceptual apresentada anteriormente se aproxime da realidade. Com este propósito, consideramos quatro contextos relacionais cuja articulação configura os quadros territoriais – os lugares. Estes quatro contextos podem conformar redes de proximidade e redes desterritorializadas. Permitem, também, as ligações entre ambos os tipos.

CONTEXTOS RELACIONAIS E REDES

LUGARES	CONTEXTOS RELACIONAIS	REDES DE PROXIMIDADE	REDES DESTERRITORIALIZADAS
	Famílias - Relações de intimidade (conjugalidade e parentalidade)	Os diversos núcleos familiares de uma família residente em ...	A rede de parentes espalhada pelo mundo (p.e. famílias hindús)
	Comunidades - relações pessoais e relações de sociabilidade	Os amigos que se juntam à noite no café	Os chats da internet
	Empresas - relações de trabalho e relações de produção	Os trabalhadores de uma empresa As empresas sediadas num lugar/região	As redes empresariais sectoriais As empresas globais Os global managers
	Instituições e Organizações - cidadania	As assembleias de freguesia A organização a favor da construção do parque urbano em ...	O movimento anti-globalização

Em síntese, importa sublinhar quatro ideias que nos parecem cruciais para a discussão do conceito de coesão social na óptica do seu acolhimento por parte das políticas de desenvolvimento local e regional:

A promoção da coesão espacial não põe em causa a componente territorial, efectiva ou simbólica, da soberania nacional uma vez que os cidadãos assumem, cada vez mais, múltiplas pertenças que se traduzem em identidades complexas e multifacetadas, ricas na óptica da constituição ou fortalecimento dos diversos tipos de redes (familiares, sociais, empresariais, ...).

A problematização da coesão espacial não pode cingir-se a um conjunto, mais ou menos amplo, de curvas de Lorenz que traduzem a concentração – dispersão das variáveis económicas ou sociais. Os espaços são muito mais do que os palcos onde os fenómenos se distribuem, são o travejamento principal da identidade e influem decisivamente o sentido de pertença.

Por outro lado, a coesão espacial comporta, para além da componente distributiva, duas outras dimensões fundamentais – a relacional e a institucional.

A noção de capital social permite avançar na consolidação do conceito de coesão espacial, articulando a ideia de rede com as de pertença, mobilidade e inovação. Em termos gerais, o sentido de pertença ou de múltipla pertença configura redes de proximidade, a mobilidade gera redes desterritorializadas com ligações à distância e a inovação, tanto a tecnológica como a social, permite a conjugação dos dois tipos de redes.



## BIBLIOGRAFIA

Alter, N. (2000) - *L'innovation ordinaire*, PUF, Paris.

André, I.; Rego, P.; Feio, P. (2000) - "Services of General Interest and Social and Territorial Cohesion in Portugal", In *Symposium Social and Territorial Cohesion in Europe*, French Ministry of Development and Transport and Caisse des Dépôts et Consignation, Paris (digital edition).

André, I.; Malheiros, J. (2001) "Social Innovation in Adverse Milieux: opportunities in an immigrant neighbourhood in the periphery of Lisbon" in *EAEPE Conference 2001 - Comparing Economic Institutions*, Sienna (digital edition).

Baerenholdt, J., Aarsæther, N. (2002) - "Coping strategies, social capital and space" in *European Urban and Regional Studies*, Vol. 9, N.2.

Baron, S. et al. (ed.) (2000) - *Social Capital, Critical Perspectives*, Oxford University Press, Oxford.

Bassand, M. et al. (1986) - *Innovation et Changement Social*, Presses P. Romandes, Lausanne.

Bessis, S. (1995) - *From social exclusion to social cohesion: towards a policy agenda*, Policy Paper - No. 2, Management of Social Transformations (MOST) - UNESCO, Paris.

Bourdieu, P. (1979) - *La Distinction, Critique Sociale du Jugement*, Les Editions de Minuit, Paris.

Husson, C. (1999) - "La cohésion territoriale: genèse d'une revendication", em Hélène Pauliat (ed.) - *La Cohésion Territoriale et les Services Publics en Europe*, Presses Universitaires de Limoges, Limoges.

Moulaert, F. (2000) - *Globalization and Integrated Area Development in European Cities*, Oxford University Press, Oxford.

OECD (2001) - *Governance in the 21st Century*, OECD, Paris.

Putnam, R. (1993) - *Making Democracy Work. Civic traditions in modern Italy*, Princeton University Press, Princeton NJ.

Putnam, R. (2000) - *Bowling Alone. The collapse and revival of American community*, Simon and Schuster, New York.

Stone, W. (2001). *Measuring Social Capital*, Australian Institute of Family Studies, Research paper n° 24.

World bank (1999) - "What is Social Capital", *PovertyNet*.

# REDES E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL E DA INOVAÇÃO

ISABEL ANDRÉ  
PATRÍCIA RÊGO<sup>1</sup>

## RESUMO

Este documento trata como tema principal os processos relacionais no desenvolvimento local, levando-nos a destacar o papel de dois tipos de redes:

- Redes de proximidade, que reforçam os laços locais, essencialmente a identidade local e o sentido de pertença ao local;
- Redes de larga distância, que conduzem à integração de lugares e comunidades locais em espaços regionais, nacionais e globais.

Contudo, o desenvolvimento dos dois tipos de processos relacionais num determinado lugar, é insuficiente para alcançar níveis significativos de desenvolvimento local. Para além disso, é também necessário o estabelecimento de conexão entre redes de proximidade e redes de longa distância. A qualidade e intensidade dos intercâmbios de redes, assim como a origem entre distintas redes depende da capacidade de inovação.

Para ilustrar este conceito de estratégia local de desenvolvimento apresentamos o caso de Alcáçovas – povoado branco, tranquilo e inovador no Alentejo. A análise da estrutura local permite-nos distinguir quatro tipos de contextos relacionais de produção de capital social, *bonding capital* e *bridging capital*: as redes de inter ajuda familiar; as redes de vizinhança, baseadas na cooperação e reciprocidade; as redes de empresas; as redes institucionais e organizacionais.

Palavras chave: desenvolvimento local, redes, inovação social, capital social.

## I. INTRODUÇÃO

Entre a diversidade de pontos de vista que vêm sustentando as políticas de coesão desenvolvidas na União Europeia (UE) na última década, destacam-se duas ideias particularmente relevantes no âmbito da discussão sobre desenvolvimento local:

- o conceito de coesão está estreitamente associado, como se expressa no Segundo Relatório sobre Coesão Económica e Social, à ideia de distribuição equitativa relacionada com o acesso aos benefícios gerados pelo aumento da competitividade;
- a coesão está, por outro lado, apoiada no sentido de pertença territorial que confere às entidades regionais e locais um estatuto de comunidades, parceiras na construção da UE - «a vast community of communities» (Sophie Bessis, 1995).

<sup>1</sup> - Departamento de Geociências, Universidade de Évora

\* Tradução livre de Ana Esteves, do original "Redes y Desarrollo Local: La Importancia del Capital Social y de la Innovación"

Estas ideias conduzem à identificação de três perspectivas que devem constituir, no nosso ponto de vista, a matriz conceptual do desenvolvimento territorial, em geral, e do local em particular:

- a dimensão distributiva, relacionada com o acesso às infra-estruturas, aos equipamentos, ao conhecimento e à informação, numa óptica de compensação de desvantagens;
- a dimensão institucional, relacionada com o papel mediador das instituições em gerir os recursos e em mobilizar os agentes e os actores;
- a dimensão relacional, relacionada com a capacitação individual e colectiva com vista à integração em redes que proporcionem o empoderamento dos actores mais débeis (individuais e colectivos) reforçando as suas oportunidades, as quais são muito dependentes da capacidade de inovação e do sentido de (multi)pertença.

O modelo de desenvolvimento europeu que sucedeu a crise dos anos 1970 foi marcado por uma forte liberalização dos mercados associada a uma reconfiguração significativa do Estado de Bem Estar. Tratou-se de um crescimento concentrado nos sectores mais competitivos e nas regiões e lugares que oferecem melhores oportunidades, reflectindo uma óptica de desenvolvimento centrada, quase exclusivamente, na economia, que remete a sociedade, a natureza ou a cultura para a categoria de recursos passíveis de valorizar o capital ou obstaculizar a sua reprodução. Este modelo permitiu elevados níveis de desenvolvimento económico, mas obtidos à custa de fortes rupturas sociais e da fragmentação territorial, com um “afundamento” progressivo dos espaços com maiores debilidades.

Seguindo esta perspectiva, interessa aprofundar um pouco dois tipos de processos associados à coesão social e espacial e, do mesmo modo, o desenvolvimento das regiões e dos lugares: a inclusão e a integração.

**QUADRO 1**  
**Campos de exclusão dos lugares e comunidades**

CAMPOS DE EXCLUSÃO	CONDIÇÕES DE EXCLUSÃO	GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS
POLÍTICA	CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES	IMIGRANTES
CULTURAL	IDENTIFICAÇÃO COM VALORES CHAVE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO, ASSO- CIADOS ESSENCIALMENTE AO CONSUMO, À JUVENTUDE, À ESTÉTICA E AO ÓCIO	POPULAÇÕES RURAIS IDOSOS
SOCIAL	RENDIMENTO INSUFICIENTE PARA GARANTIR UMA QUALIDADE DE VIDA AO NÍVEL MÍNIMO, SEGUNDO O MODELO EUROPEU ACÇÃO SOCIAL INSUFICIENTE DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES	IDOSOS MULHERES FAMÍLIAS MONOPARENTAIS IMIGRANTES
ECONÓMICA	NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE DOS SECTORES ECONÓMICOS TRADICIONAIS E DOS SEGMENTOS MAIS DÉBEIS DO TECIDO EMPRESARIAL  QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, NÍVEIS DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS, SOCIAIS E PESSOAIS	SECTORES/EMPRESAS COM ESTRATÉGIAS REACTIVAS BASEADAS NA REDUÇÃO DE CUSTOS  DESEMPREGADOS, SEGMENTOS DE EMPREGO PRECÁRIO
FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	SISTEMA EDUCATIVO POUCO EFICAZ E COM ELEVADAS TAXAS DE ABANDONO ACESSO A MÚLTIPLAS FONTES DE INFORMAÇÃO E CAPACIDADE DE DESCODIFICAÇÃO DOS DISCURSOS	GRUPOS COM BAIXOS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO (GERAÇÃO ACTUAL E GERAÇÕES ANTERIORES)

**1. A INCLUSÃO DOS LUGARES E DAS COMUNIDADES**

A compreensão dos processos que combatem a fragmentação espacial e que conduzem à inclusão dos lugares e das comunidades passa pela identificação dos principais défices de coesão.

Pode-se argumentar que a fragmentação espacial, ou seja, a exclusão dos lugares – ilustrada sobretudo por enclaves étnicos, áreas ruais em recessão, áreas urbanas marginais ou espaços industriais em declínio – resulta da convergência e da conjugação de diversos campos de exclusão. Ou seja, o défice de coesão espacial concretiza-se em:

- incapacidade institucional para construir ou aproveitar oportunidades de desenvolvimento dos lugares e das regiões e para afastar riscos particularmente perigosos;
- marginalidade face às redes de lugares/regiões;
- ausência ou debilidade do sentido de pertença territorial.

Inverter trajectórias de fragmentação espacial exige repensar os modelos de desenvolvimento que atribuem à competitividade a única função motora. Em nosso nosso entender, a exclusão não só é uma questão de ética e de justiça, como é também um forte risco para o progresso e o dinamismo das entidades “incluídas”, sejam grupos sociais, sectores económicos, empresas, regiões ou lugares. Nesta óptica, a fragmentação espacial não pode ser entendida como uma externalidade negativa do crescimento económico que se pretende combater em nome da solidariedade. A coesão deve ser entendida como uma prioridade com a mesma relevância que a competitividade, na medida em que o seu contributo para a sustentabilidade de desenvolvimento é semelhante.

**2. AS REDES DE LUGARES E DE COMUNIDADES – A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DA INOVAÇÃO**

O segundo eixo de análise diz respeito aos processos de integração de lugares e comunidades nas redes de desenvolvimento. O conceito de capital social constitui, na nossa opinião, um instrumento muito útil para analisar e aprofundar esta questão.

Baseando-se na realidade italiana, Robert Putnam defende que a prosperidade de certas regiões está mais associada ao capital social que ao capital económico e humano, definindo-o da seguinte forma: «Whereas physical capital refers to physical objects and human capital refers to properties of individual, social capital refers to connections among individuals social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them.» (Putnam, 2000: 19). Segundo este autor, o capital social assume duas formas: uma corresponde aos laços internos, no interior de um lugar/comunidade (*bonding capital*); a outra decorre das conexões com o exterior, entre lugares/comunidades (*bridging capital*).

Ainda que fundamental para o desenvolvimento do conceito de capital social, a contribuição de Putnam desperta alguma crítica por sobrestimar a componente institucional do capital social e pela forma excessivamente dicotómica como define as diversas dimensões conceptuais. “The inicial bon-



ding might well be the consequence of sequences of overlapping bridges, just as brigges are based on the difference between bonds” (Bærenholdt e Aarsæther, 2002: 162). Estes autores propõem que o conceito de capital social inclua a noção de rede em ligação a outras duas dimensões: por um lado, a pertença a comunidades com base territorial onde as relações de proximidade configuram as mais fortes redes sociais e, por outro, a inovação.

De acordo com Frank Moulaert (2000), o reconhecimento e a possível resolução das formas mais agudas de exclusão só serão possíveis se se encontrarem formas inovadoras de revelar necessidades, de cooperar e de democratizar a gestão pública. Este autor realça a importância da capacitação dos agentes, argumentando que o desenvolvimento local é cada vez menos uma questão de rendimento e de capacidade de consumo, e passa sobretudo pela promoção de mudanças estruturais que promovam a capacitação individual e colectiva de modo a encontrar novas soluções para os problemas.

Apoiado na constituição de redes cuja configuração e natureza se associam à pertença, à mobilidade e à inovação, a noção de capital social permite, assim, delinear a matriz conceptual do desenvolvimento local adoptada nesta comunicação.

FIGURA 1  
Capital social e inovação no desenvolvimento local



De certa maneira, entendemos que esta matriz está já presente, ainda que pouco explícita, nas novas concepções de gestão pública que a reconfiguração do Estado de Bem Estar vem produzindo. A ideia de protecção foi substituída, a partir dos anos 1990, por uma orientação estratégica que privilegia a solidariedade, a cooperação, a contratualização ou a reciprocidade, as atitudes voluntárias. Na medida em que interessa à discussão que este texto desenvolve, esta reorientação concretiza-se especificamente em:

- transferência de meios e de competências para o nível local;
- gestão pública participada e negociada (governância);
- dissociação entre rendimento e trabalho (por exemplo, através do rendimento mínimo garantido);
- compromissos contratuais entre sector público, sector privado e terceiro sector;
- instituição de fundos de capital de risco e concessão de microcrédito.

II REDES E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ALCÁÇOVAS

O estudo de caso que aqui se apresenta concretiza a matriz conceptual proposta, privilegiando a intersecção entre dois tipos de redes correspondentes, por um lado, aos capitais de *bonding* e *bridging*, e aos diversos contextos relacionais que dão forma ao quotidiano dos lugares e das comunidades, por outro. Esta intersecção é ilustrada por seis situações que se observam em Alcáçovas.

QUADRO 2  
Contextos relacionais e Redes

	CONTEXTOS RELACIONAIS	REDES DE PROXIMIDADE	REDES DE LONGA DISTÂNCIA
LUGARES	FAMÍLIAS – RELAÇÕES DE INTIMIDADE (CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE)	"BROAS DE MEL"	-
	VIZINHANÇA – RELAÇÕES PESSOAIS E RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE	AS MULHERES DE ALCÁÇOVAS	-
	EMPRESAS – RELAÇÕES DE TRABALHO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	A "FILEIRA" DOS CASAMENTOS	A "MESA RURAL"
	INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES – CIDADANIA	O TECIDO ASSOCIATIVO LOCAL	AS PARCERIAS DA ASSOCIAÇÃO TERRAS DENTRO

Alcáçovas é uma vila, sede de uma freguesia rural do Alentejo, localizada a 18 Km da sede de município (Viana do Alentejo), a 30 Km de Évora e a 140 Km de Lisboa. Em 2001 tinha 2088 habitantes e 817 famílias. A diminuição de população verificada de forma contínua desde os anos 1960 é na actualidade menos acentuada (ver Quadro 3)

QUADRO 3  
Evolução da população de Alcáçovas entre 1940 e 2001

ANO	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
POPULAÇÃO	4384	4541	4514	2780	2480	2329	2088

A economia da região tem uma forte tradição agrícola com produção de cereais, cortiça, lenha, exploração de gado (bovino, ovino e suíno) e produção de lã e queijo. Tradicionalmente esta localidade abastecia de mão-de-obra e serviços as explorações agrícolas circundantes, mas tinha um papel reduzido na transformação da produção agrícola. No início dos anos 1990 os serviços e o comércio tinham pouca expressão, limitando-se ao abastecimento local. O desemprego afectava a população feminina e o emprego relacionado com a actividade agrícola apresentava um forte carácter sazonal. A desintegração desta economia tradicional foi potenciada pela adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

O poder local teve então (início dos anos 1990) um papel decisivo na dinamização da sociedade civil e na promoção de iniciativas e entidades (particularmente a Associação Terras Dentro) que contribuíram decisivamente para o reforço da coesão do lugar e da comunidade de Alcáçovas, encaminhando-a de forma exemplar para a rota do desenvolvimento local.

Actualmente, a actividade económica da população está mais vinculada ao sector terciário, que ocupa mais de 50% dos trabalhadores, repartindo-se os restantes de forma equitativa entre os outros sectores. No sector terciário predominam as actividades comerciais e os serviços relacionados com a hotelaria (turismo rural) e a restauração. As actividades turísticas justificam-se pela riqueza paisagística e patrimonial ao que se associam importantes áreas de caça e pesca desportiva.

REDES DE PROXIMIDADE FAMILIAR – “BROAS DE MEL”

Artur, o avô de Cristina, era um padeiro dono de uma padaria em Alcáçovas, herança da sua família. Helena, mãe de Cristina, tinha trabalhado quando era jovem em casas de famílias ricas onde aprendeu a confeccionar doces conventuais. Já depois de casada, Helena começou a produzir doces conventuais para vender para fora (Évora e Lisboa).

Cristina, nascida em 1978, assistiu em 1995 a uma ação de formação profissional de confeção de pastelaria promovida pela Associação de Desenvolvimento Local Terras Dentro. Abriu uma moderna pastelaria chamada “Broas de Mel” onde vende pão quente e doces tradicionais. Hoje em dia, quatro membros da sua família trabalham na pastelaria e toda a família participa na mostra anual de doces de Alcáçovas. Esta Mostra de Doçaria Tradicional projecta a localidade e as suas actividades económicas no exterior, constituindo um novo “cartão de visita” da localidade.

REDES DE VIZINHANÇA – O DINAMISMO DAS MULHERES DE ALCÁÇOVAS

Desde 1990, quando o município organizou as primeiras reuniões para definir um plano de desenvolvimento local, as mulheres mostraram uma forte capacidade de mobilização. Nas reuniões onde foram debatidas as necessidades locais, as expectativas da população e as perspectivas de desenvolvimento de Alcáçovas, as mulheres valorizaram a formação profissional (em especial na área da confecção de roupa, cuidados à infância, hotelaria e restauração) e a necessidade de incentivos para a criação de micro-empresas.

Setenta e uma mulheres (num total de 80 alunos) participaram nas primeiras iniciativas de formação profissional relacionadas com o desenvolvimento. Os cursos estenderam-se por 15 meses (1992-93), e 17 mulheres criaram o seu próprio emprego ou uma micro empresa:

- 4 amas;
- 2 técnicas comerciais;
- 8 costureiras;
- 3 criaram micro empresas de catering.

Um caso particular merece referência: três mulheres que participaram no curso de amas juntaram-se para criar o Centro de Recursos Educativos para a Infância, uma iniciativa inovadora que inclui uma grande variedade de actividades lúdicas e educativas dirigidas a crianças entre os 0 e os 12 anos com horários flexíveis. Este centro, ao permitir conciliar as tarefas domésticas e profissionais de mulheres mães, possibilitou o acesso à formação e ao emprego de mulheres com responsabilidades familiares.

REDES EMPRESARIAIS DE PROXIMIDADE – A “FILEIRA” DOS CASAMENTOS

A “fileira” local dos casamentos está relacionada com o projecto de turismo rural promovido por uma família de grandes proprietários agrícolas da região e apoiado pelo Programa LEADER I. Paralelamente, um número significativo de mulheres recebeu formação profissional nas áreas da cozinha, serviços de restauração e hotelaria.

Estes recursos juntaram-se dando origem a uma “fileira” inovadora – a “indústria” dos casamentos (decoração de salas, serviço de mesa, comida, flores, ...) que funciona com base na cooperação entre uma empresa consolidada (turismo rural da Casa Santos Murteira), algumas micro empresas na área do catering e trabalho doméstico.

Esta rede local apoia-se em acções de formação profissional (a empresa rural foi uma parte activa de algumas acções) promovidas pela associação de desenvolvimento local Terras Dentro.



REDES EMPRESARIAIS DE LONGA DISTÂNCIA – A “MESA RURAL”

A empresa “Mesa Rural” foi fundada em 1996 e emprega na actualidade 10 pessoas (9 mulheres) com formação profissional específica. A produção inclui produtos tradicionais – marmeladas e compotas – e produtos inovadores – mel com frutos secos, flor de sal com orégãos e outras especiarias, vinagre de cidra, ervas aromáticas, piri-piri e massa de pimentão. A empresa é igualmente inovadora na estratégia de marketing (marcas, preços e locais de venda para os distintos produtos) e no emba-lamento.

As matérias primas são provenientes de várias regiões de Portugal e Andaluzia. Os produtos da “Mesa Rural” podem encontrar-se em algumas lojas de referência de produtos ali-mentares de Lisboa, Porto, e também em algumas lojas turísticas e de artesanato no Algarve e na Ilha da Madeira.

REDES INSTITUCIONAIS DE PROXIMIDADE – UMA REDE ASSOCIATIVA DENSA

Em Alcáçovas, a importância tradicional do movimento associativo foi reforçada na última década com novas actividades demonstrando que os laços profissionais e de sociabilidade contribuem de modo decisivo al desenvolvimento da comunidade. O quadro seguinte apresenta um conjunto diversificado de colectividades com fins sociais ou rela-cionadas com a cultura, recreio e desporto, cujas actividades, permanentes ou esporádicas, tiveram um dinamismo notável a partir dos anos 1990. Deve destacar-se que este denso tecido associativo serve uma população de cerca de 2100 habitantes.

QUADRO 4  
Associações de Alcáçovas com actividades culturais, recreativas, desportivas e sociais

ASSOCIAÇÃO E ANO DE FUNDAÇÃO	ACTIVIDADES E ANO DE INÍCIO	
SPORT CLUBE ALCAÇOVENSE (1926)	FUTEBOL ESCOLA DE FUTEBOL PARA CRIANÇAS (2002)	TIRO (1993) TÊNIS DE MESA (1993) MOTOCICLISMO (2002)
ASSOCIAÇÃO “CULTURAL E RECREATIVA ALCAÇOVENSE” (1988)	JUDO (1995) AERÓBICA (1996) GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO (1996) BALLET (1996) PINTURA DECORATIVA (1999)	SEVILHANAS (2000) CORO FEMININO “PAZ E UNIDADE” (2000) AULAS DE INGLÊS (2002) EXPLICAÇÕES (APOIO A ALUNOS DE 1º E 2º CICLO, ENSINO BÁSICO) (2003)
ASSOCIAÇÃO “TERRAS DENTRO” (1991)	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL QUE PROMOVE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E UTILIZA PROGRAMAS DE INCENTIVOS PARA VÁRIAS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, SOBRETUDO EM MEIO RURAL, A PARTIR DA APOSTA NOS RECURSOS LOCAIS.	
CENTRO DE RECURSOS EDUCATIVOS PARA A INFÂNCIA (1994)	CRECHE E ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES PARA CRIANÇAS.	
ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DE ALCÁÇOVAS (1996)	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS, PASSEIOS DE TODO O TERRENO, DESFILES DE CARNAVAL, ACÇÕES DE FORMAÇÃO SOCIO-CULTURAL PARA DIRIGENTES ASSOCIATIVOS.	
ASSOCIAÇÃO CULTURAL “ESTRELA DOURADA” (1997)	CORO FEMININO “ESTRELA DOURADA” (2001) CORO MISTO “FLORES DO CAMPO” (2001)	
ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA/ JARDIM DE INFÂNCIA (1998)	PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES DE GESTÃO DA ESCOLA E NAS SUAS ACTIVIDADES. ORGANIZAÇÃO DE FESTAS, SEMINÁRIOS, VISITAS DE ESTUDO E JOGOS.	
CLUBE DA CAÇADORES E PESCADORES – OS ALCAÇOVENSES (1998)	TIRO AOS PRATOS ORGANIZAÇÃO DE CAÇA EM RESERVAS TORNEIOS DE PESCA	
ASSOCIAÇÃO “TERRA MÃE” (2001)	PROJECTO PARA CRIAR UM CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO E OFICINA DE APOIO PSICO-SOCIAL. ORGANIZA MUITAS ACTIVIDADES NA COMUNIDADE PARA RECOLHER FUNDOS PARA O CENTRO DE ACOLHIMENTO.	
ASSOCIAÇÃO “AMIGOS DE ALCÁÇOVAS” (2001)	ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO: DESENVOLVE ESTUDO PARA A UTILIZAÇÃO DO PAÇO REAL EM ALCÁÇOVAS; ORGANIZA VISITAS COM GUIAS A LUGARES COM INTERESSE HISTÓRICO.	
ASSOCIAÇÃO “FILHOS DA TERRA” (2002)	GRUPO DE MÚSICA POPULAR PORTUGUESA “FILHOS DA TERRA” PARTICIPA EM VÁRIAS INICIATIVAS E FESTAS DA COMUNIDADE. VOLUNTARIADO JUVENIL.	

REDES INSTITUCIONAIS DE LONGA DISTÂNCIA – PARCERIAS DA ASSOCIAÇÃO TERRAS DENTRO

Terras Dentro é uma associação de desenvolvimento local fundada em 1991 e em grande parte apoiada pelos programas LEADER I e II. Esta associação tem um papel fundamental na promoção do dinamismo social, cultural e económico a nível local. A sua qualidade e eficiência beneficia muito de parcerias internacionais em que a Terras Dentro está envolvida.

QUADRO 5  
Parcerias internacionais da Associação Terras Dentreos

PAÍSES	PARCEIROS
ESPAÑHA	CENTRO DE DESARROLLO COMARCAL DE TENTÚDIA-MONASTERIO CEDER SIERRA DE RONDA-CÁDIZ INICIATIVAS LEADER ALPUJARRAS, AS-ORGIVA SOCIEDAD LEADER DE GUADIX, SL-GRANADA
FRANÇA	TERRES D'EUROPE-TOULOUSE ASSOCIATION FONDESPIERRE-CASTRIES CENTRE DE FORMATION ET DEVELOPPEMENT LOCAL-FLORAC MAIRIE CONSEILS-PARIS AIFM-ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS FLORESTAS MEDITERRÂNICAS
ITÁLIA	GAL ALTO SALENTO-PUGLIA LEADER ANTICO FRIGNANO-FRIGNANO LEADER EUGUBINO PERUGINO-PERUGIA CARREFOUR PUGLIA
MARROCOS	ASSOCIATION AL KHAIR (CR DE REGGADA) DIRECTION PROVINCIALE D'AGRICULTURE DE TIZNIT
MOÇAMBIQUE	AMRU, ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MULHER RURAL-MAPUTO FRUTISUL, ASSOCIAÇÃO DE FRUTICULTORES DO SUL DE MOÇAMBIQUE-MAPUTO UGC, UNIÃO GERAL DAS COOPERATIVAS AGRO-PECUÁRIAS DE MAPUTO-MAPUTO CAM, COOPERATIVAS DE APICULTORES DE MAPUTO-MAPUTO

III. NOTAS FINAIS E PRÓXIMAS QUESTÕES

O caso de Alcáçovas ilustra claramente o papel das redes na promoção do desenvolvimento local, tanto de redes de proximidade baseadas nas relações pessoais desenvolvidas no interior de um lugar/comunidade, como das redes de longa distância que conectam o lugar e a comunidade ao exterior.

Alcáçovas constituiu, sem dúvida, um caso de êxito no âmbito dos processos de desenvolvimento local. Deve, contudo, ter-se em conta que a aposta no valor do capital social local e a promoção da inovação social não derivam somente da capacitação da sociedade civil, devendo ser atribuída uma importância relevante a duas instituições: a administração local (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) e a Associação Terras Dentro.

Considerando as três dimensões do processo de desenvolvimento local identificadas no início deste texto – distributiva, institucional (na óptica da mediação entre sistemas e agentes) e relacional (redes de proximidade e redes de longa distância) –, estas funcionam como estímulos cruciais do desenvolvimento local.

Por fim, queremos deixar aqui um conjunto de questões que podem constituir novos passos de investigação:

- Tem a inovação um papel decisivo no processo de desenvolvimento local estabelecendo a conexão entre os dois tipos de redes? Que tipo de inovação? Quem inova?
- Quem são os actores centrais deste processo de desenvolvimento? Como aparecem? Fazem parte da comunidade? Porque é que se fixaram naquele lugar?
- Qual é o papel das instituições públicas neste processo de desenvolvimento local? E qual é o papel das organizações e movimentos da sociedade civil?

BIBLIOGRAFIA

BESSIS, S. (1995): From social exclusion to social cohesion: towards a policy agenda, *Policy Paper-No. 2*, Management of Social Transformations (MOST)-UNESCO, Paris.

PUTNAM, R. (2000): *Bowling Alone. The collapse and revival of American community*, Simmon and Schuster, New York.

BORENHOLDT, J., AARSOTHER, N. (2002): «Coping strategies, social capital and space» in *European Urban and Regional Studies*, Vol. 9, No. 2.

MOULAERT, F. (2000): *Globalization and Integrated Area Development in European Cities*, Oxford University Press, Oxford.



## A PROGRESSIVA APROXIMAÇÃO DAS DUAS MARGENS DA RAIA

**Fernando João Moreira**, Geógrafo, Professor Adjunto da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, consultor do projecto ALEX ([fernando.moreira@eshle.pt](mailto:fernando.moreira@eshle.pt))

**Isabel André**, Geógrafa, Professora Associada do Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, consultora do projecto ALEX ([isabelandre@fl.ul.pt](mailto:isabelandre@fl.ul.pt))

## A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NO ÂMBITO EUROPEU

Após uma experiência piloto que decorreu em 1988-89, foi lançado, em 1990, o primeiro programa de iniciativa comunitária INTERREG.

Este programa – particularmente inovador no âmbito das políticas comunitárias supra-estatais – teve como principal objectivo “desenvolver actividades comuns entre os dois lados da fronteira em todos os aspectos da vida quotidiana e ultrapassar a diversidade dos sistemas e estruturas políticas que dificultam as relações transfronteiriças” (Comité des Régions, 2001<sup>1</sup>).

Este propósito envolve 5 ideias fundamentais:

- Fazer da fronteira um local de comunicação entre as populações vizinhas (e não uma barreira), aproximando comunidades afastadas por via das clivagens da história política.
- Ultrapassar antagonismos e preconceitos recíprocos que a história, normalmente atribulada, criou e que constituíram frequentemente bandeiras de afirmação nacionalista.
- Apoiar o aparecimento de estruturas regionais ou locais com capacidade de acção transfronteiriça, criando uma massa crítica que não existe em territórios divididos.
- Quebrar a situação relativamente frequente de isolamento e marginalidade que a existência de uma fronteira propicia.

<sup>1</sup> Comité des Régions (2001) – *La coopération transeuropéenne entre collectivités territoriales*, CE, Luxemburgo.

- Estimular o crescimento económico, o desenvolvimento e a qualidade de vida, fazendo da diversidade uma oportunidade.

Os problemas enunciados assumiam e assumem intensidades e expressões muito diversas nas várias fronteiras internas da União Europeia. Efectivamente, razões de ordem locacional e de natureza histórico-económica contribuíram, porventura de forma conjugada e complementar, para estruturar espaços transfronteiriços em diferentes estádios de Integração e de desenvolvimento: desde os que sofreram, em fase precoce, o impacto das mudanças originadas pelo abandono do modelo pré-moderno de desenvolvimento baseado na agricultura e o consequente advento da civilização urbano-industrial, normalmente situados no coração da Europa, e cuja eficácia e eficiência económica não só impôs uma vida de relações suficientemente forte para ultrapassar as pregas do território – as fronteiras –, mas também originou dinâmicas de desenvolvimento e progresso únicas que se estenderam às áreas fronteiriças; até aos espaços mais marginais da Europa, onde o imobilismo, tradicionalismo e arcaísmo próprios de sociedades rurais pré-modernas ditaram condições de atraso e isolamento que se fizeram sentir, de forma especialmente aguda, nas margens das margens, ou seja, nos territórios de contacto.

#### A FRONTEIRA LUSO-ESPAÑHOLA

As regiões de fronteira portuguesas e espanholas, integram-se no último dos casos anteriormente exposto, sendo caracterizadas por uma longa história de isolamento e afastamento, num quadro de sub-desenvolvimento crónico.

Embora com raízes históricas e linguísticas semelhantes, as regiões fronteiriças de Portugal e Espanha, mercê da antiguidade da autonomia política de Portugal relativamente às restantes entidades ibéricas, encetaram processos históricos centrífugos suficientemente marcantes para introduzir elementos diferenciadores e antagonismos que, durante séculos, marcaram o quadro relacional fronteiriço.

Entidades políticas com pesos muito diferentes em termos territoriais, demográficos e económicos, com visões diferentes quanto ao seu posicionamento no contexto ibérico e, muitas das vezes, integrando quadros de alianças estratégicas europeias e/ou mundiais divergentes,

não é de estranhar que os dois países ibéricos, condenados à vizinhança, se encarassem não só num contexto de “proximidade efectiva em distância real, afastamento em distância afectiva”, mas também se posicionassem de costas, num diálogo que o vento levava e, principalmente no caso português, sempre com um olhar desconfiado por cima do ombro.

Por outro lado, e em acréscimo, também há que dizer que a própria sucessão das mudanças políticas conjunturais em cada um dos países desde finais do século XIX até ao terceiro quartel do século XX também não foi particularmente favorável à edificação de solidariedades ibéricas. Antes, foi uma longa história de desencontros: aquando da proclamação da primeira república espanhola (1873-74), Portugal vivia em pleno regime monárquico, acabando de atravessar uma guerra civil sangrenta que afastou os absolutistas; quando se implantou a república em Portugal, em 1910, reinava Alfonso XIII em Espanha e, em 1923, no seguimento da perca das colónias americanas e da agitação social foi instaurada a ditadura militar de Primo de Rivera; finalmente, aquando da proclamação da II República espanhola, em 1936, e subsequente processo revolucionário, já o Estado Novo se tinha implantado em Portugal há dez anos. E, curiosamente, nem a coexistência de duas ditaduras no espaço ibérico, a partir de 1939, fez os dois países encararem-se de frente, talvez pela idiosincrasia dos dois ditadores - que no espaço de quase trinta anos, até 1968, somente se encontraram 8 vezes, talvez pela base ferozmente nacionalista que auto-justificava os respectivos regimes ditatoriais. Só em 1975, um ano após a Revolução de 25 de Abril em Portugal e o início da transição do Franquismo, os dois países acertaram o passo na democracia.

Tudo isto, seguramente com pesos diversos, se fez sentir no espaço de fronteira, tornando-o num espaço de contacto contido e limitado pelos estados, um espaço de repressão, um espaço em que as diferenças foram exacerbadas, um espaço de desconfiança e de desencontros.

Mas, e há sempre um mas, porque para além dos Estados existem as pessoas e os lugares, concretos e vividos, também é de referir a existência de dinâmicas centripetas no espaço de fronteira, dinâmicas de união e comunhão geradas pela partilha de sentimentos comuns de abandono e marginalidade, dinâmicas emanadas das relações de vizinhança, muitas das vezes reforçadas pelas redes relacionais de sobrevivência em ambientes adversos.



Que dizer do acolhimento, em situações de feroz repressão institucionalizada e na maior clandestinidade, de refugiados republicanos espanhóis nas aldeias portuguesas raianas, ou da ajuda aos emigrantes portugueses que passavam a salto a fronteira, ou, num plano mais materialista, das redes locais de contrabando?

Dentro deste quadro, no momento da adesão de Portugal e de Espanha à Comunidade Europeia (1986), a fronteira luso-espanhola apresentava, pois, um conjunto de traços muito marcados e distintivos no quadro europeu:

- Uma extensão muito significativa (1234 Km de fronteira terrestre) com cambiantes regionais importantes.
- Uma antiguidade de oito séculos com processos históricos que aprofundaram diferenças entre populações, à partida, semelhantes.
- Identidades nacionais fundadas, em larga medida, no antagonismo contra o país vizinho (antagonismo histórico que evolui para a indiferença).
- Uma forte marginalidade no contexto dos respectivos países.
- Sub infraestruturação, sub-povoamento e subdesenvolvimento.
- Quadros administrativo e jurídico muito distintos.

No sentido oposto, da proximidade, o espaço fronteiriço português e espanhol revelava também:

- Expressão significativa de relações de vizinhança ao nível local que persistiram ao longo da história.
- Oportunidades relevantes decorrentes do efeito de "prega" no tecido político, administrativo e fiscal aproveitadas em benefício mútuo (contrabando).
- Partilha de um sentimento comum: a adversidade.

#### A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL-ESPANHA

Vai ser, portanto, num quadro marcado sobretudo pelo afastamento que nas últimas décadas, por via da adesão à Comunidade Europeia, se têm vindo a operar mudanças significativas que conduziram a uma reconfiguração marcante do espaço raiano, aumentando consideravelmente a sua permeabilidade.

O fraco dinamismo sócio-económico de uma grande parte da faixa fronteiriça, que lhe confere uma posição marginal face a outras regiões portuguesas e espanholas, e uma memória colectiva que incorporou a ideia de que a autonomia nacional se construiu historicamente contra o país vizinho, explicam por que razão as primeiras gerações do INTERREG Portugal-Espanha constituíram mais um programa fronteiriço - isto é, com incidência em regiões de fronteira do que uma intervenção verdadeiramente transfronteiriça. Este período foi, no entanto, essencial por dois motivos: colmatou-se uma parte dos défices em termos de infra-estruturas básicas (acessibilidades, ambiente, saneamento básico, entre outras) e de equipamentos sociais e lançaram-se as bases para uma cultura de confiança e cooperação transfronteiriça.

A criação do mercado único europeu levantou o efeito de barreira: pessoas, bens e informação passaram a ser livres de cruzar as fronteiras. Neste contexto mais favorável ao fortalecimento de contactos de proximidade entre portugueses e espanhóis raianos, a já referida partilha de um sentimento de marginalização face aos centros de decisão nacionais ganha maior relevância. A cooperação transfronteiriça surge como um veículo eficaz de projecção e de mobilização das comunidades locais e regionais. É basicamente por essa razão que a ideia de cooperação transfronteiriça ganha aceitação e notoriedade, primeiro entre agentes políticos de nível local ou regional, mais tarde envolvendo outras instituições: as Universidades ou as associações empresariais, por exemplo. Entra-se, assim, numa segunda fase, em que o estabelecimento de parcerias e redes transfronteiriças, envolvendo instituições sobretudo públicas, têm capacidade para captar uma fatia crescente dos apoios disponíveis no âmbito do Programa INTERREG.

Simultaneamente, mas com um arranque um pouco mais tardio, as empresas das regiões fronteiriças descobrem que existe um mercado regional de proximidade: as vendas do outro lado da fronteira, o recurso frequente a equipamentos ou serviços do país vizinho, os casos de pessoas que vivem em Portugal mas trabalham em Espanha, ou vice-versa, tornam-se vulgares, invertendo a tradicional situação de isolamento histórico. Também nesta óptica o INTERREG tem assumido um papel activo por via da promoção de um conjunto de intervenções que facilitam, directa ou indirectamente, a integração económica, nomeadamente através de acções imateriais (exposições, feiras, mostras, visitas organizadas, seminários, *workshops*, etc.) que contribuem decisivamente para a divulgação de informação e para o reforço do conhecimento mútuo.



O que se tem passado ao longo da fronteira luso-espanhola repete, afinal, a realidade que se pode encontrar em muitos outros casos. Em primeiro lugar, um esforço por parte dos actores regionais e locais, sobretudo públicos, visando utilizar a cooperação transfronteiriça como um veículo de dinamização das regiões marginais em áreas com alguma centralidade, à escala dos respectivos países. Em segundo lugar, superadas as principais deficiências de natureza básica, é possível sustentar massas críticas e complementaridades de proximidade criadoras de novas oportunidades de negócio para as empresas, e de acesso a serviços e equipamentos mais especializados, para as populações. Ou seja, é possível afirmar um mercado tanto mais viável quanto mais se basear em lógicas de cooperação e de integração transfronteiriça.

Superado o efeito de fronteira como barreira e mobilizado colectivamente o sentimento de marginalização a favor de dinâmicas mais endógenas de desenvolvimento e afirmação, passa a ser prioritária a efectiva aproximação transfronteiriça.

Também neste campo se pode aprender com as situações observadas noutros países, onde se verifica que esta consolidação é tanto mais forte e durável quanto a cooperação transfronteiriça consegue atingir três objectivos: (i) associar-se à resolução dos problemas do quotidiano que afectam as populações; (ii) provar que constitui a melhor via para resolver problemas que, pela sua própria natureza, são supra-fronteiriços; (iii) promover o relacionamento económico no sentido do reforço da competitividade das regiões fronteiriças.

Neste novo contexto, o contacto directo entre as populações de ambos os lados da fronteira (desporto, cultura, jovens, idosos, etc.) e, num segundo plano, as questões ambientais (p.e., o aproveitamento e gestão dos recursos hídricos ou a recuperação de áreas degradadas pela actividade mineira) ganham significado, contribuindo para que a cooperação e a integração transfronteiriça não seja apenas retórica política, mas sim uma forma real de combater o défice de equidade que as fronteiras político-administrativas sempre estimulam nos territórios por elas delimitados.

Tendo em conta a situação de partida existente ao nível das relações transfronteiriças e as características dos territórios no que diz respeito às debilidades económicas e sociais, não é de estranhar que as várias gerações do INTERREG tenham apresentado evoluções significativas no domínio das estratégias de intervenção, estratégias essas que, em última análise, espelham

os resultados dos ventos de mudança que o próprio Programa, a par de outros impactes do processo de integração europeia dos dois estados, introduziu nos sistemas transfronteiriços.

Na verdade, a maturação do processo de cooperação transfronteiriça se por um lado se traduziu na multiplicação das interacções entre os dois lados da fronteira, por outro significou, progressivamente e à medida que as condições de base eram conquistadas, uma alteração na qualidade dessas mesmas interacções, espelhando um processo que evoluiu de um mero aproveitamento unilateral das oportunidades abertas pelos fundos disponíveis, para uma cooperação de nível básico, amiúde mais nominal que real, para, finalmente, uma cooperação plena, envolvendo a concepção, operacionalização e gestão conjunta das intervenções.

Ou seja, em termos mais práticos, depois de um período em que o acento tónico foi colocado no estabelecimento das bases que a cooperação transfronteiriça então implicava, sobretudo do domínio material tendo em vista permeabilizar a fronteira, tem-se vindo a assistir ao reforço de intervenções cada vez mais envolventes e profundas em termos de cooperação, muitas das vezes com uma componente imaterial fundamental.

Temos assim identificados quatro vectores que resumem, globalmente, as dinâmicas de racionalidade das diversas gerações do INTERREG nos diversos tabuleiros que compõem a cooperação transfronteiriça:

- Reforço da componente imaterial nas intervenções.
- Alargamento do leque de agentes envolvidos no processo de cooperação.
- Aprofundamento da natureza/profundidade das intervenções em termos de cooperação (concepção, operacionalização e gestão conjunta das intervenções).
- Desenvolvimento das estruturas conjuntas de cooperação.

A importância destas várias dinâmicas foi, contudo, muito diferente desde 1990 até à actualidade. Interessa, por isso, detalhar um pouco mais as estratégias seguidas em cada uma das gerações do programa



## INTERREG I (1990-1993)

A primeira geração do INTERREG acolheu dois grandes vectores de intervenção:

- A integração transnacional – concretizada num intenso reforço das acessibilidades (Sub-Programa 1) com 76,3% do montante de investimento programado.
- A cooperação e integração transfronteiriça, através do desenvolvimento cultural, ambiental, desportivo e turístico. Estes processos traduziram-se em inúmeros seminários, exposições, encontros e feiras; bem como na constituição de grupos de trabalho transfronteiriços dedicados às questões da cooperação.

Um balanço geral da primeira etapa do INTERREG permite concluir, em primeiro lugar, que o Programa enquadrou, financeira e politicamente, os contactos e experiências que se vinham desenvolvendo, entre outras vias através do incentivo e apoio à criação de organismos que seriam fundamentais no processo de cooperação/integração - os GIT e as CT. Por outro lado, apoiou projectos que constituíram a base material para a cooperação transfronteiriça (projectos viários de atravessamento e articulação interna). Embora menos expressivo ao nível da execução, o INTERREG I lançou, igualmente, as bases para o desenvolvimento de uma cultura de cooperação entre actores e agentes da raia, mas também entre entidades das administrações regionais e centrais que, no quadro do Programa, passaram a manter contactos permanentes.

## INTERREG II (1994-1999)

A segunda geração do INTERREG surge num contexto aparentemente contraditório: por um lado, as zonas fronteiriças continuavam a evidenciar um largo espectro de fragilidades específicas (designadamente nos campos da demografia, das infra-estruturas e equipamentos sociais e dos níveis de desenvolvimento); por outro, evidenciavam-se já efeitos positivos derivados da anterior geração do Programa, sobretudo no domínio material e infraestrutural. A melhoria das condições económicas, infraestruturais e sociais vai permitir estratégias de intervenção orientadas para outros âmbitos que não o da resolução dos problemas básicos, em grande parte já resolvidos no início da década de 90.

A estratégia de intervenção do INTERREG II elegeu três grandes vectores:

1. O desenvolvimento dos mecanismos de cooperação transfronteiriça (aposta principal) dirigidos ao reforço da cooperação institucional bem como à criação e funcionamento de órgãos e redes de cooperação transfronteiriça de base empresarial ou sócio-cultural.
2. O ordenamento do Território – gestão coordenada e aproveitamento conjunto dos recursos.
3. A melhoria da permeabilidade da fronteira através do reforço das acessibilidades e das telecomunicações.

No âmbito dos projectos concretos, os domínios mais inovadores relativamente à anterior geração foram os equipamentos de apoio à actividade produtiva, o desenvolvimento das telecomunicações e, em menor escala, os equipamentos urbanos e a protecção do património natural e arquitectónico.

## INTERREG IIIA

No final do século XX, o lançamento da 3ª geração do INTERREG deu-se num quadro marcado por avanços significativos – quantitativos e qualitativos – no domínio da cooperação transfronteiriça. Era notória a progressiva consolidação de uma cultura de cooperação, seja no domínio institucional, seja, sobretudo, na esfera dos restantes actores e, nomeadamente, das entidades do 3º sector.

Eram também evidentes os avanços em termos de desenvolvimento social e económico das áreas fronteiriças. Contudo, persistiam problemas específicos, como o despovoamento e o envelhecimento, o défice de equipamentos culturais e sociais de qualidade ou a falta de iniciativa empresarial.

É neste contexto evolutivo, marcado por avanços significativos e saltos qualitativos nos níveis de cooperação e desenvolvimento das áreas transfronteiriças, mas também pela persistência de alguns problemas e obstáculos a estas dinâmicas, que a nova geração do Programa - INTERREG IIIA - com o seu envelope financeiro muitíssimo reforçado e um acento tónico vigorosamente colocado numa filosofia *bottom-up*, surge no ano 2000.



O perfil estratégico para a cooperação transfronteiriça de terceira geração identifica três grandes prioridades

- O aprofundamento das experiências de cooperação nos domínios do ordenamento do território e nas relações económicas e redes de cooperação entre empresas.
- O desenvolvimento das estruturas de cooperação de âmbito regional e/ou local.
- A colocação de um forte acento tónico na perspectiva *bottom-up*, seja no domínio da programação, seja nas etapas subsequentes do Programa.

No campo das acções apoiadas, o INTERREG III-A mostrou-se particularmente inovador nos campos do incremento da eficiência energética e das fontes de energia renováveis, no apoio ao desenvolvimento tecnológico e à investigação e no da extensão da base produtiva. Em segundo plano, importa também salientar as preocupações com a cultura, património e identidade local, assim como com os incentivos à dinamização sócio-económica local, à educação, formação e à empregabilidade.

Contudo, a principal inovação da 3ª geração do INTERREG diz respeito à governança. A gestão conjunta do Programa foi um avanço assinalável, mas sobretudo importante foi a imposição de os projectos serem promovidos por parcerias transfronteiriças constituídas por entidades de ambos os estados. Embora o carácter transfronteiriço tivesse sido, com alguma frequência, apenas formal, este modelo de governança foi uma mais-valia relevante no processo de cooperação transfronteiriça.

### PROGRAMA OPERACIONAL DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA (2007-2013)

Ainda sem se conhecer a versão final do novo programa, pode-se afirmar, com base nos documentos preliminares que ele representará um novo salto qualitativo importante que, de uma forma muito sintética, se pode caracterizar por:

- Uma abordagem territorialmente integrada – os subprogramas regionais desaparecem, embora se respeite a especificidade das 5 áreas de cooperação.
- Uma intervenção exclusivamente centrada nos objectivos da cooperação e da gestão conjunta de infraestruturas, equipamentos e serviços, o que traduz um aprofundamento considerável do carácter transfronteiriço do Programa.

A fragilidade deste novo programa poderá residir na diminuição significativa dos apoios financeiros e no grande desequilíbrio dos montantes atribuídos a Portugal e a Espanha, traduzida numa proporção de 1 para 5.

Embora seja expectável que os programas regionais de cada um dos estados apoiem também a cooperação transfronteiriça, esse desequilíbrio entre Portugal e Espanha introduz uma adversidade considerável, dificultando significativamente uma cooperação entre parceiros com iguais oportunidades e consequentemente com iguais capacidades de participação e decisão.

### CONCLUSÃO

No longo percurso das relações transfronteiriças entre Portugal e Espanha, salientam-se fases muito distintas:

- 1 – Não cooperação ou cooperação informal (ao nível local) durante séculos.
- 2 – Integração europeia e cooperação institucional, sobretudo material e através de acções mais fronteiriças que transfronteiriças, dirigidas sobretudo para o reforço das acessibilidades, ou seja, para as condições de permeabilidade da fronteira.
- 3 – Chegada de novos actores à cooperação (empresas, por exemplo) acompanhada por um protagonismo crescente das entidades de natureza transfronteiriça, por um reforço das acções imateriais e pelo fortalecimento do carácter transfronteiriço das acções.
- 4 – Afirmação de regiões transfronteiriças que assumem a cooperação como dimensão matricial dos territórios, dando origem a programas e acções inquestionavelmente transfronteiriços.

A cooperação efectiva e a emergência de euro-regiões defrontam-se ainda com fortes obstáculos. As diferenças ao nível das culturas institucionais e dos modelos de governação dos dois estados é talvez uma das principais barreiras. A própria organização política e administrativa não facilita a cooperação: (i) às comunidades autónomas espanholas correspondem as comissões de coordenação e desenvolvimento regional em Portugal, entidades regionais com graus de autonomia e com recursos substancialmente diferentes; (ii) ao nível local, os municípios portugueses têm, incomparavelmente, mais recursos e capacidade de decisão face aos *ayuntamientos* espanhóis.



Um outro dado que merece uma reflexão aprofundada sobre os efeitos da cooperação transfronteiriça é a falta de convergência entre as regiões de fronteira. De facto, estes territórios seguem sobretudo as tendências dos respectivos estados – aproximam-se quando Portugal e Espanha se tornam económica e socialmente mais próximos e afastam-se na situação oposta. Isto denuncia a fragilidade das dinâmicas transfronteiriças, largamente dependentes dos impulsos exógenos.

ANDRÉ, ISABEL & VALE, MÁRIO (2012). LISBOA: TENSÕES ENTRE A CIDADE E A METRÓPOLE. IN BALBO, M (COORD.) EUROPA: LA CIUDAD CENTRAL EN EL SISTEMA URBANO, QUITO (EQUADOR): OLACCHI: 209-239.\*

## LISBOA: TENSÕES ENTRE A CIDADE E A METRÓPOLE

ISABEL ANDRÉ  
MÁRIO VALE

### DE CAPITAL DO IMPÉRIO A CIDADE MÉDIA NA EUROPA

#### A AFIRMAÇÃO PRECOCE DE UMA CIDADE CONECTADA COM O EXTERIOR

Desde a fundação da cidade – cujo nome parece derivar do vocábulo fenício *allis ubbo*, “porto seguro” – e, sobretudo, desde o século XV, o desenvolvimento de Lisboa tem estado invariavelmente vinculado à sua posição geográfica, na confluência do Rio Tejo com o oceano Atlântico. Um porto com condições naturais muito favoráveis, aliadas a um clima bastante ameno, permitiu um precoce florescimento económico e cultural. Lisboa foi, durante a Idade Média, um ponto importante de escala entre os portos do Mediterrâneo e os do Norte da Europa, assim como, mais tarde, durante as viagens dos descobrimentos transcontinentais, foi uma conexão fundamental entre Europa, América e África. Na realidade, em Lisboa trocaram-se mercadorias que chegavam por via marítima desde terras distantes, mas, também, por via fluvial, desde o seu vasto *hinterland* terrestre, o vale do Tejo. Foi assim que, ao longo do rio, sobretudo desde o trajecto onde a navegação era mais fácil e permitia embarcações de maior tonelagem, que se foram constituindo importantes portos fluviais (Gaspar, 1970).

Foi no final do século XIII que Lisboa se converteu formalmente na capital de Portugal, mas a partir do século seguinte assumiu definitivamente esse papel e o reino desenvolveu uma política de expansão baseada na promoção da ciência e da tecnologia ligadas à navegação e ao comércio marítimo, o que atraiu estudiosos e comerciantes da Flandres, Holanda, Inglaterra, das principais cidades italianas, da Catalunha, etc. Esta política de carácter mercantilista incluía, por exemplo, a criação das primeiras companhias de seguros (por exemplo, a Companhia das Naus, fundada em 1380), o que explica, em grande parte, o papel cimeiro que Portugal assumiu nos descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI (Oliveira Marques, 1997), que enriqueceram ainda mais os mercados lisboetas, onde se comercializavam produtos tão valiosos como o ouro, a prata – vindos da América-, as especiarias e as sedas – vindas do Oriente.

\*Tradução livre de Ana Stevens, do original “Redes y Desarrollo Local: La Importancia del Capital Social y de la Innovación”

## A CAPITAL DE UM IMPÉRIO

Lisboa converteu-se verdadeiramente na capital de um império (Ferreira, 1987) onde se exercia um poder régio muito concentrado e apoiado nas taxas e impostos pagos pelos mercadores da cidade, muito mais que pela aristocracia rural. Lisboa começou a ser o ponto central de uma imensa rede de estabelecimentos comerciais dispersos pelo mundo e só depois passou a ser a capital do império colonial.

A acumulação de riqueza em Lisboa, que continuava a atrair comerciantes do Norte da Europa e do Mediterrâneo, permitiu realizar grandes obras públicas, incluindo a primeira operação privada de urbanização com a criação de raiz do Bairro Alto (Barata-Salgueiro, 2001). Todo este dinamismo de base comercial, também ligado à administração pública, fez aumentar significativamente a população da cidade: no século XVI, Lisboa contava com mais de 150 mil habitantes e encontrava-se entre as 12 cidades europeias mais povoadas.

No mesmo século, as perseguições aos judeus, que controlavam parte significativa dos negócios lisboetas, assim como a introdução da Inquisição, marcaram o final do magnífico período de expansão de Lisboa. Muitos comerciantes voltaram às suas terras de origem, especialmente a Inglaterra e à Holanda, onde, entretanto os negócios marítimos se desenvolveram bastante (Oliveira Marques, 1997). A independência da nação perdeu-se entre 1580 e 1640 com a aliança entre a aristocracia agrária portuguesa e a coroa espanhola.

Com a restauração da independência, o país e Lisboa caíram nas mãos da igreja católica e das ordens religiosas, onde ingressavam os segundos e terceiros filhos das famílias nobres que, anteriormente, se tinham dedicado ao comércio e à navegação. Quando a burguesia estava em pleno processo de afirmação na Europa e a modernidade ia construindo as suas bases, Portugal retrocedeu. Isto atrofiou definitivamente a sua capital, que de forma progressiva perdeu importância na rede urbana europeia.

Uma vez mais, foi um fenómeno inesperado que veio “sacudir” a cidade e abrir-lhe novas oportunidades: o violento terramoto de 1755, seguido de um tsunami que provocou mais de 35 mil mortos em Lisboa (estima-se que cerca de 20% da população residente tenha morrido com a catástrofe). Esta ocasião foi inteiramente aproveitada pelo primeiro-ministro da altura, o Marquês de Pombal, que iniciou a reconstrução de Lisboa guiado por ideias iluministas e apostando na modernização do país e, especialmente, da sua capital (França, 2009). Porém, todas estas iniciativas continuavam a ser pagas pelo ouro do Brasil e pela crescente dívida pública. Não existia em Lisboa uma burguesia suficientemente forte para financiar e, ao mesmo tempo, para aproveitar este ímpeto de modernização.

## A FRÁGIL INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROGRESSIVO ISOLAMENTO

A turbulência política e militar marcou o início do século XIX. Primeiro com as invasões francesas, seguidas pelo pedido de ajuda a Inglaterra (cuja contrapartida foi o acesso directo ao ouro do Brasil que, poucos anos depois, em 1822, obtém a independência) e, em seguida, com a guerra civil entre liberais e absolutistas, que paralisou o país até meados do século.

É certo que houve algumas alternativas para modernizar a cidade nas últimas décadas de 1800 (França, 2009). As políticas liberais foram favoráveis à industrialização e ao desenvolvimento dos transportes (Barata-Salgueiro, 1992). Porém, grande parte desses investimentos foi feito à custa de um crescente défice externo, o que provocou uma forte dependência, sobretudo em relação a Inglaterra (que viu boas oportunidades de negócio, por exemplo, no sector dos transportes e das comunicações). Na realidade, a cidade não saiu de uma posição periférica em relação a outras capitais europeias, com enormes desigualdades entre as classes populares, muito pobres, e as classes governamentais, que imitavam as famílias mais ricas da Europa. Foi por isso que, a par de uma frágil industrialização, a cidade e a região de Lisboa começaram a ser a origem de muitos emigrantes que se dirigiram, especialmente, para o Brasil e para as colónias africanas em busca de novas oportunidades.

Já no século XX, a instabilidade política dos primeiros anos do regime republicano não foi propícia para o desenvolvimento económico da capital e, em seguida, nos anos 1920, a ditadura liderada por Salazar travou, significativamente, a industrialização da cidade, que podia representar a “conspiração” dos movimentos operários. Contudo, surgiram alguns pólos industriais na periferia de Lisboa, onde chegaram populações rurais muito pobres em busca de trabalho. Foi assim que se começou a configurar uma área metropolitana que cresceu quase de forma orgânica, com áreas residenciais sem condições de habitabilidade (muitas vezes totalmente constituídas por construções ilegais) e sem nenhum tipo de planeamento territorial.

Um dos elementos mais importantes da forma metropolitana e da emergência de novas polaridades foi o caminho de ferro. Ainda que o caminho de ferro urbano tenha sido um investimento da segunda metade do século XIX, foi somente com a electrificação (linha de Cascais em 1926, linha de Sintra em 1956 e linha do Norte em 1966) que se investiu num meio de transporte suburbano importante e capaz de responder aos crescentes movimentos pendulares, quase todos com destino na cidade de Lisboa. Foi o caminho de ferro que configurou uma nova geografia da Área Metropolitana de Lisboa (AML): ainda que tenha reforçado a acessibilidade junto ao Tejo, criou um novo eixo – Lisboa-Sintra – onde apareceram importantes núcleos industriais vinculados a sectores tecnologicamente avançados.

Até aos anos 70 do século XX, a AML, em grande parte, correspondia a um subúrbio dormitório onde residia a população que trabalhava maioritariamente no comércio e nos serviços da cidade de Lisboa, mas, também, aquela que trabalhava em vários núcleos industriais dispersos pela AML (Barreiro, Seixal, Montijo e Setúbal, na margem Sul, e em Vila Franca de Xira, Alverca, Alhandra, Amadora, Cacém, na margem Norte). Em geral, os subúrbios estavam mal equipados, pouco infraestruturados e quase nada planeados. A Costa do Estoril – de Lisboa a Cascais – constituía a grande excepção devido ao desenvolvimento, a partir dos finais de 1800, da actividade turística e de ócio que as condições naturais e a proximidade a Lisboa propiciavam. A associação entre essas amenidades e um bom sistema de acessibilidade fez com que “a Linha” (como se conhece vulgarmente este eixo) tenha crescido nos últimos 50 anos como lugar de residência da classe média alta e, inclusivamente, das elites.



CAPITAL EUROPEIA

Com a descolonização, em meados dos anos 1970, regressaram a Portugal cerca de 500 mil habitantes, sendo que a maioria ficou na AML. Este movimento de regresso contribuiu para o aumento da população da cidade de Lisboa, que registou, em 1981, o valor máximo de população verificado até hoje (cerca de 808 mil habitantes). A dinâmica demográfica baseada no retorno da população das ex-colónias africanas contribuiu para o aprofundamento do processo de metropolização que propagou o crescimento de Lisboa à margem Sul do Tejo (Fonseca, 1990). No entanto, a cidade não estava preparada para acolher repentinamente um número tão elevado de pessoas, e a deficiente oferta de habitação e a carência de equipamentos passaram a constituir um problema social e ambiental que persistiu por muitos anos. Assim, só na entrada do século XIX foram demolidas as últimas barracas e reabilitadas importantes áreas de habitação clandestina através de programas específicos (como o Programa Especial de Realojamento).

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, marcou um novo período de desenvolvimento de Lisboa, especialmente a partir de 1989, como o início do ciclo de investimento público e privado em diversos sectores económicos, sociais e ambientais. Desde aí, a região registou um ciclo de crescimento económico muito baseado no sector dos serviços avançados, no sector financeiro e na expansão das funções de internacionalização e de capital do país, ao mesmo tempo que decorria o processo de reestruturação industrial (Vale, 2005). A realização em Lisboa da Expo 98 expressou bem o impacto destas dinâmicas. No início dos anos 2000, e como corolário do processo de desenvolvimento, a AML abandonou o estatuto de região “atrasada” – em 2008, o valor do PIB per capita era maior que a média europeia, e, assim, via fortemente reduzido o apoio financeiro europeu para o desenvolvimento regional, aspecto de primordial importância para atender ao actual contexto de crise económica e de forte aumento do desemprego.

O processo de integração europeia da economia portuguesa reflectiu-se profundamente nas relações entre a cidade de Lisboa e as principais aglomerações espanholas, especialmente Madrid, como resultado do processo de racionalização e de centralização económica, que permitiu que o mercado ibérico funcionasse de uma forma cada vez mais integrada (Pires, 2006). A região de Lisboa é a maior e mais competitiva do país. Nela se localizam funções económicas de grande alcance estratégico para a internacionalização da economia nacional e para enfrentar os novos desafios do conhecimento.

A dotação de infraestruturas de apoio à internacionalização permitiu o reforço da capacidade competitiva dos agentes económicos e o desenvolvimento de actividades mais intensivas em conhecimento. A internacionalização da região e a criação de empresas e de emprego nas actividades da economia do conhecimento encontraram melhores condições em Lisboa devido à qualidade e à elevada concentração de unidades do sistema de ciência e tecnologia na cidade. Em conjunto com os portos que servem a região, a construção do novo aeroporto de Lisboa e a rede ferroviária de alta velocidade pode vir a reforçar esta tendência de internacionalização e contribuir para melhorar os níveis de competitividade da região.

No plano europeu, a AML insere-se no espaço de referência da fachada atlântica europeia e afirma-se como a maior centralidade no corredor Corunha-Sines, que constituiu, no seu conjunto, a maior aglomeração populacional da Península Ibérica, com mais de 12 milhões de habitantes. Esta impor-

tante concentração tem alimentado visões e estratégias de desenvolvimento que pretendem afirmar a região como uma importante porta atlântica europeia.

DIVERSIDADE E DESIGUALDADE NA AML: UM SISTEMA POLINUCLEADO E FRAGMENTADO  
DINÂMICAS SOCIAIS URBANAS

Como se viu anteriormente, a cidade de Lisboa foi durante um longo período o centro da região, pois viviam na aglomeração metropolitana 2,7 milhões de habitantes, dos quais 556 mil se encontravam no município de Lisboa. Na actualidade, a AML é um território com várias centralidades, com significativos défices de coesão espacial e fortes desigualdades sociais.

A concentração da população na cidade de Lisboa começou a atenuar-se a partir dos anos 60 do século XX, e decaiu muito rapidamente a partir de 1981 (ver Quadro 1). Actualmente, em 2011, Lisboa não representa mais de 20% da população metropolitana, enquanto em 1940 representava 65%. Também a assimetria demográfica entre a margem Norte e a Sul - ainda acentuada - se estabeleceu nas últimas décadas com a expansão do transporte terrestre associado à construção das duas travessias: a ponte 25 de Abril (de 1966, réplica europeia da Golden Gate de São Francisco) e a ponte Vasco da Gama (de 1998). A ponte 25 de Abril reforçou a sua conectividade quando recebeu o caminho-de-ferro em 2003.

QUADRO 1  
Evolução da população em Lisboa e na AML, 1864-2001

DATAS DOS CENSOS	POPULAÇÃO DA CIDADE DE LISBOA	LISBOA NA AML (%)	AML NORTE (% TOTAL AML)	AML SUL (% TOTAL AML)	LISBOA EM PORTUGAL (%)	AML EM PORTUGAL (%)
1864	190.811	58,4	80,5	19,5	4,5	7,6
1878	240.740	62,1	81,6	18,4	5,1	8,2
1890	300.964	64,4	82,4	17,6	5,9	9,2
1900	351.210	64,8	81,9	18,1	6,4	9,9
1911	431.738	64,7	81,9	18,1	7,2	11,1
1920	484.664	65,6	81,4	18,6	8,0	12,1
1930	591.939	65,1	81,5	18,5	8,7	13,4
1940	694.389	65,2	82,2	17,8	9,0	13,7
1950	783.226	62,0	81,3	18,7	9,2	14,8
1960	760.150	54,7	80,1	19,9	9,0	16,5
1970	807.937	41,5	78,5	21,9	8,8	21,3
1981	663.394	32,3	76,7	23,4	8,6	26,5
1991	556.797	26,2	74,2	25,3	6,7	25,7
2001	190.811	20,9	73,2	26,8	5,4	25,7

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE)

Em conjunto, a AML continua a ter um crescimento demográfico importante. Entre 2000 e 2009, o crescimento estimado para a região de Lisboa era de 6,4%, enquanto o país não ultrapassou os 3,7%. Sustentada por um saldo migratório, esta dinâmica tem, como seria de esperar, um padrão geográfico contrastado: a cidade de Lisboa, assim como alguns dos subúrbios mais consolidados (por exemplo, Amadora e Barreiro), continua a perder população. Em contrapartida, os concelhos periurbanos, com importantes espaços rurais até aos anos 90, registaram um crescimento muito forte. Ou seja, as últimas décadas corresponderam ao crescimento extensivo da AML com todos os custos que esse modelo suporta a nível económico, social e ambiental, em grande parte devido às novas acessibilidades viárias, à pressão urbanística e à importância (económica e política) do sector imobiliário. Trata-se, efectivamente, de um crescimento baseado na rede viária e na progressiva ocupação do espaço rural regulado por instrumentos de ordenamento e gestão do território de baixa eficácia.

Contudo, a diversidade das dinâmicas não pode ser compreendida nesta geografia de “traços gerais” que distingue a cidade, as coroas suburbanas e o espaço periurbano. É a um nível mais local – concelho e, sobretudo, da freguesia, ou mesmo do bairro- que as desigualdades de revelam mais intensas. Em alguns concelhos, a proximidade entre condomínios de luxo e bairros de realojamento é muito grande.

A AML é um grande conjunto de ilhas- umas com excelentes condições de vida e outras em que a exclusão social é uma realidade ou um risco iminente- que se foram constituindo em função das oportunidades e insatisfações definidas, por um lado, pelos poderes municipais e, por outro, pelos mercados agrários e imobiliários, umas vezes em sintonia, outras em tensão e, inclusivamente, divergência.

A dispersão do espaço residencial deve-se em parte a este jogo de forças. Até 2008, o investimento em solo urbano e no sector imobiliário era, em Portugal e, especialmente, nas grandes áreas urbanas, uma das aplicações financeiras mais lucrativa. Era vantajoso para os investidores, que valorizavam rapidamente o capital investido, era vantajoso para os consumidores que viam as suas casas valorizadas em poucos anos e era, também, muito útil para as autarquias locais, cujos rendimentos se multiplicavam com a urbanização, quer através das licenças de construção, quer através dos impostos sobre os imóveis.

Foi nesta relação entre as autarquias locais e o sector imobiliário, que se configuraram, a longo prazo, as dinâmicas urbanas na AML, muito assentes na “sociedade civil”. Na realidade, existe na região de Lisboa um denso tecido associativo mas com um carácter atomizado, muito localista, inclusivamente “bairrista”, que não se compagina com os actuais modelos de participação cívica, tão cruciais para garantir a qualificação das cidades e a qualidade de vida urbana. Neste quadro, a diversidade socio-urbanística não revela sinergias interessantes, nem sequer complementaridades eficazes (CCDRLVT, 2008). Traduz-se, sobretudo, nos inúmeros focos de tensão que normalmente se resolvem com a intervenção dos poderes públicos e que, até agora, têm impedido acções violentas.

Apesar de nos parágrafos anteriores terem sido identificadas na AML dinâmicas sociais desfavoráveis, há um aspecto no campo sociocultural que merece atenção, que revela grandes potencialidades no campo do desenvolvimento social e constitui, inclusivamente, um domínio privilegiado de inova-

ção social (André et al., 2009). Falamos do bom funcionamento de uma comunidade urbana multicultural e multiétnica, em que a diversidade tem jogado a favor da coesão através de múltiplas estratégias socialmente criativas que permitem superar sérias adversidades (Malheiros, 2008).

Apesar de Lisboa ter um passado histórico marcado pela boa convivência entre diferentes culturas, “o multiculturalismo da AML é hoje bastante mais rico. Penteados e tatuagens africanas, restaurantes chineses e indianos, discotecas onde se dança *quizomba* ou *kuduro*, lojas de produtos russos com mensagens em cirílico, centros de acupunctura, escolas de salsa ou forró, templos esmaelitas ou hindus, até às primeiras iniciativas de turismo étnico reflectem uma grande diversidade sociocultural resultante do aumento e da diversificação dos fluxos migratórios verificados nas últimas duas décadas (Ferrão, 2004: 35).

A percentagem de casamentos que envolvem uma pessoa de nacionalidade portuguesa e outra estrangeira (Quadro 2) é muito revelador da efectiva interculturalidade que se tem vindo a desenvolver na região de Lisboa.

**QUADRO 2**  
**Percentagem de casamentos entre um cônjuge de nacionalidade portuguesa e outro de nacionalidade estrangeira em 2001 e em 2009, segundo o lugar de casamento**

	2001	2009
PORTUGAL	2,7	11,5
REGIÃO DE LISBOA (AML)	5,0	20,1
AML NORTE	6,2	20,9
AML SUL	1,8	18,2

FONTE: INE

Em síntese, a região de Lisboa continua a ser uma das mais dinâmicas do país em termos de crescimento demográfico e de urbanização. Ao mesmo tempo, distingue-se favoravelmente em termos de escolaridade, de saúde, de sociedade de informação e de poder de compra (Quadro 3). Ou seja, nas últimas décadas, a região de Lisboa aproximou-se mais que o resto do país dos padrões sociais europeus. E, neste contexto, a cidade de Lisboa diferencia-se bastante dos outros territórios urbanos, pois evidencia, por um lado, um envelhecimento muito mais acentuado e, por outro, condições de saúde muito melhores, uma apreciável concentração de emprego e, sobretudo, de compra muito mais elevada.

Ainda que o contexto anterior revele, desde logo, desigualdades territoriais muito acentuadas, uma análise das componentes principais efectuada com os mesmos indicadores ao nível do contexto, permite apresentar uma tipologia da diversidade socio-territorial existente na AML.



QUADRO 3  
Dinâmicas sociais urbanas na AML

INDICADORES	DATA	PORTUGAL	REGIÃO DE LISBOA	GRANDE LISBOA	PENÍNSULA DE SETÚBAL	CIDADE DE LISBOA
TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	2000-2009	3,72	6,35	4,39	11,69	-15,58
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	2009	117,60	109,40	112,00	103,90	166,00
POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA (%)	2001	2,24	4,48	5,22	3,75	3,40
POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA (%)	2001	2,24	4,48	5,22	3,75	3,40
CRESCIMENTO MIGRATÓRIO	2009	0,14	0,20	-0,01	0,73	-1,77
POPULAÇÃO RESIDENTE COM EDUCAÇÃO OBRIGATORIA (9 ANOS) (%)	2001	37,90	52,20	53,80	48,00	55,60
DECLARAÇÕES DE IRS-MOD.3 ENTREGUES ONLINE (%)	2007	68,10	67,80	67,00	70,00	63,80
MÉDICOS/ 1000 HABITANTES	2009	3,80	5,40	6,50	2,40	16,30
DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES RELATIVAMENTE AO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL	2008	11,80	12,20	11,80	15,40	14,00
TAXA DE ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS	2009	41,00	49,50	48,70	51,50	46,60
PODER DE COMPRA PER CAPITA	2007	100,00	136,85	147,87	108,33	235,74
MOVIMENTOS PENDULARES DIÁRIOS COM DURAÇÃO SUPERIOR A 60 MINUTOS (% DA POPULAÇÃO ACTIVA)	2001	5,51	10,82	9,64	14,13	4,88
ÍNDICE DE POLARIZAÇÃO DO EMPREGO (RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO RESIDENTE E EMPREGO)	2001	-	1,00	1,10	0,70	2,20
RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS (%)	2009	13,00	13,00	16,00	7,00	17,00
DENSIDADE DE ALOJAMENTOS	2001	54,80	437,30	676,10	228,70	3463,20

FONTE: INE/OLVT

Podemos distinguir, a partir desta análise quatro grandes tipos de espaços na AML:

a) Centro alargado: É constituído por áreas que concentram a função residencial e, ao mesmo tempo, o emprego. Apresentam um elevado poder de compra, níveis de escolaridade elevada e boa cobertura de serviços de saúde. São demograficamente envelhecidas. Encontram-se neste grupo os concelhos de Lisboa e Oeiras.

b) Áreas suburbanas: São áreas com grande presença de população estrangeira. Apresentam elevadas taxas de abstenção nas eleições locais e movimentos pendulares diários com uma duração prolongada. Neste grupo diferenciam-se dois tipos de subúrbios: i) 1ª coroa suburbana (Amadora, Cascais, Loures, Almada e Barreiro): têm rendimentos elevados, níveis de escolaridade avançados e boas condições de serviços de saúde. ii) 2ª coroa suburbana (Sintra, Seixal, Vila Franca de Xira e Moita): apresentam condições socio-urbanísticas mais favoráveis, aliadas a um crescimento demográfico e migratório intenso.

c) Áreas periurbanas: possuem um crescimento demográfico e migratório muito forte. Há uma grande presença de grupos mais jovens, o que se traduz, entre outros aspectos, na utilização de TIC na vida quotidiana. É, também, nestas áreas que se registam as maiores desigualdades salariais entre homens e mulheres.

É importante recordar o que já se referiu anteriormente. Esta análise, à escala dos concelhos evidencia os traços mais fortes, no entanto, esconde a grande diversidade e desigualdade interna de cada município, sobretudo nos grupos a) e b).

DINÂMICAS ECONÓMICAS URBANO-METROPOLITANAS.

Após um período de reestruturação económica e de reconversão das actividades industriais dos anos 70 e 80 (Vale, 2005), a região de Lisboa começou um período de bom desempenho económico, responsável em 2008 pela geração de cerca de 36,6% do VAB, com um nível de produtividade do trabalho de 37,7 mil euros (cerca de dez mil euros superior à média do país (Quadro 4). A dinâmica de crescimento do emprego entre 2000 e 2007 na região de Lisboa foi globalmente superior à registada em Portugal. A população empregada da região de Lisboa representou cerca de 28% do total do país, mas este valor chegou a 38% no sector dos serviços, o que ilustra o dinamismo do processo de terciarização da economia regional, com particular relevância para as actividades financeiras, imobiliárias, de arrendamento e de serviços prestados às empresas, cuja proporção representou mais de metade do emprego nacional em 2008.

QUADRO 4  
Emprego e produtividade na AML e em Portugal, 2000-2008

	2008		2000		2008	2008	2008
	AML 1000	PORTUGAL 1000	AML 1000	PORTUGAL 1000	AML/PORTUGAL %	AML/PORTUGAL %	AML TX VARIAÇÃO %
EMPREGO	1393	5147	1336	5030	27,1	26,6	4,3
PRODUTIVIDADE	37,7	28,0	29,3	21,2	-	-	-

FONTE: INE

### A) FORMAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E DESMANTELAMENTO DA INDÚSTRIA FORDISTA

A industrialização da Grande Lisboa e da península de Setúbal durante o Estado Novo encaminhou-se no desenvolvimento de atividades intensivas em capital e em trabalho, que tinham como meta a produção “em massa” (química, farmácia, siderurgia, construção e reparação naval, eletrónica e telecomunicações). O processo de industrialização aproximou-se, em diversas vertentes, ao modelo fordista, uma vez que privilegiou as economias de escala – baseadas na intensidade dos fatores capital e trabalho –, a estabilidade do emprego e a remuneração média elevada do trabalho, no contexto nacional, e deu lugar à formação de grandes espaços urbano-industriais (Ferrão, 1987). Paralelamente, observou-se uma predominância de investimentos produtivos com origem nos principais grupos económicos nacionais, numa primeira fase, e no investimento direto estrangeiro, especialmente a partir da adesão à União Europeia em 1986.

As profundas mudanças registadas na sociedade portuguesa desde o 25 de Abril de 1974 ocorreram num contexto de crise económica internacional. O modelo de desenvolvimento económico baseado nas indústrias intensivas em capital e orientadas pela lógica das económicas de grande escala chegava aos seus limites (Vale, 2005) como resultado do aumento dos custos energéticos e da forte concorrência dos países do sudeste asiático. No entanto, o acentuado decréscimo do emprego na indústria transformadora não ocorreu imediatamente após a reestruturação industrial. De facto, parte da regressão do emprego industrial verificou-se em setores “maduros”, como a química (Barreiro), a construção e reparação naval (Almada e Setúbal), a siderúrgica (Seixal), a refinação e fabricação de derivados de petróleo (Lisboa), devido à presença de estruturas industriais desfavoráveis na área metropolitana de Lisboa. Ainda que se verifiquem evidências do processo de reestruturação desde a década de 70, as últimas décadas do século passado ainda foram marcadas pela continuação de processos de reestruturação nos setores mais intensivos em capital e trabalho, com um forte impacto negativo no mercado de trabalho (Mendes Baptista, 1989; Gaspar *et al*, 1998). No entanto, há também evidências de crescimento do emprego industrial nas periferias da AML, com o crescimento da atividade e a deslocalização de estabelecimentos (Gomes, 2001) como resultado. O congestionamento urbano, a inadequação das infraestruturas e a competição com outras funções pelo uso do solo, entre outros, constituíram-se como os fatores mais relevantes do movimento centrífugo da indústria.

Na verdade, a saída das empresas das cinturas industriais urbanas para áreas mais afastadas, com melhores redes de transporte e comunicações, é uma tendência “pesada” da dinâmica de organização do espaço industrial nas grandes áreas metropolitanas, que é frequentemente incentivada pelas políticas públicas de ordenamento do território, visíveis na oferta de solo infraestruturado nas áreas envolventes e boas condições de acessibilidade.

As atividades industriais retraíram-se na região, apesar da sua importância, quer em volume de exportações, quer na satisfação da procura do mercado interno em segmentos de maior valor acrescentado. Mantiveram-se na região as indústrias mais exigentes em mão-de-obra qualificada e aquelas que beneficiam do desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia, bem como as empresas direcionadas para os mercados nacional e internacional. Destaca-se igualmente a consolidação do *cluster* automóvel, induzida pela instalação da Autoeuropa e dos seus fornecedores diretos na península de Setúbal (Vale, 2004).

### B) SERVIÇOS AVANÇADOS, CENTRALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

As características mais relevantes da economia da AML refletem o enraizamento da terciarização e a especialização em serviços intensivos em conhecimento, a dimensão do emprego público e a concentração das funções inerentes ao papel da cidade capital, a concentração de atividades de I&D e a presença dos centros de decisão económica nacional e de subsidiárias com capitais estrangeiros. Recentemente, o setor do turismo tornou-se também mais relevante na economia da cidade, beneficiando de um conjunto de eventos de grande projeção internacional.

A especialização em serviços avançados é uma das características da base económica da AML, que se destaca claramente das restantes regiões portuguesas (Alves e Pires, 1990; Ferrão, 1992; Teixeira, 2005). Paralelamente, a AML é o principal polo do sistema nacional de inovação, uma vez que reúne diversas infraestruturas tecnológicas (parques de ciência e tecnologia, centros tecnológicos, etc.) e de I&D (elevado número de laboratórios públicos direcionados ao desenvolvimento científico tecnológico) (Vale, 2005).

Segundo Florida (2005), a atração de talentos é um dos aspetos cruciais para a competitividade das cidades. No contexto nacional, a AML detém a maior percentagem de emprego nos setores criativos do país, cerca de 35% do total nacional em 2006; inclui os setores das artes, as indústrias criativas e as atividades culturais. Em grande medida, a concentração de emprego nesses setores reflete a importância da procura, as amenidades urbanas e o maior nível de diversidade cultural da região.

O desempenho das funções de capital política de Portugal está associado à concentração de funções político-administrativas e, consequentemente, ao desenvolvimento do emprego no setor público. Apesar da tendência para a diminuição do emprego público, concentra-se na AML uma larga proporção do seu total, que na administração central concentra cerca de 225 mil empregos, dos quais 65% se encontram no município de Lisboa.

Mais recentemente, verificou-se um notável crescimento do setor turístico na AML, em particular na cidade de Lisboa; atualmente é o principal destino turístico do país, especialmente reconhecido pelos operadores turísticos dos segmentos *city breaks* e *meeting industry*. De facto, registou-se um aumento do número de estabelecimentos hoteleiros e do número de camas. A evolução do número de dormidas cresceu em conformidade com o aumento da oferta hoteleira. A realização do evento internacional Expo '98 proporcionou um salto de cerca de 1 milhão de dormidas na cidade de Lisboa, que se estabilizou entre 3 e 3,5 milhões nos anos seguintes até 2004, precisamente quando as dormidas ultrapassaram os 3,5 milhões pela realização do Campeonato Europeu de Futebol de 2004. Os anos mais recentes registam um notável crescimento das dormidas, sempre acima dos 3,5 milhões, o que afirma Lisboa como uma cidade muito atrativa para o turismo com origem (especialmente) no estrangeiro, como resultado dos traços distintivos da sua dimensão cénica, a sua qualidade ambiental, a sua morfologia urbana e a sua identidade e cultura, e também por beneficiar de serviços de transporte aéreo de baixo custo que serve a cidade há alguns anos. Também no campo do turismo se regista uma dificuldade de articulação entre os vários tipos de oferta da cidade de Lisboa e o turismo balnear nos concelhos litorais, onde se localizam muitas praias, algumas com excecionais condições ambientais (por exemplo, as que se localizam junto da Serra da Arrábida, na península de Setúbal).



### C) CIDADE-CENTRO E CIDADE-REGIÃO: RELAÇÕES INTENSAS E SEPARAÇÕES MARCADAS

A formação da área metropolitana alterou as relações entre a cidade-centro (Lisboa ou, mais precisamente, a cidade consolidada) e as extensas periferias (primeira e segunda coroas de expansão suburbanas e, mais recentemente, as áreas periurbanas). A crescente separação entre o local de residência e o local de trabalho gerou grandes fluxos de tráfego na área metropolitana, marcadamente organizados por um sistema de infraestrutura de transporte viário-ferroviário construído para assegurar as conexões à cidade de Lisboa. Por outro lado, na cidade de Lisboa verifica-se um alargamento do centro de negócios para norte, ao mesmo tempo que a Baixa (downtown) perde progressivamente funções e emprego. Paralelamente, as áreas residenciais da cidade histórica foram perdendo habitantes e os edifícios foram-se degradando. A população deslocou-se para as margens do município e fixou-se em novos bairros (por exemplo, Benfica, Telheiras, Alto do Lumiar, Parque das Nações...) ou, como se observou no ponto anterior, foi saindo da cidade ao não encontrar habitações adequadas às suas necessidades e disponibilidades financeiras. Em algumas destas áreas instalaram-se novas empresas e formou-se, assim, um conjunto de polos secundários de emprego na cidade.

A expansão desorganizada da cidade traduziu-se na formação de núcleos habitacionais cada vez mais distantes do centro e frequentemente mal servidos por sistemas de transporte coletivo e com uma clara carência de equipamentos coletivos. Entre 1991 e 2001, verificou-se um crescimento na ordem dos 5% no número alojamentos na cidade de Lisboa, valor que, apesar de expressivo, é incomparavelmente mais baixo que o verificado na AML no mesmo período (cerca de 20%). Como em muitas outras cidades, a especulação imobiliária é um fator determinante para esta situação, pois envolve investidores, fundos imobiliários e famílias que, dessa forma, adquiriram habitações. Como consequência, apenas 29% dos alojamentos de Lisboa estavam ocupados em regime de aluguer em 2001, e verificou-se que o número de alojamentos ocupados pelos proprietários registava valores superiores aos que se encontravam cidades como Berlim, Paris e Bruxelas (PLH, 2009).

Concomitantemente, o centro histórico e também as áreas de crescimento urbano do início do século XX na cidade de Lisboa foram perdendo população e são hoje áreas com edificado degradado em que reside população envelhecida. Na cidade de Lisboa encontravam-se vagos cerca de 40 mil alojamentos (ou seja, cerca de 14% do total de alojamentos), dos quais 67% estava fora do mercado de venda ou de arrendamento. O crescimento metropolitano configurou assim um modelo “donut”, com um progressivo esvaziamento do centro urbano e crescimento populacional nas coroas suburbanas e periurbanas.

O desenho da rede ferroviária e da rede viária suportou a expansão metropolitana e permitiu o afastamento cada vez maior das habitações e atividades empresariais ao centro; consequentemente, os fluxos de mobilidade aumentaram na região, pelo que se regista atualmente uma forte dependência do transporte individual nos movimentos casa-trabalho como resultado dos significativos investimentos realizados na rede viária, que favoreceram os processos de expansão territorial (Portas et al, 2004; Marques Costa, 2007).

Regista-se um fluxo diário em direção do centro de centenas de milhares de veículos particulares oriundos da AML. Com a construção de novas vias de acesso a Lisboa, o fluxo de entrada na cidade cresceu, e estimava-se que em 2003 circulavam nos principais acessos a Lisboa (nos dois sentidos) cerca de 826 mil veículos por dia, dos quais 412 mil tinham como destino Lisboa e 181 mil utilizavam as vias do município para atravessar a cidade (PDM de Lisboa, 2011a). Em 2009 registou-se uma ligeira diminuição do número de veículos em circulação (802 mil por dia), um resultado conjugado da recente melhoria do sistema de transporte devido à construção de importantes interfaces, ao aumento do preço do combustível e à diminuição do poder de compra das famílias, associado à crise económica.

A estrutura de movimentos pendulares reflete uma forte polarização exercida pela cidade de Lisboa como resultado da concentração na cidade do essencial da administração central, inúmeras empresas (e, em particular, as sedes das de maior dimensão), o setor financeiro, os serviços de saúde, a educação, a cultura e as funções portuárias e aeroportuárias.

A construção de grandes infraestruturas na AML beneficiou de apoios comunitários, especialmente do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), de que são exemplo as circulares externas e internas CREL e CRIL, o eixo Norte-Sul, a autoestrada Lisboa-Cascais, o alargamento do IC19 e a ponte Vasco da Gama. No campo dos transportes públicos, os grandes investimentos efetuaram-se na expansão da rede de transporte metropolitano para a primeira coroa suburbana, ainda que não se tenha refletido num claro aumento do número de passageiros; tal não se passou com a introdução da travessia ferroviária na ponte 25 de Abril, que tornou possível uma conexão eficaz entre Lisboa e a margem sul do Tejo. Paralelamente, apostou-se na construção de interfaces de transporte público, com o objetivo de aumentar a eficiência do sistema de transporte. Apesar de todo este investimento, a descoordenação da intervenção – resultado da ineficácia da Autoridade Metropolitana de Transporte de Lisboa –, por um lado, e, por outro, a expansão urbana em áreas cada vez mais distantes – uma vez que a falha de planeamento teve origem no nível metropolitano – não se traduziram num sistema de mobilidade eficaz e menos dependente do transporte individual, o que se traduz em elevados custos do ponto de vista ambiental.

Por se tratar de um modelo insustentável, socialmente indesejável e com nefastas consequências em termos de alterações climáticas, o município de Lisboa desenvolveu diversas políticas de reabilitação urbana na cidade, com o objetivo de atrair população mais jovem para o centro e combater o processo de saída das famílias. No entanto, a competição entre Lisboa e os outros municípios da área metropolitana verificou-se negativa para o ordenamento do território e revelou diversas falhas de planeamento, especialmente a “ausência de um plano que crie opções à escala metropolitana e defina prioridades de investimento, ao invés de limitar-se a copiar os interesses de cada município – ainda que sejam divergentes e antagónicos entre si – e [a] inexistência de direção política da área metropolitana.” (PDM de Lisboa, 2011b).

De facto, apenas uma estratégia metropolitana poderá resolver o problema e impedir o crescimento excessivo das áreas suburbanas mais distantes, algumas das quais já extravasam a própria AML. Mas uma política de densificação das áreas centrais não é necessariamente do interesse dos municípios suburba-

nos, já que veriam diminuir acentuadamente as receitas municipais e ver comprometida a sua capacidade de execução das funções básicas. Num contexto de fragmentação do poder político, devido à inexistência de uma autarquia regional com poderes no âmbito do ordenamento do território, da habitação, dos transportes e do ambiente, apenas uma alteração no modelo de financiamento das autarquias locais e uma revisão da Lei dos Solos permitiriam atacar este problema de expansão descontrolada das periferias urbanas. No entanto, fruto da atual crise económica, a expansão destas áreas encontra-se “congelada” e, pela maior dificuldade de acesso ao crédito imobiliário pelas famílias, registou-se uma dinamização do mercado de arrendamento, o que favorece claramente a cidade de Lisboa como resultado da grande quantidade de alojamentos vazios.

Governança de Lisboa e da AML

*O perímetro do município é declaradamente insuficiente para acomodar a atual cidade de Lisboa, o que origina grandes disfunções do ponto de vista da sua gestão, nomeadamente nos critérios de ocupação territorial, de mobilidade, das políticas públicas de habitação e de distribuição e gestão de equipamentos coletivos.*

*Plano Diretor Municipal de Lisboa*<sup>1</sup>

Um dos grandes problemas da governação da AML encontra-se na debilidade dos órgãos políticos regionais e a sua quase total subordinação ao governo nacional e às autoridades municipais. As entidades metropolitanas de carácter geral e integrado derivam precisamente da delegação regional do governo português – a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) – e de uma associação de municípios designada “Área Metropolitana de Lisboa”. Ambas são detentoras de poderes e orçamentos bastante limitados, ainda que, no caso da CCDRLVT, a gestão do Programa Operacional da Região de Lisboa (investimentos apoiados por fundos comunitários da União Europeia) alargue consideravelmente a sua esfera de intervenção.

Na realidade, não existe sequer uma regulação metropolitana, somente uma estratégia nacional (CCDRLVT, 2008), muito associada ao programa operacional. São numerosas, no entanto, as instituições públicas de nível metropolitano (por exemplo, as delegações regionais dos ministérios), mas bastante ineficientes dada a ausência de uma plataforma governativa regional com poderes efetivos.

Existem hoje nada menos que 180 entidades públicas com atuação na região de Lisboa. O cruzamento de múltiplas tutelas cria dificuldades de articulação e zonas de incerteza que apenas podem ser ultrapassadas através de uma coordenação de base territorial, com participação das entidades que tutelam os diferentes setores de intervenção pública (CCDRLVT, 2008:91).

<sup>1</sup> - PDM de Lisboa, 2011b.

Ainda que seja esta a visão que a conduz, a Estratégia Lisboa 2020 aponta apenas três princípios muito genéricos relativos ao governo da região: i) a simplificação administrativa; ii) a coordenação política; iii) a participação cidadã e a cooperação. E agrava-se pelo facto de estas orientações não se traduzirem em programas ou ações concretas neste campo.

Uma das principais explicações para esta situação relaciona-se com o grande poder que os municípios detêm em Portugal: por um lado, por herança histórica e, por outro, pelo reforço que lhes foi atribuído no seguimento da revolução de 25 de Abril de 1974, como pilares e garantes da construção da democracia. Tiveram, de facto, um papel muito importante ao nível da infraestruturação e do equipamento do território; atualmente, e ultrapassada em grande medida essa fase de resolução de necessidades básicas, os municípios mantêm amplas atribuições e competências, e a eles pertence uma parte importante do orçamento de Estado. Mas mais complexa que a amplitude de poderes é, como já se mencionou anteriormente, a permanente competição entre os municípios e a consequente dificuldade em estabelecer acordos de cooperação. O nível municipal converteu-se numa “arena” privilegiada de confrontação partidária, especialmente nos mais populosos, como Lisboa e outros concelhos da AML, o que dificulta muito a articulação de políticas e iniciativas municipais.

No caso da AML, esta fragmentação municipal impede claramente a definição de objetivos, de estratégias, de políticas e de iniciativas integradas à escala metropolitana. E, como o município/cidade de Lisboa não tem peso – nem demográfico, nem económico (Quadro 5) – suficiente para contrariar a situação atual e liderar uma gestão metropolitana, o poder dos territórios municipais faz da AML uma mera justaposição de políticas locais.

QUADRO 2  
Gastos municipais na AML, 2009

MUNICÍPIO	GASTOS TOTAIS (#)	PESO DE CADA TERRITÓRIO NOS GASTOS TOTAIS (%)
LISBOA	666 951 471	33,01
AML NORTE (SEM LISBOA)	873 662 724	43,24
AML SUL	457 896 589	22,66
TOTAL	2 020 504 830	100

FONTE: DIREÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, SIPOCAL.



Um estudo recente sobre o modelo de governação de Lisboa (Mateus, 2010), encomendado pela Câmara Municipal de Lisboa, apresenta algumas orientações interessantes sobre esta matéria, principalmente nos campos da “capitalidade” e da centralidade de Lisboa. Sublinha-se a necessidade de diferenciar o papel do município de Lisboa conferindo-lhe um protagonismo especial, especificamente ao nível da cultura, do turismo, do transporte aéreo e marítimo e, também, no campo da integração da capital nas redes globais. Para além destas diretrizes, o estudo referido releva a necessidade de uma profunda reestruturação da divisão administrativa, especificamente ao nível da freguesia (nível sublocal), que talvez potencie ainda maior fragmentação na governação metropolitana.

Um elemento essencial na governação da cidade baseia-se no envolvimento dos cidadãos, individual ou coletivamente, na discussão e decisão de opções de planeamento urbano (Seixas, 2008). A tradicional hierarquização do sistema português de planeamento, baseado num esquema de planos “em cascata”, atribui grande preponderância à administração pública, que tradicionalmente exerce um “planeamento para” no lugar de um “planeamento com” os cidadãos (Queirós, 2008). Este é um campo em que se exigem profundas mudanças que, em última instância, advogam por uma nova cultura de planeamento mais participativa (Mourato, 2009).

## CONCLUSÃO

Não existe, na aceção plena do termo, uma metrópole de Lisboa! Existe uma forte inter-relação entre as diferentes parcelas de uma grande área urbana funcional polarizada por Lisboa, mas não um desejo, uma estratégia, nem uma estrutura política capaz de assumir a sua existência como tal. Deste modo, não se pode afirmar que exista uma capacidade efetiva para desenvolver um planeamento e uma gestão territorial de âmbito metropolitano, especialmente em campos importantes para a qualidade de vida como a mobilidade, a habitação e o ambiente.

O crescimento orgânico desta cidade-região baseou-se, em grande parte, em antigos núcleos, que se foram expandindo, e no desenvolvimento de novas frentes de urbanização que transformaram o solo rural em seu redor em solo urbano e alteraram a relação da cidade central com a que a envolvia. No fundo, foram a rede ferroviária e, mais recentemente, a rede de vias rápidas terrestres as que deram forma ao crescimento urbano os setores imobiliário e financeira aproveitaram, durante as últimas décadas, as oportunidades criadas pelo aumento da acessibilidade, sobretudo em momentos em que se verifica um rápido crescimento da procura, como a vinda da população residente nas ex-colónias noas anos 70, o regresso de emigrantes europeus nos anos 80, a imigração a partir dos anos 90 e também os momentos em que o crédito bancário se torna mais acessível, como a partir da criação do euro, que se fez acompanhar por uma acentuada descida das taxas de juro.

A expansão urbana no conjunto metropolitano não segue planos bem definidos, apenas orientações muito genéricas, e não é regulada por um órgão de nível regional com poderes efetivos. É fundamentalmente o resultado de múltiplas operações urbanísticas, tanto do setor público, como do privado. No final, foi a divisão em NUT2 e os programas operacionais regionais que acabaram por dar maior consistência e

coerência à AML. A necessidade (imposição da CE) de definir objetivos, estratégias, eixos de intervenção e ações marcadas por metas acabou por forçar uma visão metropolitana que se tem vindo a aprofundar desde o I QCA (Quadro Comunitário de Apoio 1989-1993), mas que é ainda muito incipiente e, sobretudo, muito difícil de pôr em prática pelas inúmeras barreiras que enfrenta, entre as quais se destacam a fragmentação político-administrativa que impede o desenho e também a implementação de políticas e instrumentos de ordenamento do território a nível metropolitano.

A tensão entre municípios e a dificuldade da cidade de Lisboa em assumir um papel de liderança metropolitana constitui um forte obstáculo à afirmação de uma verdadeira metrópole. O conflito entre visões setoriais e territoriais dificulta a sua integração e impede a geração de consensos necessários para a construção de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento para a AML.

No entanto, as profundas desigualdades sociais – concentradas em determinados municípios ou conjuntos de freguesias – que se verificam na AML não favorecem a formação de uma identidade metropolitana. Existem, de facto, inúmeras identidades territoriais na região, na maioria dos casos definidos a uma microescala. A ideia de pertencer a um espaço metropolitano é certamente muito fluida e não tem expressão no quotidiano de quem vive e/ou trabalha na AML.

Para fazer da AML uma (metro)polis, a primeira tarefa é a negociação entre os agentes municipais, a progressiva mudança de uma atitude de competitividade para outra de diálogo e de colaboração. Deve existir a possibilidade de estabelecer uma plataforma de debate e de ação suficientemente serena na qual, eventualmente, através das autarquias locais, se possa fortalecer a capacidade de participação dos cidadãos e a construção de uma cultura de planeamento colaborativo.

## BIBLIOGRAFIA

- Alves, T e I. Pires (1990). *Os serviços em Portugal. Evolução e distribuição regional*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- André, I. et al. (2009). “Inclusive places, arts and socially creative milieux”. Em *Social innovation and territorial development*, F. Moulaert, D. MacCallum, J. Hillier e S. Vicari (eds.). Aldershot: Ashgate Publishing.
- Barata-Salgueiro, T. (1992). *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento.
- Barata-Salgueiro, T. (2001). *Lisboa. Periferia e centralidades*. Oeiras: Celta. CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2008). *Estratégia Regional Lisboa 2020*. Lisboa: CCDRLVT.
- Ferrão, J. (1987). *Indústria e valorização do capital. Uma análise geográfica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Ferrão, J. (1992). *Serviços e inovação. Novos caminhos para o desenvolvimento regional*. Oeiras: Celta.
- Ferrão, J. (2004). *Área Metropolitana de Lisboa. Gentes, paisagens, lugares*. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.
- Ferreira, V. M. (1987). *A cidade de Lisboa: De capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: Dom Quixote.
- Florida, R. (2005). *The flight of the creative class. The new global competition for talent*. Nova Iorque: Harper Business.
- Fonseca, M. L. (1990). *População e território. Do país à área metropolitana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Gaspar, J. (1970). “Os portos fluviais do Tejo”. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. 10: 153-204.
- Gaspar, J., E. B. Henriques e M. Vale (1998). “Economic restructuring, social recomposition and recent urban changes in Portugal”. *Geojournal*, 43: 63-76.
- Gomes, H. (2001). *Reestruturação e expansão industrial da Área Metropolitana de Lisboa. A emergência de novos territórios: Os casos de Sintra e Alenquer*. Tese de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Malheiros, J. (2008). *Guia da Lisboa intercultural*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura/Câmara Municipal de Lisboa/Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.
- Marques Costa, N. (2007). *Mobilidade e transporte em áreas urbanas. O caso da Área Metropolitana de Lisboa*. Tese de doutoramento em Geografia Humana. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Mateus, A. (coord.) (2010). *Qualidade de vida e governo da cidade. Bases para um novo modelo de governação da cidade de Lisboa*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Mendes Baptista, A. M. (1989). “Perspectivas de desenvolvimento económica da Área Metropolitana de Lisboa”. *Sociedade e Território*, 10/11: 43-48.
- Mourato, J. (2009). “O território e a (ir)racionalidade da decisão”. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. 44: 145-164.
- Oliveira Marques, A. H. (1997). *História de Portugal. Volumes I, II e III*. Lisboa: Presença.
- PDM de Lisboa (2011a). *Relatório de caracterização: Síntese (revisão do Plano Director Municipal)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- PDM de Lisboa (2011b). *Relatório da proposta (revisão do Plano Director Municipal)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Pires, I. (2006) (ed.). *As relações entre Portugal e Espanha: Oportunidades criadas no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- PLH (2009). *(Re)habitar Lisboa. Proposta estratégica do Programa Local de Habitação de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Portas, N, A. Domingues e J. Cabral (2004). *Políticas urbanas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Queirós, M. (2008). “Teorias da complexidade: Princípios para o ordenamento do território”. Em *La perspectiva geográfica ante los retos de la sociedad y el medio ambiente en el contexto ibérico*, Actas do XI Colóquio Ibérico da Geografia: 87-103. Alcalá de Henares: Universidade de Alcalá.
- Seixas, J. (2008). “Dinámicas de gobernanza urbana y estructuras del capital sociocultural en Lisboa”. *Boletín de la A.G.E.*, Nº 46: 121-142.
- Teixeira, J. A. (2005). “Os serviços”. Em *Geografia de Portugal, Vol. III: Actividades económicas*, C. A. Medeiros (ed.): 232-263. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vale, M. (2004). “Innovation and knowledge driven by a focal corporation: The case of the Autoeuropa supply chain”. *European Urban and Regional Studies*, 11 (2): 124-140.
- Vale, M. (2005). “As actividades industriais”. Em *Geografia de Portugal, Vol. III: Actividades económicas*, C. A. Medeiros (ed.): 186-229. Lisboa: Círculo de Leitores.



# CULTURA, ARTES E INOVAÇÃO SOCIAL

- 30 Dimensões e Espaços da Inovação Social.
- 34 O Circo Chegou à Cidade! Oportunidades de Inovação Sócio-territorial.
- 30 Estratégias Sociais Criativas em Barcelona. O Caso do Walden-7.
- 34 Inovação Social Através das Artes em Áreas Rurais: o Caso de Montemor-o-Novo
- 34 Introdução do Atlas das Utopias
- 34 Inspiração e emoções: Cultura e artes gerando novas urbanidades.

# CULTURA, ARTES E INOVAÇÃO SOCIAL

## O QUE APRENDEMOS COM GRATIDÃO COM A ISABEL ANDRÉ\*

POR FRANK MOULAERT

**P**ara esta releitura do trabalho da Isabel acerca da relação entre ‘Inovação social, arte e criatividade’, concentrei-me principalmente em cinco textos por ela publicados em co-autoria com diversos colegas, a par de algumas comunicações por ela apresentadas em conferências: “Dimensões e espaços da inovação social” (2006, com Alexandre Abreu), “O circo chegou à cidade! Oportunidades de inovação sócio-territorial” (2009, com João Reis), “Inclusive places, arts and socially creative milieux” (2009, com Eduardo Brito Henriques e Jorge Malheiros), “Estratégias sociais criativas em Barcelona. O caso do Walden-7” (2010, com Muriel Rousselle) e “Social innovation through the arts in rural areas: the case of Montemor-o-Novo” (2013, com Alexandre Abreu e André Carmo). Considerei adicionalmente o *Atlas das Utopias Reais* e o artigo (2013, com Patrícia Rego) sobre a experiência de articulação em rede entre organizações do Terceiro Sector em Évora intitulado “Inovação Social no Terceiro Setor. O Distrito de Évora”. São três os temas que aqui abordarei:

(1) o significado da criatividade (social) na sua relação com a inovação social; (2) os domínios de aplicação da criatividade social num contexto espacial; (3) e as perspectivas de investigação futura com base na ligação entre a criatividade e a inovação social. Esta última tem um enfoque especial no potencial da criatividade social para uma governança articulada ao nível da base.

### 1. INOVAÇÃO SOCIAL, CRIATIVIDADE SOCIAL E MEIOS SOCIALMENTE CRIATIVOS

André e Abreu (2006, p. 124) definem a Inovação Social como:

“uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou actores sujeitos, potencial ou efectivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder.”

Os autores assinalam também que a Inovação Social pode assumir muitas formas e ser desencadeada de muitas maneiras. Na altura em que este artigo foi escrito, não existia ainda nenhuma tipologia convincente da inovação so-

cial. As distinções entre IS, mudança social e transformação sociopolítica eram ainda vagas (Moulaert, MacCallum, Mehmood and Leuboldt, 2017). O enfoque analítico incidia principalmente sobre as microdinâmicas da inovação social em contextos sociopolíticos específicos, procurando examinar de que forma é que esta é originada. Nesse contexto, o quadro analítico deste artigo de 2006 estabelece uma distinção entre diferentes dimensões analíticas da IS (op cit. p. 131). Gostaria especialmente de assinalar os estímulos à inovação social identificados pelos autores: as adversidades, os riscos a mitigar, os desafios e as oportunidades. Esta diversidade de estímulos transcende o ênfase habitualmente excessivo na IS como estratégia contra a exclusão social (Moulaert et al. 2009) e cria janelas de oportunidade para a melhoria de relações sociais que, sendo satisfatórias, são porém suscetíveis de progresso ou declínio sociais.

Tanto quanto sei, neste artigo de 2006 os autores estabelecem pela primeira vez uma relação explícita entre inovação social e criatividade em meios sociocriativos. Para esse efeito, recorrem a uma versão socialmente enriquecida do conceito de ‘meio inovador’ – os ‘meios criativos’, interpretados num sentido espacial ou em rede, nos quais a criatividade germina e floresce em diversas direções (‘La plasticité’ se-

gundo Dominique Lambert).<sup>1</sup> De acordo com André e Abreu, os ‘lugares criativos’ possuem três características: diversidade sociocultural, relacionada com a abertura ao mundo exterior; tolerância, no sentido da abertura ao risco da inovação; e democracia com base na participação ativa dos cidadãos (p. 132) – as quais constituem as três características principais da plasticidade num contexto socialmente dinâmico.

No seu capítulo de 2009 sobre ‘Inclusive Places, Arts and Socially Creative Milieux’, André, Henriques e Malheiros exploram adicionalmente a relação entre criatividade, arte e inovação social nos ‘meios socialmente criativos’. Este texto afasta-se explicitamente da visão ‘mono-cultural’ da inovação e da inovação social, baseada na tecnologia e na economia de mercado, enquanto instrumentos que visam garantir a viabilidade mercantil, a eficiência e a competitividade. A análise situa-se no plano da redescoberta do social e das suas diferentes dimensões enquanto dinâmicas fundamentais do ‘meio’. Fá-lo enfatizando o papel da criati-

1 - «La plasticité désigne la capacité qu’ont certains composants à s’in-former (recevoir une forme) et à se dé-former, tout en gardant unité et cohérence. La plasticité est donc une condition nécessaire pour que la vie apparaisse, se maintienne et puisse évoluer.» (Entrevista de Dominique Lambert à Radio France Internationale, a propósito do livro *Comment les pattes viennent au serpent. Essai sur l’étonnante plasticité du vivant*, de Dominique Lambert e René Reszöbazy, Editions Flammarion, 2004).

\* Tradução livre de Alexandre Abreu, do original “What we gratefully learned from Isabel André”



vidade nas dinâmicas sociais. Enfatiza a plasticidade do comportamento inspirado, individual e coletivo, como aspecto crucial da mudança e progresso sociais. Este ênfase é relacionado com o ‘cultural turn’ nas ciências sociais e na filosofia societal enquanto característica da pós-modernidade, mostrando como a inovação social, com a sua ética de democracia, solidariedade, multivo- calidade, codecisão e coprodução, criou espaço para a criatividade no sentido da “... capacidade humana de produzir novas cois- as, ou de criar novas situações, distinguindo- se da noção de um uso inovador dos recursos existentes e/ou de tecnologias conhecidas. Tem a ver com a faculdade humana da imagi- nação. Na escrita, por exemplo, a criatividade consiste na capacidade de imaginar novas histórias ou de utilizar a linguagem de uma forma pessoal e imaginativa. Nas belas artes, por exemplo na pintura, a criatividade pode expressar-se na utilização de materiais inesper- ados, em novas combinações de cores e for- mas, ou através das formas como as coisas são feitas. Quando uma criança pega num pedaço de madeira na floresta e a transforma num brinquedo, são a imaginação e a criatividade que a movem. A criatividade não é exclusiva da produção artística. A criatividade ocorre em todos os domínios da vida humana.” (p. 150)

Por outro lado (p. 151):

“Existe uma componente natural em jogo na criatividade. Frey (2002, p. 368) expressa esta ideia chamando-lhe ‘motivação pessoal’, mas as características pessoais por si só são insuficien- tes para explicar a criatividade. A criatividade não depende só dos determinantes biológicos e psicológicos, mas requer sempre também, como sugerimos anteriormente, alguma fonte de inspiração exterior. Tendo presente a rele- vância desses fatores externos ou ambientais, faz sentido olhar para a criatividade como um efeito contextual (Drake 2003) e para o meio criativo como sendo simultaneamente um pro- duto da, e uma condição para, a criatividade.”

Citando Nussbaumer e Moulaert (2004, p. 255), os autores completam então o círculo, estabelecendo a rela- ção com a inovação social ao situarem a criatividade [artística] no plano so- cial:

“A expressão artística assenta no reconheimen- to, na medida em que se refere a símbolos essen- ciais – signos coletivos – da pertença a grupos, comunidades e cidades. O verdadeiro desafio para a expressão artística ao nível da comuni- cação consiste na (re)construção de identidades suscetíveis de partilha por uma multitude de grupos: centros artísticos de bairro que permi- tem a ancoragem de uma grande diversidade de grupos étnicos, sociais e artísticos; artes que refletem uma imagem partilhada da cidade; projetos educativos que proporcionam acesso a formas artísticas que contrariam a fragmen- tação social.”

Estas ideias acerca das relações entre a *criatividade e a construção de comu- nidades* em meios locais são essenciais para entendermos a relação de reforço mútuo entre a criatividade e a inovação social. A Tabela 1 “Criatividade Social e Inovação Social em Meios Urbanos e Rurais”, que aqui reproduzo, resume os catalizadores e as oportunidades de reforço mútuo entre a ‘Criatividade Social’ (CS) e a ‘Inovação Social’ (IS). Indica de que forma é que as sinergias entre a CS e a IS contêm um forte po- tencial de desenvolvimento comunitá- rio em áreas urbanas e rurais.

TABELA 1  
Criatividade social e inovação social em meios urbanos e rurais

	ÁREAS URBANAS	ÁREAS RURAIS
CRIATIVIDADE SOCIAL		
DIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"><li>- DIFERENTES SUBCULTURAS E ESTILOS DE VIDA</li><li>- DIFERENTES ORIGENS NACIONAIS E ÉTNICAS</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS, EM RESULTADO DA HISTÓRIA LOCAL DE RELAÇÕES DE CLASSE E LABORAIS</li><li>- DIFERENTES GRUPOS ETÁRIOS</li><li>- PESSOAS VINDAS DE FORA</li><li>- MIGRANTES REGRESSADOS</li></ul>
TOLERÂNCIA	<ul style="list-style-type: none"><li>- BASEADA NOS PRINCÍPIOS E REGRAS DE CIDADANIA</li><li>- MENOR SENSIBILIDADE FACE À ALTERIDADE</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- BASEADA NAS RELAÇÕES PESSOAIS</li><li>- MAIOR SENSIBILIDADE FACE À ALTERIDADE</li></ul>
APRENDIZAGEM COLETIVA E PENSAMENTO CRÍTICO	<ul style="list-style-type: none"><li>- IMPORTÂNCIA DA ESCOLA E DAS REDES INTERPESSOAIS AÍ ESTABELECIDAS</li><li>- QUALIFICAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A CRIATIVIDADE</li><li>- PENSAMENTO CRÍTICO ENQUANTO ATITUDE INDIVIDUAL (CONTESTAÇÃO)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO TÁCITO E DA EXPERIÊNCIA PASSADA DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO</li><li>- PENSAMENTO CRÍTICO ASSOCIADO A IDEOLOGIAS E FILIAÇÕES POLÍTICAS</li></ul>
INOVAÇÃO SOCIAL		
PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"><li>- REDES SOCIAIS VIRTUAIS</li><li>- COOPERAÇÃO ORIENTADA PARA OBJETIVOS</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- REDES E RELAÇÕES DE VIZINHANÇA</li><li>- COOPERAÇÃO COM BASE NA CONFIANÇA PESSOAL</li></ul>
MEMÓRIAS E REFERÊNCIAS COLETIVAS	<ul style="list-style-type: none"><li>- BASEADAS NO DISCURSO 'OFICIAL'</li><li>- COM EXPRESSÃO MATERIAL (PRAÇAS, EDIFÍCIOS, EVENTOS,...)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- PATRIMÓNIO IMATERIAL (HISTÓRIAS, POESIA, MÚSICA,...)</li></ul>
LIDERANÇA	<ul style="list-style-type: none"><li>- IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA</li><li>- O PAPEL DAS COMPETÊNCIAS REFLETE-SE NA EFICÁCIA DAS AÇÕES</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- IMPORTÂNCIA DO CARISMA E DOS LAÇOS PESSOAIS</li></ul>
ESCALA GEOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"><li>- ESPAÇO MULTIESCALAR (BAIRRO – METRÓPOLE – MUNDO)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- LUGAR (ESPAÇOS QUOTIDIANOS DA COMUNIDADE LOCAL)</li></ul>

FONTE: ANDRÉ, ABREU E CARMO (2013)

A correspondência entre as características e os factores desencadeadores da IS e da CS revela o poder sinérgico que advém da combinação das duas. Por exemplo, as iniciativas que permitem melhorar a comunicação entre diferentes (sub)culturas e grupos de determinadas áreas (com culturas diversas?) revelam-se ferramentas poderosas para a criação de redes de cooperação, essenciais para as dinâmicas de inovação social. As redes interpessoais de coaprendizagem e cocriação (CS) estão também no cerne da construção de relações sociais e da concretização de produtos conjuntos (IS). A tolerância (CS) no seio de uma comunidade baseada em regras e princípios de cidadania está relacionada com a constituição de direitos de cidadania, a qual se encontra na interseção do empoderamento socio-político (IS) e do reforço das relações sociais (IS), aspetos essenciais da IS tal como enfatizado por Martinelli (2013). As dimensões éticas da IS e da CS estão menos explícitas na tabela (quando comparamos com Martinelli 2010, pp. 17 a.f.). Porém, a prossecução da criatividade pessoal através da participação e interação de forma respeitosa (tolerância) envolve implicitamente princípios éticos tais como o respeito por outras opiniões, culturas, línguas,... Hoje em dia chamaríamos a isto uma cultura de multivocalidade, que transcende a linguagem falada

ou escrita e inclui uma diversidade de modos de expressão com recurso a materiais e sons artísticos e de outros tipos. Para além disso, a construção de relações sociais e de cidadania e a melhoria da democracia a todos os níveis requer respeito por valores como a solidariedade, a reciprocidade, a associação, a disponibilidade para ouvir e relacionar-se de forma empática, bem como lideranças partilhadas e empáticas.

2. EXPERIÊNCIAS EMBLEMÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIOCRIATIVA

A investigação sobre IS/CS desenvolvida pela Isabel André e seus colegas abrange uma grande diversidade de casos territorial e socialmente incrustados. Procurarei articular alguns dos atributos de IS/CS que estes casos têm em comum, sem no entanto perder de vista a sua especificidade. Uma característica adicional de cada caso é a metodologia utilizada, podendo para este efeito ser aqui feita uma distinção simples entre descrições de experiências concretas informadas pela teoria, investigação-ação (quando os investigadores assumem diferentes papéis na ação) ou combinações destas duas (Moulaert and Cassinari 2014). A tabela seguinte resume aquelas que me parecem ser as dimensões de IS/CS mais significativas destes casos. Estas dimensões correspondem de uma forma geral às da Tabela1, com exce-

ção das normas éticas e do potencial de transformação sociopolítica, que acrescentei. Adicionei ainda uma dimensão de ‘dinâmica territorial’, que na minha opinião representa melhor a articulação local e escalar dos vários

fatores de IS/CS no que se refere ao estímulo do desenvolvimento territorial e à forma como são expressos por este último. Finalmente, tal como assinalado na secção anterior, incluo ainda algumas palavras sobre metodologia.

TABELA 2  
IS e CS num conjunto de casos estudados e/ou coproduzidos pelos investigadores (Isabel André e colegas)

PROJETO/INICIATIVA	PRINCIPAIS DIMENSÕES DE IS/CS	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO/AÇÃO
Microcrédito - Experiência da ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito) (André et al. 2006)	Resolução dos problemas financeiros dos cidadãos com maiores dificuldades.	Reinterpretação da atividade da ANDC à luz de critérios de IS; sem dimensão territorial significativa.
CHAPITÔ: O circo chegou a cidade (André et al. 2009)	Articulação entre arte e inclusão social. O circo como promotor da inovação sociocultural e da emancipação social. O papel da liderança (carismática). Alargamento do leque de perspetivas de desenvolvimento socioterritorial nos bairros de Lisboa e de outras cidades portuguesas. Diversas atividades: formação social-artística, Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espetáculo, Companhia de Circo 'Chapitô'.	Fontes secundárias, análise comparada de outras experiências de circo e do seu potencial emancipatório. Investigação participatória em workshops, entrevistas individuais, perspetivas críticas. Ênfase nas dinâmicas de cocriação inter- e intraurbanas.
Teatro do Oprimido (diversos grupos em Portugal, especialmente em Lisboa) (André et al., 2011)	Processo de difusão: de Sul para Norte. Aprendizagem individual e coletiva – Desenvolvimento de competências/atitude específicas Superação de estigmas e baixa autoestima. Reforço da cidadania política através do teatro.	Aplicação da Pedagogia da Oprimido no Teatro (partilha de papéis, coconstrução das peças, problematização coletiva dos problemas e possíveis soluções...).
Orquestra Geração (em 2012, 14 orquestras em Portugal)	Orquestras de crianças e jovens. Superação do estigma social e cultural da 'pertença a um bairro degradado'. Aprendizagem coletiva, liderança partilhada, catalizador de ação sociopolítica. A arte como estratégia contra-hegemónica.	Aprendizagem por imitação ('mimetismo') em bairros degradados. A atividade musical tem uma influência positiva no comportamento escolar. Reforço da autoestima através do reconhecimento social da música sinfónica.
Wozzeck em Aldoar (bairro do Porto)	Interessante dinâmica de envolvimento gradual da população local na produção e seguimento do Wozzeck. Interação entre curiosidade e resistência por parte da população, cooperação entre agentes artísticos 'consagrados' (p.e. Companhia de Ópera de Birmingham, comunicação social, ...) e grupos locais. Empoderamento da comunidade local. Reforço do capital social e da imagem do bairro.	Um caso muito convincente de investigação-ação que demonstra como os projetos artísticos construídos de forma gradual contêm um forte potencial inclusivo e emancipatório. Mostra também a necessidade de um apoio continuado por parte das políticas públicas às iniciativas de bairro em Aldoar.
Montemor-o-Novo (Alentejo)	As vantagens da cooperação próxima entre as autoridades municipais, as organizações da sociedade civil e os agentes culturais; uma simbiose em evolução entre atores externos e população local; utilização crescente dos recursos locais na produção artística; nexos natureza-cultura. <sup>1</sup>	Principalmente com base em entrevistas (individuais e coletivas) e participação em workshops – Discussões sobre políticas. Construção de coesão territorial através de estratégias socioartísticas.
Inovação Social no Terceiro Setor no Distrito de Évora (Fundação Eugénio de Almeida, 2013)	Articulação em rede entre organizações do terceiro setor ativas em diferentes domínios (arte e cultura, apoio social, educação,...) Identificação de necessidades e oportunidades; fertilização cruzada de competências e ativos entre diferentes organizações.	Focus-groups, incorporação de atores na rede através de métodos de snowballing. Propostas concretas de cooperação e quanto ao papel da Fundação EA. Mobilização do potencial transformador do capital social através da criação de um Fórum em rede para o intercâmbio e a cooperação entre as organizações.
Projetos recentes <sup>2</sup> RUCAS (2012-2014)	Exploração de lugares socialmente criativos em Lisboa	Exploração de Utopias através da prática artística (Teoria, Trabalho de Campo, Workshops,...)
AGORA (2016-2019)	Cenas culturais e produção de novas urbanidades	Laboratórios Vivos socialmente inovadores enquanto comunidades de prática de CS

1 - Para algumas reflexões interessantes sobre o papel da cultura no desenvolvimento social, ver Parra and Moulaert (2011).  
2 - Ver também o projeto LINKS – Capital Social e Inovação: as redes na promoção do desenvolvimento local.



A crença – na maior parte dos casos apoiada em evidência convincente – no poder social da criatividade social traduzida em estratégias e processos de IS, ou mobilizada em apoio a estes últimos, é uma mensagem principal que perpassa pelas publicações e projetos de investigação da Isabel. O seu trabalho caracteriza-se por uma grande diversidade metodológica, que vai da consulta e análise de dados secundários a partir de uma perspetiva de IS/CS à investigação-ação altamente empenhada, como no estudo de caso de Montemor-o-Novo para a ação de coordenação KATARSIS, no projeto RUCAS sobre a exploração de lugares socialmente criativos e no projeto AGORA que se encontra ainda em curso e que se debruça sobre as cenas culturais destes lugares e o modo como estas constituem espaços em que se formam novas urbanidades que depois se difundem pela cidade.

### 3. PERSPETIVAS DE INVESTIGAÇÃO(-AÇÃO) FUTURA

As iniciativas socialmente criativas proporcionam oportunidades de emancipação e reconhecimento, constituindo formas de escapar a trajetórias de privação e exclusão que se encontram muitas vezes associadas geograficamente a bairros frágeis. As iniciativas socialmente criativas trabalham com formas de expressão que transcendem a comunicação lógica e científica. Valorizam a plasticidade do corpo e da mente humanos.

No seu trabalho, a Isabel atribui um grande valor ao conceito de ‘plasticité’, ou ‘plasticidade’, que, no meu entendimento, é o contrário de ‘rigidez’. Acredito que um dos principais interesses da Isabel ao longo da sua vida consistiu em (co)criar oportunidades para os jovens e as crianças desenvolverem o seu potencial criativo e definirem a sua trajetória existencial de forma plástica, continuamente estimulados por adversidades e oportunidades. Ela própria viveu sempre de forma consistente com este interesse e com estes valores na sua interação com a sua própria família, bem como com os seus estudantes e colegas mais novos; mas também na sua interação com os atores pertencentes às diversas redes por que navegou.

A ‘plasticidade’ é um conceito-chave na teorização e operacionalização das capacidades sociais e criativas dos seres humanos nos seus ambientes sociais. É um termo interdisciplinar que relaciona diversos debates em curso, não só nas artes como também na psicologia e nas neurociências, e que proporciona novas visões para a educação, do berço em diante. Enquanto que a Isabel começou a utilizar o termo ‘plasticidade’ referindo-se ao seu sentido original na física e na biologia, e também na arte, nas neurociências contemporâneas este conceito é usado para designar a interação entre a formação do cérebro humano e as capacidades criativas e sociais da pessoa, bem como a forma com as crianças

florescem no seu ambiente familiar e educativo mais amplo (ver p.e. Gueguen 2014). Gueguen enfatiza a importância de compreendermos a forma como o cérebro evolui desde o nascimento e como os educadores e as pessoas que interagem com as crianças e jovens devem ter isso em conta. As crianças devem ter a oportunidade de experimentar, de desenvolver a plasticidade das suas capacidades de aprender e criar. Os educadores não devem colocar sistematicamente as crianças sob pressão, não devem humilhá-las ou repreendê-las; devem antes comunicar oportunidades e perigos de forma interativa, estimulá-las e evitar ansiedades desnecessárias. As reprimendas verbais violentas tornam as crianças ansiosas e podem dar origem a ‘buracos de aprendizagem’ no seu processo de desenvolvimento, os quais podem afetar numa fase posterior da sua vida a sua capacidade de mobilizarem determinados aspetos da sua plasticidade criativa. Sem entrar em mais detalhe e procurando deliberadamente evitar as armadilhas do evolucionismo social, gostaria de fazer um apelo em prol de mais investigação em torno das ligações entre desenvolvimento pessoal e a construção de comunidades; sobre como a plasticidade emocional interage com a plasticidade socialmente criativa (abertura à diversidade, tolerância e confiança, atitudes democráticas); e acerca do fomento do potencial das comunidades inclusivas e de um renovado reforço

identitário de lugares tradicionalmente caracterizados como ‘degradados’ ou ‘marginais’. Um oceano de novas oportunidades para explorar o mundo dos seres humanos.

### REFERÊNCIAS

- André, I. & Rêgo, P. (2013). Inovação Social no Terceiro Sector. O Distrito de Évora. Évora: Fundação Eugénio de Almeida.
- Drake, G. (2003), ‘This Place Gives Me Space: place and creativity in creative industries’, *Geoforum* 34, 511–24.
- Frey, B. (2002), ‘Creativity, Government, and the Arts’, *The Economist* 150:4, 363–76.
- Gueguen, C. (2014). *Pour une enfance heureuse: repenser l’éducation à la lumière des dernières découvertes sur le cerveau*. Robert Laffont.
- Isabel André, Jorge Malheiros et André Carmo (2011) *Le rythme des arts dans la ville socialement créative*. Montréal, UQAM, avril 2011.
- Martinelli, F. (2010). Historical roots of social change. In Moulaert F. et al. Ed. *Can Neighbourhoods Save the City?* Routledge, pp. 17–48.
- Martinelli, F. (2013) Learning from case studies of social innovation in the field of social services: creatively balancing top-down universalism with bottom-up democracy. In: Moulaert F. et al. Eds? *The International Handbook of Social Innovation. Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 346–360.
- Moulaert, F., & Cassinari, D. (2014). Enabling Transdisciplinary Research on Social Cohesion in the City: The Social Polis Experience. *Research Methods in Spatial Planning. A Case-Based Guide to Research Design*, edited by E. Da Silva, P. Healey, N. Harris, and P. Van den Broeck. London: Routledge.
- Nussbaumer, J. and Moulaert, F. (2004), ‘Integrated Area Development and Social Innovation in European Cities: a cultural focus’, *City* 8:2, 249–57.
- Parra, C., & Moulaert, F. (2011). La nature de la durabilité sociale: vers une lecture socioculturelle du développement territorial durable. *Développement durable et territoires. Économie, géographie, politique, droit, sociologie*, 2(2).

## DIMENSÕES E ESPAÇOS DA INOVAÇÃO SOCIAL

ISABEL ANDRÉ<sup>1</sup>

ALEXANDRE ABREU<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo discute o conceito de inovação social e identifica as suas principais dimensões analíticas. Pretende-se construir uma matriz analítica que permita, por um lado, sistematizar e comparar estudos de caso sobre o papel da inovação social no desenvolvimento dos territórios e, por outro, definir indicadores para um estudo de carácter extensivo. São identificadas cinco dimensões de análise da inovação social: a natureza, os estímulos, os recursos e dinâmicas, os agentes e os meios inovadores ou criativos. Dá-se particular importância à quinta dimensão de análise correspondente à espacialidade do processo de inovação social, ou seja, às características dos meios inovadores ou criativos. Nesta perspectiva, salienta-se a ideia da plasticidade do meio – lugar ou espaço-rede – resultante da conjugação de três condições: a diversidade, que assegura a abertura ao exterior e a entrada de ideias, atitudes e práticas novas; a tolerância, que permite o risco, possibilitando, por essa via, a emergência de inovação; a participação, que promove o debate e o envolvimento dos actores. Na segunda parte do artigo, apresenta-se um estudo de caso exploratório, o microcrédito em Portugal, que surge como um exercício de aplicação da matriz analítica apresentada na primeira parte. Este caso ilustra bem o papel decisivo do capital relacional na inovação social, bem como a articulação entre várias escalas do espaço-rede.

Palavras-chave: Inovação social, meios inovadores, meios criativos, plasticidade dos lugares, microcrédito.

### 1. INTRODUÇÃO

Depois de um período em que a ideia de inovação esteve quase exclusivamente ligada ao domínio tecnológico, nos últimos anos, a noção de inovação social tem vindo a ganhar cada vez mais importância e a surgir nos mais variados âmbitos. A profusão do uso do termo leva a que o conceito seja pouco preciso e, por isso, pouco útil. Um bom exemplo é a pesquisa no *Google*. No primeiro lugar dos 75 milhões de resultados encontrados surge a *Stanford Social Innovation Review* da *Stanford Graduate School of Business*, cujo subtítulo é *Strategies, tools and ideas for nonprofits, foundations and socially*

1- Professora Associada do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa e Investigadora do Centro de Estudos Geográficos. E-mail: isabelandre@dfal.uln.pt

2 - Bolseiro da Fundação de Ciência e Tecnologia, integrado no projecto LINKS – Capital SFoucnidaalç eã oI ndoav Uaçñãivoe, rasisd aredde edse n Lai spbrooam -o Cçãeon tdoo ddee sEesntvuodlovsi mGeenotgor áloficcaols, dPaO UCnTilv/eGrEsiOda/d4e5 9d5e1 L/ i2s0b0o2a,. E-mail: alexabreu@fl.ul.pt



*responsible businesses*. As restantes referências das primeiras páginas não estão, contudo, associadas ao mundo empresarial, incluindo maioritariamente organizações da sociedade civil.

Na bibliografia sobre a inovação social são, de facto, especialmente recorrentes as iniciativas do terceiro sector dirigidas ao combate à exclusão social. Uma grande parte dos autores atribui este significado à inovação social, um processo que se desenvolve fora do mercado e frequentemente também sem a intervenção directa do estado e que visa prioritariamente a inclusão social. Assim, por exemplo, o *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES)<sup>3</sup> tem focado grande parte da sua pesquisa empírica nas iniciativas ligadas aos cuidados de saúde, à acção social, à habitação, à imigração e à integração no mercado de trabalho. A matriz conceptual usada no projecto *Social Innovation, Governance and Community Building – Singocom*, coordenado por Frank Moulaert (*Framework VProgramme European union, Socio-economic Key-Action, HPSE-CT2001-00070*) revela um entendimento da inovação social que nos satisfaz bastante.

«[...] social innovation – in both its product and process dimensions – is characterised by at least three forms of achievements, alone or in combination, accomplished through some form of collective action, as opposed to individual action: 1. it contributes to satisfy human needs not otherwise considered/satisfied; 2. it increases access rights (e.g. by political inclusiveness, redistributive policies, etc.); 3. it enhances human capabilities (e.g. by empowering particular social groups, increasing social capital, etc.).» (Martinelli *et al.*, 2003: 47-48)

A discussão conceptual que se tem vindo a realizar no âmbito do projecto LINKS<sup>4</sup>, conduz-nos, no entanto, a restringir ainda mais o âmbito do conceito de inovação social que configura o quadro metodológico da investigação. Assim, entendemos a inovação social como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou actores sujeitos, potencial ou efectivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder. Admitir que a inovação social visa e gera mudança social, contribuindo para a alteração das relações de poder, exclui do campo os efeitos sociais que quase todos os processos de inovação tecnológica ou organizacional inevitavelmente acabam por gerar por via do emprego, do consumo ou por outros meios menos directos.

Identificado o núcleo central da pesquisa, torna-se então indispensável operacionalizar o conceito de inovação social, de modo a permitir que ele organize a análise empírica e estruture a construção de um “roteiro” que permita, por um lado, efectuar uma leitura sistemática e comparativa de estudos de caso e, por outro, definir um conjunto de indicadores que formatem a análise extensiva, ou seja, capazes de identificar as principais regularidades dos processos, dos agentes e dos fenómenos associados à inovação social.

3 - Organização canadiana interuniversitária e multidisciplinar, fundada em 1986 e pioneira nos estudos sobre inovação social, formada pela Universidade do Québec, Universidade do Laval, Universidade de Concordia, Escola de Altos Estudos Comerciais de Montréal e Instituto Nacional de Investigação Científica - Urbanização, Cultura e Sociedade.

4 - LINKS – *Capital Social e Inovação, as redes na promoção do desenvolvimento local*, POCTI/GEO/45951/ 2002, projecto coordenado por Isabel André.

Neste artigo, apresentaremos as diversas dimensões analíticas que consideramos relevantes e um estudo de caso exploratório – a rede de microcrédito em Portugal – que nos permite avançar no exercício de aproximação à realidade observada sob o ponto de vista da inovação social.

## II. DIMENSÕES ANALÍTICAS DA INOVAÇÃO SOCIAL

As questões que emergem como mais relevantes são pouco originais, porém facilitam bastante a organização inicial das ideias. Vamos assim considerar cinco dimensões de análise:

1. O que é a inovação social?
2. Porque se produz inovação social?
3. Como se produz inovação social?
4. Quem produz a inovação social?
5. Onde se produz a inovação social?

### 1. O QUE É A INOVAÇÃO SOCIAL?

A distinção entre inovação tecnológica e social nem sempre é clara. Numa primeira fase, entre os anos '60 e '80 do século XX, a inovação social esteve muito confinada aos domínios da aprendizagem (ensino e formação) e do emprego (organização do trabalho). Mais tarde, a partir dos anos '80, mas ainda na mesma linha, a inovação social surge também ligada ao campo das políticas sociais e do ordenamento do território. Estes primeiros conceitos de inovação social associam-na a processos institucionais, desenvolvidos por agentes dominantes. Em última análise, ligados sobretudo ao reforço da competitividade das empresas e dos territórios. A inovação tecnológica foca-se no objecto e as primeiras concepções da inovação social incidem sobre o contexto (emprego, qualificação, segurança social, território, ...) – uma focagem diferente, intenções convergentes.

As perspectivas mais recentes afastam definitivamente a inovação social da tecnológica, atribuindo-lhe uma natureza não mercantil, um carácter colectivo e uma intenção que não só gera, mas também visa, transformações das relações sociais.

«Les innovations sociales dépassent donc largement le cadre d’usage social” des innovations techniques et technologiques. Les innovations sociales prennent la forme de nouveaux lieux, des formes et des types de services jusque-là inconnus, d’un autre partage de responsabilités et d’une reconquête de pouvoir» (Chambon e Devevey, 1982: 17-18) (cit. in Comeau, 2004: 30).

Nesta óptica, a inovação social implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura – face aos processos tradicionais. A inovação social surge como uma “missão ousada e arriscada”.

«L’innovation affronte l’institué, c’est à dire qu’elle défait la tradition, elle dépasse la routine et elle défie les contraintes» (Comeau, 2004: 37)

A inovação social apresenta-se como uma manifestação do(s) sujeito(s) – supõe uma atitude crítica e o desejo de mudar (acção deliberada, intencional e voluntária) assumido, frequentemente num primeiro tempo, apenas por uma minoria vanguardista (Alter, 2000).

A inovação social pode manifestar-se nas políticas que se dirigem à inclusão de pessoas ou colectivos de base territorial. Casos ilustrativos são os que surgem nas políticas e programas europeus de coesão social e territorial, por exemplo no âmbito do PIC EQUAL que assume explicitamente a inovação social como um objectivo.

«Reconhece-se hoje que as redes locais de cooperação duradoura são cruciais para um crescimento mais rápido e sustentado: reduzem os custos da troca de informação, permitem a optimização de recursos e a aprendizagem contínua, potenciam a criação de *clusters* de inovação social e a disseminação, facilitam o equilíbrio entre cooperação-competição, factores que são fundamentais para o desenvolvimento das regiões.» (Gabinete de Gestão da EQUAL, *Guia de Apoio ao Utilizador - 2.ª Fase: 22*).

É, no entanto, mais comum associar a inovação social a um produto, por analogia com a inovação tecnológica. As acções de inclusão social através da arte promovidas pelo Chapitô (Lisboa) são um exemplo de um produto (serviço) particularmente inovador, em que a capacitação das pessoas em situação de exclusão se dá em domínios de acesso socialmente restrito, como as artes.

«Desde 1987, o Chapitô colabora regularmente com o Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça mediante um protocolo de acordo. O projecto Animação em Acção tem como objectivo proporcionar, a crianças e jovens internados sob tutela, a oportunidade de participar num leque variado de actividades lúdicas e de expressão artística. Pretende-se deste modo contribuir para a sua formação e abrir-lhes horizontes, desenvolvimento pessoal e inserção social. Um grupo de animadores/formadores, um coordenador e uma retaguarda pedagógica, constituem a equipa responsável pelo projecto. Garante -se assim a abertura, nos Centros Educativos da Bela Vista e Navarro de Paiva, de ateliers de circo, capoeira, “faz-tudo”, jogos, etc. bem como a animação de festas e espectáculos e ainda a realização de saídas – culturais e recreativas, incluindo a redacção de um jornal.» (<http://www.chapito.org/>)

No entanto, é no âmbito dos processos que a inovação social assume maior relevância. Isto porque dois dos três atributos que associamos à inovação social são processos: a inclusão social e a capacitação dos agentes mais “fracos”. A própria ideia de mudança social como transformação das relações de poder está claramente associada a processos.

Pensamos que a concretização mais ilustrativa destes processos diz respeito à mobilização de pessoas que por qualquer razão são socialmente marginalizadas, desde os colectivos dos sem-abrigo até às comunidades *gay*, movida pela intenção de encontrar uma resposta que permita a sua inclusão e o estabelecimento de relações sociais baseadas em critérios distintos dos da ordem que provoca a sua marginalidade.

Importa ainda assinalar que a inovação social – política, processo ou produto – pode situar-se em domínios da sociedade muito variados. O sistema de microcrédito, que será mais adiante apresentado como estudo de caso exploratório, é uma inovação social no domínio da economia. A organização de manifestações políticas através de mensagens enviadas por telemóvel ou por *e-mail* são inovações sociais que cruzam os domínios da política e da tecnologia. A permissão do casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma inovação social no campo da ética. Muitos outros exemplos poderiam ilustrar a diversidade dos domínios da inovação social.

## 2. PORQUE SE PRODUZ INOVAÇÃO SOCIAL?

No campo da inovação tecnológica, pode admitir-se que o mercado, ou mais especificamente o lucro, conduzem à inovação. Ou seja, as empresas inovam para evitar ameaças e riscos ligados à concorrência, ou para aproveitar oportunidades, posicionando-se mais favoravelmente face aos concorrentes.

No âmbito da inovação social, a alavanca não é a concorrência mas sim a necessidade de vencer adversidades e riscos, embora a possibilidade de aproveitar oportunidades e de responder a desafios pareça ser também o grande incentivo.

A crise do estado providência, ou o reforço das orientações neo-liberais que privilegiam o investimento público ligado ao aumento da competitividade em detrimento da esfera social, bem como a exclusão social potencial e efectiva que lhe está associada, engendra novas necessidades e problemas de natureza colectiva que acabam por motivar inovações sociais (Comeau, 2004).

De acordo com Moulaert (2000), o reconhecimento e a eventual resolução das formas mais agudas de exclusão só será possível se se encontrarem formas inovadoras de revelar necessidades, de cooperar e de democratizar a gestão pública. Este autor sublinha a importância da capacitação dos agentes, argumentando que o desenvolvimento local é cada vez menos uma questão de rendimentos e de capacidade de consumo, passando sobretudo pela promoção de mudanças estruturais que promovam a capacitação individual e colectiva no sentido de encontrar soluções para os problemas.

«A longa passagem da sociedade industrial capitalista à sociedade programada criou zonas de incerteza, fluidas, desreguladas, com enormes riscos de manipulação e alie-nação, mas, ao mesmo tempo, potencialmente inovadoras.» (Bassand, 1986: 37).

Essa sociedade programada, ou pós-industrial, referida por Bassand não deixa de estar fortemente ancorada na tecnocracia, modelo de organização social em que prevalecem os critérios da eficiência e da rendibilidade e os princípios universais do bem comum e do interesse geral. Existem instituições e profissionais responsáveis por fazer surgir a inovação (Alter, 2000). Contudo, as fronteiras entre as diversas esferas que configuram a sociedade parecem ser progressivamente esbatidas. *The rise of the creative class* de Richard Florida (2002) é talvez um dos exemplos mais ilustrativos do derrube de fronteiras que pareciam consolidadas e que afinal não eram mais do que um produto do positivismo. Admite-se hoje, com facilidade, que criatividade e inovação ou arte e ciência-tecnologia são domínios muito próximos, cuja articulação se evidencia agora, em oposição à ideia que prevalecia até há poucos anos, cheia de virtualidades.

«The presence and concentration of bohemians in an area signals an environment or milieu that attracts other types of talent or high human capital individuals. The presence of such human capital concentrations in a region in turn attracts and generates innovative technology-based industries.»  
[...] «The increasing importance of creativity, innovation, and knowledge to the economy opens up the social space where more eccentric, alternative, or bohemian types of people can be integrated into core economic and social institutions. Capitalism, or more accurately new forms of capitalist enterprise (i.e. the R&D lab and the startup company), are in effect extending their reach in ways that integrate formerly marginalized individuals and social groups into the value creation process.» (Florida, 2002: 56-57)



Esta nova ordem anunciada por Florida ou por Landry e Bianchini (1995) parece ser propícia à inovação social. A eleição da cultura como um motor importante do desenvolvimento – consagrada, aliás, em 1992 no Tratado de Maastricht – não é apenas um outro modelo económico, podendo ser efectivamente um ponto de viragem importante. A cultura, mesmo que entendida como recurso económico, não é alheia ao reforço das identidades colectivas, inclui uma ideia de bem público e comum, promove a criatividade, põe em causa as ideias prévias. Quase inevitavelmente, conduz a transformações das relações de poder.

### 3. COMO SE PRODUZ INOVAÇÃO SOCIAL?

A discussão das condições que permitem e favorecem a inovação social inclui, por um lado, os recursos necessários ao processo, e, por outro, as dinâmicas associadas à consolidação e difusão da inovação.

No campo dos recursos, a inovação social aproxima-se bastante da inovação tecnológica. O conhecimento, ou os saberes em geral, é um elemento essencial. A realidade empírica da inovação social mostra a presença quase constante de agentes altamente qualificados que, pelo menos numa primeira fase, fazem avançar o processo. O mesmo acontece com outro recurso essencial, particularmente interessante na óptica da Geografia: o capital relacional.

Com base na realidade italiana, Putnam defende que a prosperidade de certas regiões está mais associada ao capital social do que ao capital económico ou humano. Segundo este autor (Putnam, 2000), o capital social assume duas formas diferenciadas: uma correspondente aos laços internos, no interior de um lugar/comunidade (*bonding capital*); a outra decorrente das relações com o exterior, entre lugares/comunidades distintos (*bridging capital*).

Esta ideia permite introduzir o conceito de “capital relacional”, muito ligado à espacialidade das relações. Distinguem-se pelo menos dois níveis:

- Um capital relacional local/regional que deriva da proximidade e que se baseia essencialmente nos laços de confiança e de cooperação interpessoais e em que a identidade e a pertença são forças centrípetas importantes;
- Um capital relacional transnacional ou global sustentado noutras “proximidades” (cultural, geracional, social, ...), que configura não um território mas um espaço-rede composto por nós e fluxos.

O capital relacional produzido pela proximidade geográfica pode ainda decompor-se naquele que decorre das relações pessoais, que implica um contacto directo, e noutro ancorado nas relações sociais estabelecidas em quadros institucionais (por exemplo, trabalho, cidadania, ...). O primeiro corresponde à escala do lugar e o segundo à escala regional ou mesmo nacional.

«[Le réseau] possède un caractère informel et une certaine clandestinité afin d'échapper au contrôle, car l'innovation suppose une certaine forme de transgression des règles et une prise de risque. Au point de départ, le réseau est émergent et devient irréversibilisé ou presque stabilisé, lorsque l'innovation se “verrouille”.» (Callon, 1999) (*in* Comeau, 2004: 37)

A resposta a “como se produz inovação social?” comporta ainda, para além dos recursos, uma segunda dimensão relativa às dinâmicas. Na discussão dos casos concretos de inovação social, são frequentes as objecções ligadas à sustentabilidade. Situada fora do âmbito mercantil, a inovação social raramente se auto-sustenta.

Nos casos em que a eficácia do produto ou do processo no combate à exclusão social é institucionalmente reconhecida, a inovação social é “absorvida” pelas instituições, o que, mais cedo ou mais tarde, lhe retira a feição inovadora, passando a fazer parte das rotinas. Porém, as inovações sociais com maior impacto na transformação das relações de poder raramente são “absorvidas”. A maioria destas inovações é resistente à neutralização. Neste caso, várias coisas podem acontecer: o abandono da ideia ou da prática, a sua repressão ou, na melhor das hipóteses, a possibilidade de originar outra onda de inovação. Muito raramente e em casos extremos, a inovação origina uma revolução...

### 4. QUEM PRODUZ INOVAÇÃO SOCIAL?

A relação de agência, ou de mediação, surge como uma das principais especificidades da inovação social. Fora da esfera mercantil e muitas vezes ameaçada pela inércia das instituições, a inovação social situa-se principalmente no âmbito do terceiro sector. Contudo, admitimos anteriormente que a inovação social pode estar presente nas políticas públicas e também não devemos excluir a possibilidade de inovação social produzida por entidades privadas. São disso exemplo as iniciativas desenvolvidas no “espírito” da responsabilidade social das empresas que incluem, muitas vezes, o conceito de inovação social.

Contudo, a ideia mais recorrente na bibliografia é que a inovação social emerge fora das instituições e frequentemente contra elas, sendo o resultado de uma mobilização em torno de um objectivo, protagonizada informalmente por um movimento social ou, com uma matriz mais estruturada, por uma organização. Ou seja, é um produto da sociedade civil ou um resultado da pressão da sociedade civil. Este entendimento abarca, contudo, pontos de vista bastante distintos. Novy e Leubolt (2005) consideram quatro tipos de relação entre sociedade civil e inovação social:

- A inovação social deriva do capital social da sociedade civil (Putnam), entendida como esfera autoregulada autónoma do Estado (Teoria liberal);
- Inspirados na polis, os cidadãos encontram-se no espaço público para discutir e encontrar soluções para os problemas colectivos (Arendt). A sociedade civil não é autónoma do Estado, ela constrói o Estado. A cidadania é a ideia central desta perspectiva (Tradição republicana);
- A sociedade civil autónoma (elites esclarecidas) influencia as políticas por via da acção comunicativa (Habermas), ou seja, através da “construção” de uma opinião pública;
- A sociedade civil protagoniza uma estratégia de resistência para derrubar as forças hegemónicas (Teoria crítica na tradição Gramsciana).

A relação entre hegemonia e resistência é uma questão central na discussão da mudança das relações de poder, uma das três dimensões que associamos à inovação social. Até que ponto os agentes “fracos”, vulneráveis a algum tipo de exclusão, têm capacidade para inovar? E, se a inovação partir

dos agentes hegemónicos, os que se enquadram na ordem dominante, até que ponto pode avançar o *empowerment* dos agentes “fracos” alvo da iniciativa?

«El hecho de la hegemonía presupone indudablemente que se tienen en cuenta los intereses y las tendencias de los grupos sobre los cuales se ejerce la hegemonía, que se forma un cierto equilibrio de compromiso, es decir que el grupo dirigente haga sacrificios, pero es también indudable que tales sacrificios y tal compromiso no pueden concernir a lo esencial.» (A. Gramsci, *in* Rey, 1994:49).

Como se delimita o essencial referido por Gramsci? Na obra de Giuseppe Tomasi de Lampedusa, *Il Gattopardo*, publicado em 1957 e adaptado ao cinema por Luchino Visconti em 1963 (O Leopardo), Tancredi diz a Dom Fabrizio, príncipe de Salina, a propósito da situação histórica e política da Sicília em 1869: «se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude». Esta expressão é especialmente significativa sobre os limites da mudança da ordem dominante (Brito Henriques *et al.*, 2005). Tratando-se de uma reflexão particularmente complexa, a conceptualização da inovação social não pode esquivar-se ao tema das relações de poder e da sua transformação.

No Quadro I, resumimos as quatro dimensões da inovação social que acabámos de apresentar e discutir.

**QUADRO I**  
**Dimensões analíticas da inovação social – um roteiro para a operacionalização do conceito**

<b>NATUREZA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• ESSÊNCIA (O FOCO DA MUDANÇA)</li><li>• BARREIRAS (O QUE VAI SER AMEAÇADO COM A INOVAÇÃO SOCIAL)</li><li>• ÂMBITOS (POLÍTICAS, PROCESSOS E PRODUTOS ATRAVÉS DOS QUAIS SE MANIFESTA A INOVAÇÃO SOCIAL)</li><li>• DOMÍNIOS (ECONÓMICO, TECNOLÓGICO, POLÍTICO, SOCIAL, CULTURAL, ÉTICO: ONDE EMERGE E SE DESENVOLVE A INOVAÇÃO SOCIAL)</li></ul>	
<b>ESTÍMULOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• ADVERSIDADES (QUE A INOVAÇÃO SOCIAL VISA ULTRAPASSAR)</li><li>• RISCOS (QUE A INOVAÇÃO SOCIAL VISA MITIGAR)</li><li>• DESAFIOS (A QUE A INOVAÇÃO SOCIAL PRETENDE RESPONDER)</li><li>• OPORTUNIDADES (QUE A INOVAÇÃO SOCIAL PROCURA APROVEITAR)</li></ul>	
<b>RECURSOS E DINÂMICAS</b>	<b>RECURSOS:</b> CONHECIMENTO E SABERES: <ul style="list-style-type: none"><li>• QUALIFICAÇÃO</li><li>• INFORMAÇÃO</li><li>• COMUNICAÇÃO</li></ul> CAPITAL RELACIONAL: <ul style="list-style-type: none"><li>• DE PROXIMIDADE GEOGRÁFICA:</li><li>• COMUNIDADE LOCAL</li><li>• COMUNIDADE REGIONAL/NACIONAL</li><li>• DESTERRITORIALIZADO</li></ul>	<b>DINÂMICAS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• INSTITUCIONALIZAÇÃO/ABSORÇÃO</li><li>• MANTÉM-SE NUM QUADRO NÃO INSTITUCIONAL – GERA OUTRA ONDA DE INOVAÇÃO</li><li>• ESGOTAMENTO (ACABA NO MOMENTO EM QUE O PROBLEMA ESPECÍFICO SE RESOLVE)</li><li>• TRAVAGEM – PERCURSO COERCIVAMENTE INTERROMPIDO</li><li>• ABANDONO (INSUSTENTABILIDADE)</li></ul>
<b>RELAÇÃO DE AGÊNCIA</b>	<b>TIPO:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• INSTITUIÇÕES</li><li>• PÚBLICAS</li><li>• PRIVADAS</li><li>• TERCEIRO SECTOR</li><li>• ORGANIZAÇÕES</li><li>• MOVIMENTOS SOCIAIS</li></ul>	<b>PAPEL:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• MEDIADORES</li><li>• INOVADOR/ADOPTANTE</li></ul> <b>RELAÇÃO DE PODER:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• HEGEMÓNICOS</li><li>• NÃO HEGEMÓNICOS</li></ul>

**5. ONDE SE PRODUZ A INOVAÇÃO SOCIAL?**

O meio articula e confere sentido às várias dimensões da inovação, constituindo o “caldo” que promove umas e dificulta outras. O meio pode ser um lugar (o binómio comunidade-território que se afirma através da identidade e do sentido de pertença e que se contrapõe a outros lugares por diferenciação) ou um espaço-rede, constituído por nós (hierarquicamente distintos ou não) e por fluxos, materiais ou imateriais. Em qualquer dos casos, o meio corresponde a uma mediação, como a designação indica, entre as pessoas – individual ou colectivamente consideradas – e os sistemas de organização da sociedade (Ferrão, 1997<sup>5</sup>). O que faz com que os meios sejam mais ou menos inovadores é uma das questões centrais da nossa reflexão. Queremos, mais precisamente, compreender o que faz variar a criatividade<sup>6</sup> dos meios.

Já referimos que no meio se articulam diferentes agentes, com relações de poder e com papéis distintos, vários incentivos e barreiras à inovação social, diversos recursos mais ou menos mobilizáveis e dinâmicas variadas. Para além destes factores, mais ou menos propícios à inovação social, entendemos que o meio tem características específicas que sintetizamos no conceito de plasticidade, adoptado da física.

«La plasticité désigne la capacité qu’ont certains composants à s’informer (recevoir une forme) et à se déformer, tout en gardant unité et cohérence. La plasticité est donc une condition nécessaire pour que la vie apparaisse, se maintienne et puisse évoluer.» (Entrevista de Dominique Lambert à *Radio France Internationale*, a propósito do livro *Comment les pattes viennent au serpent. Essai sur l’étonnante plasticité du vivant*, de Dominique Lambert e René Rezsöhy, Editions Flammarion, 2004)

O conceito de plasticidade apresentado por Lambert pode ilustrar bem a natureza específica dos meios criativos. Estes deverão ser suficientemente flexíveis e ao mesmo tempo suficientemente organizados para que possam sofrer transformações sem perderem a sua identidade. Como podemos então identificar ou promover um meio criativo?

Do nosso ponto de vista, os lugares criativos possuem três características principais: diversidade sociocultural ligada à abertura ao exterior; tolerância, na medida em que permitem o risco de inovar; democraticidade, correspondente à participação activa dos cidadãos.

A diversidade potencia o contacto com o novo no sentido da alteridade – novos-outros produtos, novos-outros saberes, novos-outros valores – mas pode também produzir fragmentação e isolamento; a diversidade promove a inovação na medida em que se estabelecem pontes e “tráfego” entre aquilo que é diverso. A tolerância é uma condição necessária ao risco inerente à criação-inovação; como no trapézio, o risco implica uma rede; um meio não pode ser criativo-inovador se penalizar os eventuais

5 - João Ferrão *in* seminário *Perspectivas Recentes em Geografia*, Mestrado de Geografia Humana, Desenvolvimento Regional e Educação Ambiental, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996/97.

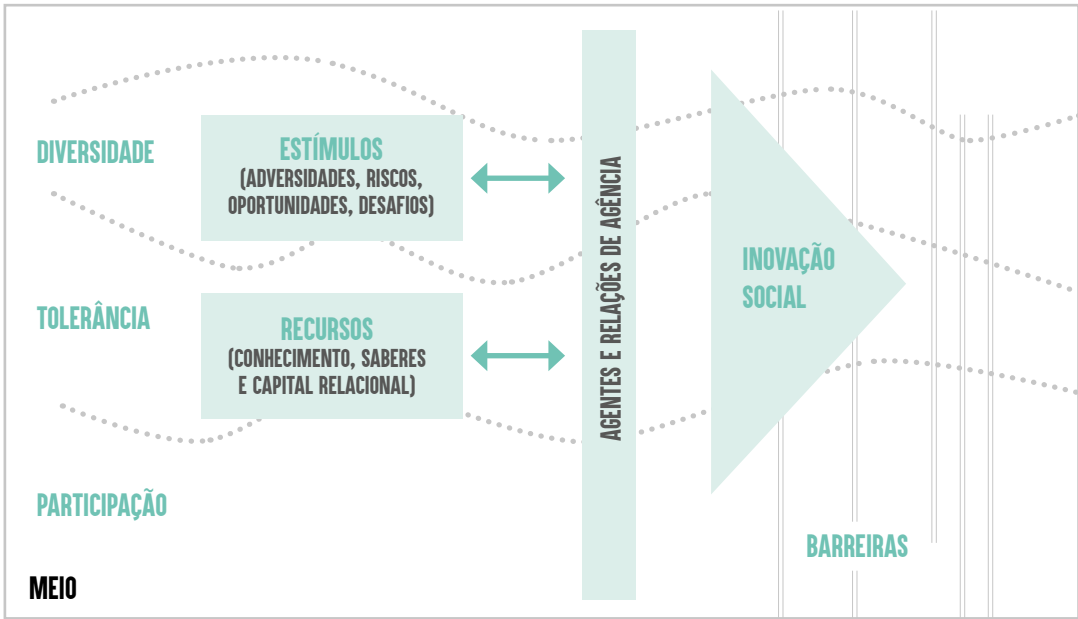
6 - Como já se referiu anteriormente, não é irrelevante a distinção entre criação e inovação. A criação é uma condição necessária à inovação. Uma resposta/solução nova decorre necessariamente de um processo criativo, seja no campo da genética, da mecânica, do ordenamento urbano, da inclusão social, da escultura ou da literatura. Mas a criação não é condição suficiente para a inovação. A resposta nova só é inovação se a sua utilidade for socialmente reconhecida. Assim, o meio tem que ser criativo mas também propício ao reconhecimento da resposta.



insucessos de uma iniciativa arriscada, ou seja, se for demasiado rígido, hierárquico e normativo. Quanto à participação, está longe de se esgotar no sistema representativo e nos actos eleitorais. A participação activa implica ter possibilidade e capacidade de decisão, ou seja, ter acesso à informação e ao conhecimento necessários à escolha e à identificação de soluções-respostas adequadas, ser socialmente reconhecida a decisão e ser exigida a responsabilização de quem decide. A figura 1 sintetiza o conceito de meio criativo e inovador que apresentámos anteriormente.

No ponto II deste artigo, concretizamos a discussão que temos vindo a efectuar em torno da inovação social, através da aplicação dos conceitos apresentados a um estudo de caso particular: a introdução do microcrédito em Portugal como exemplo de inovação social.

**FIG 1**  
**Meios criativos e inovadores.**



**II. MICROCRÉDITO, ESPAÇO-REDE E INOVAÇÃO SOCIAL**

O microcrédito consiste na prestação de um tipo específico de serviço financeiro – a concessão de crédito – aos elementos mais pobres e desprovidos da sociedade, que em condições normais a ele não teriam acesso. Como tal, é um dos componentes da microfinança, que consiste, de forma mais geral, na prestação de serviços de natureza financeira a esse mesmo público-alvo e que inclui, por exemplo, para além da concessão de crédito, os seguros ou os depósitos bancários (Rutherford, 1999; Easton, 2005).

Embora, de uma forma geral, o crédito possa destinar-se tanto ao consumo como ao investimento, é quando se destina a esta última finalidade que possui maior potencial enquanto instrumento de superação de situações de pobreza e exclusão social (Wemans, 2000). A ideia subjacente é que, enquanto o crédito ao consumo permite uma expansão pontual do bem-estar dos seus beneficiários, o crédito ao investimento permite a viabilização de actividades geradoras de fluxos sustentados de rendimento. A importância do acesso ao crédito para investimento é tanto maior quanto for esse o principal obstáculo ao lançamento de uma actividade e à exploração de uma oportunidade de negócio.

Em condições normais, a função de intermediação financeira, através da qual a poupança é canalizada dos aforradores para os potenciais investidores, é realizada pelo mercado. Os intermediários financeiros em geral, e os bancos em particular, remuneram os depósitos neles efectuados, como forma de estimularem o aforro bancário, e cobram juros aos investidores pelo crédito concedido, com vista a cobrirem o juro pago aos aforradores e a obterem o seu próprio lucro. A concessão de crédito é, porém, uma situação de informação assimétrica, caracterizada por problemas de risco moral – a possibilidade do devedor não envidar os esforços necessários ao cumprimento do contrato, em virtude de não recaírem sobre si a totalidade das consequências. É por esse motivo que, na concessão de crédito ao investimento, os bancos, para além de exigirem a apresentação de informação relativa ao plano de negócios – o que reduz a assimetria da informação –, requerem tipicamente a constituição de uma garantia pessoal (fiador) ou real (a afectação ao contrato de um bem cuja propriedade é transferida para o banco em caso de incumprimento) – o que altera a estrutura de incentivos com que se depara o devedor e protege os bancos contra o risco de incumprimento.

A natureza deste problema de assimetria de informação e da sua solução típica origina, porém, falhas de mercado (*market failures*). A exigência de apresentação de garantias pessoais ou reais (sendo as segundas as mais frequentemente requeridas) retira a possibilidade de acesso ao crédito a todo um universo de potenciais investidores, que embora possam reunir todas as restantes condições necessárias para o lançamento com sucesso de uma actividade (competências exigidas pela actividade, conhecimento das especificidades do ramo, detecção de um nicho de mercado), não sejam à partida proprietários de bens susceptíveis de constituírem garantias reais e não tenham possibilidade de assegurar o apoio de um fiador.

Como é evidente, estas situações ocorrem tipicamente entre os elementos e grupos mais pobres e desprovidos da sociedade, o que cria obstáculos acrescidos à superação das situações de pobreza e exclusão social em que se encontram e constitui um factor adicional no tipo de círculo vicioso que

caracteriza esses problemas. Mesmo quando os indivíduos possuem as capacidades necessárias ao desempenho de uma actividade ou à criação de uma microempresa e detectam uma oportunidade, a impossibilidade de acesso ao crédito pode impedi-los de adquirirem as máquinas, ferramentas ou matérias-primas necessárias e gorar as perspectivas de negócio.

As origens do microcrédito remontam à constatação da escala e relevância desta falha de mercado, particularmente no contexto dos países em desenvolvimento (onde apenas uma pequena fracção da população tem acesso aos serviços financeiros), bem como à concepção de uma forma de o superar. Uma vez que era evidentemente reconhecida a uma imensidão de indivíduos pobres e excluídos a capacidade de realizarem actividades geradoras de rendimento, desde que tivessem acesso ao crédito necessário à realização dos investimentos iniciais, o problema fundamental residia então na resolução do problema de risco moral de uma forma que não exigisse a dotação prévia de capital que era necessária para a prestação de uma garantia real.

A ideia central que permitiu a resolução do problema e o sucesso avassalador das iniciativas de microcrédito como instrumento de desenvolvimento e combate à pobreza consistiu na mobilização, como meio de constituição de garantia, de uma forma de capital que estes indivíduos efectivamente possuem (o capital social), em lugar de uma que não possuem (o capital financeiro). Na sua concepção original, associada à intervenção seminal de Mohammed Yunus e do Banco Grameen no Bangladesh, o crédito era concedido, em montantes relativamente reduzidos, a grupos de indivíduos, sobretudo mulheres, que respondiam solidariamente em caso de incumprimento por parte dos restantes membros do grupo (Gibbons, 1992; Yunus, 2002). À medida que todos os membros do grupo iam pagando as suas prestações e que o grupo ia adquirindo um historial de cumprimento, o montante dos empréstimos concedidos ia sendo progressivamente aumentado. Note-se que em momento algum era exigida a apresentação de garantias reais: o problema do risco moral era resolvido através da pressão dos pares, que eram também familiares ou membros da mesma comunidade. Isto correspondia precisamente à mobilização do capital social detido pelos beneficiários do microcrédito em detrimento do capital financeiro que não possuíam.

Por outro lado, o sucesso das iniciativas de microcrédito está também ligado ao reconhecimento do carácter multidimensional da resposta que este constitui para os problemas, também eles multidimensionais, da pobreza e da exclusão social. A prossecução de uma actividade profissional ou a criação de uma microempresa, tornadas possíveis pelo acesso ao microcrédito, permite não só o acesso a uma fonte de rendimento, como também a aquisição de conhecimentos e competências ao longo do processo, o reforço da auto-estima e valorização pessoais e a substituição de uma atitude de dependência ou desistência face à ausência de oportunidades por uma de proactividade e autonomia. Está, por isso, em perfeita consonância com o discurso dominante nestas matérias, que preconiza o *empowerment* e a multidimensionalidade das respostas (Friedmann, 1996).

Obviamente, convém ressaltar que o microcrédito não constitui uma panaceia para os problemas de desenvolvimento, pobreza e exclusão. Em primeiro lugar, porque actua a uma escala essencialmente

microscópica, enquanto que muitos dos obstáculos ao desenvolvimento (local, regional ou nacional) são de natureza estrutural e operam a uma escala meso- ou macroscópica. Por outro lado, o microcrédito constitui apenas uma resposta eficaz para as situações de pobreza e exclusão susceptíveis de superação através do desempenho de uma actividade, ou criação de uma microempresa, “com viabilidade económica”. Ora, embora o universo dos potenciais beneficiários – microempreendedores sem acesso ao crédito através do mercado – seja enorme, convém recordar que muitos dos indivíduos mais pobres e excluídos caracterizam-se também pela falta dos conhecimentos e competências, ou até mesmo das condições de saúde, necessários para o desempenho de uma actividade em tais condições de viabilidade.

Ainda assim, a verdade é que o microcrédito veio a revelar-se um estrondoso sucesso ao nível mundial. O próprio Banco Grameen coordena um programa de “replicação” que inclui mais de 100 instituições análogas por todo o mundo; a generalidade das organizações internacionais de desenvolvimento, incluindo todo o tipo de ONG, o sistema das Nações Unidas e o próprio Banco Mundial, têm vindo a adoptar programas deste tipo; e o simples número de instituições de microfinança existentes em todo o mundo é simplesmente avassalador: só na Indonésia, contam-se cerca de 60.000 instituições de microfinança reconhecidas pelas entidades reguladoras (The Economist, 2005). Finalmente, a designação de 2005 como Ano Internacional do Microcrédito<sup>7</sup> por parte das Nações Unidas, bem como a atribuição do Prémio Nobel da Paz em 2006 a Mohammed Yunus e ao Banco Gramcen, vieram consagrar definitivamente o reconhecimento global dos méritos deste instrumento de desenvolvimento.

Embora o microcrédito estivesse na sua origem associado ao contexto dos países em desenvolvimento e sobretudo ao meio rural, onde os laços e controle sociais são mais fortes e a possibilidade de sucesso de iniciativas baseadas na dotação de capital social é maior, cedo se tomou consciência do interesse da sua adopção no âmbito de estratégias de combate à pobreza e exclusão social tanto no contexto urbano como no das bolsas de pobreza e exclusão social existentes nos países industrializados. A implementação de respostas desta natureza em contextos deste tipo apresenta algumas especificidades, a menor das quais não será a necessidade de substituir a pressão dos pares pelo acompanhamento em proximidade do microempresário por parte dos agentes de microcrédito como forma privilegiada de superar o problema de risco moral, em virtude da pressão comunitária funcionar menos eficazmente.

## 1. O MICROCRÉDITO EM PORTUGAL E A EXPERIÊNCIA DA ANDC

É dentro deste quadro geral que, embora algo tardiamente em relação a outros países desenvolvidos (em particular na Europa), a ideia do microcrédito como instrumento de combate à pobreza e exclusão social é introduzida em Portugal no final do século XX. A história da sua introdução no nosso país confunde-se com a da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), associação sem fins lucrativos fundada em 1998. Após um período inicial dedicado à adaptação do microcrédito ao contexto nacional, à sua divulgação junto de diversos públicos e ao *lobbying* em favor dos seus méritos, a

<sup>7</sup> - [www.yearofmicrocredit.org](http://www.yearofmicrocredit.org)



actividade no terreno desta associação inicia-se no ano seguinte ao da sua fundação (Wemans, 1999). Em termos gerais, esta actividade consiste na divulgação do instrumento junto dos potenciais beneficiários, análise e apoio na elaboração de pedidos de financiamento, apresentação desses pedidos junto do sector bancário, uma vez que a ANDC não tem possibilidade de mobilizar os meios financeiros necessários por si mesma, e acompanhamento dos microempresários na fase inicial da sua actividade, até à restituição do montante em dívida. Paralelamente, a ANDC tem procedido à formação de agentes de microcrédito, levado a cabo acções de formação junto dos microempresários e disseminado os resultados da sua actividade através de publicações, seminários e conferências, como forma de reforçar a sua legitimidade, alargar a sua esfera de actuação e influenciar as políticas públicas nas áreas pertinentes.

Tal como indicado pela própria ANDC<sup>8</sup>, os empréstimos destinam-se expressamente «aos mais desprotegidos (...) que queiram criar o seu próprio emprego ou pequeno negócio», consistindo em «pequenos montantes que variam entre 500€ e 5000€». Uma vez que os empréstimos são concedidos por instituições do sector bancário, que naturalmente prosseguem fins lucrativos, o papel da ANDC consiste, em traços gerais, em possibilitar o acesso dos microempresários a esse crédito, bem como em zelar pelo cumprimento da obrigação de restituição do montante em dívida por parte do microempresário, através do seu acompanhamento. Para isso, a ANDC dá apoio na formulação dos pedidos de financiamento, na sua análise e filtragem prévias e na constituição de um fundo de garantia a mobilizar nos casos de incumprimento irresolúvel. Embora a ANDC exija a existência de um fiador, o facto de este não satisfazer necessariamente os requisitos que seriam impostos pelo sector bancário em condições normais de mercado (pois apenas responde por 20% do crédito concedido) e de não ser exigido qualquer tipo de garantia real permite-nos concluir que a forma como a ANDC garante a resolução do problema de informação assimétrica e assegura a satisfação da necessidade de acesso ao crédito por parte dos beneficiários decorre em moldes distintos dos seguidos tanto pelo sector privado, cuja actuação apresenta as exigências e insuficiências já apontadas, como pelas experiências originais de microcrédito. De facto, o papel central do capital social correspondente às redes sociais e comunitárias pré-existentes é substituído pelo da formação de raiz de “novo” capital social, consubstanciado na construção da relação de confiança e na partilha de normas, valores e pressupostos entre o microempresário e o agente de microcrédito.

O sucesso da ANDC, apesar da sua relativa juventude, é atestado por alguns indicadores de actividade, particularmente os 518 empréstimos concedidos e os 600 empregos a que deram origem<sup>9</sup>. Estes empréstimos destinaram-se ao financiamento de pequenos negócios e empresas nas mais diversas áreas (restauração, jardinagem, reparações domésticas, etc.), distribuindo-se de forma relativamente equitativa entre beneficiários de ambos os sexos e um pouco por todo o país, embora com um claro predomínio dos distritos de Lisboa e Porto. O reconhecimento e apoio institucional entretanto assegu-

8 - [www.microcredito.com.pt](http://www.microcredito.com.pt)

9 - Dados de 2006, obtidos em [www.microcredito.com.pt](http://www.microcredito.com.pt)

rados concretizaram-se na assinatura de protocolos com diversas instituições bancárias e na atribuição de um subsídio público à actividade da associação por parte do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Na actualidade, a ANDC concentra os seus esforços na expansão das suas actividades no terreno e na tentativa de influenciar a formulação de políticas em áreas conexas (nomeadamente a criação de um estatuto legal e fiscal privilegiado para os microempresários e a regulamentação específica da actividade microfinanceira, particularmente a restrição do uso das expressões “microcrédito” e “microfinança”).

Um aspecto interessante da evolução do sector, para lá da actividade da ANDC, consiste na entrada em cena de novos actores institucionais. Um dos bancos com quem esta associação estabeleceu protocolos, e que foi também aquele que primeiro permitiu o acesso ao financiamento propriamente dito, lançou no final de 2005 uma rede inicial de quatro agências e um conjunto de serviços financeiros especificamente destinados a microempresários sem acesso às suas linhas de crédito “normais”. Embora não sejam ainda claras as características específicas e os resultados da sua actividade, o desempenho de um papel mais ambicioso por este novo actor, através da integração de funções situadas a jusante na “fileira” do microcrédito, parece dever ser entendida, primeiro que tudo, numa óptica de responsabilidade social das empresas.

## 2. O MICROCRÉDITO EM PORTUGAL COMO EXEMPLO DE INOVAÇÃO SOCIAL

Nesta secção, procuraremos proceder a uma breve leitura da introdução do microcrédito em Portugal, e da actividade da ANDC em particular, recorrendo ao quadro conceptual apresentado na primeira parte deste artigo. Parece ficar claro que se trata efectivamente de um exemplo de inovação social, na medida em que são satisfeitos os três requisitos sugeridos: i) a satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado (o acesso ao crédito); ii) a promoção da inclusão social (dos beneficiários tanto do crédito como dos empregos adicionais gerados); e iii) a capacitação dos beneficiários (através da aquisição de competências e conhecimentos, reforço da auto-estima e melhoria do estatuto social), desencadeando uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder em que estes se encontram envolvidos (designadamente, reduzindo a sua vulnerabilidade face aos processos de mercado e a sua dependência face a outras instituições públicas ou do terceiro sector).

Trata-se de uma inovação na confluência dos domínios económico e social, já que a emancipação económica não se esgota em si mesma, constituindo um meio para o objectivo multidimensional da inclusão social. Podemos, ainda, caracterizá-la como sendo “de produto” mais do que “de processo”, uma vez que o que está em causa é a extensão do acesso a um serviço por parte de um grupo previamente excluído, ainda que a dimensão processual da interacção entre o microempresário potencial e o agente de microcrédito, por um lado, e a rede constituída pelos outros microempresários, por outro, seja também essencial.

O estímulo à introdução desta inovação social assenta na constatação da verificação no contexto português, ainda que com as devidas especificidades, do mesmo tipo de situações geradoras ou per-

petuadoras de pobreza e exclusão social (adversidade) às quais o microcrédito tem noutros contextos respondido eficazmente. Por outro lado, encontramos estímulos sob a forma de oportunidade/desafio na medida em que as soluções de microcrédito são em certos aspectos paradigmáticas das abordagens aos problemas de pobreza e exclusão social que nas últimas décadas emergiram como discurso dominante no que se refere à investigação e intervenção nestas áreas (*empowerment*, por oposição às abordagens caritativas perpetuadoras de dependência).

No que se refere à caracterização do agente, verificamos que se trata de uma instituição do terceiro sector que, do ponto de vista da sua posição nas relações de poder, pode ser classificada como não hegemónica. De facto, não tem por objectivo reforçar uma determinada ordem social) nomeadamente através do reforço da sua legitimidade ou da redistribuição do acesso ao poder e aos recursos com vista a evitar a contestação a essa mesma ordem), mas sim a tentativa de introdução de mudança social que comporte, ainda que num âmbito relativamente limitado, alguma subversão em relação à ordem estabelecida.

O agente inovador actua neste caso como mediador, tomando contacto com o conceito subjacente à inovação, apercebendo-se da sua aplicabilidade ao contexto local, mobilizando recursos com vista à sua efectiva adaptação e introdução e promovendo o seu reconhecimento social como resposta válida a necessidades por satisfazer, nomeadamente por parte dos potenciais beneficiários. Aparentemente, o envolvimento directo dos próprios beneficiários na introdução da inovação terá sido mínimo, ainda que possa ter tido lugar indirectamente através da chamada de atenção para a existência de uma necessidade até aí não satisfeita pelos mecanismos normais de mercado ou pelas respostas existentes ao nível público e do terceiro sector.

Entre os recursos fundamentais mobilizados pelo agente inovador aquando da introdução da inovação, o capital relacional ocupa um papel central. O contacto com a inovação e a sua adaptação à especificidade do contexto local são claramente facilitados pelas relações transnacionais. Mas, as redes também são decisivas na efectiva implementação da inovação social, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias a vários níveis: internacional, com associações congéneres e redes supra-nacionais actuando na mesma área; nacional, com instituições públicas e privadas, com vista à angariação de apoios/subsídios e a garantir a mobilização do crédito propriamente dito; e local, com instituições e organizações de desenvolvimento local disseminadoras da inovação e angariadoras de beneficiários.

Por fim, se atentarmos na história das origens da ANDC, constatamos que o capital humano terá também desempenhado um papel não negligenciável na identificação da necessidade e na introdução da inovação enquanto resposta válida, no quadro do estado da arte da investigação e actuação na área da pobreza e exclusão social. Nas origens da ANDC, assumem grande protagonismo, enquanto responsáveis pela introdução da inovação e sua concretização institucional, um número relativamente reduzido de investigadores universitários, jornalistas e outros profissionais qualificados.

O percurso da inovação caracterizou-se até aqui por um notável sucesso na satisfação da necessi-

dade originalmente identificada, pelo crescente reconhecimento institucional, pela sua própria disseminação horizontal (aumento de escala) e, numa fase mais recente, pela replicação/apropriação por parte de outros agentes, não necessariamente congéneres. Com efeito, o sucesso mediático e efectivo da inovação tem levado um número crescente de organizações e instituições de desenvolvimento local a incluírem o microcrédito na sua bateria de respostas, tipicamente em parceria com a própria ANDC. Ao mesmo tempo, a inovação tem também vindo a ser apropriada pelo próprio Estado, que, para além de apoiar a actividade da ANDC, adoptou parcialmente o conceito no quadro das políticas públicas de emprego. Constatamos, ainda, a “apropriação” da inovação por parte de empresas privadas, nomeadamente do sector bancário, que, paralelamente aos protocolos estabelecidos com a ANDC para concessão do crédito, procuram, nesta fase, criar linhas específicas de microcrédito, cuja gestão e funcionamento se encontram integrados nas suas próprias estruturas. A racionalidade subjacente, no caso destas últimas, pode ser interpretada como estando associada ao conceito de responsabilidade social das empresas, que corresponde à intervenção de entidades com fins lucrativos em áreas do foro social sem perspectivas de retorno imediato.

Finalmente, no que se refere ao meio inovador, gostaríamos de sugerir que, no caso da introdução do microcrédito em Portugal, o meio corresponde, em grande medida, a um espaço-rede multiescalar que possibilita a confluência entre: i) o capital humano relativo ao conhecimento teórico associado à reflexão em torno da problemática da pobreza e exclusão social; ii) o capital relacional (*bridging capital*) correspondente à partilha de normas, valores e pressupostos com agentes cujos objectivos são análogos e/ou já estão envolvidos em práticas análogas à escala europeia e global; e iii) o capital relacional resultante de uma outra partilha, desta feita com os agentes envolvidos ao nível local no combate à pobreza e exclusão social. Ainda que se trate naturalmente de uma constatação *a posteriori*, parece natural que a introdução do microcrédito como inovação social em Portugal, bem como a criação da Associação que surge como lugar institucional dessa inovação, tenham emergido no seio de um meio especialmente dotado em termos dos dois tipos de capital atrás referidos.



## O CIRCO CHEGOU À CIDADE! OPORTUNIDADES DE INOVAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL

ISABEL ANDRÉ  
JOÃO REIS<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo discute o papel das artes, e do circo em particular, na construção de meios socialmente criativos que impulsionam, através da inovação social, o desenvolvimento dos lugares. Estes meios – bairros, cidades ou regiões – conjugam normalmente diversidade, tolerância, participação e memória colectiva e o circo, enquanto meio artístico, associa bem essas quatro características. Para compreender mais detalhadamente a relação do circo com a inovação social analisamos o caso específico do Chapatô, em Lisboa. A presença do Chapatô na cidade, através de múltiplas actividades que ligam as artes circenses à inclusão social, é um dado adquirido e amplamente reconhecido. Contudo, parece haver alguma dificuldade em protagonizar um “salto qualitativo” que permita, por um lado, alargar a escala de actuação desta instituição e, por outro, passar para um patamar de qualificação mais elevado. Numa leitura mais ampla, consideramos que as artes circenses denotam uma capacidade assinalável para impulsionarem a inovação sócio-territorial, tanto através da qualificação do espaço público urbano como por via da inclusão social de crianças e jovens em risco.

Palavras-chave: Inovação social, inovação sócio-territorial, meios socialmente criativos, cidade, circo.

“Circo tem, antes de mais, o fascínio do espaço circular, onde a festa é envolvente e envolvida; onde os espectadores se vêem entre si através do espectáculo e onde todos comunicam, porque todos se referem ao ponto central que geométrica e sensorialmente nos liga.”  
João dos Santos, 1981:181

### I. INTRODUÇÃO

Os meios artísticos, ou seja, aqueles onde as artes são a principal forma de expressão e de comunicação, são, à partida, criativos. A arte só é verdadeiramente reconhecida quando se afasta da reprodução e faz emergir um novo objecto. Pode ser um corte com o passado, com as expressões instituídas, mas pode ser também uma reconstrução ou uma reinvenção do passado. É invariavelmente um novo ponto de vista – com ou sem expressão material – com “ingredientes” que impulsionam a mudança e que combatem a inércia.

1. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.  
Email: isabelandre@fl.ul.pt; reis97@gmail.com

### BIBLIOGRAFIA

- Alter N (2000) *L'innovation ordinaire*. Presses Universitaires de France, Paris.
- Bassand M (1986) *Innovation et changement social*. Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, Paris.
- Brito Henriques E, André I, Vale M (2005) Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi? Instituições, Inovação e Plasticidade dos Lugares, *X Colóquio Ibérico de Geografia “A Geografia Ibérica no Contexto Europeu”*, Évora, Setembro.
- Comeau Y (2004) Les contributions des sociologies de l'innovation à l'étude du changement social. *Innovations Sociales et Transformations des Conditions de Vie. Actes du Colloque* – 16 Avril 2004, Cahiers du CRISES, Collection Études Théoriques, ET0418: 29-44.
- Easton T (2005) The hidden wealth of the poor. Survey: microfinance. *The Economist*, 05/11/2005.
- Florida R (2002) Bohemia and economic geography. *Journal of Economic Geography*, 2: 55-71.
- Florida R (2002) *The rise of the creative class*. Basic Books, New York.
- Friedmann J (1996) Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo. Celta, Lisboa.
- Gibbons D (1992) *The Grameen Bank. Manual de formação para a reprodução internacional do sistema financeiro do Banco Grameen no combate à pobreza rural*. ACEP, Lisboa.
- Landry C, Bianchini F (1995) *The creative city*. Demos, London.
- Martinelli F, Moulaert F, Swyngedouw E, Ailenei O (2003) *Social innovation, governance and community building – Singocom - scientific periodic progress report month 18*. [Acedido em April 2003] (Project coordinator: Frank Moulaert, IFRESI -CNRS, Lille) <http://users.skynet.be/bk368453/singocom/index2.html>
- Moulaert F (2000) *Globalization and integrated area development in european cities*. Oxford University Press, Oxford.
- Novy A, Leubolt B (2005) Participatory budgeting in Porto Alegre: social innovation and the dialectical relationship of state and civil society. *Urban Studies*, 42(11): 2023–2036.
- Putnam R (2000) *Bowling alone. The collapse and revival of American community*. Simon and Schuster, New York.
- Rutherford S (1999) *The poor and their money: an essay about financial services for poor people*. Institute for Development Policy and Management (University of Manchester), Manchester.
- Rey M T et al. (1994) *Gramsci mirando al sur. Sobre la Hegemonia en los 90*. K&ai Editor, Colección Teoría Crítica, Buenos Aires.
- The Economist (2005) What do you know? Survey: microfinance. *The Economist*, 05/11/2005.
- Wemans J (1999) O Microcrédito já é possível. *Microcrédito (Boletim da Associação Nacional de Direito ao Crédito)*, n.º 1, Lisboa.
- Wemans J (2000) O contributo do microcrédito para o desenvolvimento local e a afirmação da cidadania. *Seminário Desenvolvimento Local, Economia Social e Cidadania*, Santa Maria da Feira.
- Yunus M (2002) *O banqueiro dos pobres*. Difel, Lisboa.

A produção artística tem sido geralmente associada às elites, pelo menos aquela que é mais reconhecida do ponto de vista social e economicamente mais valorizada. A *beautification* da realidade e do quotidiano são preocupações que surgem associadas aos grupos sociais e aos territórios mais favorecidos. As últimas décadas têm observado, porém, mudanças significativas neste campo.

No mundo ocidental, a democratização da cultura e da arte tem sido uma preocupação constante das políticas de desenvolvimento social e territorial. Com esse objectivo, os investimentos em bibliotecas, museus, centros culturais ou escolas de arte têm-se multiplicado.

Paralelamente, a arte é cada vez mais uma mercadoria. Nas sociedades pós-industriais, ou simplesmente pós-modernas (porque também existe uma pós-ruralidade), a produção cultural parece sobrepor-se à produção industrial. Pode mesmo falar-se do entrosamento dos dois tipos de produção. A estética dos produtos industriais, a importância da forma em detrimento da função, ou a importância do prazer associado aos objectos ou às experiências são aspectos que ganham cada vez mais relevo.

A própria produção artística passa frequentemente pelos critérios associados à competitividade. O debate sobre a cidade criativa é um dos melhores exemplos da visão mercantil da cultura e das artes. De facto, Richard Florida (2002, 2008) ou Charles Landry (2000) defendem que a atracção de gente criativa é a principal condição para captar investimento. Na sua opinião, o capital segue as rotas traçadas pela classe criativa!

Nesta cidade criativa, a cultura e as artes assumem um papel principal (Hall, 2000). Por um lado, a oferta cultural é um factor de atracção importante, seja por via da arquitectura e do espaço público que configuram as condições de habitação da classe criativa, seja através dos espectáculos, das exposições ou de outros eventos que preenchem os tempos de lazer desse grupo. Por outro lado, os artistas fazem parte da classe criativa. Tanto os artistas num sentido mais tradicional – pintores, actores, músicos, etc. – como os mais contemporâneos como os designers, produtores de vídeo, criadores de mensagens publicitárias e outros.

O grande problema da cidade criativa é não ser normalmente uma cidade inclusiva. Com frequência, a construção de uma grande sala de espectáculos, ou de um museu no centro da cidade, leva à expulsão dos antigos residentes. Por outro lado, as operações de regeneração urbana associadas à oferta imobiliária dirigida à classe criativa correspondem normalmente a processos de gentrificação (Ley, 2003; Moulaert *et al.*, 2004). Julgamos, no entanto, que a cidade criativa não é fatalmente exclusiva. Pode ser uma cidade inclusiva e solidária. Ou seja, é possível falar de cidades socialmente criativas (Gertler, 2004; Scott, 2006).

O circo é uma expressão artística com potencialidades singulares para participar na construção de cidades socialmente criativas. Não tem uma história ligada às elites. Até há poucas décadas, expressava-se frequentemente no espaço público (a feira) através de pessoas que usavam os seus dotes artísticos para sobreviverem. Mas, voltaremos ao circo mais tarde.

## II. MEIOS E LUGARES SOCIALMENTE CRIATIVOS

Um meio socialmente criativo não é apenas aquele que impulsiona a expressão criativa mas também o que promove a inovação social. A inovação social é aqui entendida como uma resposta nova para necessidades sociais não satisfeitas, ou mesmo não reconhecidas. Essas respostas são diversas consoante as necessidades em causa mas têm em comum a intenção de promover a inclusão social através da transformação das relações sociais (configuradas a partir do trabalho, do género, da etnia, etc.), nomeadamente pelo *empowerment* e pela valorização do capital social colectivo nas comunidades mais frágeis e vulneráveis (André e Abreu, 2006; Martinelli *et al.*, 2003; Klein e Harrison, 2007).

Nesta perspectiva, a inovação social está associada a iniciativas que escapam à ordem estabelecida, na medida em que representam uma nova forma de pensar ou de fazer algo e uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura – face às práticas usuais ou convencionais. “L’innovation affronte l’institué, c’est-à-dire qu’elle défait la tradition, elle dépasse la routine et elle défie les contraintes” (Comeau, 2004: 37)

O conceito de *milieu innovateur*, desenvolvido por Aydalot e pelo *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs* (GREMI) a partir dos anos 80 (Aydalot, 1986), pretende essencialmente dar conta de como é que os lugares promovem ou dificultam a inovação. Contudo, a transposição do conceito de ‘*milieu innovateur*’ para meio socialmente inovador, ou criativo, não é linear. Embora se encontrem pontos de convergência, sobretudo em termos dos recursos que incentivam a inovação e a criatividade, muitos outros parâmetros são distintos.

A noção de plasticidade, adoptada da física, pode ajudar-nos a compreender a natureza e as dinâmicas dos meios inovadores, em geral, e dos socialmente criativos, em particular. “La plasticité désigne la capacité qu’ont certains composants à s’in-former (recevoir une forme) et à se dé-former, tout en gardant unité et cohérence. La plasticité est donc une condition nécessaire pour que la vie apparaisse, se maintienne et puisse évoluer.” (Entrevista de Dominique Lambert à Radio France Internationale, a propósito do livro *Comment les pattes viennent au serpent. Essai sur l’étonnante plasticité du vivant*, Dominique Lambert, René Rezsöhazi, Editions Flammarion, 2004).

Se se transpuser este conceito para os meios sócio-territoriais, a plasticidade significa que os lugares onde a criatividade vai germinar devem ser suficientemente flexíveis e, ao mesmo tempo, suficientemente organizados para que possam sofrer transformações culturais, económicas e sociais sem perderem a sua identidade (André *et al.*, no prelo).

Os meios socialmente criativos parecem reunir quatro características principais: *diversidade sócio-cultural* ligada à abertura ao exterior; tolerância, na medida em que permitem o risco; *democraticidade*, correspondente à participação activa dos cidadãos; *memória colectiva*, na medida em que assegura a resiliência do meio. A *diversidade* potencia o contacto com o novo no sentido da alteridade – novos-outros produtos, novos-outros saberes, novos-outros valores – mas pode também produzir fragmentação e isolamento; a diversidade promove a inovação na medida em que se estabelecem pontes e fluxos entre aquilo que é diferente. A *tolerância* é uma condição necessária à possibilidade de errar



– a inovação é uma tarefa arriscada – e um meio não pode ser criativo e inovador se penalizar os eventuais insucessos de uma iniciativa arriscada, ou seja, se for demasiado hierarquizado, normativo ou rígido. A *democraticidade* implica ter possibilidade e capacidade de decisão, ou seja, ter acesso à informação e ao conhecimento necessários à escolha e à identificação de soluções adequadas, ser socialmente reconhecida a decisão e ser exigida a responsabilização de quem decide (André e Abreu, 2006). O diálogo faz emergir a inovação e alimenta a criatividade. A *memória colectiva* pode prevenir a fragmentação potencialmente associada à inovação como efeito adverso. Na medida em que sustenta a identidade da comunidade e o sentido de pertença das pessoas, é um factor importante de resiliência, de resistência ao choque da mudança. Contudo, a memória colectiva, porque comporta o “peso do passado”, pode ser também um factor de inércia e de resistência às estratégias criativas.

A ligação da inovação social a um determinado meio capaz de a promover e, por outro lado, a capacidade das mudanças no território desencadear novas respostas e novas relações sociais remetem para a ideia de inovação sócio-territorial, conceito que atribui ao território um papel activo nos processos de inovação social.

### III. O CIRCO NA CONSTRUÇÃO DE MEIOS SOCIALMENTE CRIATIVOS

As artes, no seu conjunto, assumem um papel relevante como estímulo da inovação social, especialmente na medida em que inspiram estratégias sociais criativas, ou seja, que estimulam as comunidades ou os grupos mais desfavorecidos no sentido de encontrarem novas respostas, alterando as condições e reconstruindo as relações sociais que provocam a sua vulnerabilidade. Nas sociedades, como as europeias ou as norte americanas, onde o sentido da transcendência se foi perdendo (quer pela erosão da religião quer pela falência das grandes ideologias que marcaram os séculos XIX e XX), a arte preenche, de alguma forma, esse “vazio” (Ruby, 2002, 2003). É uma via de antecipação do futuro. “Some artists express in their work feelings or codes that forecast the future or that indicate symbolically that the present is no longer viable.” (Smiers, 2005: 9).

Contudo, as artes não são apenas uma fonte de inspiração. São expressões facilitadoras da comunicação entre diferentes culturas, na medida em que transmitem significados que a linguagem comum tem dificuldade em revelar. Por outro lado, permitem transmitir as emoções e os sentimentos mais profundos dos seres humanos. Por exemplo, o terror que a *Guernica* de Picasso transmite dificilmente se poderia expressar de outra forma, sendo facilmente captado por pessoas com pertenças culturais diversas. A utilização de metáforas faz transcender o óbvio e comunicar para além do discurso comum (Ruby, 2002, 2003; André e Abreu, no prelo).

A estetização do quotidiano (Smiers, 2005; Ley, 2003; Cachinho, 2006) tem vindo a afirmar-se cada vez mais nas sociedades ocidentais. A pós-modernidade atribui à estética a importância que a modernidade conferiu à função e, neste contexto, as artes assumem uma importância crescente na vida das pessoas e das comunidades.

Os argumentos referidos nos parágrafos anteriores aplicam-se também ao circo. Importa, no entanto, ampliar a reflexão, na medida em que as artes circenses comportam particularidades que lhes conferem um papel específico e marcante no quadro das estratégias sociais criativas.

Com raízes muito antigas, entre as quais se salientam o circo romano e os saltimbancos das feiras medievais, o circo moderno inicia-se em Inglaterra, no século XVIII, com o teatro equestre, onde actuavam não só cavaleiros, mas também acrobatas e palhaços. Nos países europeus onde as artes equestres eram mais desenvolvidas e, ao mesmo tempo, naqueles onde se realizavam as grandes feiras com uma grande panóplia de divertimentos (França, Alemanha, Itália, Rússia), rapidamente surgiram companhias de circo cujos espectáculos tinham uma procura muito significativa. Durante o século XIX, a procura era tão grande – particularmente em França – que foram construídos edifícios especificamente destinados às artes circenses. O mais emblemático era o Cirque Olympique, dos Irmãos Franconi, em Paris (Jacob, 2002).

O desenvolvimento do circo nos Estados Unidos da América, a partir da 3ª década do século XIX, vai introduzir uma inovação crucial – o *chapiteau* e a consequente possibilidade de itinerância. Esta mudança possibilita a captação de um público muito mais vasto, o que vai permitir algum fausto para “abrilhantar” os espectáculos. Por outro lado, o nomadismo gera uma forte coesão interna nas companhias. “Les arts du cirque sont non seulement creatifs, mais également inclusifs. Sous la toile du chapiteau, un néophyte réalise que rien n’est possible sans les autres, que le cirque est une aventure fondamentalement collective. Autour de la piste, il est question de famille élargie et tous sont des enfants du voyage, des saltimbanques” (En Piste, 2005: 15).

O circo atravessou uma fase difícil a partir dos anos 60 do século XX, associada sobretudo às novas preocupações com as condições de vida dos animais, em particular com as espécies protegidas como algumas das que integravam os espectáculos de circo (focas ou chimpanzés). Mas a crise deveu-se também às barreiras que a organização espacial do *chapiteau* põe à inovação tecnológica. A presença de público quase a toda a volta da pista não permite, por exemplo, a utilização de projecções vídeo ou a montagem de equipamentos complexos que exigem uma infraestrutura “escondida” (Camus, 2004).

Como resposta à crise, o circo contemporâneo ou ‘novo circo’ emergiu no final dos anos 70, manifestando rupturas significativas com o circo tradicional, nomeadamente: o desaparecimento dos animais selvagens; a (re)organização do espaço dentro do *chapiteau*; a introdução de um fio condutor das várias exhibições através de uma coreografia integradora; a adopção de novas estéticas, particularmente ao nível da música e das cores (Camus, 2004; Jacob, 2002).

Apesar destas mudanças, o circo vai manter, em larga medida, a itinerância e o sentido de comunidade, características que lhe podem conferir um papel importante na cidade socialmente criativa. Por outro lado, a origem popular do circo aproxima-o, enquanto expressão artística, das populações mais desfavorecidas.

Outro aspecto que confere às artes circenses um papel decisivo como instrumento de estratégias socialmente criativas é a diversidade das expressões e a cooperação entre os vários protagonistas. Palhaços, acrobatas, mágicos, malabaristas, músicos e muitos outros que trabalham na pista ou na

sombra constroem colectivamente o espectáculo. No ‘novo circo’, contam uma história em conjunto utilizando linguagens e discursos diversos.

A inovação social ligada ao circo faz emergir inevitavelmente o caso do *Cirque du Soleil*, um *targeted growth and committed cirque* ([www.cirquedusoleil.com](http://www.cirquedusoleil.com), acedido em 15 Setembro 2008). Nos anos 80, um grupo de jovens do Québec procurou nas artes circenses um modo de sobrevivência. Apoiados por autoridades públicas especialmente “protectoras” e inspirados pelos “ventos” de Woodstock e pela vontade de mudar o mundo partilhada pela juventude dos anos 60, transformaram acrobacias e magias tradicionais num circo reinventado<sup>2</sup> que tiveram a oportunidade de apresentar em todo o Québec em 1984, no quadro das comemorações dos 450 anos da chegada de Jacques Cartier ao Canadá. Agitando a bandeira da inovação e de uma conduta politicamente correcta, esse grupo de jovens, e especialmente Guy Laliberté, o mais empreendedor e audacioso, criou, em menos de 20 anos uma das mais reconhecidas empresas multinacionais no campo das artes (Beaunoyer, 2005).

O percurso de sucessos consecutivos do Cirque du Soleil não o impediram, contudo, de manter um compromisso social forte em termos de inclusão social. Através do *Cirque du Monde* e de múltiplas parcerias espalhadas pelo mundo, a imagem mágica e espectacular do *Cirque du Soleil* tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento de muitas estratégias sociais criativas. No caso do seu lugar de origem, a acção vai mais longe através da implicação directa num mega-projecto de regeneração urbana num espaço periférico e problemático de Montreal – o bairro de Saint-Michel (TOHU, 2008).

Mas, qual é afinal a magia do circo no campo da inovação social, em geral, e da inovação sócio-territorial, em particular? As ligações entre circo e território são várias e manifestam-se a várias escalas. Ao nível nacional e internacional, a itinerância do circo e as rotas que traça para mobilizar o seu público. Na cidade, o circo instala-se num espaço público e estabelece inevitavelmente uma relação de vizinhança efémera mas intensa. No *chapiteau* e em seu redor, a organização do espaço é um factor decisivo para o sucesso da companhia. É necessário não só conjugar uma grande diversidade de expressões artísticas num mesmo espaço, mas também conjugar os espaços de trabalho, de residência, de aprendizagem ou de lazer.

Para discutir a relação do circo com a inovação social, importa – antes de passarmos para o caso específico do Chapitô, em Lisboa – retomar algumas ideias apontadas anteriormente. Já referimos que os meios socialmente criativos são aqueles que conjugam diversidade, tolerância, participação e memória colectiva. O circo associa bastante bem essas quatro características: (i) pluralidade de expressões artísticas, diversidade de origens geográficas dos artistas, convívio de diferentes gerações; (ii) tolerância associada ao risco omnipresente nas artes circenses; (iii) participação de todos – artistas e outros trabalhadores – para produzir uma obra conjunta que depende de todos e de cada um; (iv) memória colectiva da comunidade/companhia que atravessa frequentemente diversas gerações, projectando-se para além dos percursos individuais.

2. Um dos primeiros espectáculos do Cirque du Soleil chamou-se precisamente “Cirque Réinventé”.

Esta perspectiva do circo como veículo de inovação sócio-territorial vai ser o fio condutor da apresentação do Chapitô.

#### IV. O CHAPITÔ EM LISBOA

Sempre que se fala do Chapitô, vem-nos à memória a magnífica vista do estuário do Tejo recortado pelas construções mais antigas da cidade. Um privilégio para todos os que lá trabalham e para os que por lá passam. A localização na Costa do Castelo, em Lisboa, tem esta mais valia que oferece aos seus públicos temporada após temporada. O rio, o casario, a luz, ou as luzes da cidade são parte do cenário das artes do espectáculo, com especial relevância para as artes circenses que aqui se aprendem e mostram. Instalado neste bairro histórico, desde 1986, o Chapitô afirmou aqui o seu papel de associação recreativa e cultural, que também é ONG para o desenvolvimento, com estatuto de Instituição

Particular de Solidariedade Social (IPSS). O trabalho desenvolvido ao longo de mais de duas décadas conquistou um lugar de referência na cidade pela reconhecida acção na produção cultural e artística, bem como no campo da inclusão social. A reflexão que aqui se apresenta é acompanhada de excertos de entrevistas realizadas a colaboradores e antigos alunos do Chapitô<sup>3</sup>, especialmente aqueles que deixaram de estar em situação de risco e construíram até um percurso de sucesso. São sobretudo esses que nos ajudam a compreender as artes do circo enquanto veículo de inovação social.

#### O ESSENCIAL DO CHAPITÔ

##### ESTATUTOS OFICIAIS

IPSS/ Instituição Particular de Solidariedade Social, ONG'D/ Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, “Utilidade Pública”, “Manifesto Interesse Cultural”.

##### ÁREA SOCIAL

Animação sócio-formativa: Centros Educativos da Bela Vista e Navarro de Paiva, trabalho com jovens até aos 18 anos (protocolo assinado com o Instituto de Reinserção Social em 1987).

Casa do Castelo: Lar de transição, apoio psicossocial a jovens com mais de 18 anos que enfrentam dificuldades no início do seu projecto de vida (capacidade para 6 jovens).

Centro de Acolhimento João dos Santos: Espaço educativo e lazer para crianças até aos 12 anos acolhe filhos de pessoas do bairro, de colaboradores e de jovens artistas.

##### ESCOLA PROFISSIONAL DE ARTES E OFÍCIOS DO ESPECTÁCULO (EPAOE)

Funciona desde 1991 – Recebe alunos com o 9º ano em 2 cursos de nível 3 (equivalente ao 12º ano), ultrapassou os 300 diplomados em 2006. Para amadores, em horário pós-laboral, existem Cursos de Fim de Tarde, orientados por profissionais da casa: capoeira, malabarismo, sapateado, caracteriza-

3. Estas vozes que vão surgindo ao longo do texto são identificadas com nomes fictícios. Não pretendemos dar conta das várias opiniões pessoais, mas utilizar os discursos para ilustrar a reflexão que efectuámos sobre o Chapitô.

ção, expressão dramática, técnicas circenses e ateliers para crianças.

### COMPANHIA DO CHAPITÔ

Criada em 1996, define-se como teatro do gesto/teatro físico. A companhia possui no seu repertório mais de duas dezenas de criações originais onde se incluem espectáculos para a infância. A actividade da companhia é uma das faces de maior visibilidade da instituição e a sua política de itinerância tem divulgado os seus espectáculos nacional e internacionalmente.

As múltiplas actividades do Chapitô ([www.chapito.org](http://www.chapito.org) acedido em 11 de Julho de 2008) surgem invariavelmente associadas a uma liderança forte, uma personalidade que inspira admiração, uma figura impulsionadora. Falamos de Teresa Ricou que, no início dos anos 80, ainda a partir da sua casa do Bairro Alto, criou a Colectividade Recreativa e Cultural de Santa Catarina que entretanto expandiu e consolidou no espaço da Costa do Castelo. A sua liderança, que leva mais de 20 anos, continua hoje a marcar a intervenção social e cultural do Chapitô na cidade, sendo indissociável do seu reconhecimento público.

A partir da sua formação e experiência em França, Teresa Ricou desenvolveu uma carreira de artista de circo, tornando-se conhecida como Teté, a primeira mulher-palhaço portuguesa. Ainda no Bairro Alto, nos anos 70, começou um trabalho com crianças de rua que aliava a componente artística e social, e possibilitou colaborações designadamente com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Ministério da Justiça. A perspectiva de fazer das artes do circo uma forma de inclusão, inaugurou em Portugal uma nova abordagem do problema da exclusão e marginalização de crianças e de jovens. No âmbito da reinserção social de adolescentes, as propostas de actividades são geralmente mais convencionais podendo incluir desde a serralharia à panificação. Daí que não tenha sido tarefa fácil convencer os serviços responsáveis do Ministério da Justiça acerca do potencial formativo das artes circenses. O perfil de liderança e o extenso capital social de Teresa Ricou foram decisivos e os resultados não se fizeram esperar.

“Desde criança que fazia rir os outros, aqui tornei-me *clown*.” (Miguel)

“Na escola primária, ralhavam-me porque fazia coisas perigosas, agora sou professor de acrobacia.” (Pedro)

A determinação e as experiências desenvolvidas abriram portas ao posterior reconhecimento pelas entidades públicas com tutela na área da protecção de menores. O protocolo com os serviços tutelares de menores (Ministério da Justiça), estabelecido em 1986, possibilitou a concessão do edifício da Costa Castelo, antigas instalações de uma tutoria de mulheres, e a sua posterior recuperação e adaptação progressiva a um programa de actividades sempre renovado. O combate à exclusão social através da cultura e das artes, objectivo primordial do Chapitô, ganhou com este espaço uma dinâmica que naturalmente escapa ao observador diletante. A ideia segundo a qual é possível ter uma vida digna sendo artista de circo e que se pode caminhar nessa aprendizagem com entusiasmo e ganhos de auto-estima fez o seu caminho dentro e fora do Chapitô.

A acção social do Chapitô está presente em dois centros educativos (Direcção Geral de Reinserção Social) na cidade de Lisboa – Bela Vista (Bairro da Graça) e Navarro de Paiva (em S. Domingos de Benfica) – que acolhem crianças e jovens do sexo masculino a cumprir medidas de internamento. A acção nos centros educativos concentra-se na animação de *ateliers* de frequência facultativa, possibilitando diversas actividades: circo, capoeira, música, “faz-tudo”, jogos, histórias, teatro, horta e outras. A partir dos *ateliers* organizam-se actividades lúdicas e artísticas que apelam à expressão individual e colectiva. Encorajar aprendizagens dando prioridade à comunicação é o lema das equipas de animadores que dispõem de uma coordenação e de uma retaguarda de reflexão e formação. As apresentações públicas dão sentido e visibilidade ao trabalho desenvolvido e podem ocorrer nos próprios centros, no espaço do Chapitô ou noutros locais. A experiência de 26 anos na acção social e no contacto com as instituições de reinserção social sempre exigiu elevada perseverança. Esta atitude tem sido indispensável face às sucessivas alterações de enquadramento legal e à constante adaptação aos condicionalismos que envolvem crianças e jovens em risco. Trata-se de afirmar um projecto assente na capacidade de incluir crianças e jovens frequentemente envolvidos em trajectos sem projecto, com enorme probabilidade de conduzirem à marginalidade.

“Para mim existem vários chapitôs. Existe a escola EPAOE a qual chamamos todos Chapitô mas também existe o “Coas” (acção social) que também está ligado ao Chapitô e para mim a localização geográfica do Chapitô “escola” não tem muita importância, talvez seja mesmo uma menos valia pois por vezes desconcentra os alunos que pensam estar sempre de férias, mas a nível do “Côas” talvez tenha mais importância pois muitos dos miúdos que fazem parte desse projecto saem de bairros dali próximos.” (Rui)

Ainda no campo da inclusão, existe também a “Casa do Castelo” que acolhe jovens com mais de 18 anos que enfrentam dificuldades e precisam de apoio e alojamento. Outros jovens em risco que precisam de ajuda no seu processo de autonomização também podem encontrar apoio psicossocial pontual, dispondo de uma equipa de apoio ao desenvolvimento de um projecto de vida pessoal. Funciona igualmente no edifício o “Centro de Acolhimento João dos Santos” para crianças dos 8 meses aos 12 anos, residentes no bairro ou filhos de funcionários. A equipa educativa deste centro, que recebeu o nome de um dos maiores psico-pedagogos portugueses do século XX, tem como linha orientadora o trabalho comunitário, ou seja, a ponte entre o Chapitô e a comunidade local.

Em 1990, aproveitando a promulgação pelo Ministério da Educação do diploma que criou o ensino e as escolas profissionais, o Chapitô fundou a Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo (EPAOE). A escola recebe alunos com o 9º ano (ensino básico) e oferece cursos secundários, que conferem equivalência ao 12º ano. Com a entrada de 25 alunos (aproximadamente) em cada curso, estão em funcionamento: o curso de Interpretação e Animação Circenses (IAC) e o curso de Cenografia, Figurinos e Adereços (CenFA). À semelhança do que se passa com muitas outras escolas profissionais, uma grande parte dos alunos teve percursos escolares problemáticos no ensino básico. Embora nos anos mais recentes a situação tenda a mudar, o ensino secundário profissional não surge, na maioria dos casos, como uma opção, mas como solução de recurso.



“Abandonei a escola várias vezes para trabalhar nas obras com o meu pai por exemplo e noutros trabalhos como montador de aparelhos de ar condicionado. Tive épocas em que trabalhava e estudava, fiz até ao 10º ano, mas não estava a dar... A escola onde estava organizou uma visita aqui ao Chapitô e disseram-me que eu tentasse fazer as provas de acesso para vir para aqui. No início, resisti. Basicamente porque aqui não conhecia ninguém, era escuro e não tinha aqui os amigos (...). Mas, a adaptação foi rápida. Isto é uma escola mas é sobretudo uma casa... falamos abertamente dos nossos problemas...” (Dinis)

“Foi a melhor coisa que me aconteceu na vida (ir para o Chapitô)... aquelas pessoas são especiais... eu dei-me de corpo e alma! Agora o meu objectivo é estudar para os exames nacionais e entrar na Faculdade de Letras. (Artes do Espectáculo)” (Miguel)

“Graças ao Chapitô passei a ser um aluno interessado... comecei a existir como pessoa... com o meu trabalho fui adquirindo o respeito e por vezes a admiração dos outros.” (Rui)

Os depoimentos dos alunos que passaram pela escola do Chapitô são elucidativos da comunidade de afectos que atravessam o ambiente e as experiências que aí se vivem. A actividade da escola envolve a colaboração com circos profissionais e outras companhias ligadas às artes do palco, quer para acolher os estagiários, quer para proporcionar aos alunos o contacto com o desenvolvimento de projectos artísticos inovadores, designadamente no âmbito do ‘novo circo’.

“Fiz estágio de *clown* na Escola de Circo Carampa em Madrid... É uma escola que puxa muito por nós, sobretudo no malabarismo e no tecido. Mas o *clown* é uma coisa que se aprende mais por nós... não é uma técnica é um trabalho.” (Miguel)

“Trabalhei na companhia de dança Olga Roriz em Lisboa. Quem sai daqui geralmente não vai para circos tradicionais. As oportunidades não são muitas. Ou se vai para uma escola fora do país ou então faz animações que é também o que eu faço.” (Luís)

“Estou a trabalhar na Companhia de Teatro Artistas Unidos.” (Cátia)

Ainda na área de formação, o Chapitô oferece cursos de fim de tarde abertos a todo o público: capoeira, malabarismo, sapateado, expressão dramática e outros. A oferta completa-se com *workshops* específicos para as várias faixas etárias e *ateliers* para crianças. A formação de novos públicos merece atenção especial através da criação de espectáculos para crianças nas tardes de sábado e domingo. Esta diversidade de actividades parece ajudar a multiplicar as oportunidades de trabalho e naturalmente a enriquecer a oferta cultural.

A sustentabilidade financeira do Chapitô reside em grande medida na companhia de teatro-circo e na animação. A companhia do Chapitô foi criada em 1996 e define-se como teatro do gesto/teatro físico<sup>4</sup>. No seu repertório conta com 25 criações originais que apresentou não apenas em Portugal, como em muitos países dentro e fora da Europa, sobretudo através da participação em festivais. As produções Chapitô fazem também animações e espectáculos nos mais diversos lugares, desde empresas e espaços públicos a festas particulares. Encontra-se aqui uma das principais fontes de financiamento das acções na área social para além dos apoios das entidades oficiais.

4. À semelhança, por exemplo, do *Cirque du Soleil* ou do grupo catalão *La Fura dels Baus*.

Dada a ausência em Portugal de formação superior nas artes do circo, alguns alunos têm prosseguido a sua formação noutros países, especializando-se nas mais diversas disciplinas. Um exemplo de um percurso bem sucedido é o de João Paulo Santos. Depois de se especializar em França no “mastro chinês” desenvolveu uma carreira de criação de espectáculos de novo circo, que têm sido apresentados em palcos estrangeiros e portugueses com enorme sucesso.

“O meu trajecto formativo no Chapitô foi muito interessante pois mudou o rumo da minha vida, foi graças ao Chapitô que, pouco a pouco, percebi que através do trabalho se conseguia algo, de repente passei a ser um aluno aplicado e com vontade de perceber tudo. A nível relacional também foi muito importante pois foi ali que comecei a existir como pessoa dentro da sociedade, foi através do meu trabalho que também fui adquirindo o respeito e por vezes a admiração dos outros, tudo isto foi fazendo de mim alguém com vontade e capacidade de acreditar nos seus sonhos, o que era impossível alguns anos atrás.” (João Paulo Santos)

No entanto, depois de concluído o curso, os percursos são muito diversos: desde a especialização fora do país ou nas escolas nacionais (os Conservatórios), ao trabalho na televisão, no cinema e em companhias de teatro e dança. Nos bastidores, nos palcos ou nos ecrãs muitos dos alunos formados no Chapitô têm vindo a encontrar lugar no mundo do espectáculo, mesmo se essa ligação é ocasional através, por exemplo, da participação na animação de eventos. Nas artes circenses, apesar de se registar o aparecimento de alguns grupos e pares, a produção é escassa e a formação requer maior qualificação.

Importa contudo salientar que, sendo uma instituição local, o Chapitô tem construído uma rede de relações nacionais e internacionais significativa, que possibilitam, de alguma forma, a ligação multi-escalar.

## REDE DE PARCERIAS DO CHAPITÔ

### PARCERIAS NACIONAIS

- Ministério da Educação
- Ministério da Cultura (Instituto das Artes)
- Ministério da Justiça (Direcção Geral de Reinserção Social)
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (Centro Regional de Segurança Social)
- Secretaria de Estado da Juventude (Instituto Português da Juventude)
- ANESPO – Associação Nacional das Escolas Profissionais
- Associação Castelo Colina Cultural
- CEJ – Centro de Estudos Judiciários
- EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural
- ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada
- ISSS-COOP – Instituto Superior de Serviço Social
- Moinho da Juventude
- Plataforma Nacional das ONGD
- Rede dos Centros Culturais Portugueses

### PARCERIAS INTERNACIONAIS

- Asociacion de Malabaristas de Madrid – Espanha
- Banlieux d’Europe
- Centre National des Arts du Cirque – Chalons sur Marne, França
- Circustheater Ellebog – Amsterdão, Holanda
- Circus Space – Londres, Inglaterra
- Creative Corporation – Berlim, Alemanha
- EFECOT – European Federation for Education of the Children of the Ocupacional Travellers – Bruxelas, Bélgica
- FEDEC – Federation Européenne des Écoles de Cirque
- European Cultural Foundation
- Opgang 2 – Dinamarca
- Peuple et Culture – Montpellier, França
- Soros Center For The Arts – Sofia, Bulgária

Fonte: Site do Chapitô – <http://chapito.org> (acedido em 13 de Fevereiro de 2009)

“Um dos aspectos mais importantes é o facto de o Chapitô ser a única escola que ensina as artes circenses o que faz também com que o nível técnico seja muito baixo devido à falta de concorrência. Em França, por exemplo, existem mais de 300 escolas onde se pode aprender a fazer circo, mas, de facto, do ponto de vista curricular é a única escola a fazê-lo (...) apesar de tudo, o Chapitô é uma escola com algumas lacunas nomeadamente em termos de espaço. A falta de grandes espaços priva os alunos de outras disciplinas circenses indispensáveis, como, por exemplo, a cama elástica.” (Rui)

“Já tive planos para ir para o Cirque du Soleil, mas acabei por desistir. Nós aqui temos uma preparação boa porque também é psicológica, mas ao nível das técnicas estamos longe do que se faz lá fora. Já fiz provas para uma escola de circo em Londres mas depois não consegui financiamento nem bolsa e tive de desistir. Estão lá cinco pessoas da minha turma, mas que foram com recursos da família. Foi também isso que me fez mudar de planos e ir mais para o teatro...” (Miguel)

A presença do Chapitô na cidade, através das suas actividades e da dinâmica de participação nas suas redes culturais, é um dado adquirido e reconhecido. Contudo, parece ainda faltar no âmbito das artes do circo e em particular do novo circo, uma valência que possa vir a especializar e aprofundar a formação e a divulgação. Nesse sentido, o futuro pode passar pelo “Chapitô- rio”, projecto que parece ganhar forma nas docas de Santos. Este projecto vem sendo acalentado há anos mas tarda em concretizar-se. Seria um equipamento cultural do maior interesse para Lisboa, possibilitando o desenvolvimento de uma arte que tem vindo a afirmar-se com grande êxito em muitas cidades pelo mundo fora. Pode também residir aí uma ocasião da cidade participar, através do novo circo, em redes culturais mais amplas, dando maior espaço e visibilidade à criação artística nacional e colocando Lisboa no mapa global das artes do circo contemporâneas. Terá chegado o tempo de um Chapitô para o século XXI?

## V. REFLEXÕES FINAIS

A análise do Chapitô e das suas potencialidades para participar numa cidade criativa e inclusiva pode inspirar futuras pesquisas. Salientamos dois aspectos que nos parecem particularmente interessantes.

O primeiro relaciona-se com a importância da líder carismática. Como em muitas outras instituições, e particularmente naquelas que surgem como casos de referência, o papel individual sobrepõe-se ao protagonismo colectivo. A capacidade de liderança, ou seja, a associação de visão (no sentido visionário), capital social, autoridade, entusiasmo e determinação emerge como uma condição crucial para o desenvolvimento das iniciativas mais inovadoras, transforma projectos em utopias realizáveis. Mas este talento tem também um reverso. São raras as vezes em que os líderes carismáticos passam o testemunho a outros, assegurando a sustentabilidade das acções para além da sua presença. Normalmente, em determinado momento do percurso das instituições mais inovadoras, surge o impasse: sem o líder não haveria passado e com a permanência do líder o futuro pode estar comprometido.

O segundo liga-se à escala de acção. Instituições como o Chapitô destacam-se ao nível local como motores importantes de inovação e de inspiração. Esta escala é uma condição para o sucesso, ou é possível desenvolver iniciativas análogas ao nível regional ou mesmo nacional? As “vozes” que surgiram neste artigo mostram como as relações de proximidade são determinantes para aliar criatividade e inclusão social. Ainda assim, julgamos que a questão das escalas é pertinente, especialmente numa óptica multi-escalar. A ligação do bairro ao resto do mundo é actualmente possível, fácil e potencialmente inclusiva. Por outro lado, as fronteiras, o isolamento e a autarcia são factores de inércia e barreiras à inovação. No caso do Chapitô, a escola profissional, sobretudo através dos estágios, as digressões da companhia e a vinda de professores e artistas convidados estabelecem uma ligação directa, embora nem sempre muito intensa, do local, do Bairro do Castelo à Área Metropolitana de Lisboa (onde reside a maioria dos alunos) ao País e ao Mundo.

Numa leitura mais ampla, consideramos que as artes circenses denotam uma capacidade assinalável para impulsionarem a inovação sócio-territorial.

Por um lado, através da (re)valorização do espaço público urbano. Por ser uma arte que nasceu e cresceu na rua, o circo lida bem com os espaços colectivos (como refere João dos Santos na frase que dá início a este artigo), conferindo-lhes brilho e alegria. Por outro lado, a expressão artística circense mostra-se especialmente adequada enquanto veículo de inclusão social. Promove a auto-estima através do reconhecimento público imediato (à semelhança das outras artes do palco). Acolhe todos aqueles que participam na produção numa comunidade de afectos, de cooperação e de inter-ajuda. Oferece uma grande diversidade de oportunidades de expressão artística, favorecendo as várias formas de comunicação e especialmente a corporal.

Podemos assim considerar que o circo pode ser um elemento central da cidade socialmente criativa.

## BIBLIOGRAFIA

- André I, Abreu A (2006) Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLI(81): 121-141.
- André I, Abreu A (no prelo) Social creativity and post-rural places: the case of Montemor-o-Novo, Portugal. *Canadian Journal of Regional Science/Revue Canadienne des Sciences Régionales*, special issue on *Social Innovation and Territorial Development*.
- André I, Brito Henriques E, Malheiros J (no prelo) Inclusive places, arts and socially creative mi lieux. In MacCallum D, Moulaert F, Hillier J, Vicari S (eds.) *Social Innovation and Territorial Development*. Ashgate, London.
- Aydalet P (1986) *Milieus innovateurs en Europe*. GREMI, Paris.
- Beaunoyer J (2005) *Dans les coulisses du Cirque du Soleil*. Québec Amérique, Montreal.
- Cachinho H (2006) Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLI(81): 33-56.
- Camus J-Y (2004) *Le cirque, la quadrature du cercle*. Mémoire de DESS Développement culturel et direction de projet, Université Lyon 2, Lyon.
- Comeau Y (2004) Les contributions des sociologies de l'innovation à l'étude du changement social. *Innovations Sociales et Transformations des Conditions de Vie. Actes du Colloque – 16 Avril 2004*, Cahiers du CRISES, Collection Études théoriques, ET0418: 29-44.
- En Piste – Regroupement National des Arts du Cirque (2005) Le fabuleux destin des arts du cirque à Montréal. *Projet de Politique de Développement Culturel de la Ville de Montréal*, Mémoire présenté à L'Office de consultation publique de Montréal le 14 février, Montreal.
- Florida R (2008) *Who's your city?: How the creative economy is making where to live the most important decision of your life*. Basic Books, New York.
- Florida R (2002) *The rise of the creative class: And how it's transforming work, leisure, and everyday life*. Basic Books, New York.
- Gertler M (2004) *Creative cities: what are they for, how do they work, and how do we build them?* Canadian Policy Research Networks, Ottawa.
- Hall P (2000) Creative cities and economic development. *Urban Studies*, 37(4): 639-649.
- Jacob P (2002) *Le cirque, du theatre équestre aux arts de la piste*. Larousse, Paris.
- Klein J-L, Harrison D (eds.) (2007) *L'innovation sociale – emergence et effets sur la transformation des sociétés*. Presses de l'Université du Québec, Montreal.
- Landry C (2000) *The creative City: a toolkit for urban innovators*. Earthscan, London.
- Ley D (2003) Artists, aestheticisation and the field of gentrification. *Urban Studies*, 40(12): 2527-2544.
- Martinelli F, Moulaert F, Swyngedouw E, Ailenei O (2003) *Social innovation, governance and community building – Singocom – Scientific Periodic Progress Report Month 18*, edição electrónica <http://users.skynet.be/bk368453/singocom/index2.html> [Acedido em 10 de Setembro de 2006]
- Moulaert F, Demuyneck H, Nussbaumer J (2004) Urban renaissance: from physical beautification to social empowerment. Lessons from Bruges – Cultural Capital of Europe 2002. *City*, 8(2): 229-235.
- Ruby C (2003) Quels lieux de rencontre démocratiques? Des lieux de rencontre au lieu de la rencontre. *EspacesTemps.net*, Textuel, 05.06.2003, edição electrónica. <http://espacestemp.net/document433.htm> [Acedido em 9 de Junho de 2007]
- Ruby C (2002) L'art public dans la ville. *EspacesTemps.net*, Actuel, 01.05.2002, edição electrónica <http://espacestemp.net/document282.html> [Acedido em 9 de Junho de 2007]
- Santos J (1981) *O circo e o pensar, ensaios sobre a educação II*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Scott A (2006) Creative cities: conceptual issues and policy questions. *Journal of Urban Affairs*, 28(1): 1-17.
- Smiers J (2005) *Arts under pressure: promoting cultural diversity in the age of globalization*. Zed Books, London.
- TOHU (2008) *Circus \* Earth \* People – A sustainable development initiative in the heart of the Saint-Michel Neighbourhood*. TOHU, La Cité des Arts du Cirque, Montreal.

## ESTRATÉGIAS SOCIAIS CRIATIVAS EM BARCELONA. O CASO DO WALDEN-7

ISABEL ANDRÉ<sup>1</sup>  
MURIEL ROUSSELLE<sup>2</sup>

### RESUMO

Sendo Barcelona uma metrópole reconhecida como meio inovador, reflectimos neste artigo sobre as condições e as oportunidades que oferece para a inovação social, ou seja, para o desenvolvimento de estratégias criativas que apontem novas soluções para problemas sociais sem resposta adequada. Centramos esta reflexão na produção do espaço urbano residencial e focamos, em particular, o caso do Walden-7 em Sant Just Desvern, Área Metropolitana de Barcelona, uma experiência com 4 décadas, frequentemente referida como uma “utopia urbana realizada”. Trata-se de uma intervenção muito precoce de regeneração urbana, onde o desenho dos espaços colectivos, a concepção de novas relações de vizinhança e organização interna dos apartamentos deixaram traços marcantes de inovação social. Neste artigo, pretende-se, sobretudo, equacionar o papel da adversidade como impulso socialmente criativo, bem como a temporalidade e o percurso das inovações sociais.

Palavras-chave: Inovação social, meio socialmente criativo, utopia urbana, Walden-7, Barcelona.

### 1. INTRODUÇÃO

Associada a grandes artistas e a empresas e empresários dinâmicos, Barcelona ocupa lugar de relevo no mapa da criatividade e da inovação. O desenvolvimento económico precoce como porto do Mediterrâneo, a industrialização fortemente ligada ao comércio exterior e os ideais nacionalistas contribuíram muito para essa imagem que o Mundo tem de Barcelona. As artes, a cultura e a economia são efectivamente actividades ricas e dinâmicas nesta metrópole. E no campo social? Será também Barcelona um meio socialmente criativo e inovador, que incentiva e provoca a mudança social no sentido de se tornar uma comunidade urbana mais justa, mais inclusiva e mais coesa?

É esta questão que desenvolvemos no artigo, focando a atenção num caso particular, mas ilustrativo. Com mais de 4 décadas de existência, o Walden-7, em Sant Just Desvern (Área Metropolitana de Barcelona), é o resultado de um projecto visionário, desenvolvido por um colectivo interdisciplinar (*Taller d'Arquitectura*), liderado por Ricardo Bofill. Trata-se de uma interessante experiência, em que as configurações espaciais parecem ter tido um impacto importante nas dinâmicas sociais de uma comunidade urbana, constituída actualmente por cerca de 1000 pessoas.

1. Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa E-mail: isabelandre@campus.ul.pt
2. Rede de Bibliotecas Públicas de Barcelona. E-mail: roussellerm@diba.cat





FIG. 1 – WALDEN-7, SANT JUST DESVERN, EM 2010.

O Walden-7 traduz uma visão de cidade particularmente avançada para a sua época, associando experiências arquitectónicas e sociais, ambas equacionadas de modo muito inovador, em ruptura evidente com as perspectivas dominantes no final dos anos 60. Nos pontos seguintes, apresentamos as linhas mestras do projecto e discutimos o seu significado, evolução e impactos sociais.

## II. ESTRATÉGIAS SOCIAIS CRIATIVAS

As estratégias sociais criativas (ESC) são novas respostas da sociedade, ou de comunidades específicas, para problemas que o Estado ou o mercado não resolvem adequada ou satisfatoriamente. Assim entendidas, são estratégias capazes de gerar inovação social, na medida em que apontam para novas soluções, visam a coesão social e reconfiguram as relações sociais (relações de trabalho, de género, inter-étnicas, inter-geracionais, etc.).

Na realidade, as ESC transformam-se em inovação social se forem suficientemente reconhecidas e adoptadas. Na sua essência, as ESC expressam sempre uma vontade de mudança que pode assumir contornos instrumentais e pragmáticos, ou estar ancorada em visões ideologicamente definidas. No entanto, mesmo nos casos em que estas estratégias visam objectivos muito concretos e particulares, não deixa de haver uma inspiração, uma utopia que funciona como pilar e como alavanca da mudança e da inovação social (Defourny e Develtere, 1999; Martinelli *et al.*, 2003; Moulaert e Ailenei, 2005; Klein e Harrisson, 2007). Na Europa, as ideias corporativas pré-modernas, a filantropia burguesa do séc. XIX, a teoria social católica, o anarquismo, o socialismo, a social-democracia ou os movimentos mais recentes, plurais e alternativos, configuraram, de modo mais ou menos directo e mais ou menos explícito, os rumos de mudança da sociedade e os caminhos a trilhar pelas comunidades nacionais, regionais ou locais. As visões da cidade que se foram traduzindo nas políticas e nos

planos urbanos, transmitem muito claramente essas visões ou a sua combinação.

Por outro lado, os vários Welfare Regimes (Esping-Anderson, 1990) que coexistem no espaço europeu modelam a interpretação e a aplicação das utopias sociais, fazendo-as adaptar a contextos específicos.

### 1. QUEM SÃO OS AGENTES QUE DEFINEM E DESENVOLVEM AS ESC?

São diversos. Revelam, contudo, uma intenção comum de desafiar a ordem estabelecida. Na maioria dos casos, os principais protagonistas são os agentes mais vulneráveis, aqueles que precisam de uma resposta adequada e urgente para escapar ao risco de exclusão social. A História revela, no entanto, que muitas personagens das elites desempenham também esse papel de estratégias da mudança social. Não se tratará apenas, como os marxistas defendem, de uma opção de classe, mas também de uma ‘incomodidade’ ideológica, de um inconformismo que se revela, por exemplo, com bastante frequência, através das artes ou da arquitectura.

### 2. EM QUE CONDIÇÕES E CONTEXTOS SE CONFIGURAM AS ESC?

Numa primeira leitura, as ESC parecem desencadear-se sobretudo por via da ameaça de exclusão social. As tensões inerentes à privação, à desigualdade e à consequente fragmentação das sociedades ou das comunidades surgem como fontes privilegiadas de criatividade social. Esta ideia leva alguns actores a defenderem que a criatividade e a inovação social estão intimamente ligadas ao conflito

(Carnelave, 2008). Todavia, outros desafios podem estar na génese de ESC. Para além das ameaças, que obrigam a respostas adequadas e eficazes, as oportunidades e os recursos são também geradores de criatividade social. A título de exemplo, uma escola que promova a intervenção, o debate e a criação e que encare o erro como forma de aprendizagem ‘produz’ certamente pessoas inquietas e exigentes relativamente à sociedade em que vivem, ou seja, pessoas socialmente criativas.

“Creativity drives innovation and evolution, providing original ideas and options, but it is also a reaction to the challenges of life. It sometimes helps when solving problems, but also sometimes allows problems to be avoided. It is both reactive and proactive” (Runco, 2004: 679).

### 3. QUAIS OS MEIOS FAVORÁVEIS ÀS ESC?

Diversos autores que exploraram esta questão (Gertler 2004; Tremblay *et al.*, 2005; André e Abreu 2006 e 2009; Moulaert *et al.*, 2009) sugerem que os meios socialmente criativos são aqueles que permitem a mudança, sem se fragmentarem e mantendo, ou reconstruindo, a sua identidade. Os meios socialmente criativos apresentam-se, assim, como territórios dinâmicos que combinam quatro condições: diversidade sócio-cultural, tolerância, participação cívica e capital relacional.

A diversidade potencia a interacção e o contacto com o novo no sentido da alteridade – novos-ou-tros produtos, novos-ou-tros saberes, novos-ou-tros valores. A tolerância é uma condição necessária ao risco, sempre associado à criação e à inovação (como no trapézio, o risco implica uma rede). Um

meio não pode ser criativo se penalizar os eventuais insucessos de uma iniciativa arriscada, ou seja, se for demasiado hierarquizado, normativo ou rígido. A participação cívica comporta a possibilidade e a capacidade de julgar e decidir, através do acesso à informação e ao conhecimento necessários à identificação de respostas novas e adequadas. O capital relacional diz respeito à interacção que advém quer dos laços de proximidade que accionam redes locais (de vizinhança, familiares, de amigos, etc.), quer do estabelecimento de pontes com o exterior. Não se trata apenas do capital social das elites, mas sobretudo da possibilidade e da capacidade, colectivamente apropriadas, de tornar os territórios mais coesos no seu interior e mais ligados ao resto do mundo.

#### 4. EXISTE UMA ESCALA APROPRIADA PARA AS ESC?

Em geral, as ESC são normalmente associadas à escala local. É a este nível que as fragilidades e os défices sociais se revelam de uma forma mais evidente e que emerge mais claramente a necessidade de respostas de proximidade. Por outro lado, a relativa autonomia dos agentes locais e a sua ‘amarração’ à realidade quotidiana e concreta permite-lhes encarar a mudança social com mais facilidade, porque com menores implicações nas esferas de decisão económicas ou políticas.

Para além das razões invocadas, é também à escala local que a “consciência territorial” (Klein, 2005) – o sentido de pertença a uma comunidade – se configura, facilitando a participação, a tolerância e as relações de proximidade.

É, contudo, ilusório pensar que o nível local, nomeadamente as cidades ou mesmo comunidades mais pequenas, detêm o monopólio da criatividade e da inovação social. As políticas sociais, regionais ou nacionais, os planos e projectos de desenvolvimento territorial ou o dinamismo da economia nacional e internacional são fortes condicionalismos para as ESC. São as relações entre as diferentes escalas territoriais de regulação que promovem ou travam estas estratégias, embora elas se concretizem normalmente na micro-escala local.

#### 5. FINALMENTE: QUAL A TEMPORALIDADE DAS ESC?

Contrariamente ao que habitualmente se pensa, ou se faz pensar, a temporalidade das dinâmicas sociais é a das comunidades e não a dos indivíduos ou a dos ciclos políticos ou económicos. As utopias sociais que se concretizaram assumiram normalmente a necessidade do tempo longo, das diferentes fases necessárias à maturação de um projecto, desde a etapa inicial, rápida e intensa, em que se revelam, estruturam e ajustam ideias e perspectivas, até às etapas de experimentação e consolidação, necessariamente muito mais lentas.

### III. WALDEN-7: UMA UTOPIA REALIZADA?

Como referimos na introdução, o Walden-7 é um caso especialmente interessante, com um percurso suficientemente longo e marcado por diferentes etapas, o que permite debater os vários aspectos das estratégias sociais criativas anteriormente enunciados. Com este objectivo, desenvolvemos

uma ampla pesquisa documental, realizámos 9 entrevistas<sup>3</sup> e efectuámos um inquérito a residentes no Walden-7.

#### 1. FUNDAMENTOS DA UTOPIA

Ricardo Bofill (Barcelona, 1939-) acabou os estudos de arquitectura em Genebra no ano de 1960. Da Suíça, trouxe ideias contestatárias que ecoavam as primeiras críticas ao urbanismo funcionalista personificado em Le Corbusier.

O pensamento sobre a cidade desenvolvido por Henry Lefevre e muitos outros marxistas influenciaram fortemente Bofill. Era necessária e urgente uma cidade mais humanizada e menos determinada pelas leis do mercado imobiliário. Mas, as ideias de Ricardo Bofill sobre a construção do espaço urbano não vinham só dessa vanguarda europeia que começava a fazer-se ouvir. Vinham também do seu pai e da sua terra natal, a Catalunha. Emílio Bofill, também arquitecto, pertencia à burguesia catalã e partilhava com ela os ideais nacionalistas, mas ia mais além, criticando duramente o regime franquista, o que o aproximou da Esquerda Republicana e o impediu – por decisão dos poderes políticos franquistas – de assinar os seus projectos de arquitectura (Bofill, 1989; Bofill Levi, 2009; Anna Bofill Levi na entrevista realizada pelas autoras em Fevereiro de 2010).

Em 1960, Ricardo Bofill, acabado de chegar da Europa democrática, funda, em parceria com o seu pai e com um grupo alargado de colegas e amigos, o “Taller de Arquitectura”. Era um grupo eclético e pluridisciplinar, constituído por arquitectos, engenheiros, urbanistas, sociólogos, escritores, músicos, cineastas e filósofos. Em conjunto, propunham-se repensar o espaço urbano e contestar a especulação imobiliária que já se fazia sentir em Barcelona, em especial no litoral, onde a pressão turística era cada vez mais intensa desde os anos 50 (Banyuls i Pérez, 2002).

“Le ‘Taller de Arquitectura’ s’est préparé à inventer des villes qui soient possibles, pleines de rêves réalisables et imparfaites” (Miralles 1975, cit. por Bourret, 1999: 25).

“Rétrospectivement, je ne sais comment nous parvenions à boucler nos fins de mois. Nous passions parfois beaucoup de temps, avec une vingtaine de personnes, à réfléchir sur un seul projet qui nous paraissait changer le monde. Nous dessinions beaucoup; nous échafaudions des théories, nous élaborions des méthodes de compositions géométriques qui me sont aujourd’hui très précieuses. Au bout du compte, nous construisions assez peu.” (Bofill, 1989:38).

Anna Bofill Levi, arquitecta e música, irmã de Ricardo, integra também o Taller em 1962 e transporta para o debate, de modo intuitivo nos primeiros tempos, as preocupações com o quotidiano das famílias e, em especial, com o das relações de género, nomeadamente a situação de subordinação e de sobretrabalho das mulheres nos agregados domésticos.

3. Foram entrevistadas, em Fevereiro de 2010, as seguintes pessoas: Ana Bofill Levi (arquitecta, música, co-autora do projecto Walden-7 e aí residente desde a sua fundação), Cármen Mañá (responsável pelos serviços administrativos do Walden-7), Suzana Pera (responsável pela animação cultural do Walden-7) e 6 residentes no Walden-7 com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos.

No plano da arquitectura, os Bofill e os seus companheiros partilharam precocemente as visões urbanas marxistas (muito influenciados por Henri Lefebvre), acrescentando-lhes alguns traços da pós-modernidade, como, por exemplo, a regeneração de espaços urbanos obsoletos. Materializaram os seus primeiros projectos, durante os anos 60, no litoral de Alicante, em La Manzanera, onde deixaram edifícios emblemáticos como Plexus e Xanadu. Na Catalunha, foram também construídos dois edifícios simbólicos (até no nome) nos anos 60: El Castell de Kafka, em Sitges, e o Barrio Gaudi, em Réus (Bofill Levi, 2009).

Inspirados nas correntes de pensamento mega-estrutural dos anos 60 (que tem como um dos seus mais ilustrativos exemplos o bairro residencial Habitat, projectado por Moshe Safdie para a Expo67 de Montreal), defendiam uma edificação modular num espaço tridimensional (Bofill, 1989; Banyuls i Pérez, 2002; Bofill Levi, 2009). A esta perspectiva, muito geométrica, associavam-se várias reinterpretações das utopias urbanas do século XIX, em especial, a Cidade Jardim. “La Manzanera, planteada como una urbanización turista, creemos que hemos de concebirla como jardín urbanizado (...) conservando su carácter en un nuevo paisaje construido, que esté profundamente integrada en los alrededores e idiosincrasia del país. Por todos estos motivos, nosotros intentaremos conservar sus muros de piedra, sus bancales, su vegetación, su naturaleza.” (Emilio Bofill, 1968, cit. por Antoni Banyuls i Pérez, 2002: 140).

Ainda no campo meramente arquitectónico, as primeiras intervenções dos Bofill revelam algumas preocupações sociais e políticas bastante nítidas, tais como ‘aliviar’ a densidade de ocupação através da utilização do espaço tridimensional<sup>4</sup>, possibilitar a circulação horizontal e vertical, centralizar a infraestrutura e os serviços nos espaços residenciais, construir, com elementos pré-fabricados, ‘células’ (unidades residenciais) que pudessem vir a agrupar-se para constituírem unidades maiores. Nestas preocupações, está subjacente a intenção de reduzir o preço da construção, usando pouco terreno e recorrendo à produção industrial (módulos pré-fabricados), bem como promover a interação dos habitantes. Está também presente um objectivo mais inovador e audaz que Antoni Banyuls i Pérez (2002:153) refere como “estruturas tridimensionais, tecnológicas e futuristas com capacidade para absorver procura e transformações sociais imprevisíveis”.

Esta ideia, expressa através da arquitectura, inscreve-se no Regionalismo Crítico, ou seja, na necessidade de contextualizar a arquitectura adequando-a aos lugares e às culturas. Este termo parece adaptar-se especialmente bem ao ambiente político e social da Catalunha no final dos anos 60, onde a oposição ao Franquismo e o nacionalismo catalão se conjugavam numa associação particular, por vezes bastante complexa.

“Ces ouvriers, dont j’admirais l’agilité quand je les voyais progresser, les épaules chargées de briques, sur les échafaudages suspendus dans le vide, me parlaient aussi de la guerre perdue. Dans les cafés, après le travail, ils me racontaient les défaites de l’armée républicaine. Une autre initiation.” (Bofill 1989: 17).

4. A maioria dos projectos arquitectónicos repetem um plano em altura. Não são, na realidade, tridimensionais.

A perspectiva do Regionalismo Crítico é muito clara nas concepções que os Bofill e o Taller tinham sobre o papel da arquitectura na sociedade. «Savoir regarder, décrypter les comportements et les mouvements spontanés d’une population, et, au-delà, percevoir les besoins de changement qu’elle peut laisser, inconsciemment, transparaître. Il faut savoir repérer ces manques pour apporter, soi-même sa propre contribution.» (Bofill, 1989: 15).

## 2. CONCRETIZAÇÃO DA UTOPIA

Em 1970, o ‘Taller de Arquitectura’ começa a desenvolver dois projectos muito ambiciosos, não só pela sua dimensão mas, sobretudo, pela sua localização Trata-se da Ciudad en el Espacio, em Madrid – Moratalaz e o Walden-7, em Barcelona – Sant Just Desvern. O primeiro projecto é interrompido no início da construção, por imposição da administração local franquista que entende este projecto como uma obra com intenções subversivas (Bofill Levi, 2009: 32). O segundo realizou-se e constitui actualmente um caso particularmente interessante de uma utopia que se concretizou.

O Walden-7 homenageia duas obras literárias. Em 1854, Henry David Thoreau publicou *Walden; or, Life in the Woods*, obra que enaltece a autonomia individual, a descoberta, a relação entre o ambiente e as pessoas, a experimentação social, tecendo uma crítica intensa à sociedade industrial. Inspirado na obra de Thoreau, em 1948, B. F. Skinner publica *Walden 2*, uma obra de psicologia baseada numa comunidade experimental onde se promove a felicidade e a criatividade, incentivando o espírito crítico e a experiência no sentido de melhorar sempre as práticas culturais do colectivo. Através desta utopia, Skinner formulou uma crítica forte à América do pós-guerra, onde os atributos do Walden 2 estavam bastante desvalorizados.

Os escritores e filósofos do ‘Taller de Arquitectura’ encontraram nestas obras a inspiração e os fundamentos para o novo conceito de espaço urbano que queriam desenvolver. Um espaço comunitário e solidário, crítico, criativo e experimental.

José Agustín Goytisolo, poeta, co-fundador do Taller, produziu alguns dos textos fundadores do Walden-7. Fundadores porque são fundamentos conceptuais do projecto e fundadores também porque se encontram inscritos nas caves do edifício em painéis que envolvem os pilares principais. O seguinte poema é um exemplo desses textos:

“Al escoger camino en una encrucijada  
Y al avanzar por él,  
Quedan atrás los otros mil proyectos  
Posibles desde el punto de partida.  
Determinista o no,  
El único sentido de la historia  
Es como el largo viaje en un ferrocarril  
A medio construir entre la selva  
Que cubre su trazado, impidiendo el retorno”  
(J. A. Goytisolo)



Depois da experiência falhada da ‘Ciudad en el Espacio’ ensaiada em Madrid, o Taller sabe aproveitar uma oportunidade única em Barcelona. O terreno e os edifícios abandonados da fábrica de cimento SANSON, recentemente desactivada, estavam à venda em Sant-Just-Desvern, um município contíguo ao de Barcelona, para Oeste. O espaço era atractivo, um universo fantástico, nas palavras de Ricardo Bofill (entrevista em Solé *et al.*, 1995), e menos vigiado que o do centro da metrópole catalã. As regras de construção eram pouco rigorosas e vagas num município suburbano como Sant Just e a censura política era mais leve na Catalunha, onde não convinha ao regime franquista provocar demasiados atritos, especialmente num período de contestação como o que sucedeu a 1968.

Os Bofill conseguem, por via das suas relações familiares, o apoio financeiro do Banco Industrial da Catalunha (BIC, administrado, na altura, por Jordi Pujol, posteriormente presidente da Generalidad entre 1980 e 2003) para comprar o terreno (108 milhões de pesetas, em 1968) e financiar a construção, aceitando que, contrariamente aos seus projectos anteriores, os apartamentos fossem vendidos em propriedade horizontal e não através da constituição de uma sociedade accionista. Para gerir este investimento e a comercialização dos apartamentos, o BIC cria uma empresa específica, a Ceex.3. (Anna Bofill Levi, em entrevista realizada pelas autoras em Fevereiro de 2010, e Ricardo Bofill, em entrevista publicada em Solé *et al.*, 1995).

O envolvimento da equipa do Taller neste projecto é total. Finalmente, vão concretizar uma ideia que incorpora novos conceitos do espaço urbano, explicitados por associações complexas entre sistemas geométricos e relações sociais, novas visões arquitectónicas e novos modos de contestação política.

O Walden-7 é um agregado de 1084 células ou unidades volumétricas cúbicas (fig. 2). Cada unidade tem uma área de 30m<sup>2</sup> e cada apartamento pode ocupar uma única célula (estúdio), 2, 3 ou 4. O espaço habitacional é aberto e pode ser organizado à medida de cada agregado doméstico e consoante a sua evolução ao longo do ciclo de vida dos seus membros. A construção foi especialmente barata, usando abundantemente pré-fabricados e materiais pouco dispendiosos (Xavier Camprecios «‘Walden-7’ Innovaciones y funcionalidad en la arquitectura», *La Vanguardia Española*, 16 Novembro 1975).

No mesmo artigo, Xavier Camprecios comenta que no Walden-7 “se han unido funciones que en la concepción clásica de la vivienda permanecían distanciadas por piezas individuales. Tal es el caso de cocina-comedor, de bañohabitación. Aplicando por el contrario la función «estar», de recogimiento personal, en todas ellas”. [...] “Los interiores de las viviendas son, pues, de una absoluta adaptación a las necesidades de la gente, hoy y ahora. En el fondo se trata de romper el fenómeno de la mimetización de clases, mediante el cual una clase social imita la construcción y distribución de las viviendas de una clase – generalmente superior – diferente, sin tener en consideración que los usos y necesidades de ambas pueden alcanzar la mayor disparidad».

Embora os detalhes do projecto e da construção sejam bastante interessantes e comportem dimensões muito inovadoras, interessa-nos salientar aqui, sobretudo, as estratégias socialmente criativas que envolvem o Walden-7 desde a sua origem até à actualidade. Destacamos a seguir um conjunto de ideias que configuram o carácter socialmente inovador deste projecto.

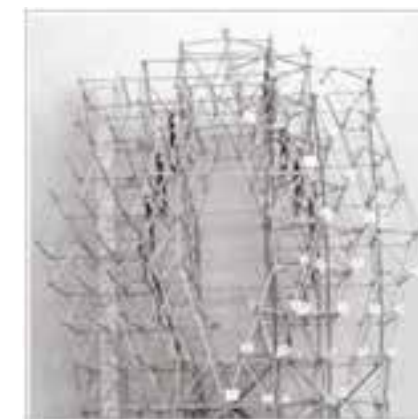


FIG. 2 – GEOMETRIA DO WALDEN-7.

### 3. A INSPIRAÇÃO MEDITERRÂNEA DO WALDEN-7

“J’ai traversé alors la Méditerranée. J’ai découvert, dans la vallée du Dra, au Maroc, des villages faits de cubes empilés, construits au jour le jour, au rythme de l’expansion des familles et pourtant mystérieusement ordonnés. Tout autour du désert.” (Bofill, 1989:13)

A cidade orgânica – que permaneceu no Sul do Mediterrâneo e não resistiu às pressões do mercado no Norte – é o modelo que os Bofill transportam para os seus primeiros projectos e especialmente para o Walden-7. O espaço urbano vai crescendo harmoniosa e equilibradamente à medida que os habitantes vão tendo diferentes necessidades e modos de vida. As *kasbahs* do Magreb estão claramente representadas no Walden-7 com a sua sobreposição de planos diversos, cores e labirintos. Outro aspecto interessante transposto da cidade orgânica para o Walden-7 é o ‘vis-a-vis’, ou seja, as janelas viradas umas para as outras, o que propicia o diálogo e a interacção dos vizinhos.

Apesar desta inspiração ancorada na história dos povos mediterrânicos, o projecto Walden-7 aliou a tradição a novas técnicas de construção que permitiram ampliar as vantagens da *kasbah* evitando algumas das suas desvantagens.

### 4. A MONUMENTALIDADE DO WALDEN-7

O universo mágico da fábrica de cimento SANSON reflectiu-se muito no Walden-7. É, na verdade, um projecto muito precoce de regeneração de um espaço industrial abandonado. Os Bofill tinham visitado, nos anos 60, os primeiros projectos do ‘urban renewal’ moderno nos EUA, em especial na Califórnia. A ideia não se tinha ainda difundido na Europa, onde só a partir dos anos 80 é que a reestruturação económica e a desindustrialização se declaram como um desafio à urbanização, não só pela necessidade de regenerar (social e ambientalmente) os espaços abandonados pela indústria, mas também pela forte dimensão simbólica dessas áreas e pela inspiração que transmitem aos projectistas da cidade (Roberts e Sykes, 2000). No contexto da regeneração urbana, os *flagships* assumem um papel crucial, atribuindo grandiosidade, visibilidade e mesmo monumentalidade aos espaços, o que facilita muito a sua apropriação e identidade.

Na maioria das situações, a importância dos *flagships* é vista sobretudo em termos de mercado, atracção de investimentos e de empresas, mas nalguns casos associa-se também à integração e identidade das

comunidades urbanas (Smyth, 1993).

Talvez não tenha sido intencionalmente que o Taller desenvolveu um projecto de regeneração urbana. A aquisição dos terrenos em Sant Just parece ter sido mais ditada pelo acaso e pela possibilidade de concretizar ideias alternativas e subversivas (na óptica dos poderes dominantes) do que pela intenção de regenerar um espaço desindustrializado. De qualquer modo, o Walden foi concebido como um *flagship*, como um ‘monumento ao subúrbio’ (Bofill, 1989). A fábrica era um ícone do qual se manteve a chaminé<sup>5</sup> (a primeira construída em betão na Europa, 1900). Produziu-se, contudo, um outro ícone semelhante a um castelo visível de longe, uma ilha com o seu farol, onde chegamos, ou um navio com um mastro, onde partimos, consoante as interpretações, mas cuja dimensão o torna visível em grande parte da metrópole catalã.

### 5. A COMUNIDADE WALDEN-7

O projecto Walden-7 foi concebido como habitação social, no modelo ‘casas de renda limitada’<sup>6</sup>. Os ideais que veiculava associavam-se a esse tipo de população- alvo. Contudo, o carácter alternativo do projecto e o envolvimento dos membros do Taller na sua execução, fizeram com que a maioria dos primeiros residentes pertencesse à rede social dos Bofill (Anna Bofill Levi, entrevista 5 Fevereiro 2010). Eram sobretudo intelectuais e artistas, pessoas que por convicções políticas e ideológicas escolheram viver num contexto urbano pouco convencional.

«En 1975 empezaron a llegar los primeros inquilinos al Walden 7. “Aquí vinieron a vivir los esnobs modernos de la época, porque parecía una edificio hecho a su medida en la época de las comunas”, recuerda Antoni Ardèvol, presidente de la comunidad de propietarios. [...] Este edificio sale en todas las enciclopedias arquitectónicas del mundo porque es una concepción nueva de vida. (Carles Mestres «El “monumento al suburbio” de Bofill necesita reformas urgentes», *La Vanguardia* 6 Abril 1993).

Anna e Ricardo Bofill admitem que o projecto do Walden-7 pretendeu acolher vidas alternativas, anti-convencionais. “Une existence qui exalterait l’individu libéré du couple traditionnel, mais qui lui laisserait, aussi, la possibilité de vivre à trois, à quatre, en communauté.” (Bofill, 1989: 37). Esta intenção traduziu-se não só na concepção de um espaço que promove a interacção social, como já referimos, mas também, por exemplo, na existência de vários serviços colectivos que, no projecto inicial, incluíam mesmo uma cozinha e uma lavandaria (que nunca chegaram a funcionar por falta de iniciativa suficiente dos primeiros residentes). Ainda assim, ficou bem expresso no Walden- 7 o intuito de favorecer a colectivização do trabalho doméstico e de transformar, por essa via, as relações de género convencionais. Anna Bofill (2005) veio a produzir uma reflexão muito interessante sobre este aspecto específico.

5. Segundo informação de Anna Bofill Levi (entrevista, 5 Fevereiro 2010), a primeira chaminé construída em betão na Europa, em 1900, e, por isso, a mais alta nessa época.

6. As ‘casas de renda limitada’ foram um instrumento da política de habitação franquista, introduzido em 1954, quando o estado espanhol reconheceu a existência de um enorme défice de oferta de habitação condigna. Permitia apoios directos e indirectos, nomeadamente isenções e bonificações fiscais, bem como facilidades no acesso ao crédito hipotecário (Fernández Carbajal, 2003).

“Deberíamos entender los lugares de la ciudad, desde los domésticos hasta los de relación, de trabajo, etc., como lugares sin jerarquizaciones, ni separaciones, ni segregaciones en donde se desarrolla la vida de cada día en el conjunto de todas las actividades que realizamos. Prescindir de la clásica separación entre los espacios para lo doméstico y los espacios para lo social, que se dan incluso en la vivienda, e intentar domesticar todos los espacios, o hacer domésticos todos los espacios que usamos y vivimos.” (Bofill, 2005: 4-5)

A integração da comunidade Walden-7 em Sant Just Desvern não foi difícil. Primeiro, porque se deu num momento de viragem importante, correspondente ao fim do franquismo e início do regime democrático. Em segundo lugar, porque o edifício de localizou na área industrial, relativamente afastada do núcleo residencial mais antigo e, por isso, não provocou grandes alterações no tecido urbano já consolidado, nem mudanças significativas em termos de relações de vizinhança. Só a partir dos anos 90 é que a expansão urbana acaba por ligar o ‘pueblo’ ao Walden-7.

### 6. OS CICLOS DO WALDEN-7: MILITÂNCIA, CRISE E SUPERAÇÃO

Pelas razões indicadas no ponto anterior, os primeiros habitantes do Walden- 7 pertenciam, na sua maioria, a uma mesma rede social, partilhavam ideais e modos de vida, encontrando no Walden-7 o lugar ideal para a concretização das utopias num momento particular da história de Espanha, que foi a transição para a democracia na segunda metade dos anos 70 do séc. XX.

Como todos os períodos de entusiasmo e militância, esta primeira fase da comunidade Walden-7 não durou muito.

Mas é preciso ir um pouco atrás para compreender as debilidades com que o Walden-7 se deparou a partir de 1980. Com a crise industrial da Catalunha, agravada pela crise mundial dos anos 70, o Banco Industrial da Catalunha (integrado entretanto no grupo Banca Catalã) entrou em crise, arrastando a Ceex-3. Os pagamentos à empresa Dragados y Construcciones, SA começaram a falhar e a construtora retirou-se antes de finalizado o edifício, sendo substituída por empresas de menor dimensão e com menos qualificações (Enric Canals “Un edificio diseñado por Bofill en 1975, com problemas de desprendimientos”, *El Pais* 21/08/1980). Esta mudança fez com que o revestimento exterior do edifício e outros trabalhos tenham sido realizados deficientemente. Mas, a crise da Ceex-3 levou também a que a maioria dos residentes tenham pago apenas a entrada e não tenham efectuado mais pagamentos, justificando, em parte, esse procedimento com as deficiências que as suas casas começavam a revelar.

De facto, ao fim de poucos anos, os residentes começaram a ver fendas nas paredes, infiltrações nos últimos pisos e a queda sucessiva dos ladrilhos cerâmicos do revestimento exterior. Entretanto, a Ceex-3, em situação financeira cada vez mais débil, pediu a declaração do estado de ruína para o Walden-7, o que levaria à sua demolição sem direito a indemnizações aos residentes, dado que tinham já passado os 10 anos de garantia do edifício. Segundo a lei vigente na Catalunha nesse período, para um edifício ser declarado em ruína era necessário que o valor das obras de reabilitação fosse superior a 50% do valor do edifício.

Contudo, segundo as autoridades urbanas, o Walden-7 valia, em 1985, 1200 milhões de pesetas e as obras estavam estimadas em 389 milhões, o que justificou que a solicitação da Ceex-3 não fosse aceite (“El Ayuntamiento de Sant Just Desvern exige a la constructora que repare el edificio Walden”, *La Vanguardia*, 30 Outubro 1986). Em 1989, a situação legal fica resolvida com a venda simbólica do Walden-7 ao Ayuntamiento de Sant Just Desvern (Carles Mestres e Xavier Arjalaguer “Una Inmobiliaria regala el edificio Walden7 a Sant Just Desvern para frenar su deterioro”, *La Vanguardia*, 15 Junho 1989).

A crise do Walden-7 não foi apenas a da construção. Num novo contexto de tolerância e mudança rápida dos valores e comportamentos sociais associados ao regime democrático, muitos dos ideais associados à comunidade Walden-7 tornaram-se uma realidade por todo o lado. “La Gauche divine s’est dissoute dans la Barcelone de la transition démocratique puis dans celle du socialisme pragmatique” (Bourret, 1999: 31).

Durante a crise do Walden-7 muitos dos seus primeiros habitantes venderam ou alugaram, de facto, os seus apartamentos e o edifício passou a acolher uma população socialmente diferente da inicial, mas aparentemente também anticonvencional, agora já não tanto por motivos político-ideológicos mas sobretudo pelos modos de vida que seguia.

Apesar das contrariedades e de alguma mudança no perfil sócio-cultural dos residentes, a comunidade Walden-7 conseguiu resistir à crise e superá-la. Pela resistência que demonstrou ao longo dos anos mais difíceis mas também porque, a partir de 1989, passou a ter o apoio das autoridades públicas urbanas – Ayuntamiento e Generalidad – que entenderam finalmente o Walden-7 como um marco e uma referência da história urbana recente de Barcelona a valorizar.

Em 1989, juntamente com o Walden-7, o Ayuntamiento compra um terreno de 20 700 m<sup>2</sup> no mesmo quarteirão, para o qual elabora um Plano Especial que permite a recuperação do Walden-7 e a construção de mais de 200 apartamentos, assim como uma zona de serviços e equipamentos. A reabilitação será feita com recurso às hipotecas pendentes dos residentes devedores à Ceex-3, aos apoios financeiros concedidos pela Generalitat e pela venda dos espaços não ocupados, isto é 80 apartamentos e 20 lugares de estacionamento. (Carles Mestres e Xavier Arjalaguer “Una Inmobiliaria regala el edificio Walden7 a Sant Just Desvern para frenar su deterioro”, *La Vanguardia* 15 Junho 1989 e Carles Mestres “La reforma del Walden-7 de Sant Just costará 900 millones de pesetas” *La Vanguardia* 18 Setembro 1990). O Plano Especial – dos arquitectos Xavier Montsalvatge y Xavier Llistosella – é aprovado em 1992, destinando 67% do quarteirão a espaços verdes, arruamentos, equipamentos e estacionamento e 33% a usos privados, incluindo habitação, escritórios e comércio (Carles Mestres “Viviendas, oficinas y. zonas de recreo rodearán al polémico edificio Walden-7”, *La Vanguardia* 7 Abril 1992).

A recuperação – que acabou por custar 705 milhões de pesetas – ficou concluída em 1995 e foi festejada com um grande espectáculo de ‘Els Comediants (uma das companhias mais prestigiadas do mundo pela espectacularidade das suas montagens) e com a presença de membros do Governo cata-

lão. Ou seja, o Walden-7 tinha acabado de ser incluído nos *flagships* de Barcelona. O próprio Ricardo Bofill, que tinha abandonado a sua utopia, aproximou-se de novo. “Los vecinos están tramando un acuerdo con Bofill: ellos se olvidan de pedirle cuentas por la degradación que ha sufrido el edificio y a cambio el arquitecto les aportará cierta cantidad de dinero y hará “campana a favor” del Walden 7. De hecho, Bofill ya ha firmado varios artículos de prensa (uno de ellos en “La Vanguardia”) en los que se reconcilia con el edificio del que años atrás había renegado” (David Miquel, «El polémico Walden 7 limpia su cara y deja atrás su imagen de frágil castillo de naipes», *La Vanguardia*, 11 Março 1995).

Com esta intervenção, os apartamentos do Walden-7 aumentaram significativamente de preço. As casas que estavam vagas, ou que por qualquer razão iam sendo desocupadas, passaram a ter uma procura significativa, o que, a médio prazo, pode provocar mudanças no perfil social dos residentes. Contudo, o fenómeno de gentrificação, tão frequente nestas situações, não parece ter, por enquanto, grande expressão. Assim, convivem ainda actualmente no Walden-7 alguns dos que fundaram a comunidade militante de vizinhos e todos aqueles que foram chegando durante a crise e nos anos mais recentes. Em comum, parecem partilhar, no essencial, os valores que guiaram o Walden-7 desde a sua concepção.

#### IV. O PRESENTE NO WALDEN-7

Actualmente, o Walden-7 alberga uma comunidade de cerca de 1000 residentes, distribuídos por 442 apartamentos. A Junta da Comunidade de Proprietários do Walden-7 gere um orçamento anual de cerca de 500 000€ dos quais 0,7% se destinam a acções de solidariedade com países do 3º Mundo.

Para além de alguns serviços que se mantêm no edifício – farmácia, cafetaria, cabeleireiro – a Junta, através da Comissão de Cultura, organiza 5 grandes eventos culturais em parceria com o Ayuntamiento: *visita dels Reis Mags* (noite de 5 de Janeiro) às crianças do Walden-7; *festa de les Lletres*, Sant Jordi (sexta-feira à noite antes de 23 de Abril) – versão “waldenita” da Festa do Livro e da Rosa, incluindo leituras em diferentes idiomas e uma taça de champanhe para todos; cinema catalão ao ar livre (uma noite de Julho); *La Xocolatada* (uma tarde de Outubro) – troca de brinquedos entre crianças vizinhas, desincentivando o consumismo, com uma chávena de chocolate quente para todos, grandes e pequenos, no pátio interior do Walden-7; noite de artes cénicas, em que se dão a conhecer os artistas (música, pintura, fotografia, etc.) que vivem no Walden-7, ou em Sant Just Desvern, incluindo representações e exposições num mesmo espaço.

Um inquérito realizado aos residentes do Walden-7 permite-nos conhecer mais em pormenor esta comunidade. O questionário, enviado e respondido por via electrónica, foi dirigido a 65 residentes (com a solicitação de ser reenviado a outros vizinhos) e obteve 41 respostas. Embora este inquérito assumia apenas um carácter exploratório, os dados obtidos merecem atenção e abrem pistas de discussão interessantes.

- 52% têm entre 35 e 54 anos, 13% são mais jovens e 35% são mais velhos.
- 74% nasceram na Catalunha, 16% noutra Comunidade espanhola e 10% fora de Espanha.
- 67% têm ensino superior.



- 15% vivem sozinhos e 10% em famílias monoparentais; 13% vivem com um(a) parceiro(a) do mesmo sexo.
- Como actividades de lazer, privilegiam as viagens (68%) e a leitura (65%).

A maioria destas pessoas vive no Walden-7 há mais de 16 anos (68%). Antes viviam em Barcelona-cidade (47%) ou já em Sant Just Desvern (17%). Só 3% viviam em Espanha fora da Catalunha e 14% viviam noutro país.

Na maioria dos casos vieram viver para o Walden-7 porque a família veio, ou porque têm um(a) parceiro(a) que já vivia aí. Contudo, são bastante referidas as características do lugar como razões para a escolha, nomeadamente a beleza, a proposta arquitectónica e social, a privacidade, o conceito do edifício, a sensação de amplitude, a localização geográfica, a filosofia de vida que proporciona, a 'diferença' ou os serviços que disponibiliza.

Numa escala de 1 a 6, classificam com 5.4 'o gosto de viver no Walden-7'. Valorizam sobretudo as características do apartamento (59%), a proximidade dos amigos (47%) e as relações com os vizinhos (40%). Como pontos negativos, apontam a falta de luminosidade dos apartamentos que estão virados para o interior do edifício, o funcionamento de alguns serviços e equipamentos e algum conflito entre vizinhos.

Não é muito elevado o nível de participação nos eventos colectivos, obtendo uma pontuação de 3.7 em 6. Os eventos em que mais participam são a Festa das Letras (Sant Jordi) e a Noite de Artes Cénicas. Para além dos eventos colectivos, que já se realizam, sugerem a organização de concertos.

A gestão do Walden-7 merece uma classificação média de 4.0 em 6. Alguns apontam falta de profissionalismo, mas na maioria dos casos, as críticas focam aspectos muito concretos como a recolha de lixo, o controle do ruído ou as reparações eléctricas.

De um conjunto de definições associadas ao Walden-7, as que reuniram maior acordo foram: um espaço único (5.2 em 6); uma comunidade (4.4); um 'pueblo-ciudad' (4.2); um monumento (4.2); um espaço de tolerância (4.0). Os adjektivos mais associados ao Walden-7 são: original/único, diferente; especial; amigável/solidário; surpreendente; grande/monumental; atrevido, labiríntico.

A possibilidade de estabelecer laços fortes com os vizinhos e preservar, ao mesmo tempo, a privacidade e intimidade é um dos aspectos que mais se salienta no modo como os residentes pensam o Walden-7.

"El Walden no es perfecto, però comparado con los otros edificios que conozco me parece un gran acierto. Me cuesta explicar a la gente que significa para mí el edificio, però sé que me gustaría que más gente pudiera disfrutar de un lugar así: bonito, misterioso para los niños, que permite la relación entre los vecinos però que permite también la intimidad." (Lucia<sup>7</sup>)

Segundo alguns residentes, o sentido de comunidade vai-se perdendo. Pelo menos, o sentido original. As pessoas continuam a conviver bastante, mas com objectivos muito mais pragmáticos do que aqueles que conduziram os primeiros habitantes. Ainda que admitam que esta mudança reflecte uma transformação social muito mais ampla, indicam um caminho interessante para o refortalecimento dos laços:

7. Os nomes dos residentes são fictícios, dado que a resposta ao inquérito era anónima.

"Todavía no hemos entrado en la era de la comunicación digital y actualmente este sería un factor de unión de la comunidad que facilitaría la comunicación y participación favoreciendo la recuperación del espíritu Waldenita. Re-cae sobre muy pocos avanzar (la participación de los vecinos se limita siempre al mismo grupo de gente en un tanto por ciento demasiado alto) y hay cosas que hay que dejar a profesionales, invertir y profesionalizar la gestión para favorecer la fluidez en la información y la confianza y participación" (Xavier).

Mas, a grande maioria dos depoimentos indica claramente a permanência de um espírito de comunidade. Existe uma identidade e um forte sentimento de pertença.

"El Walden, lo quieres incondicionalmente o lo detestas, no hay término medio. Nosotros que nos identificamos con el Walden no aceptamos las críticas negativas desde fuera (como cuando antes, durante y mucho después de las obras de rehabilitación, los taxistas nos decían: "Ah, al Walden? El edificio con los ladrillos que se caen!" y siempre salía en defensa del Walden con argumentos positivos). Entre nosotros, sí que lo criticamos si hace falta." (Maria)

Este sentimento de pertença, bem expresso nas emoções associadas ao Walden-7 (amor, ódio, surpresa, atrevimento, confiança, etc.) funciona como uma protecção. As pessoas que, por uma razão ou por outra, estão em risco (doença, desemprego ou opções de vida pouco convencionais), encontram frequentemente no Walden-7 um lugar de acolhimento e protecção que decorre de uma intensa rede de relações de vizinhança. As redes informais, mais ou menos efémeras e com geometrias variáveis, são actualmente, com efeito, um dos traços mais fortes das relações de vizinhança no Walden-7.

## V. CONCLUSÃO

Podemos afirmar que uma comunidade urbana como o Walden-7 é uma inovação social decorrente de várias estratégias sociais criativas ancoradas num determinado contexto social, económico e político.

Em primeiro lugar, a estratégia subjacente ao projecto que deu origem ao Walden-7 baseia-se numa visão de cidade que visa transformar as relações sociais e mesmo "mudar o mundo" (Ricardo Bofill, 1989: 38) através da configuração e organização do espaço urbano e, em particular, das áreas residenciais. O projecto do Walden-7 incluiu soluções que faziam inflectir a ordem estabelecida, por exemplo, no campo das relações familiares e de género. Por outro lado, o Walden-7 foi assumidamente um instrumento de contestação, tanto à Espanha franquista como à cidade funcionalista.

Em segundo lugar, a concretização do projecto dos Bofill é, também ela, uma estratégia de oportunidade. A obra só foi possível por se localizar numa área suburbana, na época menos sujeita à vigilância dos poderes públicos, e por ter o apoio de uma instituição e de uma pessoa – o Banco Industrial da Catalunha e Jordi Pujol – que, como se verificou posteriormente, representavam o poder económico da Catalunha e a sua capacidade política para se confrontar com o governo do estado espanhol.

De formas diversas, o projecto e a obra configuraram o 'espírito do lugar', marcado pela emergência de novas sociabilidades e pela constituição de redes informais de vizinhança que garantem apoio e solidariedade, sobretudo às pessoas que se encontram em situações mais vulneráveis ou em risco de exclusão.

Nos primeiros tempos, a comunidade de residentes foi um grupo que se constituiu sem dificuldade, um conjunto de pessoas que partilhavam ideais e que tinham uma origem social semelhante. Potencialmente inovadores porque contestavam o regime político em que viviam e porque faziam parte de uma geração que questionava a hierarquia, a autoridade e a dominação. Não foi o Walden-7 que os tornou inovadores, mas proporcionou-lhes as condições para concretizarem algumas das mudanças sociais que preconizavam.

A capacidade de encontrar novas soluções – de gerar outras inovações sociais – foi posta à prova mais tarde, no período em que a deterioração do edifício era cada dia maior e o fim do Walden-7 parecia estar à vista. A superação dessa crise foi, ou não, o resultado de novas estratégias sociais criativas? No essencial, julgamos que não. As respostas cruciais vieram do exterior, das autoridades públicas – Ayuntamiento de Sant Just Desvern e Generalitat da Catalunha – que reconheceram o valor simbólico do Walden-7 e promoveram a sua reabilitação. Isto não significa que a comunidade de residentes não tenha tido qualquer contributo, mas apenas que essa participação não foi decisiva, nem especialmente inovadora. Contudo, o facto de a crise ter sido ultrapassada fortaleceu a comunidade e valorizou o lugar.

Esta leitura do Walden-7 e do seu percurso ao longo de 4 décadas suscita duas questões relevantes no âmbito do debate sobre inovação social.

A primeira liga-se ao papel da adversidade enquanto motor de inovação. O projecto e a construção do Walden-7 parecem ter sido, em grande medida, fruto de várias adversidades transformadas em oportunidades. Pelo contrário, a crise por que passou o edifício, durante uma década a partir de meados dos anos 80, foi uma adversidade que não gerou inovação, mas apenas respostas institucionais. Será interessante desenvolver este debate e reflectir sobre as circunstâncias e contextos em que a adversidade impulsiona a inovação social.

A segunda questão liga-se à temporalidade da inovação social. Durante quanto tempo uma inovação é realmente inovação? Seria expectável que a comunidade actualmente residente no Walden-7 mantivesse a capacidade de inovação social do início dos anos 70, associada ao próprio projecto? Cremos que a resposta é negativa, mas continua em aberto o debate sobre os 'trajectos' da inovação social.

## BIBLIOGRAFIA

- André I, Abreu A (2009) Social creativity and post-rural places: the case of Montemor-o-Novo, Portugal. *Canadian Journal of Regional Science/Revue Canadienne des Sciences Régionales*, XXXII (1): 101-114.
- André I, Abreu A (2006) Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLI(81): 121-141.
- Banyuls i Pérez A (2002) Arquitectura per al turisme: la utopia urbana de Bofill i el Taller de Arquitectura a la Manzanera (1962-1985). *Aguaits* 19-20: 129-161.
- Bofill Levi A (2009) *Generation of forms/kunstlerische Formgebung: space to inhabit, time to think/Raum zum wohnen, Zeit für Reflexion*. Art Stock Books Ltd, Stuttgart.
- Bofill Levi A (2005) Vivienda y espacio comunitario. *Jornadas Urbanismo y Género. Una visión necesaria para todo el mundo*, Barcelona.
- Bofill R (1989) *Espaces d'une Vie*. Ed. Odile Jacob, Paris.
- Bourret M (1999) *De l'échec urbanistique au sarcasme littéraire: Walden 7 de Ricardo Bofill*. IRIS, Montpellier.
- Carnelave P (2006) Creativity in the outcomes of conflict. In Deutsh M, Coleman et al. (eds) *The handbook of conflict resolution: theory and practice*. Jossey-Bass, San Francisco: 414-454.
- Defourny D, Develtere P (1999) the social economy: the worldwide making of a third sector. In Defourny J et al. (eds.) *L'économie sociale au Nord et au Sud*, Deboeck, Bruxelles.
- Esping-Andersen G (1990) *The three worlds of welfare capitalism*. Polity Press & Princeton, Princeton University Press, Cambridge.
- Fernández Carbajal, A (2003) La política de vivienda en España durante el franquismo. *Ciudad y Territorio - Estudios Territoriales*, XXXV(138): 639-654.
- Gertler M (2004) *Creative cities: what are they for, how do they work, and how do we build them?* Canadian Policy Research Networks, Ottawa.
- Jacobs J, Fincher R (1998) *Cities of Difference*. Guilford Press, New York.
- Klein J-L (2005) Iniciativa local y desarrollo: respuesta social a la globalización neoliberal. *EURE*, XXXI(094): 25-39.
- Klein J-L, Harrison D (eds) (2007) *L'innovation sociale – emergence et effets sur la transformation des sociétés*. Presses de l'Université du Québec, Québec.
- Martinelli et al. (coord.) (2003) *Social innovation, governance and community building – singocom - scientific periodic progress report month 18*. (<http://users.skynet.be/bk368453/singocom/index2.html>) [Acedido em 12/02/2010].
- Moulaert F, Ailenei O (2005) Social economy, third sector and solidarity relations: a conceptual synthesis from history to present. *Urban Studies*, 42 (11): 2037-2053.
- Moulaert F, Demuyneck H, Nussbaumer J (2004) Urban renaissance: from physical beautification to social empowerment. Lessons from Bruges - Cultural Capital of Europe 2002. *City*, 8(2): 229-235.
- Moulaert F, MacCallum D, Hillier J, Vicari S (eds) (2009) *Social innovation and territorial development*. Ashgate, Farnham.
- Roberts P, Sykes H (eds) (2000) *Urban regeneration: a handbook*. Sage Publications, London.
- Runco M (2004) Creativity. *Annual Review of Psychology*, 55: 657-87.
- Smyth H (1993) *Marketing the city. The role of flagship developments in urban regeneration*. Taylor & Francis, London.
- Solé i Ubéda J, Amigó J, Miserachs X (1995) *Walden 7 i mig*. Ed. L'Ajuntament Sant Just Desvern.
- Tremblay D-G, Klein J-L, Fontan J-M (2005) *Innovation socioterritoriale et reconversion économique: Le cas de Montréal*. Editions L'Harmattan, Paris.

## INOVAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DAS ARTES EM ÁREAS RURAIS: O CASO DE MONTEMOR-O-NOVO

### 1. INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, a cultura e as artes têm vindo a assumir um papel cada vez mais importante no contexto das estratégias de desenvolvimento local (Landry et al. 1996; Lowe 2000; Newman et al. 2003). Considera-se, ou assume-se, frequentemente que a cultura e a arte são capazes de proporcionar um verdadeiro ‘passe de mágica’ suscetível de transformar áreas degradadas e em decadência em lugares dinâmicos, prósperos e ‘agradáveis’. Mas até que ponto é que esses lugares regenerados são também equitativos, justos e coesos? E o que é preciso para que a cultura e a arte tenham um efeito positivo também a esse nível?

Este capítulo desenvolve dois argumentos principais a este respeito: (i) que a promoção da cultura e da arte no contexto de estratégias de desenvolvimento local pode proporcionar um contributo crucial para harmonizar os objetivos de competitividade económica e coesão social (assim como os de inovação económica e inovação social), mas não tem *sempre* ou *necessariamente* esse efeito; e (ii) que alcançar resultados ‘virtuosos’ a esse nível requer uma abordagem inclusiva e participativa à cultura e às artes, que tenha a capacidade de (re)combinar memória coletiva e criação coletiva (ver Tremblay e Pilati 2013; Cornwell 1990; Puype 2004; Markusen e Gadwa 2010).

Esta discussão é ilustrada com recurso a um estudo de caso ‘virtuoso’ do Sul de Portugal: Montemor-o-Novo, um município rural na genericamente deprimida região do Alentejo onde, ao longo das três últimas décadas, o executivo municipal local tem implementado uma estratégia de desenvolvimento local fortemente centrado na cultura e na arte. Isso possibilitou a emergência de um interessante e dinâmico ‘cluster’ local baseado na interação de diferentes formas de expressão artística, incluindo a dança, o teatro, a escultura, a fotografia e a *video art*. Juntamente com os próprios artistas e organizações promotoras – a maioria das quais pertence ao terceiro setor –, a Câmara Municipal tem desempenhado um papel facilitador muito importante ao promover e financiar a criação de uma rede de serviços e equipamentos culturais (galeria de exposições, escolas de ensino artístico, salas de concertos, etc.), o que tem contribuído adicionalmente para atrair numerosos agentes criativos. Um dos aspetos mais interessantes deste estudo de caso é a relação entre os agentes culturais e artísticos e a comunidade local – uma relação que tem fomentado significativamente a criatividade e a inovação social.

Este capítulo está organizado do seguinte modo: a secção 2 contém uma breve discussão teórica acerca do tema da cidade criativa a partir de uma perspetiva crítica, que salienta, entre outros aspetos, o carácter excludente e elitista de muitas das iniciativas implementadas sob essa bandeira. Em seguida,

\* Tradução livre de Alexandre Abreu, do original “Social innovation through the arts in rural areas: the case of Montemor-o-Novo”



a secção 3 aborda o papel das artes na promoção da criatividade e da inovação social em meios adversos, com um enfoque particular nas especificidades dos contextos rurais. A secção 4 contém o estudo de caso, que dá uma expressão concreta aos argumentos gerais apresentados nas secções anteriores. Finalmente, a secção 5 apresenta alguns comentários em jeito de conclusão acerca das condições necessárias para a emergência de meios socialmente inovadores e criativos em contextos rurais.

## 2. CIDADES CRIATIVAS: UMA ABORDAGEM CRÍTICA

O conceito da cidade criativa – tal como desenvolvido e explorado por Charles Landry (2000), Richard Florida (2002, 2005, 2008) e outros autores (Hall 2000; Hospers 2003; Pratt 2008; Smith e Warfield 2008) ao longo das duas últimas décadas – tornou-se um autêntico ‘mapa do tesouro’, um ‘ovo de Colombo’ suscetível de fazer emergir as cidades pós-industriais da estagnação em que têm vindo a cair cada vez mais. A atração de indivíduos criativos e talentosos tornou-se um objetivo-chave para numerosas cidades – e, com esse objetivo em mente, as autoridades públicas um pouco por todo o mundo têm financiado uma grande diversidade de projetos urbanos tanto nas esferas cultural e artística como no domínio das infraestruturas necessárias para assegurar o funcionamento das cidades criativas (por exemplo, transportes, comunicações ou reabilitação ambiental).

A notável popularidade que estas estratégias adquiriram nos últimos tempos deve ser lida contra o pano de fundo do crescimento da importância da estética e do espetáculo na vida quotidiana – especialmente no que se refere às cidades, com o seu caráter altamente distintivo (tal como argumentado, entre outros, por Jane Jacobs (1993[1961]) e Guy Debord (2006[1955])). Trata-se, naturalmente, de um projeto profundamente ambíguo. Por um lado, tem colocado muitas questões relevantes e permitido realizações verdadeiramente criativas no campo artístico e cultural *per se*, bem como, num plano societal mais amplo, em aspetos relacionados com a valorização da diversidade e da tolerância – especialmente no que se refere a questões de direitos civis e à formulação de visões alternativas da sociedade. Por outro lado, tal como tem sido crescentemente reconhecido, a cidade criativa tem-se revelado muitas vezes altamente excludente e elitista. Isso é uma consequência do facto do discurso sobre as ‘cidades criativas’ ter pouca consideração ou interesse pelas questões da justiça social e da coesão espacial, e ainda do facto das estratégias adotadas na prossecução dessa visão serem maioritariamente dirigidas pelos interesses do capital privado.

As cidades criativas têm tendência para menosprezar a criatividade social e a inovação social, nomeadamente porque estas últimas enfatizam a equidade, o empoderamento, a justiça social e a transformação das relações sociais e, por essa via, põem em causa a ordem social vigente. Com efeito, muitas vezes tem sido precisamente o contrário que se verifica: muitas ações e iniciativas desenvolvidas no âmbito da abordagem predominante às ‘cidades criativas’ têm dado origem à exclusão e expulsão de alguns dos grupos mais pobres e/ou vulneráveis das áreas das cidades que se encontram em processo de regeneração (Ley 2003; Moulaert et al. 2004). O capital privado apropria-se rapidamente do valor gerado pela ‘classe criativa’ – tanto diretamente no setor das indústrias criativas como indiretamente

(mas de forma igualmente importante) através de canais como o aumento do preço dos terrenos e habitações ou o seu papel enquanto fator atrator de empresas interessadas em participar em ambientes ‘formalmente’ criativos.

É por isso irónico que nos últimos tempos tenham surgido inúmeros projetos de regeneração urbana ‘criativa’ que dificilmente poderiam ser eles próprios menos criativos, na medida em que são cópias a papel químico uns dos outros. Acresce um outro fator ainda mais preocupante: o facto destes projetos passarem muitas vezes por cima das leis e regulamentos de uso do solo e ignorarem os desejos das comunidades locais. Tal como argumentado de forma eloquente por Moulaert et al. (2004, p. 2344), ‘talvez o termo embelezamento devesse ser evitado neste contexto [de regeneração urbana]: foi manchado de forma indelével pela sua forte conotação de gentrificação socialmente destrutiva, incluindo a destruição de bairros pobres, a deslocação de habitantes de baixos rendimentos, a polarização entre bairros chiques e periféricos.’ Basicamente, a cidade criativa surge muitas vezes de mão dada com a cidade fragmentada e geradora de exclusão social. Além do mais, devemos distinguir entre os diversos sentidos da palavra ‘criatividade’, as suas diversas implicações e as suas inter-relações: tal como afirma Scott (2006, p.10), ‘a mera presença de “pessoas criativas” é certamente insuficiente para sustentar a criatividade urbana durante longos períodos de tempo. A criatividade precisa de ser mobilizada e canalizada de modo a que se desenvolva e transforme em formas práticas de aprendizagem e inovação.’

Na realidade, os efeitos provocados pela atração de ‘profissionais criativos’ são muitas vezes ilusórios, uma vez que a elevada mobilidade dos indivíduos em questão dificulta a sua plena integração e o seu empenho para com os meios para onde são temporariamente atraídos. Na maior parte dos casos, estão apenas de passagem, vivendo as suas vidas quotidianas dentro de um círculo social relativamente restrito, participando em relações sociais à distância mais do que de proximidade e no bairro, e consequentemente deixando para trás poucas ‘sementes criativas’ nos seus lugares de residência ou de trabalho. Esta questão é pouco referida e habitualmente menosprezada no contexto das políticas urbanas que visam criar ‘cidades criativas’.

As autoridades públicas canadianas parecem estar bem conscientes deste debate, incluindo as críticas que têm sido feitas às visões mais simplistas das cidades criativas. Numa publicação intitulada *Creative Cities; What Are They For, How Do They Work, and How Do We Build Them?*, publicada pela Canadian Policy Research Networks, Gertler (2004, p.1) efetua um conjunto de recomendações, destinadas aos decisores políticos, que parecem especialmente relevantes neste contexto:

Em primeiro lugar, devemos apoiar o desenvolvimento de cidades criativas porque estas desempenham um papel cada vez mais importante no fomento do dinamismo, resiliência e competitividade geral da nossa economia. Em segundo lugar, devemos acarinhá-las o desenvolvimento de cidades criativas uma vez que elas têm o potencial de melhorar a qualidade de vida e expandir as oportunidades para um amplo leque de canadianos. [Os debates sobre as cidades criativas devem fazer-nos recordar] a importância de adaptarmos a tese das cidades criativas ao contexto canadiano de uma forma ativa e crítica (e não passiva), enunciando claramente as nossas aspirações. O objetivo das políticas públicas deve ser – e pode ser – o estímulo à criação de lugares criativos socialmente inclusivos.

Esta questão tem sido discutida quase sempre no contexto de cidades europeias e norte-americanas de grande dimensão e especialmente dos seus bairros mais pobres, uma vez que é à escala local que as estratégias socialmente criativas têm assumido maior expressão. Têm sido implementadas (e debatidas) numerosas iniciativas de desenvolvimento local que têm procurado promover a inclusão social e o empoderamento através da música (p.e. a Birmingham Opera Company, no Reino Unido; El Sistema, Venezuela; Tocárufar, Portugal), da street art (com muitas cidades a organizarem um amplo conjunto de eventos artísticos no espaço público, com um enfoque especial em expressões ‘alternativas’), do teatro (p.e. Teatro do Oprimido, Brasil; Stut Theatre, Holanda) e do circo (Chapitô, Portugal; Fekat Circus, Etiópia; Circo Social Machincuepa, México). De facto, as artes têm vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante na promoção da criatividade em geral e das estratégias socialmente criativas em particular. As artes não são necessariamente ‘a solução’, mas ajudam a ‘iluminar o caminho’ ao inspirarem as pessoas e as comunidades.

### 3. ARTE, CRIATIVIDADE SOCIAL E INOVAÇÃO SOCIAL EM ÁREAS RURAIS

A criação artística, mais do que outras formas de criatividade – o *design* de produtos, por exemplo –, desempenha um papel central no contexto da criatividade social e da inovação social, dada a sua capacidade única para pôr em causa hábitos e estruturas sociais e para (re)construir identidades e memórias coletivas. O carácter intrinsecamente metafórico da arte permite-lhe transcender o óbvio e propiciar a comunicação de valores e sentimentos profundos (Smiers 2005). Quer como produto quer como fonte de inspiração, tem a capacidade de produzir ‘transcendência’ (Ruby 2002). A arte pública, em particular, é especialmente relevante para a promoção da auto-estima individual e coletiva, para a (re)construção de identidades sociais e locais e para o reforço do sentido de pertença – uma condição crucial para a coesão social urbana (Miles 1997).

Especialmente em contextos desfavorecidos, as artes têm-se afirmado como fatores-chave para a promoção do pensamento crítico e para o fomento da comunicação (Campbell e Martin 2006; Belfiore e Bennett 2008; André e Carmo 2010), ao estimularem a criatividade dos membros da comunidade e facilitarem a emergência de novas respostas aos problemas (políticos, sociais, económicos e ambientais) por resolver. Para além disso, a promoção de atividades artísticas pode constituir também um meio para contrariar ou inverter a reprodução da desigualdade e das situações de desvantagem, na medida em que estimula a inovação social, reforça a confiança pessoal e coletiva e contribui para eliminar as conotações negativas associadas a certos lugares e comunidades (André e Abreu 2009). A criação artística tem por isso vindo a ser crescentemente reconhecida como uma alavanca fundamental para a construção de meios criativos, com base na hipótese que a criatividade artística inspira e promove a criatividade noutras esferas da atividade humana.

Dito isto, e apesar do que a literatura sobre cidades criativas parece assumir, é evidente que a criatividade – social, económica, cultural, etc. – existe também fora das grandes cidades, incluindo no contexto de regiões rurais sujeitas a processos de declínio. O turismo rural (de natureza, aventura, cultural,

etc.) é muitas vezes apontado como uma forma possível de ultrapassar os obstáculos e adversidades que caracterizam estes territórios. No contexto da União Europeia, o apoio ao desenvolvimento das áreas rurais tem tido como objetivos principais as questões sociais, a preservação e valorização do ambiente e da paisagem, e a diversificação da base económica – uma orientação patente no estímulo e apoio ao turismo rural, à agricultura biológica e às iniciativas associadas ao património e à cultura (Borrup 2006; Markusen 2006).

Ainda assim, apesar das tentativas por parte das políticas de desenvolvimento rural para contrariar esta perceção, não há dúvida que, para a maior parte das pessoas, a inovação e a criatividade continuam a ser principalmente associadas às cidades, especialmente as grandes metrópoles. Massa crítica, mobilidade e acessibilidade, e diversidade social e cultural são tipicamente consideradas fatores cruciais para a criatividade e a inovação – e são também aspetos caracteristicamente urbanos (Törnqvist 2004; Meusburger 2009). No entanto, tal como exemplificado pelo estudo de caso apresentado mais à frente neste capítulo, não tem necessariamente de ser assim: cidades de pequena dimensão localizadas em áreas rurais podem perfeitamente reunir condições muito favoráveis para a emergência e consolidação de meios socialmente criativos. Que condições são essas a que nos referimos?

Tal como argumentámos numa publicação anterior, as condições-chave para que a criatividade social seja fomentada e sustentada são a *diversidade*, a *tolerância*, a *aprendizagem coletiva* e o *pensamento crítico* (André e Abreu 2006). A diversidade é crucial na medida em que as ações e atividades (socialmente) criativas resultam tipicamente de experiências, ideias e perspectivas diversas postas em contacto umas com as outras. Isto pode acontecer em consequência da mobilidade, de grupos com diferenças culturais entre si irem e virem e partilharem os mesmos espaços, ou da interação entre diferentes grupos sociais que se veem impelidos a trabalharem em conjunto a fim de encontrarem respostas para diferentes formas de adversidade. Estes contactos e interações entre grupos e indivíduos diversos fazem normalmente surgir tensões e conflitos que podem conduzir a desenlaces negativos e destrutivos ou, pelo contrário, constituir um estímulo positivo e criativo para o desenvolvimento de soluções partilhadas e novos compromissos. Para além disso, outra pré-condição para os meios socialmente criativos é um elevado nível de aceitação e valorização daquilo que é diferente e/ou inesperado – sendo a tolerância e abertura de espírito fundamentais também na medida em que a assunção de riscos é somente encorajada e apoiada em meios que não penalizam sistematicamente o fracasso. Finalmente, a aprendizagem coletiva e o pensamento crítico tornam possível que a novidade introduza informação e conhecimento suscetível de ser apropriado, desconstruído e reconstruído de modo a que as instituições e estruturas existentes possam ser recriadas e dotadas de novos significados. É especialmente importante que a aprendizagem assuma realmente um carácter coletivo – caso contrário, aqueles que detêm um ‘monopólio’ relativo sobre o conhecimento têm possibilidade de impor aos outros as suas regras.

A inovação social – um conceito próximo, mas distinto, da criatividade social – aprofunda adicionalmente esta questão, no sentido em que enfatiza fortemente a apropriação e disseminação sociais

das ‘novidades’ socialmente criativas em detrimento relativo do ato criativo per se. Porém, é igualmente essencial para a coesão social e para a justiça social (Fincher e Jacobs 1998; Tremblay et al. 2005; Moulaert et al. 2007). Com efeito, a própria distinção entre estes dois momentos lógicos não é mais do que uma ajuda conceptual, na medida em que é fundamental que os dois estejam ligados inextricavelmente para que os objetivos anteriormente enunciados possam ser atingidos. Ainda assim, as pré-condições para a ocorrência de inovação social podem ser enunciadas de forma algo distinta do que foi indicado em cima para a criatividade social. Estas pré-condições incluem: (i) *participação*, ou o estímulo à cooperação e diálogo coletivos e, quando necessário, ao conflito (no sentido crítico e positivo do termo); (ii) *referências e memórias coletivas*, as quais proporcionam as âncoras necessárias que asseguram a resiliência dos lugares e a sua capacidade para abraçarem o novo sem degenerarem na fragmentação e no conflito ‘negativo’; (iii) *liderança*, que em contextos muito diversos tem mostrado empiricamente constituir a faísca para a ação coletiva consequente; e (iv) uma *escala geográfica adequada* que torne possível assegurar as pré-condições anteriores sem introduzir tensões demasiado grandes para os lugares em questão resolverem. Quando as condições anteriores se verificam – o que, admitidamente, é especialmente difícil de comprovar *ex ante* – dizemos que estamos perante ‘lugares plásticos’, por referência ao conceito de plasticidade oriundo da física, que denota a capacidade de mudar de forma sem perder a coerência e estrutura internas (Lambert e Rezsöházy 2004).

Assim, em termos gerais, as condições que promovem e possibilitam a inovação social e a criatividade social em diferentes contextos socioeconómicos podem assumir diferentes configurações, mas gravitam em torno de um núcleo semelhante. Para ilustrar isto mesmo, a Tabela 1 propõe, com base principalmente mas não exclusivamente na realidade portuguesa, uma tentativa de ilustrar de que modo é que as várias pré-condições genéricas para a inovação social e para a criatividade social podem assumir diferentes formas em diferentes contextos – neste caso, dependendo de se tratar de contextos rurais ou urbanos.

TABELA 1  
Criatividade social e inovação social em meios urbanos e rurais

	ÁREAS URBANAS	ÁREAS RURAIS
CRIATIVIDADE SOCIAL		
DIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- DIFERENTES SUBCULTURAS E ESTILOS DE VIDA</li> <li>- DIFERENTES ORIGENS NACIONAIS E ÉTNICAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS, EM RESULTADO DA HISTÓRIA LOCAL DE RELAÇÕES DE CLASSE E LABORAIS</li> <li>- DIFERENTES GRUPOS ETÁRIOS</li> <li>- PESSOAS VINDAS DE FORA</li> <li>- MIGRANTES REGRESSADOS</li> </ul>
TOLERÂNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- BASEADA NOS PRINCÍPIOS E REGRAS DE CIDADANIA</li> <li>- MENOR SENSIBILIDADE FACE À ALTERIDADE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- BASEADA NAS RELAÇÕES PESSOAIS</li> <li>- MAIOR SENSIBILIDADE FACE À ALTERIDADE</li> </ul>
APRENDIZAGEM COLETIVA E PENSAMENTO CRÍTICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IMPORTÂNCIA DA ESCOLA E DAS REDES INTERPESSOAIS AÍ ESTABELECIDAS</li> <li>- QUALIFICAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A CRIATIVIDADE</li> <li>- PENSAMENTO CRÍTICO ENQUANTO ATITUDE INDIVIDUAL (CONTESTAÇÃO)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO TÁCITO E DA EXPERIÊNCIA PASSADA DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO</li> <li>- PENSAMENTO CRÍTICO ASSOCIADO A IDEOLOGIAS E FILIAÇÕES POLÍTICAS</li> </ul>
INOVAÇÃO SOCIAL		
PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- REDES SOCIAIS VIRTUAIS</li> <li>- COOPERAÇÃO ORIENTADA PARA OBJETIVOS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- REDES E RELAÇÕES DE VIZINHANÇA</li> <li>- COOPERAÇÃO COM BASE NA CONFIANÇA PESSOAL</li> </ul>
MEMÓRIAS E REFERÊNCIAS COLETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- BASEADAS NO DISCURSO 'OFICIAL'</li> <li>- COM EXPRESSÃO MATERIAL (PRAÇAS, EDIFÍCIOS, EVENTOS,...)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- PATRIMÓNIO IMATERIAL (HISTÓRIAS, POESIA, MÚSICA,...)</li> </ul>
LIDERANÇA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA</li> <li>- O PAPEL DAS COMPETÊNCIAS REFLETE-SE NA EFICÁCIA DAS AÇÕES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IMPORTÂNCIA DO CARISMA E DOS LAÇOS PESSOAIS</li> </ul>
ESCALA GEOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ESPAÇO MULTIESCALAR (BAIRRO - METRÓPOLE - MUNDO)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- LUGAR (ESPAÇOS QUOTIDIANOS DA COMUNIDADE LOCAL)</li> </ul>

FONTE: ANDRÉ, ABREU E CARMO (2013)



Assim, para resumir as ideias subjacentes à Tabela 1, a construção de meios socialmente criativos e inovadores em contextos rurais depende fortemente da capacidade de ultrapassar fraturas pré-existentes e de reconstruir relações sociais. As políticas locais e o seu substrato ideológico têm uma importância crítica na medida em que a clivagem entre a visão conservadora (associada à tradição e à estabilidade das relações sociais) e a visão progressista (que visa promover a mudança) exerce um impacto profundo na trajetória da comunidade local. Por outro lado, os líderes desempenham também um papel muito importante, uma vez que os laços que os ligam à comunidade local têm um caráter ‘emocional’ e que estes são muitas vezes capazes de ultrapassar as dificuldades e contradições que as abordagens mais estritamente racionais têm muitas vezes maior dificuldade em lidar. Por último, um dos ativos fundamentais dos contextos rurais em termos de inovação social consiste na escala geográfica em que ocorrem as ações, as iniciativas e as relações. A proximidade parece ser uma condição fundamental para os processos de inovação social – uma condição que é também *transversal* face às outras condições, na medida em que: (i) permite níveis de confiança que promovem claramente um sentimento do ‘coletivo’; (ii) transforma pequenas características e detalhes em referências identitárias partilhadas pela comunidade como um todo; e (iii) estimula e encoraja sentimentos e emoções, em detrimento do pensamento estritamente racional (Moore 2008).

À luz de tudo isto, as questões centrais que movem o estudo de caso a que passaremos em seguida podem ser formuladas da seguinte forma: quais foram os fatores concretos que se mostraram mais críticos para estimular estratégias socialmente criativas e inovação social no caso particular deste meio rural em declínio? E até que ponto é que as artes facilitaram e promoveram estes processos?

#### 4. MONTEMOR-O-NOVO: POLÍTICAS E INICIATIVAS SOCIALMENTE CRIATIVAS

Montemor-o-Novo, como muitas outras cidades e vilas do Alentejo, tem tido de enfrentar um contexto social e económico particularmente adverso. Esta cidade de 9 000 habitantes (segundo o Censo de 2001) registou um saldo natural de -5,4% entre 1991 e 2001. Cerca de um quarto da população tem mais de 64 anos de idade e a base económica tradicional – a agricultura – tem sofrido um declínio secular acentuado, representando atualmente menos de 15% da população ativa. Para além disso, um terço da população adulta não teve qualquer instrução e apenas cerca de 5% possuem formação universitária. À primeira vista, parece tudo menos uma ‘cidade criativa’ típica. No entanto, o Censo de 2011 parece já indicar algumas mudanças em Montemor-o-Novo: num contexto local que continua a exibir sinais de declínio demográfico (o município como um todo perdeu 6,3% da sua população durante a última década), duas freguesias exibem uma tendência diferente. Na freguesia mais urbana do município, Nossa Senhora da Vila, a população aumentou 7,9% e o número de edifícios aumentou 13,4% (o que sugere um elevado número de novas residências secundárias). Ainda mais surpreendente é a tendência exibida por uma das freguesias rurais, Foros de Vale Figueira, na qual a população registou um ligeiro aumento, de 0,4%, e o número de edifícios teve um aumento de 13,8%. Não é uma coincidência que os únicos casos de dinâmicas demográficas positivas neste município correspondam às freguesias onde se situam três das iniciativas-chave a que iremos referir-nos mais adiante neste texto: a freguesia urbana de Nossa

Senhora da Vila (Oficinas do Convento e O Espaço do Tempo; ver infra) e a freguesia rural de Foros de Vale Figueira (Herdade do Freixo do Meio). Seguidamente, procuraremos ilustrar de que modo é que as estratégias socialmente criativas com base em atividades culturais e artísticas concebidas e implementadas em Montemor-o-Novo contribuíram para inverter este ciclo de adversidade.

Apesar do contexto desfavorável, as autoridades locais conseguiram, ao longo das três últimas décadas, mobilizar recursos e prosseguir uma estratégia de promoção significativa do desenvolvimento comunitário. Um dos pilares principais desta estratégia local tem consistido na promoção de atividades culturais e artísticas – por um lado, procurando promover a combinação e fertilização cruzada entre memória e criação (i.e. usando o património histórico como recurso crucial para a promoção de iniciativas criativas e para a atração de profissionais criativos); por outro lado, prosseguindo os objetivos do desenvolvimento económico, da inclusão social e da coesão urbana de forma integrada. A agricultura biológica e orgânica, o turismo rural e as atividades culturais foram escolhidos pelas autoridades locais como os principais eixos estratégicos da estratégia de desenvolvimento de Montemor-o-Novo. Entre os três, no entanto, há um que assume especial importância: num contexto de adversidade, Montemor-o-Novo tem vindo a ser cada vez mais reconhecido como um centro de produção artística e atividade criativa de renome internacional.

As raízes deste processo encontram-se no percurso histórico do município, no qual a Câmara Municipal desempenhou um papel-chave. Apenas quatro anos após a revolução democrática de 1974, a Câmara Municipal criou uma Galeria e uma Biblioteca, situadas no Convento S. João de Deus. Na década de 1980, seguiu-se a criação de um gabinete sociocultural municipal e o lançamento de *workshops* de artes para crianças. Depois, na década de 1990, os fundos estruturais europeus permitiram a implementação de um conjunto de projetos locais inovadores que procuraram articular a cultura, as artes e os objetivos sociais. A partir de meados da década de 1990, seguiu-se uma nova etapa que de certa forma correspondeu à ‘maturidade’ desta estratégia de desenvolvimento, na qual o enfoque passou para a atração de artistas e profissionais criativos de fora do município, da região e do país. Em troca, foi pedido a estes artistas e criadores que se comprometessem a preservar o património local, a trabalhar com as escolas, os idosos locais, etc, e a estreitar os seus espetáculos em Montemor-o-Novo. Em suma, sob uma liderança democrática mas determinada, foram promovidas sinergias virtuosas entre os diferentes agentes locais. Do ponto de vista da inovação social, é possível encontrar em Montemor-o-Novo uma série de iniciativas locais que têm em comum o compromisso para com a valorização do património através da criação artística e o estabelecimento de ligações fortes à comunidade local.

Entre o vasto conjunto de iniciativas que deram forma a esta estratégia, existem três que ilustram especialmente bem as suas características particulares: i) um centro coreográfico – O Espaço do Tempo – situado num convento do Século XV no interior do Castelo de Montemor-o-Novo; ii) uma associação de artes visuais – as Oficinas do Convento – que funciona num velho convento no centro da cidade; e iii) uma unidade de agricultura biológica – a Herdade do Freixo do Meio – que desenvolve uma abordagem integrada às atividades rurais, incluindo o ecoturismo, a permacultura e as exposições de

land art. A Tabela 2 resume as principais características destas iniciativas.

No caso de Montemor-o-Novo, as artes constituíram um eixo central da estratégia de desenvolvimento local e um mecanismo importante de promoção do reconhecimento social do município junto do exterior. Isso sucedeu através das atividades das próprias entidades culturais e artísticas, mas também através de instituições que, apesar de se dedicarem principalmente a outras atividades, acabaram por incluir a expressão artística como elemento fulcral das suas próprias estratégias (como a Herdade do Freixo do Meio, por exemplo). Da mesma forma, alguns dos lugares que constituem Montemor-o-Novo parecem favorecer os processos de criação artística. O Espaço do Tempo tem subjacente um entendimento de que a arte não é uma mera repetição da realidade, mas sim um reflexo (ou recriação) da realidade. Por conseguinte, a introdução de distanciamento entre os *inputs* urbanos e a reflexão criativa faz todo o sentido, na medida em que facilita o encontro com o objeto artístico. Montemor-o-Novo é um ‘oásis’; um antigo espaço de recolhimento religioso (Dominicano) é hoje em dia um espaço de ‘recolhimento’ artístico. A arquitetura do lugar, com os seus espaços privados, semi-privados e públicos, foi concebido para facilitar o encontro consigo mesmo, com os pensamentos e com as ideias. Foi, desde o início, criado para os outros e tendo sobretudo em mente as necessidades dos criadores.

TABELA 2  
Perfil das três iniciativas analisadas

	OFICINAS DO CONVENTO	O ESPAÇO DO TEMPO	HERDADE FREIXO DO MEIO
FUNDADO EM	1996	2000	2001
FUNDADORES	Virginia Fróis (professora de belas artes - escultora) e Vasco Silva (programador cultural da Câmara Municipal)	Rui Horta (coreógrafo e bailarino). Horta regressou da Alemanha com o objetivo de estabelecer um centro coreográfico numa área rural afastada das grandes metrópoles. Contou com o apoio do Presidente da Câmara de Montemor-o-Novo, que lhe concedeu a utilização de um convento do Século XV situado no interior do Castelo.	Alfredo Cunhal Sendim (engenheiro zootécnico). Herdeiro de uma família de grandes proprietários agrícolas. Utiliza a sua quinta de 650ha para implementar um projeto rural multifuncional e integrado.
VISÃO	Transformar as restrições que caracterizam Montemor-o-Novo em valor acrescentado para os residentes locais (articulação entre o património e a criação artística). Aprofundar a relação entre os residentes locais e o espaço urbano, a paisagem circundante e a arquitetura tradicional.	Proporcionar aos criadores a distância necessária para a produção de trabalhos artísticos: a arte contemporânea é um fenómeno essencialmente urbano; contudo, é necessário distanciamento para permitir a reflexão necessária à criação da obra de arte.	Fomentar o desenvolvimento local no sentido do respeito pelas necessidades e aspirações das comunidades locais, procurando ao mesmo tempo mobilizar os recursos disponíveis e criar novos recursos. Adota uma visão integrada das atividades sociais, económicas e culturais neste meio rural. Tem adotado técnicas de produção biológicas e sustentáveis.

PRINCIPAL OBJETIVO	Valorizar a cultura local e promover uma relação mais próxima entre os cidadãos e os seus espaços partilhados. Promover a arte pública e qualificar a paisagem, bem como o património natural, arquitetónico e ambiental.	Criar um 'laboratório' para a inovação e renovação de linguagens cénicas, através da criação de uma estrutura simultaneamente profissional e flexível.	Promover a sustentabilidade ambiental, procurando criar condições que permitam a auto-suficiência de forma continuada.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Recuperar o Convento de São Francisco a fim de aí instalar um centro artístico. Colaborar com outros agentes na implementação de iniciativas de desenvolvimento local. Promover a formação profissional e artística.	Formar novos públicos. Estabelecer diálogos e fertilizações cruzadas entre diferentes géneros de artes performativas. Promover a investigação e a experimentação. Dar prioridade ao investimento em materiais técnicos, à qualificação de equipas de produção e à recuperação de espaços.	Investir em energias alternativas. Desenvolver métodos e técnicas de permacultura. Proteger e valorizar a paisagem específica da região (o montado).
ATIVIDADES COM A COMUNIDADE LOCAL	Formação, promoção artística e produção de obras de arte de artistas emergentes.	Formação de crianças, jovens e professores (em colaboração com as escolas). Abertura do Convento da Saudação à população como local de encontro.	Incubadora de empresas nos domínios da permacultura e agricultura (p.e. mel, vinho, azeite, queijo, sopas).
ÁREAS DE ATIVIDADE	Escultura (cerâmica e metal); Imagem (fotografia e multimédia); Música; Produção de eventos multidisciplinares.	Dança; Teatro; Cinema e Vídeo; Arquitetura; Artes Visuais; Instalações.	Produção animal (principal recurso); Ambiente; Energia; Turismo; Arte e Cultura.
INICIATIVAS MAIS RELEVANTES	Reabilitação do Rio Almansor e de um dos seus moinhos (Ananil). Projeto Rio (2004/2005): produção artística/land art, conferências, cursos, publicações. Projeto Margens (2006): intervenção paisagística, workshops, conferências.	Programação regular de cinema e concertos musicais (durante o verão). Artes performativas durante todo o ano. Ao longo dos últimos seis anos, organizaram um total de 260 espetáculos em Montemor-o-Novo ou em Évora (sede distrital).	Eventos e projetos com o objetivo de disseminar os resultados e os produtos do trabalho realizado na HFM, e outros diretamente relacionados com a necessidade de reforçar a relação com as comunidades locais. Desde 2005, tem sido organizado um "Festival da Primavera" visando estabelecer canais de comunicação entre as comunidades locais e elementos de fora. Exposição de land art. Eco-camping.
REDES	Acolhimento de artistas estrangeiros. Residências artísticas. Estágios de estudantes de belas artes. Ações conjuntas com as escolas locais.	Acolhimento de artistas estrangeiros. Residências artísticas. Colaborações com o Teatro Viriato (Viseu), CCB (Lisboa) e Teatro Rivoli (Porto). Colaborações com a Escola Superior de Dança de Lisboa, o Fórum Dança da Universidade de Aveiro, a Universidade de Évora e a Universidade Nova de Lisboa.	Estabelecimento de colaboração com a Escola Superior de Dança de Lisboa com o objetivo de proporcionar espaços para o desenvolvimento de artes performativas.

As iniciativas apresentadas em cima têm em comum duas características que parecem ser decisivas do ponto de vista da criatividade e da inovação sociais. Por um lado, uma visão integrada e transdisciplinar que permite interligar as diferentes atividades; por outro lado, uma forte integração na comunidade local em articulação com a participação em redes nacionais e internacionais.

Outro aspeto que importa sublinhar é a existência de relações intensas de cooperação e colaboração entre os diferentes agentes locais. O evento ‘Cidade PreOcupada’ constitui um bom exemplo desta densificação e qualificação das relações sociais de base local. Entre 2006 e 2008, as Oficinas do Convento organizaram um evento cultural de grandes dimensões no moinho do Ananil, nas margens do pequeno Rio Almansor, em que as artes visuais e a música desempenharam um papel proeminente. O evento tornou-se rapidamente famoso fora da região e começou a atrair um número crescente de participantes. Em 2009, transformou-se num evento mais estruturado e transdisciplinar, intitulado ‘Cidade PreOcupada’, que inclui não só espetáculos e exposições como também *workshops* e colóquios. Passou a ser produzido pelas Oficinas do Convento, pelo O Espaço do Tempo e pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, reunindo assim na mesma iniciativa os três principais agentes culturais presentes e ativos em Montemor-o-Novo. Para além destes três agentes, o evento tem contado com a participação de diversos patrocinadores, incluindo a Herdade do Freixo do Meio, e de outros agentes locais – incluindo não só organizações e atores que se instalaram em Montemor-o-Novo nos últimos anos, como também entidades históricas como é o caso da Sociedade Carlista (ver Tabela 3). Pode-se dizer que o evento ‘Cidade PreOcupada’ constitui um marco importante na trajetória socialmente criativa encetada por Montemor-o-Novo após a revolução de 1974. Aprofundou os processos de consolidação das redes locais, contribuindo para o sucesso das estratégias socialmente criativas de Montemor-o-Novo.

## 5. COMENTÁRIOS FINAIS

O caso de Montemor-o-Novo é especialmente útil e interessante como narrativa de sucesso socialmente criativo, na qual a cultura e a arte têm dado um contributo crucial para a coesão social e para a inovação social, para além de fomentarem o desenvolvimento económico, no contexto daquilo que de outro modo poderia ser apenas mais uma pequena cidade empobrecida numa região rural deprimida. Embora as extrapolações do tipo ‘melhores práticas’ sejam habitualmente demasiado simplistas, esta narrativa dá realmente que pensar no que concerne às condições e determinantes da inovação social e da criatividade social em contextos análogos. O que encontramos aqui, entre outras coisas, é uma confluência virtuosa de: i) uma liderança inspirada, determinada e democrática; ii) constantes atenção e recurso à memória e à identidade do lugar, nomeadamente em termos da paisagem e do património histórico e arquitetónico; iii) o estímulo proporcionado às atividades criativas, designadamente através da capacidade de mobilização dos recursos naturais e culturais existentes; iv) a criação de novos pontos de referência significativos; e v) o requisito firme de que a criação artística não se torne uma atividade elitista e que os artistas e criadores não se tornem um enclave. Pelo contrário, o objetivo

último tem passado consistentemente por assegurar que a criatividade se torna efetivamente criatividade *social*, assumindo um caráter coletivo guiado pela (re)construção coletiva da identidade e pelo empoderamento dos grupos mais vulneráveis.

Outro elemento-chave a reter é o efeito decisivo da escala geográfica. Em Montemor-o-Novo, as relações interpessoais têm uma influência decisiva na trajetória coletiva da comunidade. Esta trajetória coletiva não é simplesmente planeada de forma estritamente racionalista, mas antes entendida e negociada como uma função de sentimentos e emoções que, a outras escalas, muitas vezes se diluem. O facto dos membros desta comunidade se conhecerem quase todos uns aos outros e serem capazes de se juntarem para negociar e (re)construir a sua trajetória coletiva parece-nos ser o fator decisivo que tem consistentemente permitido a inovação social a esta escala local.

Trata-se, em suma, de um estudo de caso que põe em causa o paradigma convencional da classe criativa de duas maneiras. Em primeiro lugar, ao proporcionar um exemplo de regeneração cultural democrática e inclusiva, ao invés de incidir sobre a atração de uma elite e a transformação dos lugares para acomodar essa elite. Em segundo lugar, ao pôr em causa a premissa dos bairros criativos enquanto espaços urbanos centrais e proporcionar um exemplo de regeneração cultural num contexto rural não-gentrificado.

## 6. QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- Até que ponto é que a globalização (e a compressão do espaço-tempo que lhe está associada) tem afetado as condições para a inovação social em meios rurais?
- Serão os meios rurais intrinsecamente menos (ou mais) criativos do que os meios urbanos?
- Até que ponto é que as áreas rurais dos países em desenvolvimento apresentam características e restrições diferentes das dos países desenvolvidos no que diz respeito à criatividade e inovação sociais?

## REFERÊNCIAS

- André, I. e A. Abreu (2006), ‘Dimensões e Espaços da Inovação Social’, *Finisterra*, XLI (81), 121–141.
- André, I. e A. Abreu (2009), ‘Social Creativity and Post- Rural Places: The Case of Montemor-o-Novo, Portugal’, *Canadian Journal of Regional Science/Revue canadienne des sciences régionales*, 32 (1), 101–114.
- André, I. e A. Carmo (2010), ‘Régions et villes socialement créatives: étude appliquée à la péninsule ibérique’, *Innovations*, 33 (3), 65–84.
- Belfiore, E. e Oliver Bennett (2008), *The Social Impact of the Arts: An Intellectual History*, New York: Palgrave Macmillan.
- Borup, T. (2006), *The Creative Community Builder’s Handbook: How to Transform Communities Using local Assets, Art, and Culture*, Saint Paul, MN: Fieldstone Alliance.
- Campbell, M.S. e R. Martin (eds) (2006), *Artistic Citizenship: A Public Voice for the Arts*, New York: Routledge.
- Cornwell, T. (1990), *Democracy and the Arts: The Role of Participation*, New York: Praeger.
- Debord, G. (2006[1955]) ‘Introduction to a Critique of Urban Geography’, <http://www.bopsecrets.org/SI/urbgeog.htm> (consultado em 15 de setembro de 2011).
- Fincher, R. e J. Jacobs (eds) (1998), *Cities of Difference*, New York: Guilford Press.
- Florida, R. (2002), *The Rise of the Creative Class*, New York: Basic Books.
- Florida, R. (2005), *Cities and the Creative Class*, New York: Routledge.
- Florida, R. (2008), *Who’s Your City? How the Creative Economy is Making Where to Live the Most Important Decision of your Life*, New York: Basic Books.



## ATLAS DAS UTOPIAS REAIS: CRIATIVIDADE, CULTURA E ARTES

### CAMINHOS PARA A UTOPIA REAL

Em primeiro lugar, o que é afinal a criatividade? Um escritor sul-africano, William Plomer, afirmou que «criatividade é a força que liga o que está aparentemente desligado». Contudo, muitas pessoas fazem esse exercício para resolver problemas do quotidiano e não são consideradas criativas, pois para além dessa condição, é necessário ser original.

Nos últimos tempos vive-se numa procura constante da originalidade. Talvez como reacção à modernidade, em que a grande maioria da população desempenhava tarefas repetitivas, na era atual cada um tenta ser diferente e único, o que é muito facilitado pelas novas tecnologias que permitem fazer mil e uma imagens a partir de uma única fotografia ou «desconstruir» as obras mais consagradas das artes visuais e performativas. Segundo um estudo da KEA (2009) intitulado «O impacto da cultura na criatividade», encomendado pela Comissão Europeia, a criatividade alimenta-se obviamente do capital humano, mas também do ambiente institucional e social, mais ou menos tolerante e informal, da tecnologia e da diversidade.

Reunidas estas várias condições, podemos potenciar a criatividade mas não «produzimos» necessariamente pessoas e obras criativas!

Neste atlas, a criatividade surge associada às artes, às indústrias criativas, à mobilização dos criativos para a regeneração urbana, ao desenvolvimento urbano inclusivo e ao direito à cidade. As artes emergem como a principal fonte da criatividade, incentivando a imaginação e a construção de metáforas, estimulando o pensamento crítico, desafiando o convencional, fruto da insatisfação presente em grande parte dos artistas, mobilizando o simbólico e os afetos para os usar na comunicação, desenvolvendo novas ideias e novas visões do mundo, mais ou menos ambiciosas. Neste âmbito, importa não esquecer a literatura, tão rica em significados simbólicos que alteram com frequência as geografias emocionais, as nossas representações dos lugares.

As indústrias criativas, ou a economia das artes e da cultura, empregam muitos artistas e vivem, em grande parte, das suas competências e ideias.

A par da produção ou reprodução artística, este sector promove inúmeras iniciativas e eventos culturais na medida em que a cultura, nesta ótica, é sobretudo a disseminação, mercantilizada ou não, das obras artísticas ou dos seus simulacros.

No campo da regeneração urbana tem-se assistido, cada vez mais, à utilização obras artísticas para tornar os espaços «vibrantes», quer por via da arte visual pública quer através da animação produzida

- Gertler, M. (2004), *Creative Cities: What are they for, how do they work, and how do we build them?*, Ottawa: Canadian Policy Research Networks.
- Hall, P. (2000), 'Creative Cities and Economic Development', *Urban Studies*, 37 (4), 639–649.
- Hospers, G. (2003), 'Creative Cities: Breeding Places in the Knowledge Economy', *Knowledge, Technology and Policy*, 16 (3), 143–162.
- Jacobs, J. (1993[1961]), *The Death and Life of Great American Cities*, New York: Modern Library.
- Lambert, D. e R. Rezsohazy (2004), *Comment les pattes viennent au serpent. Essai sur l'étonnante plasticité du vivant*, Paris: Flammarion.
- Landry, C. (2000), *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators*, London: Earthscan.
- Landry, C., L. Greene e F. Matarasso (1996), *The art of regeneration: urban renewal through cultural activity*, Stroud: Comedia.
- Ley, D. (2003), 'Artists, Aestheticisation and the Field of Gentrification', *Urban Studies*, 40 (2), 2527–2544.
- Lowe, S. (2000), 'Creating community: art for community development', *Journal of Contemporary Ethnography*, 29 (3), 357–386.
- Markusen, A. (2006), 'An Arts- Based State Rural Development Policy', *Journal of Regional Analysis and Policy*, 36 (2), 47–49.
- Markusen, A. e A. Gadwa (2010), 'Arts and Culture in Urban or Regional Planning: A Review and Research Agenda', *Journal of Planning Education and Research*, 29 (3), 379–391.
- Meusburger, P. (2009), 'Milieus of Creativity: The Role of Places, Environments, and Spatial Contexts', in Peter Meusburger, Joachim Funke e Edgar Wunder (eds), *Milieus of Creativity: An Interdisciplinary Approach to Spatiality of Creativity*, Heidelberg: Springer and KTS.
- Miles, M. (1997), *Arts, Space and the City: Public Art and Urban Futures*, London: Routledge.
- Moore, A. (2008), 'Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice', *Progress in Human Geography*, 32 (2), 203–225.
- Moulaert, F., H. Demuyne e J. Nussbaumer (2004), 'Urban renaissance: from physical beautification to social empowerment', *City*, 8 (2), 229–235.
- Moulaert, F., F. Martinelli, S. González e E. Swyngedouw (2007), 'Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities', *European Urban and Regional Studies*, 14 (3), 195–209.
- Newman, T., K. Curtis e J. Stephens (2003), 'Do community- based arts projects result in social gains? A review of the literature', *Community Development Journal*, 38 (4), 310–322.
- Pratt, A.C. (2008), 'Creative cities: the cultural industries and the creative class', *Geografiska Annaler: Series B*, 90 (2), 107–117.
- Puype, D. (2004), 'Arts and culture as experimental spaces in the city', *City*, 8 (2), 295–301.
- Ruby, C. (2002) 'L'art public dans la ville', <http://www.espacestemp.net/document282.html> (consultado a 20 de setembro de 2011).
- Scott, A.J. (2006), 'Creative cities: conceptual issues and policy questions', *Journal of Urban Affairs*, 28 (1), 1–17.
- Smiers, J. (2005), *Arts under pressure, promoting cultural diversity in the age of globalization*, London: Zed Books.
- Smith, R. e K. Warfield (2008), 'The creative city: a matter of values', in Phillip Cooke e Luciana Lazzarotti (eds), *Creative Cities, Cultural Clusters and Local Economic Development*, Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, pp. 287–312.
- Törnqvist, G. (2004), 'Creativity in time and space', *Geografiska Annaler: Series B*, 86 (4), 227–243.
- Tremblay, D.-G., J.-L. Klein e J.-M. Fontan (2005), *Innovation socio- territoriale et reconversion économique: Le cas de Montréal*, Paris: Editions L'Harmattan.
- Tremblay, D.-G. e Pilati, T. (2013), 'Social innovation through arts and creativity', in Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood, A. e Hamdouch, A. (eds), *The International Handbook of Social Innovation*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

pela música, dança, teatro ou circo. A par deste aspecto, a regeneração urbana inclui frequentemente equipamentos culturais – museus, auditórios, residências artísticas, etc. – como amenidades para atrair novos residentes. Acresce que muitas vezes estes processos de transformação urbana incluem áreas onde as indústrias criativas, equipamentos culturais, ateliers artísticos, bares, restaurantes estão todos concentrados – bairros culturais, muito associados à boémia. Uma nova boémia? Cremos que sim. Menos transgressiva e mais ligada ao consumo do que a antiga boémia.

Mas a criatividade, e sobretudo as artes, são também um capital crucial para a coesão e inclusão social. A transformação das relações sociais, no sentido de uma maior justiça, mobiliza a criatividade na óptica da imaginação necessária para encontrar novas soluções.

Por outro lado, as artes facilitam muito o diálogo e a colaboração entre diferentes comunidades culturais. Isto porque o discurso apenas verbal nem sempre é suficiente para transmitir sentimentos e afetos. Na realidade, a utilização da metáfora permite ir para além do óbvio e comunicar os valores e os sentidos mais profundos. Deve ainda ser acrescentado que a criatividade – nos diversos campos em que se expressa – e as artes promovem a autoestima e o reconhecimento externo.

Neste último aspecto, é dado particular relevo ao papel das artes na contestação política, seja através de manifestações, de celebrações ou da *street art*, ligando-se naturalmente à capacidade comunicativa das artes posta ao serviço do direito à cidade.

Depois da rápida reflexão sobre o significado da criatividade, chegamos à questão essencial: como é que a criatividade dá lugar a utopias reais? Esta foi a pergunta que conduziu a pesquisa efectuada no âmbito do projecto que deu origem a esta publicação.

As utopias reais correspondem, como se refere mais adiante noutro ponto deste atlas, a um futuro desejado e possível dependente da imaginação e traduzem a tensão existente entre o sonho e a prática. A imaginação e o sonho são precisamente os fermentos da criatividade e ao mesmo tempo os seus resultados. Um meio criativo produz artefactos e sujeitos imaginativos e sonhadores e são eles que garantem o seu porvir, anunciando que «um outro mundo é possível», slogan identitário do Fórum Social Mundial realizado pela primeira vez em 2001 em Porto Alegre (Brasil).

Com efeito, o projecto «Utopias Reais em Espaços Socialmente Criativos/RUcaS» – financiado pela FCT [PTDC/CS-GEO/115603/2009] – procurou compreender como é se podem produzir lugares criativos que conciliem competitividade, inclusão social e coesão territorial? A resposta conjuga políticas, processos e práticas centradas no território. Por outro lado, diz respeito a diferentes escalas geográficas - o bairro, a cidade, a região - e à sua interligação.

Nessa óptica, a pesquisa explorou fundamentalmente 3 problemas. O primeiro tem a ver com a possibilidade de ligar inovação tecnológica e inovação sócio-territorial, convergentes na mobilização de recursos como a originalidade, a imaginação, o conhecimento ou as novas tecnologias da comunicação, mas divergentes nos fins visados. O segundo diz respeito ao papel das artes na promoção da inovação sócio-territorial admitindo-se que a criação artística impulsiona a criatividade muito para além do campo das artes, revolucionando valores e práticas que dificultam a inovação, em geral, e a

inovação sócio-territorial, em particular. O terceiro problema foca-se na configuração de meios criativos, simultaneamente dinâmicos e inclusivos, suficientemente resilientes para permitir a mudança sem se fragmentarem e sem perderem a sua identidade e coerência.

Os diversos capítulos deste atlas seguem um trajecto que parte de uma breve reflexão sobre o significado das utopias reais e a sua ligação à geografia emocional, tão nitidamente expressa através das marcas que a criação artística imprime nas paisagens. Num segundo momento, são apresentadas, em grandes traços, as ligações entre a arte e o território, quer através da localização dos artistas e das práticas artísticas quer indiretamente por via das suas várias expressões e impactos espaciais na regeneração e dinamização das cidades, no requalificação do espaço público, na configuração dos mercados ou nas estratégias de desenvolvimento local. No percurso seguinte, são detalhados cinco espaços socialmente criativos que permitem identificar com maior precisão as práticas e os processos que produzem este tipo de meios desde Lisboa a Montreal (Canadá). Na última etapa do trajecto, é lançado um olhar ao futuro, sendo comentado o papel do ensino artístico e revelada a faceta insurgente das artes e a sua importância no campo da inovação socio-territorial.

## INSPIRAÇÃO E EMOÇÕES: CULTURA E ARTES GERANDO NOVAS URBANIDADES\*

ISABEL ANDRÉ<sup>1</sup>

“A geografia emocional ajuda a revelar o invisível, a alma dos bairros e das cidades. [...] Os artistas podem fazer parte do processo de navegação explorando agonias, desejos, ideias e oportunidades”

Frank Moulaert (Lisboa, 3 de Julho de 2014)

A adversidade e a oportunidade impulsionam a mudança e a transformação das cidades, gerando inquietação, fermentando a imaginação e provocando desafios. São condições necessárias, mas para a cultura e para as artes não têm um papel suficientemente forte para gerar inovação sócio-territorial (Klein and Harrison, 2006; Moulaert et al., 2013b; Fontan et al., 2005). Entendidas como a expressão dos futuros desejados nos encontros entre visões, entre o impossível e o possível, e entre práticas confluentes ou discordantes (Pinder, 2015) estão, no entanto, unidas na busca da construção de uma cidade mais justa, inclusiva e democrática.

A comunicação, especialmente no que se refere à expressão de necessidades insatisfeitas e ao diálogo entre atores, é essencial para se gerarem soluções inovadoras e viáveis. Nessa conexão, as artes revelam-se como importantes veículos para a construção das cidades do futuro. A expressão artística permite-nos, por um lado, identificar simbolicamente situações indesejáveis ou inviáveis e, por outro, antecipar o futuro, sugerindo novas respostas às necessidades não satisfeitas (Smiers, 2005). O uso da metáfora, em todas as suas formas, permite-nos transcender o óbvio e entrar no domínio das emoções - permite a comunicação para além da linguagem comum (Ruby, 2002; André and Abreu, 2009; Ley, 2003).

Focando a nossa atenção na cidade contemporânea governada por interesses neoliberais, mas ao mesmo tempo confrontada com protestos e ações que apresentam abordagens alternativas - parece que imaginar a dinâmica urbana do futuro envolve o reconhecimento da importância da cultura e das artes, seja a partir da perspectiva do mercado e do capital imobiliário ou de um comprometimento com uma mudança progressista.

1 - Este é um artigo inacabado de Isabel André que faleceu antes de o completar. Diana Maccallum e os editores do livro reformularam o documento para a sua forma actual.

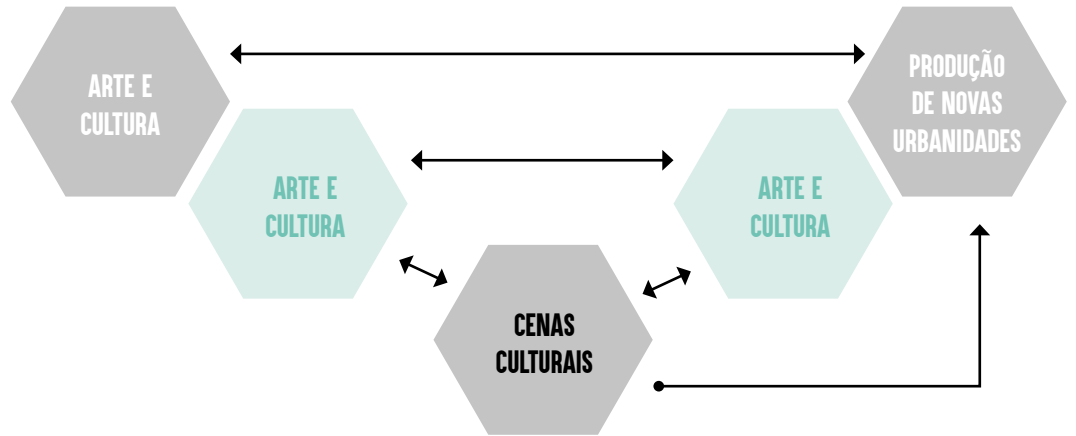
\* Tradução livre de Ana Stevens, do original “Inspiration and emotions: culture and arts engendering new urban places”



Na verdade, as visões urbanas divergentes expressas através das artes têm a capacidade de distinguir cidades, tornando-as 'lugares únicos', e também, contribuindo para o seu valor simbólico (associado à pertença e à identidade, bem como ao reconhecimento externo) e para a sua capacidade de celebração. Ou seja, parece haver confluências significativas na relação entre a cidade, as artes e a cultura. No entanto, as intenções, os objetivos e os resultados concretos são, muitas vezes, claramente discordantes com uma visão de justiça urbana, refletindo uma "cidade criativa" padronizada à luz dos princípios de Landry (2000) e de Florida (2002) - uma concepção totalmente imersa no e adotada pelo neoliberalismo.

Retornando às palavras de Frank Moulaert, a descoberta da “alma dos bairros e das cidades” [...] - através do apoio e da participação dos artistas – permite-nos acreditar que “uma outra cidade (criativa) é possível”. Com isso em mente, este texto reflete sobre as artes e os artistas como atores cruciais na transformação dos espaços urbanos, considerando os seus benefícios mútuos: o que as artes e os artistas dão à cidade e o que a cidade dá às artes e aos artistas? (André et al., 2013; Le Floch, 2015).

Essa "troca" pode ser entendida como o impulso e, também, como o resultado de cenas culturais: espaços físicos e virtuais onde as inspirações são estimuladas e as emoções se materializam. A figura seguinte resume o principal argumento:



### O QUE É QUE AS ARTES E OS ARTISTAS DÃO À CIDADE?

A partir do final do século XIX, e mais profundamente desde os anos 60 do século XX, a arte saiu das instituições de elite para as ruas expressando, muitas vezes, a luta pela justiça social. As escolas, as galerias, os teatros ou os museus abriram as suas portas e, além disso, a produção e a disseminação artística começou a acontecer em muitos outros lugares, nos espaços quotidianos dos cidadãos comuns.

As expressões artísticas públicas, usando diferentes linguagens ou misturando-as, refletem tensões da sociedade e disputas individuais e colectivas (André et al., 2009) revelando os problemas que estão por resolver, dando voz a condições de adversidade e a expectativas de avanço. Através do uso da metáfora e da subjetividade, as artes conectam-se com elementos que foram sendo separados, e essa habilidade é reconhecida como um elemento crucial para a produção de um espaço urbano inovador. Nessa mesma linha de pensamento, as artes podem transformar indignação e afronta em força criativa.

Promovendo o reconhecimento e a distinção, a arte urbana - visual ou performativa - pode aumentar a auto-estima e a confiança dos coletivos locais, fomentando a criatividade em várias esferas da atividade urbana e facilitando o surgimento de novas soluções para os problemas. Ao mesmo tempo, a arte urbana permite a reconfiguração dos espaços, atribuindo luz e brilho a dinâmicas urbanas de outra forma invisíveis (Vahtrapuu, 2013) associadas a liberdade, ao sentido de pertença ou ao direito à cidade.

Trazendo as várias contribuições da cultura e das artes para a produção de uma cidade alternativa, podemos sentir-nos inspirados pela forma como estas criam um sentido de transcendência e de antecipação - a essência de uma verdadeira utopia e a semente para a sociedade do amanhã (André et al., 2013; Roby, 2002). Deste modo, as artes estão, muitas vezes, associadas à inovação social e à sua capacidade de regenerar os lugares (Capel 1995; Moulaert et al, 2004).

Abordando a relação das artes com a cidade - através dos artistas, dos atores culturais e dos ativistas urbanos - as cenas culturais podem surgir, principalmente, em espaços públicos, em áreas de transportes (por exemplo, estações antigas ou armazéns), em espaços industriais, jardins, etc.. Estas cenas culturais - fora dos limites das instituições - desbloqueiam capacidades e competências e combinam muitos talentos. O cenário destes espaços - a articulação de diversos elementos na criação de cenas - torna-se central para permitir a expressão das diversas linguagens artísticas num determinado território. Ao mesmo tempo, também, contextualizam ações artísticas que, deste modo, perdem pretensões de "neutralidade" e ganham uma capacidade real para lidar com problemas urbanos existentes, por exemplo, através da conciliação entre as instituições públicas, o setor privado e o terceiro sector.

## O QUE É QUE A CIDADE DÁ ÀS ARTES E AOS ARTISTAS?

A cidade tem importantes atributos para a cultura e para as artes.

É um território, com um contexto único e um percurso histórico. Embora, muitas vezes, desconhecidos, os limites geográficos e temporais da cidade são, também, importantes para dar textura às ações artísticas.

Segundo Sack (1992), o território é determinado pelas fronteiras entre nós e os outros, entre estar juntos ou separados e, de um ponto de vista mais abstrato, entre o geral e o particular. O território permite ou impede o reforço de tais barreiras dependendo da natureza, dos significados culturais e das relações sociais que se estabelecem. Ao mesmo tempo, o território contextualiza visões e ações, dando-lhes um sentido que une as várias partes do todo. No entanto, nem as fronteiras nem o contexto existem fora do caminho histórico do território. A passagem do tempo pode ter deixado marcas físicas ou imateriais, mas certamente constrói uma identidade na qual a memória e os futuros esperados podem ser reconciliados ou confrontados.

Os três elementos acima mencionadas – fronteira, contexto e identidade – tornam um espaço num lugar (Tuan, 1977) e a cidade uma rede de numerosos lugares – condições cruciais para expressões artísticas. O território urbano, com as suas pressões, contradições e tensões, é um desafio para os artistas – especialmente em relação a imagens e debates concorrentes, que fertilizam o seu talento. Na cidade, os seus lugares estão associados tanto ao efémero quanto ao estável. Assim, ocorrem incidentes imprevistos e são precisamente esses elos paradoxais que parecem fornecer energia às artes, na forma de debate, de produção e de difusão.

Além do sentido que os lugares dão às artes, as cidades fornecem cada vez mais apoio institucional para capacitar os artistas a superarem dificuldades e desafios. Entre as instituições mais relevantes estão escolas artísticas, autarquias locais, museus, teatros, galerias e centros culturais. Esta rede de apoios e serviços é útil para o artista, atuando quase como uma rede de segurança. A cidade, também oferece aos artistas novos ambientes sociais e culturais, numa ampla rede de relacionamentos que lhes permite não apenas expandir e renovar o diálogo mas, também, desenvolver novos planos e projetos, ampliando, assim, o seu leque de oportunidades.

Os parágrafos anteriores constituem um discurso muito otimista que apresenta a cidade quase como um paraíso para os artistas. A realidade não é assim! As cidades e aqueles que as governam estão muito conscientes do valor económico das artes. Um espaço urbano onde a expressão artística – geralmente a das elites – está presente, tem um verdadeiro valor acrescentado. Além disso, atrai turistas para os quais o capital cultural se tornou a principal razão para viajar. A regeneração dos espaços urbanos, que tem ajudado artistas em muitas cidades, em alguns casos ingenuamente e noutros de maneira oportunista, também, conduz frequentemente, a fenómenos violentos de exclusão social.

As sinergias mútuas entre a cidade e as artes têm lugar em cenas culturais, através das quais o papel das artes e dos artistas se materializa no surgimento de novas urbanidades (Borja, 2011). Através de tais cenas, conflitos e crises podem ser reformulados de formas socialmente inovadoras.

## CENAS CULTURAIS QUE CRIAM NOVOS LUGARES

Cenas culturais são espaços com uma forte vitalidade, mobilizando energias em várias direções e permitindo a produção de novos 'ninhos' urbanos. A cenografia transforma espaços (frequentemente aqueles que foram abandonados e estavam em decadência) em lugares com novos significados; lugares insurgentes e alternativos, nos quais as soluções criativas e de protesto prosperam, contribuindo para cidades mais democráticas e justas no futuro. Estes novos lugares surgem frequentemente em períodos de crise, quando os artistas saem às ruas, dando voz aos conflitos e trabalhando para tornar a Utopia uma realidade.

Embora facilmente identificados no terreno, as cenas culturais são difíceis de definir: são um conceito complexo em que vários atores e agentes estão interligados, com diferentes escalas e temporalidades. Como Straw (2004: 413) refere, "o desafio para a investigação é o de admitir o carácter elusivo, efémero das cenas, enquanto se reconhece o seu papel produtivo, mesmo funcional, na vida urbana". As cenas culturais podem ser espaços orgânicos ou planeados, podem ser informais ou ligadas a atividades empresariais, insurgentes ou relativamente disciplinadas, surgindo como "espaços de criação artística como centros urbanos especializados, resultantes de restrições económicas, estratégias políticas e modos de apropriação individual dos espaços urbanos" (Boichot, 2011: 19). Estas agem para mobilizar recursos artísticos e culturais baseados nas relações de proximidade entre os atores e os stakeholders (Stern e Seifert, 2010), como artistas, cidadãos, associações, empresas ou entidades públicas. Porém, mais do que isso, são locais de insurgência – tanto estética como sócio-territorial. Esta insurgência manifesta-se "na revalorização dos lugares e na implantação de projetos que rompam com os modos clássicos de produção e difusão da arte, através de colaborações artísticas interdisciplinares ou de ateliers transformados em locais de protesto" (Aubouin e Coblence, 2013: 93). Esta mistura interdisciplinar significa que os projetos podem ter uma natureza híbrida e altamente flexível onde os artistas se encaixam: "rompendo com os marcos institucionais clássicos, fazendo desaparecer as fronteiras estabelecidas entre disciplinas (performance ao vivo, artes plásticas,...), entre campos (cultural, social e educacional), entre práticas amadoras e profissionais, entre o público e a população" (Aubouin e Coblence, 2013: 94-95).

## E COMO É QUE ESTAS CENAS CULTURAIS DESAFIAM E TRANSFORMAM A CIDADE?

As cenas culturais prefiguram novas formas de organização e produção do espaço urbano: "as cenas podem ser vistas como formas de 'processar' a abundância de artefactos e espaços que se sedimentam dentro das cidades ao longo do tempo" (Straw, 2004: 416). A inovação sócio territorial associada à produção de novas formas de urbanismo envolve mudanças no campo dos valores simbólicos da cidade, mas também pode trazer novas relações sociais – baseadas na proximidade e na importância dos coletivos – e modelos políticos mais democráticos, social e ecologicamente mais focados. As cenas conectam o espaço da rede (relação) com o espaço dos lugares (identidade). Elas também combinam espaços íntimos e espaços coletivos. Através das expressões artísticas que nelas se desenvolvem, as

cenar contribuem para visualizar os futuros desejados das cidades, bem como para canalizar o descontentamento e o protesto, facilitar o diálogo entre atores urbanos com interesses divergentes e possibilitar compromissos que resolvem ou mitigam tensões potencialmente violentas. Além disso, os artistas têm a capacidade de fornecer à cidade novas imagens e representações de si e da sua relação com o mundo, estimulando o imaginário coletivo, a criatividade e a inovação urbana.

As crises políticas, sociais e econômicas têm um forte impacto no campo dos valores e das práticas culturais e, particularmente, na produção e disseminação da arte. Se, por um lado, a crise desencadeia uma redução do consumo interno e do apoio público à cultura e às artes, por outro, estimula o surgimento de soluções criativas que atendam às restrições geradas pelas políticas de austeridade e pela desaceleração econômica, além de incentivar a formação de coletivos onde a cooperação e o trabalho em rede surgem como novas forças. Este quadro gerado pela crise é claramente sentido nos meios culturais e artísticos e pode ser considerado uma espécie de “fermentação” para o surgimento de cenas culturais e, em última instância, para a transformação do espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

- Andre I. and Abreu A (2009) Social creativity and post-rural places: the case of Montemor-o-Novo, Portugal. *Canadian Journal of Regional Science/ Revue Canadienne des Sciences Regionales*, XXXI 1(1):101-114
- Andre. I. Henriques, E.B.. and Malheiros. J. (2009) Inclusive places, arts and socially creative milieus. In D. Maccallum.F. Moulaert, J. Hillier and S. Vicari-Haddock (eds). *Social Innovation and Territorial Development*. Aldershot: Ashgate Publishing, 2009,p. 149- 166.
- Andre, I., Malheiros, J. and Carmo, A. (2013) The rythm of arts in the socially creative city. Pour une nouvelle mondialisation: le defi d'innover. Quebec: Presses de l'Universite du Quebec, 2013, p. 191-207.
- Aubouin. N., and Coblenche,E. (2013) Les Nouveaux Territoires de l'Art. entre Hot et essaim. Piloter la rencontre entre friche artistique et territoire. *Territoire en mouvement Revue de geographie et aménagement*. Territory in movement *Journal of geography and planning*, (17-18).
- Boichot,C. (2011) Centralites artistiques et recomposition des espaces urbains: Les enjeux d'une geographie de l'art a Paris et a Berlin. *Mondes du tourisme*.350-361.
- Borja J. (2011) Ciudades del mañana. Derecho a la ciudad y democracia real. Cafe de las ciudades. Barcelona: IDHC.
- Capel, Horacio (1995) La rehabilitación y el uso del patrimonio histórico industrial. *Documents d'analisi geografica*,29,p. 19-50.
- Florida, R.(2002) The rise of the creative class and how it is transforming leisure, community and everyday life. New York: Basic Books.
- Fontan, J. M., Klein. J. L., and Tremblay, D. G. (2005) *Innovation socioterritoriale et reconversion economique: le case de Montreal* (Vol. 34). Paris: Editions L'Harmattan
- Klein, J. L., & Harrisson. D. (Eds.). (2006) *L'innovation sociale: emergence et effets sur la transformation des societes*. Quebec: PUQ.
- Landry, C. (2000) *The Creative City: A toolkit for urban innovators*. London: Earthscan.
- Le Floch. M. (2015) Plan-Guide. Arts et Amenagement des Territoires. POLAU, Pole des Arts Urbains, Ministere de la Culture et de la Communication, France.
- Ley, D. (2003) Artists, aestheticisation and the field of gentrification. *Urban studies*. 40(12). 2527-2544
- Moulaert. Frank; Demuyneck. Hilde; Nussbaumer, Jacques (2004) Urban renaissance: from physical beautification to social empowerment: Lessons from Bruges-Cultural Capital of Europe 2002. *City*,8,2,p. 229-235.
- Moulaert F., Maccallum D., Mehmood A, and Hamdouch A. (Eds.), (2013b) *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Pinder. O. (2015) Reconstituting the possible: Lefebvre. utopia and the urban question. *International Journal of Urban and Regional Research*. 39(1), 28-45.
- Ruby, Christian (2002) L'art public dans la ville. *EspacesTemps.net*.. [http://www. Espaces temps](http://www.EspacesTemps.net)
- Sack, R. D.(1992) *Place modernity and the consumer's world*. Baltimore: Johns Hopkins.
- Smiers. J.(2005) *Arts under pressure: Protecting cultural diversity in the age of globalisation*. Zed Books.
- Stern, M. J., & Seifert. S. C.(2010) Cultural clusters: The implications of cultural assets agglomeration for neighborhood revitalization. *Journal of Planning Education and Research*.
- Straw, W (2004) Cultural scenes. *Loisir et societe/Society and Leisure*, 27(2).411- 422.
- Tuan, Y.F. (1977) *Space and place: The perspective of experience*. U of Minnesota Press.
- Vahtrapuu, Aili (2013) Le role des artistes dans la revitalisation des espaces urbains en declin: pour une approche sensorielle de la ville. *Territoire en mouvement Revue de geographie et aménagement*. Territory in movement *Journal of geography and planning*, 2013, 17-18,p. 103-116.



# EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS

- 30 Abandono Escolar Precoce: Olhares Cruzados em Tempo de Transição.
- 34 Metodologias de Investigação em Geografia Humana.
- 34 Caloiros da UL: um ano depois.
- 34 Insucesso e Abandono Escolar no IGOT-UL: Contributos Para Informar a Ação.
- 34 O Papel Futuro da Educação em Sistemas de Informação Geográfica na Criação de Pensadores Espaciais Críticos.

# EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS

## POR HERCULANO CACHINHO

A educação sempre representou para a Isabel Margarida uma genuína inquietação. Talvez entre a panóplia de temáticas que abraçou na sua investigação, a educação seja mesmo a mais multifacetada, incluindo questões tão diversas como o abandono escolar precoce na escolaridade obrigatória, a integração e sucesso dos estudantes no ensino superior, as metodologias de investigação em geografia humana ou o papel da educação geográfica na promoção da cidadania ativa e na formação do pensamento espacial crítico. As suas incursões pelas diferentes temáticas da educação compreendem tanto reflexões do foro conceptual e metodológico como investigações empíricas, ancoradas em estudos de caso, orientadas para a ação, a resolução de problemas e a definição de políticas.

A investigação desenvolvida pela Isabel Margarida na área da educação é a que me é mais cara e que, indelevelmente, marcou a forma de entender a arte de ensinar. Desde os anos noventa, tive o privilégio de percorrer com a Isabel Margarida alguns itinerários pelos campos da educação geográfica e posso tes-

temunhar a sua apetência pela inovação das práticas pedagógicas, uma condição imprescindível ao desenvolvimento de aprendizagens significativas e transformadoras e à oferta de uma formação de qualidade em geografia. Situações houve em que a Isabel Margarida representou para mim um porto seguro quando procurava explorar domínios sem linhas de rumo bem definidas. Refiro-me aqui, em particular, ao desafio que ambos abraçamos em introduzir a metodologia da aprendizagem baseada em problemas no curso de geografia, uma experiência que pensámos partilhar com um público mais alargado, na forma de livro. Talvez seja esta inquietação e apetência pela inovação que justifica que a Isabel Margarida tenha estado sempre na linha da frente da inovação curricular em geografia, seja através da introdução de novas temáticas e metodologias de ensino, seja na reorganização dos planos de estudos do curso de geografia, com destaque para a sua adequação aos desafios levantados pelo Processo de Bolonha.

Os contributos da Isabel Margarida na área da educação, de que os textos selecionados constituem uma pequena

amostra, podem ser divididos em três grandes domínios temáticos: (i) o abandono escolar precoce no ensino secundário, o (in)sucesso escolar e os problemas de integração dos alunos na universidade; (ii) as metodologias de investigação em geografia humana, na perspetiva do desenho de projetos e sua operacionalização; e (iii) o papel da geografia no desenvolvimento do pensamento espacial crítico e na formação para a cidadania ativa. É nosso propósito, nos próximos parágrafos, fazer uma breve introdução à investigação desenvolvida nestes três domínios temáticos.

A investigação no primeiro campo, embora abranja distintas temáticas, como o abandono escolar precoce, o (in)sucesso escolar e a integração dos estudantes no primeiro ano da universidade, e incida sobre diferentes grupos de indivíduos: os alunos do ensino básico e secundário e os estudantes do ensino superior, apresenta, no entanto, vários aspetos em comum, que nos permite a sua análise conjunta. A título de exemplo, esta tem como pano de fundo o reconhecimento da importância da educação para o desenvolvimento das sociedades modernas e o problema dos sistemas educativos e das diferentes instituições de ensino responderem, com eficácia, aos desafios levantados pela massificação do ensino, numa sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e a diversidade da população estudantil, seja do ponto de vista da origem social, seja em termos de

aspirações, estilos de vida e motivações relativamente à escola e aos estudos.

Profundamente comprometida com a mudança e a construção de um mundo melhor, mais justo e inclusivo, a reflexão levada a cabo neste campo da educação, enquadra-se sempre em projetos de investigação de grande amplitude, ancorados em casos de estudos empíricos, seja o País, no estudo da saída prematura do sistema educativo e suas consequências em termos de emprego e formação, sejam as instituições de ensino superior, a Universidade de Lisboa e o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, na análise do abandono e do insucesso escolar ou das experiências de integração dos estudantes. Moldadas pelas lentes do estruturacionismo e do realismo crítico, as investigações combinam quase sempre a análise extensiva, alicerçada em dados quantitativos, com a análise intensiva, baseada essencialmente na leitura interpretativa de discursos que relatam histórias e/ou percursos de vida com influência nas experiências escolares. Pela sua essência aplicada, estas investigações terminam quase invariavelmente com conclusões sob a forma de problemas a resolver e um conjunto de recomendações para informar a ação no combate do abandono e do insucesso escolares.

Os contributos da Isabel Margarida ao nível das metodologias de investigação talvez sejam os que alcançaram menor projeção fora da academia. Todavia, o

livro guia “*Metodologias de Investigação em Geografia Humana*”, concebido em 2001 e publicado pelo Centro de Estudos Geográficos” em 2005, deixou marcas profundas na forma como os docentes do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território têm iniciado os estudantes na investigação em geografia humana, e continua a ser, até hoje, a única referência bibliográfica na área, de que se tem conhecimento, publicada por geógrafos portugueses. Pela sua singularidade no panorama dos textos orientados para o ensino da investigação em geografia a nível nacional, mas também pelo seu didatismo e pedagogia, olvidar esta componente da investigação, significaria, no meu ponto de vista, amputar o currículo da Isabel Margarida, do campo em que a inovação e a criatividade se manifestaram com maior propriedade. A produção científica nas metodologias de investigação da Isabel Margarida, está muito longe de se circunscrever à obra referida anteriormente. Na realidade, é no Programa do Seminário “*Cultura e Inovação Sócio-territorial*”, do programa de estudos pós-graduados, concebido em 2008 no quadro das suas provas de agregação, em que a inovação ao nível das metodologias e das estratégias de ensino-aprendizagem alcança um nível superior, rompendo claramente com o modelo tradicional dos programas orientados para a mera transmissão do conhecimento disciplinar. Os conhecimentos científicos, substantivos, sobre

a cultura e as políticas de desenvolvimento territorial, a inovação e os meios socialmente criativos e o papel das artes e da cultura na requalificação urbana, deixam de ser transmitidos, através do tradicional ato de ensino, para serem apreendidos pelos alunos através de um ato de descoberta e construção. Esta mudança de paradigma ao nível do desenvolvimento curricular, encontra-se associada a uma alteração na forma de entender a aprendizagem e o papel do professor na sua promoção. É neste contexto que, por um lado, além do conhecimento substantivo sobre a cultura e a inovação sócio-territorial, particular atenção é prestada ao desenvolvimento de competências genéricas, como aprender a participar, comunicar, ser criativo, tolerante e a respeitar a diversidade, e por outro lado, o método de ensino baseado na transmissão do conhecimento é substituído pela Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), uma metodologia construtivista, centrada no aprendente, ancorada na resolução de problemas, no trabalho de equipa e no estudo autónomo do aluno. A discussão sobre a relevância social da geografia e da educação geográfica, nomeadamente, ao nível da aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências fomentadoras do pensamento crítico e a formação para a cidadania ativa, sempre teve lugar nas preocupações da Isabel Margarida, mesmo se a produção científica nesta área seja bem mais escassa.

Nesta secção faremos apenas referência aos trabalhos que tivemos oportunidade de desenvolver em conjunto.

A primeira reflexão neste domínio, de que me lembro, foi realizada no quadro da comunicação, “*Dos ninhos dos passarinhos à sustentabilidade do desenvolvimento: os valores éticos na educação geográfica*”, que apresentámos ao X Encontro de Professores de Geografia, que teve lugar em Lisboa, em 1996. Apoiada numa análise de conteúdo dos discursos dos manuais escolares, desde o Estado Novo até àquela data, este trabalho tinha um triplo objetivo: (i) dar conta dos valores éticos e sociais que, em cada época, se procurava transmitir através da escola; (ii) chamar atenção para a falsa neutralidade dos conceitos e das temáticas abordadas pelos programas e os manuais escolares; e (iii) apelar para a necessidade dos professores praticarem uma geografia ativa nas escolas, que esteja comprometida com a formação de jovens críticos, reflexivos e conscientes dos impactos dos seus comportamentos na sociedade. Em última análise, procurava-se então passar a mensagem aos professores que a geografia, enquanto disciplina, pode fazer a diferença na escola e na formação dos jovens, favorecendo o desenvolvimento de uma ética ambiental e social e o exercício de uma cidadania responsável.

Recentemente, a convite do comité da International Network for Teaching and Learning e da direção do Journal of

Geography in Higher Education, ambos participámos na INLT WRITING RETREAT 2014, que decorreu no Juniper Hall Field Centre. Num ambiente descontraído e cosmopolita, durante três dias, tivemos a oportunidade de discutir diferentes facetas da educação geográfica e revisitar a problemática do valor social da geografia. Em conjunto com um grupo de colegas do Reino Unido e dos EUA, a nossa reflexão orientou-se então para a avaliação do potencial das TIG e, em particular, dos SIG, no desenvolvimento do pensamento espacial crítico, assim como para a discussão dos constrangimentos que o modelo de ensino da racionalidade técnica, ancorado na transmissão do conhecimento, colocam à formação de indivíduos dotados dos conhecimentos e competências imprescindíveis à compreensão da complexidade de muitos problemas espaciais que moldam o mundo na atualidade.

A investigação da Isabel Margarida na área da educação, que tive o privilégio de aqui apresentar em grandes linhas, é de uma grande riqueza. Mediando entre a teoria e a prática, e a sua aplicação ao ensino, esta tem um valor insofismável para públicos que extravasam amplamente a comunidade geográfica. É uma obra que para mim tem representado uma fonte de inspiração e alimento para o pensamento e a reflexão, com a qual muito se consegue aprender, pelo que aconselhamos vivamente a sua leitura, mesmo que de forma contemplativa.



## ABANDONO ESCOLAR PRECOCE: OLHARES CRUZADOS EM TEMPO DE TRANSIÇÃO\*

### RESUMO

É hoje reconhecido que as saídas prematuras do sistema de ensino são bastante menos numerosas do que as que se verificavam ainda há poucos anos. Embora não existam estimativas rigorosas, a informação disponível sugere que o total de alunos que abandonam anualmente a escola antes da conclusão do período de ensino obrigatório será da ordem das poucas dezenas de milhar.

Esta diminuição é, no entanto, acompanhada por uma maior complexidade dos factores e dos contextos de abandono. Por um lado, as causas tradicionais de abandono, muito associadas à entrada precoce na vida activa e a situações de pobreza das famílias e de isolamento das escolas, encontram-se globalmente em declínio mas confrontam-se com focos de resistência significativos. Por outro lado, verifica-se a emergência de novas situações de risco, particularmente visíveis em meios urbanos e suburbanos. O fenómeno do abandono escolar precoce parece, assim, encontrar-se numa fase de transição, mais do que numa fase de final anunciado.

O Estudo que está na base deste artigo procurou entender as representações e os comportamentos dos vários protagonistas, tanto institucionais como individuais, que de forma directa ou indirecta se associam a contextos e situações de abandono prematuro do sistema de ensino: Conselhos Executivos e serviços de psicologia e orientação das escolas, directores de turma, Comissões de Protecção de Menores, Centros de Emprego, Instituições de âmbito nacional de combate ao trabalho infantil e, naturalmente, os próprios abandonantes.

### RÉSUMÉ

On reconnaît de nos jours que les sorties précoces du système d'enseignement sont bien moins nombreuses qu'il y a encore peu longtemps. Quoiqu'il n'existe pas d'estimations rigoureuses, l'information disponible suggère que le total des élèves quittant annuellement l'école avant le terme de la période d'enseignement obligatoire, serait de l'ordre de quelques dizaines de milliers.

Ce décroissement s'accompagne toutefois d'une plus grande complexité des facteurs et des contextes d'abandon. D'une part, les causes traditionnelles d'abandon - très souvent associées à une entrée précoce dans la vie active, ainsi qu'à des situations de pauvreté dans les familles des élèves et à l'éloignement de leurs domiciles par rapport aux écoles - sont en déclin dans leur ensemble, quoiqu'elles se heurtent à des foyers significatifs de résistance. D'autre part, on constate l'émergence de nouvelles situations de risque, spécialement visibles dans des milieux urbains et suburbains. Ainsi paraît-il que le phénomène de l'abandon précoce des études se trouve à un stade de transition, plutôt que dans une phase presque terminale.

L'étude qui est à la base de cet article a essayé de comprendre les représentations et les comportements des divers protagonistes institutionnels aussi bien qu'individuels se trouvant directement ou indirectement liés à des contextes et à des situations d'abandon d'études : conseils exécutifs et services de psychologie et d'orientation des écoles, maîtres chargés des classes, commissions de protection des mineurs, centres d'emploi, institutions à portée nationale de lutte contre le travail des enfants et, naturellement, les élèves qui abandonnent les études.

### ABSTRACT

It is nowadays acknowledged that dropouts of the education system are fewer than those registered a few years ago. Though there are not accurate estimates, the available information suggests that the total of students who annually leave school before finishing the compulsory education is about a few tens of thousands.

This decrease is, however, accompanied by a greater complexity of the dropout factors and contexts. On the one hand, the dropout traditional causes, very much related to an early entry into working life and to situations derived from families' poverty and schools isolation are globally decreasing, though facing significant resistance cores. On the other hand, it can be pointed out the outbreak of new situations of risk, particularly evident in urban and sub-urban areas. So, the phenomenon concerning school dropout seems to stand in a transition phase, rather than at a final stage.

The Study which lies on the basis of this article aims at understanding the concepts and behaviours of several actors, institutional as well as individual, who, in a direct or indirect way, do share contexts and situations of dropout of the education system: Executive Councils and school psychology and guidance services, school leaders, Committees for minors' protection, Employment Centres, national institutions oriented to fighting against child labour and, naturally, the dropouts themselves.



## 1. Introdução

Neste texto confrontam-se dois olhares sobre o abandono escolar precoce. Por um lado, a visão dos agentes institucionais que, de forma directa ou indirecta, lidam com este problema: professores e técnicos das escolas do ensino básico, responsáveis pelos Centros de Emprego, membros das Comissões de Protecção de Menores, directores de organismos ou programas de âmbito nacional com impacto claro neste domínio. Por outro lado, a visão dos próprios protagonistas do abandono escolar precoce, isto é, crianças que, num dado momento e por determinadas razões, deixaram de cumprir a escolaridade obrigatória. Representações, valores e comportamentos são, assim, confrontados, numa rede complexa de regularidades e singularidades de factores explicativos, as primeiras permitindo identificar situações de risco mas também de potencial sucesso, as segundas salientando o modo como contextos circunstanciais e características individuais podem ajudar a romper círculos estruturais de agravamento de exclusão social ou, pelo contrário, contribuir para o reforço de destinos sociais facilmente previsíveis.

O texto encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira parte reconstituem-se os discursos dos agentes institucionais entrevistados a partir de duas questões centrais: representações sociais do abandono escolar precoce (perfil das crianças abandonantes, respectivos contextos de vida e condições de funcionamento do sistema escolar) e formas de combate à saída prematura das escolas (iniciativas, intervenções e sugestões para o futuro). Na segunda parte procede-se à sistematização dos discursos dos actores envolvidos em processos de abandono escolar precoce, procurando descortinar, a partir de relatos de experiências pessoais, quatro aspectos relevantes: as condições de socialização infantil, as causas próximas da saída do sistema escolar, o período pós-abandono e a emergência de trajectos de sucesso profissional apesar do abandono prematuro do ensino.

Num comentário de síntese final, procura-se compreender os resultados obtidos à luz do actual contexto de transformação da sociedade portuguesa, marcado por uma singular articulação entre características pré-modernas que teimam em persistir, valores e estratégias de modernidade ainda em

aprofundamento e perversidades e contradições próprias das sociedades modernas que ganham uma crescente visibilidade e, por isso, não podem deixar de exigir particular atenção<sup>1</sup>.

## 2. Abandono escolar precoce: a visão dos agentes institucionais

A configuração das políticas e das acções de combate ao abandono escolar precoce, bem como as orientações para futuras intervenções, derivam, em larga medida, dos pontos de vista dos agentes institucionais implicados no processo educativo.

É, assim, imprescindível conhecer as representações e as práticas desses agentes, o que se concretizou, neste projecto, através da realização de um conjunto de entrevistas em contextos institucionais e sócio-geográficos diversificados<sup>2</sup>. A informação recolhida por essa via corresponde à visão daqueles que estão no terreno, lidando diariamente com as crianças que abandonaram ou estão em risco de abandonar a escola e que procuram encontrar soluções para situações particularmente problemáticas, bem como a perspectivas menos concretas mas mais globais de âmbito nacional.

Os dados apresentados neste ponto são uma síntese, necessariamente interpretativa, dos conteúdos das várias entrevistas, retendo-se, por um lado, os aspectos mais consensuais e, por outro, as referências que correspondem a visões ou a intervenções inovadoras ou consideradas de carácter estratégico.

### 2.1. Representações sociais do abandono escolar precoce

Os traços mais salientes do discurso sobre o abandono escolar precoce podem agrupar-se em três grandes tópicos: o perfil das crianças, o seu contexto de vida e as condições de funcionamento do sistema escolar.

#### Crianças semelhantes às outras mas com sintomas particulares

Os abandonantes são sobretudo rapazes ("querem ganhar dinheiro!"), mas, nalguns casos, as raparigas são também referidas ("ficam a tomar conta dos irmãos mais pequenos", "vão ajudar os tios que emigraram").

Embora se possa reconhecer que o comportamento e as capacidades da criança influenciam o seu percurso escolar, as crianças que abandonam precocemente a escola não são particularmente diferentes daquelas que se mantêm no sistema escolar.

Têm geralmente entre 13 e 15 anos, mas são também identificados casos de crianças mais novas.

Embora se possa reconhecer que o comportamento e as capacidades da criança influenciam o seu percurso escolar, as crianças que abandonam precocemente a escola não são particularmente diferentes daquelas que se mantêm no sistema escolar. Contudo, apresentam alguns sintomas que, detectados a tempo, permitem accionar mecanismos de prevenção. Os principais sinais de risco podem surgir associados ou isoladamente e podem agrupar-se nas seguintes categorias: (i) sentimento de insegurança (a criança diz ter medo de ir à escola); (ii) insucesso repetido; (iii) desmotivação; (iv) baixa assiduidade (às aulas, não forçosamente à escola); (v) indisciplina.

#### Certos contextos de vida afastam as crianças da escola

São os contextos em que a criança vive que condicionam, em larga medida, a sua presença na escola ou a sua exclusão. Não são apenas os contextos familiares ou sócio-culturais, ainda que estes sejam especialmente condicionadores. A escola assume também um papel decisivo, não podendo ser desresponsabilizada pelas crianças que a deixam de frequentar. Por outro lado, o mercado de trabalho influencia igualmente a maior ou menor permanência no sistema escolar através das solicitações que, directa ou indirectamente, dirige aos jovens (mão-de-obra pouco qualificada e, por isso, barata).

Os retratos das famílias das crianças que abandonam precocemente a escola incluem, com grande frequência, os seguintes traços:

- desestruturação, designadamente pela ausência de um ou de ambos os progenitores ou por comportamentos desviantes como o alcoolismo e a toxicod dependência;
- dimensão elevada associada a pobreza e a baixos níveis de instrução, o que conduz a uma desvalorização do papel da escola no processo educativo e nos mecanismos de acesso à vida activa;

A escola assume também um papel decisivo, não podendo ser desresponsabilizada pelas crianças que a deixam de frequentar. Por outro lado, o mercado de trabalho influencia igualmente a maior ou menor permanência no sistema escolar através das solicitações que, directa ou indirectamente, dirige aos jovens.

- escassas expectativas relativamente às crianças e fracas possibilidades de as acompanhar e de potenciar o seu desenvolvimento;
- utilização abusiva do trabalho das crianças.

Interessa aqui realçar, sobretudo, dois factores de exclusão: a incapacidade para promover o desenvolvimento das crianças e a necessidade de recorrer abusivamente ao seu trabalho. As tarefas domésticas ou familiares são a face mais invisível do trabalho infantil e, por isso, consideradas frequentemente fora desta problemática e inofensivas para o desenvolvimento das crianças. No entanto, a execução de trabalho doméstico, designadamente a guarda de crianças mais novas, é um factor particularmente perturbador do percurso escolar, responsável por muitos casos de insucesso ou mesmo de abandono; são as raparigas as mais penalizadas por este tipo de trabalho infantil.

As minorias étnico-culturais não parecem ser, só por si, um contexto propiciador de abandono escolar precoce, com uma grande excepção - a da comunidade cigana. Na maioria das escolas, foi referido que raramente uma criança de etnia cigana termina a escolaridade obrigatória: os rapazes, porque são chamados para as actividades comerciais; as raparigas, porque os valores culturais da comunidade as impedem de conviver com rapazes após a puberdade.

As solicitações do mercado de trabalho revelam-se também como um factor especialmente adverso à permanência na escola. Contudo, a informação recolhida indicia que o recurso ao trabalho infantil tem recuado significativamente nos últimos anos, mesmo nas áreas onde era mais expressivo, como o Norte Litoral. Parece ser raro as empresas aliciarem jovens em idade escolar para irem trabalhar. Contudo, os pequenos negócios familiares de cariz informal vivem ainda bastante à custa do trabalho das crianças, não só na agricultura, mas também na restauração, no comércio, na construção civil ou em oficinas.

#### A escola também induz exclusão

Se, num primeiro momento, as escolas dificilmente reconhecem a sua responsabilidade no abandono

<sup>1</sup> O abandono escolar precoce tem merecido, na última década, uma atenção crescente por parte da investigação em ciências sociais. No final do artigo, apresenta-se uma sumária bibliografia sobre o tema.

<sup>2</sup> Os quadros territoriais onde se desenvolveram os casos de estudo foram os seguintes: Vale do Ave - Guimarães; Norte Interior - Freixo de Espada à Cinta; Centro Interior - Meda; Grande Lisboa Sul - Moita; Grande Lisboa Norte - Lisboa e Oeiras; Baixo Alentejo - Beja; Algarve - Portimão.

Em cada um desses territórios foram entrevistados os seguintes agentes: escolas do ensino básico (conselhos executivos, gabinetes de psicologia e orientação e directores de turma), a maioria integrada em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; Centros de Emprego; Comissões de Protecção de Menores (nos casos em que não existe Comissão de Protecção de Menores, entrevistou-se o Serviço Local da Segurança Social, em Meda, e a Câmara Municipal, em Freixo de Espada à Cinta). Realizaram-se, ainda, entrevistas adicionais à Directora Adjunta do Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação, à Directora do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil e a técnicos do Instituto de Apoio à Criança (linha SOS Criança e apoio às crianças de rua).



A execução de trabalho doméstico, designadamente a guarda de crianças mais novas, é um factor particularmente perturbador do percurso escolar, responsável por muitos casos de insucesso ou mesmo de abandono; são as raparigas as mais penalizadas por este tipo de trabalho infantil.

escolar precoce, quando lhes é solicitado o balanço das suas práticas educativas emergem rapidamente os principais obstáculos com que se debatem para pôr em prática uma escola realmente inclusiva. Destacamos três aspectos que nos parecem especialmente pertinentes.

O primeiro obstáculo ou factor de risco é a falta de regras de conduta e o défice de exigência: estamos perante um sistema educativo, que abrange tanto a família como a escola, pautado pela desresponsabilização das crianças e pela flexibilidade das normas e, ao mesmo tempo, pelo *empowerment* da infância e da juventude. Estas características do processo educativo justificam que os pais "não consigam mandar os filhos para a escola" ou que os professores ou outros profissionais da educação "não consigam mandar os alunos que se encontram na escola para as salas de aula".

Estas crianças ou jovens respondem simplesmente "não quero", não se confrontando muitas vezes com uma autoridade que modele a sua vontade. É consensual entre os profissionais de educação o défice de autoridade que atravessa os vários pilares do sistema educativo.

Um segundo obstáculo diz respeito aos conteúdos programáticos. Foi invocado, com frequência, o carácter excessivamente teórico e abstracto das matérias, a desarticulação entre as várias disciplinas, bem como a desadequação entre conceitos a transmitir e nível de desenvolvimento médio do grupo etário a que os alunos pertencem.

Também neste ponto existe consenso em torno da ideia de que um ensino tão abstracto (em que a componente "saber fazer" é secundarizada) conduz quase inevitavelmente à exclusão das crianças com maiores dificuldades de aprendizagem ou de concentração, ou simplesmente daquelas que têm menos acompanhamento na família.

O terceiro obstáculo identificado pelas escolas respeita a comunicação entre professores e alunos. A linguagem utilizada pelos docentes não é decodificável por uma larga parcela das crianças ou dos jovens, tornando-se esta situação ainda mais gravosa para os alunos que não falam habitualmente português no meio familiar.

A questão da comunicação deve ser, em nosso entender, particularmente reflectida. As dificuldades

Se, num primeiro momento, as escolas dificilmente reconhecem a sua responsabilidade no abandono escolar precoce, quando lhes é solicitado o balanço das suas práticas educativas emergem rapidamente os principais obstáculos com que se debatem para pôr em prática uma escola realmente inclusiva.

a este nível estão intimamente relacionadas com a massificação do acesso à escola - os diversos grupos sociais (e mais marcadamente as várias comunidades étnico-culturais) têm linguagens e códigos próprios. Tentar impor os códigos dos grupos sociais mais favorecidos, a todos, parece ser uma luta perdida. A definição de uma plataforma de comunicação em que todos se entendam deve ser um desafio prioritário para as escolas.

#### Consequências preocupantes

Segundo as representações sociais dos agentes que entrevistámos, a maioria das crianças que abandonam a escola, sobretudo no caso dos rapazes, fica "em casa sem fazer nada" (considerado útil). Entre-têm-se a ver televisão, vídeo ou apenas com a companhia dos seus pares no ambiente das suas "tribos".

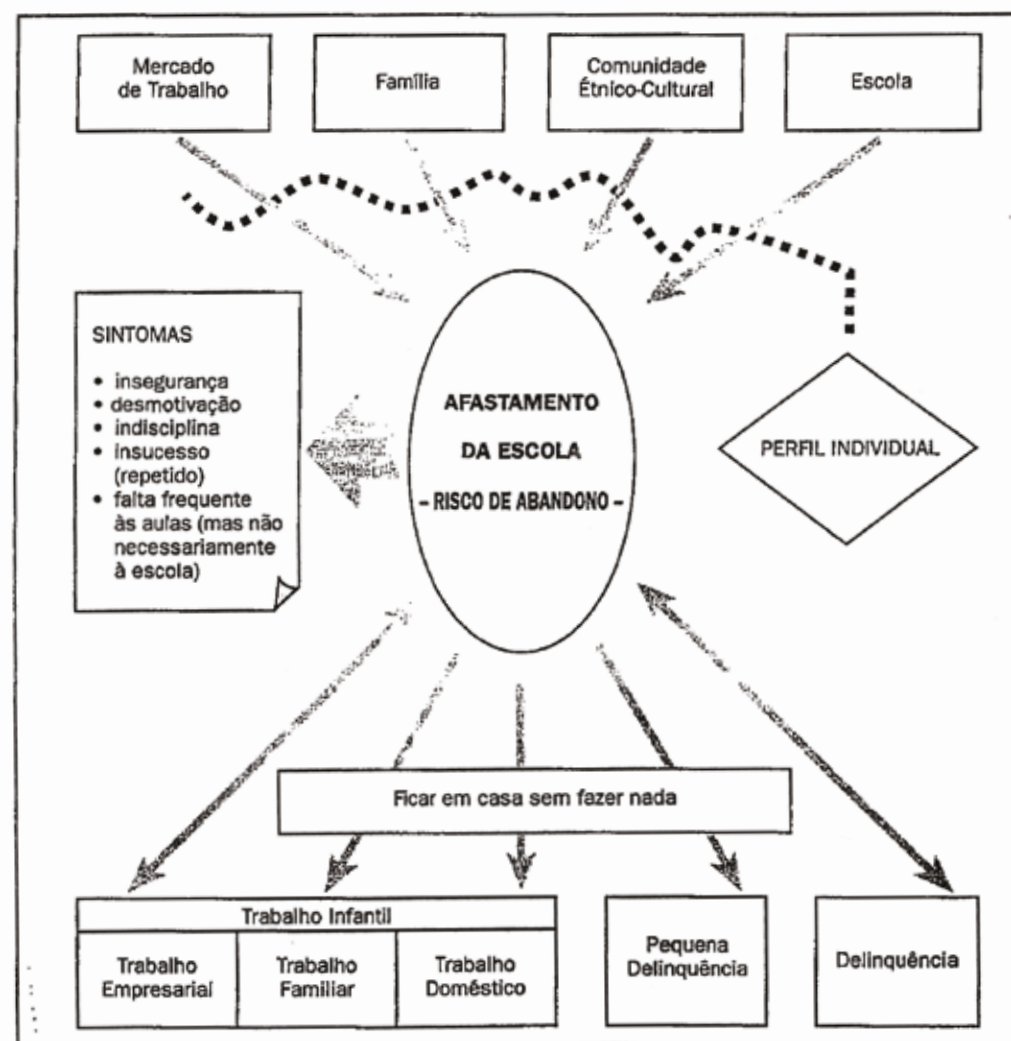
Se, por um lado, o recuo do recurso a trabalho infantil por parte das empresas emerge como um passo muito importante no sentido da valorização da infância e da juventude, por outro, parece ser ainda mais grave sair da escola para "curtir o descanso". Esta situação traduz não só a desmotivação e a ausência de expectativas dessas crianças e jovens, mas também um claro défice de autoridade das famílias e dos outros agentes educativos.

O "ficar em casa sem fazer nada" conduz rapidamente a uma de duas situações: acabar por conseguir uma ocupação precária e entrar num ciclo de emprego-desemprego; ou entrar no campo da pequena delinquência, dos "bandos de rua". Em ambos os casos, mas especialmente no segundo, os comportamentos de pré-delinquência ou desviantes (toxicod dependência, alcoolismo, ...) podem vir a assumir uma expressão significativa.

Deve sublinhar-se, ainda, que a situação de delinquência associada ao abandono escolar precoce surge também com alguma frequência, especialmente o tráfico de droga e a prostituição infantil e juvenil. Nestes casos, não parece ter sido o abandono escolar precoce a dar lugar a essas actividades: é sobretudo a entrada nesse tipo de redes, em que as crianças e jovens funcionam como peões, que conduz rapidamente ao afastamento da escola.

Tentar impor os códigos dos grupos sociais mais favorecidos, a todos, parece ser uma luta perdida. A definição de uma plataforma de comunicação em que todos se entendam deve ser um desafio prioritário para as escolas.

FIGURA 1  
Modelo interpretativo do abandono escolar precoce





Se, por um lado, o recuo do recurso a trabalho infantil por parte das empresas emerge como um passo muito importante no sentido da valorização da infância e da juventude, por outro, parece ser ainda mais grave sair da escola para “curtir o descanso”.

A Figura 1 sintetiza e articula os aspectos anteriormente focados, apontando para um modelo de interpretação do abandono escolar precoce.

## 2.2. O combate ao abandono escolar precoce

### Iniciativas e intervenções

As instituições abrangidas no âmbito dos casos de estudo, tanto as escolas como as outras entidades, têm desenvolvido um conjunto apreciável de *iniciativas* no sentido de combater o abandono escolar precoce.

Uma parte considerável das acções inscreve-se numa óptica defensiva. Este tipo de iniciativas incide sobretudo na comunicação dos casos às entidades com capacidade para actuar (Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores, Tribunais), na sensibilização dos jovens e das famílias e no incremento de estudos ou de recolha de informação sobre o assunto.

Mais interessantes, e certamente mais eficazes, revelam-se as intervenções de feição pró-activa que integram quer acções preventivas quer programas alternativos ao escolar.

No âmbito das acções preventivas, salienta-se o acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, o desenvolvimento de currículos alternativos e os apoios à adaptação (psíquica, linguística, cultural, ...). No campo dos programas alternativos, destaca-se a inclusão em sistemas de formação com equivalência ao ensino obrigatório e a divulgação das oportunidades de formação profissional.

Globalmente, verifica-se que as iniciativas desenvolvidas concretizam as medidas preconizadas e apoiadas pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, não surgindo, ao nível local, exemplos significativos de acções inovadoras no combate ao abandono escolar precoce.

O conjunto de acções recensadas através dos casos de estudo apresenta, em nosso entender, várias vulnerabilidades, entre as quais deve ser sublinhada a escassa procura de métodos pedagógicos alternativos, a debilidade das estratégias de aproximação escola-família, o carácter pontual das iniciativas e a

ausência de acções integradas que permitam conjugar as várias dimensões a considerar na prevenção do abandono escolar ou na integração das crianças ou jovens já excluídos do sistema escolar.

Entre as várias instituições de âmbito nacional que desenvolvem esforços no sentido de garantir que a escola seja um lugar privilegiado no quotidiano das crianças, salienta-se, pelo carácter inovador das acções que desenvolve, o Instituto de Apoio à Criança. Nos últimos dez anos são múltiplos os exemplos de boas práticas neste domínio, sobretudo se tivermos em conta que se dirigem a uma população especialmente problemática – as crianças de rua.

### Sugestões

A maioria das sugestões recolhidas no terreno inscreve-se no âmbito das respostas a dois domínios problema – o insucesso escolar e as debilidades do sistema educativo.

No que diz respeito ao insucesso escolar, deve realçar-se uma opinião relativamente consensual em torno das vantagens da aprendizagem profissionalizante no contexto escolar, ou seja, da possibilidade de existirem percursos escolares diferenciados dentro da escolaridade obrigatória. No âmbito das debilidades do sistema educativo, foram sobretudo enfatizados dois aspectos: (i) a necessidade de assegurar a estabilidade do corpo docente, considerando-se que a actual instabilidade é um factor que concorre largamente para as situações de exclusão, na medida em que impede o aprofundamento necessário da relação pessoal entre professor e aluno; (ii) a urgência em serem integrados técnicos de acção social nos quadros de pessoal das escolas, de forma a garantir uma estreita ligação às famílias e aos contextos de vida das crianças ou jovens em risco de abandono.

Embora tivesse sido identificado pela maioria das escolas como um dos aspectos mais problemáticos, a *relação escola-família* é um tema em que escasseiam as sugestões concretas. Na nossa opinião, as escolas tendem a culpabilizar excessivamente as famílias, atitude que pode comprometer uma intervenção articulada e

Deve ser sublinhada a escassa procura de métodos pedagógicos alternativos, a debilidade das estratégias de aproximação escola-família, o carácter pontual das iniciativas e a ausência de acções integradas que permitam conjugar as várias dimensões a considerar na prevenção do abandono escolar ou na integração das crianças ou jovens já excluídos do sistema escolar.

eficaz no sentido do combate ao abandono escolar precoce.

Neste domínio, a gestora do PEETI - Catalina Pestana – avançou uma sugestão que nos parece especialmente pertinente: a necessidade urgente de modificar a forma de comunicação da escola com as famílias. A insistência na utilização de um discurso académico (p.e. “parâmetros de avaliação”) é um factor evidente de marginalização de um grande número de encarregados de educação, originando uma barreira intransponível entre os dois principais agentes educativos – família e escola.

## 3. Protagonistas: discursos e representações

Numa óptica de *estudo de caso* e partindo de uma *pequena amostra qualitativa*, procurou-se igualmente descrever e interpretar percursos de abandono escolar precoce e inserção no mercado de emprego de homens e mulheres portugueses, pertencentes a grupos etários distintos e inseridos em diferentes contextos sócio-regionais do país, bem como distinguir e discutir a emergência pontual de destinos profissionais de sucesso, mau grau aquela saída precoce do sistema de ensino.

Metodologicamente, realça-se o ponto de vista dos actores envolvidos no processo de abandono. Estará aqui em jogo um olhar que realça a dimensão interna dos comportamentos e que portanto dá visibilidade à dimensão singular das experiências, representações e valores individuais. É uma perspectiva que permite não só ilustrar e caracterizar (em casos concretos e particulares) resultados gerais anteriormente obtidos a um nível macro, mas também sugerir e explorar outras dimensões, até aqui encobertas, de uma mesma realidade.

Tendo em conta os objectivos propostos, realizaram-se 16 entrevistas em profundidade e procedeu-se à análise de conteúdo das suas gravações e transcrições. Quanto à construção da amostra qualitativa privilegiou-se, na selecção de homens e mulheres a entrevistar, o critério da diversidade de situações. Partiu-se de 4 contextos-tipo que reúnem características relevantes e diferenciadas para o fenómeno do abandono:

- jovens com idades entre os 15 e os 19 anos, que muito recentemente desistiram de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), residentes em meio suburbano lisboeta;
- jovens adultos activos na casa dos 20 anos, socializados ou actualmente residentes na Área Metropolitana de Lisboa, que abandonaram a escola antes da conclusão do 9º ano;
- adultos de 30-35 anos, residentes no Vale do Ave, em meio de industrialização difusa, que deixaram o sistema de ensino antes de completarem 6 anos de escolaridade;
- adultos com uma idade entre os 40-45 anos, vivendo em freguesias rurais de Beja, sem a 4ª classe.

Abordam-se, nos pontos seguintes, quatro temas relevantes, que procedem da análise de conteúdo: as condições de terreno que, ao longo da socialização infantil, foram abrindo caminho a processos de abandono precoce do sistema de ensino; os cenários próximos em que efectivamente ocorreu o abandono da escola; o período pós-abandono, o regresso a casa ou a inserção no mercado de emprego; a emergência de trajectos de sucesso profissional, apesar do abandono prematuro do ensino.

### 3.1. Terrenos e condições sociais de risco

O pano de fundo em que ocorrem situações de abandono escolar precoce do sistema de ensino é marcado, sobretudo entre as franjas etárias mais velhas, por alguns traços de homogeneidade. Destacam-se, designadamente: a realidade multidimensional (passada ou presente) da pobreza e da exclusão social; a importância de estratégias familiares que mobilizam, numa rede de trabalho colectiva, dentro e fora de casa, adultos e crianças, homens e mulheres na apertada luta pela sobrevivência. Situada num limiar absolutamente mínimo, esta pode ser posta em causa por acidentes conjunturais da vida familiar, como uma morte, um despedimento, um divórcio.

Os níveis elevados de fecundidade dos casais acentuam a necessidade de utilização e rentabilização



Defrontamo-nos, assim, com experiências e representações de pré-modernidade: a primazia da família como lugar instrumental da sobrevivência; a noção de criança como adulto em miniatura, socializada pelo trabalho. Perante a força desta “evidência”, o ideal moderno da “criança-afecto” ou da “infância escolarizada” surge como uma mera ficção.

O abandono prematuro da escola poderá ter efeitos a vários níveis: marcar uma inserção precária no mercado de emprego, conduzir a um estado dormente de inactividade ou, nos casos das raparigas, precipitar a entrada na maternidade.

Na geração de actuais abandonantes da escola, e muito embora se continue a registar a sua ocupação neste tipo de actividades precárias e desqualificadas, parece ganhar peso um outro objectivo para arranjar um emprego: ganhar dinheiro para si e, com ele, aceder a bens “supérfluos” e serviços de consumo que estão na moda, que de outro modo lhes estariam vedados na modesta economia familiar.

precoce dos braços de trabalho infantil; e a cultura popular da infância, na rua e em campo aberto, dificulta ainda a criação de hábitos ou de expectativas positivas face à disciplina e ao fechamento escolar. Defrontamo-nos, assim, com experiências e representações de pré-modernidade: a primazia da família como lugar instrumental da sobrevivência; a noção de criança como adulto em miniatura, socializada pelo trabalho. Perante a força desta “evidência”, o ideal moderno da “criança-afecto” ou da “infância escolarizada” surge como uma mera ficção.

Se, em termos de condições sociais envolventes, estas são claramente dominantes na amostra, entre os abandonantes mais jovens (os actuais adolescentes) parece emergir um outro quadro-tipo. Pertencentes a meios populares urbanos, mas sobretudo suburbanos, as suas famílias integram já as franjas operárias, a dos independentes por conta própria (como pequenos comerciantes), ou ainda a dos empregados executantes do sector dos serviços. Predominam as profissões manuais e os níveis de escolaridade básicos. A infância destas crianças, ao contrário da das outras, decorreu em contextos onde lhes foram asseguradas condições de habitação, alimentação, saúde e higiene. E se a realidade instrumental do trabalho fora de casa continua a ser um pilar crucial da organização familiar, ela respeita exclusivamente os adultos, os dois membros do casal: é ao pai e à mãe que cabe a responsabilidade de ganhar a vida para os seus. Ao contrário do modelo anterior, em que a criança estava claramente ao serviço da família, surge-nos agora um outro, em que são os pais que estão ao serviço dos filhos.

Por outro lado, a estratégia de fecundidade destas famílias alterou-se radicalmente face às gerações anteriores. Os casais planearam e reduziram drasticamente a descendência e esta limitação significou, para os pais, a possibilidade de assegurar, aos filhos, uma socialização escolar qualificada e, através dela, levar as expectativas de mobilidade social. Se bem que representada ao centro da vida familiar, a “criança-aluna” vai, porém, defrontar-se como o desfasamento entre aquelas elevadas aspirações dos pais e as limitações objectivas da sua condição desfavorecida.

### 3.2. Os cenários do abandono escolar precoce

O momento e a decisão do corte da relação com a escola é interpretado, pelos entrevistados, como resultado de dois tipos de causas “directas”. Na biografia de alguns deles, estas não se excluem obviamente entre si, mas entrelaçam-se num todo complexo; mas podemos distinguir conjuntos diferentes de factores precipitadores da ruptura do laço escolar.

Destacam-se, por um lado, motivos exteriores (ao indivíduo, à escola) que se prendem sobretudo ao contexto familiar envolvente; e, por outro, motivos intrínsecos à relação (problemática) da criança com a escola e com o sistema de ensino. No interior de cada um dos cenários descobre-se, porém, alguma diversidade.

Quanto ao primeiro, encontramos desde logo um perfil onde se destacam algumas famílias claramente mobilizadas numa desesperada luta pela sobrevivência e que se desinteressaram ou liminarmente recusaram a socialização escolar dos seus filhos numerosos. Estes entraram na escola primária mas saem pouco depois, sem sequer terem aprendido rudimentos de escrita ou de cálculo, para integrar a rede de trabalho familiar e “ganhar a vida” no curto prazo. Se este perfil extremo de abandono é residual na actual população escolar portuguesa, o seguinte tem uma expressão bem mais significativa.

Embora considerando o trabalho da criança como um valor estruturante da economia doméstica, a família concede-lhe um tempo (breve, todavia) para adquirir uma formação escolar mínima. Estuda “quanto baste”, o máximo que o grupo pode financeiramente suportar; no entanto, há uma grande aposta e acompanhamento dos pais no desempenho escolar do filho na escola, enquanto esta experiência dura.

A saída precoce da escola é ainda, outras vezes, explicada como “culpa” directa de alguém que se descreve como exemplo de maldade e perversidade. São relatos que sugerem, afinal, os efeitos devastadores de relações de violência ou de conflito entre membros da família, das quais em criança os entrevistados foram vítimas, em contextos de grande desfavor, tanto material como cultural. As figuras da

madrasta (e a situação conjugal de recasamento) ou a do pai alcoólico (e o problema do alcoolismo crónico) assumem um notável relevo em alguns testemunhos. A turbulência emocional que ocorre num divórcio litigioso dos pais raramente deixa de fora a criança e pode marcar, muito negativamente, a sua estabilidade escolar. Por outro lado, com uma incidência tradicional na sociedade portuguesa o alcoolismo é outro factor introdutor de violência nas relações entre pais e filhos – e, portanto, gerador de negligências e abusos infantis com repercussões no percurso escolar da criança.

Outras entrevistas realçam ainda o estrago causado, em matéria de percursos escolares infantis, pelo surgimento de acidentes imprevisíveis (como a morte do pai) num quotidiano familiar já de si muito vulnerável, precipitando a família numa situação limite de aperto e concorrendo para a rápida utilização da criança como braço para o trabalho.

Para além destes cenários, que dão sobretudo visibilidade a dimensões contextuais da vida dos abandonantes, surgem outros que pelo contrário realçam, a jusante, as características da relação de cada indivíduo com a escola. Surge-nos, por um lado, uma herança social, uma história de vida ou uma visão do mundo transportadas por uma criança, em particular; e, do outro, a realidade da escola como instituição de aprendizagem de saberes técnicos e regras sociais. A relação tensa entre estas duas partes implicadas na relação e o confronto entre a vontade da criança-jovem (que quer abandonar a escola) e a dos pais (que se lhe opõem) são traços comuns destes cenários.

Certos entrevistados revelaram uma forte relutância em aceitar o carácter disciplinado, sedentário e fechado da escola e das suas actividades. Socializados numa cultura de rua, de jogo e movimento, de actividade e destreza físicas, de nomadismo e evasão, recusam explicitamente a experiência da escola-prisão. Em seu entender, de resto, a passagem pela escola é um “passatempo” ocioso, uma inútil perda de tempo perante os objectivos prioritários da vida: o trabalho, como instrumento de autonomia e meio de acesso aos bens de consumo dominantes.

Outros testemunhos ilustram uma diferente situação. A acumulação crónica de indicadores de insucesso e, designadamente, de “chumbos” em cadeia pode levar ao corte prematuro da relação com a escola. Ao ultrapassar a barreira dos 16 anos, e sem ter ainda cumprido a escolaridade obrigatória, o aluno é compulsivamente afastado do estabelecimento que frequenta – pressupondo-se a sua inscrição em alguma modalidade de ensino recorrente. Esta não vem, porém, a verificar-se – por desinteresse do próprio, falta de informação ou coordenação entre instituições.

Um terceiro cenário remete-nos para situações em que o entrevistado decide, também contra a opinião da família, abandonar o sistema de ensino – mas porque não quer continuar a confrontar-se com dificuldades de aprendizagem, o estigma do insucesso ou com o sentimento de inadaptação ao grupo de pares.

Entre a camada mais jovem de entrevistados, parece emergir um último cenário precipitador da saída precoce do sistema de ensino. Também aqui a estratégia do jovem contraria a vontade dos pais. Mas ao contrário dos anteriores, e, que nos é descrito um corte e uma fronteira claros, no tempo, entre “estar dentro” e “estar fora” da escola, este apresenta contornos mais fluidos e mais ambíguos, porque se traduz no arrastamento lento, mas não imediatamente consumado, de práticas parciais de abandono. Está-se, ao mesmo tempo, dentro e fora da escola. A relação do aluno com o sistema de ensino deteriora-se a partir de uma progressão assustadora dos níveis de absentismo. Invocando motivos vários (sentimento de insegurança no ambiente escolar, o desinteresse pelas matérias ensinadas, a saturação das rotinas diárias – e não a necessidade de ir trabalhar), começa a faltar às aulas e o ritmo crónico ou excessivo destas ausências (que os pais não raro desconhecem) conduz à repetição de anos escolares ou, mesmo, a uma exclusão daquele estabelecimento de ensino.

O abandono prematuro da escola poderá ter efeitos a vários níveis: marcar uma inserção precária no mercado de emprego, conduzir a um estado dormente de inactividade ou, nos casos das raparigas, precipitar a entrada na maternidade.



Alguns entrevistados, homens e mulheres, apesar de terem abandonado precocemente o sistema de ensino conseguiram integrar-se com sucesso no mercado de emprego. Estes percursos de excepção ficaram a dever-se à conjugação de um conjunto de factores, em que se entrelaçam o mérito e as qualidades individuais, por um lado, e as circunstâncias de contexto, por outro.

#### Abandono escolar: o dia seguinte

A entrada, mais ou menos imediata, da criança-jovem no mercado de empregos precários e desqualificados é o resultado mais frequente do abandono escolar. “Ser posto a trabalhar” (para os pais) é o destino mais comum destes abandonantes. Aliás, alguns já possuíam ocupações profissionais nos “tempos livres da escola” – nas pontas do dia, aos fins-de-semana, durante as férias. Para a família, outro salário vem agora juntar-se ao bolo comum e contribuir para aliviar a despesa.

É de resto a rede familiar ou de vizinhança, próxima ou alargada, que se mobiliza para arranjar trabalho para o jovem, em geral perto de casa. Não há contrato formal entre empregador e empregado (“é só de boca”) e a criança entrega, parcial ou totalmente, aquilo que ganha aos pais.

Os primeiros empregos (e quase sempre os seguintes) em que se ocupa possuem traços em comum: são desqualificados, não havendo qualquer crivo selectivo à entrada; são precários, o que se virá a traduzir, para cada indivíduo, numa intensa e instável mobilidade ocupacional. Destacam-se, entretanto, como sectores de actividade, a agricultura e o trabalho nos campos (para rapazes e raparigas); a construção civil, em pequenas empresas familiares (para rapazes); os serviços pessoais e domésticos, os serviços de restauração e hotelaria (para as raparigas, no que constitui um prolongamento dos seus saberes-fazer domésticos); alguns ramos industriais, intensivos em mão de obra indiferenciada (têxtil da confecção e vestuário).

Na geração de actuais abandonantes da escola, e muito embora se continue a registar a sua ocupação neste tipo de actividades precárias e desqualificadas, parece ganhar peso um outro objectivo para arranjar um emprego: ganhar dinheiro para si e, com ele, aceder a bens “supérfluos” e serviços de consumo que estão na moda, que de outro modo lhes estariam vedados na modesta economia familiar.

A saída precoce do sistema de ensino pode conduzir, por último, à inactividade doméstica – ora vivida a solo, ora no quadro de um namoro ou ainda em

bando (quando é partilhada com o grupo de pares e transborda para a rua e o espaço público). No caso das raparigas, a gravidez na adolescência surge, não raro, associada a estes cenários de desvinculação escolar e profissional.

#### 3.4. Ainda assim, percursos de sucesso profissional

Alguns entrevistados, homens e mulheres, apesar de terem abandonado precocemente o sistema de ensino conseguiram integrar-se com sucesso no mercado de emprego. Estes percursos de excepção ficaram a dever-se à conjugação de um conjunto de factores, em que se entrelaçam o mérito e as qualidades individuais, por um lado, e as circunstâncias de contexto, por outro.

Ao nível do discurso, os entrevistados revelam, desde logo, uma notável capacidade de expressão oral e de distanciamento crítico face à sua própria história biográfica. E, ainda, uma clara ambição perante a vida, um gosto pelo risco e pelo desafio explícito face ao destino herdado. Dizem ter tido, desde crianças, o sonho de “subir na vida” e “ter possibilidades”. A ideia de se tornarem “independentes” no trabalho, ao contrário daquilo a que assistiam na geração dos pais, é outro traço comum aos seus testemunhos. Ao inconformismo perante o quotidiano em que crescem alia-se, também, uma inesgotável perseverança e capacidade de trabalho.

Um apurado sentido de oportunidade permitiu que actualizassem estas aptidões individuais nas circunstâncias que se atravessaram nas suas vidas. Vale a pena referir-se os factores de contexto a que aludem na entrevista.

Envolvendo directamente os entrevistados ou, a montante, a geração dos respectivos pais, o seu destino foi em algum ponto cruzado por movimentos migratórios. Quer dizer que aqueles integram franjas da população portuguesa embaladas em processos de deslocação e de mobilidade no espaço – geográfico e social. Encontramos rastros das migrações internas do campo para a cidade, da emigração para a Europa e, mais recentemente, da imigração africana.

A ideia de escolaridade mínima obrigatória, de generosidade inquestionável, baseia-se ainda numa visão massificante que acolhe com dificuldade a diversidade, individual e social, de valores, códigos e expectativas com que a generalização dos processos formais de aprendizagem inevitavelmente se confronta.

Um casamento pode igualmente encorajar ou consolidar, por seu turno, a mobilidade social. O facto de o parceiro escolhido trazer bens ou recursos para a nova família contribui para reforçar o sentido ascendente do percurso individual.

É importante sublinhar-se, ainda, que a inserção de alguns destes ex-abandonantes no mercado de emprego não se faz num sector qualquer, mas através da aprendizagem de um ofício. Embora dispense o saber escolar, este implica a aquisição e o domínio de saberes práticos, e resulta na produção de bens (cozinheiro, costureira) ou no fornecimento de serviços (taxista dos “emigrantes portugueses”) relativamente raros e socialmente valorizados.

A emergência destes trajectos profissionais de sucesso permite, no caso do abandono escolar, entrever e explorar brechas de oportunidade e de abertura a percursos de mobilidade ascendente, tanto no mercado de emprego como na estrutura da sociedade. Mas a excepção não confirma a regra: produto mais ou menos remoto da desigualdade social (nas suas várias dimensões) o abandono escolar contribui para reproduzir, quase sempre, as desfavoráveis condições de partida.

#### 4. Abandono escolar precoce e transição social: velhos e novos contextos

O abandono escolar precoce em Portugal já não é o que era: diversificou-se, ganhando uma nova natureza sem que, contudo, os traços anteriormente predominantes revelem uma tendência para o seu total desaparecimento a curto prazo.

A articulação tradicional entre saídas prematuras da escola e integração, também prematura, na vida activa, aspecto central em sociedades pré-modernas marcadas pela importância de estratégias de base familiar que recorrem ao trabalho infantil dado que as crianças são vistas como pequenos adultos, tem hoje uma expressão bem menor, mas permanece viva. Ao mesmo tempo, os valores da modernidade ganham terreno nas escolas e nas famílias. A ideia de escolaridade mínima obrigatória, de generosidade inquestionável, baseia-se ainda numa visão massificante que acolhe com dificuldade a diversidade, individual e social, de valores, códigos e expectativas

O abandono escolar precoce constitui, na verdade, o reflexo de transformações profundas que moldam a actual sociedade portuguesa. O combate às saídas prematuras do ensino básico está, por isso, longe do seu termo, apesar do reconfortante decréscimo global do número de casos ocorridos nos últimos anos. Afinal, são os processos de modernização da nossa sociedade que estão em causa.

com que a generalização dos processos formais de aprendizagem inevitavelmente se confronta. Por outro lado, a ideia moderna de criança-afecto levou a que a situação tradicional das crianças ao serviço da família seja acriticamente substituída pela relação oposta, que coloca agora os pais (e educadores?) ao serviço das crianças, com efeitos perversos bem conhecidos em termos de exigência de desempenho escolar, regras de conduta e cultura de responsabilização.

Os casos de abandono escolar “moderno”, em ascensão, pouco têm a ver, por isso, com as situações “pré-modernas” de saída prematura das escolas. Acresce, ainda, que tende a aumentar a diferença entre as oportunidades que as sociedades modernas do pós-guerra garantiam aos grupos escolarizados e as possibilidades, por parte das economias de hoje, de associarem o cumprimento de períodos mais longos de escolaridade obrigatória a trajectórias ascendentes de mobilidade social. Tradicionalmente, uma percentagem excessiva da população portuguesa valorizava de forma insuficiente os processos formais de aprendizagem. Hoje, é a elevação das aspirações dos pais no que se refere à escolarização dos seus filhos que corre o risco de abrir novas frentes de tensão: o não reconhecimento da escola – ou, pelo menos, de uma escola demasiado uniformizadora – por um número significativo de crianças, por um lado; o não reconhecimento dos saberes e das competências escolares básicas por segmentos significativos do mercado de trabalho, pelo outro.

O abandono escolar precoce constitui, na verdade, o reflexo de transformações profundas que moldam a actual sociedade portuguesa. O combate às saídas prematuras do ensino básico está, por isso, longe do seu termo, apesar do reconfortante decréscimo global do número de casos ocorridos nos últimos anos. Afinal, são os processos de modernização da nossa sociedade que estão em causa. O cumprimento da escolaridade obrigatória não pode transformar-se numa medida imposta artificialmente com o objectivo de garantir uma maior igualdade de oportunidades para cidadãos uniformizados. Esse cumprimento constitui, antes, um imperativo de uma sociedade em modernização que se deseja democrática e, por isso, socialmente plural e inclusiva. É este o palco de debate que gostaríamos de ajudar a construir.



## METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

### I - INTRODUÇÃO

As linhas que norteiam a definição de objetivos, estratégias e conteúdos para uma unidade curricular de Metodologias de Investigação em Geografia Humana derivam de quatro considerações sobre o ensino superior e a investigação neste campo do saber:

- Tem existido, em Portugal, um défice significativo nos campos do enquadramento teórico e conceptual e da explicitação dos procedimentos metodológicos, tanto ao nível do ensino como no âmbito da investigação<sup>1</sup>.
- As metodologias de investigação são frequentemente reduzidas à dimensão de técnicas instrumentais (recolha e tratamento de dados), o que significa assumir que os dados falam por si, ou seja, que contêm a sua própria explicação.
- A identidade da Geografia releva sobretudo dos objectos de estudo (espaços, regiões, territórios, lugares, paisagens, ...), sendo difícil, senão mesmo impossível, identificar referências identitárias ao nível das orientações teóricas e metodológicas.
- As dinâmicas que se vêm afirmando nos vários segmentos do mercado de trabalho em que os geógrafos se inserem apontam para um reforço da capacidade de organizar e desenvolver projectos de forma autónoma, o que se deve traduzir, em termos de formação, na aquisição de competências pessoais e científicas que permitam dar esse tipo de resposta.

A organização deste programa reflecte também necessariamente um conjunto de convicções pessoais sobre o modo como deve ser conduzido o ensino da Geografia na Universidade. Na opinião da autora, um curso de Geografia (graduação ou pós-graduação) deve ser um lugar onde se privilegia o gosto pelo saber e o prazer da descoberta através de processos de aprendizagem activos e criativos. Deve abarcar também um leque de questões/problemas que permita aos alunos configurarem a sua própria concepção da Geografia e definirem as linhas de pesquisa que considerarem mais interessantes, na óptica da promoção da autonomia, da inovação e da capacidade de decisão.

A experiência do Seminário (4º ano da licenciatura/variante Ensino da Geografia) que a autora tem leccionado desde 1994 e de unidades curriculares de âmbito metodológico pelas quais foi responsável em vários cursos de mestrado no Departamento de Geografia da FLUL é particularmente decisiva na organização deste programa. Esta prática pedagógica permitiu consolidar um conjunto de pro-

1 - Nas universidades europeias e norte-americanas, a Geografia afirma-se também, com algumas excepções, pela sua dimensão instrumental, subalternizando com bastante frequência as questões teóricas e metodológicas.

#### BIBLIOGRAFIA

BENAVENTE, A.; CAMPICHE, J.; SEABRA, T.; SEBASTIÃO, J.: *Renunciar à escola. O abandono no ensino básico*. Lisboa: Fim de Século, 1994.  
ITURRA, R.: *Fugir à escola para trabalhar a terra. Ensaios de antropologia social sobre o insucesso escolar*. Lisboa: Escher, 1990.  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade. *Inquérito à caracterização social dos agregados familiares com menores em idade escolar (trabalho infantil)*. Lisboa: MTS/DETEFP. 1998 (fotoc.)  
PINTO, G. ALVES.: *O trabalho das crianças. De pequenino é que se torce o pepino (e o destino)*. Oeiras: Celta Editora. 1998.  
PINTO, M.; SARMENTO, M.: (coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, 1997.

SARMENTO, M. J.: "As crianças, o trabalho, a economia e o desenvolvimento social" in M. Pinto e M. Sarmento (coord.). *Saberes sobre as crianças. Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998)*. Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 141-155.  
STOER, S. R.; ARAÚJO, H. COSTA.: *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia*. Lisboa: Escher, 1992.  
ZÃO, M. E.; SEABRA, T.: "As crianças na escola: presença, resultados e representações" in M. Pinto e M. Sarmento (coord.) *Saberes sobre as crianças. Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998)*. Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 25-51.

\*Este texto constitui um resumo de algumas das ideias-chave do Estudo "Saída Prematura do Sistema Educativo: Aspectos da Situação, Causas e Perspectivas em termos de Emprego e Formação", realizado para o Observatório do Emprego/Instituto de Emprego e Formação Profissional.

cedimentos que se consideram fundamentais para a concepção, organização e desenvolvimento de um projecto de investigação em Geografia Humana. O acompanhamento e a discussão dos projectos concretizados pelos alunos, incidentes especialmente na descodificação e interpretação de lugares (jardins, espaços comerciais, aeroportos, cemitérios, estádios desportivos, largos, ruas, bairros, aldeias, ...) desencadearam uma intensa reflexão pessoal sobre o significado dos bons e dos maus resultados obtidos, sobre a articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas, bem como sobre a importância das orientações teóricas e dos conhecimentos metodológicos no ensino superior da Geografia.

Antes de fechar a Introdução, passo o discurso à primeira pessoa do singular para deixar aqui um conjunto de agradecimentos: ao Fernando João Moreira, porque foi com ele que organizei e desenvolvi o primeiro programa sobre teoria e metodologia da Geografia para o Seminário de Investigação em Geografia (1994/5), mas principalmente pela forma imaginativa como me tem ensinado a pensar a Geografia nas frequentes discussões que mantemos há muitos anos; ao João Ferrão, porque, apesar de todas as leituras, é com quem tenho aprendido mais sobre Geografia; ao Jorge Malheiros, ao Hercúlio Cachinho, ao Mário Vale e ao Sérgio Claudino pelas sugestões para a organização deste programa e pelas muitas horas de conversa sobre estes assuntos; às Anas Margaridas, Macedo e Nunes de Almeida, pela solidariedade e pela disponibilidade constantes, mas também porque são exemplos, em domínios diferentes, do que entendo deverem ser traços fundamentais da investigação: o rigor e a persistência; à Teresa Barata Salgueiro e ao Carlos Alberto Medeiros, pelo seu apoio e pela solicitude com que responderam às inúmeras dúvidas que me surgiram na persecução desta tarefa.

## II – QUESTÕES METODOLÓGICAS NOS CURRÍCULOS DE GEOGRAFIA

A pouca atenção dispensada no(s) curso(s) de Geografia da FLUL às questões teóricas e metodológicas reflecte-se com nitidez nas suas diversas composições curriculares<sup>2</sup>.

Até 1974, podem identificar-se três períodos:

- A reforma de 1911 limita este domínio de aprendizagem à cartografia.
- Em 1930, o currículo passa a contemplar a Matemática, a Geografia Matemática (ambas relacionadas com o estudo da Cosmografia, entendido, na altura, como uma dimensão da Geografia) e a História da Geografia (eventualmente por se atravessar um período de confronto aberto entre deterministas e possibilistas).
- Em 1957, as matemáticas são retiradas, mantendo-se a cartografia (desenho topográfico) e introduzindo-se a Geografia Aplicada que visava ligar a Geografia ao Planeamento, orientação apoiada, sobretudo, na experiência francesa.

2 - A informação que se apresenta a seguir foi obtida nos textos legais (decretos publicados nos Diários do Governo, 11/05/1911, 14/07/1918, 17/11/1926, 25/02/1930, 30/10/1957), no Livro Guia do Curso de Geografia organizado por Ilídio do Amaral em 1973 (editado pelo Centro de Estudos Geográficos), na comunicação “A organização do curso de Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa depois de 25 de Abril de 1974”, apresentada por Carlos Alberto Medeiros e Jorge Gaspar no II Colóquio Ibérico de Geografia em 1980 e nos planos de estudos e programas das disciplinas depositados no Departamento de Geografia.

Desde 1974, registam-se diversas tentativas no sentido de incluir o domínio teórico e metodológico nos currículos da licenciatura em Geografia:

- Em 1975, por decisão conjunta de alunos e professores, forma de regulação típica de um período revolucionário, é introduzida a disciplina de Introdução à Geografia que se propunha apresentar as diversas concepções e as várias perspectivas da Geografia (de facto, acabou por se concretizar na exposição dos diversos conteúdos temáticos da Geografia efectuada por 12 docentes ao longo de um semestre).
- Em 1976, também por decisão interna, a Introdução à Geografia divide-se em Introdução às Ciências do Ambiente e Introdução às Técnicas das Ciências Sociais.

Esta segunda disciplina revela, pela primeira vez de modo formal, as preocupações de carácter epistemológico, incluindo não só técnicas instrumentais, quantitativas e qualitativas, mas também questões de enquadramento teórico.

- A partir de 1978, primeira reforma legal a seguir ao 25 de Abril, a estatística e a cartografia monopolizam, em larga medida, a componente metodológica do curso.
- Para além dessas duas matérias que têm configurado várias disciplinas, deve salientar-se, como marco de referência de uma concepção mais abrangente da metodologia, a disciplina optativa de História e Teoria da Geografia que funcionou, com algumas interrupções, entre 1979 e 1995, visando, sobretudo, contextualizar a evolução da Geografia na dupla óptica dos paradigmas que se tem vindo a adoptar e do quadro sócio-cultural em que as suas respostas se inserem.
- Deve também ser referenciada a emergência da disciplina de Análise Regional e Urbana em 1986/87, que corresponde, numa linha de continuidade com a análise estatística, à autonomização do domínio da modelização.
- Em 1988, é aprovado o actual plano curricular registando-se um reforço significativo da componente metodológica, mas ligada, uma vez mais, sobretudo, ao desenvolvimento de técnicas instrumentais; as únicas excepções a este modo de encarar a dimensão metodológica do curso dizem respeito a um bloco reduzido de aulas na disciplina de Métodos e Técnicas da Geografia e à disciplina de Epistemologia da Geografia, obrigatória apenas na variante de Ensino da Geografia.

Como concepção dominante dos cursos de Geografia da FLUL, tem prevalecido uma perspectiva em que a metodologia é encarada de forma restrita e instrumental, associada às técnicas que permitem resolver problemas empíricos. Trata-se de uma perspectiva que associa os métodos aos dados e em que estes determinam os procedimentos a seguir, ao nível da recolha e do tratamento da informação.

A informação apresentada no quadro da página seguinte<sup>3</sup> revela que, nalguns cursos de Geografia que podem ser considerados referências ao nível internacional, a importância atribuída às disciplinas metodológicas é muito significativa e que essa aprendizagem é entendida de uma forma abrangente, aliando o quadro teórico e conceptual aos métodos instrumentais.

3 - As Universidades que surgem no quadro foram seleccionadas por duas razões: a primeira, poderem ser consideradas escolas de referência ao nível do ensino da Geografia e a segunda, de carácter mais operativo, liga-se com a disponibilidade de dados na Internet.

Disciplinas de carácter metodológico nas licenciaturas de geografia de algumas escolas de referência (2001)

UNIVERSIDADE	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	DISCIPLINAS DE OPÇÃO
UNIVERSITY OF OXFORD (RU)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Geographical Techniques (1º ano);</li><li>• Ideas in Geography (1º ano);</li><li>• The Philosophy, Nature &amp; Practice of Geography (2º ano).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Historical geographical materialism</li><li>• Historical geography (1 e 2)</li><li>• Mathematical geography;</li><li>• Ideas about the Earth's Surface.</li></ul>
TRINITY COLLEGE – DUBLIN (IRLANDA)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Introduction to Geography (1º ano);</li><li>• Practical Geography (Cartography and Statistics) (1º ano);</li><li>• Statistical Methods (1º ano);</li><li>• An Introduction to Research (2º ano);</li><li>• History and Philosophy of Geography (3º ano).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Statistical Applications (2º ano);</li><li>• Land Surveying Techniques (2º ano);</li><li>• Geographical Information Systems (2º/3º anos);</li><li>• Applied GIS (3º ano).</li></ul>
BERKELEY – UNIVERSITY OF CALIFORNIA (USA)		<ul style="list-style-type: none"><li>• History of Environmental Thought;</li><li>• History of Geographical Thought;</li><li>• Field Methods for Physical Geography;</li><li>• Cartographic Representation;</li><li>• Topographic Map Analysis;</li><li>• Building the Digital Earth;</li><li>• Advanced Cartographic Methods;</li><li>• GIS.</li></ul>
UNIVERSITÉ DE LAVAL (CANADÁ)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Méthodes d'analyse spatiale;</li><li>• Pensée Géographique contemporaine;</li><li>• Cartographie assistée par ordinateur;</li><li>• Initiation de photo interprétation;</li><li>• SIG;</li><li>• SS – Science de l'information géographique I;</li><li>• Analyse de photographies aériennes;</li><li>• L'information géographique I et II;</li><li>• Pratique professionnelle de la Géographie.</li></ul>	
UNIVERSITAT AUTÒNOMA DE BARCELONA (ESPANHA)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cartografia I fotointerpretació;</li><li>• Anàlisi espacial i models;</li><li>• Teoria i mètodes de la geografia;</li><li>• SIG I;</li><li>• Tècniques en geografia;</li><li>• Anàlisi qualitativa en geografia;</li><li>• Geografia humana aplicada.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Epistemologia i metodologia de la geografia;</li><li>• Metodologia i tècniques professionals en geografia.</li></ul>
UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID (ESPANHA)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Técnicas Cuantitativas en Geografía (1º ano);</li><li>• Cartografía general y temática (1º ano);</li><li>• Fotointerpretación (1º ano);</li><li>• Análisis geográfico regional (1º ano);</li><li>• SIG (3º ano);</li><li>• Métodos y Técnicas Cualitativas (3º ano);</li><li>• Teoría e instrumentos de O.T. (3º ano);</li><li>• Met. Integrada de Ordenación del Territorio (4º ano);</li><li>• Teoría y Métodos de la Geografía I y II (4º ano).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Técnicas cartográficas en G. Física;</li><li>• Fotointerpretación y Teledetección en G. Física;</li><li>• Interpretac. de imágenes aéreas en G. Humana;</li><li>• Técnicas Cuantitativas II;</li><li>• Técnicas Cualitativas II e III;</li><li>• SIG II;</li><li>• Teledetección;</li><li>• La Geografía Española: Evolución y situación actual.</li></ul>
UNIVERSITAT DE BARCELONA – DEPT. GEOGRAFIA HUMANA (ESPANHA)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cartografia General e Temática;</li><li>• Fotointerpretació e imatges de satèlit;</li><li>• Geografia: Teoria i Mètodes;</li><li>• SIG I e II;</li><li>• Tècniques d' anàlisi qualitativa;</li><li>• Tècniques informàtiques aplicades a la Geografia</li></ul>	

FONTE: SITES INTERNET DAS RESPECTIVAS UNIVERSIDADES

III – OBJECTIVOS, ESTRATÉGIAS E ORIENTAÇÕES DA DISCIPLINA

Os conteúdos programáticos, apresentados no ponto seguinte, concretizam um conjunto de objectivos, gerais e específicos, e permitem desenvolver algumas estratégias pedagógicas que se consideram pertinentes no âmbito da disciplina de Metodologia de Investigação em Geografia Humana.

Como objectivos gerais da disciplina, salientam-se os seguintes:

- Reflectir sobre as especificidades e as finalidades do conhecimento científico e sobre o papel da ciência, e da Geografia em particular, na sociedade.
- Perceber a relação entre os diversos discursos da geografia e das condições em que se desenvolve a produção de conhecimento geográfico.
- Discutir a identidade da Geografia e procurar as suas principais referências.
- Compreender que os resultados obtidos numa pesquisa dependem do quadro teórico e dos procedimentos metodológicos, ou seja, que os dados não falam por si.

Tendo presente que a disciplina de Metodologia de Investigação em Geografia Humana se deve situar na última etapa da licenciatura e atendendo aos conteúdos das disciplinas obrigatórias de cariz metodológico que a precedem, admite-se prestar uma atenção mais reduzida às técnicas de análise quantitativa de dados e à cartografia.

Assim, no campo dos objectivos específicos, pretende-se desenvolver as seguintes competências:

- Saber escolher um domínio e um objecto de investigação, tendo em atenção a pertinência do assunto no domínio da Geografia, o interesse pessoal, a exequibilidade do assunto e o seu contributo social.
- Organizar um projecto de investigação, partindo dos seguintes princípios: (i) as boas respostas correspondem necessariamente a questões bem formuladas,(ii) não existem conclusões ou teses sem hipóteses, (iii) a validade das conclusões resulta da adequação e do rigor da recolha e do tratamento dos dados.
- Identificar os dados necessários para o desenvolvimento das hipóteses e para a concretização do estudo – os dados necessários para responder às questões chave da investigação.
- Garantir a adequação dos métodos de recolha de dados, ou seja, saber quando e como utilizar os diversos procedimentos.
- Garantir a adequação dos métodos de tratamento da informação, ou seja, saber como analisar, sintetizar e apresentar os dados.

Os objectivos enunciados estão ancorados em estratégias pedagógicas que visam reforçar as competências científicas e técnicas dos alunos promovendo o espírito reflexivo, a atitude crítica através do debate de ideias e concepções, os procedimentos autónomos e a capacidade de decisão e o desenvolvimento de argumentação fundamentada.



Em função dos objectivos enunciados, considera-se que a disciplina de Metodologia de Investigação em Geografia Humana deve situar-se no último ano da graduação em Geografia, ligada à concepção e desenvolvimento de um projecto de investigação.

Neste quadro, não faz sentido a distinção entre aulas teóricas e práticas, privilegiando-se uma relação pedagógica interactiva baseada na reflexão e discussão dos diversos assuntos, na identificação de pontos consensuais e de pontos de discordância e nos processos de operacionalização dos instrumentos teóricos e metodológicos.

Nesse cenário concreto de inserção da disciplina de Metodologia de Investigação em Geografia Humana, deve sublinhar-se a necessidade de uma articulação estreita com as disciplinas de âmbito metodológico dos semestres iniciais da licenciatura.

Atendendo aos conteúdos programáticos dessas disciplinas, a Metodologia de Investigação em Geografia Humana deve privilegiar a realização de balanços críticos, especialmente no campo da análise estatística, da expressão gráfica e da cartografia.

A orientação seguida na definição dos conteúdos deste programa baseia-se no entendimento da metodologia como uma ponte que liga o quadro teórico e conceptual aos resultados empíricos, como um processo multi-etápico que vai desde a construção dos princípios orientadores da pesquisa até à recolha e tratamento dos dados. É interessante lembrar aqui que o termo *metodos* significava, em grego, o caminho para a meta.

Pelas razões anteriormente apresentadas, os itens enunciados e desenvolvidos nos capítulos seguintes não correspondem à intenção de contemplar exhaustivamente todos os assuntos que possam ser considerados no campo da metodologia de investigação em Geografia Humana; nem se pretende, sequer, apresentar o “estado da arte”.

Os conteúdos programáticos aqui contemplados correspondem a um conjunto de aspectos que se consideram essenciais para o desenvolvimento coerente e rigoroso de um projecto de investigação. Isto significa que, por um lado, permitem construir um travejamento seguro e original para a concretização de uma pesquisa e, por outro, obrigam a reflectir sobre os procedimentos a adoptar e sobre os resultados obtidos.

## CALOIRO DA UL: UM ANO DEPOIS

ANA NUNES DE ALMEIDA

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ

MARIA MANUEL VIEIRA

NATÁLIA ALVES

COLABORAÇÃO: VALENTINA OLIVEIRA

### APRESENTAÇÃO

Que é feito, um ano depois, dos caloiros admitidos na Universidade de Lisboa (UL) no ano lectivo de 2008/2009?

O Relatório que agora apresentamos procura responder a esta questão. Baseado nos resultados de um inquérito online, nele se reconstituem alguns percursos-tipo vividos pelos estudantes ao longo do 1º ano de estadia na universidade. A maioria mantém-se no mesmo lugar de chegada; outros abandonaram o lugar de entrada, mudando de curso dentro da UL ou mudando de instituição; alguns abandonaram (temporariamente?) o ensino superior.

A percursos de imobilidade juntam-se, portanto, percursos de mobilidade, associados a certas unidades orgânicas (UO) e franjas de estudantes, explicados (do seu ponto de vista) por razões que também descrevemos. Só muito apressadamente podemos considerar que estas diferenças marcam percursos de sucesso ou de insucesso escolares: a realidade é muito mais complexa e não cabe numa visão dicotómica. Para além do mapa de roteiros à entrada, reúnem-se neste Relatório representações dos caloiros acerca do ensino superior e da UL, e mostra-se como avaliam (positiva ou negativamente) um amplo leque de dimensões (estritamente académicas ou outras) do seu primeiro ano na universidade de Lisboa. De forma sucinta, os dados são apresentados numa dupla perspectiva: ora se toma a UL como um todo, ora a unidade de referência é constituída pelas diferentes UO.

O instrumento de recolha de informação foi um inquérito online, enviado em 11 de Novembro de 2009 para os emails dos caloiros de 1º ciclo matriculados em 2008/2009. Seguiram-se-lhe duas outras calls, a 17 e 26 de Novembro. Talvez por se tratar de um instrumento tecnológico muito familiar à cultura juvenil, registou-se um notável grau de adesão: 1253 respostas num universo de 3894 indivíduos (32%). Do ponto de vista metodológico, vale a pena sublinhar o impacto da 3ª call, escrita numa linguagem claramente mais personalizada e insistindo na necessidade de se aumentar a taxa de resposta, de modo a que os resultados fossem representativos do universo inquirido e divulgáveis. Para além da

sua apreciável dimensão, a amostra obtida replica (do ponto de vista da pertença dos alunos às diferentes UO) a distribuição recenseada, através da Ficha Azul<sup>1</sup>, um ano antes.

Propomos, nos pontos seguintes, uma leitura guiada dos resultados, focando aspectos que nos parecem relevantes tanto do ponto de vista da caracterização do público escolar da UL, como da discussão mais vasta sobre sucesso-insucesso escolares no ensino superior português.

### PERCURSOS: FICAR, MUDAR, ABANDONAR

A esmagadora maioria dos respondentes (84%) continua a frequentar o curso em que se matriculou no ano anterior. A fidelização é máxima na FM, seguindo-se-lhe as FPCE, FBA e FD. Entre os que mudaram de curso sobressaem a RUL (com o curso de Ciências da Saúde), a FMD e, a maior distância, a FF, FL e FC. Dos 43 caloiros que abandonaram o ensino superior, 20 eram da FL e 16 da FD.

Entre os que continuam a frequentar o mesmo curso, é curioso notar-se que a perspectiva de uma entrada definitiva e sem retorno num lugar do sistema de ensino superior não é universal. Se é certo que a perto de 60% nunca lhe ocorreu mudar de curso (e esse valor ultrapassa os 70% nas FM e FPCE), 31% chegou a pensar fazê-lo e 11% encararam mesmo seriamente a hipótese de alterar o seu percurso. Por quê? São referidos argumentos que se prendem ora com questões de motivação, de desacerto entre colocação e vocação (aludindo a constrangimentos impostos pelo sistema de acesso ao ensino superior), ora com motivos imputáveis às características internas do curso frequentado ou da UO (descontentamento com aspectos pedagógicos, a exigência do curso, o plano de estudos, o clima e a cultura institucional). Apesar desta insatisfação, estes alunos não mudaram, porque se adaptaram/conformaram (“já estava integrada na rotina e cadeiras do curso”), porque não conseguiram fazê-lo (“na repetição dos exames nacionais, não obtive novamente classificações suficientes”), por não quererem arriscar (“incerteza que a outra escolha fosse realmente a melhor”), pelas saídas profissionais em perspectiva (“vi com mais atenção as saídas profissionais do curso e pareceram-me interessantes”).

Uma outra franja de estudantes mudou de lugar: para outro curso ou faculdade da UL (43%); para outra universidade e outro curso (38%); para o ensino politécnico (14%). Ou seja, a maioria (57%) dos que muda, abandona a UL. Mas permanece em estabelecimentos do ensino superior público ou privado da região de Lisboa (destacando-se a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa). Ainda que com um peso residual (9/58), vale a pena notar a expressão dos que começam a encarar os estudos no estrangeiro como uma alternativa – aliás em maior número do que aqueles que procuram, em Portugal, o ensino privado.

Assinale-se ainda que o curso de Medicina constitui aquele para onde convergem mais alunos que mudaram, sendo particularmente notório no caso dos que vão estudar para universidade estrangeira.

Por que mudaram de curso? Entre as razões que se invocam surgem claramente destacadas as que

<sup>1</sup> A Ficha azul é um inquérito de caracterização escolar socio-demográfico realizado a todos os alunos inscritos pela 1ª vez no 1º ano num curso da UL.

se prendem com a vocação (50%, “não era o curso que pretendia”), a motivação (31%, “falta de interesse”) e, a maior distância, as referentes ao clima e cultura do curso (16%, “o ambiente era péssimo, tanto dos alunos como dos professores”), as saídas profissionais (11%, “poucas saídas profissionais”), o descontentamento com a estrutura do plano de estudos ou a organização interna da faculdade (11%, “o curso não estava bem consolidado”).

Quanto ao momento em que se muda de curso, cerca de 2/3 dos inquiridos fazem-no no 2º semestre, 28% no 1º semestre e 10% não chega sequer a frequentar o curso (portanto inscreve-se na UL para garantir administrativamente um lugar seguro, enquanto procura descobrir ou seguir outro rumo). Essa decisão é, muitas vezes, solitária: embora 52% se aconselhe com o seu círculo familiar e de amigos/colegas mais próximo, 48% declara ter tomado a decisão sozinho. É um resultado que evidencia, por um lado, o apagamento ou a inoperância das estruturas formais de apoio existentes nas diferentes UO (gabinetes, serviços ou corpos profissionais). E que revela, por outro, uma situação muito problemática justamente para os alunos cujo círculo familiar mais próximo não está familiarizado com a cultura ou a lógica universitárias nem possui o reportório descodificado dos meandros do sistema de ensino superior português que possam orientar novas escolhas. Por último, vale a pena referir que todos os que mudaram estão satisfeitos com a decisão.

Poderemos então, reportando-nos a estes casos, falar de insucesso escolar? Constatamos, primeiro, a desadequação entre a lógica administrativa, institucional que contabiliza estes casos de mudança como casos de “insucesso”, incapaz de captar uma característica interessante do sistema que é a da mobilidade inter-cursos ou inter-instituições. Notamos, depois, como esta revela os sinais de uma condição juvenil com contornos bem diferentes dos de há umas décadas atrás. Os estudantes que mudam de curso fazem-no, sobretudo, por motivos intrínsecos, porque estão em busca da vocação “autêntica”, da “revelação de si”.

Do total de 1253 respondentes ao inquérito, 43 estão fora do sistema de ensino superior um ano após terem ingressado na UL. Ao contrário do grupo anterior, os motivos apontados para tal mudança referem constrangimentos que lhes são extrínsecos e instrumentais, que remetem para condições concretas de vida: impossibilidade de conciliar os estudos com o trabalho ou a vida familiar (“horários incompatíveis com o horário de trabalho”), dificuldades financeiras (“trabalhadora estudante e com casa própria para pagar”, “custos inerentes: transporte/propinas/material didático”). O reforço da acção social escolar, eventualmente ainda mais determinante num contexto de crise económica, revela-se de uma notável importância não só para manter no sistema os estudantes mais carenciados, como para não se verificar uma retracção na sua procura por motivos financeiros. Por outro lado, a necessidade de adaptar os horários e os modelos de ciclos de estudos a outros públicos (por ex.: franjas de estudantes com actividade profissional e responsabilidades familiares) torna-se premente. Proporcionar serviços profissionais de apoio vocacional e mesmo tutorial ao estudante de 1º ano deve constituir uma outra prioridade: 22 estudantes tomaram a decisão sozinhos e a esmagadora maioria aconselhou-se com pais, amigos, colegas de faculdade.

Relativamente à situação pós-abandono, 15 do total de 43 respondentes nesta situação consideram que presentemente não possuem disponibilidade de tempo nem capacidade financeira para estarem no ensino superior; 13 prepararam uma nova candidatura; 11 ingressaram no mercado de trabalho e 3 frequentam um curso não superior. Para a maioria, esse abandono é temporário: 34/37 pensam voltar a candidatar-se ao ensino superior.

### O 1º ANO NA FACULDADE: BALANÇO

Dos alunos matriculados na UL, há  $\frac{1}{4}$  que admite, no inquérito, ter duvidado se ia concluir o curso em que entrou e 4% afirma ter sabido mesmo que não o ia concluir. Se nos lembrarmos que quase 40% pensou alguma vez em mudar de curso, estes dados vêm reforçar a tese segundo a qual a entrada em cada novo ciclo de estudos é sempre um tempo de exploração de hipóteses em função de percursos reversíveis, de reajustes no “ofício de aluno”, em que é exigida ao recém-chegado a descodificação das novas exigências escolares (traduzidas em diferentes formas de trabalhar, estudar, ser avaliado) e onde, portanto, o risco de insucesso é potencialmente maior. A implementação activa de um sistema de tutorias de proximidade, que facilitem este esforço de adaptação e reduzam a margem de hesitação ou dúvida constitui uma linha de intervenção decisiva.

Interrogados sobre resultados de avaliação, 42% dos inquiridos afirma ter sido aprovado em todas as UC. Os valores de sucesso são máximos (70% ou mais) na FM ou na FBA, muito elevados na FMD ou FF – no que parece ser uma continuidade evidente com as suas excelentes ou muito boas notas de candidatura. Mas também na FPCE, que recebe estudantes do secundário com trajetórias escolares menos qualificadas, esses valores se situam acima da média da UL.

Quanto à situação perante o emprego, 72% dos caloiros foram estudantes em exclusividade, mas 28% tiveram alguma actividade profissional: 10% a tempo integral, 10% realizou biscates ou trabalhos temporários e 7% teve um trabalho a tempo parcial. São os pais, na esmagadora maioria dos casos, quem financia os estudos (sendo que  $\frac{1}{4}$  dos estudantes declara ter recebido uma bolsa de estudo), resultado que confirma as conclusões de outros estudos realizados quer sobre a UL, quer sobre os estudantes portugueses no seu conjunto (e em comparação com os seus colegas europeus). O reduzido acesso a formas consistentes e regulares de apoio estatal aos estudos superiores estará certamente associado a certos percursos de abandono do sistema.

Por que se frequenta o ensino superior? Esta era outra das perguntas feitas no inquérito.

Os motivos mais escolhidos (40% ou mais) são a “realização de uma ambição/um sonho” (particularmente evidente na FBA, FM e RUL, que recrutam uma elite escolar), o “interesse científico pela área de estudos” (valores máximos na FMD e FF), a “realização profissional” (que sobressai entre os alunos da FM, FMD). Motivos como o “acesso a um bom emprego” (importantes nos caloiros da FC, FF e FPCE), a “realização como pessoa” (FM, FMD, FPCE, FBA), a “sequência lógica do percurso escolar anterior” (RUL, FBA, FMD) têm um peso de cerca de 30% na amostra. Com valores mais distanciados

surgem razões como o “acesso a uma profissão bem remunerada” (FC, FD, FF) ou “prestigiada” (FD, FF), ser “autónomo e independente” (FBA, FM, FMD).

E por que se optou pela UL? Destacam-se dois motivos: “é uma universidade com prestígio” (48% de respostas em média, valor máximo na FD – 76% - seguida à distância pela FM e pela FF); “era a que oferecia o curso que queria frequentar” (46%, valor máximo na FBA – 68%). Escolhidos por uma percentagem de caloiros que oscila entre os 19 e os 28% surgem depois motivos instrumentais (acessibilidades, proximidade de casa), táticos (“a média estava ao meu alcance”) ou académicos (“é uma universidade com bons professores”). Um vasto leque de outras razões tem um peso residual, nomeadamente aquelas que se associam às sociabilidades juvenis. Entretanto, não se escolheu a UL para “ficar perto dos amigos”, o que indicia estar-se já perante projectos vocacionais relativamente autónomos face ao grupo de pares.

### REPRESENTAÇÕES SOBRE A UL: OS SINAIS DE (IN)SATISFAÇÃO

Os estudantes revelam uma abordagem cuidada das questões relacionadas com as representações, pontuando de forma distinta as diferentes dimensões de vida académica propostas para avaliação. Tomando as diferentes UO como referência, são muito reveladoras as configurações diferenciadas que as representações assumem no interior de cada uma delas. Em traços largos podemos afirmar que existe um clima de satisfação generalizada na UL. Contudo, não se deve descurar uma leitura detalhada dos resultados obtidos em cada um dos 22 indicadores escolhidos.

A presença de respostas referentes ao topo da escala, “muito satisfeito”, é indiscutível em dois itens: a qualidade científica dos professores (máxima nas FM, FF e FD), o ambiente entre colegas (máxima na FF, FM e FC). A estes dois itens, um de natureza académica e o outro relativo às sociabilidades juvenis, juntam-se, com uma média acima de 3 (numa escala até 4), a assiduidade e a pontualidade dos professores (com excepção da FBA, onde o seu valor é 2.76), a disponibilidade dos docentes para esclarecer dúvidas em atendimento (porém, com valores abaixo do 3 na FM e na FMD), o acesso a livros e materiais de estudo (porém, com valores mínimos nas FMD, FBA e FD).

O “satisfeito” sobressai em todas as outras respostas, com excepção da pergunta sobre o custo financeiro do ensino e frequência da universidade (40% “pouco satisfeitos”, 33% “nada satisfeitos”).

Os “pouco satisfeitos” atingem valores acima dos 40% em itens como a organização interna da faculdade, o custo financeiro do ensino e da frequência da universidade (média mais baixa, 1.97), o tempo disponível para estudar fora de aulas, a prestação de serviços administrativos, a capacidade de os professores motivarem os alunos.

Genericamente, há que reter o contraste entre a elevada satisfação com a qualidade científica dos professores face à sua qualidade pedagógica, menos satisfatória. Esta insatisfação é máxima na FBA, FMD, FM, FL e FD, situando-se no pólo oposto a FPCE (a única que se distingue com média positiva). Contraste, também, entre a qualidade científica dos docentes e a sua capacidade para motivar os alunos (com uma média inferior a 3 em todas as unidades orgânicas).



Tomando agora as 9 unidades orgânicas, e comparando as médias obtidas em cada uma delas para cada um dos itens, concluímos que a FC e o curso de Ciências da Saúde (RUL) são aqueles em que os caloiros se manifestaram mais satisfeitos em mais itens (18 e 17, respectivamente). Já a FL e a FBA reúnem os alunos mais insatisfeitos (respostas acima da média apenas em 3 e 4 itens, respectivamente). Sintetizamos, no quadro seguinte, aspectos desta avaliação, que nos remetem para culturas escolares e organizacionais muito distintas e fazem da UL um palco de grande diversidade:

UO	"MUITO SATISFEITOS"	"NADA SATISFEITOS"
FBA	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ambiente entre colegas</li><li>• Preparação escolar anterior aluno</li><li>• Qualidade científica docentes</li><li>• Disponibilidade docentes: dúvidas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Custo financeiro ensino</li><li>• Instalações da faculdade</li><li>• Organização interna da faculdade</li><li>• Horários de funcionamento</li></ul>
FC	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ambiente entre colegas</li><li>• Qualidade científica docentes</li><li>• Assiduidade, pontualidade professores</li><li>• Disponibilidade docentes: dúvidas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Custo financeiro ensino</li><li>• Apoio trabalhador-estudante</li></ul>
FD	<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualidade científica docentes</li><li>• Horários e calendário escolar</li><li>• Instalações da faculdade</li><li>• O ambiente entre colegas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Custo financeiro ensino</li><li>• Apoio trabalhador-estudante</li><li>• Prestação serviços administrativos</li><li>• Existência bolsas estudo</li></ul>
FF	<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualidade científica docentes</li><li>• Ambiente entre colegas</li><li>• Formas integração caloiros</li><li>• Assiduidade, pontualidade professores</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Prestação serviços administrativos</li><li>• Custo financeiro ensino</li><li>• Apoio trabalhador-estudante</li></ul>
FL	<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualidade científica docentes</li><li>• Ambiente entre colegas</li><li>• Disponibilidade docentes: dúvidas</li><li>• Existência bolsas estudo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Custo financeiro ensino</li><li>• Prestação serviços administrativos</li><li>• Apoio trabalhador-estudante</li><li>• Horários e calendário escolar</li></ul>
FM	<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualidade científica docentes</li><li>• Ambiente entre colegas</li><li>• Assiduidade, pontualidade professores</li><li>• Formas integração caloiros</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Organização interna da faculdade</li><li>• O tempo disponível para estudar fora de aulas</li><li>• Informação prestada sobre programas, objectivos e critérios de avaliação</li></ul>
FMD	<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualidade científica docentes</li><li>• Ambiente entre colegas</li><li>• Disponibilidade docentes: dúvidas</li><li>• Assiduidade, pontualidade professores</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Custo financeiro ensino</li><li>• Instalações da Faculdade</li><li>• Prestação serviços administrativos</li><li>• Existência de serviços apoio estudante</li></ul>
FPCE	<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualidade científica docentes</li><li>• Ambiente entre colegas</li><li>• Existência bolsas estudo</li><li>• Instalações faculdade</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Prestação serviços administrativos</li><li>• Custo financeiro ensino</li></ul>
RUL (CIÊNCIAS DA SAÚDE)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência bolsas estudo</li><li>• Qualidade científica docentes</li><li>• Ambiente entre colegas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Custo financeiro ensino</li></ul>

Em síntese, os aspectos com que os inquiridos se mostram menos satisfeitos remetem para duas ordens distintas de factores: uma de nível macro, outra de nível meso. A insatisfação com os custos económicos da frequência do ensino superior vem uma vez mais chamar a atenção para o esforço financeiro que as famílias e os estudantes do ensino superior são chamados a fazer e para a necessidade de intensificar as políticas públicas de apoio à frequência deste nível de ensino, sob pena de aumentar a selectividade social que ainda hoje o caracteriza. A insatisfação com o funcionamento dos serviços administrativos e de apoio ao estudante em geral e aos trabalhadores-estudantes em particular, bem como os horários remetem para o modo de funcionamento das UO, colocando em evidência o imperativo de se adaptarem às necessidades de uma população estudantil cada vez mais heterogénea, no que respeita à sua inserção na UL.

As diferentes UO têm, nos resultados apresentados neste Relatório, matéria interessante para reflexão e debate interno, para o desenho de estratégias de intervenção em áreas vulneráveis que foram sendo sucessivamente assinaladas.

Uma última palavra de agradecimento, dirigida aos estudantes que responderam ao inquérito. A sua colaboração massiva e empenhada foi o passo decisivo para concretizar uma das etapas de um programa de investigação sobre sucesso e insucesso escolares na UL (financiado pela FCT, PTDC/ESC/64875/2006), actualmente em curso. Certamente verão, na difusão e discussão dos resultados, a melhor recompensa para essa participação.

## INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR NO IGOT-UL: CONTRIBUTOS PARA INFORMAR A AÇÃO

ISABEL ANDRÉ  
HERCULANO CACHINHO<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O abandono e o insucesso escolares são um problema com que se debate a Universidade de Lisboa, que assume particular relevância no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT). Na realidade, este problema não é recente no IGOT, mas não há memória que alguma vez tenha registado valores próximos dos observados nos últimos anos. Perante tal situação, muito se tem especulado sobre as verdadeiras razões que poderão estar na sua origem. Junto dos professores, entre as que mais adeptos granjeiam encontram-se, à cabeça, a débil formação dos estudantes do ensino secundário e a manifesta carência de métodos de trabalho adequados às exigências do ensino superior; uma vez na universidade, o seu desinteresse pelo estudo e falta de motivação; e por último, num âmbito mais geral, a massificação do ensino e as condições sociais e económicas desfavoráveis das famílias de recrutamento dos estudantes. No entanto, estas possíveis hipóteses não passam de meras impressões, que necessitam de ser comprovadas, pois até ao momento, nenhum estudo se tinha efetuado na Unidade Orgânica, que permitisse avaliar o problema de forma objectiva e fundamentada.

Privilegiando um contexto local, o do IGOT, este capítulo visa discutir esta problemática. Os baixos níveis de desempenho e as consideráveis taxas de abandono dos estudantes, conjugados com o manifesto interesse da instituição em adoptar medidas mitigadoras do problema estiveram na base da escolha desta Unidade Orgânica como caso de estudo. Fundamentalmente de cariz quantitativo, a investigação desenvolvida utiliza informação proveniente de três fontes: (i) os dados institucionais, disponibilizados pelo OPEST-UL e pelos serviços académicos do IGOT, sobre alunos inscritos, avaliados e aprovados por Unidade Curricular; (ii) entrevistas telefónicas a estudantes em situação de risco de abandono; (iii) inquérito aos estudantes e aos docentes sobre representações e opiniões relativas ao abandono e (in)sucesso escolares, bem como sobre as práticas pedagógicas dos docentes, as condições de ensino fornecidas pela instituição e os perfis pessoais dos estudantes, que podem ajudar a perceber o problema.

Para facilitar a apropriação e conferir sentido aos resultados observados, a reflexão foi estruturada em torno de cinco pontos essenciais. No primeiro, elabora-se um breve retrato do IGOT, tomando como referência a Universidade de Lisboa; no segundo, procede-se à caracterização do perfil dos estudantes recém-ingressados nas licenciaturas da Unidade Orgânica; no terceiro, analisa-se o desem-

1. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), UL

penho escolar dos estudantes e as razões que podem justificar o insucesso e abandono escolares, de acordo com as opiniões dos estudantes e dos professores; no quarto faz-se uma breve reflexão sobre os resultados; e no quinto ponto, apresentam-se algumas ideias para um plano de ação com vista à mitigação do problema.

## O IGOT E A GEOGRAFIA

Fundado em 2009, a partir do Departamento de Geografia da FLUL e do Centro de Estudos Geográficos, o IGOT é uma escola relativamente pequena no universo UL, representando 5% das entradas no 1º ciclo em 2010-11. Em Outubro de 2012, o IGOT contava com 483 alunos no 1º ciclo, 122 no 2º ciclo, 93 no 3º ciclo, e ainda 52 alunos, noutras situações, que frequentam temporariamente o IGOT no quadro de cursos de pós- doutoramento, o programa Erasmus ou em regime de opções livres, perfazendo no total 750 estudantes.

Se no âmbito da investigação, o IGOT tem vindo a crescer e a aumentar o seu reconhecimento através dos inúmeros projetos desenvolvidos no CEG e das publicações dos seus mais de 100 investigadores, já no campo do ensino, a situação não é tão favorável, sendo relativamente fraca a atratividade do IGOT sobretudo ao nível do 1º ciclo.

A média de entrada (12,8 valores em 2010-11) bem como a escolha do curso em 1ª opção (57,4%) mostram que o IGOT recebe estudantes com percursos escolares de modesto desempenho, e que uma parte significativa preferia outra licenciatura no mesmo domínio científico. Apesar deste quadro desfavorável, os motivos indicados pelos estudantes para a escolha do curso evidenciam um interesse particular pela geografia e os temas territoriais, expresso de diferentes modos. As viagens, os mapas, o interesse pela natureza e as preocupações ambientais são as razões invocadas pela maioria dos alunos, enquanto apenas uma pequena parcela refere que escolheu este curso por 'exclusão de partes'.<sup>2</sup>

Os aspetos considerados mais positivos à entrada para o IGOT dizem respeito, por um lado, às instalações e aos equipamentos da UL (os estudantes ficaram sobretudo impressionados com a grandiosidade dos edifícios, da biblioteca e do próprio campus) e, por outro, ao ambiente universitário e relações académicas, tanto entre pares como com os professores. Os trabalhadores estudantes referem bastante a possibilidade de 'realizar um sonho'. As instalações surgem também em primeiro lugar nos aspetos mais negativos à entrada para o IGOT/UL, associadas à falta de condições do edifício provisório onde o IGOT foi instalado. Logo a seguir, os estudantes referem aspetos ligados ao IGOT ou ao curso, nomeadamente a falta de apoio, deficiências de organização e uma relação difícil com os professores.

As maiores dificuldades sentidas pelos estudantes à entrada no IGOT/UL e que, na sua opinião, dificultaram a integração são a dificuldade de adaptação ao sistema de avaliação, o défice de apoio aos estudantes, relações distantes entre professores e estudantes e a falta de informação. De algum modo,

2 - Dados do inquérito aos estudantes do 1º ciclo lançado em Novembro de 2010. Foram obtidas 149 respostas válidas (cerca de 1/3 dos estudantes matriculados no 1º ciclo).

estes problemas podem ser parcialmente justificados pela recente criação do IGOT/UL a que se associa o funcionamento dos serviços académicos, particularmente difícil no primeiro ano do Instituto, dado o reduzido número de funcionários e a necessidade de definição e aprendizagem das diversas rotinas por parte dos diversos serviços e órgãos.

## CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DOS ESTUDANTES

Os estudantes que entraram no 1º ciclo do IGOT em 2010-11 apresentam alguns traços comuns aos seus colegas das outras escolas da UL, mas na maioria dos aspetos contemplados na análise o IGOT mostra um perfil bastante atípico.

A idade média dos estudantes (23,3 anos) é a mais elevada da UL, registando-se grande diversidade em termos etários. Os estudantes com mais de 23 anos correspondem a 25% dos ingressados no IGOT (13% no conjunto da UL). Também em contraste com o universo UL, o IGOT é uma das duas escolas onde a parcela de homens (56%) é superior à de mulheres (44%). Embora, à semelhança das outras escolas da UL, a nacionalidade portuguesa seja largamente maioritária, o IGOT regista a mais elevada parcela de estudantes nacionais dos PALOP (4,8%).

O padrão residencial dos estudantes do IGOT é semelhante ao dos seus colegas da UL. Salienta-se a Grande Lisboa (Área Metropolitana Norte), onde residem cerca de metade dos estudantes. Estes dados revelam que a área de atração do IGOT e da UL, em geral, não ultrapassa muito os limites regionais, sendo por exemplo muito restrita a parcela de estudantes da região Norte. Contudo, é significativa a percentagem de estudantes deslocados da sua residência habitual, tanto no IGOT (34%) como no conjunto da UL (36%).

O perfil sociocultural das famílias de origem é um dos traços mais diferenciadores. A avaliar pelo grau de instrução dos pais, os estudantes do IGOT vêm de meios sociais desfavorecidos, marcados por um grande défice de qualificações escolares. 63% das mães e 67% dos pais possuem apenas um dos 3 graus do ensino básico ( UL: 33% e 37%, respectivamente). Reforçando esta leitura, entre os estudantes do IGOT apenas 13% das mães e 10% dos pais têm ensino superior, em contraste com os valores globais da UL de 37% das mães e 33% dos pais. Este é um dado muito relevante, na medida em que indica que os estudantes do IGOT foram educados em famílias em que a cultura escolar tende a ser incipiente. Por outro lado, desde muito cedo, os jovens (ainda adolescentes) adquirem um grau de instrução superior ao dos seus pais, situação que condiciona necessariamente as relações parentais, o processo educativo e o próprio posicionamento dos jovens na família. Acresce ainda que estas famílias têm dificuldade em auxiliar os seus filhos nas atividades escolares desde os níveis mais básicos.

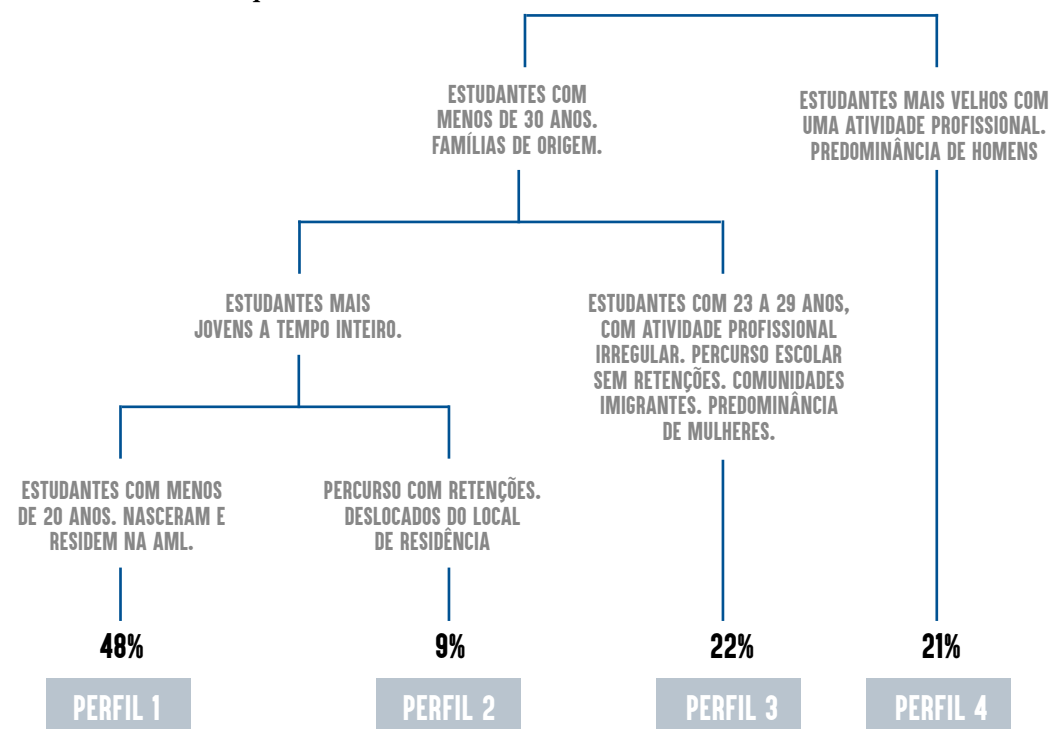
O padrão etário dos estudantes que entraram no IGOT justifica a situação encontrada, quer em termos de atividade profissional quer na composição do seu agregado familiar. Uma vez que a parcela de estudantes com mais de 23 anos é grande, não surpreende que 28% tenham uma atividade profissional e que 18% trabalhem a tempo inteiro. Estes valores contrastam bastante com os da UL no seu conjunto, onde o peso dos trabalhadores-estudantes é bem mais reduzido.



## PERFIS DOS ESTUDANTES QUE ENTRARAM NO IGOT EM 2010-11

A partir dos dados disponíveis na UL-OPEST sobre os estudantes que entraram no IGOT em 2010-11, selecionaram-se 17 variáveis e, recorrendo a um conjunto de procedimentos estatísticos de análise multivariada e cluster,<sup>3</sup> agruparam-se os estudantes em conjuntos estáveis e coerentes. A tipologia resultante da análise evidencia a existência de 4 perfis de estudantes com características bem diferenciadas (Figura 1).

**FIG. 1**  
**Cluster dos estudantes que entraram no IGOT em 2010-11**



3 - Sequência de procedimentos: (i) análise fatorial de correspondências múltiplas para sintetizar a informação de partida – as 17 variáveis passam a ser traduzidas pelos 6 fatores com mais elevado valor próprio; (ii) classificação hierárquica descendente (cluster) para agrupar os indivíduos segundo os 'scores' que registam nos 6 principais fatores; (iii) descrição dos grupos decorrentes da uma partição estável do cluster (4 grupos) a partir do nível de sobre-representação das modalidades de cada variável

## PERFIL 1 – ESTUDANTES DA AML COM PERCURSO ESCOLAR CONTÍNUO

Corresponde ao grupo maioritário, onde estão sobre-representados os estudantes mais jovens, com menos de 20 anos, o que quer dizer que têm um percurso escolar sem retenções. Entraram pelo regime geral com médias baixas. Nasceram e residem maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa. Não têm atividade profissional. Vivem sobretudo em famílias biparentais e frequentaram a escola pública no ensino básico e no secundário. São heterogéneos no que diz respeito à origem social.

«A Tânia e o Hugo são colegas no IGOT, um frequenta o curso de Geografia e o outro o de Planeamento e Gestão do Território. Têm respetivamente 18 e 19 anos. A Tânia vive no Montijo e o Hugo na Amadora, ambos em casa dos pais. Ela nunca repetiu nenhum ano mas tem notas fracas e entrou com média de 12. Ele repetiu o 10º ano, mas conseguiu entrar com média de 13. Os pais da Tânia têm ambos o ensino secundário. No caso do Hugo, o pai tem o 2º ciclo do ensino básico e a mãe o 3º ciclo. Tanto um como outro não escolheram os cursos do IGOT em 1º lugar. A Tânia preferia ter ido para a Universidade Nova e o Hugo para Estudos Europeus na UL.» (história fictícia para ilustrar o perfil)

## PERFIL 2 – ESTUDANTES DESLOCADOS COM PERCURSO ESCOLAR DE INSUCESSO

Agrupam também estudantes jovens mas um pouco mais velhos que os do Perfil 1, sendo aqui maioritário o grupo dos 20 aos 23 anos. Entraram igualmente pelo regime geral, com médias variadas. O que mais os distingue do grupo maioritário é estarem deslocados da sua residência habitual. A família vive na Região Centro ou no Alentejo. Os pais têm, na sua maioria, o 3º ciclo do ensino básico. Outro aspeto que também os diferencia é um percurso escolar marcado por vários insucessos, quer no ensino básico quer no secundário.

«O Carlos e a Cláudia são colegas no IGOT. Ele frequenta o curso de Geografia tendo entrado com média de 11. Ela está no curso de Planeamento e Gestão do Território onde entrou com média de 14. Têm ambos 21 anos e já reprovaram várias vezes. A Cláudia repetiu 2 vezes o 10º ano e o Carlos repetiu o 7º ano e o 10º, tendo mudado aos 17 anos para um colégio privado em Leiria, cidade onde nasceu e residiu até vir para Lisboa. A Cláudia manteve-se sempre na escola pública em Beja, onde reside com os avós desde os 12 anos. Os pais de ambos, embora não tenham níveis de escolaridade muito elevados, têm empregos estáveis na administração pública local. Tal como os colegas, Tânia e Hugo, também não escolheram os cursos do IGOT em 1º lugar.» (história fictícia para ilustrar o perfil)

## PERFIL 3 – TRABALHADORES ESTUDANTES DAS COMUNIDADES IMIGRANTES

Reúne também trabalhadores estudantes mas com algumas características diferentes das do Perfil 3. Trata-se sobretudo de mulheres com 23 a 29 anos oriundas dos PALOP e do Brasil. Estão sobre-representados os agregados familiares monoparentais e uma parte significativa destas jovens teve acesso a benefícios sociais. Na sua grande maioria, têm um percurso escolar de sucesso.

«A Lara tem 27 anos e nasceu em Cabo Verde onde viveu com os tios até aos 10 anos. A mãe já tinha emigrado para Portugal e a Lara veio viver com ela, tendo feito parte do ensino básico e o ensino secundário no Cacém. Foi boa aluna e, apesar de ter começado a trabalhar numa loja aos 17 anos, decidiu continuar os estudos em 2004. Entrou para Antropologia na Universidade Nova de Lisboa, mas foi vendo que não conseguia conciliar o estudo com o horário de trabalho e desistiu no 2º ano. Porém, não se conformou e em 2010 candidatou-se ao curso de Geografia no IGOT.» (história fictícia para ilustrar o perfil)

PERFIL 4 – TRABALHADORES ESTUDANTES

Define-se sobretudo pela predominância de trabalhadores estudantes com mais de 23 anos e bastantes com mais de 30. Muitos entraram na UL através do regime para maiores de 23 anos e de outros regimes especiais. Os homens estão em larga maioria. Vivem sozinhos ou numa família conjugal com filhos. Provêm de famílias residentes na AML com níveis de instrução muito baixos. Já se tinham candidatado anteriormente ao ensino superior.

«O Raul tem 41 anos, nasceu em Vila Franca de Xira onde os seus pais ainda residem. Apesar de ser bom aluno, aos 16 anos teve que ir trabalhar. O pai arranhou-lhe um emprego na empresa onde era motorista. Casou jovem e tem feito um percurso profissional ascendente sempre na mesma empresa. Contudo, quando a filha mais velha chegou ao 8º ano, Raul começou a aperceber-se de que não sabia muito do que a filha estava a aprender e decidiu voltar a estudar, o que também poderia vir a beneficiar a sua promoção na empresa. Aproveitando o regime especial para maiores de 23 anos, candidatou-se ao curso de geografia mas não conseguiu entrar logo nesse ano. Desde miúdo, a sua disciplina preferida era a Geografia. Em 2010 conseguiu finalmente entrar para a universidade.» (história fictícia para ilustrar o perfil)

Estes 4 perfis de estudantes configuram os públicos-alvo em função dos quais se devem vir a configurar as ações para combater o abandono e o insucesso. De facto, não se trata de um grupo uniforme e, por isso, as iniciativas a desenvolver deverão identificar claramente a quem se destinam e como se vão dirigir a esse ‘público-alvo’ específico.

DESEMPENHO ESCOLAR

O significado do abandono e do insucesso escolares e, sobretudo, a forma de os avaliar, estão longe de reunir consenso na academia. Neste sentido, antes de entrarmos na sua apreciação no quadro do IGOT, importa esclarecer a aceção destes termos no presente estudo e o universo de referência. Assim, por questões de objectividade na sua medição, o abandono e o insucesso escolares avaliam-se através da relação direta entre os alunos inscritos nas unidades curriculares (UC) dos programas de estudos e os que não obtiveram aproveitamento nas mesmas, seja porque desistiram, não se submetendo a avaliação, seja porque o seu desempenho foi negativo e, nesse sentido, foram reprovados. Quanto à população avaliada, o estudo incide apenas sobre os estudantes do 1º Ciclo que no ano lectivo de 2010-2011 se encontravam inscritos nas licenciaturas de Geografia e de Planeamento e Gestão do Território. Embora o problema afecte também os estudantes dos restantes ciclos de estudos, é neste que a situação se tem vindo agravar de forma dramática, colocando em causa a manutenção de um ensino de qualidade, com um acompanhamento próximo dos estudantes, preconizado pelo Processo de Bolonha.

Começando pelos grandes números, no ano lectivo de 2010-2011, foram leccionadas nos programas de estudo do 1.º ciclo, 42 unidades curriculares. Nestas, em média, estavam inscritos 85 estudantes, 19 dos quais sem avaliação e 20 objecto de reprovação; valores aos quais corresponde uma taxa média de insucesso de 43%.

Porém, uma análise mais detalhada permite-nos observar que estes valores escondem diferenças profundas entre as UC, o lugar que estas ocupam no programa de estudos e a área científica de pertencimento.

Em relação ao abandono escolar, estimado pelos alunos inscritos sem avaliação, alcança os valores mais elevados em 2 UC do 1º ano (uma de Geografia Física e outra de Métodos e Técnicas). Em termos de posicionamento no curso, os valores mais elevados registam-se nas UC do 2.º semestre (34% em média) e as mais baixas no 4.º semestre (17%). Por sua vez, em relação aos domínios científicos não se registam diferenças significativas.

Quadro 1 - Insucesso e abandono escolar, por semestre e área científica (2010-2011)

	N.º alunos inscritos	% Não avaliados			% Reprovados		
		Média	Desvio Padrão	Coef. Var.	Média	Desvio Padrão	Coef. Var.
1º Semestre Geografia	1022	20,9	4,1	0,20	31,8	12,1	0,38
1º Semestre PGT	200	20,5	5,7	0,28	42,2	17,1	0,41
2º Semestre Geografia	1044	34	4,8	0,14	39,8	18,1	0,46
2º semestre PGT	200	34	8,0	0,24	30,6	16,2	0,53
3º semestre Geografia	729	20,2	4,8	0,24	31,1	10,6	0,34
4º semestre Geografia	564	17,3	7,0	0,41	11,2	5,5	0,49
5º Semestre Geografia	347	17,7	10,6	0,60	11,7	14,5	1,24
6º Semestre Geografia	74	21,1	12,4	0,59	3,7	6,4	1,73
Geografia Física	1466	24,4	9,8	0,40	43,7	19,7	0,45
Geografia Humana	1374	25,4	8,2	0,32	18,5	10,1	0,55
Métodos e Técnicas em Geografia	1180	25,1	8,8	0,35	29,8	9,3	0,31
Desenvolvimento e Ord. Território	40	17,5		0,0	33,3		0,0
Opções	627	17,3	9,6	0,55	9,8	10,3	1,04
Média	85,3	22			23,1		

Fonte: IGOT, avaliação das unidades curriculares no ano letivo 2010-2011

Estas diferenças de comportamento observam-se também ao nível do insucesso escolar, medido pelo peso dos alunos com desempenho negativo em relação ao universo dos alunos avaliados. Em termos de UC, os valores mais elevados registam-se nas UC do 1.º ano do domínio de Geografia Física, atingindo valores entre 50 e 72%. Quanto aos valores mais baixos, ou mesmo nulos, encontram-se nas UC optativas e nos seminários de investigação. Do ponto de vista da posição das UC nos planos de estudo, pode afirmar-se que o insucesso afeta sobretudo os três primeiros semestres. Ronda os 40% no 2.º semestre, no curso de Geografia, e ultrapassa esta marca no 1.º semestre, no curso de Planeamento e Gestão do Território. Em contrapartida, os valores mais baixos, quase residuais, observam-se nas UC do 6.º semestre. Finalmente, em relação às áreas científicas, este afeta mais a Geografia Física (44%), e com menos intensidade a Geografia Humana (19%), ocupando os Métodos e Técnicas uma posição intermédia (30%).

O problema do abandono e do insucesso escolar não afecta de igual modo os vários grupos de estudantes. A análise dos resultados do inquérito permite retirar as seguintes conclusões:

- Dos 149 estudantes inquiridos, apenas 26% não possuía qualquer UC em atraso. Em contrapartida, 27% tinha 4 ou mais. Todavia, enquanto o primeiro grupo é dominado pelos estudantes que se encontram no 3.º ano (43%), o segundo reúne sobretudo os estudantes do 1.º ano (35%).
- Os níveis de insucesso escolar, medidos pelo número de UC em atraso, encontram-se ligados à idade dos estudantes. Enquanto 46% dos que não possuíam qualquer UC em atraso tinha 40 ou mais anos, 48% dos que reuniam quatro ou mais têm menos de 23 anos.
- O insucesso escolar encontra-se também ligado ao género. Este afecta mais as mulheres que os homens. Se 32% dos indivíduos do sexo masculino não possui UC em atraso, tal desempenho é apenas alcançado por 19% nos indivíduos do sexo feminino. Na situação oposta, com 4 ou mais UC em atraso, estão 35% das mulheres e apenas 19% dos homens.
- O insucesso escolar parece estar associado aos níveis de desempenho dos estudantes no ensino básico e secundário. Enquanto 32% dos que não possuem UC em atraso nunca reprovou naqueles níveis de ensino, 35% dos que possuíam 4 ou mais UC em atraso tinham já vivido um percurso de insucesso, marcado por algumas reprovações.
- Por último, o insucesso escolar parece reproduzir a condição social das famílias. De um modo geral, quanto mais elevada é a instrução dos pais, melhor é o nível de desempenho dos estudantes. Esta relação é sobretudo clara nos estudantes provenientes de famílias em que o pai ou a mãe têm um curso médio ou superior, ou na situação oposta (marcada pelo insucesso) em que os pais apenas possuem a escolaridade básica.

Quadro 2 - UC em atraso/anos (2010-2011)

	1º ano	2º ano	3º ano	Total
Nenhuma	20,0	18,2	43,2	25,5
Uma	20,0	27,3	18,9	22,0
Duas Ou três	25,0	27,3	24,3	25,5
Mais de três	35,0	27,3	13,5	27,0
Total	100,0 (60)	100,0 (44)	100,0 (37)	100,0 (141)

Fonte: Inquérito aos estudantes e docentes, Novembro 2010.

O inquérito permite também avaliar as situações de risco de abandono. Quando confrontados com a questão se já pensaram em abandonar o curso, a maioria dos estudantes alega que sim. Neste contexto, importava conhecer o perfil daqueles que pensaram em tal hipótese e os fatores justificativos. Os resultados permitem concluir que o risco de abandono:

- É maior nos estudantes com idade entre 20 - 29 anos, alcançando os 67% nos que têm entre 24 e 29 anos.
- Afeta de forma mais marcante as mulheres (58% contra 45%).
- Está diretamente relacionado com o desempenho dos estudantes, elevando-se para 76% nos que possuem quatro ou mais UC em atraso.
- Afeta 27% dos estudantes sem UC em atraso, indicando que outros fatores, além do insucesso, podem intervir nesta tomada de decisão.
- Está ligada a fatores diversos, como a “falta de organização da instituição”, a “desilusão com o curso”, “razões económicas”, o fraco desempenho nas UC, e a “dificuldade do curso”.



**Quadro 3 – Hipótese de abandonar o curso e a idade**

	Escalões Etários					Total
	<20	20 - 23	24 - 29	30 - 39	> = 40	
NÃO	60,0	41,5	33,3	60,0	71,4	49,6
SIM	40,0	58,5	66,7	40,0	28,6	50,4
TOTAL	100,0 (15)	100,0 (65)	100,0 (15)	100,0 (15)	100,0 (21)	100,0 (131)

Fonte: Inquérito aos estudantes e docentes, Novembro 2010.

**Quadro 4 – Razões para o abandono (opinião dos alunos)**

Falta de organização da instituição	10	Reprovações	3
Desilusão com o curso	6	Adaptação	2
Razões económicas	5	Excesso de trabalho	2
Notas baixas	5	Faltas	2
Dificuldade do curso	4	Ambiente do IGOT	1
Matérias lecionadas	3	Distância da família	1
Métodos de avaliação	3	Não gostar curso	1
Professores	3	Total	62

Fonte: Inquérito aos estudantes e docentes, Novembro 2010.

As opiniões dos docentes sobre os fatores de risco reproduzem de perto os mencionados pelos estudantes. Estes são encabeçados pela “desilusão”, “o desinteresse”, “a atração de outros cursos” e a “falta de preparação de base”.

**Quadro 5 – Razões para o abandono (opinião dos professores)**

Desilusão	9	Falta de empenho	2
Desinteresse	8	Falta de método de trabalho	2
Atração de outros cursos	5	Percurso de insucesso	2
Insuficiente preparação de base	4	Começar a trabalhar	1
Adaptação	3	Falta de identidade/comunidade	1
Desmotivação	3	Más condições de ensino	1
Dificuldade do curso	3	Níveis de exigência	1
Falta de apoio personalizado	3	Objectivos do curso pouco claros	1
Falta de capacidade	3	Razões económicas	1

Fonte: Inquérito aos estudantes e docentes, Novembro 2010.

Tendo em consideração o elevado número de estudantes em situação de risco de abandono, a baixa assiduidade às aulas e os modestos níveis de desempenho num número considerável de UC, efetuou-se um inquérito telefónico aos alunos ordinários, com assiduidade às aulas inferior a 50% e que, por esse motivo, de acordo com o regulamento de avaliação, não reuniam os requisitos para serem avaliados. A inquirição dos alunos em efetiva situação de risco permitiria comprovar se as hipotéticas razões anteriormente mencionadas se observam na prática.

O inquérito, além de questões relativas ao perfil do inquirido, como a idade, o sexo, a nota de acesso à universidade ou o local de residência, incluía perguntas ligadas às características do percurso de insucesso e/ou abandono. Este comporta três grandes domínios: (i) o primeiro relacionado com o número de desistências em UC e os motivos que estão na sua origem;

(ii) o segundo, ligado à frequência de UC com baixa assiduidade e as razões para tal; (iii) e, por último, o terceiro, relacionado com as consequências da baixa assiduidade nos níveis de desempenho registados nas UC.

Neste âmbito foram efetuados 107 contactos telefónicos, mas apenas 64 foram bem sucedidos. Esta amostra é formada maioritariamente por indivíduos do sexo masculino (59%), com idades compreendidas entre os 20-21 anos (48%). Quanto ao abandono e à assiduidade, 88% não desistiu de qualquer UC, mas todos registam baixa assiduidade, 64% nas aulas teóricas e práticas, 32% nas aulas teóricas, e 5% apenas nas práticas.

Em relação aos estudantes que deixaram de frequentar as aulas (8 no universo dos 64), e que por essa razão, se encontram, pelo menos, em situação temporária de abandono, três fatores principais são avançados para justificar tal comportamento: problemas pessoais, o excesso de trabalho e a relação pedagógica difícil com os professores. Quanto aos restantes, as razões que alegam para a baixa assiduidade são muito mais diversificadas, excedendo largamente as avançadas pelo universo global dos estudantes inquiridos, estando ou não em situação de risco de abandono. Além da incompatibilidade da frequência das aulas com o trabalho, o pouco interesse das aulas e a inadequabilidade dos horários, assume ainda particular relevância a repetência na UC (“a assistência às aulas não se justifica porque a mesma foi realizada no ano anterior”). Razões de natureza económica, o número excessivo de UC, questões de saúde e a desmotivação pessoal, ou a indisciplina em sala de aula, aparecem também num segundo nível.

Quadro 6 – Razões da baixa assiduidade às aulas

Incompatibilidade com o trabalho	13	Motivos pessoais	2
Aulas sem interesse / desmotivação	11	Saídas à noite/viagens para a terra	1
Horário	11	Mudança de curso (sociologia)	1
Repetição da UC	7	Não gostei da UC	1
Não me apetecia ir às aulas	4	Demasiados alunos nas aulas	1
Razões económicas	3	Falta de empatia com o professor	1
Demasiadas unidades curriculares	3	Estudar para os exames	1
Morar longe	3	Apoio à família	1
Motivos de saúde	3	Sem razões específicas	1

Fonte: Inquérito telefónico aos estudantes em situação de risco de abandono, Setembro 2011.

Por último, os estudantes foram ainda questionados sobre as implicações da baixa assiduidade nos seus níveis de desempenho nas UC.

Sobre este ponto, uma parte substancial (38%) alega que a baixa assiduidade em nada interferiu com o seu desempenho. Contudo, importa salientar que 56% destes estudantes não foram avaliados ou reprovaram, e dos que obtiveram aproveitamento, apenas 18% tiveram uma classificação superior a 11 valores. Para este comportamento concorreram, na opinião dos mesmos, vários fatores, destacando-se o desinteresse das aulas e a sua perturbação gerada pelo elevado número de alunos, bem como a possibilidade de compensar a ausência da frequência com o estudo autónomo e com a informação disponibilizada na plataforma de e-learning pelos professores.

Quadro 7 – Desempenho registado nas UC

Não foi avaliado	18	23,1
Reprovou	26	33,3
10	8	10,3
11	11	14,1
12	7	9,9
13	2	2,6
14	4	5,2
16	1	1,3
17	1	1,3
Total	78	100,0

Fonte: Inquérito aos estudantes e docentes, Novembro 2010.

Quadro 8 – Consequências da baixa assiduidade

Não teve consequências	24	37,5
Sim, com consequências importantes	22	34,4
Sem opinião formada/não responde	18	28,1
Total	64	100,0

Fonte: Inquérito telefónico aos estudantes em situação de risco de abandono, Setembro 2011.

Para uma melhor compreensão do problema do insucesso escolar, o inquérito questionava os estudantes sobre os fatores suscetíveis de explicar o sucesso e o insucesso escolares. Nas Figuras 2 e 3 representam-se apenas aqueles que foram mencionados por 4 ou mais estudantes.

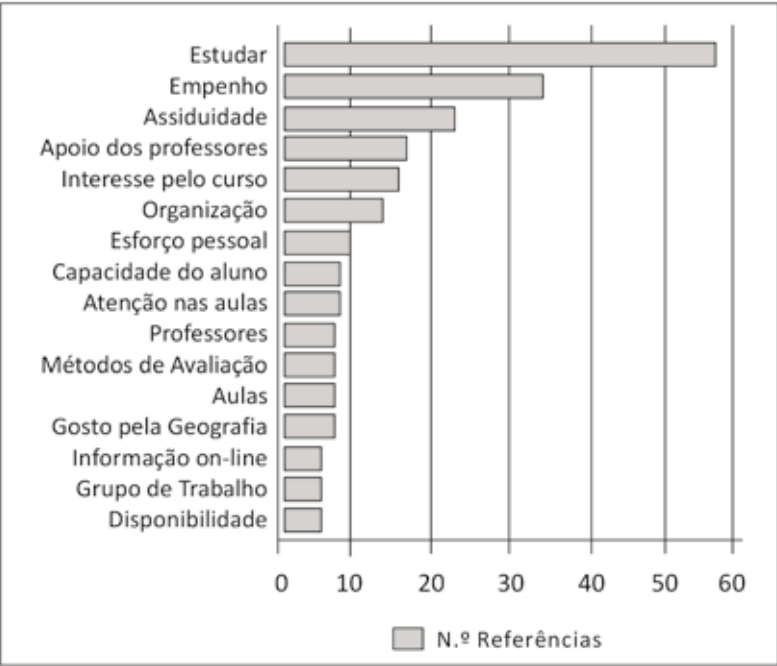


Figura 2 – Fatores determinantes do sucesso escolar (representações dos estudantes)

Em grandes linhas, no que diz respeito ao sucesso escolar, os fatores podem reunir-se em três grupos: o primeiro, relativo às características do estudante, inclui aspetos como o tempo dedicado ao estudo, o empenho e esforço pessoal, a assiduidade às aulas, o envolvimento nos trabalhos de grupo, o interesse pelo curso, ou o background e o sentido de responsabilidade. O segundo grupo reúne aspetos relacionados com os professores e a natureza das UC, como o apoio prestado aos alunos, a forma como se dão as aulas, os métodos de avaliação usados ou a informação disponibilizada. Por

último, o terceiro conjunto engloba atributos ligados à instituição e o perfil dos cursos. No entanto, os fatores associados a este último, excetuando as questões da organização, devido à fraca frequências que registam não se encontram na Figura 2.

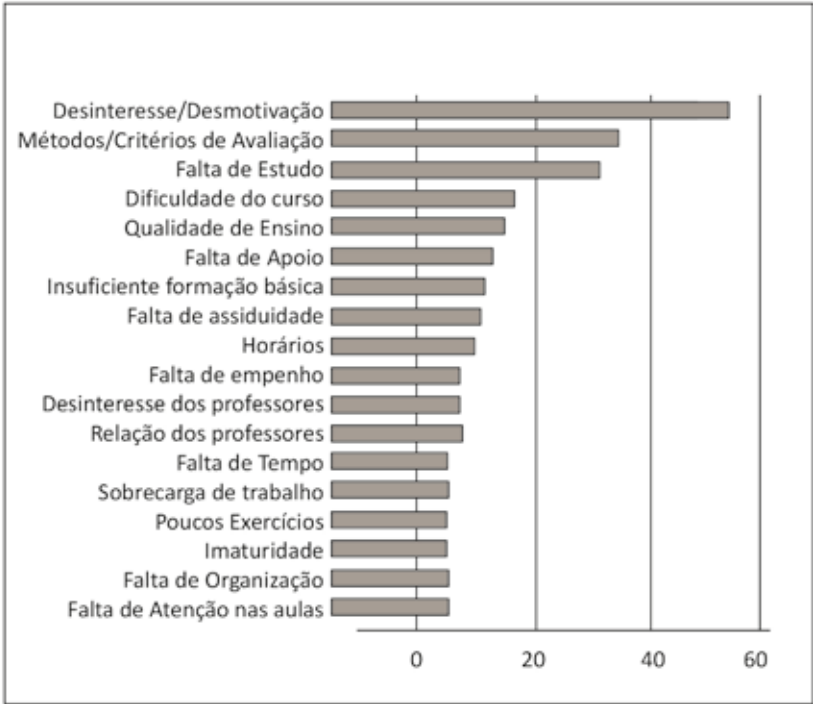


Figura 3 – Fatores determinantes do insucesso escolar (representações dos estudantes)

Quanto aos fatores responsáveis pelo insucesso, estes reproduzem de perto, pela negativa, os mencionados para o sucesso escolar. As razões imputáveis aos estudantes são encabeçadas pelo desinteresse e a falta de estudo, a desmotivação e as deficiências de formação básica, a falta de assiduidade e o fraco empenho. Nas razões imputáveis aos professores, salientam-se os métodos e critérios de avaliação, a qualidade do ensino, a falta de apoio, o desinteresse dos professores e a deficiente relação professor-aluno. Por último, nas razões que apelidamos de institucionais, encontram-se aspetos como os horários e o nível de dificuldade do curso.



## REFLEXÃO SOBRE OS RESULTADOS

A análise realizada torna evidente que o insucesso e o abandono escolares constituem uma problemática complexa, na qual intervêm múltiplas variáveis afectas a diferentes campos, pelo que apenas poderá ser compreendida à luz de diferentes esquemas de inteligibilidade, (Berthelot 1990)<sup>4</sup>. Na realidade, esta conclusão atravessa diferentes projetos, estejam orientados para a análise de casos concretos, como o da Universidade de Lisboa, no qual se insere este estudo, quer visem o quadro nacional, dos quais constitui exemplo o coordenado por Costa e Lopes (2008)<sup>5</sup>. É a complexidade, e sobretudo a diversidade de variáveis intervenientes no problema, que explica a diversidade de discursos produzidos, que se distinguem essencialmente pelas perspectivas de análise e as variáveis mobilizadas para o efeito.

Podemos começar por dizer que uma parte do problema do insucesso e do abandono escolares no IGOT se pode explicar através do perfil dos seus atores: os estudantes e os professores. A título de exemplo, a fragilidade da formação de base dos estudantes, a avaliar pelas classificações relativamente baixas de acesso ao ensino superior, a falta de métodos de trabalho, a desmotivação e o desinteresse pelo estudo, reconhecida por estudantes e professores, podem ser vistas como um forte handicap à integração plena na universidade e um obstáculo ao prosseguimento com sucesso dos programas de estudo. No entanto, a avaliar pelas representações dos atores, se é verdade que grande parte dos estudantes reconhece as fragilidades, responsabilizando-se em grande medida pelo fracasso, os professores, pelo contrário, estão longe de admitir que também podem fazer parte do problema. Estes reconhecem que o perfil social dos estudantes mudou, que a orientação dos programas de formação para o mercado de trabalho alterou as funções da universidade, mas as suas práticas permanecem, no essencial, inalteradas. De substancial pouco se faz de diferente para lidar com o novo perfil dos estudantes ou com a mudança de paradigma de ensino preconizada pelo Processo de Bolonha (dos conteúdos para as competências, tendo em vista o aumento da empregabilidade). Mas esta mudança de atitude não acontece por três razões: o peso da inércia, a falta de competências pedagógicas, e a pouca valorização da inovação ao nível dos métodos de ensino, excetuando a adoção das TIC e o uso das plataformas de *e-learning*.

Mas os resultados sugerem que à explicação focada nos atores se pode associar outra que podemos designar de estruturalista. Uma vez que o insucesso incide sobretudo sobre os estudantes mais jovens do sexo feminino com percursos no ensino básico e secundário de insucesso e com famílias dotadas de baixos níveis de escolaridade, e para o abandono são mencionadas razões económicas, estes fenómenos podem ser vistos como manifestações decorrentes do sistema social e económico (relações sociais e de género dos estudantes e das famílias), ou seja a situação de insucesso transcende significativamente o sistema escolar.

4 - Berthelot, Jean-Marie (1990). *L'intelligence du social*, Paris, PUF, pp. 62-85.

5 - Costa, António F. & Lopes, João T. (coord.) (2008). *Os estudantes e os seus Trajetos no Ensino Superior: sucesso e insucesso, factores e processos, promoção de boas práticas*, Projecto PSE/DIV/0001/2006, relatório final.

A relevância social da geografia na sociedade portuguesa pode também justificar a situação encontrada no IGOT, dificultando a atração dos estudantes mais aptos e competentes, independentemente da condição social das famílias de origem. Na realidade, a geografia foi um campo científico particularmente importante no passado, associada ao colonialismo e à identidade nacional, tendo perdido progressivamente importância nas últimas 4 décadas, período em que as tecnologias e os ramos científicos mais ligados às práticas profissionais (saúde, engenharia, gestão, etc.) ganharam a supremacia. Embora a geografia tenha procurado uma associação estreita ao mercado de trabalho através do planeamento e ordenamento do território, esta nova identidade não é suficientemente reconhecida, pelo menos pelos jovens que entram no ensino superior.

Outra interpretação possível do problema prende-se com o esquema de inteligibilidade funcional e mobiliza, em concreto, o sistema de avaliação usado pela instituição para aferir os níveis de desempenho dos estudantes. Este sistema manifesta-se no insucesso e no abandono a vários níveis, sendo, de resto, o segundo factor mais importante mobilizado pelos estudantes na justificação do problema. Na realidade, embora a avaliação possa desempenhar uma função formativa e ser usada como uma ferramenta ao serviço da aprendizagem, esta não é de todo o papel que se quer que cumpra no IGOT e nas demais Unidades Orgânicas da Universidade de Lisboa. O sistema de avaliação foi concebido expressamente para aferir a aquisição dos conhecimentos e o desenvolvimento das competências tidas como necessárias à ingressão dos jovens no mundo profissional. Neste sentido, este deve servir, acima de tudo, para fazer a destriça entre os estudantes aptos e inaptos e, em relação aos primeiros, hierarquizá-los de acordo com o seu desempenho escolar. Neste contexto, o insucesso e o abandono escolar podem ser vistos, em primeiro lugar, como um requisito inerente ao funcionamento e reprodução do sistema social. A sua forte incidência nos três primeiros semestres e o carácter residual que regista nos três últimos, elucida-nos que esta função se realiza a dois tempos, ainda que complementares. No primeiro, procede-se à seleção, separando os aptos dos inaptos, no segundo faz-se a hierarquização, mediante os níveis de desempenho aferidos pelos resultados obtidos nas diferentes unidades curriculares.

No entanto, as profundas diferenças de desempenho dos estudantes observadas entre os três primeiros semestres do curso e os três últimos apenas em parte se podem explicar pelo sistema de avaliação. É certo que no final do terceiro semestre a função de seleção da avaliação já se realizou e o grosso dos estudantes em risco de abandono, se ligado a fatores de insucesso, já tomou a decisão de abandonar o curso, mas uma análise cuidada da organização curricular dos cursos do 1.º Ciclo torna evidente que diferenças profundas marcam estes dois tempos do programa de formação. Os primeiros semestres orientam-se sobretudo para a aquisição de conhecimentos de base, o ensino realiza-se em grandes grupos (com as aulas teóricas em anfiteatros) pouco propenso à participação ativa dos estudantes, e a avaliação privilegia a reprodução dos conteúdos ligados aos conhecimentos mediante a realização de testes, com momentos para a sua execução. Em contrapartida, os últimos semestres encontram-se estruturados em unidades curriculares opcionais, o ensino é de um modo geral feito em grupos de menor dimensão, com maior implicação do aluno na aprendizagem, e a avaliação incorpora além do

conhecimento instrumental a aquisição de competências interpessoais e sistémicas, impossíveis de desenvolver e aferir num ensino massificado ancorado na mera transmissão do conhecimento pelo professor, independentemente do nível de tecnologização. A questão que se coloca é a de saber se perante as fragilidades dos estudantes quando ingressam na universidade, um ensino mais personalizado, com maior interatividade professor-aluno, não seria mais adequado aos estudantes que experienciam situações de insucesso e abandono.

### CONTRIBUTOS PARA UM PROGRAMA DE AÇÃO

Os resultados observados e os esquemas de inteligibilidade mobilizados na sua interpretação levam-nos a concluir que a definição de um plano estratégico de combate ao insucesso e ao abandono escolar no IGOT deve considerar quatro domínios de intervenção: (i) os atores, estudantes e professores; (ii) os programas de estudos e respectivo sistema de avaliação; (iii) a organização da instituição; e (iv) um investimento na valorização social da geografia. Na realidade, a intervenção nestes domínios responde, em grande medida, às intenções enunciadas no Programa de Instalação, a saber: (i) inovar ao nível institucional; (ii) inovar ao nível das práticas; e (iii) inovar ao nível dos recursos. Resta agora concretizar estes desígnios.

### OS ATORES: ESTUDANTES E PROFESSORES

Do ponto de vista dos atores, o programa de ação deve adotar medidas promotoras de uma maior integração dos estudantes na vida académica, susceptíveis de reduzir as suas fragilidades ao nível dos conhecimentos de base e dos métodos de estudo que os incapacitam de seguir os programas de formação com sucesso. A criação de um espaço de apoio, envolvendo professores e estudantes seniores, pode facilitar a integração dos estudantes, e ajudá-los a adquirir os conhecimentos e as competências de que necessitam para terem sucesso. No entanto, a intervenção neste domínio deve implicar diretamente os professores, sem os quais dificilmente se poderá resolver o problema. O envolvimento destes é tanto mais necessário quanto se sabe que sobre as dificuldades dos programas de formação, alunos e professores têm representações radicalmente diferentes. Enquanto os primeiros acham que estes têm um excessivo grau de dificuldade, os segundos qualificam-nos de facilitistas.

Um debate estruturado – p.e. sessões de focus group com professores e estudantes - sobre esta matéria deveria ser promovido. Por outro lado, um maior investimento dos professores na inovação das práticas pedagógicas e o seu devido reconhecimento pela instituição – p.e. realização de jornadas anuais sobre as experiências inovadoras desenvolvidas - parece ser fundamental para a alteração da situação que se vem vivenciando.

### PROGRAMAS DE ESTUDOS E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

De acordo com as representações dos estudantes, uma parte substancial do problema do insucesso passa tanto pela exigência dos programas de estudos como pelo sistema de avaliação vigente na insti-

tuição. Um dos eixos de intervenção previsto no Programa de Instalação diz diretamente respeito às mudanças dos planos curriculares apoiadas na avaliação de resultados e na opinião de peritos externos, bem como da articulação vertical e horizontal das diferentes unidades curriculares tendo em vista a eficiência dos programas e a qualidade da formação ministrada. Os resultados do estudo não deixam dúvidas quanto à necessidade de se proceder à revisão dos programas de formação, não tanto ao nível dos conteúdos ou das competências a desenvolver, mas sobretudo da sua extensão e articulação vertical e horizontal, de acordo com uma espiral de complexidade do conhecimento e de uma lógica de complementaridade entre as unidades curriculares.

A reestruturação que se preconiza deve também contemplar as metodologias de ensino e o sistema de avaliação, de forma a responder à diversidade de estilos de aprendizagem consentâneos com os perfis dos estudantes. Tanto o ensino em grandes grupos, mediante a lição magistral do professor, como a aferição dos conhecimentos essencialmente através de testes, em momentos específicos de avaliação, parecem ser contraproducentes ou no mínimo inadequados ao perfil de uma boa parte dos estudantes recém-ingressados na universidade. Experiências de ensino em pequenos grupos, ancoradas na realização de *workshops*, exercícios e atividades práticas, incluindo a observação *in situ* e o trabalho de campo, e a avaliação através de diferentes instrumentos, apoiados na expressão oral e escrita, afiguram-se mais ajustadas ao perfil dos estudantes com menor autonomia que frequentam os primeiros semestres.

### ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Os resultados da investigação evidenciam também a existência de um conjunto de disfuncionalidades associadas à instituição, que embora não justifiquem os níveis de insucesso e abandono escolar observados alimentam os fatores de risco e dificultam a integração dos estudantes. Para aprofundar esta questão, será necessária a realização de um novo inquérito dado que aquele em que se baseiam as conclusões deste estudo se efetuou na fase de instalação do IGOT e, portanto, num período conturbado que afecta profundamente o normal funcionamento da instituição, nomeadamente, ao nível dos serviços disponibilizados aos estudantes.

Contudo, deve-se desde já assinalar a pertinência da construção de uma identidade forte do IGOT que alimente o sentido de pertença a uma comunidade escolar. Não é fácil nem rápido este processo que envolverá instalações, equipamentos, horários, eventos, espaços de convívio, etc. No entanto, a mudança para o edifício definitivo, prevista para o verão de 2013, facilitará certamente o cumprimento deste objetivo.

### VALORIZAÇÃO SOCIAL DA GEOGRAFIA

Propõe-se que o IGOT e, em particular, o CEG, contemplem como prioridade a valorização social da geografia, procurando ligar os novos valores, associados às práticas profissionais, aos antigos, associados a um certo 'charme discreto da geografia' e à cultura geral. Nesta interação sobressaem, pelo

menos, três grandes temáticas:

- O ambiente, relacionado quer com o interesse pela natureza, quer com as crescentes preocupações ecológicas - que atravessam a ciência, a filosofia, as artes, a política - quer ainda com as práticas profissionais ligadas aos riscos naturais, à energia e às alterações climáticas. Acresce ainda que o ambiente tende a ser cada vez mais multidimensional, na ótica do desenvolvimento sustentável, incluindo o ambiente natural, social e económico.
- A cidadania, ligada às intensas relações entre o global e o local tanto no âmbito da participação cívica quanto nos processos participativos para o ordenamento e gestão do território. A identidade geográfica é atualmente uma questão muito complexa que entra também neste campo; a intensificação da mobilidade leva a que um número crescente de pessoas sinta uma diluição dos laços identitários, mas também um sentimento de múltipla pertença, assunto particularmente relevante nas iniciativas que visam, por exemplo, o realojamento ou a integração social de comunidades imigradas.
- As viagens, realizadas ou simplesmente idealizadas através da literatura, têm sido um dos principais atrativos da geografia ao longo dos séculos e mantém o fascínio, bem patente no grande número de revistas, obras literárias, programas televisivos ou sítios da internet que se dedicam ao assunto. Porém, as viagens são também o objeto primordial da atividade turística onde a geografia assume, ou pode assumir, um papel relevante, p.e. no planeamento de espaços turísticos ou na conceção de percursos e itinerários.

Isolado, o IGOT não terá capacidade para promover esta dinâmica. Assim, deverá estabelecer parcerias quer com as associações profissionais quer com as instituições, públicas e privadas, diretamente implicadas com o território. Em conjunto, parece desejável uma valorização do conhecimento geográfico tanto na vertente mais técnica quanto no campo de formação de cidadãos críticos e ativos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTHELOT, Jean-Michel (1990). *L'intelligence du social*, Paris, PUF, pp. 62-85.

COSTA, António F. & LOPES, João T. (coord.) (2008). *Os estudantes e os seus Trajectos no Ensino Superior: sucesso e insucesso, factores e processos, promoção de boas práticas*, Projecto PSE/DIV/0001/2006, relatório final.

RAYMOND, Q. e CAMPENHOUDT, Luc Van. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva

## NOTA BIOGRÁFICA

Herculano Cachinho, nasceu em 1960 em Lisboa. É geógrafo, Professor Associado do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), e investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG-UL). A sua investigação tem-se centrado em duas áreas temáticas: a geografia urbana, do comércio e do consumo, na qual tem dedicado particular atenção às questões da resiliência dos sistemas comerciais e da avaliação dos impactos dos centros comerciais; e a educação geográfica, domínio onde tem privilegiado a concepção de experiências de aprendizagem ancoradas na resolução de problemas e outras metodologias activas.



## O FUTURO PAPEL DA EDUCAÇÃO EM SIG NA CRIAÇÃO DE PENSADORES ESPACIAIS CRÍTICOS

### INTRODUÇÃO

Fornecer aos alunos capacidades, competências e conhecimentos críticos de pensamento espacial é um aspeto fundamental de qualquer curso de geografia (Whyatt, Clark e Davies, 2011), e os empregadores procuram em todos os graduados a compreensão de, e a capacidade para, debater questões multi-escalares do global ao local (Swyngedouw, 1992). A presença da capacidade para o pensamento espacial crítico na geografia é importante porque ajuda os alunos a aceder e a interpretar (geo) informação (Gryl, Jekel, & Donert, 2010), de modo a compreender a complexidade de muitos dos problemas espaciais que o nosso mundo hoje enfrenta (e.g. a compreensão das rápidas transformações mundiais, por exemplo, ou as tensões na região mediterrânea; não são “pessoas boas contra pessoas más”, não existe um “eixo do mal”). A geografia é uma ciência que enfatiza as interconexões e a inter-escalaridade, tanto na geografia como um todo (e.g. Allen & Massey, 1995; Hardwick & Holtgrieve, 1996) como em disciplinas específicas; por exemplo, transportes (Hay, 1977), geomorfologia (Cantón et al., 2011) e economia (Dicken, 1986). Estes são conceitos vitais e existe uma necessidade de nos concentrarmos neles, tanto na investigação que fazemos quanto no material que ensinamos (Del Casino, 2004; Moseley, 2009).

Estas interconexões são igualmente relevantes para os sistemas de informação geográfica (SIG) e para a geografia, particularmente quando se consideram os SIG à luz dos desenvolvimentos digitais recentes (Goodchild, 2008) e do desenvolvimento da geografia quantitativa (Longley, 2000). Geobrowsers (como o Google Earth) desenvolveram um novo tipo de SIG, tornando a informação espacial disponível para mais pessoas do que antes. Goodchild (2008) descreve como os geobrowsers foram desenvolvidos, recorrendo a uma abordagem que analisou o que poderia ser feito tecnicamente, em vez de se concentrar em atender às necessidades da comunidade de utilizadores. Embora tenham facilitado o acesso a informação espacial, também se pode argumentar que o advento dos *geobrowsers* reduziu o nível de literacia espacial entre aqueles que usam informação espacial, colocando em perigo estas capacidades de pensamento espacial crítico. A maior disponibilidade de informação geográfica aumentou o potencial de aplicação dos SIG e técnicas de geocomputação a uma ampla variedade de áreas, mas a falta de suficientes capacidades geoespaciais e os baixos níveis de literacia espacial inibiram-no severamente no Reino Unido (ESRC, 2013). Klein e Laurin (2005) testemunham como

\* Tradução livre de Diogo Silva e André Carmo, do original “The future role of GIS education in creating critical spatial thinkers”

as fragilidades da literacia espacial no Québec têm afetado a relevância social da geografia, particularmente ao nível da identidade das pessoas e da formação de cidadãos com consciência territorial. É por esta razão que vários autores, incluindo o *National Research Council* (NRC, 2006), Goodchild e Janelle (2010), Jarvis (2011), Favier (2011) e Goodchild (2011, 2014) enfatizam a necessidade de um enfoque crítico relativamente aos SIG, mesmo com todos os desenvolvimentos que ocorreram desde o início dos anos 90, porque o SIG tem que ver com o modo como usamos a tecnologia para responder a questões espaciais, além de ser sobre a tecnologia em si mesma.

Os cursos de geografia estão numa posição ideal para fornecer essa formação de literacia espacial, da qual os SIG podem ser uma componente-chave. A geografia é o conhecimento e a compreensão dos fenómenos e processos espaciais, bem como o significado das unidades espaciais da escala global ao microlocal (Jackson, 2006; National Research Council [NRC], 1997). Os SIG podem integrar as várias escalas relacionadas com fenómenos, processos e significados. Muitas unidades curriculares diferentes de um curso de geografia visam domínios muito especializados (e.g. habitação, mobilidade, coesão territorial, hidrologia, geomorfologia fluvial, etc.), mas existem relativamente poucas que podem ser usados para ensinar aos alunos as ligações entre estas diferentes áreas. Tanto o quadro teórico como o próprio SIG são ferramentas que podem ser usadas para entender as ligações entre os diferentes elementos. A geografia enquanto disciplina é um bom contexto para os SIG porque oferece a base para estabelecer essas interconexões (Kemp, Goodchild, & Dodson, 1992). No entanto, temos uma compreensão limitada acerca de como os alunos desenvolvem a sua própria compreensão concetual, com alunos diferentes a adotarem abordagens distintas (Madsen & Rump, 2012).

Infelizmente, as unidades curriculares de SIG podem frequentemente dedicar mais tempo ao desenvolvimento das capacidades técnicas associadas ao uso do ArcGIS, QGIS ou qualquer outro softwares de SIG, em vez de desenvolver a compreensão teórica dos problemas espaciais, a ciência por trás disso (i.e., a Ciência da Informação Geográfica) e a utilidade da informação espacial (ver Tabela 1 de Sui, 1995). Como resultado desse foco nas capacidades técnicas, os cursos de SIG podem atrair os estudantes tecnologicamente mais dotados devido à forte dependência da tecnologia informática. Consequentemente, esta dependência da literacia informática, leva a que aqueles mais familiarizados com os computadores progridam nos SIG com maior facilidade do que aqueles que não estão. Esta situação atual provavelmente resulta do facto de anteriormente os SIG estarem limitados pela tecnologia disponível, i.e. limitações ao nível da capacidade de processamento, limites no armazenamento de dados, etc. Por conseguinte, a questão era “como podemos ter a tecnologia para fazer o que queremos?” em vez de “o que queremos que a tecnologia faça?” Isto levou a que o ensino se focasse na competência técnica em vez de no pensamento espacial crítico.

TABELA 1  
Tópicos de ensino de SIG a partir de alguns participantes no retiro de escrita

DESCRIÇÃO DO TÓPICO

	O SIG ESTÁ INTEGRADO NUMA UNIDADE CURRICULAR MAIS AMPLA?	ANÁLISE SIG?
Desflorestação da floresta tropical da Amazônia/Perú: os padrões de ligação ao processo multiplicam-se pela escala para dar uma interpretação variada	Não	Não
Construção da estrada Mathora Relief através do R. Yamona, Vrindavan, Índia. Choque de ideias sobre o “desenvolvimento”, local vs. regional, conservação do património, da religião e da classe social/castas	Não	Não
Resultados de saúde como medida de capital físico e social	Não	Não
O poder da literatura cartográfica (Haneyl Woods). Registo crítico da política de produção de mapas. Uso da visualização através de Google Maps, etc. com os alunos	Não	Não
Apresentação da aula onde os estudantes registaram a experiência de um terramoto recente e estruturaram os resultados na geologia.	Sim	Não
Risco de cheia em Aberystwyth e na sua envolvente e como esse risco afecta a Política de Planeamento do Conselho do Condado de Ceredigion	Sim	Incerto
Regeneração da área das docas de Dublin: questões políticas (macro política e política local/comunitária), económicas, sociais e ambientais	Não	Não
Experiência local/turística da cidade de Birmingham como uma cidade global ou através de diferentes partes da cidade	Não	Não
Uso da paisagem pelos veados e o seu impacto na conservação de habitats e espécies raras. Até que ponto cada impacto se difundiu? Como é que cada espécie alcança o efeito de cada utilizador?	Sim	Não
Cheias em Exeter e Chichester: fatores primários e secundários, influências a jusante, aplicação e crítica do modelo de cheia LIS, algumas ligações entre o modelo de cheia e o SIG	Sim	Sim
Ensinar as questões do desenvolvimento, pesquisando um espaço problemático e o seu acesso - ou seja, o espaço da saúde. Reconhecendo que a saúde envolve género, água, crescimento, etc. Pode ser à escala individual, local, regional, nacional, global, etc. Identificar a escala útil de análise, conteúdo temporal e a sua apropriação.	Não	Não
Informação censitária – correlação entre diferentes escalas, compreendendo as interações e as explicações	Não	Não
Comparar diferentes representações do mesmo espaço nas artes ou na literatura e tentar explicar as diferenças ou as semelhanças	Não	Não
Analisar os possíveis impactos ambientais das mudanças num Parque Nacional e o aumento do tráfego na área devido ao aumento da acessibilidade. Isto requer que sejam consideradas as interações de pessoas, solo, água, animais, plantas e ar (e poluição) dentro da reserva existente, que é uma zona vulcânica activa que experiencia periodicamente incêndios devastadores e atividade vulcânica com presença de compostos de enxofre.	Não	Não
Produção de um Plano de Gestão do Risco de Cheia, usando o SIG para desenvolver análises hidrologicas	Sim	Sim
Seleção de local para uma fábrica de tintas, usando o SIG	Não	Sim

Agora, estas restrições são menores devido aos desenvolvimentos tecnológicos, permitindo que nos foquemos na questão “o quê” em vez de no “como”.

Este ênfase na tecnologia em vez de na informação espacial também se deve ao facto da maioria dos cursos básicos de cartografia em universidades de todo o mundo terem sido substituídos por cursos de SIG (Kessler & Slocum, 2011), e como sugerem Srivastava e Tait (2012, p. 528): “os mapas já não são necessariamente criados por especialistas, mas sim por *software*”, sublinhando o foco em capacidades de informação e comunicação (IC) em vez de literacia espacial. Os cursos de cartografia geralmente abrangiam uma variedade de aspetos sobre o pensamento espacial crítico, bem como conceção de mapas, e se estes foram substituídos por cursos de SIG que não abrangem o pensamento espacial crítico ou a conceção de mapas (Field, 2014), então não se irão ensinar aos alunos as competências de que precisam para serem capazes de criticamente interpretar mapas e informação espacial.

Mesmo com a diminuição das restrições possibilitada pelos desenvolvimentos tecnológicos, a percepção dos SIG enquanto questão técnica ainda persiste, e certas evidências mostram que as capacidades de IC ainda são importantes para poder usar efetivamente os SIG e progredir de forma eficiente ao longo de um curso (Appleton, 2012, comunicação pessoal, Bearman, Munday e McAvoy, 2015; McLennan & Gibbs, 2008). Isto também pode ocorrer porque os académicos que têm usado os SIG há alguns anos ainda estão focados nos SIG a partir de um ponto de vista “tecnologia primeiro”, provavelmente porque será aí que a sua experiência ou capacidade reside, ou devido ao facto de que uma alteração do seu material pedagógico iria consumir muito tempo e esforço. Ao conceber um currículo de SIG é comum que alguns dos aspetos teóricos sejam descartados a favor das sessões técnicas e práticas. Isto é comum em cursos de nível secundário e universitário por todo o Reino Unido, EUA, Portugal, e em muitos outros contextos de ensino (Sui, 1995).

Na nossa experiência (dos autores), as unidades curriculares de SIG podem muitas vezes ser sobre problemas específicos ou focados em problemas. Por exemplo, em muitas sessões práticas de SIG, dá-se ao aluno uma base de dados acompanhada de instruções acerca de como usar os SIG para processar a informação para obter uma análise final. Esta abordagem desenvolve a capacidade do aluno usar o *software* em questão, mas é discutível se esta abordagem acrescenta muito ao seu conhecimento sobre os tipos de questões que um SIG pode responder, ou como aplicar as ferramentas disponíveis a outras bases de dados. Existe também o risco de desenvolver uma abordagem de tipo “livro de receitas”, em que os alunos apenas seguem as instruções sem compreender o que elas significam (Pye, 2014, comunicação pessoal). Na nossa experiência, poucas unidades curriculares consideram todo o processo de resolução de problemas, i.e. identificação de problemas, recolha de informação, tratamento de informação, análise de SIG, avaliação de resultados do SIG e sua apresentação em SIG. Uma das razões para que isto aconteça é muito provavelmente o facto de que ensinar apenas a análise SIG e a avaliação de resultados do SIG é muito mais fácil do que completar todo o processo de resolução de problemas. Para além disso, pode ser difícil alcançar a abrangência de todo o processo e a profundidade da análise em SIG no tempo disponível para a unidade curricular. Também porque as universidades nunca conseguiram superar o paradigma baseado numa ra-

cionalidade técnica, as disciplinas tendem a ser organizadas em função do conteúdo e o ensino é invariavelmente centrado na transmissão do conhecimento em vez de promover o questionamento e a resolução de problemas (Cachinho, 2006). Além disso, as limitações de tempo podem resultar numa desconexão entre o conteúdo das aulas e os contextos laboratoriais no âmbito de um curso de SIG (Read, 2010). Isto pode limitar as ligações entre o pensamento espacial crítico e o uso técnico de SIG, limitando o desenvolvimento de interconexões de pensamento espacial crítico que os alunos podem fazer na aprendizagem geográfica.

### O PENSADOR ESPACIAL CRÍTICO

Durante a última década, o pensamento espacial atraiu a atenção de muitos investigadores em geografia e outras disciplinas. Bednarz e Lee (2011) associam este novo interesse no pensamento espacial à publicação de *Learning to Think Spatially* da NRC (2006) Committee on Spatial Thinking. Independentemente da influência que este estudo possa ter tido, a verdade é que, nos anos seguintes, vários autores procuraram identificar e avaliar as componentes do pensamento espacial e as capacidades e habilidades de pensadores espaciais críticos (Bednarz & Lee, 2011; Gersmehl & Gersmehl, 2007; Golledge, Marsh, & Battersby, 2008; Goodchild & Janelle, 2010; Janelle & Goodchild, 2009; Kim & Bednarz, 2013; Kuhn, 2012; Lee & Bednarz, 2009, 2012). Em geral, para estes académicos, um pensador espacial crítico deve dominar o seguinte conjunto de habilidades e capacidades:

- Compreender o efeito de escala e o papel dos pressupostos no uso de informação espacial;
- Reconhecer as dificuldades das inferências em informação multidimensional;
- Compreender as implicações dos problemas e da incerteza com a informação espacial;
- Aplicar a teoria geoestatística no uso de interpolação de informação espaço-temporal.

Estas habilidades e capacidades fornecem uma base para este artigo considerar como a educação em SIG pode começar a desenvolver os pensadores espaciais críticos do século XXI. Isto foi reconhecido por Goodchild e Janelle (2010, p. 10), ao sugerirem que “é evidente que os alunos devem ser treinados para os padrões de um pensador espacial crítico”. É um esforço desafiador que precisa de ser considerado e integrado na educação em SIG. O primeiro passo é construir uma imagem clara do conceito, e das características, do pensador espacial crítico.

Foi organizado um *workshop* pela *International Network for Learning and Teaching* (INLT) em Geografia, em Box Hill, Surrey, Reino Unido, no final de agosto de 2014 subordinado ao tema da Geografia no Ensino Superior. O *workshop* contou com a presença dos autores e proporcionou a oportunidade de reunir dados dos 30 participantes internacionais sobre as suas experiências e visões sobre o pensamento espacial crítico. Um formato de *world cafe* (Brown, Isaacs e The World Cafe Community, 2005) foi adotado para recolher informação ao longo de uma hora, durante a qual os participantes circularam e analisaram tabelas focadas em diferentes questões; no caso deste artigo, estas foram:

- Quais são as características chave de um pensador espacial crítico?
- Que exemplos de ensino de competências do pensamento espacial crítico pode oferecer?



Todos os académicos envolvidos nas discussões estão ligados à geografia, mas não necessariamente com o ensino ou investigação em SIG. Esta secção do artigo usa as respostas à primeira questão, enquanto a secção seguinte (Resumo da atual oferta em SIG) discute as respostas à segunda parte da questão.

Os resultados da discussão no *world café* sugerem que o pensador espacial crítico ideal seria alguém que consegue analisar e compreender criticamente questões espaciais em relação a três áreas: (i) informação espacial, (ii) processamento e análise espacial (incluindo modelação) e (iii) resultados espaciais e comunicação. Estas três áreas são descritas abaixo.

O pensamento crítico sobre informação espacial compreende um conjunto de habilidades-chave. Em primeiro lugar, o pensador espacial crítico deve ser capaz de localizar, selecionar e extrair a informação correta para abordar problemas espaciais. Em segundo lugar, o pensador espacial crítico deve compreender e reconhecer quaisquer limitações com escalas espaço-temporais e pressupostos na informação espacial. Em terceiro lugar, o pensador espacial crítico precisa de desenvolver a capacidade de integrar diferentes tipos de informação espacial, tanto em termos de escalas espaciais como temporais. Uma componente crucial do pensador espacial crítico deve ser não o domínio de cada uma das habilidades mas sim a capacidade de aplicar cada uma delas de modo apropriado aquando da resolução de um problema espacial. Esta capacidade de selecionar a informação correta relaciona-se com o próximo conjunto de competências do pensador espacial crítico que é a análise da informação.

Uma vez selecionada a informação adequada pelo aluno, recorrendo às competências descritas acima, a próxima etapa do processo é a análise espacial e o processamento da informação, que requerem outro conjunto de competências de pensamento espacial. Estas competências encontram-se estruturadas em torno da compreensão do significado da informação espacial utilizada e do desenvolvimento da compreensão para além do nível básico que é possibilitado pela informação. Estas incluem:

- habilidade para identificar, avaliar e justificar os métodos de análise espacial usados;
- capacidade para argumentar espacialmente e compreender os processos e os efeitos inter-escalares, do local ao global;
- considerar as relações entre processos físicos e humanos;
- capacidade de ir além do espaço euclidiano rumo à modelação de tipos de espaços fenomenológicos, por exemplo: espaço-tempo e mapas mentais;
- consciência das dinâmicas causais, dos processos sistémicos, das interações e das tendências; e
- capacidade de observar e compreender as interconexões entre os diferentes tipos de fatores e domínios: físico/humano; cultura/natureza; sociedade/espaço; e local/global.

Cada uma destas diferentes habilidades identificadas através das discussões, é particularmente importante na defesa dos métodos de análise e processamento de informação por um pensador

espacial crítico. Isto ajuda o utilizador a entender o impacto que a utilização desta informação tem sobre a análise que é feita. O conjunto final de competências necessário por parte de um pensador espacial crítico encontra-se na próxima etapa do processo de resolução do problema. Até agora, os pensadores espaciais críticos selecionaram informação apropriada para o problema que estão a resolver e levaram a cabo análises adequadas dessa informação; o passo final neste processo é gerar resultados relevantes e úteis.

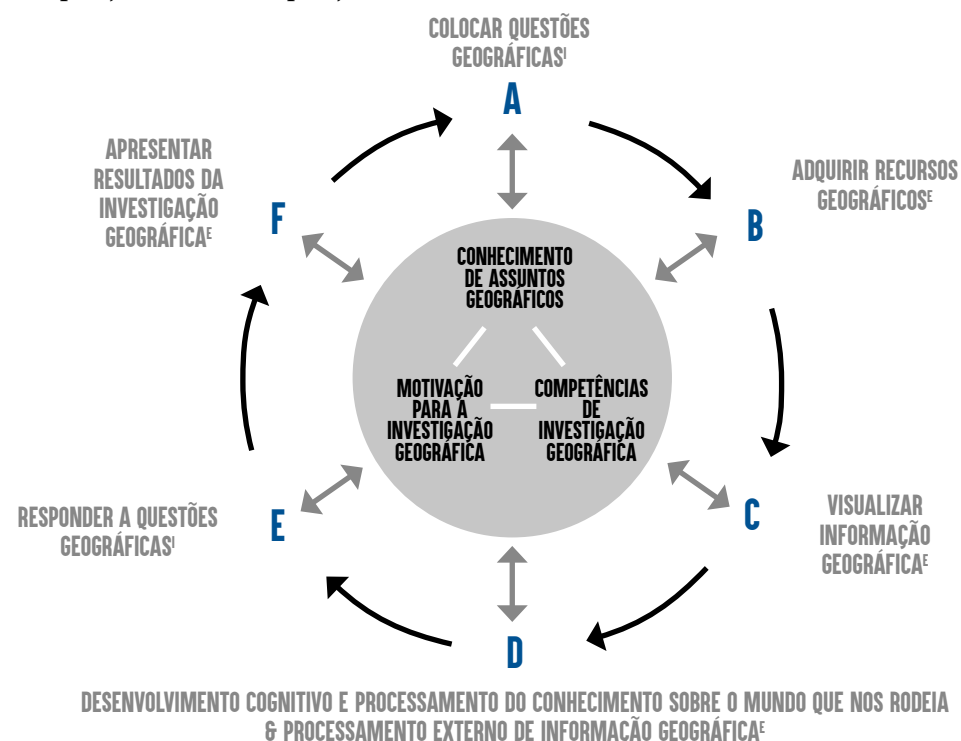
Os pensadores espaciais críticos devem considerar os resultados criados através do processo de utilização de informação e análise espacial para resolução de problemas. O pensador espacial crítico precisa de compreender os aspetos conceptuais e técnicos do papel da escala nos mapas, bem como reconhecer que existem múltiplas perspetivas de interpretação da mesma informação. Como Kim, Bednarz e Kim (2012), Bunch e Lloyd (2006) e Liben (2006), entre outros, destacam, enquanto forma de representação espacial, o mapa é uma das mais importantes ferramentas de comunicação da geografia. Assim, o pensador espacial crítico precisará de visualizar dados de diferentes formas, considerando o público a quem se dirige o resultado. Para além disso, o desejo de representar a informação espacial de formas inovadoras, entusiasmantes e informativas para uma variedade de perspetivas será crucial para assegurar o futuro do desenvolvimento de novas técnicas de apresentação de informação. Por fim, o pensador espacial crítico deve olhar para quaisquer resultados e ser capaz de apresentar uma crítica dos seus pontos fortes e fracos (Monmonier, 1996). Uma vez capaz de considerar cada um destes diferentes aspetos, o pensador espacial crítico pode gerar resultados para alcançar os objetivos da tarefa.

Existem várias definições de “pensador espacial crítico”, incluindo a do *University Consortium for Geographic Information Science*, Body of Knowledge (UCGISBoK) (DiBiase et al., 2006) que foi adotada pela Associação de Geógrafos Americanos como um conjunto de requisitos padronizados para além dos discutidos anteriormente. Há uma secção do UCGIS BoK sobre fundamentos conceptuais, que são análogos à definição de um pensador espacial crítico que foi discutida acima. No entanto, ainda existe um enviesamento significativo no sentido das competências técnicas do SIG, quando comparadas com as questões não-técnicas do pensamento espacial crítico (DeMers, 2009). Por conseguinte, colocámos em evidência as competências que consideramos necessárias, que complementam aquelas que foram discutidas noutros locais.

## DO PENSAMENTO SIG ATUAL PARA O PENSAMENTO ESPACIAL CRÍTICO

A secção anterior delineou as competências que um pensador espacial crítico deve desenvolver, com base na literatura e nas nossas discussões no *world cafe* promovido pela INLT. Esta secção avalia até que ponto as competências do pensamento espacial crítico já são ensinadas a estudantes de licenciatura em geografia e, de seguida, discute as áreas onde existe potencial para melhoramentos.

**FIG. 1**  
Os processos adotados na resposta a questões geográficas (Favier, 2011).  
Notas: i, operações internas; E, operações externas.



Normalmente, em muitas universidades, o SIG é ensinado como parte obrigatória de uma unidade curricular sobre competências, mais ampla, no primeiro ano. Depois disso, numa unidade curricular especializada, normalmente como escolha opcional. Grande parte do ensino de SIG é feita nestas unidades autónomas e especializadas e, muitas vezes, carece de uma integração mais abrangente (i.e. o SIG não está incorporado numa área de aplicação específica). Esta integração mais ampla é crucial para definir o uso do SIG no quadro da problemática mais abrangente e permitir que o aluno veja como este se integra no ciclo problema – avaliação – solução. Isto é mostrado muito claramente na Figura 1, de Favier (2011).

Favier adapta o modelo presente nos *National Geography Standards* (National Education Standards Project, 1994) e divide as etapas em seis processos: (A) colocar questões geográficas, (B) adquirir recursos geográficos, (C) visualizar informação geográfica, (D) processamento cognitivo do conhecimento sobre o mundo que nos rodeia, (E) responder a questões geográficas e (F) apresentar resultados da investigação geográfica. O pensamento espacial crítico exige que o aluno pense em todas as etapas deste processo e, idealmente, também no seu ensino através de SIG. O primeiro passo é colocar questões geográficas, que precisam de ser feitas no contexto da configuração da questão SIG, daí a situação ideal de situar a aprendizagem do SIG no quadro de um contexto específico de aplicação. Adquirir recursos geográficos, explorar dados geográficos e analisar informações geográficas são todas tarefas mais adaptadas ao SIG e podem ser levadas a cabo efetivamente no âmbito de uma unidade curricular de SIG. No entanto, as etapas finais (responder a questões geográficas e apresentar os resultados) requerem a informação contextual do estudo de caso, i.e. que mudanças ou recomendações são feitas para abordar o problema em questão. São estas primeiras e as últimas etapas que são frequentemente excluídas do ensino de SIG e a sua inclusão abordará algumas das questões relacionadas com o pensamento espacial crítico.

Outro aspeto desta questão são as competências necessárias para usar de modo mais eficiente a representação espacial da informação (i.e. mapeamento). O relatório do Conselho de Investigação Económico e Social (ESRC, 2013) discute amplamente o conhecimento técnico limitado na geografia, fazendo notar que se os geógrafos não começarem a programar, serão outros a criar as ferramentas que os geógrafos precisam de usar. Isto pode ser problemático se as ferramentas disponíveis não fazem o que deveriam fazer. Também sugere que diferentes métodos de representação da informação precisam de ser combinados: “É importante mudar as perspetivas, para que diferentes métodos sejam vistos como complementares, enfatizando os atributos agregadores e não os diferenciadores dos métodos quantitativos, métodos qualitativos e visualização (principalmente SIG e cartografia)” (ESRC, 2013, p. 16). Esta necessidade de combinação e integração, tanto na geografia como nas ciências sociais em geral, também é salientada por Hennig (2015) e Hammett, Twyman e Graham (2015), que discutem a passagem do mapeamento para a forma escrita por parte dos geógrafos.

Foi conduzido um inquérito informal aos académicos que participaram no INLT no retiro de escrita sobre Geografia. O inquérito foi realizado após o retiro, permitindo que os académicos desenvolvessem os comentários fornecidos na sessão de *world cafe*. A partir destes comentários e do inquérito, ganhou forma um leque de abordagens de ensino do SIG. Estas abrangiam tanto as unidades totalmente integradas como aquelas especializadas em SIG (ver Tabela 1). Das 16 experiências de ensino diferentes discutidas, apenas 5 eram unidades curriculares de SIG integrados, onde havia uma abordagem de estudo de caso, e 3 delas correspondiam simplesmente à criação e discussão de mapas, em vez de uma análise de SIG *per se*. Uma das unidades de análise em SIG correspondia a uma aplicação de hidrologia, em que um modelo de inundações foi desenvolvido e criticado no quadro dessa unidade. A integração deste exercício foi limitada, porque envolvia dois docentes distintos envolvidos na

unidade curricular sem tempo suficiente para integrar de modo mais coerente o estudo de caso. Além disso, dadas as limitações de tempo de aulas, os docentes disseram que os alunos precisaram de mais tempo dedicado à explicação do processo de SIG e do modelo (a maioria dos estudantes tinham pouca experiência em SIG), o que limitou o tempo disponível para contextualização desta prática. A outra unidade curricular integrada com análise SIG foi uma unidade semelhante baseada em inundações/hidrologia. A tabela 1 inclui duas unidades curriculares provenientes das experiências dos autores, que são discutidas abaixo.

Numa unidade de gestão fluvial e costeira na Universidade de West England, Bristol (UWE), espera-se que os alunos usem SIG para levar a cabo análises hidrológicas para avaliar o risco de inundações numa bacia hidrográfica no sudoeste da Inglaterra. Isto inclui a aprendizagem sobre tipos de informação espacial, tais como modelos digitais de elevação, e as limitações e pressupostos associados ao uso desses dados para análises hidrológicas. Os dados são utilizados numa série de processos hidrológicos ArcGIS para preparar e usar a informação na análise hidrológica. Os resultados da análise hidrológica são depois associados à informação recolhida (e.g. inquéritos) no campo pelos alunos e combinada para criar um Plano de Gestão de Risco de Cheia para uma secção do rio. Esta unidade liga o assunto de interesse (rios e áreas costeiras) com a informação geográfica e as competências necessárias para realizar análises nesta área.

Um segundo exemplo de uma prática de aprendizagem baseada em problemas em SIG, desenvolvida na Universidade de East Anglia, resulta da seleção de localizações. Esta prática mostra aos alunos como um conjunto de critérios podem ser aplicados num SIG (a menos de 500m de uma estrada principal, a mais de 600m de um rio, longe das zonas de infiltração para furos, etc.) para encontrar um conjunto de localizações possíveis para uma nova fábrica de tintas. Em comparação com o modelo de boas práticas de aprendizagem baseada em problemas (Read, 2010), esta prática é atualmente desenhada de um modo que não explica particularmente bem os critérios, nem os próximos passos, após levar a cabo a análise de seleção das localizações. Tal prática pode ser configurada numa unidade curricular de planeamento ou de hidrologia de forma bastante efetiva, permitindo que os alunos explorem e usem o SIG para aplicar os critérios de planeamento para a localização de uma fábrica de tintas (e.g. distância a estradas, rios e infraestruturas) ou hidrologia (e.g. taxas de infiltração). Portanto, permitindo a discussão do racional subjacente aos critérios escolhidos, poderia haver uma discussão sobre as leis e políticas de planeamento relevantes e assim por diante. A configuração do planeamento também permitiria a discussão de como representar da melhor maneira as opções potenciais para o utilizador/cliente final e o que acontece depois da análise SIG. Se a prática permanecesse, na sua configuração atual, dentro de uma unidade curricular de SIG, seria benéfico incluir, ou pelo menos discutir, os motivos de escolha dos critérios e os usos dos resultados produzidos.

Estas experiências resultam dos pontos de vista de uma amostra relativamente pequena de académicos. O grupo é auto-selecionado e as opiniões aqui expressas são de académicos interessados no ensino (uma vez que eles participaram no retiro de escrita sobre ensino e aprendizagem). Assim, apesar de

estes resultados não serem representativos, eles oferecem um ponto de partida para discussão. O ideal seria incluir o *feedback* dos alunos sobre os cursos que eles frequentaram, acerca do quanto eles acreditam que estes os prepararam para as suas futuras carreiras. Isto não foi possível com esta investigação, mas é algo importante para considerar no futuro.

## RESUMO DA ATUAL OFERTA EM SIG

O uso de SIG é cada vez mais fácil e maior do que há cinco anos, graças ao número de ferramentas e bases de dados disponíveis. De um ponto de vista da aprendizagem, seria ideal se o SIG pudesse ser incorporado como uma ferramenta em cada unidade curricular específica, como sucede na aprendizagem interdisciplinar noutras áreas temáticas, tais como os profissionais de saúde que beneficiaram desta abordagem à aprendizagem (Cooper, Carlisle, Gibbs, e Watkins, 2001). Ivanitskaya, Clark, Montgomery e Primeau (2002, p. 95) sugerem que, através da aprendizagem interdisciplinar, os alunos desenvolvem “crenças epistemológicas mais avançadas, capacidades de pensamento crítico melhoradas e competências metacognitivas, e uma compreensão das relações entre perspectivas derivadas de diferentes disciplinas”. Por exemplo, na geografia, uma unidade curricular de hidrologia poderia incluir um elemento de uso de SIG para mapear o risco potencial de inundação, ou para modelar o curso do rio numa determinada localização. Isto permitiria que os alunos compreendessem a definição do problema, como o SIG pode ser aplicado na sua resolução, através da experiência de todo o ciclo de investigação: desenvolver a solução no SIG e depois avaliar e discutir quão eficaz é a solução. Este é um tema essencial do *Boyer Report* (Boyer Commission, 1998) cuja missão era sugerir um modelo de ensino superior que transformaria profundamente a educação em cursos de graduação. Mais do que focar-se apenas na pesquisa, investigação e descoberta como parte da missão das universidades, mostra claramente que uma tal abordagem deve ser integrada na experiência dos alunos de licenciatura. O resultado esperado de tal abordagem é a criação de graduados que compreendem a coerência do corpo de conhecimento da sua disciplina, e compreendem a interligação desse conhecimento com outros. Eles devem ser capazes de pensar logicamente e ser capazes de explicar os resultados desse pensamento lógico de forma coerente – competências em falta num grande número de graduados universitários.

Como mencionado anteriormente, infelizmente o SIG é frequentemente ensinado numa unidade curricular especializada em competências de base, não possuindo assim a informação sobre contexto e interligação acima apresentada. Há um conjunto de boas razões pelas quais as unidades são concebidas desta forma, incluindo:

- Dificuldade técnica derivada do SIG exigir um ensino especializado.
- Limitação de tempo e competência por parte do corpo docente para integrar o SIG nas unidades curriculares existentes.
- São requeridas certas competências tecnológicas aos alunos para que possam usar mais eficazmente os SIG.
- A aplicação dos SIG necessita de um tempo supervisionado em laboratórios informáticos, o que



é difícil de integrar no horário (embora o trabalho básico em SIG possa ser feito fora do laboratório informático, fora do tempo de aulas do aluno ou no seu próprio computador numa sala de aula, embora possa existir um risco muito maior de problemas técnicos, dependendo do software envolvido).

- Fazer mudanças significativas numa unidade curricular existente pode envolver um certo nível de resistência institucional.
- Resistência à mudança e inovação do corpo docente, em grande parte devido à sua formação académica.

Não obstante, mais poderia ser feito para desenvolver abordagens de aprendizagem baseada em problemas para SIG. Poderia haver uma maior preocupação com o enquadramento do estudo de caso, e como o SIG pode aplicar-se. Por exemplo, usando o exemplo anterior da fábrica de tinta, isto poderia ser feito incluindo maior justificação para os, e explicação dos, critérios de planeamento, i.e. que leis e regulamentos definem que a fábrica de tintas precisa de se localizar a mais de 600m de um rio, etc. Dependendo da disciplina, os alunos poderiam ser convidados a investigar estes elementos antes da sessão prática de SIG e assim fornecerem eles próprios os critérios para a análise SIG.

Nalgumas instituições, o SIG já é ensinado dentro de uma unidade integrada, embora frequentemente no âmbito de uma unidade curricular baseada em competências em vez de uma unidade temática. Existe um conjunto de unidades temáticas, tais como a Gestão de Rios e Áreas Costeiras e uma unidade de Geografia Física de 3º ano na UWE que integra SIG, mas da nossa experiência, são ainda em número insuficiente. Mais comuns são as unidades de SIG que abrangem um leque de competências e aplicações dos SIG, mas que não têm um conteúdo subjacente e, portanto, as etapas “colocar geográficas” e “atuar sobre o conhecimento geográfico”, que inscrevem o pensamento espacial crítico em contextos reais, são ignoradas.

O SIG pode ser usado como uma ferramenta para analisar relações espaciais e ajudar a educar os geógrafos sobre o motivo pelo qual a relação entre muitos objetos espaciais é importante (Bednarz, 2004). O SIG pode conseguir isso através da ênfase em “... expressão visual, colaboração, exploração e intuição, e a singularidade do lugar...” (Wright, Goodchild, & Proctor, 1997, p. 358). Os geógrafos não são simplesmente aqueles que estudam geografia; as lições e técnicas podem ser aplicadas a quaisquer alunos e o SIG é uma ferramenta valiosa e saber usá-la é importante (como é o pensamento espacial crítico) para qualquer graduado (Dunn et al., 1997; Whyatt et al., 2011). Existe a oportunidade de desenvolver o currículo de SIG atual para incluir mais dos “primeiros” e “últimos” elementos do processo de pensamento geográfico (i.e. colocar questões geográficas e atuar sobre o conhecimento geográfico), incluindo mais informação contextual. A discussão dos resultados produzidos em ambiente SIG deveria incluir também o processo de avaliação da “resposta” do SIG e inclusivamente discutir que as respostas do SIG não são necessariamente sempre corretas. Isto permitirá que os utilizadores (ou alunos neste caso) sejam críticos sobre a resposta fornecida pelo SIG e não se limitem simplesmente

a aceitá-la. Este elemento pode ser incluído num quadro de ensino mais amplo de análise crítica de mapas para ajudar os alunos a pensar verdadeiramente sobre o que é representado num mapa e, em seguida, aplicar essa mesma abordagem crítica na criação dos seus próprios mapas, desenvolvendo competências fundamentais de pensamento espacial crítico (Committee of Geography, 2000).

Se os alunos que frequentam uma unidade curricular de SIG também completaram algumas unidades de geografia humana, então eles poderiam discutir como os mapas são apenas representações de uma realidade particular e subjetiva. Também é relevante para todos os alunos discutir como a informação espacial é apenas uma representação possível da realidade e, assim, orientar neste sentido a compreensão dos alunos sobre informação espacial e informação em termos gerais. Com base nisto, todos os alunos podem discutir o conceito de incerteza no âmbito da conceptualização da informação espacial, bem como o modo como a informação é armazenada e representada no âmbito da informação espacial, e como a incerteza se pode propagar através da análise. Através do ensino e da compreensão dos alunos, estes conceitos aumentam a probabilidade dos estudantes poderem aplicar o conhecimento adquirido a muitos cenários diferentes (Bednarz, 2004).

## CONCLUSÕES

O pensamento espacial crítico tem sido amplamente discutido neste artigo, sendo identificado como um dos aspetos teóricos do SIG aplicado, i.e. compreender como os objetos no mundo se relacionam geograficamente entre si, como são representados no SIG e como um SIG pode ser usado para analisar tais relações. Este conjunto de competências é separado das (mas relacionado com) competências técnicas para usar diferentes SIGs para realizar análises e uma compreensão integral do primeiro é necessária para (do nosso ponto de vista) ser capaz de implementar eficazmente o último.

Os métodos atuais de ensino de SIG foram considerados, bem como o facto de que a inclusão do SIG dentro de unidades curriculares de competências específicas geralmente limita a capacidade para incluir os requisitos iniciais do projeto. Esses requisitos iniciais do projeto são importantes porque eles levam à decisão de usar o SIG e, posteriormente, influenciam a aplicação dos resultados da análise SIG ao projeto original. Uma forma de lidar com esta situação passa por incorporar o SIG em unidades temáticas, por exemplo, observando os fluxos da população numa unidade sobre migrações. No entanto, isto é bastante difícil de alcançar, devido às limitações de tempo e aos recursos disponíveis no ensino universitário, além da potencial resistência à mudança nas universidades. Uma abordagem alternativa que discutimos passa por desenvolver o próprio problema dentro de uma unidade curricular SIG, por exemplo, através de um estudo de caso. Discutimos esta proposta tendo como referência vários das nossas unidades curriculares de ensino de SIG e exploramos a viabilidade desta proposta.

A competência do pensamento espacial crítico, que procura que os alunos sejam capazes de compreender as relações espaciais que diferentes objetos têm e saber como podemos analisar essas relações, é algo que é inerente à natureza interdisciplinar da geografia. Esta competência é, sem dúvida, conhecida por uma variedade de nomes em diferentes áreas e é algo fundamental para o SIG. Infe-

lizmente, pode ser removida num currículo SIG sob pressão, levando em última análise a uma compreensão mais pobre do SIG e a um menor nível de empregabilidade nesta área científica. Este artigo discutiu diferentes abordagens para lidar com este problema, tanto através de uma unidade curricular baseada em competências SIG como através de uma unidade temática integrada.

Este tópico pode ser desenvolvido de duas formas distintas, mas complementares, no futuro. Em primeiro lugar, a questão pode ser considerada de um ponto de vista pedagógico, olhando para o modo como a dimensão técnica do SIG pode ser mais eficazmente integrada nos estudos de caso. Por exemplo, uma análise comparativa de estudantes com uma elevada literacia informática vs. alunos com reduzidos níveis de literacia informática expostos a análises SIG idênticas. Uma das principais vias de investigação envolve a psicologia cognitiva e neurofisiologia. O trabalho seminal de Gersmehl e Gersmehl (2007) sobre o pensamento espacial em crianças desconstrói algumas das capacidades de pensamento crítico de que falamos aqui e que muita da aprendizagem espacial pode resultar de um processo contínuo desde a infância até à idade adulta. Investigações futuras desta natureza não só terão de considerar as competências informáticas, mas também a exposição anterior à aprendizagem espacial. Uma abordagem seria aplicar um pré-teste que indicaria uma linha de base de competências espaciais, antes de qualquer ensino e avaliação.

Em segundo lugar, pode ser construída uma agenda de investigação, descrevendo algumas das ideias já discutidas e desenvolvendo-as para criar uma definição de “cidadão espacial”, ligando-a à investigação existente que desenvolve este assunto. Isto estaria particularmente associado a alguma da literatura geral na área da pedagogia, bem como especificamente em termos de métodos e abordagens de ensino SIG. Os resultados desta agenda de investigação seriam simultaneamente benéficos para os membros da comunidade geográfica que ensinam as competências associadas ao pensamento espacial crítico, bem como a pessoas fora da geografia que também estão interessadas nessas competências. Isto também apoiaria o desenvolvimento de professores em regime de exclusividade nos departamentos de geografia (Bearman, Dyer, Walkington e Wyse, 2015). Esta abordagem poderia ser alcançada considerando o SIG como uma competência de literacia genérica (como a literacia numérica ou escrita ou a literacia informática) e, assim, o SIG precisaria de ser integrado no currículo em muitas unidades curriculares diferentes.

O SIG atingiu uma nova fase no seu desenvolvimento tecnológico e agora podemos avançar de um ponto de vista puramente técnico (limitado pelo que o software SIG pode fazer) e continuar a desenvolver a capacidade de pensamento espacial crítico em geografia dentro do quadro que o SIG nos oferece. Isto permite que as questões espaciais sejam ensinadas a partir de um ponto de vista de aprendizagem baseada em problemas, em vez de um ponto de vista técnico do SIG, o que abrange de todo o processo de investigação geográfica. No entanto, existem limitações com esta abordagem, decorrentes principalmente da ampla gama de capacidades e competências técnicas que os estudantes de graduação têm, muitas vezes exigindo intervenção para desenvolver as suas competências técnicas antes de poderem obter o máximo das suas capacidades de pensamento espacial crítico e do *software* SIG.

## NOTAS

1. ESRI ArcGIS, <http://www.esri.com/software/arcgis>.
2. QGIS, <http://www.qgis.org>.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que participaram na formação de escrita promovida pela *International Network for Learning and Teaching in Geography* (INLT) nos dias 30 e 31 de agosto de 2014 pelos seus contributos nas nossas discussões, e à INLT e ao *Journal of Geography in Higher Education* (JGHE) pela organização desta formação. Agradecemos igualmente a Helen Walkington e a Richard Treves pelo seu feedback numa versão preliminar deste artigo.

## DECLARAÇÃO DE DIVULGAÇÃO

Os autores não reportaram quaisquer conflitos de interesse.

## REFERÊNCIAS

- Allen, J., & Massey, D. (1995). *Geographical worlds. The shape of the world: Explorations in human geography I*. Oxford: Open University.
- Bearman, N., Dyer, S., Walkington, H., & Wyse, S. (2015). The power of collective tactics: Response to Peters and Turner. *Environment and Planning A*, 47, 1015–1016.
- Bearman, N., Munday, P., & McAvoy, D. (2015). Teaching GIS outside of geography: A case study in the School of International Development, University of East Anglia. *Journal of Geography in Higher Education*, 39, 237–244.
- Bednarz, R., & Lee, J. (2011). The components of spatial thinking: Empirical evidence. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 21, 103–107.
- Bednarz, S. W. (2004). Geographic information systems: A tool to support geography and environmental education? *GeoJournal*, 60, 191–199.
- Boyer Commission. (1998). *Reinventing Undergraduate Education: A Blueprint for America's Research Universities*. <http://eric.ed.gov/?id=ED424840>, acedido a 21 de abril de 2015.
- Brown, J., Isaacs, D., & The World Cafe Community. (2005). *The World Cafe: Shaping our futures through conversations that matter* (1st ed.). San Francisco, CA: Berrett-Koehler.
- Bunch, R. L., & Lloyd, R. E. (2006). The cognitive load of geographic information. *The Professional Geographer*, 58, 209–220.
- Cachinho, H. (2006). Creating wings: The challenges of teacher training in post-modernity. In K. Purnell, J. Lidstone, & S. Hodgson (Eds.), *Changes in geographical education: Past, present and future*, Proceedings of the International Geographical Union Commission on Geographical Education (pp. 96–102). Brisbane, Australia: IGU.
- Cantón, Y., Solé-Benet, A., de Vente, J., Boix-Fayos, C., Calvo-Cases, A., Asensio, C., & Puigdefàbregas, J. (2011). A review of runoff generation and soil erosion across scales in semiarid south-eastern Spain [Deserts of the World Part IV: Iberian Southeast]. *Journal of Arid Environments*, 75, 1254–1261. doi: 10.1016/j.jaridenv.2011.03.004
- Committee on Geography, National Academies Commission on Geosciences, Environment, and Resources. (2000). *Support for thinking spatially: The incorporation of geographic information science across the K-12 curriculum* (não publicado). Washington, DC: National Research Council.
- Cooper, H., Carlisle, C., Gibbs, T., & Watkins, C. (2001). Developing an evidence base for interdisciplinary learning: A systematic review. *Journal of Advanced Nursing*, 35, 228–237.
- Del Casino, V. J., Jr. (2004). Scaling health and healthcare: Re-presenting Thailand's HIV/AIDS epidemic with world regional geography students. *Journal of Geography in Higher Education*, 28, 333–346. doi:10.1080/0309826042000242549
- DeMers, M. N. (2009). Using intended learning objectives to assess curriculum materials: The UCGIS body of knowledge.

*Journal of Geography in Higher Education*, 33 (Supl. 1), S70–S77. doi: 10.1080/03098260903033980

DiBiase, D., DeMers, M., Johnson, A., Kemp, K., Luck, A. T., Plewe, B., & Wentz, E. (2006). *Geographic information science and technology body of knowledge*. Washington, DC: Association of American Geographers (AAG) and the University Consortium for Geographic Information Science (UCGIS). Recuperado em [http://www.aag.org/galleries/publications-files/GIST\\_Body\\_of\\_Knowledge.pdf](http://www.aag.org/galleries/publications-files/GIST_Body_of_Knowledge.pdf)

Dicken, P. (1986). *Global shift*. Mapping the changing contours of the world economy. New York, NY: Guildford Press.

Dunn, C. E., Atkins, P. J., & Townsend, J. G. (1997). GIS for development: A contradiction in terms? *Area*, 29, 151–159.

ESRC. (2013). *International benchmarking review of UK human geography*. Economic and Social Research Council. Recuperado de <http://www.esrc.ac.uk/funding-and-guidance/tools-and-resources/impact-evaluation/UK-human-geography.aspx>

Favier, T. (2011). *GIS in inquiry-based secondary geography education*. VU University Amsterdam. Retrieved from <http://www.timfavier.com/dissertation.html>

Field, K. (2014). A cacophony of cartography. *The Cartographic Journal*, 51(1), 1–10.

Gersmehl, P. J., & Gersmehl, C. A. (2007). Spatial thinking by young children: neurologic evidence for early development and “Educability”. *Journal of Geography*, 106, 181–191. doi: 10.1080/00221340701809108

Golledge, R., Marsh, M., & Battersby, S. (2008). Matching geospatial concepts with geographic educational needs. *Geographical Research*, 46, 85–98.

Goodchild, M. F. (2008). The use cases of digital earth. *International Journal of Digital Earth*, 1, 31–42. doi: 10.1080/17538940701782528

Goodchild, M. F. (2011). Spatial thinking and the GIS user interface. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 21, 3–9.

Goodchild, M. F. (2014, Agosto). Two decades on: Critical GIScience since 1993. *Le Géographe Canadien*, n/a–n/a. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/cag.12117/pdf>. doi:10.1111/cag.12117

Goodchild, M. F., & Janelle, D. G. (2010). Toward critical spatial thinking in the social sciences and humanities. *GeoJournal*, 75, 3–13.

Gryl, I., Jekel, T., & Donert, K. (2010). GI and spatial citizenship. In T. Jekel, A. Koller, K. Donert, & R. Vogler (Eds.), *Learning with Geoinformation V – Lerner mit Geoinformation V* (pp. 2–11). Berlin: Wichmann Verlag.

Hammett, D., Twyman, C., & Graham, M. (2015). *Research and development in fieldwork* (pp. 274–275). Abingdon: Routledge.

Hardwick, S. W., & Holtgrieve, D. G. (1996). *Geography for educators: Standards, themes, and concepts*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.

Hay, A. M. (1977). Transport geography. *Progress in Human Geography*, 1, 313–318. doi: 10.1177/030913257700100208

Hennig, B. (2015). Geographic visualization in social sciences: Draw more maps! [Blog post]. Recuperado de <http://www.viewsoftheworld.net/?p=4342>

Ivanitskaya, L., Clark, D., Montgomery, G., & Primeau, R. (2002). Interdisciplinary learning: Process and outcomes. *Innovative Higher Education*, 27, 95–111.

Jackson, P. (2006). Thinking geographically. *Geography*, 91, 199–204.

Janelle, D. G., & Goodchild, M. F. (2009). Location across disciplines: Reflection on the CSISS experience. In H. Scholten, N. van Manen, & R. Velde (Eds.), *Geospatial technology and the role of location in science* (pp. 15–29). Dordrecht: Springer.

Jarvis, C. H. (2011). Spatial literacy and the postgraduate GIS curriculum. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 21, 294–299.

Kemp, K. K., Goodchild, M. F., & Dodson, R. F. (1992). Teaching GIS in geography. *The Professional Geographer*, 44, 181–191. doi:10.1111/j.0033-0124.1992.00181.x

Kessler, F. C., & Slocum, T. A. (2011). Analysis of thematic maps published in two geographical journals in the twentieth century. *Annals of the Association of American Geographers*, 101, 292–317. doi:10.1080/00045608.2010.544947

Kim, M., & Bednarz, R. (2013). Development of critical spatial thinking through GIS learning. *Journal of Geography in Higher Education*, 37, 350–366. doi:10.1080/03098265.2013.769091

Kim, M., Bednarz, R., & Kim, J. (2012). The ability of young Korean children to use spatial representations. *International Research in Geographical and Environmental Education*, 21, 261–277.

Klein, J. L., & Laurin, S. (2005). *L'éducation géographique. Formation du citoyen et conscience territoriale*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec.

Kuhn, W. (2012). Core concepts of spatial information for transdisciplinary research. *International Journal of Geographical Information Science*, 26, 2267–2276. doi:10.1080/13658816.2012.722637

Lee, J., & Bednarz, R. (2009). Effect of GIS learning on spatial thinking. *Journal of Geography in Higher Education*, 33, 183–198. doi:10.1080/03098260802276714

Lee, J., & Bednarz, R. (2012). Components of spatial thinking: Evidence from a spatial thinking ability test. *Journal of Geography*, 111, 15–26.

Liben, L. S. (2006). Education for spatial thinking. In W. Damon & R. Lerner (Series Eds.) & K.A. Renninger & I. E. Sigel (Vol. Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 4. Child psychology in practice* (pp. 197–247). Hoboken, NJ: Wiley.

Longley, P. A. (2000). The academic success of GIS in geography: Problems and prospects. *Journal of Geographical Systems*, 2, 37–42. doi:10.1007/s101090050027

Madsen, L. M., & Rump, C. (2012). Considerations of how to study learning processes when students use GIS as an instrument for developing spatial thinking skills. *Journal of Geography in Higher Education*, 36, 97–116. doi:10.1080/03098265.2011.576336

McLennan, T., & Gibbs, S. (2008). Has the computing competence of first year university students increased during the last decade? In *Proceedings Ascilite Melbourne 2008*. Melbourne. Recuperado de <http://www.ascilite.org.au/conferences/melbourne08/procs/mclennan.pdf>

Monmonier, M. (1996). *How to lie with maps* (2.<sup>a</sup> Ed.). London: University of Chicago Press.

Moseley, W. G. (2009). Beyond knee-jerk environmental thinking: Teaching geographic perspectives on conservation, preservation and the Hetch Hetchy Valley Controversy. *Journal of Geography in Higher Education*, 33, 433–451. doi:10.1080/03098260902982492

National Education Standards Project. (1994). *National Education Standards 1994: Geography for Life*. Washington, DC: National Geographic Society Committee on Research and Exploration.

National Research Council. (1997). *Rediscovering geography. New relevance for science and society*. Washington, DC: National Academies Press.

National Research Council. (2006). *Learning to think spatially: GIS as a support system in the K-12 curriculum*. Washington, DC: National Academies Press.

Read, J. M. (2010). Teaching introductory geographic information systems through problem-based learning and public scholarship. *Journal of Geography in Higher Education*, 34, 379–399. doi:10.1080/03098265.2010.490909

Srivastava, S. K., & Tait, C. (2012). An activity-based learning approach for key geographical information systems (GIS) concepts. *Journal of Geography in Higher Education*, 36, 527–545. doi:10.1080/03098265.2012.654468

Sui, D. Z. (1995). A pedagogic framework to link GIS to the intellectual core of geography. *Journal of Geography*, 94, 578–591. doi:10.1080/00221349508979371

Swyngedouw, E. (1992). The mammon quest: ‘Glocalization’, interspatial competition and the monetary order: The construction of new scales. In M. Dunford & G. KaThalis (Eds.), *Cities and regions in the new Europe. The global-local interplay and spatial development strategies* (pp. 39–67). London: Belhaven Press; New York, NY: Wiley.

Whyatt, D., Clark, G., & Davies, G. (2011). Teaching geographical information systems in geography degrees: A Critical reassessment of vocationalism. *Journal of Geography in Higher Education*, 35, 233–244. doi:10.1080/03098265.2010.524198

Wright, D. J., Goodchild, M. F., & Proctor, J. D. (1997). Demystifying the persistent ambiguity of GIS as ‘tool’ versus ‘science’. *Annals of the Association of American Geographers*, 87, 346–362.



# LISTA DE PUBLICAÇÕES

André, I, Honório, F (1981) *Os resultados eleitorais de 1980. Legislativas e Presidenciais*. Finisterra, XVI, 31: 199-211.

André, I (1982) *Fluxos financeiros regionais*. Finisterra, XVII, 34: 199-211.

Gaspar J, André I, Honório F (1982) *As Eleições para as Câmaras Municipais. Estudo de Geografia Eleitoral*. Lisboa: Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.

André, I (1984) *O Poder Local: eleições, eleitos e gestão municipal: contributo para a Geografia do Poder Local em Portugal*, Tese de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

André I, Patrício C (1984) *As diferentes imagens da Geografia*. Finisterra, XVII, 34: 391-394.

Gaspar J, André I, Honório F (1984) *As Eleições para a Assembleia da República 1979-1983*. Estudo de Geografia Eleitoral. Lisboa: Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.

André, I (1988) *O comportamento eleitoral urbano nas eleições legislativas*. Povos e Culturas, 3: 227-243.

André, I (1988) *Alguns Traços da Expressão Geográfica da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA)*. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, Vol. XXIII (46): 271-326.

André, I, Patrício, C (1988) *O catolicismo em Portugal: organização eclesiástica e práticas religiosas. Análise regional*. Finisterra, XXIII, 46: 225-249.

Gaspar J, André I (1988) *A recente Geografia Eleitoral portuguesa*, In Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 2º vol., Lisboa: Centro de Estudos Geográficos: 325-336.

Gaspar J, André I (1988) *Geografia electoral: 1975 y 1985*. Revista de Estudios Políticos 60-61: 253-274.

Gaspar J, André I (1989) *Portugal - Geografia Eleitoral: 1975-1987*. in Coelho M (ed.), Portugal – o Sistema Político e Constitucional 1974 1987, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais: 257 277.

André, I (1990) *O género em Geografia, introdução de um novo tema*. Finisterra, XXV, 50: 331-348.

André, I, Malheiros, J (1990) *Geografia das instituições bancárias em Portugal, 1974-1988*. Finisterra, XXV, 49: 227-243.

André I (1991) *The employment of women in Portugal*. Iberian Studies, 20/1-2: 28-41.

André, I (1993) *O falso neutro em Geografia Humana: género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico*, Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Silva C, André I (1994) *Le pouvoir local*. Peuples Méditerranées 66: 91-102.

Almeida A, André I, Ferreira C, Ferrão F (1995) *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

André I (1995) *Les dones en el mercat de treball. Especificitats del cas portuguès en el context de L'Europa del Sud*. Documents d'Anàlisi Geogràfica, 26: 29 42.

André I (1995) *Les syndicats et les femmes au Portugal après le 25 avril*. In Ephesia (eds.) *La place des femmes*. Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales, Paris : Editions La Découverte : 486-499.

André, I, Brito-Henriques, E. (1995) *Práticas de lazer, território e género*. VI

Colóquio Ibérico da Geografia. Atas. Vol. II, Publicações da Universidade do Porto, Porto: 665-672.

André, I (1996) *Internet: "Navegar é Preciso"*. Inforgeo, 11: 213216

André, I (1996) *At the Centre on the Periphery? Women in the Portuguese Labor Market*. In Garcia-Ramon M e Monk J (eds.) *Women of the European Union, the Politics of Work and Daily Life*, Londres: Routledge: 138-155.

André I (1996) *Cambios recientes en la organización familiar de Portugal. Entre el conflicto y la ruptura*. In Solsona M (ed.) - *Desigualdades de Género en los Viejos y los Nuevos Hogares*, Madrid: Instituto de la Mujer, Ministerio de Asuntos Sociales: 1-16.

Carmo I, Reis D, Varandas P, Bouça D, Santo D, Neves A, André I, Sampaio D, Galvão-Teles A (1996) *Prevalence of anorexia nervosa: A Portuguese population study*. European Eating Disorders Review, 4-3: 157-170.

Gaspar, J, (coord), Abreu, D, Reis, E, Marques da Costa, N, Sirgado, C, Roquette, P (1998) *Portugal - Estudo da divisão do País em Círculos Uninominais de Candidatura*. Estudo

- elaborado pelo Centro de Estudos Geográficos, in Revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia da República - Estudo de Delimitação de Círculos uninominais de Candidatura, Presidência do Conselho de Ministros/Ministério da Ciência e Tecnologia, Lisboa
- André I, Feio P (1999) *Development and Equality Between Women and Men in the Portuguese Labour Market*. Southern European Society & Politics, 4.2: 54-71.
- André I, Nunes de Almeida A, Almeida H N (1999) *Sombras e marcas: os maus tratos às crianças nas famílias*. *Análise Social* (150): 91-122.
- Almeida A, André I, Almeida H (2000) *Os contextos sociofamiliares dos maus tratos às crianças*. Atas do III Congresso Português de Sociologia, Celta Editora, Oeiras.
- André I (2000) *Igualdade de Oportunidades: Um Longo Percorso até Chegar ao Mercado de Trabalho*. *Sociedade e Trabalho*, 6: 89-99.
- Ferrão J, André I, Nunes de Almeida A (2000). *Abandono Escolar Precoce: Olhares Cruzados em Tempo de Transição*. *Sociedade e Trabalho*, 10: 9-23.
- Almeida A, André I, Almeida H (2001) *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal*, Lisboa: Assembleia República - Divisão de Edições.
- André, I (2002) *Coesão espacial, a inclusão dos lugares nas redes do desenvolvimento*, In AA.VV. *Olhares sobre o Território e Espacialidade*. Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional 45, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa: 43-56.
- Nunes de Almeida A, André I, Lalande P (2002). *Novos Padrões e Outros Cenários para a Fecundidade em Portugal*. *Análise Social*, Vol. XXXVII (163): 371-409.
- Barata-Salgueiro T (coord), Cachinho H, André I, Leite J, Bairrada M, Rodrigues M, Feio P (2002) *Estratégias empresariais, Emprego e Empregabilidade no Comércio*. Lisboa: GEPE/Observatório do Comércio.
- Ferrão J, André I, Feio P (2002) *Portugal: Knowledge-intensive Services and Modernization*. In Wood P (ed.) *Consultancy and Innovation. The business service revolution in Europe*, Londres: Routledge: 283-315.
- André I, Rego P (2003) *Redes y desarrollo local: la importancia del capital social y de la innovación*. *Boletín de la AGE* 36: 117-127.
- Almeida A, Vilar D, André I, Lalande P (2004). *Fecundidade e contraceção. Percursos de saúde reprodutiva das mulheres portuguesas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Nunes de Almeida A, André I (2004) *O País e a Família Através das Crianças – Ensaio Exploratório*. *Revista de Estudos Demográficos*, 35: 5-35.
- Nunes de Almeida A, André I, Cunha V (2005) *Filhos e filhas: uma diferente relação com a escola*. In Wall K (ed.) *Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 517-552.
- André I (2005) *Desenvolvimento humano e coesão social*. In Medeiros C, Barata Salgueiro T, Ferrão J (eds.) *Geografia de Portugal. Volume 2 - Sociedade, Paisagens e Cidades*, Lisboa: Círculo de Leitores: 141-150.
- André I (2005) *Família e Género*. In Medeiros C, Barata Salgueiro T, Ferrão J (eds.) *Geografia de Portugal. Volume 2 - Sociedade, Paisagens e Cidades*, Lisboa: Círculo de Leitores: 72-86.
- André I, Feio P, Ramos C (2005) *Geografia de Portugal*. In Medeiros C (coord.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores: 409-421.
- André, I (2005a) *Metodologias de Investigação em Geografia Humana*, CEG – Estudos de Geografia Humana e Regional 47, Centro de Estudos Geográficos.
- André I, Moreira F (2006) *A progressiva aproximação das duas margens da raia*. In Rego P (ed.) *Aproximar as margens*. Cooperação transfronteiriça e desenvolvimento local no espaço rural do Alentejo e da Extremadura, Évora: Fundação Luís de Molina: 24-35.
- André I, Rego P (2006) *Fluxos transfronteiriços: primeiros resultados do inquérito à população*. In Rego P (ed.) *Aproximar as margens*. Cooperação transfronteiriça e desenvolvimento local no espaço rural do Alentejo e da Extremadura, Évora: Fundação Luis de Molina: 96-102.
- André I, Abreu A (2006) *Dimensões e espaços da inovação social*. Finis terra, XLI-81: 121-141.
- André I, Abreu A (2009) *Social creativity and post-rural places: the case of Montemor-o-Novo*, Portugal. *Canadian Journal of Regional Science/Revue Canadienne des Sciences Régionales*, XXXII (1): 101-114.
- André I, Malheiros J, Brito-Henriques E (2009) *Inclusive Places, Arts and Socially Creative Milieux*. Em Moulaert F et al. (eds.) *Social Innovation and Territorial Development*, Chapter 9, Aldershot: Ashgate Publishing, Farnham: 149-166.
- André I, Reis J (2009) *O circo chegou à cidade! Oportunidades de inovação socio-territorial*. Finis terra - Revista Portuguesa de Geografia XLIV-88: 79-94.
- André I, Abreu A (eds) (2010) *Labour*



*Market, Employment Strategies and Social Economy*, Montreal: Cahiers du Crises ET1004, Collection Études théoriques, Université du Québec à Montreal.

André I, Carmo A (2010) *Régions et villes socialement créatives. Étude appliquée à la Péninsule Ibérique*, Innovations 33: 65 – 84.

André I, Rousselle M (2010) *Estratégias sociais criativas em Barcelona. o caso do Walden-7*. Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia XLV-90: 71–90.

Vieira M, Alves N, Almeida A, André I, (2010) Caloiros da UL: um ano depois. Observatório dos Percursos dos Estudantes (OPEST), Reitoria da Universidade de Lisboa.

Vieira M, Alves N, Almeida A, André I, Oliveira V (2011) *An open future: schooling experiences, academic difficulties and vocational dilemmas during the first year of university*. Investigaciones de Economía de la Educación 6: 320-334.

Vieira M, Alves N, Almeida A, André I, Oliveira V (2011) Os estudantes à entrada da UL. Observatório dos Percursos dos Estudantes (OPEST), Reitoria da Universidade de Lisboa, Lisboa.

André I, Alcoforado MJ (2012) *Estratégias territoriais criativas* (editorial do número temático). Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia XLVII-94: 3-5.

André I, Malheiros J, Carmo A (2012) *The rythm of arts in the socially creative city. Pour une nouvelle mondialisation: le défi d'innover*, Montreal: Presses de l'Université du Québec, Montreal: 191-207.

André I, Vale M (2012) *Lisboa: tensiones entre la ciudad y la metropolis*. In Balbo, M. (coord.) – Europa: La ciudad central en el sistema urbano, Quito (Equador): Olacchi: 209-239.

André, I, Carmo, A, Abreu, A, Estevens, A, Malheiros, J (2012) *Learning for and from the city : the role of education in urban social cohesion*. Belgeo - Revue Belge de Geographie, 4. on-line - URL: <http://belgeo.revues.org/8587>

Machado A, André I (2012) *O espaço público do Marais-Paris*. Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia XLVII-94: 119-136.

André I (2013) *Gender and social innovation: the role of EU policies*. In Moulaert F et al. (eds.) International Handbook on Social Innovation. Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research, Capítulo 6.4. Edward Elgar, Aldershot, UK and Brookfield.

André I, Cachinho H (2013). *Insucesso e Abandono Escolar no IGOT-UL: Contributos Para Informar a Ação*. In Nunes de Almeida, Ana (eds.) Sucesso, Insucesso e Abandono na Universidade

de Lisboa: Cenários e Percursos, Lisboa, EDUCA: 91-114.

André I, Abreu A, Carmo A (2013) *Social innovation through the arts in rural areas: the case of Montemor-o-Novo*. In Moulaert F et al. (eds.) International Handbook on Social Innovation. Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research, Capítulo 3.2. Edward Elgar, Aldershot, UK and Brookfield.

Estevens A, André I, Gabriel L (2013) *Occupying Lisbon: the paths and places of political demonstrations* in Europe, what's next? Changing geographies and geographies of change - Rome, University of Rome La Sapienza, 5-7 de Setembro de 2013.

André I, Cachinho H (2013) *Insucesso e abandono escolar no IGOT-UL: contributos para informar a ação*, in Sucesso, Insucesso e Abandono na Universidade de Lisboa: Cenários e Percursos, Lisboa, Cap. III, EDUCA Ana Nunes de Almeida (eds.): 93-116.

André I, Brito-Henriques E, Barata-Salgueiro T (2015) *A política de cidades em Portugal: instrumentos, realizações e perspetivas. Políticas públicas, economia e sociedade. Contributo para a definição de políticas no período 2014-20*, Smartbooks, Alcochete: 49-81.

Reis J, Carreiras M, Malheiros J, André

I (2015) *Orquestra Geração 2007-2014: A inclusão pela música* In Cruz H (coord) (2015) *Arte e comunidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: 289-323.

André I, Estevens A, Gabriel L (coord) (2016) *Atlas das Utopias Reais: Criatividade, Cultura e Artes*, Outro Modo Cooperativa Cultural e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Estevens A, Gabriel L, André I (2016). *Sounds of Protest: Music in deprived places*. Communication in 6th Annual International Conference on Urban Studies & Planning, 6-9 June, Athens.

Bearman B, Jones N, André I, Cachinho H, DeMers M (2016). *The future role of GIS education in creating critical spatial thinkers*. Journal of Geography in Higher Education, 40(3): 394-408.

André I (2017) *Inspiration and emotions: culture and arts engendering new urban places*, in den Broeck, P. V.; Parra, C.; Mehmood, A. (eds.). *Thoughts for a better world. Social innovation as political transformation*: 94-101.

André, I, Estevens, A, Gabriel, L (2017) *Urban Living Labs: cultural scenes, the Arts, and artists as levers of new urbanities*. The Canadian Journal of Regional Science. 40 (1), 43-52.



# PRESTAM HOMENAGEM

Abdelillah Hamdouch	Carla Mora	Fernando João Moreira
Agustin Cocola Gant	Carlos Cardoso Ferreira	Filipa Ferrão
Alexandre Abreu	Carmina Cavaco	Filipe Matos
Alexandre Pedro Rêgo	Célia Magalhães	Filomena Clemente
Alina Esteves	Cesar Lopes	Flavia Martinelli
Alzira Alberto	Cian O'Callaghan	Francisco Melo Ferreira
Ana Esteves	Cinzia Lanfredi Sofia	Francisco Roque de Oliveira
Ana Gonçalves	Claudia Febra	Frank Moulaert
Ana Macedo	Constanza Parra	Gonçalo Vieira
Ana Margarida André	Cristiana Almeida	Graça Moreira
Ana Margarida Arruda	Daniel Paiva	Helena Esteves
Ana Marin	Daniela Ferreira	Helena Silva
Ana Nunes de Almeida	Diego Galego	Henrique Sim-Sim
Ana Ramos Pereira	Diogo Gaspar Silva	Herculano Cachinho
Ana S. Ganho	Diogo Macedo	Hirondina Duarte
Anabela Fernandes Gonçalves	Eduarda Marques da Costa	Inês Moita
André Carmo	Eduardo Ascensão	Isabel Maria Madaleno
Andreas Novy	Eduardo Brito-Henriques	Jaime Fernandes
António Gonçalves	Elisa Alves Pedro	Jean Hillier
António Saraiva Lopes	Ermita Maria Ferreira de Castro	Jennifer McGarrigle
Aquilino Machado	Eusébio Reis	João Dinis
Artur da Rosa Pires		João dos Reis

João Ferrão	Luís Pereira	Patrícia Pedro Rêgo
João Leal	Luisa Araújo	Paulo Areosa Feio
João Macedo	Margarida Queirós	Paulo Jorge Vieira
João Reis	Maria Alexandre Lousada	Paulo Miguel Madeira
João Ribeiro	Maria da Graça Moreira	Pavlos Marinos
João Sarmento	Maria do Mar Rêgo	Delladetsima
Jorge Gaspar	Maria Dolors Garcia-Ramon	Pedro Guimarães
Jorge Gonçalves	Maria Febra Macedo	Pedro Macedo
Jorge Malheiros	Maria João Alcoforado	Ricardo Méndez
Jorge Umbelino	Maria João Freitas	Rita Martins
José Alberto Rio Fernandes	Maria José Aurindo	Roberto Falanga
José António Oliveira	Maria José Vilhena	Rui Brito Pedro
José Carlos Ferreira de Almeida	Maria Lucinda Fonseca	Rui Horta
José Manuel Simões	Maria Luísa Rodrigues	Rute Vieira
José María Alvarez Perla	Marina Gaboleiro	Sako Musterd
José Maria Duarte	Carreiras	Sara Pedro Rêgo
José Milheiro	Mário Falcão	Serena Vicari Haddock
Juan-Luis Klein	Mário Neves	Sérgio Claudino
Judite Primo	Mário Vale	Simón Sánchez Moral
Katielle Silva	Marisol García	Sofia Campos
Laura Febra Macedo	Miguel Geraldès	Sónia Pereira
Leandro Gabriel	Muriel Rousselle	Soraia Silva
Luís Mendes	Natália Maria Pires Lopes	Teresa Alves
Luís Moreno	Nuno Marques da Costa	Teresa Barata-Salgueiro
Luís Mota Figueira	Nuno Rodrigues	Teresa Sá Marques
	Pascale Millecamp	Tereza Falcão
		Victor Alves Afonso

# ISABEL ANDRÉ, UMA GEÓGRAFA INQUIETA

Este livro, que foi concebido de modo a permitir uma grande flexibilidade na leitura, deve ser visto como se de uma antologia do pensamento e da obra da Isabel se tratasse. Os materiais nele contidos procuram oferecer uma visão de conjunto, que abranja toda a trajetória percorrida desde o início da década de 80 do século passado até 2017, ano em que partiu. São mais de três décadas de investigação, reflexão crítica e inovação científica e pedagógica que ficam agora à disposição da comunidade geográfica, dos jovens estudantes e de todos os leitores que considerem importante a preservação do legado intelectual da Isabel e que nele encontrem inspiração para o desenvolvimento do seu próprio trabalho.

